

Marco Antonio da Silva Mello
Arno Vogel

Gente das Areias

História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro

Maricá-RJ • 1975 a 1995

2ª edição revista e aumentada



Segundo a opinião de muitos especialistas no idioma chinês, uma das melhores traduções – se não a melhor – para o inglês dos poemas de Li Po é a do poeta norte-americano Ezra Pound, que embora não manejasse muito bem o chinês era ele mesmo um enorme poeta. Este livro, obra de dois antropólogos com grande sensibilidade poética, constitui um exemplo de como a metodologia científica pode ser guiada e aperfeiçoada pela empatia poética. É um excelente trabalho etnográfico que nos põe em contato com o meio ambiente, a história e as pessoas dos pescadores de Maricá, no litoral do Rio de Janeiro.

Este trabalho se lê bem, não apenas porque está bem escrito, senão porque logra integrar todos estes dados, aparentemente pertencentes a domínios empíricos distintos, em uma totalidade inteligível e apreensível como um todo: vidas humanas, meio ambiente, história etc. Ao terminar o livro sentimos que “compreendemos” a vida “nas areias”. Além disso, este estudo se realiza na oportunidade da crise desencadeada pela mortandade de peixes na laguna, a qual afetou a vida dos pescadores e de toda a região em seu conjunto. Essas crises constituem situações sociais “dramáticas” que põem em evidência processos e atitudes que muitas vezes se fundem no cotidiano e perdem relevância. A consideração de tais circunstâncias representa quase uma oportunidade única para a análise social, e M. Mello e A. Vogel aproveitam magistralmente essa oportunidade.

O Capítulo 1, “Busca, encontro e vicissitudes do caminho”, trata precisamente do desenho e da implementação de uma metodologia para a pesquisa e de como foram contornando os problemas

Gente das Areias

Universidade Federal Fluminense

REITOR

Sidney Luiz de Matos Mello

VICE-REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Aníbal Francisco Alves Bragança (presidente)

Antônio Amaral Serra

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Charles Freitas Pessanha

Guilherme Pereira das Neves

João Luiz Vieira

Laura Cavalcante Padilha

Luiz de Gonzaga Gawryszewski

Marlice Nazareth Soares de Azevedo

Nanci Gonçalves da Nóbrega

Roberto Kant de Lima

Túlio Batista Franco

DIRETOR

Aníbal Bragança

Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel

Gente das Areias

História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro

Maricá, RJ – 1975 a 1995

2ª edição, revista e aumentada



Copyright © 2004 Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel
Copyright © 2004 Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense
2ª edição revista e aumentada (2017)

Série Universidade, 4

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Direitos desta edição reservados à
Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói, RJ
CEP 24220-008 - Brasil
Tel.: +55 21 2629-5287
www.eduff.uff.br - e-mail: faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2017
Foi feito o depósito legal.

A Henrique – Irineo José de Marins (in memoriam) e Mucinho – Preliadiano José de Marins, pescadores eméritos do Lago Grande de Maricá.

A Patrick Burglin, pelos cuidados na editoração científica e preparação dos originais da primeira versão deste trabalho; a Felipe Berocan Veiga, pela organização da iconografia, e a Majoî Ainá Vogel pelo elegante projeto gráfico original.

A Luiz de Castro Faria, professor emérito de antropologia, também ele mestre do seu ofício, in memoriam.

Aos nossos pais, irmãos e irmãs, filhas Manuela, Yasmim, Luisa e Julia; Ana Luiza, Ana Beatriz, Majoî Ainá e Mariana, e filhos Emiliano; José Augusto e Rodrigo; netas Stella; Mariana, Maria Carolina, Manuela, Maria Alice, Linda e Maria Vitória, e netos Alexandre, André, Frederico, Matheus e Leonardo; e às nossas mulheres, dedicamos este livro ex toto corde!



Sumário

Prólogo 9

Apresentação 15

Capítulo 1

Busca, encontro e vicissitudes do caminho 25

Uma introdução à pesquisa

Capítulo 2

A longa agonia 65

Vida e morte de um sistema lagunar?

Capítulo 3

Natureza e sociedade 97

Ciência e ficção no saneamento no Brasil

Capítulo 4

Zacarias sitiada 163

O advento do reino urbano na restinga de Maricá

Capítulo 5

A aldeia dos irredutíveis 219

Casa, parentesco e patrimônio em Zacarias

Capítulo 6

A lavoura do pescador 303

A pesca no Lago Grande de Maricá

Capítulo 7

O conúbio das águas 343

Vida e morte de uma identidade social?

Capítulo 8
Conclusão 375
O sonho do etnógrafo
Referências 397

Prólogo

“[...] os deuses tecem desventuras
para os homens para que as gerações
vindouras tenham o que cantar.”

Homero – Odisséia

Em 2008 realizou-se, no Rio de Janeiro, o Fórum Social Mundial. Maricá foi um dos três lugares, no estado, onde se travaram acalorados debates em torno da palavra de ordem dessa edição do WSF: “Um outro mundo é possível”.

A sede do evento foi a Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (ACCLAPEZ). Para os anfitriões locais, um espaço significativo entre todos, pois aí costumavam realizar suas assembleias e reuniões, recebendo solenemente autoridades e convidados ilustres do povoado. Neste ambiente de aparência modesta, situado às margens do Lago Grande, tinham instalado uma galeria de cartazes.

Ao longo de suas rústicas paredes caiadas e chapiscadas, uma série de painéis, circundando o visitante, formava um vasto panorama. Nos retábulos de cartolina reuniam-se desenhos, fotografias, manuscritos, plantas baixas e croquis, prospectos imobiliários, folhetos de propaganda e recortes de jornal, documentos cartorários, intimações e convocatórias, numa insólita e heteróclita colagem.

Podia-se descortinar aí uma espécie de dispositivo de memória, que, mediante textos, figuras e imagens, envolvia os presentes, transformando-os, graças à profusão de significantes, em algo mais do que simples espectadores de um drama.

O caráter pletórico desse dispositivo, entretanto, transformaria qualquer mera descrição numa tarefa inútil. O modo de seleção e apresentação do material exposto era labiríntico, desconcertando o espectador pela multiplicidade e dispersão dos seus objetos. Seduzia-os a imagem de um outro mundo possível ao mesmo tempo que prenunciava a iminência, quicá fatalidade, da sua destruição.

Enganar-se-ia, no entanto, quem imaginasse ser este um espaço indiferenciado. O lugar mais nobre do recinto estava claramente definido. Era a parede onde se

expunham os troféus, que o time do povoado conquistara, ao longo de várias décadas, em disputados certames futebolísticos.

Em face deste polo marcado, que consignava as glórias desportivas de Zacarias, celebrando as vitórias sobre seus pares, no ciclo das reciprocidades agônicas do seu mundo, as batalhas ganhas nos seus confrontos lúdicos com os povoados vizinhos, estava o livro.

Sua presença obedecia a uma lógica clara e precisa. Não era o objeto que se expunha, mas uma seleta deste precedida por duas páginas de caderno manuscritas.

A primeira anunciava “Gente das Areias” como “O livro”, enquanto a segunda, invocando o etnógrafo em testemunho da “coragem e resistência de heróis brasileiros moradores da Zacarias. Gente das Areias brasileiras que autoridades, políticos e governantes teimam em esquecer, mas que não capitularam”, apregoava triunfante: “Zacarias imortal! Imortal!”.

Depois vinham as imagens de capa e contracapa. Um velho pescador era retratado, na primeira, como que emergindo das areias da praia da beirada onde vinha de buscar água numa cacimba. A antologia visual da segunda compreendia as imagens de uma casa antiga; de uma dupla de companheiros embarcando as redes, a caminho da lagoa; um rancho de pesca com sua canoa no porto; e, novamente, o velho pescador meditando apoiado no seu remo.

Contrasta com estas cenas de um cotidiano quase bucólico a imagem de uma tragédia, retrato impressionante da “grande mortandade” de peixes, ocorrida em 28 de agosto do ano de 1975, em Maricá, ponto de partida circunstancial da pesquisa.

Os trechos do livro selecionados para o painel não eram menos apropriados e eloquentes do que essas imagens. Resultaram, portanto, de uma escolha igualmente avisada, referindo-se, respectivamente, à tragédia da “grande mortandade” de peixes; ao fantasma da Cidade de São Bento da Lagoa; ao assédio do povoado e à parentela dos Marins; e, finalmente, ao rito de abertura das barras oceânicas.

Desse modo, tratavam de contemplar os grandes arquétipos que vêm pautando a existência dos pescadores da praia de Zacarias no decorrer de sua história.

A este conjunto, todo ele referido ao livro, tinham resolvido acrescentar *sponte sua* um dos muitos mapas especialmente coligidos para a ocasião. Tratava-se do mais antigo de todos, que remontava ao ano de 1797, produto da arte cartográfica de um monge beneditino, pertencente à biblioteca do Itamaraty, e ao qual tiveram acesso por intermédio de uma cópia heliográfica do acervo do antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Encontramo-nos, outra vez, diante de uma escolha norteada por um propósito inequívoco. Além de constituir o documento mais antigo da exposição, este mapa podia ser vinculado tanto ao povoado, quanto ao livro.

No primeiro caso, porque registrava e localizava cartograficamente o topônimo Zacharias. Não era o único a fazê-lo, mas certamente o primeiro. E sua inscrição entre a Ponta da Pedra e a Ponta do Capim era precisa. Reconhecia e legitimava, pois, no âmbito da Fazenda de São Bento da Lagoa, esse “colonato da restinga”, tornando verossímeis as narrativas sobre a relação entre os pescadores e os padres do velho senhorio eclesiástico.

O nexó entre o mapa e o livro, por sua vez, podia ser inferido do diagrama de parentesco. Com efeito, se adotássemos o módulo de 30 anos para cada geração registrada no quadro genealógico, e sabendo que este compreendia, ao todo, sete gerações, chegaríamos ao Brasil Colônia na última década do século XVIII, época da elaboração do mapa. Poder-se-ia, então, aventurar a hipótese de que, já nesse tempo, os Marins habitavam a Praia de Zacarias.

Nas duas alas restantes que estruturavam o recinto da galeria, entretanto, sucediam-se brados de alerta, denúncias inquietantes, prenúncios sombrios e profecias apocalípticas. O sistema lacustre estava em perigo, as artes da pesca ameaçadas, a vegetação da restinga com os dias contados e, com ela, inúmeros outros seres vivos, muitos deles raros, condenados à extinção. Os homens e a natureza corriam risco e com eles a pátria dos Marins. O desastre era iminente, como pareciam indicar os mourões e o arame farpado, as guaritas e as cancelas, os guardas armados e os cartazes que estampavam nada mais que proibições e ameaças. O cerco estava se fechando. Era preciso fazer algo, antes que fosse tarde demais. O inimigo era poderoso. Havia muito dinheiro em jogo. E nenhum escrúpulo. Da terra às consciências, tudo estava à venda. A mentira e o embuste reinavam soberanos. O acesso aos lugares e o direito de ir e vir tinham cessado. Os moradores da Praia de Zacarias eram virtualmente prisioneiros. Amanhã, talvez, refugiados errantes e desprotegidos, sem eira, nem beira. A não ser que, de novo, conseguissem mobilizar sua capacidade de luta e resistência, sua disposição de perdurar, tantas vezes comprovada.

Foi neste transe que o livro adquiriu seu pleno significado. Não havia, nessa conjuntura, rigorosamente falando, nada de novo. Circunstâncias análogas já tinham sido, anteriormente, arrostadas com sucesso, não obstante o desequilíbrio de forças. Tudo que era preciso saber sobre elas podia-se encontrar nas páginas de Gente das Areias.

Talvez fosse este um dos segredos do seu processo de circulação no povoado. A escassez de exemplares tinha contribuído para transformá-lo em raridade; a raridade em signo de distinção; a busca de distinção em objeto de cobiça; e a cobiça em tentação de entesouramento. Ostentá-lo era expor-se aos pedidos de empréstimo; emprestá-lo, submeter-se às agruras de sua recuperação.

Dele, entretanto, não constava apenas o infortúnio; o assédio imobiliário; o esquecimento, ou arrogância, das autoridades; a barra por abrir, sem poder abrir-se; a mortandade dos peixes; o fracasso da safra; a panela vazia; a incerteza constante do amanhã; as aflições da doença e da idade provecta; o desaparecimento da pesca, temor maior de homens e mulheres, na Zacarias.

Constava também a laguna, coutada de caça e lavoura do pescador; ventre da fartura desejada, nem sempre plácido, eventualmente, avaro. E, em volta dele, o corpo da restinga, que o separa, quicá demasiadamente, do mar. Esta era, por si só, um mundo. Ao mesmo tempo, despensa e divertimento; botica e pomar; parque de diversão e refúgio de idílios. Dela provinham sabores e temperos; fibras de tucum, para as tarrafas; as raízes de araticum que faziam flutuar as redes; os fusos, agulhas e compassos de pitangueira. Neste horto, os olhos fruía formas e cores; o olfato se comprazia em aromas; e a insaciável curiosidade humana perscrutava uma vida animal estuante e variada, contemplando seus exemplares, dos mais comuns aos mais extravagantes, alguns deles verdadeiras raridades, ameaçadas de extinção.

Além disso, o livro era animado, da capa à contracapa, por uma grande e universal paixão – a pesca lacustre. Em torno dela gravitava todo o resto da vida do povoado. Dela derivavam sua cosmovisão, seus valores morais e, portanto, suas proezas e contendas. Não só a “luta do tostão contra o milhão”, mas também sua grande façanha coletiva tradicional, promovendo o contúbio do mar e da lagoa; e o grande feito individual que lhe corresponde – a pesca-de-galho, *arché* do pescador.

Todas estas coisas, que o livro reúne, articula e comenta, devem ter contribuído para sua acolhida. Decisivo, porém, foi o processo de identificação dos nativos que passaram a se reconhecer e designar como “gente das areias”, referindo-se ao seu povoado como “a aldeia dos irredutíveis”. E a Enéas Marques como o “bardo” ou “o poeta”, epíteto plenamente assumido pelo nosso amigo Néia.

Este fenômeno, induzido pelo livro, veio acompanhado de uma evidente transformação do ânimo e da postura dos zacarieiros. Notava-se-lhes um acréscimo na autoestima, uma certa mescla de confiança e orgulho. Essa nova imagem parecia vir-lhes, também, do olhar alheio; do respeito que outros, aberta ou veladamente,

lhes tributavam. Afinal de contas, nem todo mundo é personagem de livro, nem todo lugar está no mapa.

Outras mudanças ocorreram, ainda, neste plano, internas, estas, diretamente refletidas no tônus e no tom das relações pessoais. Entre elas, vale a pena destacar a conversão dos céticos, dos desconfiados, ou dos desdenhosos em face desses “estrangeiros”, que tinham integrado o time de pesquisadores, no campo. Ocorreram mesmo tentativas de retratação, todas elas públicas. Em alguns poucos casos houve até lágrimas de boas-vindas, durante as esporádicas visitas de retorno ao povoado.

Vimos então que o livro tinha concluído sua travessia. Já não era mais uma dissertação científica sobre as aventuras e desventuras da Praia de Zacarias e seus personagens. Finalmente, havia se convertido num artefato simbólico. Era, doravante – *volens nolens* – inseparável de sua gesta épica, cujo capítulo final ainda está para ser escrito, e no qual poderá caber-lhe um papel, até aqui apenas vislumbrado.

A singular implicação destes fatos torna-se de imediato manifesta. Gente das Areias já não é mais nosso. Agora, passou a ser deles, que o adotaram como o seu livro. Ou mais precisamente, como seu *epos*, que leem em voz alta, recitando-o na intenção de seus ouvintes.

Em certas ocasiões, principalmente nas que se referem aos seus direitos, apresentam-se sobraçando, ostensivamente, um exemplar do livro. Trazem-no consigo para fazer prova, fundamentando suas pretensões nas arenas públicas; como uma espécie de trunfo e troféu da sua causa.

Quanto à última, nada mais fácil do que enunciá-la, em poucas palavras. Sua causa é o apego ao lugar. E seu argumento em favor dele é o mais claro, límpido e simples possível: Zacarias é um “lugar bom para conviver”. Seria simplório, não fosse pelo fato de nele se ocultar a pergunta singela e decisiva das Ciências Humanas: O que é a vida boa (*the good life*)? O que vem a ser um lugar próprio para se viver (*fit to live in*)? Esta questão é a mesma que os tinha oposto, no passado, à Cidade de São Bento da Lagoa, de Lúcio Thomé Feteira, e que, no presente, os contrapõe à nova Fazenda de São Bento da Lagoa.

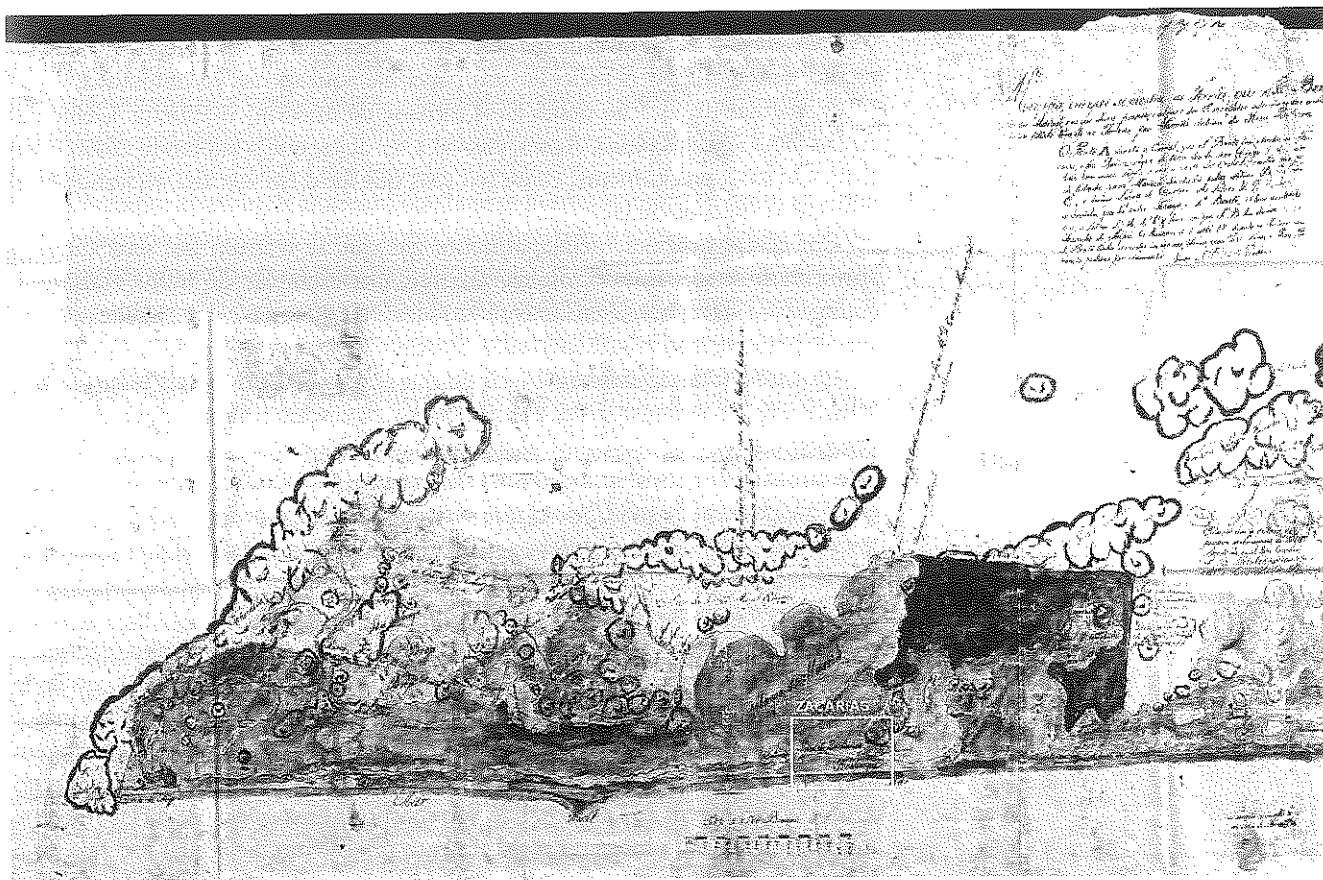
As condições mudaram, aparentemente para melhor. Eles voltaram a fazer parte do plano de urbanização da restinga, elaborado pela IDB-Brasil para o consórcio multinacional Madrilisboa. Agora os zacarieiros voltaram a fazer parte do mapa. Infelizmente, no entanto, reduzidos a uma situação de confinamento, restritos em sua mobilidade, ao espaço lacustre, ele mesmo amputado da restinga. Num diminuto território, às margens do Lago Grande, vão constituir uma espécie de enclave exótico, atração adicional do mega empreendimento imobiliário. Seja qual for, porém, a

evolução dos acontecimentos, em Maricá, no futuro próximo, uma nova edição de Gente das Areias parece, neste sentido, não apenas oportuna, mas urgente.

Num prólogo escrito para a coletânea dos seus próprios “prólogos”, Jorge Luis Borges, o grande escritor argentino, afirma que “um livro é uma coisa entre as coisas, um volume perdido entre os volumes que povoam o indiferente universo, até que ele encontra seu leitor, o homem destinado aos seus símbolos”. Seja este o nosso augúrio para esta nova edição.

*Marco Antonio da Silva Mello e Arno Voguel
São Domingos de Niterói
25 de novembro de 2012*

Mapa do Mosteiro de São Bento de 1797.
Comunidade de Zacarias cartografada.
(* O acesso à reprodução digitalizada no
Mapa de 1797 deve-se à gentileza da
geógrafa Desirée Guichard e da
ambientalista Márcia Leal.



Apresentação

Durante os mais de 20 anos dedicados ao nosso ofício, permitimo-nos uma relativa volubilidade. Num meio em que as trajetórias profissionais costumam ser construídas com base na fidelidade a determinados campos empíricos e teóricos, adotamos uma espécie de nomadismo consequente.

Impelidos pela confluência, por vezes surpreendente, de necessidade, oportunidade e curiosidade, aventuramo-nos, sem carta de corso, em domínios nos quais não tínhamos cidadania estabelecida, seduzidos pelas grandes questões que, a partir deles, era possível enfrentar.

Testemunham essa inquietação, aos poucos convertida em estratégia, numerosos trabalhos voltados para áreas tão distintas, quanto os estudos urbanos, as políticas públicas, os movimentos sociais (no campo e na cidade), o pensamento social brasileiro, a transferência de tecnologia, os dilemas da cooperação técnica internacional, a religiosidade afro-brasileira, além das questões relacionadas com o ritual e o simbolismo, em diversos contextos.

Dos muitos projetos que concebemos nessa estreita, longa e constante parceria, alguns não chegaram jamais à fase de execução. Permanecem em gavetas das quais, em momentos de otimismo, imaginamos ressuscitá-los algum dia. Outros sofreram múltiplos adiamentos, sendo eventualmente retomados e conduzidos a termo.

Entre estes últimos, encontra-se aquele cujo resultado final o leitor tem diante de si. “Os Pescadores de Maricá”, como convenciamos chamá-lo em nossas conversações, foi, ao longo de todos esses anos, um dos nossos assuntos mais recorrentes.

Ora, justamente em virtude de uma por vezes incômoda descontinuidade, esse empreendimento pôde beneficiar-se da experiência adquirida em todos os outros.

Assim foi amadurecendo com o tempo. Com o refinamento e expansão do *corpus* etnográfico, viu ampliar-se o seu escopo, incorporando novas perspectivas. Ganhou em profundidade histórica e consistência sociológica,

configurando-se, finalmente, em todas as suas dimensões, como um trabalho de antropologia social.

O termo antropologia social surge aqui num sentido específico e preciso. Marcel Mauss, com efeito, lembrava aos seus alunos que a expressão anglo-saxônica *social anthropology* compreende o que na tradição sociológica francesa eram os domínios da sociologia jurídica e da sociologia moral, respectivamente.

Desse modo, chamava a atenção para o fato de que o fenômeno do direito articula, necessária e indissociavelmente, norma e valor. Refutava, pois, a ilusão moderna da relativa autonomia dessas duas esferas, recordando, assim, que um valor só existe sob a encarnação da norma, a qual, por sua vez, se dá na oportunidade e no calor da disputa. Em outras palavras, quando surge uma contenda em torno de direitos.

A pesquisa sobre a pesca lacustre em Maricá gravitava ao redor de um drama social, cujo epicentro era o que os habitantes do povoado de Zacarias chamavam “a luta do tostão contra o milhão”.

E essa era precisamente uma luta em torno de direitos; um confronto entre atores sociais em busca de possíveis alternativas de composição para o seu conflito. Em resumo, o que havia começado como uma investigação sobre a pesca lagunar revelou-se, no terreno, como um caso, na exata acepção que a antropologia social confere ao termo.

Neste sentido, mais do que nunca, coube ao etnógrafo, como queria Marcel Griaule, desempenhar um papel análogo àquele do *juge d'instruction*.

Como este, tinha de assegurar evidências, colher depoimentos, reunir provas, levantar indícios, seguir pistas, compilar documentos, consultar especialistas, acionar peritos, arrolar testemunhas, ouvir e confrontar versões, devassar segredos, inquirir e questionar atores, em busca de suas possíveis motivações, para, ao fim e ao cabo, e descartado tudo que lhe parecesse irrelevante, reconstituir os nexos do *iter criminis*.

A última e certamente a mais difícil das tarefas necessárias à instrução do caso, no entanto, consiste em apresentá-lo sob a forma de uma narrativa cujo objetivo é tornar manifesta a verdade ou a impressão que, com base nos materiais coligidos, se cristalizou para o etnógrafo e da qual fora ele, apenas ele, até o momento, depositário.

Manobra delicada, entre todas, pois implica conduzir à batalha, sob o comando de quem escreve, a variada hoste de combinações possíveis, alinhadas

segundo sua relevância e probabilidade. Com esse fim, será necessário descortinar, num golpe de vista, o campo em seu conjunto, escolhendo as situações e os detalhes mais apropriados à restituição da perspectiva etnográfica adotada, para que se evidenciem, de modo consistente e verossímil, o perfil do processo, bem como as motivações dos atores e, dessa forma, o sentido geral do drama.

Marcel Griaule desaconselhava a solidão no trabalho de campo, pois a extensão e a multiplicidade dos fatos sociais, bem como a complexidade dos procedimentos de observação, pareciam-lhe desmesurados ao entendimento de um só. Por isso, recomendava a estratégia da ação concertada, envolvendo, no campo e no gabinete, o concurso de pesquisadores distintos, não só quanto à sua formação e interesses, mas também quanto à personalidade de cada um, pois diversas e complementares são as virtudes que poderão aportar à exploração etnográfica. Desse modo, o trabalho em equipe pode não apenas dar conta da pleora de objetos e situações que encontra no campo, como, ainda, fazer justiça à variedade de seus interlocutores, agregando, ao *corpus* etnográfico, refinamento reflexivo e tonalidade emocional.

Anos de experiência convenceram-nos de que essa estratégia, útil na pesquisa de campo, pode render bons frutos, igualmente, na construção do texto. Com efeito, também a etnografia, como qualquer operação estratégica, envolve riscos, tanto maiores quanto mais solitária sua condução.

Assim, organizamos esta narrativa, discutindo sistemática e cotidianamente os dados, concebendo o arcabouço de cada uma de suas partes, bem como a sua necessária articulação, para, finalmente, chegarmos, frase por frase, à formulação compartilhada de todo o seu argumento.

Nesse tecido inextricável de alteridades, vazado na primeira pessoa do plural, para consignar o caráter conjunto do empreendimento, o leitor encontrará, vez por outra, a figura do etnógrafo como sujeito da enunciação.

Com esse termo nos referimos àqueles que, durante a pesquisa de campo, desempenharam, alternadamente, esse papel, embora não necessariamente na mesma proporção, pois a um de nós coube encarná-lo de modo mais constante e intensivo, sendo pois ele o etnógrafo *par excellence*.

Foi ele quem, mais que todos, conheceu o lugar, percorrendo-o, vivenciando-o e, de certo modo, compartilhando suas vicissitudes. Foi também ele quem ouviu a maioria dos relatos, conversando mais longamente com os

personagens, e coordenou, em toda a sua complexidade, o trabalho de campo. Foi ele, igualmente, quem suscitou as perguntas cruciais e, ao final de tudo, sonhou.

Por esse motivo, predomina, ao longo do capítulo inaugural, concebido e executado em conjunto, a primeira pessoa do singular. Esse artifício narrativo permite, com efeito, ressaltar a experiência pessoal e particular, que nutriu o que viria, mais tarde, a configurar-se sob a forma textual, elaborada em parceria. Tal experiência, no entanto, coube, quase que exclusivamente, a Marco Antonio da Silva Mello, que a compartilhou, por meio das inúmeras histórias e comentários, com o coautor da etnografia, Arno Vogel, para que juntos se dedicassem à longa e laboriosa tarefa de reflexão e elaboração discursiva.

Quando nos referimos ao texto, usamos, sempre, a palavra narrativa. O emprego do termo é intencional. Resulta de uma oposição entre o narrar e o descrever, tal como o encontramos num ensaio de Georg Lukács, que contrasta as duas formas literárias valendo-se, sobretudo, dos exemplos de Ana Karenina e Naná, para mostrar como a narração, em Tolstói, “distingue e ordena”, ao passo que a descrição, em Zola, “nivela todas as coisas”.

Também nós optamos pela narrativa, selecionando, no vasto *corpus* etnográfico à nossa disposição, apenas o que era relevante para dar sentido e força aos dramas dos quais nos ocupamos. Isto não significa que desprezássemos o procedimento descritivo. Muitas vezes recorremos a ele, mas sempre o subordinamos às exigências do relato, excluindo tudo aquilo que porventura prejudicasse o fio deste, dispersando a atenção do leitor.

Desse modo, pretendíamos conservar seu prazer da leitura, ao mesmo tempo que nos ocupávamos de sua instrução nos temas relativos à etnografia e história ambiental do litoral fluminense, tal como os apreendemos a partir do povoado de Zacarias, em Maricá/RJ.

Em seu conjunto, o argumento articulado no decorrer da narrativa etnográfica estruturou-se em seis partes, constituindo cada uma delas um capítulo, em que se (re)constrói, reflexivamente, “uma forma de humanidade [que] somente se pode convenientemente denominar pelas suas ocupações e, principalmente, pela ocupação central que organiza e regula as restantes”¹ – o mundo da pesca lacustre da Praia de Zacarias.

O primeiro deles, sob o título de “A longa agonia”, configurou-se como uma discussão ampla da natureza, dinâmica e perspectivas dos sistemas lacustres

¹ Cf. Ortega y Gasset, 1989:89.

2 Tomada a decisão de dar este título ao livro, o capítulo foi rebatizado, passando a chamar-se então "Natureza e sociedade. Ciência e ficção no saneamento do Brasil".

do litoral fluminense, para deter-se, em particular, no de Maricá, cenário da pesquisa.

As mortandades de peixes, sobretudo a grande mortandade ocorrida em 1975, serviram, não só de ponto de partida, mas também de questão ao capítulo. A compreensão dos sistemas lagunares constituiu-se, sobretudo, a partir dos trabalhos de Alberto Ribeiro Lamego, autoridade consagrada na matéria.

O contexto ambiental específico do sistema lagunar de Maricá foi esboçado, inicialmente, nas notas dos viajantes do século XIX – Luccock, Wied-Neuwied, Saint-Hilaire e Darwin. Especial atenção mereceram os caminhos através dos quais a região se articulava com os centros urbanos mais próximos – Niterói e Rio de Janeiro, principalmente. Os comentários de Backheuser sobre o conhecido mapa de Vieira Leão (1767) foram, neste sentido, tão valiosos quanto as indicações dos viajantes.

A leitura de Marston Bates (1965) foi crucial para o entendimento das determinações inerentes às águas interiores, das quais as lagunas são um caso particular e notório. Com ele ocorreu um deslocamento, passando o foco da vida do sistema para a vida no sistema lacustre.

Quanto ao sistema – Maricá, como tal –, pôde ter sua descrição adensada graças ao exaustivo trabalho da equipe liderada por Lejeune de Oliveira (1955). Com este autor entrou em cena o Canal de Ponta Negra, ainda e sempre, *bête noire* dos pescadores do Lago Grande, desde sua abertura, nos idos de 1951.

Este canal, por sua vez, evocava um prospecto político, eminente no Brasil desde o Império e do começo do século XX, sobretudo com relação aos sertões, que, a partir dos anos 1930, se tornaria avassalador – o saneamento. Com ele, porém, o espectro amplia-se e incorpora a cidade, lugar nativo da cruzada sanitária, seu território primordial de experimentação e, finalmente, epicentro de sua ofensiva. Neste sentido, a cidade moderna surgia, antes de tudo, como cidade saneada, na qual o princípio da circulação disciplinada dos fluxos deveria substituir toda e qualquer forma de estagnação, a começar pela das águas. Um ensaio de Didier Gilles (1988) foi esclarecedor quanto a essa diferença entre a cidade moderna e sua rival antiga.

O segundo capítulo esboçado chamou-se "Gente das areias"² e compreende quatro partes. A primeira delas recorreu, novamente, aos viajantes, nos quais se evidenciava a convicção de que as paisagens geram e acalentam, nos homens, determinados sentimentos, sendo pois capazes de plasmar, além de sua natureza

física, também sua constituição moral – hábitos, inclinações, temperamento e intelecto. Sob esta ótica foram percebidas as relações entre a paisagem da restinga, assimilada ao deserto, e seus habitantes.

A segunda parte tratou do processo de construção de um personagem-tipo – o *muxuango*, caracterizado como o ocupante fortuito, abatido e decadente das restingas fluminenses. Quis, além disso, situar esse empreendimento no contexto do pensamento social brasileiro, em que se travou, sobretudo nas décadas iniciais do século XX, uma verdadeira querela em torno dos estereótipos sobre as populações do interior brasileiro, opondo às idealizações sentimentais do “caboclisto” as representações críticas dos partidários do saneamento, como Belizário Penna e Monteiro Lobato.

A terceira parte buscou evidenciar a transformação dos personagens-tipo em tipos concretos, valendo-se do exemplo do *muxuango* e da trajetória de seu criador, Alberto Ribeiro Lamego. Através dela pôde recuperar os nexos históricos e políticos entre a ideologia do higienismo, a geografia humana e o mandato imperial da Nova República,³ depois Estado Novo, sob a égide de Vargas. Seu objetivo maior e final, no entanto, foi, além de situar o saneamento enquanto política pública voltada para uma autêntica reforma da natureza, mostrar as repercussões desta em Maricá, particularmente no povoado de Zacarias, desde o final dos anos 1940.

A quarta e última parte, finalmente, mostra o esforço desenvolvido para incorporar ao Estado-Nação as populações litorâneas e ribeirinhas, com o artifício das Colônias de Pesca.

Quanto aos capítulos gêmeos “Zacarias sitiada” e “A aldeia dos irredutíveis”, o primeiro deles é uma extensa etnografia das transformações operadas na restinga de Maricá pelo avanço da urbanização; o segundo concentrou-se na descrição circunstanciada do assentamento da Zacarias e de seus moradores.

A gemelidade dos dois capítulos advinha do fato de servirem a propósitos complementares, pretendendo, um caracterizar as forças conjuradas no assédio ao povoado, e o outro, o próprio lugar chamado Zacarias, enquanto ator coletivo da resistência ao avanço da cidade.

Ao primeiro, “Zacarias sitiada”, coube a tarefa de evidenciar a consagração do modo de vida urbano, ao longo de seu processo de expansão, cujos reflexos se fizeram sentir, em Maricá, e portanto na Zacarias, com mais força, a partir dos anos 1970.

³ Com a expressão “mandato imperial” procura-se enfeixar a reabilitação, pela Nova República, das realizações do Império, em oposição à República Velha, bem como uma propensão centralizadora e antifederativa, cuja concretização se dá no Estado Novo.

“Zacarias sitiada” era, ao mesmo tempo, uma tentativa de restituir ao drama das mortandades e da urbanização, vivido pelos zacarieiros, seu contexto sociopolítico mais amplo, no qual a cidade foi, aos poucos, afirmando-se como um valor inquestionável, em nome do qual se podia, justificadamente, fazer tábula rasa de qualquer outro modo de vida.

“A aldeia dos irredutíveis” tratou desse mesmo drama, só que visto de dentro. Para isso teve de caracterizar o povoado. Com essa finalidade, valeu-se de uma narrativa – a saga de Juca Tomás e da família Marins, cuja importância para a Praia de Zacarias, tanto sociológica quanto historicamente, referenda o papel que lhe cabe na etnografia.

Uma segunda preocupação desse capítulo foi a localização da Praia da Zacarias no contexto socioespacial, que gravita em torno do sistema lagunar. A caracterização do lugar empreendeu-se por meio da descrição exaustiva da casa, do grupo doméstico, do parentesco e do patrimônio, no povoado.

A partir daí, abriu-se o caminho para uma discussão extensa da “luta do tostão contra o milhão”. Esta culmina com o esforço de resgatar a retórica dos motivos invocados pelos zacarieiros, a qual, por sua vez, tem sustentado sua disposição de resistir ao deslocamento do povoado e desarticulação do seu modo de vida, fundamentado na pesca lacustre.

O capítulo sobre “A lavoura do pescador” consistiu, essencialmente, na busca de um sentido pleno para esta expressão nativa. Começou, pois, com a discussão da sorte do pescador, procurando relacionar escassez e abundância do pescado com os fatores de incerteza e/ou previsibilidade inerentes ao ofício da pescaria. Para ilustrar a natureza deste último, no caso da pesca lacustre praticada pelos zacarieiros, no Lago Grande, recorreu à etnografia circunstanciada da pesca de galho. Com esta, evidenciou-se uma forma de manejo do ecossistema capaz de conferir ao enunciado nativo toda sua amplitude e plausibilidade.

“O conúbio das águas”, por fim, desenvolveu-se em torno de um tipo de evento – as barras de emergência, barras sazonais ou “barras nativas”, como são mais bem denominadas pelos próprios pescadores. Tratou-se aí de restabelecer as aberturas de barra de acordo com as evidências disponíveis nos relatos dos viajantes, nas descrições dos naturalistas e dos pescadores, nas posturas da legislação provincial, na memória narrativa dos zacarieiros e nas raras ocasiões em que foi possível observar, diretamente, tais acontecimentos.

As barras nativas revelaram-se, a partir daí, como o dispositivo crítico de todo o sistema de relações, do qual faziam parte os assentamentos pesqueiros da lagoa de Maricá, entre eles Zacarias. Verdadeiros eventos sociais paradigmáticos, essas aberturas de barra surgiram, aí, como o princípio estruturante de um modo peculiar de implementação da vida, tal como o conheceram, praticaram e acalentaram muitas gerações de pescadores, não só em Maricá, mas em toda a faixa litorânea do Brasil, onde a vida ou a morte de lagunas aprisionadas por restingas depende da comunicação com o mar.

Se a escrita impôs o recolhimento aos limites estreitos do gabinete, não permitiu, entretanto, isolar-se inteiramente do campo. Determinou, sim, uma distância, mas, com esse sentido radical do *di-stare*, pois, encontrando-se embora no seu escritório, o etnógrafo é, intensiva e quotidianamente, obrigado a manter-se em sintonia com o domínio empírico de sua investigação.

Tal exigência resulta do esforço de elaboração dos dados que a experiência de campo lhe proporcionou. Não é incomum, nessas circunstâncias, a descoberta de insuficiências no *corpus* consolidado dos materiais da pesquisa. Lacunas, imprecisões, contradições, ambiguidades, todas elas resultantes de perguntas malpostas ou, simplesmente, não formuladas, por inabilidade ou ignorância, ou, ainda, porque as situações vividas no campo excedem, invariavelmente, as possibilidades de apreensão e entendimento do etnógrafo.

O trabalho de gabinete, conduzido pela escrita, é, neste sentido, um impiedoso revelador de carências etnográficas e, assim, reclama o retorno eventual ao campo.⁴

Trata-se, neste caso, de verdadeiras incursões etnográficas, mais ou menos fulminantes, visando à captura de um dado ou esclarecimento indispensável à argumentação cerrada das questões propostas no trabalho. Tais incursões são feitas diretamente pelo pesquisador, agora orientado pelas necessidades do texto.

Mais de uma surpresa esperava-nos a partir daí. Em diversos casos foi necessário rever informações. O quadro genealógico de Zacarias, por exemplo, sofreu retificações e acréscimos, embora tivesse resultado de nada menos do que quatro censos, o último dos quais com participação nativa.

A etnografia, porém, não submete ao crivo apenas os dados de campo. Desafia, igualmente, os insumos teóricos do escritor. Dessa maneira, impõe-lhe, no decurso do trabalho, a revisão e ampliação de seus instrumentos conceituais.

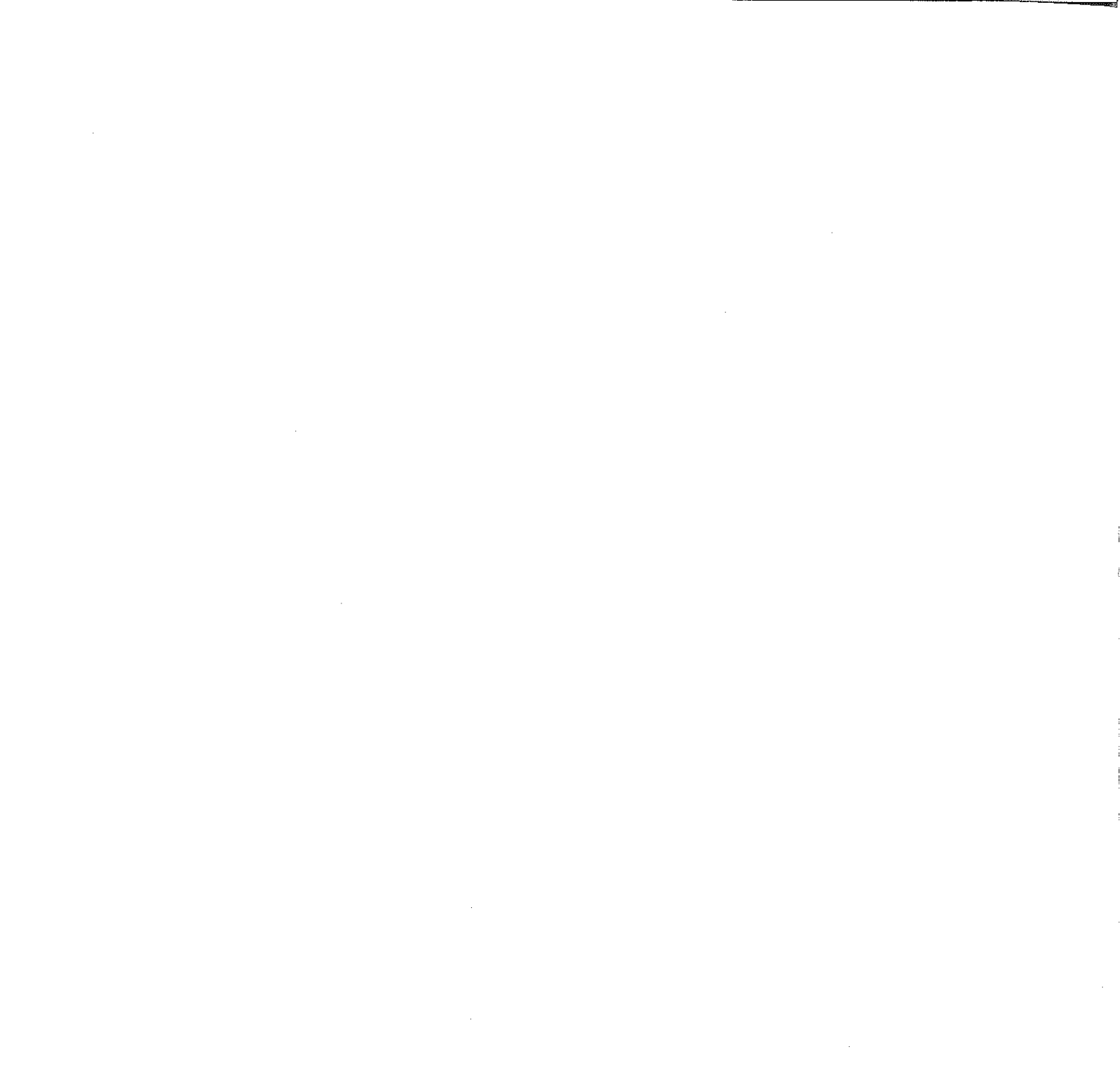
⁴ Às vezes, foi possível obter coisas que faltavam pelo telefone, pois, desde 1986, existe um na Zacarias. Mesmo em tais circunstâncias, porém, foi sempre fundamental a participação de um informante ilustrado – Prelidiano José de Marins, “Mucinho”, conhecedor tanto do terreno quanto dos temas e das indagações da pesquisa. Henrique, seu irmão mais velho, alegava não saber falar ao telefone. Além disso, não iria à casa da sobrinha, filha de seu irmão, onde se encontrava instalado o aparelho, por causa, talvez, do seu desentendimento com Prelidiano, no enterro de Antonica, mãe de ambos. Nessa fase da pesquisa, houve um momento nítido de inversão. “Mucinho” começou a reunir-se com o etnógrafo, no seu gabinete, para repassar dados e discutir suas interpretações, o que, circunstancialmente, gerava novas tarefas de campo e, mais que isso, quebra-cabeças, cuja resolução exigia o concurso de outros informantes. Apresentação Apresentação

Também aí se manifestam as incompletudes e, com elas, a necessidade do estudo, cujo centro gravitacional é o gabinete.

Nada para de mover-se, portanto, embora o levantamento de dados e o estudo tenham de cessar em algum momento. No campo os dias continuam a suceder-se, e, com eles, os eventos.

Henrique, anfitrião e principal interlocutor do etnógrafo, morreu, quando o ano de 1992 chegava ao fim. Abriu-se, então, o problema sucessório relativo ao seu rancho de pesca. E com ele o sistema de relações do povoado de Zacarias voltou a mobilizar-se, em torno de casa e patrimônio. Benjamin, filho de “Lilina” e neto de Juca Tomás, era sério pretendente. Foi, no entanto, a filha de Napoleão José de Marins (“Nizinho”), sobrinha-neta de Henrique e sobrinha-bisneta de Juca Tomás, quem acabou ficando com o rancho, o qual, desse modo, passou para um ramo colateral da família.

Para compreender o que isso significa, porém, será necessário consultar a etnografia, sem a qual esta observação permanecerá desprovida de sentido e, de qualquer modo, supérflua. Se a antropologia é uma ciência empírica do significado da ação, e se este não pode ser deduzido aprioristicamente, porque depende do contexto particular em que a ação é intentada, então, o que quer que isso (a coisa) signifique, é o que o leitor terá de buscar nas páginas subsequentes.



Busca, encontro e vicissitudes do caminho

Uma introdução à pesquisa

Possa quem procura seguir até que encontre.
Tendo encontrado, maravilhar-se. Maravilhado, reinará.
Tendo reinado, repousará, finalmente.
Clemente de Alexandria

1. A grande mortandade: crônica de uma intervenção fracassada

O ano de 1975 foi trágico para Maricá. Aos 28 de agosto, fria manhã de inverno, a lagoa despertou coberta de peixes mortos. Quando o sol terminou de dissipar a névoa e seus raios multiplicaram as reverberações prateadas em toda a superfície, como se esta não fosse mais do que um imenso espelho estilhaçado, os pescadores tiveram a certeza de que o espectro da fome tinha começado a rondar.

Não se enganavam. Poucos dias depois a situação era calamitosa. Os jornais do Rio de Janeiro e Niterói mencionaram armazéns saqueados. O Programa de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart/RJ) destacou uma equipe para avaliar a extensão e os efeitos da grande mortandade de peixes, nos povoados da orla da lagoa.

O grupo-tarefa – do qual eu fazia parte –, composto de cerca de 15 pessoas, compreendia geógrafos, agrônomos, veterinários, assistentes sociais, sociólogos e antropólogos.¹ Tratava-se de uma equipe treinada, constituída há pouco mais de seis meses. Esta era, dada a premência da crise, sua primeira oportunidade de ação conjunta. As grandes linhas dessa intervenção merecem relato, nem tanto pelos seus efeitos, mas por tudo que permitiram descobrir a respeito da pesca, dos pescadores e de suas lagoas.

¹ Dois antropólogos, Elina da Fonte Pessanha (1977) e Roberto Kant de Lima (1978), viriam, mais tarde, a dedicar suas dissertações de mestrado a temas relacionados

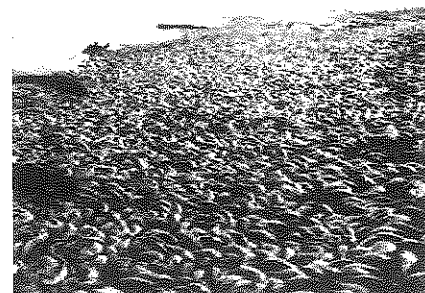
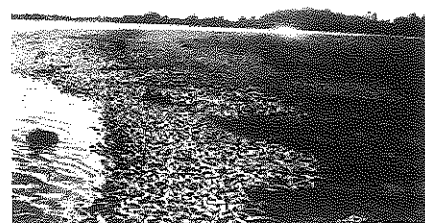
O cheiro forte de toneladas de peixe em via de apodrecer impregnava tudo. O ambiente era sombrio. A consciência da tragédia encontrava-se estampada na face de cada um, quando o grupo chegou à localidade de São José do Imbassaí, na manhã de uma sexta-feira, seis de setembro, véspera do feriado nacional. Percebemos, de imediato, que era necessário fazer com urgência um censo da população diretamente afetada pelo desastre.

A rapidez desse levantamento dependeria do prazo em que a notícia de nossa presença e objetivos pudesse alcançar os diversos assentamentos da lagoa. Esta era nossa grande preocupação, quando nos reunimos diante de um velho armazém.

Enquanto pensávamos no caso, ouvimos de um dos presentes que o interventor da Colônia Z-7 estava convocando todos os pescadores de Maricá aos postos do Pescart-RJ. Para tanto, valia-se de um programa radiofônico, com larga audiência no interior do estado.

O problema ficava, assim, em parte, resolvido. Mas, além de não confiarmos inteiramente no rádio, tínhamos a necessidade de distribuir os técnicos pelos povoados que, segundo indicações locais, melhor se prestassem à realização do levantamento. Com esse intuito, conversei com um pescador e, ali mesmo, em frente ao armazém, este começou a esboçar, no chão, o mapa das aldeias, localizadas no perímetro do sistema lagunar. Outro pescador aproximou-se e os dois passaram a desfiar um rosário de nomes de lugares. Como nos soassem desconhecidos, hesitávamos em situá-los na improvisada carta topográfica. Diante disso, um dos pescadores delimitou com rapidez todos os contornos e meandros do conjunto. As referências foram sendo assinaladas, sem titubear, por gordos pontos feitos com uma vareta. A boa disposição dos instrutores permitiu-me convencê-los a passarem a limpo o desenho, numa folha de caderno que lhes forneci com essa finalidade.

Enquanto isso, um colega ia tomando providências, baseado nas informações que os dois homens, com o auxílio do grupo que se formara, iam fornecendo. A primeira delas foi sugerir-me o envio de mensageiros, que a pé, de bicicleta, ou em suas canoas, deveriam levar os detalhes da convocatória aos lugares escolhidos, o que foi feito com bastante presteza. A segunda medida foi a imediata instalação dos postos de atendimento nas aldeias, cuja localização as fazia mais propícias aos procedimentos de um censo populacional por grupo doméstico. Apesar das precauções tomadas desde o início, no entanto,



A grande mortandade de peixes na Lagoa de Maricá, em 1975.

isto revelou-se mais difícil do que parecia à primeira vista. Embora todos os pescadores da região sofressem os efeitos desagregadores da mortandade dos peixes, os diferentes povoados pareciam não ver a situação sob o mesmo ângulo. A avaliação que faziam buscava estabelecer os que realmente tinham sido afetados pelo evento. Assim, começaram a se evidenciar as linhas de clivagem do sistema local de relações. Para São José do Imbassá, por exemplo, Ponta Negra não deveria ser incluída nas previsões de distribuição de gêneros de primeira necessidade. De modo a evitar os desentendimentos resultantes dessas divergências, em cada posto, moradores do lugar deveriam controlar o registro e auxiliar o cadastramento.

Durante a manhã e grande parte da tarde, enquanto os técnicos faziam o levantamento projetado, percorri as margens da lagoa com um companheiro de equipe, para avaliar a extensão dos danos. À medida que íamos seguindo, de um lugar para outro, surgiam as versões locais sobre o problema. Sequer uma delas deixava de referir-se à *barra de emergência*. Segundo o consenso geral, não se podendo mais abri-la, pois no lugar apropriado para tanto a prefeitura municipal construía uma estrada, tornava-se impossível renovar as águas do sistema. A este fato se atribuía não só a escassez de peixe em tempos recentes, como também a atual mortandade, que acabara por aniquilar o pouco restante.

Os comentários sobre a conjuntura da pesca na lagoa traduziam um profundo desalento. A maioria dos homens acreditava não poder resistir por muito mais às investidas da especulação imobiliária, que vinha num crescendo, e à qual estaria vinculado também o advento da estrada.

Um velho pescador, visivelmente emocionado, mencionou a batalha judicial que vinham travando, havia quase três décadas, contra Lúcio Thomé Feteira, poderoso empresário português associado a um grande cacique da política fluminense, diziam, e que reivindicava a propriedade de toda a área compreendida pelos povoados, onde desejava erguer uma cidade – a Cidade de São Bento da Lagoa.

Outro pescador fez um relato profuso de sua vida nos últimos meses. Há tempo não conseguia mais arrancar o parco sustento de sua família das águas da lagoa de Maricá. Por isso tinha sido forçado a pescar na lagoa de Piratininga, em Niterói. E como ele, muitos outros, levando suas canoas e redes e, com elas, a esperança de sobreviver. Logo, no entanto, haviam surgido conflitos com os

confrades desta lagoa. O resultado foram redes rasgadas, insultos e mútuas ameaças. Com isso espalhou-se a notícia da penúria de Maricá.²

O próprio fato dessa migração, que de resto não ficou limitada a Piratininga, pois outros pescadores foram tentar a sorte ainda mais longe, em Saquarema e até na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, teria valido como prenúncio de um inverno de fome na restinga de Maricá. Mas disso sabiam apenas aqueles homens desgarrados, dormitando à beira de lagoas estranhas, falando com tristeza dos dias longe de casa – “jogados pelo mato, largados como bicho”.

Seus ressentimentos tinham, no entanto, uma origem ainda mais longínqua no tempo. Remontavam à época em que, graças a uma manobra do governo estadual, “gente de Guarapina”, sem levar em conta a situação dos demais aldeamentos, tinha apoiado a abertura do canal de Ponta Negra, obra crítica do projeto de saneamento dessa região da baixada litorânea fluminense, no final dos anos 1940.

Aos seus olhos, a barra permanente constituída pelo canal de Ponta Negra estava associada ao fracasso da pesca na região. Quando os de Guaratiba, Barra de Maricá, São José do Imbaaí, Praia Grande, Saco da Lama e Zacarias se referiam a esse fato, constatavam com amargura que, por terem cedido aos desejos de seus vizinhos, se haviam tornado cúmplices da decadência das pescarias e, portanto, do seu próprio empobrecimento. O canal tinha sido para eles um autêntico presente de grego. Nos termos do modo de vida da região, uma escolha desastrosa para todos, afetando até mesmo os que mais tinham esperado beneficiar-se com sua abertura. Recebido, inicialmente, como uma dádiva, esse investimento trouxera consigo a discórdia, envenenando as relações entre os povoados, acentuando diferenças, suscitando acusações e disseminando, entre todos, um clima de mútua suspeição, cujos indícios se encontravam por toda a parte.

O declínio da pesca em Maricá começara, pois, muitos anos atrás. Para convencer-se disso bastava olhar os monturos malcheirosos que começaram a se juntar nas margens da lagoa. Neles não se encontraria qualquer vestígio da passada glória da região. Não havia camarões, robalos, paratis, corvinas, tainhas, ou exemplares do enorme bagre-chora.³ Em vez disso, amontoavam-se os acarás, as savelhas, os bagres-veludo e os mandis, todas elas espécies de pouco ou nenhum valor.

² O incidente foi registrado no campo por Elina da Fonte Pessanha (1977, p. 66): “Um fato ocorrido durante nosso trabalho em Itaipu, no fim do inverno de 1975, exemplifica bem isso. Alguns pescadores do município vizinho de Maricá, premidos pela ausência de peixes nas assoreadas lagoas locais, colocaram redes de emalhar na lagoa de Piratininga. Os pescadores de Itaipu e Piratininga, correndo o risco de serem punidos pelo órgão fiscalizador oficial, retiraram as redes durante a madrugada e abandonaram-nas na varanda do prédio da Colônia, em Itaipu (que tem jurisdição sobre Maricá), com um bilhete em que ameaçavam de destruição as próximas redes encontradas. Manifestaram, assim, sua reação ao uso da lagoa – aparentemente ociosa, pois há pouquíssimos pescadores em Piratininga e poucos são os de Itaipu que lá pescam, eventualmente, mas que, em virtude do próprio assoreamento, oferece fracas oportunidades de pesca – por profissionais como eles, membros da própria Colônia, mas estranhos ao grupo que ali atua.”

³ *Tachysurus grandicassis* (Val.), também conhecido como bagre-branco.

- ⁴ Tratava-se do almirante Faria Lima, nomeado pelo presidente Geisel para governar o estado do Rio de Janeiro durante o período correspondente ao primeiro mandato decorrido sob a égide da recente fusão com o antigo estado da Guanabara (1974-1978).
- ⁵ De volta ao Rio de Janeiro, Dario Castelo, que, além de coordenar a equipe técnica, era, na época, professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, seria demitido. E, dias depois, Roberto Kant de Lima, Elina da Fonte Pessanha e eu pediríamos exoneração, deixando o Pescart.

No começo da tarde, o cadastro, iniciado pela manhã, estava concluído. Seus resultados haveriam de mostrar que as maiores concentrações de pescadores estavam nas localidades de Zacarias, Barra de Maricá e Guaratiba (191 pescadores com 165 dependentes) e no povoado de Araçatiba (10 pescadores com 52 dependentes). O censo conseguiu, assim, atingir 240 famílias, num total de 1.305 pessoas, número que compreendia os 240 chefes de família e seus 1.065 dependentes.

Novamente reunido, o grupo-tarefa assistiu, então, à barra de emergência. Junto ao cômodo do mar, uma escavadeira procedia à abertura do canal. Repórteres, auxiliares de gabinete e engenheiros, o prefeito de Maricá, bem como alguns vereadores, além dos simples curiosos de todos os eventos públicos, acompanhavam a iniciativa, que contava com a presença do próprio governador.⁴

Os pescadores, em pequenos grupos, presenciavam toda essa movimentação. Bastava observar sua postura, para perceber sua descrença, que acabou, também, por traduzir-se em palavras. Céticos, limitaram-se, inicialmente, a murmurar. De súbito, dois deles, encorajados por técnicos do grupo-tarefa, aproximaram-se e, do alto da duna, fizeram abertamente suas ponderações. Aquela barra de nada adiantaria, afirmaram. Depois dela continuariam como antes, sem poder tirar sustento da lagoa, ainda por muito tempo. O escoadouro era pequeno demais e não teria nenhuma eficácia. Cavado na duna e de dimensões insuficientes, o canal não tardaria a ser obstruído pelo vento ou pela própria arrebentação; não bastava estabelecer uma comunicação da lagoa com o mar – uma abertura de barra era muito mais!

O diálogo subsequente foi áspero. O governador, sentindo-se atacado, exigiu do técnico que declinasse as qualificações em que se apoiava sua interferência. Ao saber de quem se tratava, recomendou ao interlocutor que se restringisse à sua área de competência. Não se contendo, o técnico replicou que, além de coordenar o Programa, era geógrafo, e nessa condição julgava seu comentário pertinente. O chefe do executivo fluminense, considerando-o recalcitrante, afastou-se do local sem lhe dar mais ouvidos, recomendando, porém, a um oficial de seu gabinete registrar a ocorrência do que lhe pareceu uma provocação.⁵

Enquanto a escavadeira mecânica e o trator da limpeza pública terminavam seu trabalho, os caminhões, um após outro, iam recolhendo das praias

toneladas de peixe em estado de putrefação, para despejá-las no aterro sanitário do município. A tarde começava a declinar quando se completou a barra de emergência. Um filete de água da lagoa escorreu penosamente para o mar. Satisfeita, a comitiva do governo considerou a tarefa encerrada e deixou Maricá.

Em companhia de alguns pescadores, seguimos para um pequeno armazém, entre Barra de Maricá e Zacarias, onde os comentários sobre o acontecimento prosseguiram ainda por cerca de duas horas. A tônica foi unânime: o que se tinha visto havia sido uma farsa. Para acentuar este fato, os pescadores descreviam-nos, com ênfase e detalhes, como deveria ser a abertura de barra. Citavam o exemplo de barras anteriores, rememorando episódios, datas, dimensões e efeitos.

Quanto à *barra*, cuja abertura tínhamos acabado de presenciar, profetizavam sua total inutilidade. Justificavam sua omissão em face do trabalho, anunciando o próximo fechamento do canal, aberto sem levar em conta seus conhecimentos e ponderações.

Ao cair da noite, também nosso grupo-tarefa deixava Maricá. Não sem antes voltar ao local onde se tinham desenrolado os acontecimentos daquela tarde. Vimos, então, que a *barra* estava em fase final de assoreamento. Dentro de poucas horas estaria completamente fechada, interrompendo-se a precária comunicação entre o mar e a lagoa, que há pouco tinha dado ao governo o sentimento de ter cumprido sua missão. Nesse momento, porém, ainda não era possível antecipar as consequências que toda essa *farsa* – pois, sem dúvida, fora esta a natureza do evento – teria no futuro, tanto para os pescadores quanto para os próprios integrantes do grupo.

O esforço de levar a ação governamental a pautar-se pelas manifestações explícitas do saber dos pescadores teve consequências desafortunadas, mas certamente não imprevisíveis. A razão técnica é monológica e legiferante. Pouco lhe interessa o que os demais envolvidos possam pensar do problema que intenta resolver. E, de acordo com sua perspectiva, o problema de Maricá era simples e passível de uma solução igualmente simples: uma lagoa estagnada, onde os peixes morrem, porque as águas não se renovam, precisa de um sangradouro. Para abri-lo não era necessário mais do que uma escavadeira e um trator. Levar em conta uma multiplicidade de aspectos, considerados relevantes pelos pescadores, significava complicar a intervenção em nome de um conhecimento desqualificado por ser “empírico”, “tradicional”, “impreciso” e “supersticioso”.

⁶ Como avisadamente observara o professor Luiz de Castro Faria, convidado a ministrar, juntamente com os professores Otávio A. Velho, Edson de Oliveira Nunes, Wagner Neves Rocha, entre outros, o curso de treinamento dos técnicos recém-admitidos pelo Programa de Assistência à Pesca Artesanal.

⁷ Como por exemplo, a de Túlio Persio Maranhão, da qual resultou sua dissertação de mestrado (Maranhão, 1975).

⁸ Carpentier, 1975:18.

A tentativa de instaurar uma relação dialógica, incorporando os argumentos dos diferentes sujeitos políticos, para, a partir deles, chegar a uma pauta consensual de soluções e intervenções, tinha por base um equívoco fundamental: o de agir como se o Pescart fosse uma instituição de pesquisa, e não um aparelho de Estado.⁶ O problema estava na ambiguidade do órgão, que envolvia quadros acadêmicos, tendo mesmo apoiado pesquisas de alguns dentre eles.⁷ Sua “ingenuidade” levou-o a extrapolar o âmbito que a ação governamental lhe havia destinado. O problema da lagoa era da alçada dos engenheiros; o do grupo era “evitar possíveis tumultos”, distribuindo viveres.

2. Quinze dias com Henrique, ou o encontro etnográfico

O saldo disso tudo foi um ano de dificuldades. Em breve, vários de nós vimo-nos constringidos a deixar o Pescart. Quase três anos depois, convertido em etnógrafo, eu mesmo retornaria a Maricá, encarregado de executar o projeto “Pescadores: suas técnicas e seu artesanato”, que deveria contemplar, também, o conhecimento naturalístico, que se lhes encontrava associado. Meu objetivo era sistematizar o máximo de informações sobre as chamadas *aberturas da barra*, procedimento essencial para o manejo do ecossistema lagunar, e cuja interdição já tinha identificado, anteriormente, como um grave problema para o ofício da pesca na região. Neste sentido, imaginava recolher não só dados técnicos, mas investigar, também, seu significado, segundo o ponto de vista dos diferentes aldeamentos de pescadores, sobretudo os da restinga.

Com essa perspectiva, parti para o campo. Cheguei a Maricá no começo de uma manhã de inverno. Como era, ainda, muito cedo, resolvi andar pelo mercado de peixe, situado em frente ao velho edifício da prefeitura. Lá conheci um pescador – Henrique, ou “Poeira”, como também era conhecido. “Encontro trivial, de certo modo, como são aparentemente todos os encontros, cujo verdadeiro significado só se revelará mais tarde, no tecido de suas implicações...”⁸

Seguindo as indicações de Henrique, fui, no dia seguinte, a um povoado da restinga: Zacarias, à beira da Lagoa de Maricá, o maior dos sete que, interconectados, formam o sistema lagunar. Se o encontro com Henrique teve um quê de *serendipity*, a escolha de Zacarias foi uma consequência da pesquisa feita no mercado. Desta resultara a informação de que, entre as comunidades

de pescadores, a Praia de Zacarias abrigava um grupo inteiramente voltado para a pesca lacustre. Um dos mais numerosos, além disso, e, neste momento, submetido às pressões de um acelerado processo de urbanização.

Escandido entre a Ponta da Pedra e a Ponta do Capim, o casario do povoado amoldava-se à vegetação baixa da restinga. As casas olhavam para a lagoa, de costas para o mar, de cujos ventos fortes se protegiam, aninhadas por detrás dos cômodos. Era preciso aprender a distinguir o lugar dos homens. Num primeiro instante, custei a reconhecer as 41 casas do aldeamento, tal era o modo pelo qual se engastavam na paisagem, a ponto de quase se confundirem com ela.

Durante não mais de 15 dias fui hóspede de Henrique, no rancho. Um tempo relativamente curto, porém muito denso, quando estimo, agora, a intensidade e a produtividade do trabalho realizado.

A permanência nesse rancho de pesca pode ser considerada um incidente do *trabalho de campo*. Mais precisamente, uma consequência da situação singular de meu anfitrião. Separado de sua mulher Brígida, Henrique habitava seu rancho de pesca. Na qualidade de hóspede, eu também passei a morar nele e, desse modo, fui de imediato envolvido pelas atividades e ritmos da pesca.

Do rancho podia presenciar as saídas e chegadas das canoas; e, com algum esforço e as necessárias explicações de Henrique, vislumbrar, a distância, as fainas das pescarias. Além disso, toda a atmosfera do rancho respirava pesca. O fato de não mais pescar não tornava “Poeira” menos interessado no assunto. Ao contrário: imerso ainda em suas rotinas de *domo de pescaria* e estimulado pelas perguntas sobre técnicas e conhecimentos necessários ao mister, discorria longa e animadamente sobre esses temas.

Embora lhes faltasse uma certa formalização, como no caso dos “seminários teológicos” de Turner com Muchona e Winston,⁹ ou das entrevistas de Griaule com Ogotemeli,¹⁰ essas conversações tiveram o mesmo caráter pedagógico. Todos os tópicos de algum modo relevantes para o assunto foram, progressivamente, objeto de exposições prolongadas. Não havia hora certa para esses diálogos. Quando Henrique se dedicava a alguma tarefa relacionada com a pescaria, tratava, ao mesmo tempo, de expor, circunstanciadamente, as informações pertinentes a ela. Valia-se, também, do mesmo discurso processual,¹¹ quando me surpreendia envolvido com algum afazer vinculado à atividade pesqueira.

⁹ Cf. Victor W. Turner “Muchona the Hornet, Interpreter of Religion” (Northern Rhodesia), in Casagrande (ed.) 1964:333-555).

¹⁰ Cf. Marcel Griaule, *Dieu D'Eau, entretiens avec Ogotemeli* (1966).

¹¹ Discurso descritivo que procede por etapas, articulando-as, em sequência, para dar a ideia de um todo que é, por sua vez, um procedimento (técnico, ritual, etc.).



Marco Antonio da Silva Mello e "Poeira"
(Henrique – Irineo José de Marins)

O ponto alto dessa iniciação, entretanto, eram os serões no rancho. Às vezes, em companhia de outros, ou, quando já era mais tarde, só nós dois, a conversa estendia-se noite afora e madrugada adentro. Nessas ocasiões, estimulados pelo tema, os espíritos animavam-se. Sobretudo "Poeira", na sua condição de pescador emérito, discorria, então, com argúcia, vivacidade e abrangência sobre a lagoa; as estações do ano; os ventos e as marés; os ciclos da lua; os peixes e as pescarias; os petrechos do ofício; as constelações do firmamento; as restingas; as demais lagoas; os outros assentamentos pesqueiros; as casas do povoado; as relações dos habitantes, seus parentescos, conflitos, "questões" e costumes... e assim por diante, interminavelmente.

Dentre os temas preferidos, voltava, constantemente, um, que já tinha despertado minha atenção durante o contato inicial – *a abertura da barra*. Só que, agora, vinha associado a uma outra dimensão, não menos significativa, de suas vidas – a moradia.

Para os habitantes de Zacarias, a forma corrente de atestar sua vinculação àquela área da restinga consistia na referência obrigatória a *casa*. Não a qualquer casa, mas a algumas em particular, que ancoravam no tempo o pequeno povoado. Essas casas, enquanto marcos históricos de ocupação da restinga, pareciam legitimar a presença de toda a comunidade na Praia de Zacarias.

Assim, a memória local podia ser reconstituída com uma simples alusão ao copiar de uma casa centenária. O desenvolvimento de um ciclo doméstico reificava-se nos cômodos sob a égide da mesma cumeeira. As casas, portanto, contavam uma história. A partir delas, era possível remontar no tempo; desfilar o rosário das gerações; recuperar os laços do parentesco e as alianças entre os grupos familiares; rememorar nomes, pessoas, datas, episódios e querelas.

Diante disso, minha atenção foi sendo, pouco a pouco, deslocada para a densidade de sentido que meus interlocutores atribuíam a acontecimentos, tais como a abertura de uma barra, a construção de uma casa (ou sua demolição), a sucessão de uma herança e, com ela, a multiplicação ou dispersão de um patrimônio.

E quanto às motivações dessas eventualidades, sempre dramáticas, não era necessário procurá-las muito longe. Estavam logo ali, sob a forma de uma estrada, que, abrindo caminho no friso litorâneo, progredia, arrasando a vegetação da restinga e, se necessário, passando por cima das casas, como se fosse difícil separá-las da paisagem.

Não era, pois, sem razão que, nos fins de tarde, quando as canoas estavam de volta, Henrique e os seus companheiros e amigos retornavam, sempre, ao problema da *estrada*, das *casas* e da *barra*.

Nessas ocasiões, pareciam fazer questão da minha presença. Insistiam em ver registradas todas as suas observações sobre esses temas. Não estavam apenas conversando comigo. O tempo todo faziam denúncias. Até que de uma feita resolvi desligar o gravador, temendo complicar a situação de todos pelo simples registro dessas queixas.

Meu temor não era infundado. Poucos dias antes, um oficial de justiça, acompanhado por policiais militares, cometera atos de violência contra habitantes do povoado. Casas ficaram sob ameaça de demolição e seus moradores sob a mira de armas de fogo, arbitrariedades que, segundo eles, contavam com a conivência da administração municipal.

A nuvem de poeira levantada pelas máquinas, que trabalhavam no extremo do assentamento, junto à Ponta da Pedra, impregnava de barro as roupas nos varais. Tensão e desalento haviam tomado conta do lugar. Sobre quaisquer veleidades de protesto, pesava a pecha da subversão. E foi com esse fantasma, tão comum naquela época, que tive de conviver, durante todos os dias desse segundo encontro.

Apesar disso, pude reconhecê-lo, para além de todos os constrangimentos políticos, como um encontro propriamente etnográfico. Nessa condição, representou a primeira etapa do meu *trabalho de campo* e serviu-me de ponto de partida para todos os encontros subsequentes. Por isso, resolvi ocupar-me dele, ainda que de forma esquemática.

O período que passei em Maricá, no inverno de 1978, viria a ser o primeiro de uma série que, com eventuais interrupções, cobriu aproximadamente uma década de *trabalho de campo*. Apesar da repetição dos encontros, que variaram quanto ao ritmo e à intensidade, este primeiro continua sendo, ainda hoje, aquele do qual conservo a memória mais nítida e a mais indelével das impressões. Foi, neste sentido, o encontro etnográfico por excelência. Não apenas em contraste com o contato de 1975, mas também porque nele, de forma extraordinariamente densa, podem ser detectadas todas as características que permitem qualificá-lo como tal.

¹² São estes, outros povoados pesqueiros da lagoa, do lado da restinga. Do lado oposto, "na terra firme", havia ainda outros, como São José do Imbassá, Araçatiba, Saco das Flores, Saco da Lama etc.

Disso tudo resultou um fato particularmente positivo. O aspecto dramático dos acontecimentos mencionados serviram para dar ao projeto de 1978 um foco e um campo de questões definidos.

Ao chegar a Zacarias, cerca de três anos após os eventos que culminaram na farsa da *abertura da barra*, minha situação era, sob vários aspectos, bastante distinta. Sobretudo porque estava sozinho. Embora portador de um vínculo com a esfera governamental, minha identidade ficou sendo então simplesmente a de "professor". Apesar de suas virtualidades favoráveis, esta identidade não conseguiu poupar-me, inteiramente, da desconfiança reinante no povoado. O fato de ser hóspede de "seu" Henrique contornou essa dificuldade, com o passar do tempo.

Graças a ele, o mundo, para mim, genérico da pesca lacustre encarnou-se num assentamento particular, onde os pescadores passaram a ter nomes, fisionomias, temperamentos e histórias distintos. Ainda que provisoriamente, Zacarias tornava-se a minha morada, proporcionando-me não só uma inserção na realidade cotidiana de uma aldeia de pesca, mas também um ponto de vista, dentro do sistema, diverso daquele que poderiam dar-me Barra de Maricá, Guaratiba ou Ponta Negra, por exemplo.¹²

Como pesquisador, não podia desejar sorte melhor do que a hospitalidade de Henrique. À maneira dos antropólogos fui, de início, um hóspede autoconvidado, desses que se insinuam com a intenção de achar um pouso e ir ficando. Isso, no entanto, só foi possível porque Henrique se dispôs a atender minhas expectativas, convidando-me a permanecer no rancho.

Sua hospitalidade ofereceu-me não só um abrigo, comida e bebida, mas, ainda, aquilo de que mais carecia – uma paciente e autorizada socialização no universo no qual pretendia desenvolver minha pesquisa. E, neste sentido, ninguém poderia esperar interlocutor mais qualificado.

Henrique era um dos mais velhos e prestigiosos pescadores de Zacarias. Tinha uma memória prodigiosa, uma trajetória profissional exemplar, uma vivacidade intelectual extraordinária, a serviço da qual mobilizava seus notáveis dons de observador e narrador, que combinava com um apurado senso pedagógico.

As virtudes de meu interlocutor, porém, não derivavam, apenas, de suas características pessoais. Sua peculiar inserção social era igualmente importante neste caso. Graças ao fato de não ter filhos, de ter deixado de pescar e de viver

no rancho, em decorrência do seu curioso arranjo matrimonial com Brígida, “Poeira” tinha, na Zacarias, uma posição excêntrica, que lhe dava uma percepção mais aguçada e crítica do povoado, apesar de seus vínculos morais e afetivos com este.

Assim, cumpre reconhecer que, neste primeiro encontro etnográfico, Zacarias se transformou num ponto de vista, em grande parte através dos olhos e das palavras de Henrique. Foi sua maneira de considerar as coisas e de as formular, num constante e variado fluxo narrativo, que fez, desses 15 dias passados no rancho, uma experiência radical e propriamente etnográfica.

Com efeito, nunca deixei de surpreender-me com a reiterada constatação de que, no campo, tudo para o que minha atenção haveria de voltar-se, nos anos subsequentes, já havia sido abordado, alguma vez, durante esta primeira estadia.

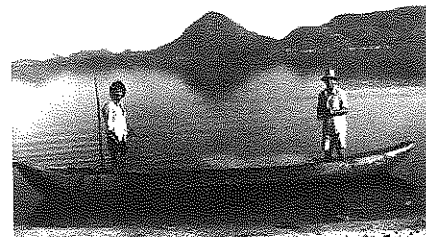
Ao consultar, hoje, o resultado dessa incursão etnográfica,¹³ entretanto, não só ressurgem a pletora dos conteúdos, mas, junto com ela, um certo modo de tratá-los. Henrique falava das coisas deste seu mundo com encantamento. Suas descrições eram tão vivazes quanto exaustivas. O fato de estarem motivadas por um interesse prático jamais as tornava enfadonhas. Como todos os narradores natos, imprimia aos temas essa tonalidade épica, que marca a tradição oral. Graças a ela, apresentava cada fenômeno ou incidente como uma peça exemplar, misturando orientações práticas, artifícios cognitivos, normas de vida e lições de moral.

Dessa perspectiva, não é possível senão descrever a natureza do seu discurso, recorrendo às palavras de Walter Benjamin, quando afirma: “A narrativa, da maneira como prospera longamente no círculo do trabalho artesanal – agrícola, marítimo e depois urbano – é ela própria algo parecido a uma forma artesanal de comunicação.”¹⁴ E, com isso, não se trata apenas de sua construção peculiar, mas, para além dela, da extensa gama de práticas que tendem a acompanhá-la, envolvendo tanto o narrador quanto o seu público.

Ouvi as histórias de Henrique enquanto este desempenhava as mais diversas tarefas, nas quais, por decisão própria ou a convite, tratava de secundá-lo. Assim, participei do tratamento das redes; da coleta e preparação dos materiais para esse fim; do aparelhamento e reparo das canoas; e do manuseio, conserto e acondicionamento de todo tipo de itens da pescaria, até que, finalmente, estivesse apto a embarcar, como “companheiro” de Benjamin, sobrinho do velho pescador e arrendatário de uma de suas canoas. Além disso, acompanhei meu

¹³ “A técnica e o folclore dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro” (Mello e Rodrigues, 1978).

¹⁴ Benjamin, 1980:62-63. Artesanal, inclusive, porque é concebida para cada ocasião e para cada auditório, sendo, pois, única, como qualquer peça da lavra do mestre-artesão.



Marco Antonio da Silva Mello e Benjamin “Beco”.

anfitrião nas suas costumeiras excursões à restinga, durante as quais o fio da narrativa prosseguia a propósito da multiplicidade de frutos, flores, madeiras, raízes e de tudo que merecesse alguma atenção pelo seu caráter útil, estético ou curioso.

Não eram, porém, apenas as tarefas manuais que suscitavam o comentário narrativo. Bastava uma circunstância qualquer. Certa noite, por exemplo, já acomodados para dormir, com o rancho às escuras, Henrique começou a dissertar sobre os ventos:

Tá ouvindo o vento? Essa porta batendo na tramela? É um nortezinho caindo. É um vento fresquinho, quando dá de noite. É bom para o pescador, como também o leste e o nordeste. Já o sudeste, não é muito bom. Quer dizer, é ruim para pescar de lança, mas não para a rede de espera. Mas vento danado para o peixe é o lé-sueste. Esse vento esconde o peixe. Traz chuva e temporal. É um quarto de vento que depende da parte do mar. Tem uma porção de “quarto de vento”, como a gente trata aqui... O sudoeste traz chuva também. Agora, o leste e o nordeste só trazem trovoadas e relâmpago, mas chuva não vem não. O leste pertence ao mar mesmo; e o norte pertence ao norte mesmo; o norte falado. O nordeste, o oeste e o sudoeste, vem da parte de baixo, da terra firme, abrindo para o mar. O noroeste, o “minuano”, cai por cima da Pedra de Inoã, é vento brabo! Vento que não sabe ventar fraco. Mas é um vento antigo, e nós já estamos acostumados com ele. O leste é manso e escurece a água. Manso para nós, aqui, atrás do combro. Lá fora é a “lestada” – o “mata-poveiro”. Cansamos de acudir eles na costeira, quando dava a “lestada”... Aqui tem muita raça de vento!

Dos ventos, Henrique passou para as luas, sempre associadas às marés. Talvez porque a conversa tivesse derivado para os ciclos do ano, para as estações:

O sol varia, mas a lua é o ano todo. Ela funciona assim: três cheias, três secas, três enchendo e três secando. No duro, ela não fica nem cheia, nem seca. Ela fica 12 horas fora e 12 horas escondida. A lua nova a gente não vê, mas ela está trabalhando, só que é de dia. Ela continua – às seis da manhã está seca; ao meio-dia está cheia, está a pino; às seis da tarde está seca de novo, depois vem enchendo até a meia-noite.

Esses excertos dão uma ideia aproximada do estilo que Henrique imprimia às suas dissertações. Funcionam, ainda, no sentido de ilustrar o elenco temático das conversas no rancho. Estas se organizavam em torno de alguns centros

gravitacionais. A lagoa e a pesca formavam um deles. Outro era constituído pela casa isto é, pelo parentesco, não apenas na sua dimensão atual, mas também na dimensão diacrônica da genealogia; uma e outra rebatidas no espaço da moradia e da aldeia.

No campo estruturado em torno da pesca lagunar, surgiam diferentes tópicos, entre os quais era possível distinguir uma hierarquia de recorrência e relevância. O camarão constituía, nesse particular, o grande subtema. Apresentava-se, invariavelmente, em conexão com o glorioso passado pesqueiro de Maricá, “nos tempos da lagoa antiga”. Logo a seguir, na escala, surgia a *pesca de galho*, ou “de parcé”, como preferia Henrique. Se a esta última faltava a complexidade sociológica da pesca do camarão, sobrava-lhe, no entanto, requinte, quando vista sob o ângulo da engenhosidade técnica e cosmológica.

O camarão remetia não só a uma espécie de época de ouro da pesca no município, mas, também, a uma extensa e complexa rede de relações, envolvendo rivalidades, reciprocidades, trocas, maximizações e complementaridades de atores sociais e dos seus respectivos recursos.

A *pesca de galho* referia-se a uma igualmente complexa e, talvez, ainda mais intrincada rede de correspondências cosmográficas e cosmológicas.

Os dois outros temas maiores eram a *barra* e a *Companhia*. Ambos tão recorrentes quanto polémicos. Temas diretamente relacionados tanto à pesca lagunar, quanto ao tripé casa/parentesco/genealogia. Se a presença da *Companhia* era uma ameaça para a *casa*, a já longa ausência das aberturas de barra punha em risco a *lagoa*, e com ela a *pesca*. Desse modo, os dois últimos temas relacionavam-se com os dois primeiros, revelando-se, como eles, inseparáveis. A urbanização intentada pela *Companhia*, em vista do turismo, com sua estrada litorânea, inviabilizava as barras. À falta dessa comunicação com o mar, a *pescaria* minguava, tornando-se incapaz de sustentar a *casa*. Esta, por sua vez, vitimada pelo processo de relocação, estava fadada a afastar-se da *lagoa* ou a desaparecer, pondo em xeque a sobrevivência da *família*.

Por fim, apareciam os dois últimos grandes temas desse elenco. Eram, na verdade, duas histórias. Referiam-se à cisão do povoado, em virtude da qual tinham passado a existir duas Zacarias – a “de cima” e a “de baixo”; a das “casas novas”, insidiosamente chamada de “Vila dos Pescadores”, distante dos portos da lagoa, e a das “casas antigas”, à beira do Lago Grande, olhando-o, por assim dizer.

¹⁵ Fundo de aposentadoria e pensão dos trabalhadores rurais, pois vinculava-se ao sindicato, no passado.

A primeira dessas histórias era a da *Companhia*; melhor dizendo, a de Lúcio Thomé Feteira, empresário estrangeiro. Relatava o episódio que, segundo os pescadores, constituía o ato fundador de um empreendimento baseado na traição e na usurpação.

Essa história trazia consigo, invariavelmente, uma segunda – a história de Juca Tomás. Também ele empresário e pai fundador. Só que numa versão positiva, pois era do lugar e, mais que isso, ancestral dos nativos da Zacarias, personagem fundamental do clã dos Marins, *fons et origo* da família.

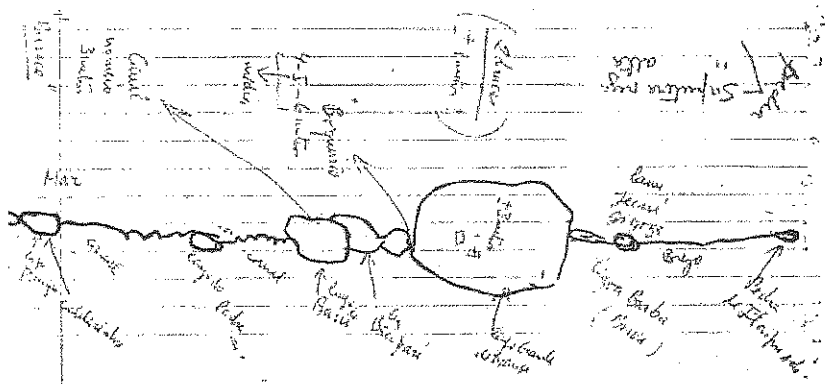
O mundo de Henrique tinha acabado de sofrer uma redução drástica. Em parte, essa limitação tinha-lhe sido imposta em consequência do abandono da pescaria, ele mesmo determinado pela idade e por suas condições de saúde. Por outra parte, entretanto, era fruto de uma escolha, pois inúmeras vezes insistira, em vão, para que juntos visitássemos a Lagoa Rodrigo de Freitas e seus arredores, no Rio; as lagoas de Piratininga e Itaipu, em Niterói; Saquarema e o outeiro de Nossa Senhora de Nazaré, com suas famosas festas da padroeira; a Serra do Espreado, todos eles lugares para onde o tinham levado sua atividade, seus relacionamentos e suas folganças, da juventude e da idade madura.

No inverno de 1978, porém, esse universo restringia-se ao povoado e aos seus arredores imediatos. Quando deixava o rancho, Henrique podia dirigir-se para a beirada da lagoa, a restinga ou a costeira. Ia sempre à casa de sua mulher, para apoiá-la em certos afazeres. Frequentava a birosca de “Ginho”, seu primo e cunhado, quando não ia ao armazém de Alcina, ao de Jessé ou, vez por outra, à birosca de “Tuguesa”. Podia ser visto na casa de Ari, seu sobrinho, atravessador de peixe do povoado, ou, mais adiante, no armazém de “Totonho”, na estrada do Boqueirão. O mais longe que ia era à *Vila*, isto é, ao núcleo urbano de Maricá, para passar no mercado de peixe, na feira e no banco, de onde sacava os reduzidos proventos do seu Funrural.¹⁵ Fazia tudo a pé, empurrando um carrinho de mão, de sua própria lavra. No tempo seco, levantava o pó da estrada, o que lhe valeu o último de seus apelidos: “Poeira”.

Apesar disso, não se poderia dizer que seu mundo fosse pequeno. Henrique possuía informações atualizadas sobre o que se passava “lá fora”. Era uma pessoa interessada, que gostava de ouvir, comentar e passar adiante as notícias. Para inteirar-se dos eventos exteriores, frequentava o comércio de “Ginho”, ou permanecia à sombra do grande bapebuçu diante da porta de “Tuguesa”, bebendo cachaça com cambuim e proseando com seus pares, ao cair da tarde.

Mas não era só isso que dava amplitude ao seu mundo. Era antes um modo de falar das coisas mais imediatas, isto é, daquelas que estavam ao alcance da vista, ou à distância de uma breve caminhada. Quando se detinha numa apreciação da lagoa ou das serras, da restinga ou do mar, das águas lacustres, das florestas, ou do firmamento estrelado, sabia atribuir inusitada grandeza a tudo isso, não só pela abrangência de sua visão, sempre atenta às totalidades, como também pela extraordinária multiplicidade de detalhes pertinentes que era capaz de entrelaçar, de maneira significativa, nos seus excursos. Finalmente, não eram estranhos a essa impressão de magnitude, evocada por suas palavras, a emoção estética e o arsenal de metáforas que davam sustentação ao seu modo narrativo. Para ele, o céu era mais do que um arranjo espacial de corpos celestes. Considerava-o com base em uma semiologia poética, apontando entidades como o “Caminho do Céu” (a Via Láctea), a “Arca de Noé”, o “Poço do Céu” (um grande vazio na Via Láctea), e assim por diante.

Da mesma forma a lagoa, isto é, o sistema lagunar como um todo, revelava-se, em toda a sua riqueza e complexa diversidade. Ele dominava uma extensa toponímia de praias, portos, sacos, coroas, pontas, canais e pedras. Conhecia o fundo da lagoa, isto é, sabia, além das profundidades propriamente ditas, a configuração e a natureza das áreas submersas; se o chão era de lama, cascalho, areia; se era limpo ou sujo. Neste último caso, conhecia o tipo de vegetação do fundo, os “lixos”, como dizem os pescadores – *lixo roseta*,¹⁶ *lixo capim*,¹⁷ *lixo peteque*,¹⁸ *lixo de limo*,¹⁹ *lixo de algodão verde*,²⁰ *lixo do camarão*²¹ – “formando gigantescos canteiros subaquáticos”.²²



- ¹⁶ Chara.
¹⁷ Trata-se de uma Najadácea *Ruppia* marítima, L.
¹⁸ Não identificado.
¹⁹ Trata-se de algas filamentosas *Ulothrix*-*caecae*.
²⁰ É formado por uma clorófitica, “verde cobreada, muito berrante”.
²¹ A *Enteromorpha*, “alga verde de tubinho, como um macarrão fino”, conforme conhecem os pescadores.
²² A expressão é de Lejeune de Oliveira (1955:191). As identificações dos “lixos” encontram-se neste mesmo autor.

Página de “caderno de campo”: Mapa do sistema lagunar de Maricá feito por Henrique “Poeira” com anotações do etnógrafo.



Uma canoa da praia de Zacarias.

De sua semiologia do Lago Grande, por exemplo, faziam parte, ainda, as pedras da Saputera (ou Taputera) e a Pedra Alta, além de duas pedras submersas, sem nome – “todas elas raiz lá do mar, filhas daquelas que tem no mar”. Isto sem falar nos “parcéis”, ou “lugares”, ou “galhos”, como também são chamados. E que são pesqueiros, várias dezenas deles – criados e localizados com base num processo de triangulação, cujo fundamento é um extenso e variado sistema de pontos referenciais, identificáveis na linha do horizonte mais imediato (*beirada* da lagoa) ou mais distante (serras, falésias e cômoros da restinga), e aos quais se dá o nome de *marcas*.

“Poeira” estava longe de ser um letrado, mas sabia ler e escrever. Diante da folha do *caderno de campo* que lhe apresentei, certa feita, não se fez de rogado, e produziu, em pouco tempo, uma espécie de mapa das lagoas, num desenho com muitas explicações, entre as quais foi assinalando as que lhe pareciam mais importantes, nesta primeira carta nativa das lagoas de Maricá.

Quase tudo que nós dois fazíamos e aquilo sobre o que conversávamos tinha a ver com a pesca, seu assunto predileto, graças a uma oportuna convergência de interesses, dessas sem as quais o *trabalho de campo* costuma transformar-se em tarefa penosa e, na maioria das vezes, de poucos sucessos.

Não se pode dizer que fosse um cotidiano de pescador, pois Henrique não pescava mais. Apesar disso, o dia a dia era ainda pautado pela atividade pesqueira, da qual o anfitrião conservava as rotinas, com exceção da principal. E mesmo esta não estava de todo ausente, porque Henrique acompanhava, à distância, as pescarias alheias.

Enquanto isso, juntos, cuidávamos das canoas, quer para baixá-las, do rancho ou da praia, para a lagoa, quer para tirá-las desta, acomodando-as no seco. As canoas de Zacarias, sobretudo as mais antigas, cuja idade variava de 35 anos para mais de meio século, eram de vinhático ou de cedro. Mas existiam algumas feitas de oiti, cica e bacurubu, esta última tida como madeira inferior, demasiado macia, “igual cortiça”. Canoas de bacurubu eram, portanto, pouco duráveis, exigindo uma demão de tinta, de três em três meses, para não apodrecerem.

Ao cuidar do objeto, este se convertia no tópico principal da conversação. E, dessa maneira, iam-se desdobrando todas as suas implicações. Aquelas referentes ao fabrico, por exemplo. Como nenhuma das madeiras próprias para a construção de canoas existisse na área dos baixios e da restinga, era

necessário procurá-las nas serras (em Itapeba ou no Espreado), ou mesmo em outros municípios (como Macaé), às vezes mais longe ainda, na Ilha Grande.

Assim, quem precisasse de uma canoa tinha de contratar com um profissional, geralmente lavrador, o serviço de derrubada.²³ No dia marcado pelo canoeiro, abatia-se a árvore escolhida, respeitando a fase da lua. O abate ocorria, obrigatoriamente, no quarto minguante, quando a madeira “está fechada”. A tarefa era árdua, e quando o trabalho familiar não era suficiente, lançava-se mão de auxílio, sobretudo para trazer o madeiro até o local onde seria preparado.

Da habilidade do canoeiro, ao escavar o tronco com enxó e machado, dependiam as qualidades da embarcação. Esta tinha de resultar estável. Ninguém gostava de “canoa bandoleira, que ginga muito”. Às vezes, porém, não havia como evitar essa eventualidade, quando o tronco tinha pouca largura, por exemplo. Neste caso, tornava-se necessário abrir o fundo, inserindo-se aí uma “bandoleira”, nome dado a um madeirame que, engastado “no meio” da embarcação, passava a servir-lhe de “tábua de fundo”. Era ponto de honra que essa emenda fosse executada com perfeição, tornando difícil, ao leigo, reconhecê-la.

O “fundo da canoa” devia ser considerado bom quando o espigão era de cedro. O *banco de proa* costumava ser de “pinho sangrado”, que era “o pinho sem o breu” (“sem óleo”, “seco”). O *banco do meio* (ou *contrameio*) assentava-se, praticamente, sobre o “pré-pau da canoa”, sendo este um cavername forte, cuja função consistia em impedir os bordos de se “fecharem” pela ação da água e do sol. As ligas dos eventuais remendos eram feitas com *machetes*, pequenas chapas de cobre, capazes de garantir-lhes firmeza e durabilidade.

Essas canoas mediam cerca de sete metros de proa a popa, com pouco mais de três palmos de largura no meio. Eram impelidas por dois remos – o do *mestre* (ou *popeiro*) e o do *chumbreiro*. Para eles deviam preferir-se certas madeiras como o louro, “que lasca pouco com o sol”; o “louro cabureíba”, “que tem o cerne forte”;²⁴ ou vinhático, cedro e jequitibá.

Ainda a propósito da canoa, a conversa derivava para assuntos correlatos, determinados pelo ponto de vista que se adotasse a respeito dela.

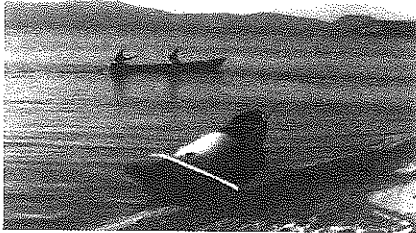
Como unidade de produção, colocava o problema da partilha. Antigamente, vigorava o sistema do *quatro em um*. A safra dividia-se em quatro partes iguais: duas para o *mestre*, uma para o *chumbreiro* e uma “para a canoa”, isto é, para

²³ Em Itapeba, era “Zinho” Oliveira que fazia canoas e remos.

²⁴ Cabreúva-do-campo, árvore da família das leguminosas – papilionáceas.

²⁵ Nos tempos atuais, grande parte das redes e tarrafas é de *nylon*. O tucum desapareceu de todo. Permanece a linha de algodão, necessária às pescarias de certas espécies, como o bagre, por exemplo.

²⁶ Há, também, moldes ditos de um dedinho ou dois dedinhos, sendo subdivisões dos moldes de um e dois dedos, respectivamente. Com eles é tecida a malha mais fina das redes e tarrafas de camarão.



Canoa na beirada e companheiros chegando da pesca.



Apetrechos de pesca de Henrique "Poeira".

o dono da pescaria. Depois, passou-se a usar o *três em um*, onde cabiam partes iguais ao *mestre*, ao *chumbereiro* e à "canoa".

Como bem durável, a canoa era passível de propriedade, sendo, nesta condição, indivisível. Podia transmitir-se por herança. A propósito, sucedia algo curioso. Henrique sustentava que "mulher não tem canoa". Verificava-se, no entanto, que a canoa era invariavelmente associada a um grupo de irmãos uterinos, como meio de assegurar a subsistência de uma família.

Como dispositivo fundamental da reprodução das unidades domésticas, por sua vez, a canoa surgia em estreito vínculo com as redes de pesca e as tarrafas. Estas, em contrapartida, eram, por excelência, fruto do trabalho doméstico, sobretudo das mulheres, associando-as, pois, ao empreendimento pesqueiro.

No passado, as redes eram confeccionadas a partir de fibras vegetais.²⁵ Assim, era preciso fiar, seja o algodão, seja o tucum, ambos adquiridos na feira ou nos armazéns da *Vila*, ou ainda nos povoados da restinga. Eventualmente, esses produtos podiam ser obtidos através do escambo. Neste caso, o pescador levava aos portos da terra firme "um almoço de peixe", trocando-o com os lavradores por um carregamento de banana, mandioca, guando, algodão e tucum.

Para tecer as redes, usavam-se *moldes* de bambu, com vistas ao tamanho da malha, além de *agulhas* de diversos tamanhos, geralmente de pitangueira ou batinga. Os *moldes* eram de um, dois, três ou quatro *dedos*,²⁶ segundo a finalidade da rede, ou conforme a espécie a cuja captura se destinavam. O tamanho das *agulhas* variava de acordo, não só com o tamanho da malha, mas também com a espessura do fio, e ainda com a fase da confecção. De resto, tais objetos são, apesar de sua aparente simplicidade, complexos, na descrição nativa. Sua elegante forma oblonga compreende *ponta*, *meio* e *pé*. O *meio* é "como a tábua do fundo da canoa". A parte dianteira do *corpo da agulha* se aguça num *bico*, bifurcando-se na direção do *meio* em torno de um vazio, no qual se projeta a *lingueta*. A parte de trás abre-se em dois, formando a *bunda*. O objeto inteiro é pensado como um símile reduzido da canoa, estendendo-se, como ela, do *bico da proa* ao *espelho da popa*.

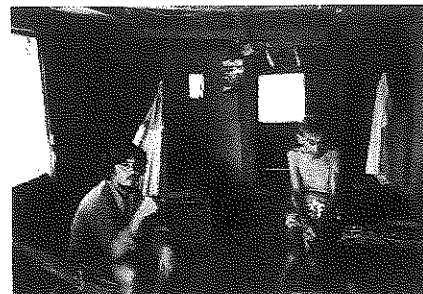
Henrique comentava cada detalhe, quando, em diferentes momentos, se dedicava a consertar as redes de sua pescaria, quase sempre de madrugada, à luz incerta do candeeiro. Nessas oportunidades, não se contentava com demonstrar o funcionamento de cada item. Fazia questão de que o etnógrafo tentasse

imitá-lo, manuseando esses requisitos, para compreender as peculiaridades de sua operação. Desse modo, este teve de aprender, ainda que precariamente, como se confeccionavam os complementos para aparelhar e entralhar as redes. As boias, por exemplo, eram feitas com uma raiz que podia ser encontrada na restinga ou no brejo da lagoa – o ariticum, leve e fácil de ser trabalhado (“mais maneiro”).²⁷ Sua confecção exigia o uso de *compassos*, obtidos dos galhos da pitangueira ou do camará, para dar à “cortiça” um padrão regular. Há uma boia diferente das outras – o *capitão*, apetrecho singular, cabaça, bola de vidro ou isopor, assinalando a ponta da rede, que é a primeira a ser jogada na água, por ocasião de um lanço. Referindo-se a um desses dispositivos, Henrique falava dele como de um companheiro de pescaria – “Esse *capitão* tem pescado comigo há mais de 20 anos!”. Verifica-se, pois, que os homens pescam, não só com seus parceiros, mas, também, com seus instrumentos, muitos dos quais os acompanham por inúmeros anos, rompendo, às vezes, a barreira das gerações, como é o caso dos grandes remos de mestre e das tarrafas, por exemplo.

Das rotinas fazia parte, ainda, a manutenção do rancho. Era preciso tê-lo sempre limpo, arrumado e abastecido. Parecia um barco, pronto para zarpar. A cada tanto era necessário varrer e lavar o piso do rancho, mantendo-o desimpedido para a “traficância”, nesta aguada fina de cimento que era seu tombadilho. A semelhança com uma embarcação acentuava-se, ainda mais, com o escrupuloso arranjo dos objetos, como se fosse necessário encontrá-los no escuro e com máxima economia de movimentos. Finalmente, era necessário manter o estoque de lenha, água e comida, refazendo-o na medida dos gastos quotidianos.

Quando Henrique caiu doente com erisipela (“isipra”), mal comum entre os pescadores da Zacarias, tive, eu mesmo, de assegurar todos esses cuidados, além de fazer comida e lavar a roupa, pois o meu anfitrião ardeu em febre durante dois dias. Presa do que chamava “isipra fogo”, Henrique tiritava, deitado no seu catre. A moléstia produzia-lhe bolhas, nas duas pernas e no braço esquerdo. As dores tornavam-lhe insuportável qualquer movimento do corpo. As compressas de azeite doce e o expediente de amarrar um barbante na altura do bíceps, para obstar a “subida da isipra”, não se revelaram capazes de fazer regredir a “queimação”, os gânglios intumescidos e o inchaço dos pés e das mãos. Somente a intervenção de “tia Jona”, rezadeira local, logrou, enfim, deter o avanço da infecção, debelando-a depois de alguns dias. Em

²⁷ De determinado momento em diante, as boias de rede passaram a ser feitas também com restos de plástico ou isopor, materiais que costumam “dar na costa”.



Mello e Henrique no rancho.

nenhum momento Henrique pareceu disposto a admitir que as injeções de antibiótico, aplicadas por Alcina, tivessem parte nessa melhora. Segundo ele, eram necessárias, porém ineficazes sem a reza.

Em todos os momentos e circunstâncias, durante a estadia no rancho, e a propósito dos mais diversos assuntos, Henrique voltava ao parentesco. Mencionando pessoas e acontecimentos, passados ou presentes, parecia fazer questão de desfiar trechos do que se configurou, com o tempo, como um extenso, minucioso e preciso mapa genealógico da Zacarias. Depois da pesca, ou junto dela, era este o seu tema preferido. Era como se nada pudesse ser satisfatoriamente compreendido sem que se tivesse, na cabeça, este quadro. De algum modo, tudo, ou bem partia dele, ou bem retornava a ele – alianças, rivalidades, conflitos, casas, canoas (redes e remos), e tudo o mais que pudesse, porventura, ser objeto de herança ou disputa.

Procurei, muitas vezes, um nome para a experiência vivida nesses 15 dias passados em companhia de Henrique, sobretudo quando pensava em descrevê-la. A expressão *lição de pesca* não me satisfazia, embora designasse um aspecto notável do processo. Com efeito, posso dizer que, por intermédio de Henrique, se tinha configurado para mim uma imagem do mundo que este habitava e do qual cuidava com tanta paixão e esmero. Neste sentido, é lícito dizer que tive nele um mestre, cuja competência nos assuntos da pesca lagunar e do povoado o tempo se encarregaria de revelar inigualável.

Para além desse caráter educativo das conversações, entretanto, havia entre nós uma outra relação, também ela pautada pelo princípio da dialógica. Esta, no entanto, sem a assimetria da anterior e baseada numa experiência de envolvimento mútuo e concreto, e que, seguindo Martin Buber, pode chamar-se *amizade*.

Prova disso era o fato de que, ao deixar a Zacarias, em agosto de 1978, trazia comigo, além dos *cadernos de campo*, recheados de informações, muitas das quais levaria anos para digerir, e dos presentes de despedida, todos eles apetrechos de pesca (tarrafas, fuso, fios, compassos, cortiças, chumbos, moldes, agulhas etc.), a chave do rancho. E com ela veio não só a garantia de um pouso certo, mas também o penhor de uma relação de reciprocidade e o convite para renová-la, doravante.

Se alguma dúvida persistisse neste sentido, estava destinada a se desfazer por ocasião do meu próximo retorno ao povoado. Ao partir, deixara, numa das

prateleiras do rancho, uma certa quantia em dinheiro, com a qual pretendia ressarcir meu anfitrião das despesas que lhe havia causado. Ao regressar, próximo do Natal, Henrique estendeu-me o maço de notas – “Aqui tá o dinheiro que o senhor esqueceu da última vez”. Desse modo, qualificava-se uma relação que admitia a troca de presentes, mas não aceitava conviver com nenhuma forma de pagamento.

3. Cartas sem endereço: o hóspede, ou o estrangeiro de dentro

Após um interstício de aproximadamente um ano, retomei o *trabalho de campo*, em 1980, dessa vez com uma pesquisa sobre hábitos alimentares no litoral fluminense.²⁸

Os resultados deste *survey*, desenvolvido em três localidades da região – São José do Imbassai, Zacarias e Espirado –, proporcionaram-me uma compreensão mais nítida da diversidade do sistema de relações, no qual os povoados da restinga, entre eles Zacarias, estavam inseridos. Pude, ao mesmo tempo, submeter os dados demográficos e genealógicos de 1978 a um processo de complementação e controle. Daí resultou o segundo censo da população de Zacarias, além de um primeiro esforço de síntese do material etnográfico consolidado.

Adotei, nessa época, uma estratégia que, inspirado num título de Plekhanov, resolvi batizar de “Cartas sem endereço”. Essas missivas, escritas no campo e dirigidas a um colega e amigo, ao qual foram eventualmente remetidas, serviram-me como uma espécie de repositório comum de dados etnográficos, rotinas quotidianas, impressões, sentimentos e reflexões, suscitadas *no e pelo trabalho de campo*.

Não eram senão o diário de campo que não conseguia conceber como solilóquio, conforme a tradição anglo-saxônica, incorporada aos cânones do método antropológico. Em compensação, resultava-me fácil concretizá-lo como um “diálogo” com alguém que me era próximo, afetiva e intelectualmente. Juntamente com os 15 dias de 1978, o período de campo que se estendeu ao longo de 1980/1981, mas, sobretudo, este último ano, foi de grande importância para a pesquisa. Neste sentido, as “cartas sem endereço” são um documento eloquente da eferescência que caracterizou esta fase do trabalho etnográfico.

²⁸ Tratava-se do projeto “Alimentação e ritual: os tabus alimentares e as práticas cerimoniais ligadas ao ato de comer em grupos de Niterói e das baixadas litorâneas/RJ”, financiado pelo FND/MEC e desenvolvido no Departamento de Ciências Sociais da UFF. Participavam ainda do projeto Wagner Neves Rocha e Almir dos Santos Abreu, além de estagiários do curso de Ciências Sociais.

Encontram-se aí, registrados de um jorro, e como atropelando-se uns aos outros, os mais diversos recortes da experiência em Maricá: flagrantes da vida no rancho e no povoado; observações sobre a morfologia e dinâmica social do assentamento; personagens da Zacarias, informantes e interlocutores; notas esparsas do saber naturalístico local; dados sobre grandes eventos, como a *abertura da barra* e o conflito com a Companhia; tateamentos, percalços e horas afortunadas do campo; indicações sobre leituras e partidos teóricos; e, finalmente, o registro do penoso processo de familiarização com o universo da pesquisa, com seus distintos atores sociais, imersos numa problemática e temporalidade próprias.

O resultado mais importante, entre os muitos que esta etapa me permite contabilizar, no entanto, foi a configuração de um projeto propriamente dito para todo o empreendimento etnográfico. Com efeito, em 1981, consegui delinear uma primeira forma estruturada para abordar meu assunto.

Imaginava tratá-lo de acordo com um roteiro: após a introdução de praxe, este determinava, ao longo de três capítulos centrais, os temas básicos destinados à elaboração etnográfica. Primeiro, uma descrição densa do ritual da abertura de barra; segundo, uma análise da morfologia social do assentamento da Zacarias, com foco principal na casa; e, em terceiro lugar, uma apreensão abrangente do sistema de relações entre a restinga, a “terra firme”, as “serras”, as lagunas e a “vila”, em Maricá, sem esquecer a inserção desta na dinâmica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Essas três linhas deviam, ao final, confluir num capítulo conclusivo, onde se discutiria o que, na época, chamei de “a função pedagógica do ritual”. Com essa expressão, tentava referir-me a pelo menos três questões distintas, porém entrelaçadas. Queria, tomando como foco um processo ritual, refletir sobre sua relevância para a construção da identidade de pescador; para a reprodução de um sistema peculiar de relações sociais, em torno da pesca lagunar; e para a compreensão das vicissitudes ecológicas das quais tanto a identidade, quanto o sistema de relações dependiam.

Em resumo, minha pergunta era *o que* a abertura da barra podia ensinar, tanto ao nativo quanto ao etnógrafo, para levantar, em seguida, a questão de *como* e *por que* o seu ensinamento calava fundo em ambos.

Os anos subsequentes foram marcados pelo esforço de reunir e consolidar um *corpus* etnográfico, suficientemente elaborado, para dar consistência a esse

projeto. Foram empregados, além disso, na tarefa de maturação da abordagem teórica, bem como da análise e exegese do material de campo.

Em 1983, ocorreu outro momento particularmente rico da pesquisa. Este ano ofereceu-me a oportunidade de observar *in loco* uma *abertura de barra* à maneira dos pescadores, embora não mais de um modo estritamente tradicional, pois dela participaram os engenheiros e as máquinas da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – Serla. Trouxe consigo, além disso, a realização do terceiro censo de Zacarias, sem contar as diversas iniciativas de reflexão sistemática sobre a pesca lacustre e seus correlatos, inaugurando um período de estimulantes debates com botânicos, zoólogos, limnólogos, geoquímicos e biólogos, a propósito do tema.

Em 1985, minha atenção começou a voltar-se para a questão das disputas e negociações, envolvendo o direito costumeiro, na Zacarias. Neste mesmo ano, iniciou-se o quarto censo da população, com vistas à expansão e complementação das genealogias das famílias do povoado. A partir dele, tratei de abordar, mais de perto, o domínio das atividades e perspectivas femininas, incluindo a socialização das crianças, bem como as estratégias de ocupação do espaço, agenciadas pelas mulheres.

O ano de 1986 encontrou-me transformado em morador da Praia de Zacarias. Não que minha intermitência tivesse cedido à continuidade no campo. Segui frequentando o povoado nos fins de semana, nos feriados, nas férias escolares e, eventualmente, nos chamados “dias úteis”, à medida que o permitiam meus afazeres.

O fato novo, a que se deveu esta mudança radical da minha inserção no assentamento, foi ter alugado uma casa. Autêntica novidade, para mim, porque, desse modo, deixava o meu pouso no rancho, passando a ocupar uma *casa de família*. Novidade também para os zacarieiros, porque, pela primeira vez, se estabelecia no povoado alguém *de fora*, sem que isto acontecesse em virtude de laços de parentesco ou afinidade.²⁹

O termo *casa de família* tem um duplo sentido. Tratava-se, com efeito, de uma casa que passara a habitar com minha família. Além disso, no entanto, esta casa, da qual nos tornamos moradores, pertencia ao conjunto das casas antigas do assentamento, tendo sido propriedade, outrora, de um ramo da família da Costa, por sua vez aparentado com os Marins.

29

A casa tinha sido, na realidade, habitada, anteriormente, por uma “gringa”, como afirmavam. Chamava-se Elza Kleiss, de origem alemã, portanto. Mantinha a casa, na qual vivia com Arnulfo, filho de “Cida” (Alcides Evaristo da Costa). Após sua morte, Arnulfo, do qual se diz que “não gostava de trabalhar”, vendeu a casa para um morador da Vila, de quem, por sua vez, a alugou.

³⁰ Marx, Leo (1972:115-140).

A maneira pela qual cheguei a esta casa é, ela mesma, significativa e merece ser contada. Trata-se de uma história com duas vertentes. A primeira relata como veio a se tornar disponível, enquanto a segunda dá conta das razões que me dispuseram a adotá-la como residência.

Os antigos proprietários haviam cedido às pressões da Companhia. Temerosos de verem sua casa demolida, trataram de realizar o valor possível, transferindo sua posse a um funcionário aposentado do Ministério da Marinha, residente na Vila. Este, que não pretendia habitá-la, saiu em busca de um inquilino. Sabia, no entanto, que os zacarieiros não aceitariam qualquer um. Por isso, foi buscar conselho no povoado, junto aos vizinhos imediatos do imóvel. Desse modo, veio a ter com os irmãos Marques (“Mieca” e “Neia”), netos de Juca Tomás e sobrinhos de Henrique, dos quais partiu a indicação.

O outro lado da história refere-se à decisão de alugar uma casa na Zacarias. Como sempre, vários motivos concorreram para o mesmo fim. Havia, em primeiro lugar, a situação no rancho que era propícia, apesar das acomodações espartanas. A convivência com Henrique contava muito. As conversas continuavam a render frutos. E ainda por cima, havíamos-nos tornado próximos. “Poeira”, cuja saúde fraquejava, parece ter manifestado, à minha revelia e sem meu saber, a intenção de me fazer o seu herdeiro no rancho. Este fato, que custei a descobrir, valeu-me a pertinaz, embora disfarçada, hostilidade de “Beco”, cujas pretensões sucessórias ao patrimônio do tio eram conhecidas. Tudo sob o manto das relações jocosas, mas nem por isso menos claro. Daí resultou, para mim, um duplo desconforto. Incomodava-me ser tratado como um provável usurpador, da mesma forma que me aborrecia o assédio de “Beco” (Benjamin) ao futuro espólio do tio.

Ao mesmo tempo, a presença mais constante de assistentes de pesquisa no campo começou a suscitar a necessidade de instalações menos dependentes da hospitalidade local. A essa busca de autonomia somava-se, ainda, um outro fator, menos utilitário, porém não menos ponderável – o apego a um lugar aprazível e de grande beleza, capaz de satisfazer os ideais bucólicos de qualquer habitante da cidade.³⁰ Do lado prático, porém, tampouco faltavam motivos. A intensificação das atividades aconselhava a existência de uma base de operação na Zacarias, função que nem o rancho de Henrique nem a casa de Brígida podiam suprir adequadamente; sem falar nos transtornos que tal uso traria aos dois.

Assim, foi tomada, finalmente, a resolução de alugar o imóvel, sito à Avenida Lúcio José de Marins, nº 12. Era uma casa caiada de branco, com portas e janelas azuis, coberta por duas águas, em telha-vã. Tinha, além da sala, dois quartos, uma “varanda” interna, através da qual se chegava ao banheiro e à cozinha, com seu fogão de lenha. Ficava logo na entrada do assentamento, um pouco abaixo da crista do cômodo da lagoa, olhando para esta, de costas para o mar.

Estava escrito, porém, que essa casa não se converteria num mero *escritório de campo*, embora viesse, também, a cumprir esta função. A partir daí, as minhas relações com Zacarias entraram em outra fase. Passei a participar da vida do povoado com minha família. Frequentava as casas de conhecidos e amigos, os quais podia, agora, receber. Íamos aos aniversários, batizados, casamentos, bailes e velórios. Participávamos, em suma, das relações de vizinhança, no dia a dia, nas festas e nas *comunidades de aflição*.

Um balanço dessa transformação mostra que houve perdas e ganhos. O prejuízo mais imediato foi meu afastamento do rancho, que deixei de frequentar com a assiduidade de antes. Henrique ressentiu-se dessa distância. E eu, com certeza, perdi grandes oportunidades de aprofundar-me no saber naturalístico, em torno do qual as conversas se adensavam. Desse modo, acabei, também, por afastar-me da pescaria, o que, a curto prazo, teve reflexos sobre minhas recém-adquiridas habilidades neste campo.

De tudo isso, advieram, no entanto, também benefícios que, na qualidade de pesquisador, não podia desprezar. A casa introduziu-me de vez no domínio genealógico, que era o segundo grande eixo do meu projeto. Era possível suscitar plenamente o assunto a partir dessa nova posição. Pude adquirir, então, uma perspectiva mais abrangente da assim chamada “comunidade”. A própria localização da casa, solitária, a montante do povoado, como um posto de observação, não foi de todo inocente nesse relativo distanciamento. O fato é que comecei a ver com mais crueza as peculiaridades dos arranjos sociológicos que viabilizavam Zacarias.

Fui quase obrigado a tomar conhecimento do que, até então, permanecera na sombra: as muitas querelas; o azedume que constituía seu rastro infalível; os nem sempre edificantes dramas domésticos; o moralismo agressivo dos pasquins; as ambições mal disfarçadas; as invejas corrosivas; as acusações veladas de adultério e incesto; a maledicência miúda de todo dia, tanto quanto as imputações graves, algumas delas caluniosas.

- ³¹ A propósito, consulte-se Gluckman (1963:307-316). Em Zacarias, a "fofoca" é, apropriadamente, referida como "política" ("Aí começou aquela política...").
- ³² Participaram, além de Denise Maria Duque Estrada (que desenvolvia o projeto Disputa e Negociação: o direito costumeiro de uma comunidade de pescadores) e Mariana Ciavatta Pantoja Franco (que desenvolvia, também ela, sob minha orientação, o projeto Zacarias Revisitada), "Maninha", filha de "Mieca" e "Ita", e "Déia", filha de "Beco" e Ruth, duas jovens do próprio lugar.

A fofoca, esse poderoso mecanismo de controle social,³¹ entretanto, abriu-me, de par em par, as portas das relações de parentesco. Graças à participação feminina, sobretudo, tomou impulso a revisão dos dados de censo e, com ela, foram-se completando e corrigindo os diagramas de parentesco.³² Assim, começou a tomar forma, aos poucos, um quadro genealógico integral dos habitantes da Zacarias.

Tudo isso, porém, teve sobre mim um efeito inesperado, e, certamente, indesejado. De forma imperceptível, a princípio, mas acelerando-se de maneira inquietante com o passar dos meses, meu encantamento participativo, doença infantil de todo etnógrafo, foi cedendo lugar ao tédio e à desilusão. Permanecer na Zacarias tornou-se, para mim, uma experiência penosa, que nem toda a sutileza alcançada pelas conquistas da etnografia era capaz de mitigar.

* * *

Era esse o meu estado de ânimo, quando, no início de 1987, expus, na parede da sala de casa, o quadro genealógico completo do povoado. Quando vi concluída a genealogia, compreendi que a pesquisa de campo tinha-se encerrado, para mim. De algum modo, tal circunstância me ficou na memória sempre associada a um episódio.

Muita gente foi olhar o imenso quadro genealógico, cheio de linhas coloridas, na parede da sala. Houve, naturalmente, comentários. Cada um tratava de localizar-se e aos seus no diagrama, o que o levou, eventualmente, a retificações. Em geral, porém, o monstruoso dispositivo, sob determinados aspectos, não parecia espantar ninguém.

Ao final da tarde do primeiro dia, apareceu "Bengo", Antonio Breve Marins. Trazia consigo uma das netas. Depois de ouvir explicações sobre a natureza do quadro, declarou, com solenidade, o chapéu encostado ao peito, que aquilo era "uma coisa muito importante" que eu havia feito por eles. Deteve-se a olhar o labirinto genealógico dos Marins. Mostrou à neta onde se encontravam o seu nome e o dela. Em seguida agradeceu, despedindo-se, com algumas palavras mais, visivelmente emocionado.

Desse dia em diante, aconteceram duas coisas. A primeira delas correspondeu a uma mudança radical da minha presença na Zacarias. Continuei a frequentá-la, não mais como *pesquisador*, entretanto. Passava lá os fins de semana, os

feriados e as férias como um *veranista* adotado pelos zacarieiros. Tinha-me transformado, pois, numa espécie de *estrangeiro de dentro*.³³

O segundo fato relevante foi a decisão de empreender uma nova tarefa, em tudo e por tudo distinta da pesquisa propriamente dita: a de escrever, ou de preparar-se para escrever.

A propósito dessa nova etapa do ciclo etnográfico, não posso senão concordar com Michel de Certeau, quando observa que “*a construção de uma escrita* (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha”.³⁴

Com efeito, esse deslocamento do universo aberto da pesquisa desemboca, fatalmente, naquilo que Henri-Irenée Marrou, referindo-se ao discurso histórico-gráfico, denomina a *servidão da escrita*.³⁵

Também a etnografia se subordina à lei dos discursos escriturários, mediante a qual as regras da prática, às quais se sujeita o *trabalho de campo*, terminam por inverter-se. Assim, por exemplo, a escrita prescreve “como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa”.³⁶ A segunda imposição, que se acrescenta à anterior, estabelece que, sendo embora interminável a busca, o texto deve estruturar-se em vista de um fim ou fecho, prefigurado desde o começo. A terceira e última prescrição do texto escrito, sendo sua plenitude, determina à tarefa etnográfica que sejam preenchidas ou obliteradas “as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta”.³⁷

4. O campo e as teorias

Como toda e qualquer disciplina, também a antropologia “mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica”.³⁸ Assim, vemo-nos obrigados a levar para o campo determinados instrumentos conceituais, e somos instados a expor e a dar conta deles no pórtico da nossa tarefa escriturária. Por isso, convém que nos dediquemos a eles, antes de nos embrenharmos na etnografia.

“Para aprender, não podemos receber tudo mas devemos, de certo modo, trazer alguma coisa conosco para o encontro”.³⁹ Ora, o que conduz a todo e qualquer encontro é sempre uma inquietação. O *outro* é, por excelência, o alvo das nossas questões, o destinatário eletivo das nossas perguntas. Contra ele

³³ Esse período compreendeu, grosso modo, os anos de 1987 e 1988, encerrando-se em fevereiro de 1989.

³⁴ Certeau, 1982:94.

³⁵ Apud, Certeau, idem:ibidem.

³⁶ Certeau, idem:ibidem.

³⁷ Certeau, idem:ibidem.

³⁸ Certeau, 1982:70.

³⁹ Carneiro Leão e Lacombe, 1975:45.

- ⁴⁰ Cf. Graves, 1961:252.
⁴¹ Turner, 1974:23. A propósito, consulte-se, também, Evans-Pritchard, 1978.
⁴² Dumézil, 1981:89.
⁴³ Lévi-Strauss, 1972:89-90. "Em matéria de filosofia, fiz flecha de qualquer pau."
⁴⁴ Apud Dumézil, 1948:12. "O método é o caminho, depois de o termos percorrido."

voltamos nossas baterias, submetendo-o ao fogo cruzado dos quês – *Quare? Quis? Qua? Quid? Qualis? Qui? Quo? Quomodo? Quando? Quorsum? Quoties? Quantum? Quot?* E, às vezes até, à perigosa questão da serpente: *Quidni?* – “Por que não?”⁴⁰

É, portanto, sempre de uma *busca* que se trata. Mas não de uma busca qualquer, pois segue um modo *sui generis* de inquirir. Propor um questionamento obrigado a mover-se dentro de certos limites, determinados, num extremo, pela permissão, quiçá prescrição, e, no outro, pelos interditos.

Quem dá ao ofício de etnólogo sua forma específica de perquirir são as teorias. Victor Turner, no entanto, admite que “embora levemos conosco, para o campo, teorias, estas só se tornam relevantes se e quando iluminam a realidade social”.⁴¹ Acrescenta, ainda, que nem sempre são os sistemas teóricos na sua totalidade os responsáveis pela dita iluminação. Às vezes, apenas ideias esparsas, fulgurações conceituais, aplicadas a dados igualmente dispersos, concretizam essa virtualidade.

São essas intuições fundamentais, e não o arcabouço lógico no qual estão inseridas, que constituem a panóplia do pesquisador. Tudo se passa, portanto, como se em vez de partir para o combate, revestido com as armas completas de um grego, um romano, um godo, um tártaro-mongol ou um guerreiro medieval, lhe fosse facultado ingressar na luta de armadura compósita, guarnecido com o carro de combate de um, o escudo do outro, a espada de um terceiro, a lança e o elmo de um quarto, a cota de malhas de outro ainda, e assim por diante.

Cada apetrecho, com suas virtudes próprias, tem, no entanto, de ajustar-se a um propósito e a um contexto de atuação particulares. Talvez seja este o significado das palavras de Georges Dumézil, quando diz: “sempre que começamos uma pesquisa, somos forçados a inventar um método”.⁴² Da mesma forma, poderíamos interpretar as palavras de Lévi-Strauss, quando, para escândalo de leitores em busca de coerência, afirma: “*En matière de philosophie j’ai fait flèche de tout bois.*”⁴³ Ou ainda, a *boutade* de Marcel Granet – “*La méthode, c’est le chemin, après qu’on l’a parcouru.*”⁴⁴

Neste sentido, o partido básico do método foi determinado pela noção de *drama social*. A escolha dessa metáfora se impôs, por assim dizer, com o próprio campo empírico da pesquisa. Victor Turner cunhou a categoria drama social para dar conta dos dilemas inerentes aos processos de segmentação e

continuidade das aldeias *Ndembu*. Sucede que também o assentamento da Zacarias se encontrava, desde o início dos anos 1970, às voltas com um cisma e com a busca agônica de permanência de um dos seus segmentos: aquele, precisamente, em que decidi desenvolver sua investigação sobre o dispositivo técnico-naturalístico da pesca lagunar.

“A luta do tostão contra o milhão”, expressão com a qual os pescadores da Praia da Zacarias se referiam à contenda com Lúcio Thomé Feteira, não era, entretanto, o único grande evento dramático desse contexto etnográfico. Além dele, podiam-se ainda assinalar as repetidas mortandades de peixes, dentre as quais a maior tinha sido a de 1975.

Também elas envolviam uma questão de continuidade. Diante da recorrência do fenômeno, tratava-se de saber se a identidade social de pescador tinha alguma chance de se reproduzir no futuro imediato ou se, ao contrário, este reservava aos seus respectivos portadores a dissolução, pura e simples, do seu modo de vida.

A resposta a essa questão dependia, por sua vez, no entender dos zacarieiros, da possibilidade de se reeditarem, periodicamente, as *aberturas de barra*, eventos dramáticos por excelência do sistema de relações sociais, do qual a pesca lacustre fazia parte.

Diante disso, não havia como ignorar que toda a vida social da Zacarias era uma espécie de epítome dos conflitos aos quais muitos dos outros aldeamentos pesqueiros haviam sucumbido, ou estavam em via de sucumbir.

Em Zacarias, no entanto, este processo assumia uma densidade dramática peculiar, para a qual contribuía dois fatores. Primeiro, sua luta de vida ou morte, não apenas contra essa vanguarda da vida urbana que eram os loteamentos, mas contra uma cidade inteira – a Cidade de São Bento da Lagoa. Em segundo lugar, por causa de uma história que os zacarieiros contavam a si mesmos sobre si mesmos, e em virtude da qual se reconheciam como personagens de uma saga inscrita na paisagem da restinga – a história de Juca Tomás e sua descendência.

Uma vez adotada, essa perspectiva do *drama social* trazia consigo a referência básica ao *conflito*. Esta consagrou-se em oposição à ortodoxia estrutural-funcionalista do modelo homeostático, na antropologia britânica, sobretudo a partir de Edmund Leach e Max Gluckman. Em torno deste último, a assim chamada “escola de Manchester” dedicou-se à compreensão da vida social como

- 45 Turner, 1974:32.
46 Turner, 1974:33.
47 Gluckman, 1940.
48 Turner, 1957, 1967, 1969, 1974 e 1980.
49 Esse método de estudos de caso detalhados, que retoma e aprofunda um preceito de Malinowski, foi o dispositivo heurístico privilegiado em Manchester (Gluckman, 1961, 1965 e 1967; Mitchel, 1956; Middleton, 1960. Van Velsen, 1967). É com Turner, porém, que alcança sua forma mais acabada, tal como a encontramos em *Schism and continuity in an african society* (1957).
50 Cf. Znaniecki, 1934:176.

processo, palavra com a qual não pretendia, apenas, designar o seu movimento, enquanto devir, mas, apoiando-se no sentido judicial da metáfora, aludir ao seu *primum mobile*, o conflito, com suas diversas formas de composição.

Assim, a vida social, no seu caráter essencialmente dinâmico, surgia, concomitantemente, como produtora e produto do *tempo*. No seio deste, entretanto, emerge uma distinção. Há um tempo comum, o fluxo constante da vida quotidiana, e um outro tempo, a cada tanto marcado por momentos em que o processo social parece ganhar um ritmo, uma tensão e uma intensidade singulares.

Convencido dessa qualidade dinâmica das relações sociais, pela leitura de Znaniecki, Turner enxergava no mundo social “o movimento tanto quanto a estrutura, a persistência tanto quanto a mudança, na verdade, a persistência como um aspecto marcante da mudança”.⁴⁵

As implicações dessa perspectiva para a apreensão da vida social levam a admitir, como unidades irredutíveis de análise desta, não somente a ação social, mas, sobretudo, determinadas fases desta, nas quais ocorre uma óbvia e nítida oposição de interesses e atitudes de grupos e indivíduos.

Consideradas como “unidades isoláveis e detalhadamente descritíveis do processo social”,⁴⁶ com uma tonalidade marcadamente agônica, surgem nas análises de situação social (Gluckman)⁴⁷ ou como etnografias de dramas sociais e processos rituais (Turner).⁴⁸

São, pois, as situações, dramas e processos rituais momentos críticos da apreensão etnográfica, graças à sua capacidade de ressaltar e, desse modo, evidenciar a forma e o perfil processual das totalidades sociais. Foi esse tipo de compreensão que deu origem ao que, no campo dos métodos etnográficos, ficou conhecido, seja como *situational analysis*, seja como *extended-case method*.⁴⁹

Esse partido metodológico impunha uma inequívoca preferência pelos dados colhidos no calor da hora, quando, diante de um conflito de regras ou direitos sociais, ou diante de uma passagem crítica e ritualizada da vida social, não resta aos homens senão assumir posições e dar expressão aos seus sentimentos.

Se os ritos e conflitos, no seio de uma sociedade, põem em movimento os homens, e se é verdade que os homens encarnam valores sociais,⁵⁰ então é nessas oportunidades que surgem os personagens, individuais ou coletivos, cuja interação dá ao grupo seus enredos paradigmáticos, conferindo aos distintos momentos da vida social o seu tempero específico.

É, pois, esse tipo de evento que proporciona ao etnógrafo as melhores ocasiões para surpreender a qualidade da vida social, isto é, na expressão de Florian Znaniecki, o seu *coeficiente humanístico*.⁵¹ Com isso, não se quer descartar a relevância da observação minuciosa da vida quotidiana, mas indicar ao etnógrafo uma espécie de território preferencial para o seu desempenho, enquanto “caçador ativo”.⁵²

Isto serve para esclarecer o propósito do *trabalho de campo*. Em sua busca, o etnógrafo vê-se obrigado a prestar atenção na busca do outro, isto é, naquilo que confere sentido à existência deste. Ora, onde há busca, há conflito, porque homens são valores, e onde há valores, há contendas em torno de valores. E quando é mesmo que um valor adquire toda sua carga? Quando é encenado, isto é, quando surge no seio do rito, da cerimônia, do processo judicial, ou de outra representação dramática qualquer, como uma associação inextricável de categorias e sentimentos, de intelecto e emoção, de forma estética e conteúdo moral.⁵³

De algum modo, tais formas sempre pareceram ter recebido de Marcel Mauss o seu batismo mais sugestivo quando se refere ao *fato social total*, típico ou privilegiado.⁵⁴ Quando se diz que um fato social é total, o que se faz é considerá-lo como atualização condensada da diversidade social, em termos de domínios, atores e valores. Quando se afirma que tal fato é privilegiado, pretende-se considerar sua capacidade de ilustrar, estética e moralmente, um determinado contexto sociocultural. Mas, ele é privilegiado, também, na medida em que a própria sociedade lhe atribui um lugar especial.⁵⁵ Do ponto de vista do *trabalho de campo*, poder-se-ia considerá-lo, ainda, privilegiado, porque é nele e através dele que se torna possível surpreender a sociedade como demiurgo de si mesma, no fugidio e preciso instante de sua *mimesis*.⁵⁶

Ao escolher a expressão “*evento humano paradigmático*”, para a briga de galos em Bali, Clifford Geertz enfatiza, nesse tipo de evento, o seu caráter modelar.⁵⁷ Diz que se trata de “uma estória que [os balineses] contam a si mesmos sobre si mesmos”,⁵⁸ acentuando a dimensão pedagógica do evento, na medida em que reconhece nele “uma espécie de educação sentimental”.⁵⁹

Desse ponto de vista, tudo que o etnógrafo pode almejar é que um ou mais desses fatos paradigmáticos, típicos, totais, ou privilegiados se ponham diante dele no campo, pois seu ofício acredita ser este o mais seguro atalho para o

⁵¹ Znaniecki, 1934:36-37.

⁵² Cf. Malinowski, 1978:8, em sua erudita observação.

⁵³ Ver, a propósito, Bateson, 1971:10, 41-42 e 229.

⁵⁴ Evans-Pritchard, em sua “Introdução” à versão inglesa do *Essai sur le don* (1952), considera “total” a palavra-chave deste ensaio. Ressalta o valor metodológico do estudo, bem como o seu pioneirismo enquanto “estudo sistemático e comparativo de um costume muito difundido: a troca-dádiva”, e como explicação da função desta no sistema social (1972:28:31).

⁵⁵ Trata-se, pois, não só de um recurso metodológico, mas de um dispositivo, que a própria sociedade erige, para se reconhecer, em seguida, neste seu artifício de totalização.

⁵⁶ Com efeito, este autoengendramento pode ser melhor caracterizado como criação artística (ver Peters, 1977:64-65).

⁵⁷ Geertz, 1973:450. Poder-se-ia, no entanto, trocar “humano” por social, pois o paradigmático só o é no contexto nativo, ou naqueles que lhe sejam congêneres.

⁵⁸ Geertz, 1973:448.

⁵⁹ Geertz, 1973:449.

- ⁶⁰ Freedman, 1978, V.1:44.
⁶¹ Znaniecki, 1934, cap. IV.
⁶² Radcliffe-Brown (1964:231) vê nessas "impressões multitudinárias" a fonte de uma "impressão geral", impossível, segundo ele, de analisar, registrar e transmitir a outrem, e que, no entanto, serve como dispositivo de segurança da interpretação.
⁶³ Turner, 1980:167.

âmago de qualquer totalidade sociocultural, a via régia que leva ao corpo, ao coração e ao espírito dos homens em sociedade.

Se é verdade que "etnógrafo é o nome de um papel que todos os antropólogos desempenham ocasionalmente",⁶⁰ fatos sociais totais, típicos, privilegiados, ou eventos humanos (sociais) paradigmáticos oferecem ao profissional as mais profícuas oportunidades de encarnar esse papel.

Ao estabelecer o elenco das fontes do cientista social, Znaniecki, o eminente sociólogo polonês, contemporâneo de Malinowski, classificava-as em duas categorias: a observação e a experiência pessoal.⁶¹ Através de uma e outra constitui-se esta "série de impressões multitudinárias", capaz de prevenir, como uma espécie de princípio de admissibilidade, as interpretações errôneas, para usar as palavras de Radcliffe-Brown.⁶²

A observação, direta ou indireta, no entanto, permaneceria privada de qualquer "coeficiente humanístico", não fossem as experiências pessoais do pesquisador, ou suas experiências vicárias, isto é, aquelas que lhe foram contadas por terceiros.

Desse modo, coloca-se o problema da narrativa, forma desde sempre privilegiada da experiência pessoal. Quem viveu algo que mereça ser transmitido trata de contá-lo. Ora, entre os eventos passíveis de causar impressão, vêm, em primeiro lugar, as formas dramáticas do conflito, do ritual, da festa. Ao descrevê-las, a narração restitui aos dados esse encantamento proveniente da vivacidade das ideias, emoções, objetos e matizes de cor e som, do episódio em cena aberta.

Narrar, do latim *narrare* ("contar"), é uma derivação do radical indo-europeu *gná*, que significa "conhecer" (ter *gnosis* sobre algo). A narrativa é, pois, um modo peculiar de reflexão sobre eventos notáveis precedentes, em busca do seu significado. Seu referente é algum tipo de ação, técnica ou ritual, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

E, assim, voltamos aos dramas que, como eventos paradigmáticos, são o objeto eletivo do narrador, pois, como observa Victor Turner, derivando-se *drama* do grego *drân* ("fazer ou agir"), "a narrativa é conhecimento (e/ou *gnosis*) que emerge da ação, isto é, conhecimento experiencial".⁶³

O etnógrafo é obrigado a lidar com dois tipos de narrativas. Com as narrativas dos eventos, dos quais ele mesmo participou (como ator ou espectador), e com as narrativas dos eventos de que terceiros participaram.

Desse modo, os dramas configuram-se, para ele, seja como narrativas próprias, seja como narrativas dos seus informantes, sobre eventos por eles vividos, ou, finalmente, como narrativas de segundo grau, quando estes dizem – “os antigos contavam que...”.

Por isso, as etnografias, profundamente entranhadas na vida do etnógrafo, enquanto *pesquisador de campo*, dependem, em grande parte, de uma *ars narrandi*, inexoravelmente presa ao ponto de vista e à habilidade do narrador, e, como tal, comprometida, menos com critérios de verdade, do que com a verossimilhança.

Os nativos, entretanto, não são apenas fontes inesgotáveis de *stories*, isto é, de experiências pessoais, próprias ou alheias, ocupados em carrear trigo ao moinho do etnólogo. Muitos deles arriscam suas próprias generalizações, ou veiculam as dos seus confrades, contemporâneos ou predecessores. Vale dizer que têm suas próprias teorias sobre o mundo em que vivem. E essas *teorias nativas* constituem, também, fonte preciosa de material para a reflexão sociológica.

Nesse particular, o esforço de compreensão e análise da identidade social do pescador, inserido no sistema de relações da pesca lacustre em Maricá, beneficiou-se, extraordinariamente, da teoria nativa sobre as *barras sazonais* como dispositivo crítico para o manejo de todo o ecossistema lagunar. Do mesmo modo, revelou-se básica, para o entendimento da sociedade e da atividade pesqueiras, a metáfora contida numa frase recorrente entre os zacarieiros: “A lagoa é a lavoura do pescador.”

Foi com relação a esta última que ocorreu ao etnógrafo, em boa hora, a pergunta da serpente. Por que, em vez de considerá-la uma analogia fácil e superficial, não se haveria de levá-la a sério, perguntando-se em que sentido a lagoa poderia ser, propriamente falando, entendida como “a lavoura do pescador”?

E, se assim fosse, por que não considerar a existência de um nexos significativo fundamental entre esse tipo de *lavoura*, praticado pela pesca lacustre, e os grandes ritos sazonais das *barras nativas*, buscando explicitar a natureza e a relevância de tal nexos para a construção dramática da identidade social de pescador, em Maricá?

Tal foi, em última análise, o aguilhão que o acompanhou, desde o encerramento do *trabalho de campo*, e ao qual caberia impulsionar, daí por

⁶⁴ Exemplos dessa associação encontram-se em Whitehead (1947), Nunes (1978) e Cardoso (1986).

diante, a etapa final de todo esse ciclo – a transformação em texto, a prática escriturária da qual resulta toda e qualquer etnografia.

Este, no entanto, não é um passo de somenos importância. Embora presente, desde o início, no campo, a tarefa de escrever assume, na elaboração final do relato etnográfico, o caráter de um ciclo à parte.

Configura-se como busca concomitante de substância e forma do argumento. Exige, por isso mesmo, inúmeras decisões, sobre pontos de partida e pontos de chegada, passagens obrigatórias, caminhos adequados e atalhos oportunos, estratégias e táticas discursivas, para enfrentar desafios, contornar tentações, flanquear obstáculos previsíveis ou surpreendentes, escolher e alinhar dados e conceitos, dosando sua intervenção, ora com prudência, ora com audácia.

Em tudo isso, esforçar-se para não perder de vista nem a retaguarda, nem os objetivos da argumentação, para que ao término possa resultar, com a limpidez possível, a trajetória desta, que outra coisa não é senão o método efetivamente adotado pelo estudo.

5. Rem tene verba sequentur

Aventura é uma palavra que, uma vez ou outra, surge associada à atividade reflexiva. Os cientistas sociais também a invocam para qualificar suas incursões aos mundos das sociedades e culturas, próprias ou alheias.⁶⁴

Bronislaw K. Malinowski dá a *Argonautas do Pacífico Ocidental* o subtítulo “Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné – Melanésia”. Essa referência ao Argos e à sua tripulação de heróis, para introduzir as façanhas náuticas dos ilhéus trobriandeses, é, ao mesmo tempo, alusão a uma aventura paradigmática no imaginário do Ocidente.

Os *Argonautas*, texto inaugural da antropologia moderna, fornece à disciplina seu modelo e missão. Propõe-lhe um *objeto* – os nativos de determinado lugar; um *tema* – os empreendimentos aventureiros desses nativos; e um *gênero* – o relato cujo eixo é a viagem. Não apenas a viagem dos nativos, senão também a do antropólogo, como eles envolvido na busca de bens simbólicos.

Sob o ascético rótulo de *trabalho de campo*, a viagem etnológica conservou o nexo originário com a aventura; e, assim, manteve o apelo à imaginação, que surge, a cada tanto, nas fórmulas encantatórias da narrativa etnográfica:

Imagine yourself suddenly set down surrounded by all your gear alone on a tropical beach close to a native village... [...] Imagine further that you are a beginner, without previous experience, with nothing to guide you and no one to help you. [...] Imagine yourself then, making your first entry into the village...

Se o leitor, porventura, não resistir a esse chamado, poderá encontrar-se, páginas adiante, a bordo de uma *masawa*,⁶⁵ com o etnógrafo e toda a tripulação nativa:

Let us imagine that we are sailing along the south coast of New Guinea towards its Eastern end.⁶⁶

Marcel Griaule, etnógrafo francês, notável pelas suas pesquisas entre os Dogon, considerava o *trabalho de campo* uma espécie de “continuação, por meios científicos de uma grande tradição de aventura e exploração.”⁶⁷

Esse ponto de vista não surpreende, em se tratando de um viajante experimentado como Griaule.⁶⁸ Que este, no entanto, tenha sido instigado às viagens por Marcel Mauss é, no mínimo, curioso, sendo Mauss, notoriamente, homem de gabinete, etnólogo sem *trabalho de campo*, no sentido usual do termo.

Mais curioso, ainda, quando se considera o modo de falar que tinha o velho mestre, tal como o recorda um de seus alunos:

Todo o tempo ele tinha falado caminhando, era como se os segredos de raças longínquas, um pedaço dos arquivos da humanidade [...] tivessem sido revelados por um expert sob a forma de uma simples conversação, pois ele tinha feito a volta ao mundo sem deixar sua poltrona, identificando-se com os homens através dos livros. Donde o tipo de frase tão comum nele: eu como... eu amaldiço... eu sinto, significando de acordo com as circuns tâncias: o melanésio de tal ilha come, ou o chefe maori amaldiço, ou o índio pueblo sente.⁶⁹

Esse comportamento bizarro causou perplexidade, também, a outro de seus alunos, que não sabia nunca se podia ou não dar crédito a esses relatos, feitos na primeira pessoa, por alguém que, manifestamente, não tinha estado lá.⁷⁰

O fato de ter Mauss viajado o mundo por pessoas interpostas em nada diminuiu suas qualidades de observador, como prova o *Essai sur le don* (1925), cuja interpretação da dádiva, a partir dos dados de Malinowski, resulta mais acurada do que a de seu amigo, como este acabaria generosamente por reconhecer.⁷¹

⁶⁵ Grande canoa marítima usada, no circuito do kula, pelos trobriandeses.

⁶⁶ Malinowski, 1978 [1922]:4 e 33.

⁶⁷ Apud Clifford, 1983:121, referindo Griaule, 1948:199.

⁶⁸ Griaule foi, com efeito, um dos etnólogos mais viajados, destacando-se, em sua carreira, a missão científica à Etiópia (1928-1929), estimulada por Mauss, e a missão Dakar-Djibouti (1931-1933), além das suas repetidas visitas aos Dogon, na região das falésias de Bandiagara, no Níger.

⁶⁹ Dumont, 1972:10.

⁷⁰ “(...) não confiava nas pessoas que falavam dos ‘primitivos’ sem jamais ter deixado seu Gabinete. Mauss – por quem eu tinha a maior estima – sentia isso. Ele dizia que, infelizmente, só tinha encontrado alógenos durante uma temporada no Marrocos” (Dumézil, 1981:89).

⁷¹ Veja-se, a propósito, Malinowski, 1973 [1926]:55, Nota 1; e sua Introdução a *Feiticeiros de Dobu* (1977), datada de 1931. Se com isso perde em títulos teóricos, Malinowski vê, no entanto, por este mesmo fato, asseguradas suas honras de observador e narrador escrupuloso.

⁷² A propósito, veja-se o ensaio de Schutz "Símbolo, realidade e sociedade" in Schutz, 1974:303.

⁷³ Simmel, 1934:123 e 135.

⁷⁴ Bachelard, 1989:109.

Marcel Mauss revela-se, desse modo, não só companheiro da viagem alheia, mas adepto da viagem como recurso privilegiado da (in)formação etnográfica. Crê, pois, na aventura, nas suas virtudes como caminho capaz de conduzir à revelação. Neste sentido, a viagem alheia era, para ele, uma realidade, na medida em que realidade é tudo aquilo que excita e estimula o nosso interesse, como sustentava William James, nos seu *Principles of Psychology* (1890).⁷²

Excitação e estímulo, no entanto, são os ingredientes, por excelência, da aventura que, no dizer de Georg Simmel, é "aquela parte de nossa existência que, embora vinculada às anteriores e posteriores, transcorre, no sentido mais profundo, à margem da continuidade normal dessa existência", e cujas marcas são "a intensidade e a radicalidade com que nos faz sentir a vida".⁷³

Desse ponto de vista, é aventura não só o *trabalho de campo*, que envolve, sempre, algum tipo de viagem. Aventura é, igualmente, cruzar esse "grande deserto a ser atravessado, jamais atravessado" que é, na expressão de Gaston Bachelard, a página em branco.⁷⁴

A etnologia supõe duas viagens, das quais a primeira deve levar-nos ao outro, enquanto a segunda nos impõe trazê-lo para junto de nós, o mais vívido possível, na sua diferença e humanidade, para que possa servir à compreensão e aceitação construtiva dessa mesma humanidade e diferenças em nós. Por isso, talvez haja em cada etnografia um quê de iniciação, como desejava Griaule.

A primeira dessas viagens é, sem dúvida, importante, na medida em que permite ao etnógrafo obter as coisas necessárias à construção do seu universo etnográfico. *Rem tene*, aconselha Umberto Eco, *verba sequentur*. Sem coisas, não há palavras.

Não menos crucial revela-se, entretanto, a viagem escriturária. Palavras não brotam naturalmente das coisas, ou a página em branco não seria um deserto. Etnografia é a redução das "impressões multitudinárias" à forma singular, por meio da escrita. É a transformação paciente, e não raro penosa, de conversas, encontros, entrevistas, documentos heteróclitos, conflitos, personagens, objetos e enunciados, num gênero de discurso.

A enunciação desse discurso, porém, não é tão fácil quanto nos faz supor o *verba sequentur*. A construção do texto tem, igualmente, os seus "hóspedes não convidados". E uma vez escolhido o caminho, cada passo abre possibilidades e impõe restrições ao seguinte.

Além disso, por menor que possa ter sido o universo que o *trabalho de campo* procurou abranger, este se revela potencialmente infinito, num verdadeiro “jardim dos caminhos que se bifurcam”.

Quem se vê obrigado a escrever sua etnografia vislumbra as dificuldades desse tipo de viagem, talvez a mais difícil das duas, pela ascese interior que impõe ao etnógrafo. Uma vez iniciada, requer inúmeras renúncias, apenas superadas pelas suas exigências, igualmente avassaladoras.

De certo modo, escrever pressupõe, não só a decisão de enfrentar as vicissitudes desse processo, mas também o desapego do campo, isto é, uma separação, e, em virtude dela, um retorno.

Com esse distanciamento deve iniciar-se um período de decantação da experiência. Nada há prescrito quanto ao tempo de duração desse interstício, nem tampouco quanto ao modo de atravessá-lo.

Para mim, esse interregno significou o progressivo deslocamento da pesquisa para outro plano. Daí em diante, minhas idas a Zacarias foram rareando, até cessarem, quase inteiramente, a partir de 1989.

A decisão de escrever demorou, ainda. Com ela encerrava-se um período de latência, durante o qual os materiais colhidos no campo visitavam, de forma às vezes fragmentária, desordenada e fugaz, os meus pensamentos, tornando-se, para mim, uma obsessão acalentada, porém inquietante.

Nas horas de vigília, encontrava, por toda a parte, referências ao tema da pesquisa. À noite, sonhava *aberturas de barra* e ouvia dos pescadores ponderações a respeito. Acordado, procurava acrescentar coisas ao material trazido do campo. Dormindo, tentava solucionar os quebra-cabeças dos quais me ocupava durante o dia. Sentia-me impregnado e, talvez por isso, falava muito sobre o assunto, destilando-o com diversos interlocutores.

O resultado foi a banalização da experiência etnográfica vivida no campo. Vieram, então, as dúvidas sobre a relevância das questões e a pertinência das respostas que havia esboçado para elas. E, por que não confessá-lo, a tentação de abandonar todo o projeto.

Para o trabalho de escrita, entretanto, a coisa mais importante que sucedeu, nesse ínterim, foi a mudança de ponto de vista. Até um certo momento, continuei a olhar as coisas como se ainda estivesse no campo. Era, ainda, o etnógrafo, que via ao seu redor o *campo*, com seus personagens, lugares, rotinas e eventos.

Na medida em que me fui distanciando, porém, cristalizou-se uma nova perspectiva. Olhava para o *setting* e via nele o etnógrafo que eu tinha sido, como se fosse um *tertius*: personagem, como os demais, da experiência passada no terreno. E, se isto nem sempre me dava motivo de satisfação ou orgulho, habilitou-me, no entanto, a enfrentar a escrita.

Admiti, por fim, a necessidade de retomar o ciclo original da aventura antropológica, que começa pela busca, pela viagem, e que se realiza no encontro e na admiração, mas cujo coroamento é a narrativa, que não consiste senão em refazer todo o périplo, para si mesmo e para outrem, no papel.

A longa agonia

Vida e morte de um sistema lagunar?

No mais profundo de minha alma, acalento uma hipótese: que o ato criador que fez surgir o universo do nada, bem como o nascimento da vida a partir do mundo inorgânico, tinham por fim único o homem; e que com ele se fez uma grande tentativa, cujo fracasso pela falta de homens equivaleria ao fracasso da própria criação.

Sendo assim ou não, seria bom que o homem se comportasse como se assim fosse.

Thomas Mann

1. O cativo do mar

A mortandade de peixes, em 1975, particularmente grave pela sua magnitude e consequências, não pode, no entanto, ser considerada um evento singular. Um ponto sobre o qual todos concordam é que o fenômeno não é novo.

Se o acontecimento é recorrente em Maricá, não o é menos nas demais lagoas do litoral fluminense. O mais sumário dos levantamentos constatará sua repetida ocorrência na Lagoa Rodrigo de Freitas, em plena Zona Sul do Rio de Janeiro; na Lagoa de Marapendi; em Piratininga e Itaipu; em Saquarema; e na própria Lagoa Feia, situada na porção setentrional da baixada litorânea do estado. Só não acontece na Lagoa de Araruama, de cujas águas desapareceram, quase por inteiro, as espécies de peixes e crustáceos característicos desse ambiente lagunar e onde a pesca vem sendo substituída, há bastante tempo, pelos marnéis das salinas e pela exploração dos concheiros.

A reiteração das mortandades, entretanto, tem servido, ao longo do tempo, não só para provocar a instabilidade na vida do pescador, como, ainda,

para suscitar as mais diversas questões em torno da vida e da morte, não da ictiofauna, mas de todo o sistema lagunar do qual faz parte.

1.1 A pergunta e o sistema

Da participação no contexto dramático em torno da grande mortandade de 1975 resultara uma interrogação: seria esse fenômeno uma virtualidade daquele tipo de sistema lagunar, resultado inexorável de sua natureza e funcionamento?

A primeira resposta, formulada por um estudioso da faixa litorânea fluminense, veio tingida de um fatalismo preempatório: como era de conhecimento geral, todas essas lagoas, que se haviam formado por cooptação, estavam fadadas a desaparecer. As linhas mestras dessa concepção tinham sido estabelecidas, há quase meio século, em alguns dos estudos que fundamentam a fama e autoridade de Lamego Filho.¹ Seus trabalhos sobre a baixada litorânea, em particular a interpretação de sua geomorfologia, e, no seio desta, sua análise do ciclo evolutivo das lagunas fluminenses, deviam ser considerados referências obrigatórias para as indagações contemporâneas.²

Foi, com efeito, a leitura de Alberto Ribeiro Lamego que nos proporcionou, daí por diante, o quadro geral para o entendimento do sistema lagunar como uma totalidade em processo. E talvez seja este o motivo de o encontrarmos, com frequência, no horizonte das nossas discussões, pois soube construir uma representação consciente das origens do sistema e, assim, tornar manifestas as suas potencialidades, tendências e vicissitudes.

A misteriosa origem das restingas desvendou-se-nos com um fenômeno maremático ocorrido em Gargaú em 1926, que, saltando a pequena vila de improviso, privou-a de sua praia. Ao soprar de uma violenta suestada, foram os vagalhões trazendo as massas silicosas. E do pontal da Convivência – na foz do Paraíba –, veio estirando-se para o norte uma lingüeta de areia, de cem metros de largo por dois de alto, paralela à costa primitiva. De permeio, afundou-se uma laguna idêntica em largura, retilínea por quatro quilômetros de extensão. Quer isto dizer que o Oceano recuou duzentos metros no curto espaço de semanas! E a lagoa rasa, entulhando-se aos poucos pela ação dos alísios sobre a duna móvel, é uma futura “restinga”.

¹ Lamego, 1974 [1946], 1945; 1940 e 1934.
² Devemos esta primeira e fundamental indicação ao professor Luiz de Castro Faria, também ele interessado nos fenômenos relacionados com a pesca lagunar e dono de farto material de pesquisa sobre o caso da Lagoa Feia, na baixada campista.

³ Lamego, 1934:18-19.

⁴ Este é o título do seu ensaio sobre a história da baixada campista. O termo parece adequadamente escolhido, como se quisesse designar o instante da iluminação que lhe permitiu "ver", num relance, o processo infinitamente lento das eras geológicas. O texto tem ressonâncias bíblicas desde a sua primeira frase – "No princípio, era tudo mar" –, verdadeira saga da criação, termina com a ocupação humana, e, no sétimo dia, está o advento da sociedade brasileira: "Fundindo o sangue [do tupi, do negro e do luso], o povo enxameando alevantou-se. E marchou e progrediu." (Lamego, 1934:15-20).

⁵ Cf. Lamego, 1940:9 ss.

⁶ Lamego, 1940:12.

⁷ Cf. Lamego, idem, ibidem.

Outras provas existem da retirada das águas pelo solevantamento contínuo do platô continental de São Tomé. As primitivas casas da praia de Grussaí estão hoje há quase um quilômetro do mar. O farolete de Atafona, que em 1898 piscava perto da água, arredou-se uns duzentos metros. Num período de trinta anos, isto dá-nos uma fuga do Atlântico, de mais de seis metros por ano.³

Com estas palavras, Lamego Filho revela o que foi para ele o momento crítico de sua "geognose da planície campista".⁴ Nelas encontramos, não só o seu estudo dos mestres, como também, a ponto de germinar, sua própria teoria sobre a formação da planície litorânea brasileira, entre o sul da Bahia e o extremo sul de Santa Catarina.

A ideia de relacionar essa extensa área das formações de restinga com um provável levantamento do bordo continental era moeda corrente entre os estudiosos do assunto. Apoiava-se, sobretudo, nos indícios encontrados por Hartt, Branner, Backheuser e Euzébio de Oliveira.⁵

Lamego Filho, entretanto, não tem a pretensão de alcançar qualquer tipo de certeza nessa matéria. Contenta-se com relatar a hipótese, acompanhada de seus argumentos. E, sem descartá-la para a totalidade dos casos, recusa-a, no entanto, como explicação do "recoo atual do mar na costa fluminense e, sobretudo na região campista, [o qual] não parece ter origem num movimento de tal ordem".⁶

Para Lamego, a formação das restingas (e lagunas) se dá sob a égide de um "fato preponderante" que é a "aproximação da cordilheira do mar".⁷ Em virtude desse fato, os sedimentos arqueanos deram, outrora, à costa fluminense, a forma de um extenso rendilhado, onde se sucedem as baías, as enseadas e os sacos, os promontórios e os pontais, além de um sem número de ilhas – afloramentos, em diversa escala, da Serra do Mar no seu mergulho oceânico.

Do seu ponto de vista, este modo pelo qual a cordilheira descaí para o mar é um dos fatores fundamentais na formação das restingas, pois, graças a ele, as correntes costeiras secundárias encontram, no friso litorâneo, suficientes pontos de amarração a partir dos quais podem depositar, no raso dos parcéis, os abundantes sedimentos arenosos que suas águas lentas não conseguem mais arrastar consigo.

Como a distribuição das restingas no litoral fluminense coincide com a ocorrência de antigas enseadas entupidas, o seu processo de formação pode ser

apreendido, com nitidez, nas suas linhas gerais. O próprio Lamego procura restituí-lo num apanhado que vale pela concisão e simplicidade:

Em qualquer dos casos o processo de formação das restingas é idêntico. A corrente tangenciando a massa d'água que a separa da praia, perde velocidade no contato, depositando os sedimentos numa fita paralela à linha costeira.

Qualquer dos dois extremos da enseada serve de ponto de apoio para o início da formação de uma restinga. Um pontal ou uma ilha de rocha vizinha do litoral, pode ter idêntica função, visto que a corrente ao contorná-los encontra água mais tranqüila na outra banda.

Quase todas as restingas de Macaé para o sul foram originadas deste modo, sendo sobremaneira típicas as que, de Cabo Frio ao Pico da Marambaia, isolam do oceano toda uma série de lagoas litorâneas e a enseada de Sepetiba.⁸

O argumento de Lamego permitia-lhe prescindir do fator geológico profundo e de larga escala que é o levantamento do bordo continental, pois deste não se podia saber com certeza, quando aconteceu, ou se ainda continuava a acontecer, na falta de séries confiáveis, obtidas com instrumentos de maior precisão.⁹

Sua versão da carta geológica do litoral fluminense explica efeitos de grande magnitude no campo geográfico, derivando-os de “simples fenômenos geológicos de atuação superficial”.¹⁰ Desse modo, a interpretação deixa o terreno, para ele incerto, das suposições sobre movimentos tectônicos primevos e, ao mesmo tempo, desloca seu foco do continente para o oceano. É ao dinamismo construtivo do mar que se devem atribuir as peculiaridades da grande paisagem costeira, desde o sul da Bahia até os confins gaúchos. Esse dinamismo, no entanto, é um fenômeno do qual não só se pode afirmar a continuidade através de eras geológicas, como também atestar a eficácia presente, através do singelo recurso à observação direta.

Assume, então, pleno sentido sua afirmativa de que “no princípio, era tudo mar”. Querendo isto dizer, não só que onde se encontram hoje as planícies, restingas, lagunas e brejos existiam, outrora, enseadas, angras, sacos e braços de mar, mas também que o oceano, em sua peculiar interação com a cordilheira, responde pela etiologia dessa região fisiográfica.

O trecho do litoral entre Sepetiba e Cabo Frio é onde melhor se pode decifrar e compreender a natureza e os resultados desse processo. Na sua

⁸ Lamego, 1940:16.
⁹ Cf. Lamego, 1940:11.
¹⁰ Lamego, 1945:15.

¹¹ Cf. Backheuser, 1940:112.
¹² Lamego, 1945:14.

extremidade ocidental, o imenso tómbolo da Marambaia, com seus 40 quilômetros de extensão, pode ser considerado um exemplo clássico das restingas que, projetando-se entre a terra firme e alguma ilha, tendem a cativar baías e embocaduras, até seu definitivo fechamento. Para o lado do nascente, os casos multiplicam-se, de uma e outra banda da Guanabara. Antes dela, em Jacarepaguá, 18 quilômetros de restinga margeiam a lagoa de Marapendi, enquanto as praias das restingas do Leblon e de Ipanema aprisionam a Lagoa Rodrigo de Freitas, cujo nome tupi *Sacopenapan* figura na planta topográfica do regime das águas de sesmarias do Rio de Janeiro, de 1585 a 1600.¹¹ Do outro lado encontram-se as lagoas de Piratiníngua, ou Pirapitinga, e Itaipu, “onde as línguas de areia retificaram o velho litoral escalavrado em profundas reentrâncias e áspero de pontas continentais que em sucessivos espigões penetravam outrora no oceano”.¹²

Da última destas pontas, que é o Falso Pão de Açúcar de Itaipuaçu, descortina-se um panorama totalmente distinto. Quem alcança o topo desta elevação, pela íngreme e sinuosa estradinha que lhe galga os flancos, vê-se *ex abrupto* diante de uma amplidão sem horizontes. A linha retificada do litoral desaparece ao longe, guiada, a partir de Maricá, pela curvatura quase imperceptível que estende o cômodo da praia, por mais de 20 quilômetros, até Ponta Negra. E, para além desta, apenas adivinhadas, as toalhas lacustres de Saquarema e de Araruama. Do lado da terra, o friso marítimo retilíneo contrasta com as saliências e reentrâncias que, remanescentes do antigo bordo continental, acolhem o deságue das serranias e, com ele, os aluviões férteis das regiões mais acidentadas do sistema orográfico.

Entre as ricas terras aluvionais, depositadas à saída dos vales a pique do maciço montanhoso e o mar, sucedem-se, a perder de vista, as lagoas. Ocupam uma planície que começa estreita, mas vai, a partir de um certo ponto, alargando-se para espriar-se na grande Baixada Campista. A forma mais sumária do corte transversal dessa planície, da orla marítima em direção às faldas da serra, apresenta, em sequência, a restinga, a laguna, os brejos, as várzeas e os primeiros contrafortes da montanha.

Se, no entanto, acompanharmos a faixa costeira fluminense, de Paraty à foz do Itabapoana, vamos apreender toda essa teoria, exemplificada nos grandes capítulos da história do sistema. Do extremo sul até Sepetiba, vemos um mundo de angras, sacos e baías, que se arqueiam entre promontórios de

rochas cristalinas, em face de um colar de ilhas. A restinga da Marambaia, a 18 quilômetros do litoral, ilustra uma fase anterior ao encerramento lagunar, com sua ainda ampla barra oceânica, que se abre entre o pico da outrora ilha de Marambaia e a Ilha Grande. Daí por diante estendem-se, em sucessão gradativa, as porções de mar cooptadas pelo continente, por detrás da sua clausura de restingas: primeiro as que podem, ainda, manter comunicação intermitente com o mar, por intermédio de barras sazonais; e, depois, as que se distanciaram engastadas na terra firme, em definitivo separadas do oceano. De Marapendi a Araruama, encontram-se as lagoas do primeiro tipo, enquanto a Lagoa Feia, mais ao norte, constitui o exemplo mais acabado das últimas.

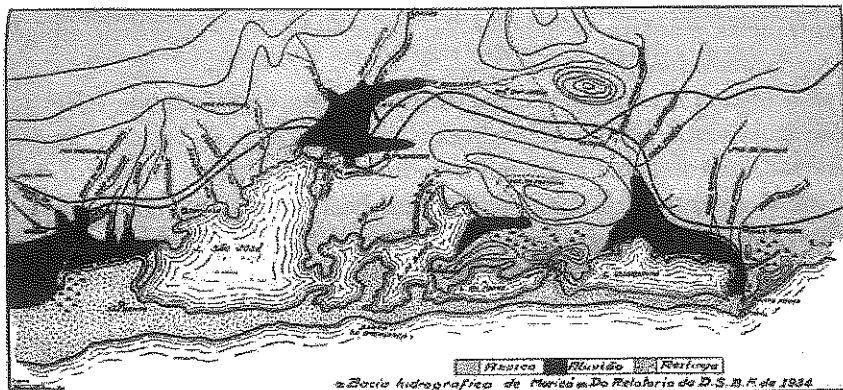


FIG. 2 — Geologia da laguna de Maricá por A. R. Lamego. A restinga retilicou no litoral outrora recortado de enseadas.

O conjunto formado por todas essas lagoas não é, no entanto, homogêneo. Seus elementos dividem-se em duas categorias. A primeira delas reúne aqueles casos onde a laguna é um antigo braço de mar que, junto dos velhos relevos do continente, foi aprisionado pela barreira dos areais. Os seus exemplos são as lagoas Rodrigo de Freitas, de Maricá, de Saquarema, de Araruama e a Lagoa Feia. Da segunda categoria fazem parte as lagoas de Piratininga e Itaipu, em Niterói; as lagoas da Barra, do Padre e de Guarapina, no município de Maricá; e as lagoas de Jaconé, dos Jacarés e Vermelha, no município de Saquarema. O que as caracteriza é o fato de se tratar, neste caso, de lagoas formadas nas depressões

Mapa geológico da formação da restinga de Maricá (O Ciclo Evolutivo das Lagoas Fluminenses - Alberto Ribeiro Lamego)

¹³ Cf. Lamego, 1940:23-24.

entre um cordão arenoso e outro, razão pela qual são consideradas lagoas de restinga, propriamente ditas.¹³

Nada autoriza tratá-las como se fossem mutuamente exclusivas, pois há casos em que lagoas da primeira e da segunda categoria surgem articuladas, formando um único sistema. Em virtude disso, e somados os aspectos previamente discutidos, os quadros naturais de um sistema lagunar apresentam-se muito diversificados, graças a essa integração espacial de um grande número de ambientes.

Em todos os casos, porém, o ponto crucial é a relação com o mar. Não simplesmente porque lhe devem, de um modo ou de outro, sua formação, mas porque seu *ciclo evolutivo* depende da comunicação que com ele sejam capazes de manter. Para algumas, essa comunicação é permanente, pois suas respectivas barras ainda não se fecharam. Outras, no entanto, estão limitadas a um tipo intermitente de comunicação. Segregadas do mar, restabelecem o contato com ele, quando, em virtude das cheias resultantes do deságue da cordilheira, rompem a fita arenosa para verter o excesso no oceano, ocasião em que tornam a abrir-se, também, à penetração das marés.

Consideradas nesse contexto, não seriam, pois, as mortandades episódios que testemunham a continuidade e o sentido de um processo cujo ponto terminal será a decrepitude, morte e desaparecimento dessas lagoas? A partir daí, a questão torna-se mais complexa: qual seria a relação desses episódios entre si, e através deles, do processo de senescência da toalha lacustre com o periódico intercuro entre a lagoa e o mar?

Para compreender melhor a multiplicidade intrincada dos fatores envolvidos nessa relação, será necessário considerá-la num quadro mais específico. E, com esse fim, poucos casos poderiam revelar-se tão elucidativos quanto o de Maricá, não só o mais exuberante desses sistemas lagunares, como também aquele que apresenta a maior variedade de ambiência e onde o contúbio das águas do mar com as águas da lagoa adquiriu uma relevância inusitada.

2. Os Lagos Espelhantes, ou o caminho de Maricá

A compreensão da complexidade dos fatores que determinam o regime das lagoas de Maricá, e desse modo intervêm no ciclo evolutivo do sistema, requer uma visão de conjunto de sua corografia.

Ao contemplar a região, do ponto de vista sobranceiro e distante a partir do qual os cartógrafos desenvolveram sua arte, vemos o que, numa linguagem geométrica, se poderia designar como um arco de círculo. A corda desse arco é a restinga. Recurvando-se para o norte, começa no Falso Pão de Açúcar, em Itaipuaçu, um anfiteatro de montanhas que, partindo do mar, a ele retorna, com a Ponta Negra no seu extremo oriental. A superfície, que se estende do litoral marítimo da restinga aos contrafortes das serras, é uma planura que se espria, caprichosamente recortada pelo espelho lacustre, e é interrompida, de quando em quando, por elevações, antigas ilhas e promontórios da “cordilheira naufragada”.

Do mar, o que se pode ver de Maricá, para além de um primeiro plano, constituído pela barreira do cômodo da restinga, é exatamente esse anfiteatro de serranias, cuja silhueta verde-azulada toma o horizonte inteiro.

O acesso, por via marítima, foi sempre difícil, e raras foram as embarcações dispostas a enfrentar o perigo dos baixios junto à costa, ou os ventos como o sudoeste, as lestadadas ou o sueste – o “mata-poveiro”. Esses ventos açoitam um litoral quase inabordável, pois a minúscula calheta de Ponta Negra mal dá para as canoas dos pescadores. Em vez das angras, enseadas e baías (hoje pastagens e plantações à sombra das serras), a precária proteção do Falso Pão de Açúcar ou das ilhas Maricás são os únicos abrigos que restaram às embarcações, quando tratam de fugir das fortes rajadas do quadrante sul. Praticamente inexpugnável, na sua linha costeira, a região de Maricá não pôde assim abrir-se para o visitante, senão através de algumas passagens, praticadas na cordilheira pelos caminhos históricos da ocupação humana.

A ocupação do território fluminense não teve, à maneira do expansionismo paulista, feições de epopeia topográfica e ecológica. Até o século XIX, parece mesmo ter ignorado, por inteiro, o desafio da Serra do Mar. Às portentosas dificuldades e acidentes da demanda das minas, preferiu a conquista agroindustrial das baixadas litorâneas.

Se os caminhos destinados ao escoamento da produção dos engenhos não puderam de todo ignorar as “serras”, que na medida do necessário tinham de ser vencidas, os mais antigos entre eles foram traçados ao longo da costa. Assim, por exemplo, aquele que vai da baía de Guanabara até Campos, passando por Cabo Frio, é particularmente afeto ao nosso assunto, pois assegurava a travessia da região de Maricá.¹⁴ Caminho sujeito a vicissitudes sazonais determinadas

¹⁴ Esse caminho remonta à época em que a expedição dos “sete capitães” partiu, valendo-se dele, para a retomada da vila de Cabo Frio. Essa epopéia da ocupação da baixada campista encontra-se registrada em *A terra goitacá* de Alberto Lamego e é tida por alguns como acontecimento mítico na história da conquista do norte fluminense. Cf. também De Carli, 1942:7-10.

quer pelo tempo das águas, quer pelo das marés e, certamente, pela conjugação de ambas, durante parte do ano.

Caminhos, no entanto, obrigam. E não só os homens e bens, que por eles transitam, mas, ainda, o cartógrafo do Rei, a quem esse trânsito diz respeito, por motivos fiscais, tático-estratégicos, ou quaisquer outras razões de Estado. Por isso vamos encontrá-los, constituindo já uma considerável rede, na “Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, feita por ordem do Códice da Cunha Capitão General e Vice Rey do Estado do Brasil – por Manuel Vieyra Leão, Sargento Mor do Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro em o Ano de 1767”. Nela figura também o caminho para Cabo Frio e Campos, comentado por Backheuser, nas glosas que lhe dedica:

Longo é o trajeto que vence esse caminho que saía da Fortaleza de Garavatá, no local que é hoje a cidade de Niterói, até a “Vila de S. Salvador”, banhada pelo caudaloso Paraíba.

O dilatado percurso é todo feito em terras baixas, e, geralmente costeando o mar.

Descrevemo-lo, por etapas, assinalando todos os pontos consignados na Carta.

Partindo de Garavatá, que é, na banda oriental da baía de Niterói, o ponto mais próximo da cidade de São Sebastião, chegava-se logo depois a uma capela, sem nome no mapa, mas seguramente a de São João Batista de Caray. Daí, sucessivamente ao “Ingo Penetiba”, “Perteninga” (onde havia um engenho), “Ingo d. Tererica”, “Ingo d Mato”.

O caminho para Cabo Frio e Campos vencia, então, as pequenas serranias da baixada e, assim, continuava até “Taucaia”, de onde descia à procura da zona de lagoas. Costeando a linha litorânea, de areias, entre as lagoas e o Oceano alto, seguia até a lagoa de Araruama. Nesse trajeto encontrava: Lagôa Braba, Fazenda dos religiosos bentos (onde havia a peça 3), Lagôa de Maricá, Lagôa de Gurumagina, a peça 4 (em Ponta Negra), a Lagôa Jacuné, a peça 5 (Manditiba) já na Lagôa de Saquarema e, a seguir, lagôa desse nome até a Freguesia de N. S. de Nazaré. Depois, vinha a Praia de Pitatanga até a sede dos Religiosos do Carmo, onde havia a “peça” 6.

Em chegando a esse ponto, a estrada se bifurcava junto à lagôa “Paulista”. O caminho à direita prosseguia pela Praia de Massambaba até a “Fortaleza e barra de Cabo Frio”, encontrando nesse percurso dois pontos que a Carta consigna como havendo “salinas”. O braço da esquerda continuava pela margem norte da lagoa de Araruama, tocando em vários povoados e engenhos: Hospício (onde havia uma capela) Juaba, Sapiatiba e Aldeia de São Pedro.

[...]

De Aldeia de São Pedro, a estrada se afastava completamente do litoral que só iria de novo encontrar na foz do rio Una. O único acidente antropogeográfico consignado neste último trecho é o dos “Campos Novos da Fazenda de El Rey”.

Dai por diante, até além da “Barra do Furado”, já no atual município de Campos, o caminho jamais abandonaria a linha rigorosamente costeira.

Anotemos os acidentes de geografia física e humana que o mapa de Vieyra Leão apresenta nesse novo trecho: foz do rio Una, foz do rio São João, onde há uma “Guarda”, foz do rio das Ostras, Praia do Iriri, ponta dos Pecados Mortais, lagôa de Boacica, Ponta Imbetiba, foz do rio Macaé, onde há um “Ingo de El Rey”, lagôa Comprida, lagôa de Jurubatiba na qual deságua um rio sem nome.

Avança o caminho sobre areias até “Capela da Conceição” já na lagôa de Carapibús grande e, afinal, se avista a lagôa de Carapibús pequeno, onde figura um lugar com o nome “Paulista” no qual o caminho de novo se desdobra. O ramal esquerdo e de menor vulto, vai procurar a “Lagôa Fea”, e o ramo direito, e de maior importância, continua costeando a praia pela localidade “Ubatuba”, e, finalmente, “Barra do Furado”.

Até uma boa légua depois da Barra do Furado ainda o caminho segue até a praia para então de novo se subdividir, indo o da direita em direção à “Ponta de São Tomé”, e o da esquerda, quebrando violentamente em ângulo reto, para o interior à procura da Vila de São Salvador.

Há nesse último trecho vários lugares sem nome. Entre os que mereceram ser registrados no mapa estão, caminhando da praia para a vila: Capela S. Amaro, Fazenda dos Religiosos Bentos, Cap. de S. Sebam, Cap. N. S. do Carmo, Cap. do S. Gonsalo, Faz. dos Viscondes, e finalmente V^a de São Salvador.

E termina aí o caminho que vinha da baía de Niterói.¹⁵

¹⁵ Backheuser, 1940:112.

O mesmo caminho parece ter sido trilhado, pelo menos em grande parte, no começo do século XIX, pelo atento, engenhoso e observador comerciante inglês, John Luccock, a julgar pelas referências contidas em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro – e partes meridionais do Brasil*, publicadas em 1820. Mais preciosas do que suas indicações neste sentido, entretanto, são as descrições das distintas paisagens percorridas ao longo do trajeto:

Dali por diante após vencer a região montanhosa de S. João do Carai o terreno é ondulante e, passando por uns sítios de menor importância, desce por uma estradazinha íngreme, serpejante e romântica, até o vasto estabelecimento de Tokai [...].

A fazenda Tokai acha-se numa bela planície de pouca elevação sobre o nível do mar. Um riacho que a rega atira-se no oceano um pouco a leste das Ilhas de Maricá, mais conhecidas pelo nome fácil de compreender de Contrabandistas. [...] Por uma extensão enorme de terras atoladiças as montanhas se acham destacadas uma das outras, dando a impressão de terem sido outrora ilhas rochosas; seus intervalos são cobertos de areias com pequenas lagoas. Deixando essa Cambridgeshire do Rio e aproximando-nos do mar, topamos com alguns amplos prados e, entre eles, uma sucessão de lagoas rasas que fornecem alimento a grande número de aves marinhas.¹⁶

Em mais de uma ocasião subsequente, haveria de retornar Luccock às imediações dessas lagoas. Desde a primeira vez, porém, teve a sorte de travar contato com esse fenômeno crítico que é, para Maricá, a comunicação da laguna com o mar. De certa forma foi obrigado a fazê-lo, diante da impossibilidade de continuar o seu caminho, interrompido pelas águas, cujo ímpeto seccionara a restinga, por um canal momentaneamente intransponível. Impedido de prosseguir, o viajante pôde observar todo o processo, mostrando-se informado sobre seus mecanismos e implicações, bem como sobre a precisa localização de sua ocorrência:

A cerca de nove milhas de Tokai e para mais de vinte da cidade, encontra-se um local que dizem já ter sido a entrada de um porto, mas que atualmente está bloqueado. Nesse passo, as águas do grande lago de Americá quando entumescidas pelo acréscimo das chuvas, eventualmente rompem uma passagem e, por vezes, por ordem do governo abre-se uma comunicação com o mar a fim de proteger seus pesqueiros.

[...]

Quando, cessando as chuvas, as águas do lago retornam a seu nível costumeiro, de novo a maré fecha a abertura, formando em pouco tempo uma estrada seca e segura através da barra; mas nunca se ergue à altura dos contrafortes naturais e de há muito formados, com os quais em ambas as extremidades se liga. Para além desse local sucedem-se as planícies que jazem entre o Lago de Americá e a elevada língua, ou “restinga” que barra o mar desde as montanhas de Caaraí até a altaneira Ponta Negra.¹⁷

As observações que Luccock reuniu, nas suas diversas estadias, sobre a região de Maricá embaralharam-se, por vezes, porque lhes faltava o caráter sistemático, orientado pela curiosidade científica. John Luccock olhava as coisas pelo prisma do homem de negócios, o que dá à sua visão uma abrangência de outro modo incompreensível. A vida ativa de comerciante fá-lo prestar atenção a todo tipo de fatos, sejam eles de ordem natural, política, socioeconômica ou cultural, pois nenhum deles deixa de ter importância, quando se trata de imaginar possíveis empreendimentos. Assim, registra não só os ambientes fisiográficos, com seus respectivos espécimens de flora e fauna, como também as possibilidades de exploração dessas riquezas. Ao longo do caminho, vai inventariando e descrevendo, em variado grau de detalhe, as vendas, os engenhos, as propriedades rurais e os povoados. E mais todas as atividades de que toma conhecimento. Além disso, preocupa-se com as condições de segurança e mobilidade do viajante, razão pela qual são frequentes os relatos sobre usos e costumes. Particular atenção merecem, neste sentido, as questões relacionadas com a hospitalidade e a confiança. De um modo geral, não é muito o que lhe escapa.¹⁸ Assinala, na região, a flagrante ausência de recursos; a interferência do poder público em certas atividades e explorações; as condições de higiene e conforto, bem como suas relações com o *status* social; a obsolescência de determinados processos de produção e a engenhosidade de outros; a maneira de se efetuarem os negócios; as etiquetas observadas no intercurso social; e muitos outros aspectos de importância prática.

A par disso, não lhe falta a sensibilidade contemplativa e, com ela, a descrição desinteressada, onde predomina o colorido das imagens e transparece a emoção diante do espetáculo. Em certos momentos, parece um naturalista a descrever ambientes com os espécimens que os habitam. Ao mesmo tempo, ocupa-se da

¹⁷ Luccock, 1975:202-203.

¹⁸ Assim, por exemplo, Luccock interpreta mal um incidente, por não reconhecer, como tais, as suas implicações religiosas, atribuindo-lhes, equivocadamente, um caráter moral de outra ordem. Sua visão no trecho a seguir refere-se, muito provavelmente, a um *despacho* – testemunho da piedade afro-brasileira nessa região, já no início do século XIX: “O sentimento da obrigação de devolver aquilo que se acha predomina muito mais entre os católicos e certos pretos do que entre os protestantes. De uma vez que andava eu por uma praia, a pouca distância de algumas cabanas de barro, encontrei uns poucos pratos amarelos e uma trouxa de roupas de mulher, que ofereci a uma preta que chamei; esta, porém, replicou no mesmo instante que os objetos não me pertenciam, recusando-se a afastá-los do alcance da maré” (Luccock, 1975:208).

- 19 Luccock, 1975:209.
20 Cf. Backheuser, 1940:113.
21 Wied-Neuwied, 1940:47.

etimologia dos topônimos. Em outros, surge o homem de negócios, que pesa os prós e os contras na hora de fazer o investimento. Então, calcula e examina com minúcia, contabilizando as áreas aproveitáveis, atento às condições de salubridade, quando se trata de adquirir terras:

Dizia-se que a localidade era sujeita a febres; se assim o era, o mal foi pouco após remediado pela abertura de um canal de comunicação com o mar, o que impediu que as águas do lago ficassem estagnadas.¹⁹

Esse pragmatismo é um dos traços marcantes a distinguir-se, nas *Notas* do comerciante inglês, das copiosas e sistemáticas observações do naturalista alemão, Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, cuja expedição científica percorreu as paragens de Maricá, mais ou menos na mesma época.

O Príncipe de Wied-Neuwied partiu de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em meados do inverno. E, da Praia Grande (Niterói), empreendeu o caminho que ia por São Gonçalves, como chama a freguesia de São Gonçalo, importante ponto de convergência do tráfego da região litorânea. Junto dela o Porto Novo escoava, pelo mar, a diversificada produção proveniente da vila de Santo Antonio de Sá; da freguesia de Maricá; da capela da Conceição (Macacu); da lagoa de Saquarema e, adiante desta, de Maturama (Araruama).²⁰

Esse caminho, que também Luccock percorrera numa de suas excursões, em 1813, passava por Guajintibo (Guaxindiba), penetrando na região de Maricá, depois de atravessar bosques entremeados de clareiras; baixadas envolvidas pelo cordão azulado das montanhas; extensos campos de pastagem; grandes florestas de mimosas, cecropias e cacauzeiros, bem como queimadas e roçados. Cruzava a cadeia de montanhas pela Serra de Inoã, cuja impressão sobre o viajante ecoa, ainda, nas palavras com que procurou descrevê-la:

O selvático espetáculo excedeu de muito tudo quanto a minha fantasia concebera sobre as grandes cenas da natureza. Entramos num profundo vale em que a água muito límpida ora corre sobre um leito de pedra, ora descansa em lagoa tranqüila. Pouco além uma floresta imensa, da qual nenhuma imagem pode dar uma idéia adequada. Por toda a parte as palmeiras, e as magníficas árvores da região se entrelaçavam tanto com as trepadeiras, que era impossível à vista penetrar aquela espécie de muralha verdejante.²¹

Nesse ambiente, a curiosidade do naturalista mal sabe para onde voltar-se, atraída ora pelas “plantas carnosas”, que, montadas nas árvores, abrem-se

em flores de belíssimas tonalidades, como o vermelho coral das bromélias; ora pelas variedades de bananeiras, que vicejam nas sombras espessas e refrescantes, ostentando delicados matizes verde-amarelos, além do contraste entre as flores brancas e os pedúnculos rubros. Intensa admiração suscitam os colossos vegetais da floresta sobre cujos troncos, marchetados ou cobertos de cascas ásperas, destacam-se o vermelho vivo dos cogumelos e o carmesim dos líquens. São tão altas as copas dessas árvores que as espingardas, com frequência, não lhes alcançavam o topo, falhando os alvos multicolores dos pássaros e desencadeando, ao mesmo tempo, verdadeiras chuvas de sumarentas flores tropicais. No alto da Serra de Inoã, os viajantes²² são surpreendidos pela revoada dos papagaios de cabeça vermelha, aos quais se dá na região o nome de camutanga, mais conhecido também como chauã ou acauã, com que se procura traduzir a sua voz. Depois o caminho desce, ao longo do braço montanhoso, em direção ao mar. Sempre através de uma floresta densa, onde além de abundante caça, encontram-se variados tipos de madeiras de lei, para as mais diversas utilidades. Embora não os mencione explicitamente, Maximiliano deve ter passado aí por inúmeros dos imponentes e outrora comuns exemplares de araribá, cedro, louro, bacurubu, sucupira e sibipiruna, como nos permite deduzir sua observação a respeito da família das leguminosas, na flora brasileira.²³ Seus remanescentes resistiram até há bem pouco tempo nos “muitos alqueires de matas virgens e capoeirões grossos, disseminados pelas serras da Tiririca, Calaboca, Itaitendiba, Cambuci, Cassorotiba, Retiro, Lagarto, Silvado, Espriado, Botica, Mato Grosso, Bananal etc., abrangendo as fazendas de Cassorotiba, Vale, Bosque-Fundo, Retiro, Itocaia, Inoã, Rio Fundo, Pilar, Bom Jardim, Coqueiro, Mangueira, Posse, Bananal e algumas outras”.²⁴ Em 1881, o elenco das madeiras preciosas era ainda muito extenso. Álvares de Castro, na sua “Descrição do Município de Maricá”, com a reserva de que “já se vão tornando escassas”, cita o cedro, o vinhático, a mirindiba, o araribá, o ubatam, o óleo vermelho e o óleo pardo, guaraiabá, ipê, maçaranduba, biquiba, sicupira, louro, arco-de-pipa, diversos tipos de canela, jacarandá, pau-brasil, graúna, grapiapunha, pau-ferro, pau-d’alho ou guararema.²⁵

No roteiro do príncipe naturalista, a Fazenda de Inoã, com seus campos de gado e variada criação de aves de terreiro, como perus, galinhas, gansos, patos almiscarados e galinhas d’angola, é apenas um breve interlúdio nesta sucessão de panoramas silvestres:

²² Acompanhavam Maximiliano de Wied-Neuwied dois alemães – Georg Wilhelm Freireys e Friedrich Sellow, ambos também naturalistas.

²³ Cf. Wied-Neuwied, 1940:52.

²⁴ Figueiredo, 1953:61-62.

²⁵ Álvares de Castro, 1881:49.

- 26 Wied-Neuwied, 1940:49.
27 Wied-Neuwied, 1940:50.
28 Wied-Neuwied, 1940:50-51.

Deixando Inoá, entramos noutra floresta de árvores gigantescas e imponentes, estreitamente entrelaçadas, onde se nos depararam algumas coisas novas. Vimos a grande “aranha caranguejeira” (*Aranea avicularia*, Linn.) cuja picada, segundo se diz, causa dolorosa inflamação. [...] Além desse curioso animal, vi muitos sapos enormes, não contudo, tão numerosos quanto na Serra, que acabáramos de deixar, e onde mal começava a escurecer, o chão ficava coalhado deles.²⁶

Nessa floresta sombreada, em que os viajantes observaram, além dos sapos (*Bufo bimaculatus*), pássaros como a araponga (*Procnias nudicollis*) e ruidosos bandos de psitacídeos, transitavam tropas de carga nativas, conduzindo, para o outro lado da serra, o produto dos engenhos e fazendas, que acompanhavam o arco de montanhas, em toda a sua extensão. Maximiliano relata o espanto dos tropeiros com o tiroteio de sua comitiva de caçadores, para em seguida assinalar uma nova mudança de ambiente. Agora, atravessam matas queimadas, pântanos e savanas, para alcançar uma área plana de campos, entrecortada por charcos e brejos, com garças brancas, jaçanãs ou piaçocas (*Parra Jacana*, Linn.) e maçaricos. Nas várzeas adjacentes, pastava o gado “e por entre ele saltitavam inúmeros melros de um violeta brilhante” (*Oriolus violaceus*),²⁷ além de numerosos bandos de anus (*Crotophaga ani*, Linn.).

Ao cair da noite, alcançam a freguesia de Maricá, cuja população, “de cerca de oitocentas almas”, mostrou-se de início retraída (“fecharam as portas cuidadosamente”). Logo, porém, a curiosidade venceu. E depressa o espanto inicial dos vizinhos cedeu lugar à hilaridade geral, quando viram os estrangeiros esfolarem e prepararem os espécimens de sua estranha caçada, entre os quais se encontravam melros, papagaios, garças e minúsculos colibris. Como bons caçadores, no entanto, demonstraram imenso interesse nas espingardas de dois canos.²⁸

Depois, Maximiliano descreve a exploração dos arredores do lago Maricá, à qual dedicou, com seus companheiros, um dia inteiro:

Suas margens são baixas e pantanosas, e o peixe é abundante. Vi uma espécie de bagre *Silurus* que nela existe em abundância [...]. À beirada do lago encontramos algumas conchas, [...] e nos paués próximos, um caracol de terra ou brejo [...]. As aves vistas na praia foram uma espécie de gaivota [...] com cabeça preta, bico vermelho e pés da mesma cor; uma bonita espécie de andorinha do mar (*Sterna*), pavoncinhos, uma espécie de maçarico (*Charadrius*), enquanto nas alturas pairavam os “urubus”, assim sôbre o pântano como na mata. [...]. As

zonas próximas do lago não parecem muito férteis, por causa do solo arenoso e alagado. Os lugares secos são campos, onde pasta o gado, ou montanhas com rochas e matas. Parece que aqui se criam muitos cavalos, mas não prestam, sendo a maior parte de pequeno tamanho. Vimos também cabras, de pelo curto, brilhante e amarelo-avermelhado, manchado de preto.²⁹

Por esse caminho, a expedição³⁰ alcançou a Vila de Santa Maria de Maricá, encontrando-a, como as demais povoações do interior brasileiro, formada por casas baixas, em torno de uma igreja. Nas imediações, as costumeiras lavouras de mandioca, feijão, milho e o café, nos seus incícios. O cultivo principal, no entanto, era a cana-de-açúcar, pujante nos solos de aluvião e mirrada nas terras arenosas.

Da vila de Maricá em diante, alternavam-se a floresta, os charcos e os terrenos de argila vermelha, até a ribeira da lagoa de “Gurapina” (Guarapina), em cujos brejos e caniçais os bandos de garças brancas e jaçanãs eram numerosos. Contornada esta lagoa, a expedição descortinou, pela primeira vez, a restinga, junto da Ponta Negra:

Aí ouvimos o fragor das vagas, e logo depois surgiram as dunas de onde se viam as ondas espumejantes rebentarem violentamente sobre as penedias selváticas da costa. Próximo à areia branca da “praia” há um intrincado bosque de várias espécies de árvores mofinas, de crescimento tolhido pelos ventos do mar e pelas tempestades. Nesse cerrado, de cerca de vinte a trinta pés de altura, através do qual continuamos a viagem ao longo da costa, vicejam altos Cactus e abundam bromélias de formosas flôres. Pequenos lagartos faziam ruído nas folhas secas das moitas, enquanto o grande “anú” e o “tié” (*Tanagra brasilia*, Linn.), de plumagem vermelho-sanguínea, animavam a cena.³¹

A inclinação do naturalista pela ornitologia é notória. Não se admira, por isso mesmo, que tenha encontrado, “na quantidade de lagos espelhantes que se estendem de Maricá às cercanias de Cabo Frio”, com sua exuberante avifauna de andorinhas do mar, gaivotas, garças, tiês, tordos e bacuraus, o principal fator da beleza dessa região, destacando-a em face dos demais ambientes retratados nesse trecho de sua viagem.

Cerca de 15 anos depois, outro naturalista, inglês como Luccock, viu o mesmo panorama. Seguindo o mesmo trajeto, Charles Darwin atravessou a região, em 1832. Para fugir ao calor, ainda intenso no começo de abril, fez parte do caminho, aproveitando uma noite de luar. A paisagem pareceu-lhe

²⁹ Wied-Neuwied, 1940:51-52.

³⁰ Mello Leitão a considera dessa maneira, por seu intuito de inventariar e classificar os entes naturais e formar coleções com os exemplares caçados e coletados. As viagens de Luccock não se enquadram nesta categoria, nem pelos fins, nem tampouco pela forma (Cf. Mello Leitão, 1941).

³¹ Wied-Neuwied, 1940:57.

- ³² Darwin, s/d: 39.
³³ Cf. Figueiredo, 1953:44.
³⁴ Darwin, s/d: 41.

“um deserto de lagoas e pântanos”, cujo aspecto desolador era acentuado pelo “gemido” da narceja e pelo barulho “surdo e monótono” das ondas do mar. Ao romper da aurora, no entanto, viu-se compelido a reconhecer o espetáculo da flora e da fauna da restinga:

Nenhum interesse possuiria a paisagem se não fôsse o grande número de lindas aves ribeirinhas como as garças e os grou, e a suculência das plantas que se revestiam de formas fantásticas. As poucas árvores atrofiadas que se viam estavam cobertas de plantas parasitas; entre as quais se podiam admirar a beleza e deliciosa fragrância de algumas orquídeas.³²

Os cronistas gostam de associar Maricá ao célebre autor de *A origem das espécies*, pois, assim, a de outro modo obscura história local capta, em parte, o brilho da *teoria da evolução*. Não lhe perdoam, no entanto, a sua “mal-humorada” apreciação do cenário lacustre, e talvez por isso façam questão de assinalar seu engano quanto às orquídeas, que não eram, como pensava, parasitas, mas epífitas.³³

Se o jovem Darwin não revela maior encanto por esse “intrincado deserto de lagoas”, cabe-lhe, no entanto, o privilégio de ter compreendido, logo, a importância desse universo lacustre para futuras investigações naturalísticas, em particular, aquelas da fauna aquática. Relacionou esse potencial ao peculiar regime de união entre o mar e a lagoa:

Em algumas havia conchas de água doce; em outras, água salgada. Entre as conchas de água salgada, encontrei grande profusão de *Limnaea* numa das lagoas que, segundo me afirmaram os habitantes, o mar invadia uma vez por ano e mesmo mais freqüentemente, de sorte que a água se tornava bastante salgada. Não tenho dúvida de que se poderiam observar muitos fatos interessantes sobre animais de água doce e salgada nesta cadeia de lagoas que margina a costa do Brasil.³⁴

* * *

Tomar tanto tempo com esses relatos de viagem tem suas razões. Através deles o sistema lagunar configura-se na articulação dos seus vários ambientes. Suas descrições permitem apreender o que é, no sentido mais autêntico da palavra, a fisiografia da área, onde se combinam, de forma peculiar, montanhas

e planícies; florestas, pastos e plantações; brejos e restingas; e, sobretudo, as lagoas, umas com as outras, e todas com o mar. Ao mesmo tempo, esboçam a inserção de Maricá na rede dos caminhos antigos, que tornou possível a ocupação e o povoamento do litoral, a leste da Guanabara. Neste sentido, relativizam o insulamento das populações sertanejas, seja com relação à corte, isto é, à cidade, seja com relação umas às outras, na segregação mútua da serra, do brejo e da restinga. Ajudam a caracterizar uma economia onde se combinam a monocultura canavieira, a pecuária extensiva, a pequena criação de terreiro, a extração de madeira e a carvoaria; as casas-de-farinha e os alambiques; o artesanato de esteiras; a cafeicultura (nos seus inícios); a “lavoura caíçara”³⁵ (milho, feijão, banana, mandioca), a caça e a pesca.³⁶ Proporcionam, finalmente, marcos para uma história ambiental da região, abrindo o caminho às comparações, quando se trata da Maricá dos nossos dias.

Foram, curiosamente, os dois ingleses que se ocuparam das relações entre a lagoa e o mar. O alemão Wied-Neuwied, encantado, sobretudo, pela floresta, pouco se ocupa do assunto, que só aparece a propósito do trecho litorâneo situado além da Ponta Negra.

Fossem essas divergências do olhar provocadas pela conjuntura sazonal da travessia, ou, ao contrário, motivadas pelo peso específico do mar e da floresta como símbolos de massa³⁷ de suas culturas distintas, a determinar distintas estratégias de percepção do ambiente, o fato é que Luccock e Darwin se ocuparam do assunto com maior ênfase, em particular o primeiro, ao qual se deve uma das primeiras e mais detalhadas descrições desse encontro das águas.³⁸

3. O regime das águas

Cada um dos viajantes estrangeiros, cujos relatos nos ajudaram a restituir a riqueza e a diversidade da região de Maricá, atualiza uma forma peculiar de percepção e representação do ambiente.

Maximiliano de Wied-Neuwied tem a visão contemplativa e maravilhada da história natural. É, antes de tudo, um colecionador, em que a sensibilidade pré-romântica se alia à paixão classificatória. A natureza selvagem inspira-lhe um misto de temor reverencial e devaneio religioso. Entrega-se à exaltação das descobertas, das descrições e nomeações dos espécimens. Com o mesmo

³⁵ O termo tem sido frequentemente empregado para descrever o gênero de vida dos praianos do litoral sul-fluminense e paulista. É, no entanto, admissível estendê-lo, como têm feito vários autores. Uma consideração notória da categoria encontra-se em Schmidt (1958).

³⁶ Essa enumeração se baseia estritamente nos relatos referidos, embora nem todos os seus itens apareçam nas citações.

³⁷ O conceito, bem como sua exemplificação, no caso dos ingleses e dos alemães, encontram-se na original reflexão antropológica de Elias Canetti sobre as relações entre massa e poder (Cf. Canetti, 1983: 80, 187-188 e 189-190).

³⁸ Todos, no entanto, têm em comum o encantamento que manifestam diante da profusão da vida, em cada um dos ambientes a que os conduziu seu caminho.

- ³⁹ Renomado zoólogo, Bates integrou a *International Health Division* da Fundação Rockefeller, trabalhando com a malária, no Mediterrâneo, e com a febre amarela na América do Sul. Referimos *A floresta e o mar* (Bates, 1965).
- ⁴⁰ Bates, 1965:71.

fervor abandona-se às sugestões emocionais dos quadros da natureza e ao êxtase dos panoramas.

John Luccock vê todas essas coisas pelo prisma utilitarista e empresarial. Embora não desprovido de sensibilidade, preocupa-se, sobretudo, com a praticidade dessa região selvática para os seus intuitos. Por isso mesmo, seu interesse está voltado, preferencialmente, para as possibilidades do tráfego e para as variáveis relacionadas com a produção, consumo e comunicação, no seio da sociedade local. Assim, quem sabe, se poderia explicar melhor o caráter mais francamente sociológico das suas notas de viagem.

Charles Darwin é, dos três, aquele a quem melhor se aplica o epíteto de cientista. Não só porque se mantém relativamente sóbrio diante dos espetáculos da natureza, como também, em vez de preocupar-se com a coleta e classificação dos exemplares, trata de interrogar-se sobre a vida, considerando a coexistência e persistência de suas formas particulares, em determinados recortes do universo natural. Não se contenta, pois, com a enumeração ordenada dos seres vivos. Pretende ir além, relacionando-os, enquanto formas peculiares, com suas condições de existência. E, por isso, parece lógico que tenha sido ele o único capaz de perceber as lagoas de Maricá, levando em conta as implicações de sua comunicação com o mar e constatando de imediato as consequências desta para o conhecimento naturalístico. Darwin considerava que essa combinação de águas doces e salgadas transformava esses “lagos espelhantes” numa espécie de laboratório, através do qual a natureza se oferecia em experimento.

3.1 A fascinação de uma miniatura

Se a existência da água é marcada, sobretudo, pela circulação, o estancamento de seu fluxo, numa lagoa, pode levar-nos a encará-la como um acidente no sistema da hidrosfera. Para a fascinação que exerce sobre estudiosos como Marston Bates, contribui, além desse caráter episódico, a consciência de se estar, neste caso, diante de um mundo de delimitações precisas, cuja autonomia relativa e escala reduzida lhe conferem uma situação privilegiada para a pesquisa dos fenômenos biológicos que favorece e abriga.³⁹

As formas de vida que se conjugam numa lagoa resultam tão acidentais para a biosfera quanto o microcosmo lagunar o é para a hidrosfera.⁴⁰ A razão para pensar dessa forma torna-se evidente quando comparamos os lagos com o

mar. Neste último, os sais, dissolvidos em proporção constante, configuram um *habitat* universal, relativamente contínuo no tempo e no espaço. O mesmo não se pode dizer das águas interiores. O ambiente químico das bacias hidrográficas e lagoas assume, pois, um aspecto distinto, não só em oposição ao dos mares, mas de um caso para outro. Em virtude de sua composição infinitamente diferenciada, essas miniaturas se distribuem ao longo de um gradiente, que vai da salinidade superlativa dos “mares mortos” às águas doces dos lagos de montanha, passando pelas lagoas salobras das bordas litorâneas.

Esses microcosmos acidentais que são os lagos, lagoas e lagoas, frutos da interrupção do fluxo constante das águas, têm sua própria forma microcômica nos corpos líquidos que se acumulam nas concavidades dos tocos de pau ou nas câmaras dos internódios dos bambus, réplica dos lagos tectônicos, no mundo vegetal.

Miniaturas de miniaturas, tais formas de águas cativas são ainda mais extraordinárias do que suas congêneres. Não só pelas dimensões infinitamente reduzidas, mas por elevarem ao máximo a descontinuidade no tempo e no espaço, característica geral das águas interiores. Uma poça d'água, por exemplo, ressalta, pelo seu caráter efêmero, o aspecto transiente daquelas, enquanto uma bromeliácea é um *tour de force* da natureza, no que tange à descontinuidade espacial das águas confinadas. Cada uma dessas vistosas epífitas é, com efeito, uma espécie de pequeno lago suspenso, onde podemos encontrar formas de vida que ocorrem, igualmente, nos charcos e brejos; entre elas, as larvas de toda uma casta de insetos, conhecidos pela designação genérica de “mosquitos”.

Se é verdade que a duração dos mares é ininterrupta, como a sua extensão, a restinga, aprisionando um braço de mar, introduz essa parte do oceano na temporalidade distinta das águas interiores, privando-a, assim, da sua originária autonomia como *habitat*. A laguna que resulta desse processo dependerá não só da relação com as águas da terra, mas, para a reprodução de sua variada e múltipla riqueza biológica, dos caminhos da vida que vêm do mar. Sua estabilidade e perdurância, como domínio da biosfera, são o resultado direto do equacionamento de um problema de mecânica dos fluidos.

Se “a história da vida na água doce, [...] não pode ser compreendida sem constantes referências tanto ao mar como à terra”,⁴¹ o mesmo se poderá dizer, com muito maior razão, das águas que o litoral subtraiu ao oceano, muito embora com a cumplicidade deste. No caso de Maricá, e para todos os outros

⁴¹ Bates, 1965:75.

⁴² Oliveira; Nascimento, Krau & Miranda, 1955.

⁴³ Além do próprio Lejeune de Oliveira, respondia pela pesquisa hidrobiológica sua assistente Luiza Krau. A parte referente aos estudos de hidroquímica estava a cargo do prof. Rubem Nascimento, secundado por seu assistente Arnaldo Miranda. Uma década antes, Lejeune P. H. de Oliveira integrara a equipe encarregada da avaliação da Lagoa Rodrigo de Freitas, juntamente com João Carlos N. Penido e Mário Ferreira dos Santos, sob o comando do Dr. Henrique de Beaufort Arago.

do mesmo gênero, vale não só a dupla referência à terra e ao mar, como, ainda, a menção do encontro periódico das águas, de uma e outra parte. É em virtude deste que se regulam as sazonalidades características desse tipo de sistema. São determinadas conjunturas da vazão dos caudais com as marés oceânicas, durante a época das chuvas, ou por ocasião de precipitações excepcionais, fora delas, que tornam possível esse intercurso. A sua realização pode considerar-se, pois, o fato crítico do regime das águas em todo o sistema de Maricá. Desse modo, cabe-lhe a preeminência como variável do equilíbrio hidráulico desse sistema. A solução que por seu intermédio se dá ao problema das cheias tem implicações diretas para os ritmos da vida nas lagoas, pois determina os estados sucessivos do equilíbrio instável das espécies, em cada uma delas e no sistema como um todo. A comunicação deste com o mar revela, assim, sua precedência sobre todas as demais variáveis necessárias à compreensão do seu funcionamento. E, neste sentido, será de importância crucial, não só que se faça ou deixe de fazer tal intercurso, mas a maneira pela qual se faz, isto é, o lugar, a frequência e a amplitude do fenômeno. E no caso de ser ele o fruto de um tipo qualquer de intervenção humana, pode-se aventar a hipótese do seu caráter crítico, tanto para o sistema lagunar, enquanto domínio da biosfera, quanto para aqueles que lhe atribuíram um papel, de algum modo estratégico, na sua vida social.

3.2 O antigo regime das águas

Foi preciso mais de um século para que se concretizasse o programa do naturalista inglês: estudar a lagoa para aprender coisas sobre a vida e suas formas, considerando-as do ponto de vista de sua relação com esse mundo, onde as águas doces e salgadas coexistem numa tão rara, múltipla e matizada combinação de ambientes.

A execução desse programa, entre 1949 e 1955, incorporou, no entanto, dados da modernidade. O primeiro deles está na própria composição da equipe de cientistas que, comandada por Lejeune de Oliveira, coligiu, sistematizou e interpretou as "Observações biogeográficas e hidrobiológicas sobre a lagoa de Maricá".⁴² Integram-na dois hidrobiólogos e dois hidroquímicos, num empreendimento especializado de limnologia.⁴³ O segundo é a vinculação desse empreendimento a um dos valores cardeais da modernidade urbana, que

implementa o progresso numa guerra sem trégua contra as águas paradas das cidades do Antigo Regime.⁴⁴

A cidade moderna tomou o partido do fluxo e do escoamento contra a estagnação das águas e os “miasmas”. Tratou de retificar esses “acidentes” nos quais a tendência “natural” do fluxo se encontra pervertida. Usou para isso o saneamento que, antes de ser sua justificativa, foi sua escolha. Mais que uma escolha, um programa de reforma da sociedade que, desde Oswaldo Cruz e Miguel Couto, até as grandes campanhas de erradicação da malária e da febre amarela, identificara a saúde como fator de estrangulamento do progresso nacional. Neste sentido, o *saneamento* foi uma espécie de “guerra justa” da modernidade. Dizimou inimigos, conquistou territórios e debelou revoltas, confiado na máxima de Belizário Penna: “Sanear o Brasil é povoá-lo; é enriquecê-lo; é moralizá-lo”.⁴⁵

Esses *saberes*, entretanto, tal como os praticou a equipe de Lejeune de Oliveira, tiveram a prudência de não excluir do seu campo de investigação o conhecimento naturalístico dos nativos (leia-se, dos pescadores). Os viajantes, na verdade, já o levavam em conta. Incorporavam-no, porém, como informação de percurso, que se adicionava, quase a título de curiosidade, aos dados da observação. A missão científica de 1949 vai mais longe e transforma as taxonomias do saber local em autênticos casos de controle de suas investigações.

As “Observações biogeográficas e hidrobiológicas” descrevem, para Maricá, um sistema de seis lagunas, engastadas na planície litorânea, ao longo da costa, que se estende por cerca de 20 quilômetros, em linha reta, formando sua borda meridional. São elas, na direção do leste, a Lagoa Brava; o Lago Grande (da Lagoa de Maricá), que às vezes se chama Lagoa de São José; o Lago do Bacupari; a Lagoa da Barra; o Lago do Padre e a Lagoa de Guarapina, antigamente Gururapina e, mais antigamente ainda, Gururupirá.

Por ocasião das cheias, a totalidade da superfície do sistema media cerca de 46,2km². Na vazante, entretanto, com a barra aberta, como observa o estudo, esse espelho se reduzia a apenas 35,8km². O espriado, ora seco, ora submerso, cobria uma área de pouco menos de 11km². Durante as enchentes, o nível máximo do sistema encontrava-se a 2,4m acima do zero hidrográfico.⁴⁶ O nível médio das águas era de 1,2m, equivalente ao nível médio do mar. Na sua cota mínima, o sistema acompanhava o nível mínimo da maré, na vazante e com barra aberta.

⁴⁴ Apoiamo-nos, neste particular, no argumento desenvolvido por Didier Gilles (1988) em seu ensaio “Estratégias Urbanas” (*in Alliez*, 1988: 19 a 102). O assunto será retomado nos próximos capítulos.

⁴⁵ Esta máxima serve de epígrafe ao livro que publicou em 1918, sob o título *Saneamento do Brasil* (Penna, 1918).

⁴⁶ “Nível abaixo do qual são fornecidas as sondas nas cartas náuticas, e acima do qual é medida a altura da maré.” (Cf. Oliveira, 1983).

⁴⁷ Na vazante, com a barra aberta, as superfícies diminuem em proporções desiguais, como se pode verificar comparando os valores estabelecidos pela pesquisa de Lejeune de Oliveira (Oliveira, 1955: 172, tabela 1).

⁴⁸ "Assim, a Carta Decreto 311 tem o rio Caju e um bloco da Serra do Caju a leste da Lagoa da Barra, outros mapas têm o mesmo bloco do lado oeste. São 1,3 quilômetros quadrados que ora estão para lá, ora para cá da lagoa, é ora um aumento, ora uma diminuição da área da bacia de 1,3km²; e assim como esta grande dúvida, outras pequenas surgem." (Oliveira, 1955:177).

⁴⁹ Cf. Oliveira, 1955:178.

Nesse sistema, o Lago Grande faz jus ao seu nome, pois sua superfície corresponde a 20,5km², na cheia – mais que o dobro, portanto, daquela da Lagoa de Guarapina (9,4km²), e quase três vezes a superfície da Lagoa da Barra (7,4 km²). As menores – do Padre, do Bacupari e Brava – perfazem pouco mais da oitava parte da superfície total do sistema, somando-se as respectivas áreas dos seus espelhos, na época das cheias (1,2 + 4,3 + 0,10 km²).⁴⁷

O clima da região é tropical. Durante o ano, a temperatura média oscila entre 22 e 26 graus, não baixando de 12, no mês mais frio, cuja média fica acima dos 18. O maior volume de precipitações verifica-se de dezembro a fevereiro, assinalando-se os meses de janeiro e julho como o mais e o menos chuvoso, respectivamente.

Apesar da cartografia, que, no dizer de Lejeune, era imprecisa, até 1955, a equipe conseguiu identificar 21 rios e córregos, os quais, formando uma bacia hidrográfica de aproximadamente 230km², influíam no regime do sistema lagunar de Maricá.⁴⁸ Essas vertentes, que convergiam para as distintas lagoas a partir das montanhas de Inoã e Calaboca, dos Macacos, da Caçarotiba, do Silvado, do Caju e de Jaconé, acrescidas das águas pluviais, que se precipitavam nos 40 km² da bacia hidráulica, provocavam as notáveis alterações sazonais de volume do conjunto, no período das chuvas.

Com o volume, entretanto, alterava-se a composição das águas. No auge da vazão aumentava a quantidade de húmus dissolvido, que os caudais carreavam para dentro do sistema. Ao mesmo tempo, a salinidade variava, em virtude do processo de dissoluções sucessivas. A magnitude dessa variação não era, entretanto, uniforme. Apresentava-se, ao contrário, diferenciada de acordo com o lugar. De um modo geral, tenderia a ser maior nos pontos interiores e nas extremidades do sistema, ao passo que, por exemplo, na Lagoa da Barra, se conservaria melhor a salinidade das águas, nas áreas mais próximas do local onde se costumava abrir a barra.

O próprio Lejeune de Oliveira considerava insuficientes e apenas indicativos os dados reunidos pela pesquisa a respeito do processo de diluição. Em linhas gerais, porém, suas observações, embora sem o desejável apoio das mensurações, baseadas em coeficientes obtidos experimentalmente para cada lagoa, coincidiam com as referências dos pescadores. Também eles constatavam a expansão da flora e fauna de água doce, com o avanço da estação chuvosa.⁴⁹



Mapa do Sistema Maricá.

Não subsistem, infelizmente, registros mais extensos do intercâmbio de informações, ao que tudo indica constante, intenso e proveitoso, entre cientistas e pescadores. Apenas em uma ou outra passagem do relatório, publicado pela equipe, há uma série de pequenos indícios do que podem ter sido essas discussões sobre os indicadores hidrobiológicos do ciclo das águas, nesse sistema lagunar.

É possível, no entanto, especular sobre a natureza positiva desse consórcio de estudiosos e práticos da limnologia de Maricá, assinalando não só a recorrente incorporação e acatamento das observações dos pescadores, como também a total ausência de quaisquer tentativas de desqualificação destas.⁵⁰

As variáveis consideradas pelo estudo são as mesmas que servem aos pescadores para discorrer sobre as condições da lagoa, ainda hoje. Durante o período de um ano, entre março de 1951 e fevereiro do ano seguinte, foram coligidos os dados sobre as condições atmosféricas (temperatura do ar e chuvas) com base nas informações do Boletim Diário do Serviço Meteorológico. No decorrer da pesquisa de campo, foram feitas também observações meteorológicas, em virtude da grande influência que tais fenômenos exercem sobre a biocenose de lagos ou lagoas.⁵¹ Dezesseis estações instaladas no perímetro lagunar, com o auxílio dos pescadores,⁵² foram utilizadas na coleta dos

⁵⁰ Do mesmo modo é lícito imaginar que os resultados dessa relativamente longa convivência, estabelecida a propósito de um empreendimento de investigação voltado para objetos de mútuo interesse, tenham-se incorporado ao conhecimento naturalístico local.

⁵¹ Cf. Oliveira, 1955:175.

⁵² Comunicação pessoal da Prof^a Ana Timóteo, do Museu Nacional – UFRJ.

- ⁵³ Este ocupava uma sala do frigorífico de Maricã, cedida para a pesquisa, pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Cf. Oliveira, 1955:224).
- ⁵⁴ Consultar, a propósito, as tabelas 4 5 e 6 em Oliveira, 1955:186, 187 e 188.
- ⁵⁵ Oliveira, 1955:179-180.

dados para a análise físico-química das águas, em diversos pontos do sistema. Desse modo, foram estabelecidas, no laboratório,⁵³ as tabelas que continham, para as diversas lagoas, os valores relativos à densidade, cor, salinidade, pH e composição (sais, matéria orgânica e gases dissolvidos) das águas.⁵⁴

A periodização do ciclo anual da lagoa, em regime de enchentes, reflete o interesse pelas enormes variações de salinidade, resultantes das chuvas, que hidrobiólogos e hidroquímicos têm em comum com os pescadores, se relevarmos o jargão técnico dos primeiros:

- período de diluição das águas pelas chuvas, com várias mortandades causadas por hipotonia.
- período de lagoa cheia, em estagnação, quase doce, oligohalina.
- período de esvaziamento por abertura artificial, e secamento das margens.
- período da lagoa vazia, sob influência das marés, em desequilíbrio por concentração dos sais, aumento de salinidade.
- lagoa fechada, separada do mar, entrando em estagnação meso e polihalina. Daí em diante começam as chuvas, e voltamos outra vez ao primeiro período.⁵⁵

As séries hidroquímicas a partir das quais se estabeleceu este gradiente eram reduplicadas pela observação dos indicadores hidrobiológicos. A estação chuvosa de 1948-1949, por exemplo, apresentou altos índices pluviométricos. De tal modo intensas foram as precipitações, que as estradas ficaram quase intransitáveis. Proliferaram os brejos e as poças e nelas os mosquitos. As margens permaneciam cobertas pelas águas, que haviam se tornado mais e mais salobras. A tal ponto que:

[...] o conjunto florístico e faunístico dominante indicava água doce: Algas *Spirogyra*, *Vaucheriaceae*, numerosíssimos insetos aquáticos: *Ephemérida*, *Odonata* entre as *Nymphaeaceae*; larvas de outros *Odonata* e *Trichoptera* entre as *Potamogenaceae*; *Hemiptera* entre as *Typha*; numerosos *Lepidoptera*, *Coleoptera* aquáticas; larvas de *Diptera*, *Nematocera*, *Culicidae* e *Anophelini*;

exuberantemente crescia o *Anopheles tarsi-maculatus*, o transmissor da malária; havia *Chironomidae*, *Hymenoptera*, *Myriapoda*, *Arachnida*, e muito sapos, cobras, jacarés [...].⁵⁶

Em virtude desse quadro, tomou-se a decisão de abrir o *sangradouro* da lagoa, pois esta ameaçava invadir as casas dos pescadores. A descrição desse acontecimento, contida nas “Observações”, permanece única no seu gênero.

A falta de detalhes técnicos sobre o processo desse “sangramento” é uma decepção indissfarçável para o etnógrafo. O *sangradouro*, em compensação, é descrito com minúcia, quanto às suas dimensões e, sobretudo, quanto aos fluxos, que através dele se dão, seja do ponto de vista hidráulico, seja em relação aos seus aspectos hidrobiológicos.

Trata-se de um canal de cerca de 100m, cuja abertura, do lado da lagoa, chegava aos 80m, e que vazava no mar por uma boca de 120m de largo. O encontro com as águas do oceano provocava ondas, num raio superior a 1km, dispostas em um semicírculo de arrebentação, cujo raio media em torno de 250m.

Quanto ao modo de abertura desse canal, consta apenas que os próprios pescadores, com a ajuda de “outras pessoas”, tinham-no cavado no lugar que se denominava *Barra da Emergência*. Menciona-se apenas ter o vazadouro começado “como uma vala estreita”. Esta, na medida em que foi ganhando largura, no espaço de poucas horas, aproximou a lagoa do mar. O traçado seguiu por onde os pescadores afirmaram que a areia era “mais fofa”. Em pouco tempo, aumentou a declividade do sangradouro, cuja descarga cresceu, até se tornar bastante impetuosa.

As fórmulas de hidráulica fornecem números impressionantes. O volume d’água a ser despejado no mar corresponderia a cerca de 92,4 bilhões de litros. Desse total, escoavam, nos cinco primeiros dias de barra aberta, aproximadamente 55,2 bilhões de litros, numa descarga constante em torno dos 130m³ por segundo. Depois, a lagoa passava a oscilar de acordo com as marés. Nesse período, que durava entre 20 dias e um mês, eram renovados os 37 milhões de metros cúbicos restantes.⁵⁷

É fácil imaginar a impressão que terá causado um fenômeno desse porte. Nem o mais sóbrio dos homens de ciência poderia presenciá-lo e permanecer indiferente. Ainda mais, quando consideradas as implicações hidrobiológicas desse espetáculo hidráulico. Além do turbilhão das águas, vertidas no oceano,

56
57

Oliveira, 1955:180.
Cf. Oliveira, 1955:181-182.

⁵⁸ Cf. Oliveira, 1955:182.
⁵⁹ Cf. Oliveira, 1955:183-184.

e do vaivém das marés, a comunicação com o mar ensejava uma vasta e variada migração de seres vivos, barra adentro:

Junto com o plancton marítimo, as diatomáceas *COSCINODISCUS*, *MELOSIRA*, *BIDDULPHIA*, que são Centrais, e numerosos copépodos marítimos *Calanus* sp. (sic) entravam também para a lagoa, as larvas dos camarões do gênero *PENAEUS*, planctônicas e oceânicas, aí penetravam [...] em massas arredondadas, como se fossem várias bolas indo sangradouro acima[...].

Os camarões larvários ficavam nas lagunas que eram mais salgadas, como a Laguna da Barra e muito depois é que passavam para a laguna de Bacopari. Os camarõezinhos na maioria passavam o dia se enterrando nos fundos macios e semi-arenosos, ou se escondiam por entre as algas verdes *ENTEROMORPHA*, chamadas popularmente de “lixo-do-camarão” e por entre os “lixo-capim”, *RUPPIA* sp. Geralmente, com o cair da tarde, é que eles entravam em maiores atividades natatórias, invadindo pouco a pouco as outras lagunas. Não eram ocupadas pelos camarões do gênero *Penacus* nem as lagunas Brava e Guarapina, estas, mais confinadas com as águas doces, tinham poucos pitus, sendo alguns do gênero *Macrobrachium*.⁵⁸

Não eram só os camarões que entravam, no entanto. Além deles, penetravam nas águas da lagoa (“em estagnação eualina, ou polialina”) muitos peixes do mar. Os mais importantes deles eram a tainha de corso (*Mugil platanus*), a tainha da lagoa (*Mugil lisa*), a corvina (*Micropogon* sp.), as savelhas (*Brevoortia tyrannus*) e mais paratis, enchovetas, robalos, canhanhas, bagres, salemas, caratingas e carapicus, solteiras, pampos, ubaranas e faquecos. Entravam ainda o siri-puã (*Callinectes sapidus*), o siri-candeia (*Portunus spinimanus*), as caracas (*Balanus amphitrite* var. *niveus*) e moluscos, como *Solen* sp.

Todos esses seres, provenientes do mar, conseguiam sobreviver muito bem, enquanto o pH da água era elevado e seu regime permanecia de eualino a polialino. Quando, no entanto, as águas deixavam de ser alcalinas e a concentração dos sais configurava um regime do mesoalino forte para o oligoalino, essas formas de vida recuavam, acabando por extinguir-se totalmente.⁵⁹

3.3 A lagoa moderna

As lagoas de Maricá não foram as primeiras, nem as únicas submetidas a processos de intervenção inspirados pela proposta do saneamento. Antes delas,

já a Lagoa Rodrigo de Freitas fora objeto de ações saneadoras. A principal tinha sido a abertura de um canal permanente de comunicação com o mar. Construída por Saturnino de Brito,⁶⁰ e conhecida como Barra do Vidigal, essa ligação com o oceano tornou-se perene graças ao fato de ter sido rasgada em solo rochoso. Foi ela que serviu de modelo ao engenheiro Saturnino Braga,⁶¹ responsável por um projeto análogo, para o complexo lagunar de Maricá.

Desse modo, veio acrescentar-se à drenagem dos pântanos, à retificação e desobstrução de canais e à abertura de escoadouros para as águas estagnadas, o Canal de Ponta Negra. Com ele o sistema passa a ter duas ligações a céu aberto com o mar, pois, no seu extremo ocidental, já existia o Canal da Costa. Desses dois, o primeiro cumpre, como *inlet*, uma função inversa à do último, que é do tipo *outlet*. Através do Canal de Ponta Negra se dá, diariamente, a entrada e saída da água salgada, ao passo que as águas doces e salobras excedentes são, ou deveriam ser, esgotadas pelo Canal da Costa.⁶²

Esta, no entanto, não é a descrição dos fatos tais como se apresentam, desde a época do estudo de Lejeune de Oliveira, mas a repetição da fórmula racional do projeto saneador.

Não se afirma que o Canal de Ponta Negra não tenha cumprido sua função. Quanto a isto não há dúvida, pois de acordo com o depoimento do próprio hidrobiólogo, esse canal:

[...] preencheu 100% as finalidades para as quais foi construído, isto é, não deixar a lagoa se inundar com as chuvas, e acabar com os focos de mosquitos, principalmente os da malária, enfim, sanear a região.⁶³

O caso de Maricá pode ser mesmo considerado exemplar, neste sentido, pois graças à ação combinada da engenharia sanitária e de inseticidas à base do DDT, o impaludismo recuou na área, de forma tão radical, que em pouco tempo foi dado como extinto. Costuma-se contar essa vitória como uma das mais notáveis nas campanhas movidas contra o transmissor da malária, em toda a Baixada Fluminense.⁶⁴

Com o canal que liga Guarapina ao mar inaugurou-se, pois, o novo regime das águas na região. Desse modo, interrompeu-se uma convivência multissecular com as febres palustres e com as enchentes sazonais, que tinham marcado o ritmo da vida e a morfologia histórico-social de Maricá.⁶⁵

⁶⁰ O engenheiro Saturnino de Brito, encarregado, em 1922, da elaboração de um projeto de saneamento para a Lagoa Rodrigo de Freitas (RJ), foi o primeiro a estabelecer um cálculo numérico do regime de descargas mútuas entre o mar e a lagoa. (Cf. Brito, 1944).

⁶¹ A concepção desse projeto encontra-se, nas suas linhas gerais, na Memória nº 62, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), do Ministério da Viação, com o título de "Saneamento da Lagoa de Maricá". (Braga, 1947).

⁶² Cf. FUNDREM, s/d: vol.1:13.

⁶³ Oliveira, 1955:205.

⁶⁴ Cf. Oliveira, 1955:189.

⁶⁵ Cf. Figueiredo, 1953.

⁶⁶ Comprimento - 1.500m; forma em S; porção reta de 500m X 30m à boca de montante; trecho em rocha granítica 250m. Para os detalhes técnicos, consultar Braga, 1947 e Oliveira, 1955: 206 (Tabela 8).

⁶⁷ Cf. Oliveira, 1955: 207-209.

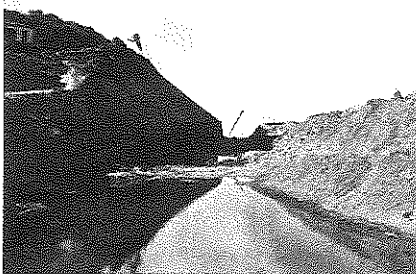
Dispositivo da engenharia sanitária, destinado à regularização dos desequilíbrios hidráulicos do sistema lagunar, e à consequente neutralização de seus efeitos deletérios sobre a saúde pública, o êxito do canal estava assegurado, nos cálculos, porém. Com efeito, os dados técnicos de sua construção⁶⁶ garantem-lhe uma descarga de 45m³ por segundo, num total de 3.505.000m³ a cada 24 horas. Dessa maneira, conseguiria dar vazão às águas, até mesmo no caso dos índices mais drásticos de precipitação (cerca de 68mm por dia). Em seu novo regime, o nível máximo não ultrapassaria, nessas condições, 1,90m, isto é, menos 0,5m do que no regime antigo.

Tomando-se a oscilação das marés, durante 24 horas, o volume d'água renovado corresponderia a cerca de 630.000m³. Quer dizer, com o nível médio da lagoa 1,5m acima do zero hidrográfico, é esta a massa de água que sai na vazante, igual àquela que entra na preamar.

Assim, não só deixaria de haver diluição pela água da chuva, e a consequente baixa da salinidade, como ainda, em circunstâncias normais, manter-se-ia, apesar das descargas fluviais, um regime hidrobiológico entre 34 e 47 por mil de salinidade. Neste regime, eualino, o equilíbrio biológico da lagoa não correria, pois, nenhum risco.⁶⁷

Certos embora os cálculos, enquanto tais, os efeitos, no entanto, não coincidiam com as previsões. “O mar não chegava mais a Maricá!” Essa afirmativa deve ser entendida em toda a sua amplitude semântica. Significa, em primeiro lugar, que as águas oceânicas provenientes da Ponta Negra não conseguem alcançar o Lago Grande, cujas águas tendem a ficar salobras. Esse fato está relacionado com os obstáculos que representam, no caminho, a Lagoa do Padre e o Canal do Cordeirinho; muito rasa aquela (30 a 40cm) e muito obstruídos ambos por diversos tipos de plantas aquáticas (*Ruppia* e *Tiphethum*), cujo emaranhado os transforma em autênticos filtros.

Dizer que “o mar não chega a Maricá” significa ainda que a fauna marítima não logra abrir caminho até o Lago de São José. Não chega, na verdade, sequer ao Lago da Barra e ao Bacopari. O que não morre por hipotonia, no próprio Canal de Guarapina, não consegue atravessar as águas turvas do Lago do Padre, e muito menos a “peneira” do Cordeirinho. De mais a mais, toda uma gama de representantes da fauna marítima ficou excluída do sistema, entre eles o camarão, ao qual Maricá deveu, outrora, o seu renome como pesqueiro.



Corte do canal de Ponta Negra. 1950/51

Finalmente, o Canal de Ponta Negra não se tornou crucial apenas pela influência que exerceu sobre os aspectos hidrobiológicos, resultantes da relação entre superfície, volume e salinidade. Sua existência também interferiu de forma decisiva na morfologia social da região. Beneficiou os assentamentos contíguos, pois “bastava um gururu-pirá ou guarapino colocar suas redes no canal para colher o peixe que saía e entrava”.⁶⁸

Assim, alterava-se, junto com a composição das águas, a densidade moral das posições sociais, entre os pescadores de Maricá. Uma dupla inversão, portanto: onde a água era “doce” passou a ser “salgada”, e quem fazia esteiras “virou” pescador. Quem era pescador, no entanto, ou se conformava com a magra e desvalorizada captura de acarás e bagres, complementando seus minguados recursos com a fabricação de esteiras, ou mudava de profissão. De 1951 em diante, o peixe começou a faltar. Em dezembro de 1954, os veranistas tinham de comprar camarão enlatado para o almoço no armazém da vila.⁶⁹

Apesar das terríveis dificuldades para sobreviver, os povoados pesqueiros da restinga – Zacarias, Guaratiba, Ponta Negra e Barra de Maricá – contavam, ainda nessa época, cerca de 800 famílias de pescadores.⁷⁰

Mas, quando se inaugurou, em 1953, na praia de Araçatiba, o Frigorífico de Maricá, os pescadores já tinham vendido as *redes grandes*. Não havia mais quem pudesse realizar um “lanço de profissional”, pois, se não tinham acabado os profissionais, já não existiam mais nem o peixe, nem o camarão; e, portanto, nenhum propósito em se manter equipamentos custosos e agora desproporcionados. Nessa época, os próprios pescadores não davam à sua atividade mais do que dois ou três anos de sobrevida.⁷¹ E isso, não apenas por escassearem os cardumes, mas porque, apoiando-se no argumento de que não havia (nem haveria) mais peixe, e respaldado pelo retraimento da arrecadação tributária do município, teve início o loteamento da restinga e, com ele, o despejo dos pescadores, em prol do avanço da cidade:

Desaparece totalmente a vegetação de restinga, aparecem as ruas de terra vermelha no meio da areia branquíssima e já dezenas de casas de veraneio com garages onde rebrilham lindos Cadillacs que vêm cada um com três ou quatro caniços envernizadosíssimos, de lado do automóvel, para a pesca de esporte, de fim de semana, em lanchinhas a motor esmaltadas, niqueladas, e impecavelmente coloridas. São os aristocráticos bairros que estão se formando,

⁶⁸ Cf. Oliveira, 1955:210-211.

⁶⁹ Cf. Oliveira, 1955:207-209-213.

⁷⁰ Oliveira, 1955:214.

⁷¹ Cf. Oliveira, idem: ibidem.

- ⁷² Oliveira, 1955:201.
⁷³ Cf. Oliveira, 1955:212.
⁷⁴ Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Sudepe/Min. da Agricultura), 1975.
⁷⁵ Oliveira, 1955:214-215.

o que marca uma nova era de progresso e urbanismo nesta região, outrora devastada pela malária.⁷²

Nas águas da lagoa, entretanto, o “aristocrático” pescador de fim de semana só encontrava bagres, tainhotas magras, acarás e traíras, as espécies menos nobres, que costumavam, antes, habitar apenas as “zonas de águas mais doces do sistema Maricá” e agora iam tomando conta dele.⁷³ Um indício mais do que suficiente para o homem de ciência, cuja fé progressista não é capaz de eludir ou minimizar. Nesse meio, onde a salinidade ficara reduzida a oito por mil, nem mesmo os bagres e acarás chegavam a crescer como antigamente.

De 1951 para frente, a vida dos pescadores traz as marcas inequívocas da penúria. Os mais novos começam a buscar outras profissões. Alguns poucos tentam a sorte em outras lagoas do litoral. Só os mais velhos permanecem fiéis à antiga atividade na “lagoa moderna”. Muitos passam a depender do dinheiro que os filhos lhes mandam.

Apesar de tudo isso, porém, os pescadores da restinga chegavam, ainda, a 800. Vinte anos depois, o levantamento da equipe do Pescart encontraria apenas 240 pescadores.⁷⁴ Por mais imprecisos que possam ser, estes dados servem para dar uma noção da escala do processo. Em duas décadas, uma baixa de quase 2/3 na população que vivia da pesca. Com efeito, se admitirmos para 1955 a mesma composição, em média, para cada família (quatro a cinco pessoas), vamos encontrar um total de, aproximadamente, 3.600 pessoas, contra as 1.305 de 20 anos depois.

Lejeune de Oliveira não estava enganado, quando, em 1955, vaticinava, entre sombrio e irônico:

O que vislumbra surgir no futuro, se as coisas tomarem este rumo é, no fim de alguns decênios, haver outra “Rodrigo de Freitas”, mas em escala maior – com os desequilíbrios, as poluições, as mortandades, e com ótimo urbanismo.⁷⁵

* * *

Dessa maneira, a pergunta que nos trouxe até aqui se revela, afinal, demasiado estreita. Não basta saber em que medida as mortandades são ou deixam de ser uma fatalidade do sistema.

Os fatos são mais complexos, pois os homens representam uma variável necessária para a compreensão adequada do problema. Constituem uma espécie de fator crítico para o equilíbrio do sistema lagunar. São eles, na verdade, que determinam as modalidades desse equilíbrio, em virtude dos modos diferenciais de representação e apropriação da paisagem.

Não podem, portanto, excluir-se de qualquer interpretação mais exigente dessa longa agonia. Sobretudo, quando se verifica que, ao fim de quatro décadas, a contar da intervenção saneadora, a pesca lacustre teima em resistir, embora restrita a pouquíssimos recantos da lagoa e incapaz de restituir-lhe sua antiga fama, pela fartura de peixe e camarão.

Há muito que a restinga de Maricá se transformou em atração turística. Encontra-se, em grande parte, ocupada por assentamentos característicos do urbanismo de veraneio, vez por outra perturbado por alguma súbita mortandade de peixes.

Nessas ocasiões, lá onde a pesca lagunar ainda subsiste como atividade relevante, retorna uma velha obsessão: as *barras de emergência*. São elas, então, invocadas como remédio tradicional, de eficácia comprovada, para os males da lagoa, por essa gente das areias, que a conhece e maneja há séculos, mas que é, ela mesma, pouco mais do que desconhecida para os agentes da cidade.

Diante disso, trata-se, enfim, de saber se não estamos, nesse caso, assistindo à progressiva extinção de um modo de existência das águas interiores, mas também à possível e iminente destruição de um modo de vida, em virtude de uma escolha trágica, ditada por estereótipos bem-intencionados.

Natureza e sociedade

Ciência e ficção no saneamento no Brasil

Meditei sobre ficção e ciência. O desastre que causam vem da necessidade da razão reflexiva que cria, para seu próprio uso, uma espécie de imagem, mas quer depois estabelecê-la como verdadeira e concreta.

J. W. von Goethe

A ideologia do saneamento, engendrada em fins do século XIX e consolidada nas primeiras décadas do século XX, alcançou, com a Revolução de 30, uma indiscutível hegemonia. Sob mais de um aspecto, o Estado, tal como o instituiu a República Nova, bem merece o epíteto de Estado higienista.

Toda grande política pública – e o saneamento foi sem dúvida uma das maiores do seu tempo – não repousa, entretanto, apenas sobre a coerência e a capacidade de convicção do seu argumento. Precisa, além disso, e num prazo prudente, apresentar resultados, sob pena de desgastar-se e cair na vala comum do descrédito, onde jaz a maioria de suas antecessoras.

Para o saneamento, o grande teste, efeito demonstração e, portanto, o caso exemplar de toda a sua posterior propaganda, reprodução e ampliação, em escala nacional, foi a baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro, envolvendo, de leste a oeste, a então capital federal.

O saneamento da Baixada Fluminense estava em pauta desde o início da República. Todas as tentativas, entretanto, tinham falhado “pela incompreensão técnica dos problemas, pela ausência de estudos minuciosos, pela falta de unidade de direção, pela descontinuidade administrativa e pela insuficiência de verbas proporcionadas ao vulto do empreendimento”.¹

Se a insalubridade da Baixada já preocupava em 1891, com a população da capital na casa dos 800 mil habitantes, pode-se imaginar o avultamento do problema na década de 1930, quando esta escala demográfica havia mais que dobrado, sem contar a população dos arredores do Distrito Federal, nem a das cidades e áreas rurais que eram economicamente conectadas com ele.

¹ Cf. Brasil 1942: 497. O trecho encontra-se sob o título Saneamento, na seção Previdência e Assistência Social, sendo provavelmente da autoria de Hildebrando de Araújo Goés, então diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e colaborador do volume.

Os problemas da Baixada Fluminense, quanto à salubridade, não eram, então, os mesmos do século anterior, pois, para todos os efeitos, a febre amarela regredira, limitando-se a casos decrescentes de sua modalidade silvestre. A malária, entretanto, dada como sendo “atualmente a maior preocupação de seus [do Brasil] sanitaristas” continuava assolando também esta região.²

Os motivos eram conhecidos de sobra e remontavam à natureza geológica da área, bem como à sua configuração topográfica, entre a serra e o mar:

Os fortes aguaceiros, que tombam na Serra do Mar, correm, torrencialmente, pelos seus vales estreitos e íngremes. Em baixo, estende-se a grande planície, onde a declividade dos terrenos cai bruscamente, originando o alagamento das várzeas. A insuficiência de escoamento dos cursos-d'água é talvez a causa precípua de sua insalubridade.³

Decidido a enfrentar essa estagnação das águas e eliminar suas funestas conseqüências, não apenas para a saúde, mas para a produtividade das populações da Baixada, o governo criou, em 1933, uma Comissão que devia abordar “o problema em conjunto, visando ao dessecamento das terras encharcadas e à colonização das terras conquistadas”.⁴

Bem-sucedida em seus trabalhos iniciais, esta Comissão viu-se guindada, sob a direção de Hildebrando de Araújo Goes, à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, em 1936, ascendendo, em 1940, graças à “completa [...] vitória do homem sobre o pântano”, a Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, sob o mesmo comando.⁵

As tarefas a serem executadas, com o objetivo de sanear os 17.000 km² da baixada litorânea fluminense, eram múltiplas e complexas. Era preciso recuperar áreas periodicamente alagadas pelas marés; defender outras contra inundações recorrentes; dragar leitos de rios, riachos e córregos; retificar cursos d'água; assegurar a drenagem subterrânea dos alagadiços; construir pôlderes, diques, pontes e viadutos; e, finalmente, abrir canais, promovendo a “ligação permanente das lagoas costeiras com o mar”, problema dos mais comuns no litoral norte fluminense.⁶

Deixamos para o final as lagoas e sua ligação com o mar, porque através delas se chega ao âmago, não só da questão sobre a qual versa o nosso argumento, mas também ao recorte empírico da baixada litorânea fluminense, onde encontramos nosso caso exemplar – o “deserto de lagoas e pântanos” da

² Cf. Brasil, 1942 : 487-488.
³ Brasil, 1942 : 497 (G.N.)
⁴ Brasil, 1942 : 497.
⁵ Cf. Brasil 1942 : 497.
⁶ Cf. Brasil 1942 : 498.

⁷ Cf. Darwin, s/d : 39.

restinga de Maricá,⁷ com os seus habitantes e sua mais que centenária tradição de pesca artesanal lacustre.

É dessa realidade que vamos tratar. Não como pudemos apreendê-la pelas evidências etnográficas e documentais, amealhadas no decurso do trabalho de campo, mas tal como emerge da imaginação social e política que se impôs na primeira metade do século XX, gerando os estereótipos orientadores das ações do saneamento.

Com essa finalidade, recorreremos, primeiro, aos viajantes e naturalistas do século XIX, nos quais se evidenciava a convicção de que as paisagens geram e acalentam, nos homens, determinados sentimentos e atitudes, sendo pois capazes de plasmar, além de sua natureza física, também a sua constituição moral – hábitos, inclinações, temperamento e intelecto.

O segundo passo consistiu em acompanhar o processo de construção de um personagem-tipo, o *muxuango*, caracterizado como ocupante fortuito, abatido e decadente das restingas fluminenses. Quis, além disso, situar esse processo no contexto mais amplo do pensamento social brasileiro, onde se travou, nas décadas iniciais do século, uma verdadeira querela em torno dos estereótipos sobre as populações sertanejas (do interior e do litoral), opondo às idealizações sentimentais do “caboclisto” o realismo crítico à *l'outrance* dos partidários do saneamento.

O terceiro movimento busca circunstanciar a conversão dos personagens assim construídos em tipos concretos, com base no exemplo do *muxuango* e da trajetória de seu criador, Alberto Ribeiro Lamego. Através dela, recuperam-se os nexos históricos e políticos entre a ideologia do higienismo, a geografia humana e o mandato imperial da Nova República, depois Estado Novo, sob a égide de Vargas. Seu objetivo maior e final, entretanto, é, além de situar o saneamento como política pública voltada para uma autêntica reforma da natureza, mostrar as repercussões desta na baixada litorânea fluminense, e, portanto, em Maricá.

Finalmente, abordamos o esforço desenvolvido para incorporar ao Estado-Nação as populações litorâneas e ribeirinhas, com o artifício das colônias de pesca. Ao mesmo tempo, tratamos de evidenciar a consagração do modo de vida urbano, pois a cidade foi o lugar nativo da cruzada sanitária, seu território primordial de experimentação e, sobretudo, o epicentro de sua ofensiva.

1. O deserto de lagoas: paisagem e sentimento nos viajantes

8 Canetti, 1983:94.

A imagem do deserto é o foco de todo um campo de representações ambientais. Como tal, qualifica não só os vazios demográficos, mas, sobretudo, aquelas regiões em que a ausência, escassez ou dispersão do povoamento podem atribuir-se ao aspecto inóspito da paisagem e à avareza da vida, incapaz de resistir aos seus rigores. A categoria é tão rica do ponto de vista semântico que pode revestir-se de um papel simbólico. O deserto é a planura estéril, a monotonia desoladora, a solidão sem amenidade, o abandono e o desabrigo. É a negação do vivo, não só pelas restrições que impõe ao seu florescimento, mas, ativamente, pela capacidade que tem de absorver e aniquilar quase todas as suas formas.

Compreendemos essa capacidade através das palavras de Canetti: “O deserto inanimado, uniforme e colossal enfrenta o homem com um poder quase insuperável: ele é formado por inúmeras partículas da mesma espécie.”⁸ Há desertos de gelo, como a tundra ártica, e desertos de pedra. Há mesmo imensas planícies desérticas de vegetação uniforme como as estepes e savanas, ou o pampa, que os povos platinos chamam *el desierto*.

O deserto, porém, é antes de tudo a extensão das areias incomensuráveis. Da acumulação multitudinária dos grãos lhe advém não só a aridez, mas também a tenacidade com que sabe embargar o passo da caravana. Às penas da lenta travessia, os areais acrescentam os perigos das massas movediças e traiçoeiras de suas dunas, tangidas pelo vento.

Assim, parece um contrassenso falar de “povos do deserto”. E, no entanto, essa expressão encontra inúmeros referentes. Em todos eles se destacou, sempre, a subordinação à tirania do meio. Os constrangimentos parecem, nesse caso, tão estritos e inescapáveis, que as representações não conseguem ocultar um sentimento de perplexidade diante da persistência. Às asperezas do ambiente costumou-se atribuir, não só a escassez substantiva a que estariam condenados esses povos, mas também, em consonância com esta, certas limitações de sua constituição moral.

Dizer “povos do deserto” não constitui, pois, um artifício de localização. Suscita, ao contrário, toda uma constelação de implicações. A primeira delas é a ideia da existência de atores sociais qualificados pelo ambiente. Daí decorre que este não seja considerado como o cenário, mas como um dos protagonistas centrais do perfil dramático de um modo de vida. Nessa condição, limita

⁹ Cf. Darwin, s/d:39.
¹⁰ Figueiredo "lê", nas palavras de Darwin, "mau humor" e "visível prevenção contra o Brasil", estado de espírito que depreende justamente do trecho da viagem em que o naturalista inglês se refere ao "deserto de lagunas e pântanos". (Figueiredo, 1953:44).

¹¹ Cf. Saint-Hilaire, 1974:129.
¹² Saint-Hilaire, 1974:142.

ao extremo o desempenho dos grupos humanos. Por isso, não é descabido postular que lhes confere o seu caráter, no que ele tem de mais essencial. Não está dito, no entanto, se é de vilões ou heróis que se trata. O meio ao qual se atribui o poder de depuração dos espécimens, pode ser igualmente acusado de sua degenerescência.

Essa digressão sobre as implicações de uma metáfora vem a propósito da pretensa injustiça que Charles Darwin teria cometido, referindo-se à região litorânea de Maricá como intrincado deserto de lagoas.⁹ É costume imputar essas palavras à má vontade do naturalista, como se este tivesse simplesmente recusado a render-se às belezas naturais da lagoa e de seu entorno.¹⁰ O que sucederia, no entanto, se, em vez de atribuí-las a um estado de ânimo desfavorável, resolvêssemos levá-las a sério? Em outras palavras, qual seria o sentido de se falar, no caso de Maricá, em um "deserto de lagunas"? Ou ainda, que motivos justificariam, para além de uma idiossincrasia do observador, a insólita associação dos "lagos espelhantes" com a imagem do deserto?

Faremos melhor juízo da afirmação de Darwin se levarmos em conta o que escreveu, antes dele, Saint-Hilaire. Este tem a vantagem de não se referir especificamente a Maricá, mas a "uma longa série de lagunas que embelezam a região" (entre Praia Grande e Cabo Frio) – Piratininga, Itaipu, Maricá, Corurupina, Lagoa Brava, Jacuné, Saquarema e Araruama.¹¹ Seu caminho também o levou a percorrer uma boa extensão "dessa espécie de calçada natural", acrescentando que, ao longo dela, "o solo não apresenta senão um areal quase puro".¹² O outeiro da igreja de Nossa Senhora de Nazaré, em Saquarema, serviu-lhe, como a Luccock, na mesma época, e também ao príncipe Maximiliano, de mirante:

Do alto dessa colina, que se chama morro de Nazaré, linda vista se ofereceu aos meus olhos, de um lado eles abrangiam uma imensa extensão de água, confundindo com o céu no horizonte, lançando a vista para as praias descobri ao longe Cabo Frio, que avançando sobre o mar parece querer disputar-lhe o domínio. Do lado oposto eu tinha, quase abaixo de mim, o Arraial de Saquarema, separado da colina por um pequeno vale constituído de areia pura; avistava todo o trecho do lago chamado Cacimba, via a restinga; via as vagas dirigindo-se majestosamente em direção dessa espécie de calçada e quebrar-se contra uma tão frágil barreira; enfim, para além do lago, cujas margens são quase planas, meu olhar perdeu-se sobre vastos campos dispostos como um

anfiteatro. Mas, se após haver contemplado esse grandioso quadro, minha vista se detivesse sobre as cousas reunidas junto de mim no alto da colina, então o mais estranho contraste feriria minha imaginação. A pobre igreja de N. Sa. de Nazaré parecia prestes a ruir; alguns escombros indicavam a existência de um velho telégrafo; um canhão enferrujado jazia por terra, e, ao redor dessas tristes ruínas, estavam esparsos, cá e lá, ossos quebrados e crânios esbranquiçados, restolhos do cemitério da igreja. No trabalho do homem, e no próprio homem, a imagem da insignificância, da miséria e da destruição, nas obras da natureza a imagem da grandiosidade.¹³

Essa mesma restinga referida por Auguste de Saint-Hilaire em sua descrição panorâmica foi por ele observada de perto. Descreve a vegetação formada por tufos isolados de arbustos, semeados no solo arenoso. Tem a sensibilidade despertada pelo efeito do entrelaçamento dos galhos mais elevados, delineando caminhos à sombra de “belas latadas que fazem lembrar as aléas de um jardim inglês, artisticamente desenhado”.¹⁴ Enumera as principais espécies das quais se compõe essa vegetação – Anacardiáceas, como a aroeira; Cássias; a pitangueira, que é uma Mirtácea; a fruta-de-cachorro, nome que dá ao cambuizeiro; bem como uma Rubiácea, cujas flores azuis já havia notado, nos arredores da enseada de Botafogo, no Rio. Não lhe escaparam, tampouco, as configurações distintas da cobertura vegetal em função da umidade. “Onde a restinga é mais seca os arbustos são ilhotas que emergem das areias. Com um pouco de umidade já se encontra uma vegetação rasteira de Ciperáceas, em relvado. Nos lugares mais úmidos caminha-se sobre encantadores tapetes verdes pintalgados de pequenas flores de carne.”¹⁵

Saint-Hilaire, no entanto, tinha olhos não só para os espécimens botânicos aclimatados nessa longa faixa de terra, por vezes muito estreita, e sempre inculta. Registrou também a inserção humana nessa paisagem:

Em toda a extensão da restinga vêem-se, a pequenas distâncias umas das outras, palhoças, que, sem exceção, apresentam aspectos de indigência. São construídas de barro, cobertas de colmo, baixas e freqüentemente quase em ruínas. É ordinariamente o oitão que faz frente para o caminho e freqüentemente a cobertura se prolonga para além das paredes laterais para formar um alpendre, onde são abrigadas uma canoa e uma rede, índices seguros da profissão do proprietário. Como a natureza do solo não admite nenhuma espécie de cultura não existem nem jardins nem plantações, ao redor dessas míseras moradas.

¹³ Saint-Hilaire, 1974:143.

¹⁴ Saint-Hilaire, 1974:142.

¹⁵ Saint-Hilaire, 1974:142.

- 16 Saint-Hilaire, 1974:142.
17 Cf. Saint-Hilaire, 1974:143.
18 Cf. Saint-Hilaire, 1974:140.
19 Cf. Saint-Hilaire, 1974:140.
20 Cf. Saint-Hilaire, 1974-140.
21 Cf. Saint-Hilaire, 1953:44.

Nelas não se nota nenhuma imundície, mas não se vêem outros móveis além de redes, um ou dois bancos e algum vasilhame.¹⁶

Nessas choupanas miseráveis podiam ver-se mulheres pobres, que, apesar dos eventualmente belos olhos, não eram bonitas, sendo mesmo desgraciosas nas suas vestes de algodão, em meio aos filhos desnudos, e entregues aos hábitos de sua preguiça.¹⁷ Com reiterada estranheza destaca que é, no entanto, de brancos que se trata, habitando frágeis taperas de pau a pique, semiarruinadas; vivendo como, em Minas, os negros e mulatos dos garimpos.¹⁸ Referindo-se de um modo geral a esses brancos (de “cor morena ou amarelo-pálida, olhos e cabelos negros”), diz que “parecem tristes, frios, indiferentes a tudo, indolentes e estúpidos”.¹⁹

A explicação para um perfil moral tão desfavorável, ele vai buscá-la no “clima excessivamente quente e úmido”, ao qual atribui a apatia e estupidez dos habitantes da região. A falta de graça e modos resultam, no seu entendimento, da insuficiente penetração civilizatória da capital, em virtude de se encontrarem demasiado isolados dela. Sua convicção relativa à influência do meio sobre o espírito acaba por conduzi-lo a correlacionar, apoiando-se em suas observações e na autoridade de Humboldt, a inteligência dos habitantes com a elevação do solo.²⁰

Nessa descrição, tudo que é do engenho humano está em decadência. Os crânios do ossário alvejam ao tempo. A igreja encontra-se em escombros, do mesmo modo que a estação do telégrafo. Ferrugem cobre o canhão. As choupanas dos pescadores estão carcomidas pelo tempo. A nudez das crianças mal consegue ocultar-se sob os andrajos.

Na meditação do naturalista surge, pois, com toda a crueza, o que lhe parece uma flagrante desproporção entre, de um lado, as obras da natureza, marcadas pela grandiosidade, e, de outro, os trabalhos do homem e o próprio homem, ameaçado de soçobrar na insignificância, na miséria e na destruição.

Há uma convergência das impressões sobre essa paisagem. Luccock, do qual se admite ter sido um entusiasta da região,²¹ descreveu-a do mesmo outeiro da matriz de Saquarema:

Tem-se da igreja um lindo panorama do oceano e do lago vizinho, embora a região em geral não seja atraente, sendo para leste despida e chata. No alto do morro fica um dos telégrafos que comunicam com a capital. E, ao redor de

sua base oriental, um canal tosco e raso por cujo meio se descarregam no mar as águas da lagoa. Vimos no lago várias garças a pescar, bem como muitos gansos. Entre as singularidades do local, acha-se um ossário inteiramente exposto à vista do público.²²

Desse modo, além de enumerar os elementos da paisagem, expressa um juízo a respeito dela, declarando-a “não atraente, despida e chata”. Estas últimas palavras são necessariamente ambíguas, pois, referindo-se à planura, com sua vegetação rarefeita, acabam por lhe atribuir as qualidades da monotonia e da aridez.

Com tenacidade parece impor-se ao ambiente, de forma matizada, porém inequívoca, um determinado tipo de percepção, não só do meio, mas de suas relações com todos aqueles que, de modo fortuito e passageiro, ou em permanência, se encontram expostos a ele.

À paisagem vêm associar-se determinados modos de sentir, com sua respectiva capacidade de evocação, a que os viajantes não estão imunes, conforme demonstram as descrições de Darwin e Maximiliano de Wied-Neuwied.

Ora, o que transforma o conjunto singularizado de elementos naturais em paisagem é seu agrupamento sob a égide de uma determinada *Stimmung*.²³ A paisagem é um excerto da natureza, unidade singular que dela se destaca, remanejada pelo olhar do homem sob um conceito unificador que lhe dá forma.²⁴ Como se houvesse entre seus elementos uma secreta harmonia ou afinação, a qual “penetra todos os detalhes desta [paisagem], sem que se possa tornar um só dentre eles responsável por ela”.²⁵

Em parte alguma vamos encontrá-la melhor exemplificada do que na *Viagem ao Brasil* de Wied-Neuwied, no que é talvez uma das mais belas passagens da sua visão desse mesmo panorama:

Não longe da “freguesia” ergue-se sobre a praia uma colina, onde estão a igreja, o cemitério e o posto telegráfico. Subimos a colina ao pôr-do-sol: que cena grandiosa e sublime contemplamos então? À nossa frente, o oceano imenso, espumando nos sopés do monte em que estávamos; à direita, nos longes do horizonte, as montanhas do Rio; mais próximo, o longo litoral recortado, e, mais perto ainda, Ponta Negra; atrás, a serra coberta de matas, que se estendem também até a baixada, e, de permeio, a vasta superfície espelhante do lago. Aos nossos pés a “freguesia” de Saquarema, e, à esquerda a costa, aonde as

²² Luccock, 1975:209.

²³ O termo, de difícil tradução em português, recobre, aproximadamente, as noções de “clima”, “atmosfera”, “estado d’alma”. Literalmente significa “afinação”, “sintonia”.

²⁵ Simmel, 1988:238.

²⁴ Ver, a propósito, Simmel, 1988:229-243.

26
27

Wied-Neuwied, 1940:58-59.

A idéia da *viagem* como parte fundamental do processo de formação do homem ilustrado é um tema recorrente na literatura da virada do século XVIII em diante. Surge, sobretudo, no chamado *Bildungsroman* (romance de formação) do qual nos ficaram produtos exemplares de Goethe (1795 e 1821), Eça de Queiroz (1900) e Thomas Mann (1954). Em todos eles, a formação dos respectivos heróis – Wilhelm Meister, Gonçalo Ramires e Felix Krull – é fruto, em última instância, de uma *Bildungsreise* (viagem de formação). Ver também Knebel, 1974:15-56.

28

Darwin, s/d:39.

vagas vinham rebentar num tremendo rugido. Esse enorme cenário, iluminado pelos últimos raios do sol agonizante, e aos poucos esbatido nas brumas do crepúsculo, despertou em nossas almas a saudade da pátria longínqua. Encostados numa sepultura, perto de um montão de crânios empilhados debaixo da cruz de um muro musgoso, ficamos a cismar silenciosamente. Então sentimos com intensidade quantas privações tem que arrostar o viajante, que, impelido por irresistível desejo de alargar os seus conhecimentos, sente-se sozinho num mundo desconhecido. A vista tentava em vão penetrar o misterioso véu do futuro e a imaginação calculava todas as penas ainda por vencer, antes de tornarmos às plagas natais, através do oceano desmedido. A noite pôs fim a essas meditações.²⁶

No príncipe Maximiliano a sensibilidade pré-romântica impregna esse legado renascentista que é o sentimento da paisagem. O sentimento da natureza, tal como se impôs a partir do *Sturm und Drang*, está intimamente associado à fruição solitária da paisagem. Permanece do iluminismo a ideia da viagem como ilustração. Como tal, devia satisfazer o “irresistível desejo”, que impele os homens de sensibilidade, em busca de sua formação.²⁷

Finalmente, Charles Darwin. Apesar da parcimônia expressiva, que se imagina conveniente a um homem de ciência, além de tudo inglês, também ele sucumbe aos matizes sentimentais do ambiente:

Continuamos cavalgando várias horas. No decurso dos primeiros quilômetros a estrada emaranhava-se por um deserto de lagunas e pântanos dando ao cenário banhado de luar o aspecto mais desolador que se podia imaginar. Alguns pirilâmpas cruzavam o ar perto de nós, e a nosso ouvido chegava o gemido da narceja, que fugia à nossa passagem. As ondas que se quebravam nas praias longínquas mandavam-nos, através do silêncio da noite, o seu marulhar surdo e monótono.²⁸

A imagem desse deserto é, pois, solidária de um estado d’alma. Os excertos dos viajantes, mais do que descrições, são testemunhos dessa associação de paisagem e sentimento. Assim, Maximiliano de Wied-Neuwied depara-se, “diante do cenário que contempla, ao pôr-do-sol,” com o paradoxo do seu destino de viajante em busca da ilustração universal. Constata a própria solidão, agravada pelo fato de se dar “num mundo desconhecido”. Pensa na indeterminação do futuro e nos sofrimentos que o separam ainda do almejado

desfecho, que é o retorno ao torrão natal. A expressão “através do oceano desmedido” soa, nesse contexto, como um eco da *Odisseia*.

As considerações de Saint-Hilaire referem-se, igualmente, à sensação de grandiosidade. No seu caso, entretanto, esta serve para acentuar a assimetria entre a natureza e o empreendimento humano. Saint-Hilaire não atribui sentimento à paisagem. Destaca, apenas, o seu aspecto plano e arenoso, atribuindo ao último a ausência de solo cultivado, quer sob a forma de plantação, quer sob a figura do jardim.

Para os nativos da região, no entanto, esboça um quadro de aniquilamento. Este se traduz, no domínio emocional, pela tristeza e frialdade dos afetos; no domínio moral, pela indolência; no campo intelectual, pela estupidez; e no domínio da vida social, pela decadência das instituições, de que são metáforas as ruínas da igreja, do cemitério, da peça de artilharia, do telégrafo e, disseminada pela restinga, a pobre choupana do pescador.

Cada descrição recompõe, ao seu modo, um conjunto cujos elementos – escolhidos no elenco de que fazem parte a planura, os solos incultos, a vegetação rarefeita e hostil, o calor e a umidade, o isolamento e a dispersão das gentes, a reverberação dos areais sob o sol (ou açoitados pelo vento), a monotonia do mar e o silêncio da lagoa, além do viver, reduzido, na pobreza, à sua expressão mais simples – conspiram para identificar a paisagem diurna ou noturna, com o sentimento da desolação, acabando por encontrá-lo, também, na alma dos nativos.

2. O muxuango: a criatura e seu criador

Cem anos depois dessa época de viajantes-naturalistas, a associação que faziam entre paisagem, sentimentos e grupos humanos, e que neles se encontra ainda sob a forma dispersa e pontual das intuições amplas, assumiu, em novo contexto, um caráter sistemático.

O “deserto de lagunas”, com sua desolação, tornou-se solidário de um tipo social. E, de certo modo, este, embora engendrado pela paisagem, foi quem lhe proporcionou a tradução mais cabal, a máxima expressividade. Com ele, pois, a restinga passou a constituir-se como unidade antropogeográfica.

Nessa qualidade, sua invenção pode ser atribuída a Alberto Ribeiro Lamego. Coube-lhe formular a teoria de sua gênese geológica, em trabalhos

²⁹ Ver a propósito, principalmente, Lamego, 1934; 1940; 1945a e 1946.

³⁰ Beaurepaire-Rohan, [1889] 1956:171.

³¹ “[...] denominavam-se – a quadrilha dos *muxuangs*; appellido tirado de um lugar ou campo vizinho de Santo Amaro” (Martins, 1868:185).

³² Lamego Filho, 1934:101-107.

que estabeleceram um referencial autorizado e obrigatório, relativo às lagunas e restingas da costa fluminense.²⁹ Não se contentou com isto, porém. À geognose da região quis acrescentar uma antropogênese do seu habitante.

Deu-lhe o nome de *muxuango*. Na verdade, o nome já existia. Beaurepaire-Rohan já o registra, desde 1889, no seu *Dicionário de vocábulos brasileiros*,³⁰ onde equivale a caipira. Antes disso, podia ser encontrado na *História do descobrimento e povoação da cidade de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes*.³¹ O uso que dele faz Lamego não o limita às suas acepções anteriores. Para tanto contribui o tratamento comparativo, que lhe dispensa, e por meio do qual define e enriquece sua especificidade.

“Muxuango e mocoorong” é o tema de um dos escritos reunidos em *A planície do solar e da senzala*.³² Pode ser lido como uma espécie de épico da ocupação da baixada litorânea do Rio de Janeiro, da Guanabara para o norte, na direção dos Campos dos Goytacazes. A história que se conta é, em suas linhas gerais, a seguinte:

O povoamento fluminense seguiu dois caminhos. Estes foram percorridos em épocas distintas, por trânsfugas da sociedade. Primeiro veio o branco. Não qualquer branco, porém o mais aguerrido e indesejável ao convívio social. Esse branco que enfrentou, em constantes combates, os nativos irreduzíveis e seus aliados estrangeiros, corsários ou contrabandistas franceses, ingleses ou irlandeses, deixou a cidade pelo caminho mais fácil. Ao fazê-lo, entretanto, sucumbiu a um ardid da natureza. Caiu num deserto que o reteve e dispersou, dificultando-lhe a progressão e seduzindo-o com o alimento fácil de suas lagunas. Assim nasceu o muxuango.

Depois chegou o mestiço. A primeira leva acompanhou a expansão dos canaviais e dos engenhos, no correr do século XVIII. A segunda veio na esteira do café, um século depois. Ao contrário do branco, esse mestiço percorre o caminho mais difícil, obrigado a vencer matas e montanhas. Tais obstáculos serviram, no entanto, para aprimorá-lo, graças à árdua conquista dos solos florestais pela agricultura. E assim, passado o tropismo do açúcar e do café, deixou-se ficar nas faldas das serranias esse rústico que é o mocoorong.

O sentido do termo *muxuango* emana das sucessivas passagens do artifício construtivo no seio do qual se opõe ao seu contraparte, o *mocoorong*. A primeira delas consiste em postular a mútua pertinência do *muxuango* e da *restinga*

em face de análoga relação entre o *mocorongo* e os *aluviões*. Dois tipos, dois ambientes. Dois caminhos distintos, ainda que percorridos a partir da mesma motivação negativa – evasão ou degredo. Um conduz à aridez e monotonia do deserto de lagoas, ao passo que o outro leva ao universo pródigo do meio florestal. O primeiro deprime o *ariano*, condenando-o a definhar, a involuir, para transformá-lo, por fim, num “retardatário envergonhado”. O segundo exalta o *mestiço*, tornando-o capaz de resistir à absorção do meio, sem lhe tirar o jeito arredio de “chegadiço espantado”. Apesar disso, duas culturas e duas psicologias. Nas restingas, “resíduos étnicos” em franca degenerescência; nos aluviões “um embrião que germina”. Isolados e dispersos, ambos, a meio caminho entre a civilização e a selvageria, distinguem-se, no entanto, pelo sentido oposto quanto à progressão. A casta inferior do *mestiço* enobrece-se. A boa estirpe do *ariano* se estiola:

O homem da costa largado a si numa terra improdutiva, a braços com o brejo, com a areia e com vegetação raquítica, maranhosa e espinescente, esmorece numa luta estéril. Dia a dia, ano a ano, século a século, involui. O espírito empaula-se numa letargia de aborígene. A ambição desaparece. Os ideais diluem-se. Decresce a iniciativa. Cessa a combatividade.³³

À lógica de polaridades e analogias associa-se, na construção do tipo, uma retórica literária, que lhe vai conferindo, do corpo ao espírito, as marcas de sua identidade. Desse modo, a imagem do *muxuango* vai adquirindo contornos e matizes. Define-se pelo seu talhe e estatura; pela cor dos olhos e dos cabelos; por suas peculiaridades cinéticas; por traços de caráter, posturas, atitudes e sentimentos. Tudo isso sem esquecer a casa, a alimentação, o vestuário, o tipo de atividade, bem como o estado de saúde e o grau de instrução, que, com todo o resto, servem para caracterizá-lo no seu modo de vida.

O ensaio é pródigo em passagens que exemplificam o partido adotado para a construção do tipo social. O primeiro cuidado se dispensa ao seu aspecto. Define sua *persona*, a começar pelo seu enquadramento em termos fisionômicos:

O melanismo é raro no muxuango. [...] É interessante notar entre eles a abundância do tipo louro, dolicocefalo, de olhos verdes ou azulados, lábios finos, nariz reto, talhe adelgado.³⁴

Essa figura se anima num meio peculiar, como o das feiras, entre elas a de Gargaú, no norte fluminense:

³³
³⁴

Lamego Filho, 1934:103.

Lamego Filho, 1934:101.

³⁵ Lamego Filho, 1934:104. Já na primeira página o ensaio ressalta essa imagem de lentidão e desaprumo: “[...] vemo-lo freqüentemente amolentado no lombo da bijeta esqualida”.

³⁶ Lamego Filho, 1934:103.

³⁷ Lamego Filho, 1934:104.

³⁸ Lamego Filho, 1934:104.

Por ali vaga o muxuango endomingado, num ambiente todo seu. Chega ao trote duro das “pulitanas” ou na mesa dos carros de bois, arrastados horas a fio pelos areais. Vem de longe. Traja terno de riscado e camisa de zefir. Colarinho é luxo. Mesmo os de mais posse tem o andar sempre cansado de quem passou a vida arrastando peનેiras, marchando sobre areias, clapotando em atoladiços.³⁵

O drama desse personagem teve início com uma escolha desafortunada. Em virtude dela viu-se lançado numa terra plana, pobre e penosa, que o consumiu:

É um vencido. A terra subjugou o homem. A impassibilidade topográfica como que reproduz a impassibilidade humana.

Aumenta-lhe a apatia, a escassez de vitaminas na alimentação de passoca, carne sêca e peixe salgado.

A face pálida e inexpressiva do muxuango, côr das areias, revela a verminose, o paludismo e a anquilostomíase.³⁶

O esboço desse perfil do *muxuango* exige uma noção das atividades que desenvolve no âmbito de sua perdida luta contra o meio. Descobre-se, então, que:

O trabalho do muxuango é quase idêntico ao do índio: a pesca e a caça nas lagoas, a cultura da “mandiba” e das abóboras, a indústria da farinha, a cerâmica e a cestaria primitivas, a criação em pequena escala.³⁷

No cenário da restinga, nada qualifica melhor o *muxuango* do que a forma e o aspecto de sua moradia, que o espelha, como sujeito coletivo, em termos de condição, índole e destino:

Quase sempre acaçapada, nos largos descampados arenosos, pontilha aqui e além os horizontes amplos. É um símbolo do homem que a plantou. Branca e humilde, desabrigada na penúria da gleba estéril, afronta as soalheiras, os vendavais e os aguaceiros com a indiferença fatalista da gente que agasalha e que se extingue num acabamento de raça.³⁸

Nada melhor, também, para distingui-lo de seu contraparte. A casa do *mocorongo* adota uma dimensão vertical, soerguendo-se nos esteios, freqüentemente sem pintura, na cor terrosa do reboco. Escondida nas fímbrias da floresta (“naqueles matos”) tem outra atmosfera, capaz mesmo de inspirar

a veia descritiva do homem de ciência, que sucumbe ao lirismo costumbrista de uma miniatura da vida rústica:

Dependurada ao lado, sorridente de balaústres, debruça-se infalivelmente a varanda convidativa, sôbre um esboço de jardim minúsculo. As flores favoritas são explosivas de colorido: o lilás vivíssimo da jurujuba, o beijo côr de rosa, a insolência gritante das cristas de galo e o girassol cronométrico. Os lírios escarlates e amarelos põem uma nota espanholesca de alegria no terreiro ressecado. O conjunto é perfumado pelo mangericão, pela losna, pela “catinga de mim” ou “catinga de mulata”. Esta última, de nomes ternamente brasileiros, quando o ramo lembrativo sai das mãos de uma cabocla para a lapela do namorado.³⁹

Em contraste com a presença antiga do *muxuango*, o *mocorongo* é um recém-chegado, “um intruso na terra virgem da floresta”, onde se encontra à sua revelia; não imigrante, mas fugitivo; não conquistador, mas refugiado. Arrastado pela vaga dos engenhos e cafezais, nos séculos XVIII e XIX, respectivamente, formou a população de sitiantes pequenos produtores, nas franjas da grande propriedade, onde é por vezes *morador*. Em contato com a floresta desenvolveu certa energia. Obtém pequenos lucros com o café. Vive com alguma largueza de milho, arroz e feijão, que complementa com o plantio de banana e a prática da caça. Ao buscar para ele uma identificação emblemática, a escolha de Lamego Filho recaí sobre uma flor:

As vezes, a triste “sempre viva” simboliza o pobre caipira, roxo de sofrimento, sêco de penúrias, mas resistindo “ico” à absorção do meio.⁴⁰

Sob a forma do “pensamento selvagem”, tal como o exerce esse engenheiro inventor de tipos sociais, resume-se, poeticamente, toda a série de contrastes que não é, ao final, mais do que um conjunto de variações, cujo *leitmotiv* é a cor: o branco e o mestiço; a face pálida e a tez terrosa; o louro e o moreno; a alvura monótona da restinga deserta e a mutabilidade colorida da floresta; a indiferença fatalista, com sua ausência de colorido emocional e as tonalidades álacres da faceirice – a casa branca, a sempre-viva.

Muxuango e *mocorongo*, em que pesem suas diferentes origens, “raciais e históricas”, compartilham, além da melancolia, duas outras características: a timidez e a paixão pela dança. A primeira, fruto do isolamento de ambos, pois o fato de se encontrarem dispersos e ocultos, na floresta ou na restinga,

³⁹ Lamego Filho, 1934:105.

⁴⁰ Lamego Filho, 1934:105. Laudelino Freire (1954) observa que o sufixo “ico” deriva do latim *iculus*, conferindo a um radical uma qualificação diminutiva; “resistindo ico” é equivalente a uma resistência em tom menor.

⁴¹ Cf. Lamego Filho, 1934:106.

⁴² Cf. Lamego Filho, 1934:101.

⁴³ Cf. Lamego Filho, 1934:106.

⁴⁴ Lamego Filho, 1934:87.

⁴⁵ Para uma discussão das implicações sociológicas dessa "fábula das três raças", ver Matta, 1981; quanto à sua origem como proposta historiográfica para o Brasil, ver, sobretudo, von Martius, 1982.

⁴⁶ Os três primeiros volumes foram originalmente publicados pelo autor em Bruxelas (1913, 1920 e 1925). Os demais apareceram no Rio de Janeiro (1941, 1942, 1943 e 1945).

⁴⁷ Além dessa obra, foi responsável pela constituição, a expensas próprias, de um dos maiores acervos sobre a história fluminense, compreendendo coleções de documentos, livros e iconografia – uma "brasileira", no jargão dos bibliófilos, preciosa.

contribui para transformá-los numa gente esquiva e arredia. Tal qualidade pode ser positiva, como no caso dos pioneiros, em que denota "combatividade e ambição particularistas".⁴¹ Não é assim no caso desses dois "tipos rudimentares da população rural" fluminense.⁴² A adjetivação não deixa margem a dúvidas. Quer "retardatário envergonhado", quer "chegadiço espantado", o que se acaba por atribuir a ambos é uma atitude ditada pelo medo, "como se os dominasse uma paralizante nevrose coletiva".⁴³ Esse parentesco, entrevisto na morfologia (dispersão e isolamento) e na psicologia social (timidez), e que se traduz, em termos de atitude, "pela ausência de espírito gregário", é enganador. Positivo no caso do *mocorongo*, graças à ação do "meio telúrico estimulante", e negativo para o *muxuango*, que o ambiente da restinga não só dispersa como "entorpece".

Quanto à "paixão brasileiríssima pela dança", sua incongruência com a anterior qualidade do acanhamento é apenas aparente, não desdiz o caráter retraído, entre atemorizado e pismo, desses dois tipos, pois o que neles parece alegria não passa de inquietação. Mais do que abertura para o outro, como forma de sociabilidade, sua dança é uma espécie de alvoroço, consequência de "nossa torturada psique",⁴⁴ ela mesma fruto do embate genético e histórico de três raças.⁴⁵

Assim, temos a proveniência, motivação, destino e feição atual de dois atores sociais qualificados pelo ambiente. Com os nomes de *muxuango* e *mocorongo*, Lamego procura inscrevê-los sob a forma de personagens-tipo, na fabulação do universo social fluminense. Ao fazê-lo está, ao mesmo tempo, adotando, como observador científico, um ponto de vista. Uma restituição adequada desse ponto de vista, entretanto, exige que se considere, além da criatura, o seu criador.

* * *

Alberto Ribeiro Lamego assina *A planície do solar e da senzala* como Alberto Lamego Filho. Assim, ao mesmo tempo que reivindica uma identidade própria, invoca a ascendência ilustre do erudito historiador de *A terra goytacá*,⁴⁶ obra de referência obrigatória para os estudiosos da baixada campista, até os dias atuais.⁴⁷

O jovem Lamego procura legitimar-se, ainda, invocando outras afiliações: uma delas institucional, pessoal a outra. Com a primeira surge como membro

da Academia Fluminense de Letras. A segunda atesta uma afinidade eletiva no campo intelectual. Eletiva porque implica na escolha, não só de um paradigma discursivo, mas também do último dos grandes nomes vivos da tríade de notáveis do pensamento social fluminense, formada por Euclides da Cunha, Alberto Torres e José Francisco de Oliveira Vianna.

Ao escrever o prefácio de *A planície do solar e da senzala*, Oliveira Vianna torna-se, na mais ampla acepção da palavra, padrinho do intelectual Lamego Filho. Com ele confere marca e sentido à carreira estreante. Para imprimir-lhe caráter, dá testemunho da inserção do *opus* de Lamego numa tradição intelectual consagrada desde *Os sertões* e na qual o próprio Oliveira Vianna apresentava serviços de destaque. Para indicar-lhe o rumo, formula, no último parágrafo, um voto que se transformará, para Lamego, no compromisso de toda a sua trajetória futura:

Todo o meu desejo é que não fique aí; que se desprenda um pouco do apego às suas lezírias nativas e suba a contracorrente do grande rio, até as encostas da cordilheira onde uma outra sociedade [...] também cresceu e floresceu, cheia de opulência e brilho e, cuja grandeza extinta mereceria que ele [Lamego] a evocasse com os recursos da sua imaginação de visualista e os vivos e ricos matizes do seu estilo.⁴⁸

O cumprimento dessa missão leva “o poeta dos canaviais, dos engenhos e dos solares da nossa grande planície”⁴⁹ à elaboração do ciclo que recebeu o nome de “Setores da Evolução Fluminense”, formado pela tetralogia que integra *O homem e o brejo* (1945), *O homem e a restinga* (1946), *O homem e a Guanabara* (1948)⁵⁰ e, finalmente, *O homem e a serra* (1950).

O início desse caminho rumo à consagração não poderia ter sido mais auspicioso. Basta levar em conta a data de publicação do seu livro de estréia.

Mil novecentos e trinta e quatro foi o *annu mirabilis* da Geografia no Brasil. Marcou a sua autonomia no campo intelectual, graças aos cursos de graduação, no âmbito das faculdades de filosofia, e ao surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Com a formação universitária especializada, embora a meias com História, e a constituição de uma rede nacional de profissionais, a Geografia começa a ascender. Durante o biênio de 1937-1938, garante para si o *status* de ciência hegemônica, com a constituição do Conselho Nacional

⁴⁸ In Lamego Filho, 1934:VIII.

⁴⁹ In Lamego Filho, 1934:VIII.

⁵⁰ Este deveria chamar-se, originalmente, *O homem e a baía*.

⁵¹ Cf. Pereira, s/d:393 e ss; e também, cf. Castro Faria, 1993:10-12.

⁵² “[...] antropologia, etnologia, antroposociologia, antropogeografia, economia, psicologia freudiana, etnografia, folk-lore, história, política e não sei o que mais”. Oliveira Vianna in Lamego

⁵³ Cf. Oliveira Vianna in Lamego Filho, 1934:VII.

⁵⁴ O termo “tainismo” refere-se ao modelo triádico de Hippolyte A. Taine (1828-1893) para a análise dos chamados fatos da cultura, a partir da consideração do meio, da raça (do homem) e do momento histórico, para cuja divulgação contribuíram, decisivamente, além de Euclides da Cunha (*Os sertões*), o próprio Sílvio Romero (*História da literatura brasileira*, p.ex.).

⁵⁵ Para uma discussão do conceito/noção de *habitus*, ver Guerreiro Ramos, 1965:129-130 e Bourdieu, 1987, por exemplo.

⁵⁶ Consultar, a propósito, o ensaio “Nos sertões da oculta mimesis”, de Luiz Costa Lima (in Costa Lima, 1984:201-241).

⁵⁷ Cf. Oliveira Vianna in Lamego Filho, 1934:VII.

⁵⁸ A edição original (1920) foi publicada, em São Paulo, por Monteiro Lobato & Cia., constituindo-se, a partir daí, como exercício modelar do processo comparativo de tipos sociais (no caso, o *matuto*, o *sertanejo* e o *gaúcho*). Para uma apreciação crítica, consultar Castro Faria (1978).

de Geografia e a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.⁵¹

Antes dessa delimitação corporativa, a Geografia era ensinada e praticada em consórcio com as disciplinas da formação politécnica e militar. Exerciam-na engenheiros, como o próprio Lamego, e, antes dele, Everardo Backheuser, Euzébio de Oliveira, Sílvio Fróis Abreu, sem falar no mais notável de todos eles – Euclides da Cunha.

Ora, o que destaca Oliveira Vianna, no texto de Lamego Filho, além do uso pletórico das mais diversas disciplinas científicas:⁵² Destaca as “inegáveis influências da técnica euclideana”.⁵³ Com essa afirmativa nos remete do autor ao seu estilo, através deste, ao modo construtivo que se evidencia na concepção do tipo social.

A “técnica euclideana” representa aqui, sobretudo, a adoção de uma seqüência expositiva que articula o meio, a raça e o momento histórico. Esta remonta ao *tainismo*, no qual se apoiaram algumas das contribuições mais importantes do pensamento social brasileiro, no último quartel do século XIX, em grande parte devido à influência de Sílvio Romero.⁵⁴

Foi, no entanto, *Os sertões* que deu a esse paradigma a sua mais notável expressão, transformando-o no modo canônico de refletir sobre a formação social brasileira. Graças à sua publicação, em 1902, o tríptico estrutural – a terra, o homem e a luta – adquire o poder de um *habitus*.⁵⁵ Como diretriz de pensamento, essa fórmula vem associada a um uso peculiar do léxico e da metáfora e constitui o que se poderia denominar uma estética do discurso sobre a sociedade.⁵⁶ Sua marca registrada é precisamente essa “mistura estranha de imaginação e realidade, de inspiração literária e preocupação científica”, que Oliveira Vianna detecta, com aprovação, no estilo de Lamego Filho.⁵⁷ A antológica caracterização do sertanejo, assinada por Euclides da Cunha, levou outros a ousarem contribuições à galeria de tipos destinados a encarnar as variantes regionais do grande drama da relação do homem com a paisagem. Em conjunto, esses personagens deviam representar a história da formação social brasileira. O próprio Oliveira Vianna busca enriquecer esse quadro quando propõe acrescentar-lhe o *matuto*, ao qual dedicou o primeiro volume de *Populações meridionais do Brasil*.⁵⁸

A mesma ambição parece ter movido Alberto Ribeiro Lamego. Sua ficção sociológica de “Muxuango e mocorongo” específica, na formação social do

centro-sul, os tipos fluminenses do litoral.⁵⁹ Com ela se propõe uma teoria do povoamento, que encerra uma concepção da história. Se a considerarmos mais de perto, não será difícil descobrir, na obra de Edmond Demolins, sua referência básica. Para o autor de *Comment la route crée le type social*, a história não é senão a gênese da diversidade das raças e dos povos. E esta é consequência dos distintos caminhos que os grupos humanos empreenderam sobre a terra, como atestam palavras suas:

Eu vou mais longe: se a história da humanidade recomeçasse, sem que a superfície do globo tivesse sido transformada, essa história se repetiria nas suas grandes linhas [...] os mesmos caminhos [*routes*] reproduziriam os mesmos tipos sociais, e lhes imporiam os mesmos caracteres essenciais.⁶⁰

A escolha de um caminho traz implícita a “marca fatal e rigorosamente exata”⁶¹ que todos os caminhos, em todos os tempos, souberam impor aos homens. Por isso, a construção do tipo social impõe considerar os roteiros que levaram cada povo à sua atual localização do ecúmeno.

Muxuango e *mocorongo* são *dramatis personae* do enredo que Lamego Filho concebeu para a saga do povoamento fluminense. Para dar-lhes consistência, mobiliza toda uma panóplia de recursos conceituais e expressivos.

No caso do *muxuango*, por exemplo, vemos como se apropria das observações dos viajantes, que lhe proporcionam, além dos contornos do personagem, o argumento em favor da constância de seus atributos, requisito básico para constituir-lo como tipo social. Essas mesmas observações lhe permitem associar as restingas com o deserto, transformando-as no cenário “natural” do grupo humano ao qual tinham servido primeiro como caminho, depois como *habitat*.

Com esse procedimento, retoma uma tradição em que, desde Humboldt, Carl Ritter e Ratzel, do lado alemão, ou Elisée Reclus, Edmond Demolins e Vidal de La Blache, entre os franceses, a paisagem engendra, de forma mais ou menos estrita, não só a morfologia dos grupos humanos, como também os caracteres dos espécimens que os compõem, do ponto de vista físico, intelectual e moral. Para essa tradição, o *homem* e o *meio* são inseparáveis. São pressupostos, nos quais se fundamenta a noção de unidade antropogeográfica.

Ao exercício dessa tradição intelectual está dedicada uma das duas vertentes que constituem a trajetória de Lamego no campo científico. Engenheiro de minas e geólogo, formado na Europa, adquire a cidadania plena de geógrafo,

⁵⁹ A inovação do paradigma euclideo transcende o modelo estatístico, transformando-se num programa brasileiro para o conhecimento do Brasil, “no rasto luminoso do nosso maior Artista, bólide humano no céu das letras pátrias, EUCLIDES o Grande [...]” (Lamego Filho, 1934:99-100).

⁶⁰ Demolins, 1901:IX.

⁶¹ Demolins, 1901:VIII.

- 62 Cf. Resolução Nº 69, de 12 de julho de 1941, aprovada pela assembleia geral do Conselho Nacional de Geografia
- 63 É preciso acrescentar que nela foram editados, igualmente, os demais trabalhos do ciclo compreendido pelos "Setores da Evolução Fluminense".
- 64 In Lamego 1974:299.
- 65 In Lamego 1974:300.
- 66 In Lamego 1974:301.
- 67 In Lamego 1974:300.
- 68 Trata-se do embaixador José Carlos de Macedo Soares ao qual dedicaria, mais tarde, *O homem e a restinga*. O outro dedicando seria Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, diretor da Biblioteca Geográfica Brasileira e engenheiro, como o próprio Lamego.

no curto espaço de uma década, graças ao reconhecimento obtido por dois grandes estudos seus – *O homem e o brejo* e *O homem e a restinga*.

O primeiro, apresentado como tese ao IX Congresso Brasileiro de Geografia (Florianópolis, 1940), foi aprovado "com louvor", cabendo-lhe inaugurar a Biblioteca Geográfica Brasileira.⁶² O segundo, apresentado ao X Congresso Brasileiro de Geografia (Rio de Janeiro, 1944), conquistou a medalha de ouro do Prêmio José Boiteaux, vindo a ser o segundo volume dessa mesma coleção.⁶³

De acordo com o parecerista da Comissão Técnica que recomenda a publicação de *O homem e a restinga*, trata-se de "um trabalho notável, tanto pela riqueza de documentação, como pela precisão de método, pelo brilho da exposição e pela elegância da ilustração".⁶⁴ Devia ser publicado não só por causa dessas qualidades, mas também por motivos pedagógicos, pois como "estudo regional" e "pesquisa de geografia humana", "servia aos estudantes de nossas faculdades como um modelo de trabalho exemplar". Esse parecer é ratificado e acrescido de um voto de louvor por uma subcomissão que salienta sua originalidade e reafirma a excelência da "metodologia empregada", considerando-a "de acordo com as modernas prescrições da ciência geográfica". Não satisfeita com isso ressalta, especificamente, a virtuosidade com que o autor emprega "a técnica do estudo dos gêneros de vida e da evolução das cidades".⁶⁵

O parecer da décima Comissão Técnica que pronuncia o voto de louvor a *O homem e a restinga* é particularmente instrutivo, quando se considera o seu papel, nesse aparato de legitimação. Refere-se ao "brilhante estudo do Eng. Alberto Lamego" para, em seguida, assinalar o reconhecimento de seu trabalho, do qual afirma que "dignifica a geografia brasileira, colocando nosso país no nível daqueles em que a ciência geográfica alcançou suas mais expressivas manifestações".⁶⁶

Além disso, ambas as Comissões recomendam a inclusão do trabalho premiado, integralmente, nos Anais do X Congresso – "para o maior brilho do certame".⁶⁷ Chega-se a solicitar para ele uma exceção, por ter ultrapassado as 100 páginas, limite estabelecido pelo Regimento da Comissão Organizadora Central do Congresso.

Este fato não se dava, entretanto, pela primeira vez. Já em 1941, *O homem e o brejo* tinha merecido distinção semelhante, quando uma resolução da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia o recomendara para edição em separado, com o *publique-se* do presidente do IBGE.⁶⁸

Entre Lamego e os geógrafos desenrolou-se um processo de mútua cooptação. Os geógrafos preocuparam-se, honrados, em transformar esse “amável invasor”⁶⁹ num federado, capaz de consolidar e reforçar o território recém-conquistado. Desse modo, naturalizaram o engenheiro, incorporando o prestígio e a reputação científica do geólogo. Por sua vez, Alberto Ribeiro Lamego reivindicou ser incluído num domínio do campo científico marcado por um recente, rápido e muito bem-sucedido processo de institucionalização. Através dessa inclusão, obteve o que pode ser considerado um título de notório saber. E com ele a plena cidadania entre os geógrafos. Esta, por sua vez, lhe proporcionou legitimidade e consagração suficientes para autorizar seu discurso de crítico da sociedade.

O penhor dessa nova afiliação foi *O homem e o brejo*. E o rito mediante o qual se incorporou à sociedade dos geógrafos profissionais realizou-se em Florianópolis, por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

O trabalho é uma tese. E o modo pelo qual soube sustentar sua posição quanto às relações entre um determinado tipo de paisagem (o meio) e os grupos que a povoam (o homem) foi capaz de lhe granjear amplo reconhecimento entre os notáveis da geografia.

A apresentação e o prefácio da primeira edição de *O homem e o brejo* (1945) ilustram suficientemente tal reconhecimento. Cabe esclarecer, no entanto, o que se reconhece, neste caso.

Christóvam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, reconhece na apresentação que o estudo de Lamego é um trabalho de geografia regional, de feição predominantemente antropogeográfica, que segue o plano de Elisée Reclus e demonstra o princípio geral da influência do meio sobre a índole dos seus habitantes, na exata medida em que contribui para a explicação de um caso particular – a segregação racial do campista. O reconhecer leva ao classificar. A classificação, no entanto, constitui-se em verdadeira chave de leitura quando recusa, para a obra, a categoria de *determinista*, e para o autor, o rótulo de *environmentalist* (*sic*). E com isso o que se reconhece e reforça é a dimensão política militante do trabalho de Lamego, como libelo contra “a apregoada inadaptação do europeu a climas tropicais”, pressuposto da nossa inviabilidade como nação.⁷⁰

José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, expressa-se, no prefácio, de forma igualmente significativa. A

⁶⁹ Cf. Pereira, s/d: 368 (in Azevedo, s/d:315-412).

⁷⁰ In Lamego, 1974:11-12. A propósito convém relembrar a influência das teorias de Buckle (1857) e sua repercussão nas polêmicas travadas no campo intelectual brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, sobre a questão da viabilidade ou não do país, em virtude do seu meio físico.

- 71 *In* Lamego, 1974:13.
 72 *In* Lamego, 1974:13-14.
 73 *In* Lamego, 1974:15.
 74 *In* Lamego, 1974:15.
 75 *Apud* José Carlos de Macedo Soares, *in* Lamego, 1974:15. "Conhecer é ver e analisar as paisagens, penetrar os gêneros de vida variados dos habitantes, tomar partido nas esperanças e nas angústias das regiões visitadas; é incorporar-se por um momento a um recanto de solo e a um grupo de homens e tornar-se assim mais amplamente humano, mais preocupado com as agruras dos homens sobre a Terra."
 76 Monbeig, 1940:13.

primeira coisa que lhe ocorre assinalar é o próprio rito de passagem da geografia nacional para sua fase moderna, "a da explicação".⁷¹ Nesse contexto, destaca o papel a que se destinava a Biblioteca Geográfica Brasileira, que *O homem e o brejo* tinha a responsabilidade de inaugurar. Com ela, a geografia coloca-se a serviço do homem e, por isso, não estava voltada apenas para os geógrafos, mas, também, para os quadros da administração, devendo fornecer-lhes "o exato conhecimento e a perfeita compreensão das realidades geográfica brasileiras, base indispensável à resolução dos problemas nacionais".⁷²

Lamego consagra-se, desse ponto de vista, "como geógrafo, na plena acepção do termo", pois não se contenta com "um trabalho de frio homem de ciência". Revela, ao contrário, o seu envolvimento afetivo com a baixada campista, sua paixão pela terra e pela gente dos seus próprios antepassados. Para além das "condicionantes naturais" preocupa-se com a luta em que os homens se opuseram ao meio físico, mostrando "uma simpatia pronunciada pelos atores desse drama".⁷³ E é precisamente essa qualidade que distingue o "verdadeirão geógrafo", cujo conhecimento não pode prescindir da compreensão, isto é, da capacidade de apreender os problemas e as aspirações dos grupos humanos "com cérebro e com o coração".⁷⁴ Realiza, pois, o ideal do conhecimento tal como é encontrado pelo prefaciador em Pierre Deffontaines:

Connaitre c'est voir et analyser les paysages, pénétrer les genres de vie variés des habitants, prendre parti dans les espoirs, ou les angoisses des régions visitées, c'est s'incorporer un moment à un coin de sol et à un groupe d'hommes et devenir ainsi plus largement humain, plus soucieux de la peine des hommes sur la Terre.⁷⁵

Esta citação não faz senão ecoar a aula inaugural do curso de Geografia Humana, ministrada, dez anos antes, na Universidade de São Paulo, por Pierre Monbeig, com o título "Que é geografia?", texto que abre sua coletânea de *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, publicada em 1940.

Para responder a essa pergunta, baseia-se numa "observação essencial". De acordo com ela, "o campo de estudos do geógrafo é a paisagem".⁷⁶ Não a paisagem vista, observada e fruída pelo olhar leigo, mas a paisagem decifrada, compreendida e explicada pelo olhar do geógrafo, único capaz de considerar as relações complexas que se estabelecem na multiplicidade dos fatores, da natureza das rochas ao elemento humano.

A consideração desse geógrafo é orientada por um elenco de questões: “Como está povoada a paisagem e desde quando? Qual o gênero de vida dos habitantes? Qual a forma das casas e por quê? Qual a organização social ou econômica?”.⁷⁷

Conjunto de perguntas que circunscreviam todo o projeto da Geografia Humana, o mais novo rebento de uma ciência radicalmente rejuvenescida, capaz de oferecer seus préstimos ao grande público. Em cada uma das perguntas acima se define uma dimensão do seu programa de estudos. Para nos convencermos disso basta consultá-lo, em sua forma mais sintética, tal como aparece na contracapa dos volumes da coleção dirigida por Pierre Deffontaines, na Librairie Gallimard.

A própria concepção da série, editada sob a rubrica geral da *Géographie Humaine*, revela isso nas suas grandes orientações. A relação mediante a qual os homens se contrapõem e se adaptam ao meio destina-se à primeira seção, sob o título *L'Homme et les Eléments*. A segunda seção enfeixa os trabalhos dedicados ao “lado estático” da ação humana, isto é, às formas assumidas pelos assentamentos e instalações, que imprimem à paisagem o que se denomina *La Marque Géographique de L'Homme*, o estigma resultante de sua dinâmica histórica. Para a reconstituição da vida dos grupos humanos, tal como ela ocorre em seus respectivos quadros originais, está voltada a terceira seção – *Monographies*. Na quarta e última, finalmente, vamos encontrar “a mecânica da vida dos homens gravitando em torno de um produto”, a organização social e econômica que ao trazer consigo “uma hierarquia social e até mesmo uma psicologia” configura um gênero de vida, noção capital para que se estabeleçam distinções entre os homens. Seu título *Une Civilization Du...*, no qual o preenchimento da lacuna indicada pelas reticências representa a diferenciação dos gêneros de vida, seja no espaço, seja na sucessão temporal.

Com alguma atenção podemos detectar o *leitmotiv* que perpassa todo o projeto, configurado nesse programa de estudos. Em cada um dos domínios que propõe à análise, descobrimos as variantes do grande drama da relação agônica do homem com a paisagem.

Assim, compreendemos melhor por que o gênero de vida (*genre de vie*) é uma noção capital para o pensamento geográfico. É do conhecimento dos gêneros de vida que deriva a “definição humana de uma região”.⁷⁸ O gênero de

77
78

Monbeig, 1940:14.
Deffontaines, 1940:53.

- ⁷⁹ Cf. Deffontaines, 1940:53.
⁸⁰ “Esses gêneros de vida encontram sua expressão em personagens-tipo, cuja enumeração ocupa o primeiro lugar na caracterização de cada região” (Deffontaines, 1940:53, G/N).
⁸¹ Lamego, 1974[1946]:220.
⁸² Lamego, 1974[1946]:219-238.

vida traduz um estágio de *luta* do homem com os elementos, cuja combinação peculiar delimita esse recorte regional, que os geógrafos denominam *paisagem*.

O gênero de vida é o modo de relação entre o homem e a paisagem, tal como se constituiu ao longo da luta. Podemos dizer até que é a própria *luta*; ou, na série histórica, um *estágio* desta. Desse ponto de vista, revela-se como esta “associação íntima [que] assegura a exploração do solo” é um modo de apropriação, graças ao qual os grupos humanos arrancaram à terra sua sobrevivência.⁷⁹

O gênero de vida, enquanto luta, marca o homem de tal modo, que o próprio homem passa a representá-lo, como se condensasse todas as vicissitudes dessa relação agônica. Assim, transforma-se em personagem-tipo, modelo reduzido de estigmas essenciais, no qual se resumem as linhas de força de uma epopeia.⁸⁰

O *muxuango*, enquanto homem das restingas, tal como o concebeu Lamego, ilustra plenamente esse pressuposto metodológico. Quanto à origem, remonta à formação do Rio de Janeiro, erigido “sobre os destroços do maior campo de batalha de Portugal na América, no quinhentos”.⁸¹ Quanto às feições, no entanto, foi a luta secular com o ambiente da restinga a grande responsável pela sua configuração e consolidação.

Para comprovar esta sua teoria, o autor de *O homem e a restinga* recorre profusamente ao depoimento de Auguste de Saint-Hilaire, cujas imagens e palavras são evocadas da distância secular para conferir credibilidade e profundidade histórica às observações de um homem de ciência dos nossos dias.

Oito vezes aparece o naturalista francês, em escassas 20 páginas.⁸² Em cada uma dessas ocasiões surge para corroborar algum dos pontos fundamentais da argumentação de Lamego, nos seus labores de demiurgo do tipo social. Primeiro para nos convencer da permanência do tipo na longa duração; em seguida, para afiançar a prevalência da raça branca e a qualidade social inferior desses *homens* que empreenderam o caminho das restingas. Finalmente, é invocado como retratista, que, capaz de proporcionar-nos “magníficas fotografias da época, preciosíssimos documentos de geografia humana”, permite vislumbrar o *muxuango*, no seu modo de vida cotidiano – habitação, vestuário, atividade, costumes, intelecto, sentimento, atitudes e gestos. Nele encontra-se até mesmo um juízo crítico, cuja validade, após um século, se poderia assumir, dada a constância da relação entre o homem e o meio, e, portanto, a continuidade do tipo social.

Colhido em Saint-Hilaire e acrescido dos argumentos de Lamego, esse juízo nos conduz ao coração de uma das grandes polêmicas do pensamento social brasileiro. Polêmica em que a construção de personagens-tipo foi uma arma utilizada por todos os partidos. Um artifício retórico, uma tática discursiva, através da qual se estabeleceram as posições relativas à viabilidade ou não do país, bem como as que se referiam ao problema mais amplo da viabilidade da civilização nos trópicos.

A frequência com que foi praticado esse exercício explica a extensa parentela que o *muxuango* tinha no universo da crítica social brasileira, genealogia cujo ancestral epônimo ficou sendo o *sertanejo*, graças ao vigor literário e científico de *Os sertões*, do engenheiro, jornalista e viajante Euclides da Cunha.

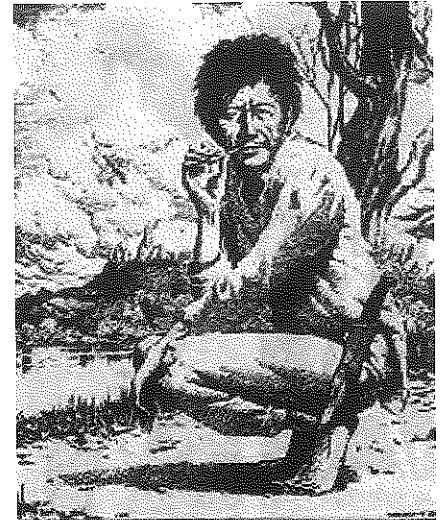
Os membros dessa família de tipos sociais a que deu origem o afã de reflexão crítica sobre o Brasil tiveram, como no *mundo-da-vida*, destinos desiguais. O *Jeca Tatu*, entretanto, destaca-se em virtude da fama que lhe granjearam os 15 milhões de exemplares do texto de Monteiro Lobato, distribuídos por Cláudio Fontoura, nas campanhas publicitárias dos seus preparados medicinais.

Construído para escarmento do “caboclisto” que Monteiro Lobato denuncia como idealização perniciosa (“indianismo de nome mudado”), o *Jeca Tatu* é o fruto da “cruel etnologia dos sertanistas modernos”, da qual fazem parte os próprios textos de Lobato, em 1914, 1918 e 1924.⁸³

A soberania do *Jeca Tatu* sobre todos os seus congêneres é um fato ineludível que tem suas boas razões e cuja importância não se deve subestimar. Graças ao estro literário de Monteiro Lobato, acrescido de seu peso como editor, em irresistível associação com o *Biotônico Fontoura*, *Jeca Tatu* adquiriu uma vitalidade não alcançada por nenhum dos outros personagens. Não a compreenderíamos, entretanto, de todo, sem ponderar o papel que neste assunto coube a Rui Barbosa. Foi este, na verdade, quem teve a capacidade de vulgarizar, isto é, inscrever na linguagem do vulgo, o nome comum *jeca-tatu*, ou simplesmente *jeca*.

Neste caso, tiveram peso tanto o arauto quanto a ocasião. Com sua inteligência elevada à categoria de mito, e como personalidade de destaque nacional, o conselheiro Rui Barbosa tinha o poder de crismar ideias e palavras. Sua qualidade de político e reformador proporcionava-lhe, neste sentido, as melhores ocasiões. E numa delas, conferência política como tantas outras,

⁸³ Respectivamente: “Velha Praga”, “Urupês” e “Jeca Tatu” (Lobato, 1948: vols. I e VIII).



Jeca Tatu. (Desenho de Belmonte)

⁸⁴ Cf. Souza, 1961:179.

⁸⁵ Cf. Souza, 1961:200.

⁸⁶ Consultar, a propósito, a análise de Monteiro Lobato como ideólogo feita por Campos (1986).

⁸⁷ Lobato, 1948:vol. I:244.

⁸⁸ Romero, 1910:208.

⁸⁹ Romero, 1910:209. Ver, a propósito, também Nogueira, 1987 in Queiroz, 1987:11-20.

coube-lhe colocar em circulação esse *jeca-tatu*, transformando-o num lugar-comum das polêmicas em torno da reforma social.⁸⁴

A partir daí podemos ver como funciona o personagem-tipo, enquanto dispositivo de sedução política e ideologia de combate, no campo das ideias sociais. Sua força de convicção é de tal ordem, que as tentativas de encontrar um adversário para ele fracassaram. Foi o caso do Mané-Chique-Chique, de Ildelfonso Albano, que nem mesmo o fato de ter sido adotado por Cassiano Ricardo livrou do esquecimento.⁸⁵

O próprio Monteiro Lobato nunca mais conseguiu livrar-se do personagem, apesar de suas tentativas, seja de redesenhá-lo, seja de substituí-lo por outros, como Chico Pirambóia e Zé Brasil.⁸⁶ Desse modo cumpriu-se, no campo do pensamento social, a palavra do seu criador, quando afirma que “Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie”.⁸⁷

O esboço desse personagem, entretanto, já ocupava a imaginação social brasileira desde o início do século, como atesta o ensaio publicado, em 1908, por Sílvio Romero, que, em carta ao Dr. José Piza, responde à indagação deste último – “Que é um caipira?”.

A solução proposta contém pistas interessantes sobre a problemática da qual se alimenta o debate:

Caipira, matuto, tabaréu, mandioca, capichaba, e outros congêneres, – são expressões de menospreço, de debique, atiradas pelas gentes das povoações, cidades, vilas, aldeias, e até arraiais, contra os habitantes do campo, do mato, da roça. São a expressão de um antagonismo secular.⁸⁸

Encontramos aí, em primeiro lugar, a grande polaridade constitutiva da nossa crítica social, sob a espécie da oposição entre o caipira e o cidadão. Oposição de inúmeros desdobramentos, cujo conjunto circunscreve toda a problemática. O cidadão contrapõe-se ao caipira como o litoral ao sertão, a civilização à rusticidade (ou primitivismo); a evolução à degenerescência; o progresso à estagnação; a força de vontade à apatia; o esforço à indolência; e o indivíduo, como foco de decisão, empreendimento e ação autônoma, à família, ao grupo, ao poder público, arrimos da pessoa em sua luta pela existência: “a cidade e a roça, eis os polos opostos: eis os dois termos da grande antinomia social brasileira”,⁸⁹ conclui Sílvio Romero.

O segundo ponto está na hierarquização dessa polaridade. Pode haver quem descubra na vida e no tipo rural virtudes fundamentais e queira transformá-las em pedras angulares para fundar a nação. Com isso não faria mais do que se afiliar a um dos lugares-comuns antigos, tematizado nas culturas mediterrâneas, revivendo as convicções da salubridade física e moral do campo e de seus habitantes, contra a corrupção dos corpos e espíritos pela vida urbana.⁹⁰ O “Caboclisto”, junto com outros discursos ufanistas, inscreve-se nessa linhagem de pensamento.⁹¹

No enunciado de Sílvio Romero, porém, revela-se que *caipira*, *matuto*, *tubaréu* constituem, desde já, categorias de acusação; formas verbais com que o senso comum estigmatiza o homem do campo ou, por analogia com este, o cidadão que desconhece ou descumpre os ritos distintivos da urbanidade.

Com “Velha Praga” e “Urupês” estamos diante de dois libelos cáusticos contra o caipira e seu modo de vida. Nesse momento, o Jeca Tatu não passa, ainda, de um qualquer entre outros *caboclos*, como Manoel Peroba e Chico Marimbondo.⁹² Em 1924, entretanto, vamos encontrá-lo transformado em imagem paradigmática do sertanejo. Encarna-o, porém, pelo negativo. Não é somente “építome de carne” do caipira genérico, mas diagnóstico ambulante das mazelas de nossa população rural. E desse modo salvou-se para a posteridade, o que não conseguiram fazer suas contraversões positivas. Na política do significado, o Jeca Tatu venceu o Jeca Leão.⁹³ A imagem que se impôs foi a do incinerador de florestas, fatalista e soturno, imprevidente, avesso ao trabalho contínuo, desleixado e apático, inerte e insensível, tanto diante da natureza, quanto em face do progresso.

Para que tal imagem não levasse a um pessimismo fatalista era preciso acrescentar-lhe um caráter de transitoriedade, capaz de sustentar a hipótese e a perspectiva da mudança regeneradora. Monteiro Lobato fê-lo ao escolher para o seu “Jeca Tatu” o subtítulo “A ressurreição”.

Desse modo se dá, no próprio personagem, o deslocamento do fatalismo telúrico ou da *mésalliance* racial para outro terreno. Fugindo à determinação inexorável do meio ou da hereditariedade, leva-se o problema para o campo social, onde pode ser equacionado para posterior tratamento por adequadas políticas públicas – “O caipira não é assim. Está assim”.⁹⁴ Essa fórmula consagra a convicção de que a mudança é necessária, possível e factível. Há, no entanto,

⁹⁰

Cf. Baroja, 1963.

⁹¹

Ver, a propósito, Dante Moreira Leite – *O caráter nacional brasileiro* (Leite, 1976).

⁹²

Lobato, 1948:vol 1:240.

⁹³

Cf. Leite, 1976 [1974]:211 a 214.

⁹⁴

Cf. Campos, 1986:37.

⁹⁵ Cf. Lobato, *apud* Campos, 1986:44.

⁹⁶ A expressão *pulsion scopique*, cunhada por Certeau (1980), refere-se ao ímpeto humano pela contemplação e, neste caso específico, à busca de uma perspectiva sobranceira, que permita ver (observar) do alto, e, portanto, examinar (*scopein*) o conjunto.

⁹⁷ Goethe *apud* Friedenthal, 1968:134.

um fator do qual depende o seu êxito, a saber, que seja empreendida “sob o pálio da boa organização”.⁹⁵

A “boa organização”, por sua vez, não se pode constituir com base nas idealizações românticas do costumbrismo caboclista. Seu pressuposto é “o Brasil real”. E o Brasil real ficou sendo, no que tange às populações não urbanas, o *jeca-tatu*. E se foi ele a figura emblemática com que a facção vitoriosa sintetizou seu diagnóstico do problema das populações sertanejas, coube ao *muxungo* encarnar esse mesmo problema, no recorte específico da baixada litorânea fluminense, como “epítome de carne onde se resumem todas as características” dessa gente que habitava o “deserto de lagoas [lagoas] e pântanos” adjacente à capital federal.

3. “*Ecce homo sapiens*”: o imperativo de reforma da natureza

Entre os quadros naturais que nos proporcionaram os viajantes em suas respectivas travessias do friso litorâneo, ao norte da baía de Guanabara, há um que merece particular atenção. Em primeiro lugar, recomenda-se pela recorrência do ponto de vista adotado; em segundo, pelo seu caráter panorâmico. Trata-se da vista que descrevem, como vimos, um após outro, Luccock, Wied-Neuwied e Saint-Hilaire, do outeiro da matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Saquarema.

Desse lugar, para onde foram atraídos pela *pulsão scópica*⁹⁶ que preside ao empreendimento da viagem às regiões longínquas, com o objetivo de ampliar o “círculo dos conhecimentos geográficos”, cada um deles oferece aos seus leitores uma tela pintada com os recursos coloristas da linguagem verbal.

Não se deve reduzir tal recorrência de perspectiva à mera obra do acaso, nem tampouco ao gosto fácil por um artifício estilístico comum. Trata-se, ao contrário, de um modo de apreensão da natureza, cuja prática é amplamente atestada, em fins do século XVIII, começos do XIX.

Podemos exemplificá-lo com Goethe. Basta recordar sua visita a Mme. de La Roche, cuja bela vivenda, às margens do Reno, descreve com estas palavras:

Os aposentos eram altos e espaçosos e as paredes cobertas de quadros, como em galeria, um encostado ao outro. Cada janela [...] fornecia a moldura para um quadro natural, que se destacava vivamente pelo brilho de um sol muito suave.⁹⁷

Desde essa época, portanto, em que não sabia ainda se seria pintor ou poeta, Goethe gostava de dedicar-se ao exercício de ver a natureza “emoldurada”,⁹⁸ numa verdadeira caçada de temas pitorescos, isto é, temas dignos de serem pintados, ou como que pintados.

Compreendemos melhor essa prática recorrendo a Alexander von Humboldt. No *opus magnum* ao qual este dedica os anos finais de sua vida – *Cosmos*, com o subtítulo “Ensaio de uma descrição física do mundo” – ocupa-se da “influência da pintura paisagística no estudo da natureza”.⁹⁹ Atribui-lhe a capacidade de nos ajudar na contemplação, o dom de favorecer o gosto pelas viagens e terras distantes, um modo instrutivo e agradável de nos propor a “comunicação com a natureza livre” e, de acordo com a qualidade do artista, o condão de “ligar o mundo visível ao invisível, cuja união é o esforço último e o fim mais elevado das artes da imitação”.¹⁰⁰

Na época de Goethe e Humboldt, a pulsão “scópica” marcava toda a ambiência social, gerando autênticos dispositivos de contemplação da natureza, como é o caso dos grandes painéis, panoramas, dioramas e neoramas que “tornaram muito mais ampla e mais forte a impressão produzida pela paisagem”.¹⁰¹

Os panoramas – grandes quadros circulares, “colocados de maneira que o espectador, estando no centro, vê os objetos como se estivesse observando do alto de uma montanha todo o horizonte que o rodeasse” – encontram-se no topo da hierarquia dessa parafernália ilusionista:

[...] porque o espectador, encantado, no meio de um círculo mágico e ao abrigo de distorções, se crê rodeado de toda parte por uma natureza desconhecida, e conserva lembranças que depois de alguns anos se confundem com a impressão das cenas da Natureza que tenha podido ver realmente.¹⁰²

Com isso temos um bom argumento para afirmar a não casualidade das escolhas de Luccock, Wied-Neuwied e Saint-Hilaire. Quando galgam o outeiro de Nossa Senhora de Nazaré, em Saquarema, fazem-no em busca da mesma *experiência* que atrai o espectador de um panorama, em Londres, Weimar ou Paris. E não deixa de ser curiosa a ideia de que, com o correr dos anos, as impressões guardadas no espírito de um e de outro poderiam ser as mesmas. Essa convicção permite detectar, com segurança, o ponto-chave desse modo de contemplação – o *sentimento*. Sentimento da paisagem, sentimento

⁹⁸ Friedenthal, 1968:134.

⁹⁹ Humboldt, 1944. A publicação das várias partes dessa obra monumental teve início em 1844 (1ª parte), prosseguindo em 1847 (2ª parte), sendo concluída em 1857.

¹⁰⁰ Humboldt, 1944:211.

¹⁰¹ Humboldt, 1944:218.

¹⁰² Humboldt, 1944:218.

103 Friedenthal, 1968:102.
104 Goethe apud Friedenthal, 1968:102.

da Natureza – experiências reputadas inseparáveis do processo de formação do homem cultivado, sendo consubstanciais a um dos seus maiores ritos – a *Bildungsreise* (viagem de formação). O retrato da paisagem natural não pode, pois, prescindir do sentimento. Encontra-se na correspondência de Goethe uma carta, escrita a uma amiga, quando em viagem à Alsácia, no ano de 1770. Emoldurada por fórmulas de coqueteria cortesã, aparece aí uma descrição da qual já se disse que mais parecia o esboço de um poema:¹⁰³

Após um dia inteiro a cavalo, a pequena caravana atingira as serranias da Lorena, ao anoitecer. No sopé dos montes as águas do Sarre iam passando ao longo de um gracioso vale. Ao vê-lo assim, à mão direita, fluindo lá embaixo, pardacento e tranqüilo, e perceber, à esquerda, a obscuridade pesada do bosque de faias que se debruçava sobre o caminho, e por cujas fímbrias luzia o vôo quieto e misterioso dos pássaros, o viajante sentiu de repente fazer-se, em seu interior, o mesmo silêncio que reinava na paisagem.¹⁰⁴

Mais de meio século depois, as impressões de Darwin, em seu diário de viagem, a propósito da travessia noturna da região de lagunas e pântanos, sob o luar, são eivadas de sentimento, como se a monotonia da paisagem, o surdo bater das ondas e o gemido da narceja fizessem brotar na sua alma a própria desolação desse “deserto”.

Também Wied-Neuwied e Saint-Hilaire, quando se expõem ao panorama, no outeiro da igreja de Saquarema, são arrebatados por sentimentos e os transferem para suas descrições, às quais dão a tonalidade emocional da *Stimmung*. Um deles sofre as penas atuais e futuras da viagem, ansiando pela terra natal; o outro vê-se tomado pelo temor reverencial diante da desproporção entre o homem e a natureza.

Para o colorido emocional dessas meditações, ambas induzidas pela paisagem, contribuem fortemente as ruínas. E no caso de Saint-Hilaire não só as ruínas que se encontram sobre a colina – a igreja, o canhão, o telégrafo e o ossário, mas também essas quase-ruínas, que são as moradias dos vivos, espalhadas pela restinga. Por toda parte o sentimento nítido da desvantagem do homem em face da natureza, que o mantém sitiado; e que é capaz de apropriar-se até mesmo de suas mais sólidas, ousadas, altaneiras e sacrossantas expressões, para submetê-las às suas próprias leis.

Com Lamego, essa impressão da ruína surge do aspecto que têm os habitantes dessas paragens:

Pelas águas rebalsadas e maisãs que as distanciam [“cidades fenescentes e taperas de pardieiros solarengos”], vaga o homem dos pântanos, diatéxico, roído de conflitos patogênicos, e que sendo um inútil é um pernicioso, pela enxameante propagação de estolhos genésicos. As uniões disgênicas multiplicam-se em macabro corolário aos fatores degenerativos das condições mesológicas, tenebrosas. Alapardam-se as famílias em casebres sórdidos e espaçados, onde a prole amarelenta cogumela. E o terror que vos agarra é grande ao ver esses farrapos de pequeninos brasileiros.

A tragédia é duplamente pungitiva: sobre os destroços da cultura suprimida, espantalha o envilecimento biológico do indivíduo.

Eis o descendente dos que aprenderam a vencer na luta com o brejal. Ei-lo na sua lorpa ingenuidade, imagem fidelíssima do teratológico molde econômico-administrativo que o deformou, requintando-o para as casquinadas do sarcasmo popular, nesses padrões desopilantes do humorismo indígena; – o jeca, o caipira, o tapiocano, o capiau, o muxuango...

Ecce Homo Sapiens!¹⁰⁵

O preâmbulo de *A planície do solar* e da senzala se lê como um misto de diagnóstico e libelo acusatório. A Baixada e o fluminense da Baixada, quer se o chamasse de *tapiocano* ou de *muxuango*, estavam em ruínas. A culpada desse estado de coisas era a República, que, incapaz de solucionar o problema criado pela Abolição, propiciava a deterioração das condições ambientais, e, com ela, a ruína do homem.

Apequenado diante do meio, este não tinha como reagir, porque lhe faltavam saúde, ambições, energia e sociabilidade superior. Era, em suma, “um dos infinitos enfermos do ‘vasto hospital’ de Miguel Pereira”¹⁰⁶ – aos seus músculos faltava o tônus, seus nervos não vibravam, sua mente não imaginava, sua vontade não atuava. E como poderia ser de outro modo, enterrado “no deserto das restingas que o afasta do mar”, fígado e baço hipertrofiados, o sangue ralo, os intestinos corroídos pela verminose, entregue a uma indigência coletiva, que lhe impunha “condições domésticas dignas de um *Jeca Tatu*”?¹⁰⁷

¹⁰⁵ Lamego Filho, 1934:89.
¹⁰⁶ Lamego Filho, 1934:11.
¹⁰⁷ Lamego, 1974:223.

108 Lamego, 1974:222.
109 Lamego, 1974:233.
110 Lamego, 1974:233.
111 Lamego, 1974:235.

O testemunho de Saint-Hilaire serviu, pois, para corroborar o quadro atual descrito por Lamego. Com base nele desenvolveu-se a convicção de que, no espaço de um século, o homem e a vida nas restingas não haviam mudado, graças às determinações inibidoras do meio e do gênero de vida, decorrentes de suas condições peculiares:

A pesca não é polidora de costumes. Não gera a previdência com o manancial vizinho e sempre farto. Não cria necessidades novas com o seu ambiente rotineiro. Quando muito há a secagem do peixe ao sol para a troca de produtos essenciais à permanência da vida, exclusivamente resumida ao vestiário e à alimentação. Nenhuma coação externa do próprio meio físico obrigando à melhoria da existência. Cabanas, redes, e artefatos de pescaria e domésticos, aprendidos com o próprio índio, bastam a essas famílias que nascem, vivem e morrem nas areias das restingas, sem cuidados nem contatos com o mundo que as rodeia, para o qual é preciso caminhar por longas vias nessa vida aberta à natureza. Religiosidade fraca. Quando muito, promessas a cumprir nas romarias às primeiras capelas que surgem longe em longe com os principiantes agrupamentos.

Assim é que morosamente evolve a gente das restingas [...].¹⁰⁸

Insulado, incivilizado, rústico, imprevidente, ignorante, lento, supersticioso e fatalista, além de enfermo, insociável e indiferente, assim era o *muxuango*. Os impulsos inatos que lhe vinham de sua ascendência europeia embotaram-se “amortecidos no cansaço físico das caminhadas sobre os areais”.¹⁰⁹ Os caracteres herdados da eventual mistura com os ameríndios cristalizaram-se graças à “inércia do meio incapaz de os incitar a evoluir”.¹¹⁰

A pesca tinha reproduzido, ao longo dos séculos, um modo de vida que, sem negar o sustento aos seus beneficiários, terminava, entretanto, por condená-los a uma irremediável estagnação – tecnológica, psicológica, sociológica, biológica e moral, num meio marcado – também ele – pelo fenômeno da estagnação. Águas paradas, passos estancados, mentes em letargia, vontades entorpecidas – nada parecia capaz de fluir nesse ambiente cheio de entraves, nem mesmo a História. Em todo o caso não sem a intervenção de uma espécie de *deus ex machina*, único capaz de salvar os *muxuangos*, arrancando-os de sua “psicologia de pescador”,¹¹¹ que os retinha num estágio cultural próximo ao do “índio”, para civilizá-los:

Dir-se-ia que o meio das restingas atingira uma civilização-clímax, daí por diante, só impulsionada por elementos estranhos e eficazes, culturalmente orientados por ação direta dos governos.¹¹²

Como pescadores, tinham chegado aonde podiam, contando apenas com as próprias forças, diante dos “entravantes fatores ambientais”, agravados pela desídia do regime republicano, em sua versão vigente até 1930.

A República Nova vai transformá-los em população-alvo das suas reformas. Para isso, no entanto, a primeira coisa que faz é encarná-los em personagens-tipo, promovendo-os, em seguida, à categoria de tipos concretos do Brasil real, por meio daquilo que Whitehead chamava de “a falácia da concretude deslocada”,¹¹³ e da qual todo o argumento de Alberto Ribeiro Lamego é um exemplo notável e legitimado.

Desse modo, caíram as fronteiras entre a ciência e a ficção e surgiu o fantasma, que, daí por diante, passou a reger as relações entre os empreendimentos de mudança social dirigida e os grupos objeto desta – o *jeca-tatu*, ou o *muxuango*, que outra coisa não é do que a sua versão para o caso das restingas.

Desde seu livro de estreia, o discurso do crítico é, em Lamego, solidário de uma veleidade de reformador social. A Geografia Humana o é no duplo sentido da palavra – humana porque enfoca o grupo humano no seu recorte mesológico particular, mas também porque se identifica com ele, com seus dramas e suas penas, como recomenda Pierre Deffontaines.

Este é também o compromisso de Lamego Filho, no encerramento solene do seu Preâmbulo de 1931: “Para a defesa de qualquer povo sofredor não há empecilhos que me façam silenciar. E, neste caso, este povo é o meu”.¹¹⁴

O lugar autorizado da enunciação para seu discurso de crítico da sociedade, Lamego o procura, e acha, na Geografia, que, nos anos 1930, e em particular com o Estado Novo, assume um *status* hegemônico, graças à sua condição de “ciência de utilidade pública”.

É com esse epíteto que Pierre Monbeig se dedica à análise do que lhe parece distinguir a modernidade na Geografia. Ao contrário de sua versão antiga, como estudo e ensino eminentemente livresco, cabe-lhe, agora, “o estudo da realidade”.¹¹⁵ É nessa qualidade que pode interessar não só à erudição científica, mas também ao enfoque imediatista do agricultor, do comerciante ou do industrial, em busca de soluções práticas para problemas prementes de seus empreendimentos.¹¹⁶

¹¹² Lamego, 1974:222.

¹¹³ Whitehead, 1959: caps. 3 e 10. Heller (1961:24) chama a atenção para a crítica a esse tipo de falácia em Goethe, que não fazia mais do que tomar posição num debate que remonta às origens da própria filosofia, em particular a Aristóteles.

¹¹⁴ Lamego Filho, 1934:12.

¹¹⁵ A Geografia – ciência de utilidade pública” in Monbeig, 1940:273-276.

¹¹⁶ Monbeig, 1940:275.

- ¹¹⁷ Monbeig, 1940:275. O artigo referido foi publicado em *O Estado de S. Paulo*.
¹¹⁸ Vargas, 1938: vol. III-199.

Evidências desse tipo de cooperação Monbeig as encontra atestadas, desde 1935, quando Moraes Rego esclarece, em artigo de imprensa, o nexos entre a Associação Brasileira de Geógrafos e a expansão da economia paulista. Monbeig conclui: “É evidente que antes de se lançar a novas experiências, deve um país ter perfeita consciência de suas possibilidades.”¹¹⁷

De uma tal consciência fazem parte, além do inventário dos recursos econômicos, das condições naturais, e das atividades existentes, o levantamento das “necessidades contemporâneas” e das dificuldades que se antepõem à sua satisfação. Por isso, a nominata das associações de geógrafos, na França como no Brasil, acolheu não só professores, pesquisadores e estudantes de Geografia, mas também homens de negócio e funcionários do *aparelho de Estado*, termo que parece assumir aqui a importância e o papel adequados.

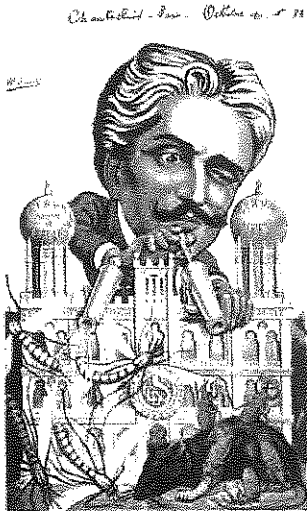
Com efeito, é ao Estado que vai caber, a partir da Revolução de 30, e de forma indisputada de 1937 em diante, coordenar essa ambiciosa experiência de reconstrução nacional, cuja implementação define o que se convencionou chamar “a era de Vargas”.

Com ela a República adota, no Brasil, um mandato imperial, consubstanciado, seja no processo centralizador, que consistiu em dissolver a federação, seja no seu corolário, que foi a expansão integradora do poder estatal, da cidadania, da produção e da nacionalidade. A tarefa de reconstrução consiste, no entanto, na luta sem tréguas contra os limites impostos ao desenvolvimento nacional pela perversão particularista da República Velha, cujos resultados foram o insulamento, a dispersão, a degenerescência e a estagnação do “povo brasileiro”.

Em junho de 1934, em manifesto à nação, sob o título de “O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório”, Getúlio Vargas expressa-se sobre o tema de modo contundente:

Instituída a Federação, o regime republicano foi, a pouco e pouco, desvirtuado e se afastou dos seus fins [...]. Cada setor da comunhão nacional entrou a insular-se econômica, social e administrativamente dos demais. Contribuímos, além disso, para a crise do sertão, a mercê da incultura, da miséria e das endemias pertinazes. Cindimos o homem brasileiro em sertanejos obscuros e litorâneos felizes.

Esse, sem dúvida, era o panorama do Brasil em 1930. A Revolução, todavia, operou o milagre de que muitos desesperavam.¹¹⁸



La Destroza Getulio Vargas de Ricardo Zanette

Charge de Oswaldo Cruz.

A ação do governo tinha consistido pois, e consistiria ainda por muitos anos, num grande esforço para integrar à nação essas vítimas da passada incúria governamental. A base desse esforço, no entanto, foi a convicção de que era possível resgatar as populações sertanejas do seu lastimável estado. Este último, com efeito, deixara de ser compreendido através da ótica pessimista dos “atavismo raciais” para equacionar-se como problema social.¹¹⁹

Desse ponto de vista, podia-se vislumbrar no “homem rude do sertão” – “quebrado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa” – a sua futura utilidade social de “modelar cidadão”: “Dai a esse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criei-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo”.¹²⁰

Em suma – “ouro nativo, que na ganga impura a bruta mina, entre os cascalhos vela”. A evocação de Bilac é inevitável e apropriada, no caso.¹²¹ Nos limites do “corpo combalido” do sertanejo encontra-se encerrada uma alma forte – a mesma que habitava o *sertanejo* de Euclides, enfrentando a vida agreste das caatingas, povoando a floresta amazônica, desbravando os confins acreanos. Alma forte associada a uma índole “meiga e dócil”, como a do *caipira* de Monteiro Lobato, rebento da mesma raça à qual haviam pertencido os bandeirantes.¹²²

Cabe ao poder público arrancá-lo de sua letargia para que se revele “homem admirável” através de um processo de regeneração, cuja receita encontra-se já na plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930:

É preciso grupá-los instituindo colônias agrícolas, investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhe hábitos de atividade e economia. Tal é a valorização básica, essa sim que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.¹²³

Para chegar-se a essa clave do discurso programático da Aliança Liberal, no entanto, houve todo um caminho.

¹¹⁹ Cf. Campos, 1986:43-44.

¹²⁰ Ver “Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933” in Vargas, 1938:vol.III-124.

¹²¹ Para convencer-se disso bastaria consultar “O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório” (Manifesto à Nação em Junho de 1934): “O primeiro dever do governador é tirar o povo da ganga obscura que o tem envolvido pelos séculos a fora. Apesar de tantos e tão duros tempos de infortúnio, de abandono, de cruel desídia, suas naturais qualidades de inteligência, entusiasmo, empreendimento e generoso patriotismo têm aflorado nos momentos decisivos da nossa história.” in Vargas, 1938:vol.III-247.

¹²² Cf. Lobato, 1948:vol.VIII - 285 e 306.

¹²³ Vargas, 1938:vol.I-28.

124 Penna, 1918:8.
 125 O combate ao bacharelismo não se volta apenas contra as perversões do formalismo e da retórica com que o discurso "bacharelesco" costuma dourar os seus sofismas. Consiste ainda na denúncia do bacharel como polígrafo, invocando o exemplo dos "países cultos" que substituíram a "ignorância enciclopédica do rubim" pela "especialização dos seus homens nas províncias e sub-províncias dos conhecimentos humanos", fato ao qual devem sua prosperidade (Lobato, 1948:vol. VIII-245; Penna, 1918:29).
 126 Lobato, 1948:vol.VIII-234.
 127 A esses poetas a República devia o tratamento preconizado por Platão – coroá-los de rosas para em seguida os expulsar, como parece sugerir o próprio Monteiro Lobato em *Problema vital* (1948:vol. VIII-224).
 128 Novembro de 1916 a janeiro de 1917.
 129 Penna, 1918:IV.
 130 Cf. Penna, 1918:27. A evocação de Afrânio Peixoto justifica-se ainda por outro motivo. O curso que ditou, em 1917, e que viria a ser publicado em 1938, na coleção *Brasiliana*, volume 129, sob o título *Clima e saúde – introdução biogeográfica à civilização brasileira*, é um marco notável da polêmica entre os defensores dos "atavismos raciais" como explicação da inviabilidade do Brasil e os higienistas, confiantes não só na "possibilidade", como também na "necessidade" da "civilização" nos trópicos. Para exemplificar esta necessidade, mostra que a saúde, no campo, depende de "botas, latrina e timol". (cf. Peixoto, 1975:40).

Começou com os cientistas-viajantes, que, imbuídos do mandato e do "ardor apostólico" da revolução pasteuriana, devotaram suas vidas e carreiras à refutação dessa "literatura inebriante" e "mentirosa", produzida pelos sofismas da retórica dos bacharéis, para descobrir *in loco* "a realidade brasileira", diagnosticando seus males e prescrevendo remédios para sua cura. Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Arthur Neiva e Belizário Penna percorreram o Brasil, em longas expedições, das quais resultou "descripta e documentada a trágica epopéia da vida sertaneja".¹²⁴ O que revelaram à opinião pública foi o pronunciamento implacável do microscópio: a sífilis, a ancilostomíase, a malária, a febre amarela e a doença de Chagas, cujos efeitos, somados aos da indigência, assolavam a quase totalidade das regiões.

O registro empírico desse *estado de coisas* teve repercussões profundas. Alimentou o nacionalismo emergente caracterizado por uma postura progressista e crítica, cujos alvos prediletos foram o ufanismo, o bacharelismo e a República.¹²⁵

Foi uma guerra travada pela *entente cordiale* dos médicos e engenheiros contra as "licenças bucólicas de poetas jamais saídos das cidades grandes",¹²⁶ que apenas serviam para encobrir a miséria, as endemias, a indolência mórbida, o desânimo, a indiferença e o fatalismo.¹²⁷

A melhor encarnação do diagnóstico formulado a partir da devassa dos cientistas-viajantes encontrava-se na frase de Miguel Pereira, exaustivamente citada e repetida pelos militantes dessa cruzada patriótica: "O Brasil é um vasto hospital". Esta foi a premissa de iniciativas tais como a "Liga Pró-Saneamento do Brasil", cujo surgimento está em relação direta com a campanha de imprensa que Belizário Penna desenvolveu, numa série de artigos publicados, no Rio de Janeiro, pelo *Correio da Manhã* sob o título de "Saneamento dos Sertões".¹²⁸

Eram, inequivocamente, textos de combate, com o objetivo de contribuir para a "regeneração" da gente, a "reabilitação" da terra e a "moralização": da política brasileira,¹²⁹ ou, numa alusão a outro defensor ilustre da mesma causa – Afrânio Peixoto – para a salvação da "minha terra e minha gente".¹³⁰

Desde os primeiro parágrafos, ressalta o objetivo dessa publicística. Sua finalidade é "acordar consciências adormecidas", indicando caminhos para a ação e propondo-os como prospectos políticos, seja às "iniciativas medrosas e vacilantes", seja às "energias esparsas", e, sobretudo, ao governo da República:

Num país de doentes e de analfabetos, como o Brasil, a preocupação máxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento físico, moral e intelectual de seus habitantes.

Não há prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando à ignorância se juntam a moléstia e os vícios, o abatimento físico e intelectual, as lesões de órgãos essenciais.¹³¹

O que está em pauta é, finalmente, o *progresso*. Ou melhor – como não se discute esse valor inscrito no pavilhão da República, trata-se, antes de tudo, do modo de ação adequado e necessário para alcançá-lo. A política republicana carrega a pecha de ter falseado o lema “Ordem e Progresso”, transformando-o em mero rótulo e, o que é pior, valendo-se deste para ocultar o seu contrário – a desordem (financeira, econômica, política e social) e regresso (moral e intelectual).¹³²

A falência da República é a falência da elite de bacharéis. Seu otimismo ufanista obliterou a realidade. Não foi capaz de reconhecer a veracidade do diagnóstico de Miguel Pereira, porque, ao contrário dos engenheiros, não se compenetrou da “necessidade imprescindível do concurso da ciência médica” para a promoção da “prosperidade material, intelectual e *moral*” de um povo. Por isso não conseguiram incorporar os conhecimentos da medicina à sua tarefa de confeccionar leis e destinar recursos, como aqueles tinham conseguido utilizá-los para a melhor execução de suas obras.¹³³

Monteiro Lobato exige, pois, a renúncia do *Triatoma bacalaureatus*, isto é, do bacharel, demonstrando com ironia o absurdo da sua permanência nos órgãos de governo do país:

Disto se conclui que a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital que em vez de ser lidado por enfermeiros é dirigido por bacharéis. E conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos cientistas de verdade.¹³⁴

Os bacharéis, entretanto, ainda haveriam de manter por algum tempo o controle da “máquina brasileira”. E não foi por bem que entregaram o “cetro da governança” aos “cientistas de verdade”. Foi preciso a Revolução de 30 para estabelecer entre o Catete e Manguinhos o entendimento comum de que a

¹³¹ Penna, 1918:7.
¹³² Cf. Penna, 1918:35.
¹³³ Cf. Penna, 1918:28-29.
¹³⁴ Lobato, 1948:vol.VIII-243.

¹³⁵ Se o saneamento do Brasil resultou de uma campanha jornalística, reunindo em livro os artigos de Belizário Penna, sob os auspícios (e em benefício) da “Liga Pró-Saneamento do Brasil”, também *Problema vital*, publicado no mesmo ano (1918), enfeixou, por decisão da “Sociedade de Eugenia de São Paulo” e da mesma “Liga Pró-Saneamento do Brasil”, textos que Monteiro Lobato publicara nas páginas de *O Estado de S. Paulo*.

¹³⁶ Penna, 1918:172.

¹³⁷ Lobato, 1948:vol.VIII-271.

¹³⁸ Que se trata de uma cruzada patriótica não padece dúvida. Belizário Penna (1918:I) invoca a “Defesa Nacional”. Miguel Couto, em 1933, abre seu livro com uma epígrafe que fala de “patriotismo” e uma advertência – “Cerca de dois terços destas páginas concernem à educação do povo e a defesa nacional”.

solução para o problema econômico do Brasil encontrava-se na “valorização do capital humano” e no seu correlato indispensável – a bonificação da terra.

Coube ao Governo Provisório instaurar o reino de “Nhá Ciência”, para usar a expressão que Lobato põe na boca do Jeca recém-convertido à revelação pasteuriana, graças à “ultra-visão” que lhe proporciona a lente de aumento de um doutor-viajante, como o tinha sido, entre outros, Belizário Penna.

É instrutivo, neste sentido, confrontar o que dizem, em 1913, Belizário Penna e Monteiro Lobato, porta-vozes da “Liga Pró-Saneamento do Brasil”,¹³⁵ com as palavras de Getúlio Vargas, no balanço que este faz das realizações do Governo Provisório, em 1934.

No “Esbôço para um plano de saneamento rural” com que encerra o seu livro, Belizário Penna enfatiza a necessidade do apostolado:

Propaganda ativíssima, ininterrupta, precisa ser feita para incutir no espírito de todos os nossos patrícios, sobretudo no dos homens públicos, dos literatos, dos jornalistas, dos intelectuais, enfim, que o alcoolismo, a tripanossomíase americana, a malária e a opilação em vastíssima escala, e outras endemias em menor, são as causas do nosso atraso e da vergonhosa retaguarda em que vamos ficando de outros povos.¹³⁶

Igual sentido tem a exortação de Monteiro Lobato que, sob o título de “Primeiro passo”, encontramos nas páginas de *Problema vital*:

O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença; e em seguida fazer dessa idéia o programa de todos os governos, a idéia fixa de todos os particulares.¹³⁷

Em 1934 a palavra *saneamento* está incorporada ao léxico do governo, tendo adquirido um espectro semântico que de certo não terá decepcionado os paladinos da ação saneadora. Aplica-se agora, de forma explícita, a quase tudo, do saneamento financeiro ao saneamento rural e urbano.

O diagnóstico da realidade brasileira, tal como Vargas o formula, qualquer um dos membros dessa *cruzada patriótica*¹³⁸ teria podido subscrevê-lo com tranquilidade:

Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar

as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente.¹³⁹

“Sanear, educar, povoar” – eis a palavra de ordem, cuja difusão e cumprimento deve presidir o grande projeto da “valorização do capital humano.

Essa fórmula trinitária não deve, entretanto, nos iludir. Saneamento e educação constituem nela uma só coisa, como já tinha sugerido Miguel Couto (1933), em conferência pronunciada na Associação Brasileira de Educação (“Ensino e higiene são o mesmo”), e como acreditava, do mesmo modo, Getúlio Vargas, ao afirmar – “Educar equivale, também a uma forma de saneamento”.¹⁴⁰

Curiosamente, o que se repete da fórmula de Belizário Penna (“Sanear o Brasil é povoá-lo, enriquecê-lo, moralizá-lo”) no discurso de Getúlio, além da proposta do saneamento, é o imperativo de povoar o Brasil. Já em 1917, Penna culpava a Abolição pelo péssimo estado sanitário do país, pois tinha desencadeado a mobilidade da população rural brasileira e sua conseqüente capacidade de espalhar ou reacender focos epidêmicos. Tratava-se de um círculo infernal: a dispersão alastra a doença; o recrudescimento desta, nas epidemias, impulsiona nova mobilidade. Assim, ao sabor dos surtos e de forma espasmódica, surgem, no sertão, núcleos populacionais, para se dispersarem em seguida, desertando a região, com todos os efeitos nefastos que tal abandono significa, tanto para a sua produção, quanto para a sua salubridade.

A julgar pelas palavras de Gustavo Capanema, em 1943, o problema continuava a preocupar a administração pública central:

Trata-se dos movimentos constantes e permanentes dos trabalhadores rurais, abandonando as primitivas regiões anteriormente férteis, e tornadas improdutivas por imprópria utilização das terras, por outras mais promissoras, porém cada vez mais afastadas dos centros de consumo e das rês principais de transportes. As regiões abandonadas e desprotegidas transformam-se, rapidamente, em extensos desertos ou em imensos pantanais derivados do transbordamento dos rios que, abandonados, são obstruídos inundando as regiões ribeirinhas, que primitivamente salubres se tornam posteriormente hostis à vida humana, com o predomínio da malária em estado endêmico.¹⁴¹

139

Vargas, 1938:vol.III-245.

140

Vargas, 1938:vol.III-245.

141

Cf. Arquivo Gustavo Capanema, in Schwartzman (org), 1982:412.

¹⁴² Penna, 1918:69-70. E também as palavras de Miguel Couto não poderiam ser mais explícitas e enfáticas: “A higiene é um código de preceitos e um laboratório de agentes para conservar o vigor, prevenir a doença e precaver a prole. Com o ser este pouco, ela vem a ser não só saúde, como diz o seu étimo grego, senão a própria vida, e não foi por outro motivo que, ao tomar posse da cadeira que sublima com o seu gênio, na Faculdade do Rio de Janeiro, Afrânio Peixoto fê-la entre todas a rainha, não admitindo príncipe consorte nem princesas. Quando muito pequenas cortes.” (1933:32-33).

¹⁴³ Cf. Couto, 1933:39.

¹⁴⁴ Ver, a propósito, Penna, 1918:70.

¹⁴⁵ Cf. Silvio Romero (1888) e, mais recentemente, por exemplo, Matta (1981) e Schwarcz (1993).

¹⁴⁶ Ver, a propósito, “Clima e salubridade: as chamadas doenças tropicais” in Peixoto, 1975:74-82.

¹⁴⁷ Cf. Peixoto, 1975:74.

¹⁴⁸ Peixoto, 1975:68.

Desde Belizário Penna, a higiene recusou-se a permanecer “um simples apêndice da medicina”, para reivindicar uma autonomia adequada à vastidão do seu espectro, declarando-se “uma ciência profundamente social e política”.¹⁴²

Sanear, porém, é um mandamento que não se aplica somente aos corpos individuais ou coletivos que constituem a nação. Higiene e educação andam de mãos dadas para conformar corpos e espíritos, ao mesmo tempo. Os primeiros constituem, no dizer de Miguel Couto, o *capital-força*, enquanto os últimos integralizam o *capital-saber*.¹⁴³

A obra do saneamento não seria completa, no entanto, a não ser que se ocupasse também do meio em que indivíduos e coletividades desenvolvem sua atividade produtiva. O restabelecimento da saúde do corpo e da salubridade do *habitat* conjuga-se para devolver-lhes o ânimo e a energia que, aplicados a trabalhar um solo recuperado, são imprescindíveis na promoção da riqueza e da prosperidade.¹⁴⁴

A tríade que se conjuga para criar tais condições é formada pelo *médico*, pelo *engenheiro* e pela *professora* da escola primária. Com isto pretendia dar-se uma resposta cabal às velhas teorias sobre a inviabilidade do Brasil pelas fatalidades inscritas, seja no cruzamento das raças, seja no clima tropical, tal como haviam sido concebidas por Buckle, Le Bon e Gobineau, entre outros, na segunda metade do século XIX.¹⁴⁵

Contra “as noções de que nessas latitudes o clima constitue ameaça constante à saúde e à vida”, já argumentava Afrânio Peixoto, em 1907, com sua monografia “Clima e doenças do Brasil”.¹⁴⁶ Este atribui o erro consagrado nessa “lenda” a “espíritos fáceis da Europa, que nô-los enviou sob a espécie de “‘viajantes fantasistas’ ou ‘sábios apressados’”. Em sua crítica revela plena consciência de que da “lenda” advieram ao país, não apenas arranhões em sua imagem, como também “consideráveis perdas econômicas”.¹⁴⁷

Dez anos depois, no curso com o qual tomou posse na cadeira de *Higiene* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – “Clima e salubridade do Brasil: introdução biogeográfica à civilização brasileira” –, não é só o clima que se isenta de responsabilidade na situação do país: “A verdade dura e sabida é esta: não é nem terra, nem clima, nem raça; é apenas educação, cultura sanitária... Tudo mais é prevenção, ou outra coisa”.¹⁴⁸

O aspecto reconfortante desse deslocamento se reflete também na postura de Monteiro Lobato. Suas palavras a respeito são inequívocas, quando o reconhece

como uma “ideia-força”. Vale a pena ter diante dos olhos sua caracterização desse passo:

Avassaladora e consoladora, porque o nosso dilema é este: ou doença, ou incapacidade racial.

É preferível optarmos pela doença.

Dest’arte coincidirá a lição científica, que afirma ser doença, com os anhelos do nosso amor próprio, que prefere a confissão de doença à confissão desalentadora da incapacidade.

Respiramos hoje com mais desafio. O laboratório dá-nos o argumento porque ansiávamos. Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bon a voz mais alta da biologia.¹⁴⁹

Nessa época a batalha não está ainda ganha; ao escolher-se, no entanto, a *doença* e a *ignorância* (analfabetismo), em lugar do *clima* e da *raça*, torna-se possível, necessário e auspicioso, abandonar a atitude fatalista.¹⁵⁰ O clima e a raça são dados inexoráveis. Não assim a doença e a ignorância. Sobre estas é possível agir. Eis a natureza do deslocamento que faz da Higiene uma ciência social e política. Não só na medida em que destrava as iniciativas e propõe estratégias para uma “reconstrução nacional”, mas porque, graças a ela, podemos combater uma tipificação altamente desfavorável, pelos seus efeitos sobre a economia, o prestígio internacional (imagem externa) e o moral (auto-imagem) da nação brasileira, que se deseja “reconstruir”.

Voltemos agora à tríade do higienismo, formada por médicos, engenheiros e professoras, e aos seus respectivos papéis em intervenções de grande porte, como as “Campanhas”, que caracterizaram a ação do Saneamento.

A ideia de *campanha* inscrevia-se, necessariamente, na constelação de metáforas que serviram para articular o projeto do saneamento. Este, com efeito, é concebido como uma *guerra*, travada em várias frentes. Guerra patriótica, ademais, como está assentado desde Belizário Penna, para quem: “A terra, a sociedade e a política formam a pátria”.¹⁵¹ Mas não há pátria sem soberania. E não há soberania sem uma nação próspera. Nem pode haver nação próspera fora dos quadros de uma sociedade organizada, pois:

¹⁴⁹ Lobato, 1948:vol.III-297-298.
¹⁵⁰ “Não sou fatalista nem musuimânico”, afirmava Belizário Penna na “Explicação necessária” que precede a edição de *Saneamento do Brasil*.
¹⁵¹ Penna, 1918:37.

¹⁵² Penna, 1918:37.

¹⁵³ Para essa população não bastavam a propaganda e os conselhos. Era preciso “domá-la e fazê-la compreender as vantagens individuais e coletivas da higiene” (Penna, 1918:105).

¹⁵⁴ Penna, 1918:76.

¹⁵⁵ Penna, 1918:41.

Quando num país a sociedade se desorganiza, a produção de valores fica abaixo do seu consumo e da satisfação dos seus compromissos, e os seus dirigentes se desorientam ou se pervertem, tornando-se incapazes de reorganizá-la, o seu agrupamento perde a nacionalidade, perde a soberania.¹⁵²

Contra a anarquia, a miséria, a falência (com o seu corolário que é a subalternidade), o desgoverno e a degradação moral, é preciso “salvar a pátria”. Sanear e educar assume, desse modo, o aspecto de uma *cruzada*, em que a tarefa de convencimento – o *apostolado* – surge em estreita associação com o procedimento coercitivo,¹⁵³ o todo justificado pela santidade do combate à pobreza, à ameaça de fragmentação e à virtualidade da tutela estrangeira:

Enquanto isso, a nação brasileira, caquética, coberta de úlceras, e esfarrapada, implora a misericórdia dos credores, suga os quatro quintos dos seus filhos, vegetando à meia ração, nos campos, nas pocilgas das cidades e vilas e nos sertões, como ela caquéticos e em mulambos; o resto do sangue corrompido por vários germens, que ainda lhes corre nas veias, e devora-lhes as carnes magras, para pagar e manter a cubiça (*sic*) e a luxúria dos que já lhes destruíram a saúde e os bens, e que em momento azado fugirão enriquecidos para outras terras deixando esta *entregue a mãos estranhas*.¹⁵⁴

O artigo ao qual pertence esta citação de Belizário Penna chama-se “Começo do fim”, e está datado de 10 de dezembro de 1916, constituindo o capítulo XII de *Saneamento do Brasil* (1918). Pode ser lido como um prognóstico, diagnosticada a situação da população brasileira como consequência de três males: miséria, ignorância e morbidez.

Os termos dessa equação simplificam-se, no entanto, retendo-se apenas dois. Quando se afirma “O Brasil é um país doente no sentido literal da expressão”,¹⁵⁵ o que se está dizendo é que o problema fundamental e crítico da “miséria financeira e econômica”, da “incapacidade militar” e da “falta de energia moral” é a morbidez, física e mental (“deterioração cerebral e nervosa”). Vê-se que a ignorância não constitui senão a forma da morbidez, neste último caso.

Dessa perspectiva o *saneamento* constitui o primeiro, senão o único grande problema do país:

- Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.

- Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.
- Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.
- Fomento da produção só há um: sanear o Brasil.
- Campanha Cívica só há uma: sanear o Brasil.
- Serviço Militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.
- *E saneá-lo antes que o estrangeiro venha fazê-lo por conta e proveito próprios.*¹⁵⁶

Se levarmos em conta o que já se disse da relação necessária entre *sanear* e *educar*, não é de modo algum incoerente o diagnóstico de Miguel Couto, título do seu livro, publicado em 1933 – *No Brasil só há um problema nacional – a educação do povo*. Sua argumentação é menos colorida do que a de Monteiro Lobato, mas incisiva e sintética. Para ele a educação é o primeiro problema:

[...] porque resolvido, colocaria o Brasil a par das nações mais cultas, dando-lhe proventos e honrarias, e lhe afiançando a prosperidade e a segurança; e, se assim faz-se o primeiro, na verdade se torna o único.¹⁵⁷

Os corpos combatentes dessa guerra são, pois, estes três, formados pelos médicos, professoras primárias e engenheiros.

Aos *médicos* cabia a formulação e divulgação do saber higienista e, com isso, uma certa preeminência, fruto do domínio e monopólio desse novo tipo de conhecimento, bem como o comando das ações destinadas a transformá-lo num instrumento eficaz das políticas públicas. Não eram apenas os administradores do “vasto hospital”, mas também os generais dessa guerra, para a qual sabiam, melhor do que ninguém, as estratégias adequadas.

As *professoras* cumpriam o papel de “guardiães de saúde”, já reivindicado por Belizário Penna, para as mulheres de um modo geral. Nada mais adequado, se convirmos em que a higiene consiste num “código de preceitos e [...] laboratório de agentes para conservar o vigor, prevenir a doença e precaver a prole”.¹⁵⁸ Assim, à mobilização feminina para a saúde vem juntar-se o papel da mulher como educadora, proposto por Fernando de Magalhães.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Lobato, 1948:vol.III-244.
¹⁵⁷ Couto, 1933:24-25.
¹⁵⁸ Couto, 1933:32.
¹⁵⁹ Apud Couto, 1933:33.

- ¹⁶⁰ Ver, a propósito, Penna, 1918:105-153.
¹⁶¹ E não devemos esquecer o que essa escola representou para o próprio estatuto da mulher no Brasil. Basta recordar que, nessa mesma época, se concedeu às mulheres o direito de voto, medida de extensão da cidadania, imprescindível para incorporá-la ao projeto político de reconstrução nacional.
¹⁶² Couto, 1933:62.
¹⁶³ “Povoar é ligar os nódulos de nossa população ganglionar esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uni-los, para tirar-lhes a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação” (Vargas, 1928:vol.III-246).
¹⁶⁴ Ver, por exemplo, Vargas, 1938:vol.II-119.

A professora primária cumpre a função de agente privilegiado no processo de mudança social. Tem a incumbência de divulgar e consolidar, na população operária rural e urbana do Brasil, a noção do valor da saúde. Seu instrumento de intervenção e controle é a educação higiênica.¹⁶⁰

Se consideramos que Belizário Penna atribuía a esta última a tarefa de “incorporação real à civilização” do povo brasileiro, sua importância evidencia-se plenamente.¹⁶¹ Vale recordar a definição de Miguel Couto: “A escola primária é um instituto de ortopedia física e psíquica em que colaboram três agentes: a família, a mestra e o médico”.¹⁶²

Enquanto a saúde dos corpos e espíritos era a missão de médicos sanitaristas e professoras primárias, coube aos *engenheiros* o cuidado com a salubridade do *meio*: canalização, retificação, dragagem e irrigação – bonificação da terra, em suma. Deviam cortar os suprimentos do inimigo, tornando-lhe o terreno insustentável, para levá-lo a recuar, consolidando as posições ocupadas em consequência das Campanhas. Além disso, coube-lhes, com o apoio dos sanitaristas, uma missão especial no que tange ao povoamento. Graças aos engenheiros surgiam terras férteis em lugar de pântanos e brejais. Glebas áridas passavam a produzir. Regiões tornavam-se habitáveis. Eram eles os encarregados do planejamento, construção, manutenção e ampliação de uma rede de comunicações e transportes, com o objetivo de capilarizar o corpo da nação, para que pudesse crescer saudável.¹⁶³

O saneamento foi obrigado, nos seus planos de campanha, a considerar a relação campo cidade. A cruzada sanitária feriu suas primeiras batalhas e contabilizou suas primeiras vitórias na cidade. Logo, no entanto, teve de voltar-se para o campo. O próprio Oswaldo Cruz ilustra essa preocupação. Belizário Penna e Miguel Couto pregam o saneamento e a educação, com o olhar voltado para os sertões. Todos, no entanto, advogam o saneamento rural e urbano, do qual falava também, constantemente, Getúlio Vargas.¹⁶⁴

Este último era explícito, quando se referia à relação entre os dois polos: a incultura, a miséria e as endemias contribuíram para a crise do urbanismo, no litoral. Entendimento parecido ao já expresso por Monteiro Lobato, quando mostrava que, do campo doente, pouco ou nada devia esperar a cidade para a cura de seus próprios males:

É possível entre nós pedir à roça o sangue revitalizador?

Não.

O elemento rural é pior do que o urbano.

As nossas cidades se vêem forçadas a importar sangue de fora, se querem escapar ao marasmo duma senectude extemporânea.

No interior do Brasil as cidades que se não retemperam ao modo das de São Paulo caem na mais desalentadora caquexia. Os homens minguem de corpo, as mulheres são um restolho raquítico incapaz de bem desempenhar sequer a missão reprodutora.¹⁶⁵

Seria necessário primeiro recuperar o interior, restabelecer a higidez das populações sertanejas para, a partir daí, empreender a solução da crise do urbanismo?

Lobato não o entende assim. Toma outro partido. Invoca a natureza do povoamento, nos sertões, para mostrar a impossibilidade de começar por eles o trabalho de saneamento do país. Todo o projeto que o pretendesse acabaria por revelar-se inexequível, porque:

Sertão é o deserto, a terra apenas pisada pelas sentinelas perdidas do povoamento.

Tratos sem fim de territórios vazios, ao léu, com, de longe em longe – léguas intermeio – casebres humílimos onde vegetam seres humanos.

Sem estradas, sem transporte outro além do lombo do burro ou do boi, sem ligação nenhuma com centros povoados, são reservas de espaço onde o futuro acomodará o extravasamento da população litorânea.¹⁶⁶

Por isso, deve-se começar pela cidade. Este é o caminho possível, considerados os recursos do país. A cidade apresenta um investimento consolidado no seu sistema construído. É um centro de confluência. Articula forças. Abriga formas superiores de sociabilidade. Por que não concentrar esforços, então, para reverter o quadro de decadência do meio urbano? Promovida a saúde, sobrevirá a prosperidade e, com ela, o crescimento. Este, por sua vez, fará com que a cidade possa ter, ela mesma, um papel positivo no povoamento do interior,

¹⁶⁵ Lobato, 1948:vol.VIII-255-256.
¹⁶⁶ Lobato, 1948:vol.VIII-313 (G/N).

167 Lobato, 1948:vol.VIII-313.
 168 Recordamos, a propósito, “Cidades mor-
 tas”, ensaio-título de uma de suas obras
 mais conhecidas, e que data de 1906.
 169 Relembre-se o “Urupês”, também ele en-
 saio-título de um livro, e de que Lobato se
 vale para caracterizar o *jeica*, como sendo
 uma espécie de cogumelo, a conhecida
 orelha-de-pau.
 170 Cf. Rosanvallon, 1990:130-134.

exercendo “a ação transbordante que irá multiplicar nos sertões *novos núcleos plasmados por aquele molde*”.¹⁶⁷

A imagem rediviva do deserto no trecho em que Monteiro Lobato apresenta sua visão dos sertões merece toda a atenção. Quando Lobato olha o interior, o que vê? Vazios demográficos; doenças endêmicas; cidades caquéticas,¹⁶⁸ casebres sórdidos; seres humanos raquíticos, quase vegetais.¹⁶⁹ E quando contempla a cidade, o que lhe salta aos olhos? – “Grumos de civilização”. Em outras palavras: pequenos coágulos, grânulos de vida social superior, cuja expansão esbarra exatamente na ausência do necessário saneamento.

A tese, pois, é que na cidade se encontra o *capital humano* mais imediatamente passível de valorização.

As metáforas são sempre instrutivas; e sob a pena de Lobato recorrem, uma vez ou outra, as mesmas expressões. “Valorizar” é uma delas. As outras, que igualmente tomam por referência a população das cidades, são “transbordar” e “extravasar”.

Assim, podemos dizer que, no caso, trata-se de, a partir desses “grumos de civilização”, engendrar a *massa* que constituirá a nação e que, como tal, deve ocupar seu território. Cabe às cidades bombear “sangue novo” em direção aos sertões, até os mais remotos capilares da sociedade nacional, revitalizando-a, desse modo, por inteiro.

E, portanto, na expressão “novos núcleos plasmados por aquele molde”, onde se lê “aquele molde” entenda-se – *a cidade saneada*. Saneada de acordo com o saber científico, no quadro de um grande programa de reformas, sob a égide de um Estado Higienista.

Para apreender, em toda a sua extensão e riqueza, o sentido desse programa, é necessário, antes de tudo, uma noção clara do que vem a ser o Estado, sob o influxo da Revolução Francesa, em combinação com a teoria infeccionista e a “revolução pasteuriana”.¹⁷⁰

O reconhecimento dos processos de contágio, acrescido da descoberta dos microorganismos, contribuiu para instaurar uma nova concepção do laço social, baseada na compreensão de que, longe de serem mônadas isoladas, os indivíduos se ligam uns aos outros de forma invisível e, portanto, sem o saberem, pela ação de vírus e bactérias. Problemas médicos são, pois, questões sociais e, nessa qualidade, dizem respeito ao Estado.

Além de preocupar-se com o invisível nexu microbiano entre os indivíduos, para controlar os seus efeitos sobre o corpo social, cabe ao Estado mais outro cuidado – transformar um agregado de indivíduos ocupando o mesmo território nesse corpo coeso ao qual se dá o nome de *nação*.

A utopia do Estado Higienista é *produzir* a nação; seu projeto é, pois, destruir os particularismos (“espírito de província”), criando uma “união de corações e gestos” em virtude da qual a sociedade possa operar como um todo orgânico, funcionalmente integrado e governável. Trata-se de tornar coextensivas a sociedade e a comunidade. O primeiro corolário desse valor axiomático é a centralização. A perspectiva higienista leva o Estado a reconsiderar seu campo de poder. Com efeito, a proteção (ou restauração) da ordem social não pode, depois de Pasteur, desconsiderar a higiene pública. Todo problema de higiene é de imediato um problema social. A saúde pública é um mandato irrenunciável desse Estado cujas preocupações demográficas são uma decorrência necessária da sua obrigação de valorizar o capital humano que lhe foi confiado. Neste sentido, cabe-lhe não só remediar as perdas, mas sobretudo, preveni-las; e, se possível, expandir a massa de indivíduos com os quais edificará a nação.

Salus populi suprema lex. Com essa divisa se instaura o ponto de vista do higienismo. Seu porta-voz autorizado é o médico sanitaria “para o qual todos os elementos da vida humana e de seu meio ambiente têm potencialmente uma dimensão pública”.¹⁷¹ Com base na sua dupla condição de especialista e funcionário, cabe-lhe prevenir o mal social, zelando pela instauração da *saúde pública*, expressão que nesse contexto é quase um pleonismo.

Higienistas, entretanto, não são apenas os médicos. Há também uma categoria de engenheiros que participa do combate à morbidez endêmica e epidêmica, bem como de sua prevenção. Por isso, também eles podem ser considerados higienistas.

O mais importante – embora não o único – alvo da intervenção higienista foram as cidades. Graças a elas médicos e engenheiros transformaram-se nos principais agentes desse imenso processo de mudança social:

Ao fazer da cidade – lugar por excelência da interação dos indivíduos entre si e com o meio – o verdadeiro objeto de sua ação, o laboratório do seu empreendimento de recomposição do social, o higienista afirma sua vocação de intervenção global.¹⁷²

¹⁷¹ Rosanvallon, 1990:129.
¹⁷² Rosanvallon, 1990:133.

- 173 *Apud* Rosanvallon, 19 90:133.
 174 Guillerme, 1983 *apud* Gilles, 1988:40.
 175 Ver, a propósito, Gilles, 1988:40.
 176 Ward, 1852, *apud* Gilles, 1988:31-33.
 177 F.O. Ward *apud* Gilles, *idem*, *ibidem*.

Henri Sellier, ministro da Saúde Pública do governo francês, no entreguerras, quando prefeito de Suresnes, quis transformá-la em modelo, mediante a aplicação dos princípios da “biologia de uma cidade”.¹⁷³ De acordo com a metáfora do organismo, entretanto, o que se esperava de uma cidade sadia eram duas coisas: a *diferenciação das partes* e a *circulação fácil*. Era preciso, não só distinguir entre si escolas, dispensários, casernas e prisões, jardins, parques, feiras e mercados, vilas operárias e cemitérios, mas, ainda, providenciar os meios e vias de transporte, capazes de assegurar a adequada circulação dos fluxos entre essas diversas unidades funcionais.

Dessa perspectiva, foi necessário reformar a cidade tal como o século XIX a tinha herdado. A cidade do Antigo Regime caracterizava-se por um determinado tipo de relação com a água. A palavra que se poderia usar para descrevê-la é estagnação. Não que a circulação inexistisse, mas era muito lenta, adaptando-se nisso às exigências de uma parte considerável dos ofícios urbanos:

[...] se observarmos bem todas essas técnicas que englobam a grande maioria das atividades industriais urbanas, veremos que elas possuem dois pontos comuns: exigem uma grande umidade, logo, uma velocidade pouco intensa da água e do ar, e demandam uma longa maceração dos produtos de base, isto é, uma putrefação. Esses dois caracteres técnicos são interdependentes e só podem funcionar na *estagnação* das águas.¹⁷⁴

Era contra esse escoamento estagnante que os higienistas pregavam seu evangelho: eliminar todo e qualquer ponto de estrangulamento dos fluxos urbanos de pessoas, veículos, produtos, comunicações, e, sobretudo, dos afluentes e efluentes líquidos da cidade, ou seja, de suas águas puras e servidas. Fazia parte dessa aceleração o *ordenamento dos fluxos*, pela separação e destinação específica de suas vias ou equipamentos particulares, como as ruas e calçadas, as canalizações de água, gás, eletricidade, telefone, bem como os chamados dutos pneumáticos. O ser ou não ser da cidade moderna resumia-se, pois, no dilema circulação ou estagnação.¹⁷⁵

“Circulação ou estagnação?”¹⁷⁶ foi o título do discurso com que o higienista inglês F.O.Ward abriu um congresso geral de higiene em Bruxelas, no ano de 1852.¹⁷⁷

Nesse discurso propunha um engenhoso sistema sanitário, com o fito não só de livrar a cidade de seus miasmas malsãos, mas também para incrementar

a produtividade do campo. Com base na circulação incessante da água seriam eliminadas as “formas congêneres da estagnação pestilencial”. Os dejetos contidos nas águas servidas, por sua vez, não se perderiam sendo canalizados para a agricultura onde se daria “a sua transformação, de fonte de gastos e de doenças, em fonte de alimentação e de riqueza”. Em suma:

[...] juntamos as cidades e os campos através de uma vasta organização tubular, com duas divisões, uma urbana e uma rural. Cada uma dessas divisões se compõe de duas subdivisões distintas, ou seja, um sistema aferente ou arterial, e um sistema eferente ou venoso.

[...]

No meio dessas quatro séries de tubulações colocamos um órgão motor – um coração central, por assim dizer – uma máquina a vapor que põe tudo em movimento.¹⁷⁸

Em se tratando de um higienista inglês, essa metáfora (“um coração central”) tinha um apelo especial. Acrescentava à força proveniente da sua extensão como princípio (ana)lógico,¹⁷⁹ à sua congruência histórica com o maquinismo da revolução industrial, e ainda, à sua sugestividade sociológica¹⁸⁰ o orgulho nacional, quando termina por evocar o precedente ilustre de Harvey, descobridor da circulação sanguínea.¹⁸¹

O mais importante, entretanto, para os nossos efeitos, é que, graças a esse tipo de compreensão, a higiene, valor produzido na cidade e para a cidade, como bem destacou Foucault,¹⁸² passou a ser, igualmente, um valor para o campo. Desse modo tornar-se-ia possível conjugar o *movimento sanitário* com o *movimento agrarianista*, que vinham, até então, trilhando caminhos paralelos, mas separados.¹⁸³

Quer como forma de “saneamento urbano”, quer como “saneamento dos sertões”, esse *valor*, que se tornara inquestionável, se impôs, no Brasil, graças ao processo político desencadeado na virada do século e que culmina, a partir da Revolução de 30, com a vigência, entre nós, do Estado Higienista.

Se, na cidade, sanear implicava na remodelação da forma urbana do “Antigo Regime”, o que significaria no campo? A insalubridade não era apanágio das aglomerações urbanas. Existia igualmente nas áreas rurais. E também aí era, em grande parte, consequência dos fenômenos de estagnação. Estagnação das

¹⁷⁸ Cf. F.O. Ward *apud* Gilles, 1988:31-32.

¹⁷⁹ “[...] ao mesmo tempo a extensão lógica e o complemento necessário da locomoção a vapor que a Europa acaba de adotar” (Ward, *apud* Gilles, 1988:35).

¹⁸⁰ A “circulação no corpo social” é “estritamente análoga” à “circulação no corpo individual” (Ward *apud* Gilles, 199:35).

¹⁸¹ “Senhores, meu país foi o berço do grande Harvey, o ilustre descobridor da circulação no corpo individual; e para nós é motivo de justo orgulho que nosso país tenha também realizado a descoberta estritamente análoga, da circulação no corpo social” (Ward *apud* Gilles, 1988:33).

¹⁸² Cf. Foucault, 1979:79-98 (Cap.V “Nascimento da medicina social”. Originalmente uma conferência pronunciada no Instituto de Medicina Social da UERJ, outubro de 1974).

¹⁸³ Cf. F.O. Ward *apud* Gilles, 1988:32.

- 184 Cabanis, 1956:T.1-356-357; *apud* Rosanvallon, 1990:121. Os “companheiros de existência” a que alude Cabanis são as plantas e os animais
- 185 Cf. Rosanvallon, 1990:122.
- 186 Vargas, 1938:vol.III-245.
- 187 Tal é o título da coletânea de pronunciamentos de Vargas, coligidos, em 1938, pela Livraria José Olympio, no Rio de Janeiro.

águas, estagnação da vida social: pântanos e alagadiços, inércia tecnológica, estrangulamento da produção, escoamento obstruído, aglomerações insuladas, letargia do intelecto e da vontade, paralisação da História.

Eis, portanto, os adversários da cruzada sanitária – ambientes insalubres, doenças endêmicas, técnicas rudimentares, costumes retrógrados, corpos deteriorados, complexos hereditários, rotinas seculares, crendices, lendas e superstições – a ignorância, em suma.

Para acabar com tudo isso, regenerando o homem e reconstruindo a nação, era, no campo, necessário proceder a uma reforma da natureza, como, na cidade, fora necessário remodelar o antigo sistema construído. Mas o que eram, respectivamente, a natureza para o campo e o antigo sistema construído para a cidade, senão o ambiente no qual se desenrola a existência dos homens? E o que era o meio, senão o fulcro onde as políticas públicas podiam assestar suas alavancas para mudar os homens, reordenando a sociedade?

O sensualismo de Condillac, convencido de que a moral se encontrava nos hábitos, e que para mudar os homens bastava atuar criteriosamente sobre o meio, marcou profundamente a perspectiva higienista. Essa convicção se encontrava, de modo exemplar, nos *Rapports du Physique et du Morale de l’Homme* (1802):

Já é tempo nesse sentido como em muitos outros de seguir uma visão mais digna de uma época de regeneração: é tempo de ousar fazer conosco mesmos o que fizemos, com tanta felicidade, com vários de nossos companheiros de existência; de ousar rever e corrigir a obra da natureza.¹⁸⁴

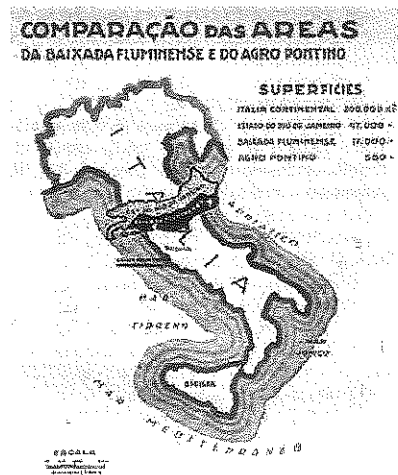
Para Rosanvallon, essa convicção, independentemente da crueza com que se encontra expressa no caso, caracteriza, de um modo geral, a ideia que o século XIX francês tem do papel do Estado.¹⁸⁵

No Brasil vamos encontrá-la, explicitamente, no discurso de Getúlio Vargas, quando, em 1934, afirma: “O homem é produto do *habitat*. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social.”¹⁸⁶ Por isso, os verbos mais conjugados, a partir do Governo Provisório, eram *sanear*, *regenerar*, *retificar*, *reabilitar* e *corrigir*. Aplicam-se a tudo, dos pântanos ao caráter do povo, passando pelas finanças, pela administração, pelas forças armadas e pelo sistema eleitoral, sem esquecer a indústria e, sobretudo, a agricultura.

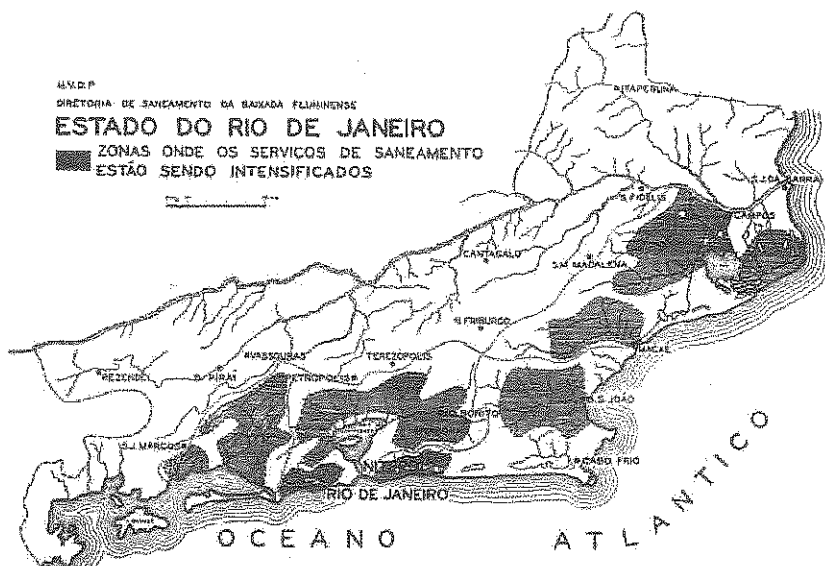
Sanear, educar e povoar era a síntese do programa de modernização que definia *A nova política do Brasil*.¹⁸⁷ Os exemplos mais notáveis que se tinham

diante dos olhos, nessa época, eram a Alemanha, a Itália e o Japão. Os três países tinham sofrido acelerados processos de mudança social, conseguindo, através deles, transformar-se em modelos da luta contra a fragmentação política, o atraso tecnológico, a sangria demográfica, a ignorância e a incultura. Assim pelo menos eram vistos. Não se podia falar de cultura sem mencionar a Alemanha; não se falava em educação sem referir o exemplo do imperador Mutsuhito; não se discutia o saneamento das áreas rurais sem invocar o exemplo da bonificação do *Agro Pontino*.

O saneamento urbano tinha escolhido a capital do país para demonstrar, com máxima repercussão, os processos higienistas e seus benefícios, urbanísticos e sociais. A remodelação do Rio de Janeiro constituiu, sob qualquer aspecto, o evento mais notável de sua época. Foi, antes de mais nada, a única obra de impacto de um quadriênio presidencial cujos recursos estavam contingenciados por uma política deflacionária e recessiva. O governo Rodrigues Alves (1902-1906) entregou este seu carro-chefe a dois engenheiros e um médico: Pereira Passos, Paulo de Frontin e Oswaldo Cruz. Com eles “o Rio civiliza-se”, de olhos voltados para a Paris da *Belle Époque*, após a metamorfose operada por Haussman. Se pudesse ficaria igual; não podendo, tentaria assemelhar-se o mais possível a ela.



Comparação de escala entre o saneamento da Baixada Fluminense e o do Agro Pontino.



Mapa das áreas de intervenção sanitária do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸⁸ Consultar, a propósito, "I villaggi a lestre della Regione Pontina, isola di primitività nel Bacino Mediterraneo", de Mario De Mandato *in De Mandato*, 1933:60-90.

¹⁸⁹ A publicação, ricamente ilustrada, da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, do Ministério da Viação e Obras Públicas, além do caráter da divulgação e propaganda é apologetica do governo Vargas, distinguindo-se do "Relatório" anteriormente publicado pelo próprio Hildebrando Góes (1934), na qualidade de engenheiro-chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (Góes, 1934).

Desse modo, a capital federal viu-se transformada na sala de visitas de um país que pretendia, como tantos outros, na mesma época, se inscrever no rol das nações civilizadas. Às portas dessa Paris tropical, entretanto, subsistiam os sertões da Baixada Fluminense. Lá continuavam existindo, juntamente com o modo de vida de uma época que se procurava deixar para trás, as doenças endêmicas, juradas de morte pelo sanitarismo.

Assim, quando finalmente se empreendeu, a partir de 1930, o *saneamento dos sertões*, parece lógico iniciá-lo, em grande estilo, precisamente por essa região situada nos limites imediatos da capital federal. Se o saneamento urbano tomara como paradigma a cidade de Paris, o grande modelo da revolução higienista no campo foi o saneamento do Agro Pontino,¹⁸⁸ conforme se evidencia no mapa comparativo que Hildebrando de Araújo Góes inseriu em *O saneamento da baixada fluminense*, de 1939.¹⁸⁹

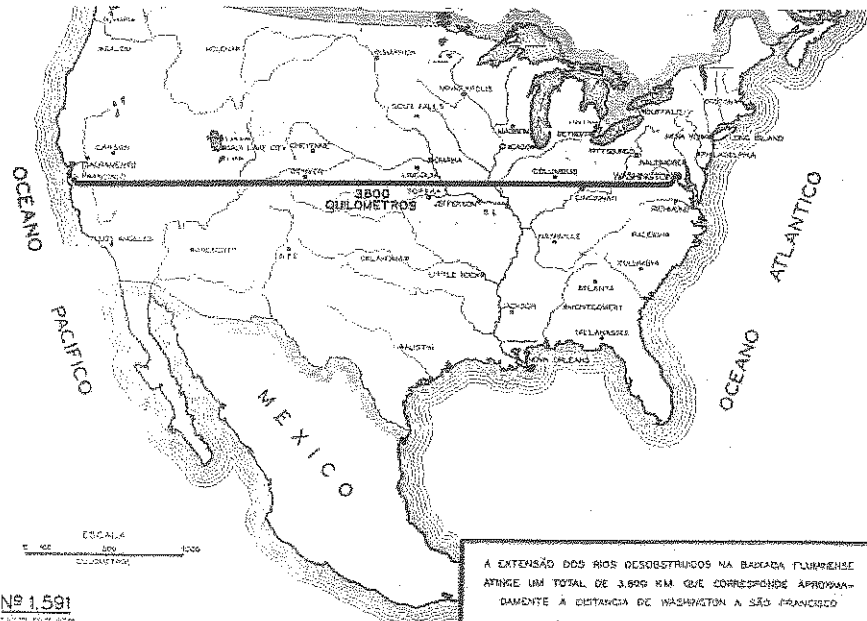


Ilustração comparativa da extensão linear dos canais abertos na Baixada Fluminense.

Nº 1.591

A carta de localização das zonas em que se dava a intensificação dos serviços de saneamento mostra-nos que entre elas encontrava-se, também, a Baixada Litorânea a leste da Guanabara, com as lagoas de Piratininga, Itaipu e todo

o sistema de Maricá, quer dizer, uma considerável extensão desse “deserto de lagoas e pântanos” onde, vítimas do “insulamento”, da “estagnação”, dos “complexos hereditários” e das “rotinas seculares”, viviam os *muxuângos*.

No seu confronto com a paisagem, esses caipiras da restinga tinham ido, na expressão de Lamego Filho, até onde podiam. Cabia ao governo valorizar esse “capital humano” por meio de um projeto “civilizador”, do qual fizeram parte, com o saneamento, as colônias de pesca.

Era este o processo em curso, ao final dos anos 1940, em Maricá. Com ele se configuraram essas “colônias-de-água-parada”,¹⁹⁰ verdadeiras *reduções* em que foram agrupados os pescadores das lagoas litorâneas.

Tudo em prol da “valorização do capital humano”, pois outra coisa não restava a países como o nosso, aos quais faltava o capital econômico e financeiro. Desmistificados a riqueza de nossas matas e o ouro das nossas minas, só do trabalho poderíamos esperar a prosperidade. Daí a preocupação com a eugenia e com o civismo. “Melhorar a raça”, regenerar física e moralmente o homem do campo – esta era a palavra de ordem do Estado Higienista, como ressaltava o presidente da República:

[...] dar ao sertanejo, quase abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo enfim com a alegria de viver proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos.¹⁹¹

Para realizar essa utopia era preciso corrigir tanto a natureza quanto a moralidade. A regeneração desta última ocorrerá, seja pela extensão da sociedade política (“consciência de seus direitos e deveres”), seja pela instauração das formas superiores de sociabilidade, consubstanciadas no espírito gregário (“solidariedade humana”).¹⁹²

Nada que se fizesse nesse sentido, porém, seria eficaz, sem a reabilitação física do homem, isto é, sem a erradicação dos males endêmicos que minavam sua saúde e resistência, e sem a eliminação dos surtos epidêmicos que o reduziam, quanto ao número, e tornavam errático, transformando-o numa espécie de desertor,¹⁹³ além de inútil,¹⁹⁴ perigoso.

¹⁹⁰ A expressão “colônia-de-água-parada” é usual entre os pescadores das lagoas, que assim se diferenciam das colônias de seus confrades da pesca marítima.

¹⁹¹ Vargas, 1938:vol.II-119.

¹⁹² “Sob o aspecto político teve o Governo Provisório sempre uma finalidade única: a de congregar, nas mesmas aspirações de ordem e trabalho pelo progresso do Brasil, todos os cidadãos capazes de colaborar no desenvolvimento da sua civilização” (Vargas, 1938:vol.III-242).

¹⁹³ A referência é explícita – o sertanejo, que migra para fugir às epidemias, deixa para trás “extensos desertos ou [...] imensos pantanais transformando em hostis à vida humana” regiões que eram “primitivamente salubres”. As expressões são de Gustavo Capanema in Schwartzman, (org.) 1982:412.

¹⁹⁴ Encontram-se em Vargas (1938:vols. I, II e III, p.ex.) referências recorrentes à “utilidade” como medida de valor do cidadão para a comunidade nacional.

Não se podia, entretanto, conceber a regeneração física do homem sem uma concomitante e considerável ação corretiva sobre o *habitat* – uma verdadeira *reforma da natureza*.

Foi essa reforma da natureza, justamente, que trouxe para Maricá os engenheiros, no rastro do grande dispositivo médico-sanitário que se mobilizou, com maior intensidade e aparato, nos anos 1930. A guerra contra os vetores da malária era de extermínio. A missão dos engenheiros consistia, se é permitida a metáfora, em salgar o solo conquistado ao inimigo, eliminando qualquer possibilidade de reinfestação.

Das batalhas dessa Campanha, a que nos interessa mais de perto, tanto pela magnitude da ação, quanto pelos seus efeitos, é a abertura dos dois sangradouros do sistema Maricá – o Canal da Costa e o Canal de Ponta Negra. Este último, projetado por Saturnino Braga, inspirava-se no saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas. Trazia, pois, a marca inconfundível de um dos mais notáveis engenheiros sanitários da época – F. Saturnino Rodrigues de Brito, ou, simplesmente, Saturnino de Brito.

Como reforma da natureza, o saneamento age sobre a paisagem. Retifica os rios e córregos, transformando-os em canais. Promove a circulação das águas, por meio da dragagem e da abertura de sangradouros. Drena os pântanos e irriga o deserto.

Ao intervir na paisagem, entretanto, tem a ambição de modificar os gêneros de vida e seus personagens-tipo. No caso de Maricá, e da Planície Litorânea Fluminense em geral, os *muxuângos*, essa gente das areias, que o programa higienista devia, em nome de um valor inquestionável, reconduzir (*re-ducere*) ao seio do Estado-Nação, sob a forma de “cidadãos úteis”.

4. *Surge et ambula*: da aglomeração muxuanga à colônia de pesca

O nome *muxuango*, utilizado para designar um grupo humano, transforma-se num adjetivo, quando se trata de qualificar a maneira com que a existência do grupo social se rebate no espaço, construído e apropriado de acordo com o que é, ou se supõe ser, o seu modo de vida.

Assim, um termo de referência específico do léxico regional transforma-se numa categoria, isto é, na circunscrição verbal de toda uma família de objetos, portadores de uma qualidade comum.

Conhecemos a predicação dessa categoria a partir do que se expôs até aqui. Aos nossos propósitos, no entanto, servirá bem enfatizar os traços básicos da representação que, a partir dos viajantes, a geografia humana havia consagrado sobre esse fato da morfologia social das populações litorâneas, ao qual se deu o nome de “aglomeração muxuanga”.

Todas as descrições, desde os viajantes do século XIX até os geógrafos do século XX, destacam duas características básicas que lhes parecem qualificar a constituição desse tipo de espaço social: a dispersão e a rusticidade. A imagem de uma sociedade dispersa parece impor-se à percepção, quando esta constata o modo peculiar pelo qual as habitações se inserem na paisagem, com certo afastamento umas das outras e como que ocultas pela vegetação que as circunda. Essa disposição é interpretada como resultante de um isolacionismo, tendência cujas raízes estariam mergulhadas seja na história, aqui entendida como história da sua migração, seja nos constrangimentos atuais e continuados do ambiente.

A *rusticidade* é verificada quando se invoca a desproporção entre uma família “muito prolífera” e uma habitação pobre. Pobre quanto ao espaço – “pequena, baixa e de compartimentos acanhadíssimos”, mas pobre também quanto aos seus aspectos de higiene, conforto e estética.

Esse quadro pode ser extraído, tal e qual, do texto que, em *Tipos e aspectos do Brasil*, se dedica à descrição do “Muxuango”.¹⁹⁵ Devemos ter em mente que, através de publicações como esta, tratava-se de cumprir uma das estratégias de reconstrução da nacionalidade – “dar a conhecer a nação a si mesma”. A expressão é de Charles de Rémusat. Para Rosanvallon, uma síntese perfeita do alvo da política cultural do Estado Higienista: “Construir a nação, é também para o Estado, contribuir a dar-lhe um rosto sensível, inscrita no tempo. Pois não há nação sem memória.”¹⁹⁶

Trata-se, em suma, de, mostrando a diversidade, apontar para a unidade; de levar cada grupo a inscrever-se numa vulgata de personagens, paisagens, atividades e modos de vida, dando-lhe ao mesmo tempo a possibilidade de se reconhecer como parte de um todo.

Mais uma vez, a falácia da concretude deslocada. Criam-se os tipos, criam-se as mentalidades, criam-se os sentimentos, diagnosticam-se as tendências e limitações. E, desse modo, são descobertos os males que impedem a cada um desses grupos o abandono de sua dispersão e rusticidade.

¹⁹⁵ O texto, com esse título, é de José Verissimo da Costa Pereira, 1970:322-324.

¹⁹⁶ Rosanvallon, 1990:109.

¹⁹⁷ Para isso contribuem, além da escolha de textos de “autores renomados”, os bicos de pena da lavra “dos consagrados artistas Percy Lau e Barboza Leite”, na divulgação desses “resumos ilustrados dos mais sugestivos flagrantes do homem e da paisagem do Brasil”. Em 1970, *Tipos e aspectos do Brasil* alcançava sua 9ª edição (aumentada) em língua portuguesa. Houve edições em inglês, francês, espanhol e esperanto dessa coletânea que tem o aspecto de um *sample*, através do qual se pretende contribuir para a tarefa de “dar a conhecer a nação a si mesma”.

¹⁹⁸ Grasset, 1928:23.

¹⁹⁹ É com esse espírito que se publica, em 1934, *Kilômetro zero*, de Moacir Silva. A epígrafe escolhida para o livro acentua o “valor humano” das estradas; isto é, o fato de serem capazes de favorecer a “vida e animação de minha terra”. (Silva, Vargas, 1938:III-188.

²⁰⁰

As peças descritivas reunidas em *Tipos e aspectos do Brasil* podem ser vistas como constituindo um gênero literário em torno de uma escolha temática e de uma forma estética comum.¹⁹⁷ O olhar que preside a esse empreendimento não admite, porém, limitar-se à coqueteria lírica do costumbrismo caboclista com sua Arcádia sertaneja. Para ele trata-se, invariavelmente, de satisfazer as exigências dos homens de ação.

Em um de seus aforismas, Bernard Grasset sustenta que: “Agir é a cada minuto destacar do emaranhado dos fatos e das circunstâncias a questão simples que se pode resolver naquele instante.”¹⁹⁸ Ora, a questão simples, o governo parecia ter, a respeito dela, a mais nítida compreensão. Às populações dos distintos rincões do sertão brasileiro faltava o espírito gregário, como se podia constatar, seja na morfologia social, seja no desenvolvimento insuficiente das práticas associativas. Insuladas e isoladas, as populações sertanejas estavam à margem do progresso. Nem o progresso as alcançava, nem elas lhe podiam servir. Eram, no cômputo do desenvolvimento da nação brasileira, uma quantidade, na melhor das hipóteses, nula, e, na pior, negativa. Mudar o sinal dessa “quantidade” era empreender a “valorização do capital humano”.

A palavra de ordem era, pois, congregar esses grupos dispersos através dos diversos dispositivos do processo de extensão da cidadania, cuja finalidade era a integração do *caipira*, sob todos os seus avatares, inclusive o do *muxungo*, à sociedade nacional.

Se estavam dispersos e isolados, e, por isso, impossibilitados de se furtarem à rusticidade que os tolhia, era preciso abrir estradas.¹⁹⁹ Mais que isso, era necessário desenvolver os meios de comunicação modernos, como a radiodifusão e o cinema. Este último foi, desde 1934, identificado como “elemento de cultura”, capaz de aproximar os núcleos humanos e, ao mesmo tempo, ensinar-lhes o Brasil:

O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praijeiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola.²⁰⁰

O mútuo conhecimento só não basta, entretanto. Para além dele é necessário nuclear as populações sertanejas, do litoral e do interior, pelo

artifício institucional do associativismo. Como as práticas deste não estivessem incorporadas aos hábitos e rotinas dessas populações,²⁰¹ a intervenção do Estado, fundamentada nessa crença, tratou de inventar e propor as formas que acreditava capazes de fomentar e coordenar as forças produtoras.

No litoral, e com relação aos assentamentos praiheiros, essa cruzada em favor do espírito gregário materializou-se com a criação das chamadas Colônias de Pesca.

Não é ocioso especular se tal dispositivo não constituiria uma forma modernizada das *reduções*, praticadas até meados do século XVIII pelas ordens religiosas, e, daí por diante, em versão leiga, pela administração do marquês de Pombal.

Antes de declarar tal aproximação temerária, convém levar em conta a insistência com que viajantes do século XIX se comparam na comparação do modo de vida do pescador com o do índio. Mas o que eram as *reduções* senão um dispositivo para incorporar/reduzir à sociedade política, à ordem moral e ao trabalho populações remanescentes do estado de natureza?

A Colônia de Pesca é, pois, um artifício para fazer coincidir os limites da nação e do Estado com os limites da sociedade. Com ela pretendia-se, ao mesmo tempo, estender a legalidade (ampliando e protegendo a cidadania), e estimular a produtividade econômica, prejudicada pelas forças da dispersão e do particularismo.

Se não foi uma invenção da República Nova, o dispositivo das Colônias, legado do movimento de nacionalização da pesca durante o governo Epitácio Pessoa, sofreu grande desenvolvimento a partir dos anos 1930, como pode testemunhar o *Manual do patrão de pesca*, publicado em 1942 pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, sob a invocação de Dona Darcy Vargas, na qual os pescadores deviam reconhecer mais uma estrela guia do seu firmamento.²⁰²

Também aí vamos encontrar a preeminência da preocupação higienista. Num trabalho intitulado “Síntese do problema do saneamento das Colônias”, o chefe dos Serviços de Assistência Médica da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil²⁰³ resume o argumento em favor da proteção social aos pescadores:

A proteção social ao pescador envolve como medida precípua o carinho pela sua saúde, condição indispensável para qualquer êxito na vida profissional.

²⁰¹ Vargas, 1938:II-131.

²⁰² Ver a propósito, Villar (org.), 1942 – Dedicatória. “Os pescadores descobriram agora mais uma estrela no firmamento: chama-se ‘Darcy!’.”

²⁰³ Capitão de Mar e Guerra, Dr. Ildefonso de Moura in Villar (org.), 1942:567-569.

Visando, portanto, a prosperidade pessoal e coletiva do pescador, tais providências de ordem médico-social assegurarão e estimularão o índice econômico do seu trabalho e da evolução do meio em que habita.²⁰⁴

Nessas palavras, entretanto, estava contida não só toda a convicção ideológica do *saneamento*, mas também a motivação da “obra mais genuinamente republicana realizada pela República”,²⁰⁵ segundo Lopes Trovão, arauto e fundador dessa mesma República: a *Missão do Cruzador “José Bonifácio”*.

O Cruzador Auxiliar “José Bonifácio”,²⁰⁶ capitaneado por Frederico Villar, incumbiu-se, entre 1919 e 1923, de empreender, junto às populações ribeirinhas, ao longo da costa e nas águas interiores, uma autêntica campanha de saneamento, parte do grande processo de nacionalização da pesca e da organização dos seus serviços, durante a presidência de Epiácio Pessoa.

Convém observar que essa *missão* se desencadeia no ano subsequente às campanhas de imprensa que Monteiro Lobato, e um ano antes dele, Belizário Penna, moveram em favor do paradigma patriótico-higienista.²⁰⁷

Patriótico-higienista é toda a retórica que envolve essa *missão*, conferindo-lhe um inequívoco aspecto de apostolado. O “José Bonifácio” é o “Cruzador do Bem”. Os males que deve combater são o abandono, a dispersão, o analfabetismo e as endemias da “nossa gente praiana”. O bem maior que essa “cruzada” almeja é a recuperação do “caboclo praiano” para a nacionalidade, convertendo-o, não apenas em cidadão útil, mas incorporando-o à missão mais ampla da “defesa nacional”.

A retórica missionária trata, em primeiro lugar, da legitimação do missionário. Não é por acaso, pois, que o discurso do higienismo se dedica de forma tão reiterada à exaltação do sanitarista. Nada mais significativo, porém, do que a comparação para a qual esse discurso apela, quando contrapõe o valor que tem para a nação, respectivamente, o “bom atirador” e o “médico higienista”:

O “bom atirador” elimina quem nos ataca, mas o Higienista multiplica os que nos defendem! O “atirador” só é útil na guerra, ao passo que o Higienista é, não só um reforçador da nossa capacidade militar, mas também o construtor da nossa energia econômica, industrial, comercial e moral – cavernas-mestras da nossa capacidade civilizadora [...].²⁰⁸

²⁰⁴ As “providências técnicas” para alcançar esse objetivo são: a) Saneamento do *habitat*; b) Tratamento dos males que acometem as populações praias; c) Educação sanitária e profilaxia das moléstias e dos vícios sociais; d) Prática dos meios recreativos, como auxiliares da saúde física e mental. In Villar (org.), 1942:567.

²⁰⁵ Lopes Trovão *apud* Villar, 1945:21.

²⁰⁶ Costa Rêgo, redator-chefe do *Correio da Manhã*, e ex-senador da República, explica que o nome “José Bonifácio”, mais do que uma homenagem ao Patriarca da Independência, o é ao “homem de Estado que no Brasil foi dos primeiros, se não foi o primeiro, a ocupar-se da Pesca”. (Villar, 1945:209).

²⁰⁷ Naquela ocasião, Osvaldo Cruz, Belizário Penna, Carlos Chagas, Monteiro Lobato e outros eminentes brasileiros agitavam as questões do saneamento, e impressionavam Governo e povo com o grito corajosamente dado por um ilustre Médico pátrio – o Dr. Miguel Pereira – afirmando que “O Brasil É Um Imenso Hospital...”, “Cresceu, assim, de interesse, a Missão do cruzador José Bonifácio, sendo criados, no Ministério da Marinha, junto à Inspetoria de Portos e Costas (Almirante Raja Gabaglia), os ‘Serviços da Pesca e Saneamento do Litoral’, a cargo do comandante do cruzador missionário.” (Cf. Villar, 1945:33).

²⁰⁸ Villar, 1945:135. *Caverna* aparece aí no sentido da terminologia náutica, referindo-se às peças de madeira ou ferro que constituem o arcabouço da embarcação.

A cruzada do saneamento, no entanto, foi uma guerra em duas frentes. Travou-se nas cidades, onde a desencadeou o grupo de Manguinhos, sob a liderança de Oswaldo Cruz. Daí ganhou os sertões. Os sertões, entretanto, não eram apenas os ermos de nosso interior agrícola e pastoril. Havia sertões também no litoral, na vizinhança imediata dos centros urbanos a partir dos quais se articulou, historicamente, a colonização.

O saneamento dos sertões tem, portanto, o sabor de uma retomada do processo de conquista. Não é outra a inspiração do seu imaginário. A analogia com a conquista, entendida como redenção das populações interioranas, por sua vez, desemboca num campo de metáforas, onde logo se transforma o higienista no missionário, a aglomeração muxuanga na aldeia indígena e o contato do “José Bonifácio” com os caboclos ribeirinhos, num avatar da Primeira Missa:

Foi um dia glorioso aquele! O sol brilhava, boiando num céu azul puríssimo. Em baixo, por entre a natureza bárbara do trópico, o rio corria docemente, rasgando o peito da Terra, cantando nas amarras, ligeiramente encrespado pela brisa fresca que soprava do Leste, facilitando a chegada das embarcações – que em grupos, em flotilhas, cada vez em maior número, graciosas, vinham, de mais em mais longe, em busca do Cruzador Missionário.

O sino de bordo batera duas pancadas dobradas. Aproximava-se a hora do por do Sol. Eram seis horas da tarde. Ia realizar-se, com a costumeira solenidade, a cerimônia do arriar da Bandeira...

Pouco antes, o oficial de serviço, Tenente Gumercindo Loreti, em poucas incisivas palavras, muito felizes, com a pura e elevada eloquência que caracterizava os seus discursos, dissera aos pescadores o que ia passar, preparando-lhes o espírito para a compreensão do cerimonial...

A banda marcial acudira em acelerado, com seus tambores e cornetas brilhando, atendendo rapidamente à chamada do corneteiro de serviço, que tocara “sinal para a Bandeira”, formando no convés, à ré, com a frente voltada para a popa do navio, em cujo mastro panejava garboso, “ao quente arfar da viração marinha, o símbolo-augusto” da Pátria. É sempre empolgante essa cerimônia a bordo dos navios de guerra. Tudo concorria para ainda maior beleza naquela tarde maravilhosa a bordo do elegante cruzador.

A um sinal – à hora exata do mergulho do Sol no horizonte – rufam os tambores, clangoram as cornetas, e a “marcha batida”, cadenciada, vibrante e imponente, saúda e glorifica o pavilhão que, lentamente, desce... A guarda apresenta armas. Toda a guarnição, formada na tolda, em parada, com o seu Comandante à frente, faz a continência militar. Cerimônia magnífica!

Nos olhos daquela boa gente praiana – homens, mulheres e crianças que literalmente enchiam o convés do nosso navio – havia um brilho de especial fulgor... Encostam-se, insensivelmente, uns aos outros, como que tocados por uma força mágica, experimentando uma sensação até então desconhecida.

Havia no ar qualquer coisa de excelso, de sublime, que eles não podiam explicar...

Algumas mulheres, tocadas pela imponência da cerimônia cívica, nos parecem transfiguradas; ajoelham-se lentamente, estreitando ternamente sobre o peito os filhinhos, que as rodeiam, guardando uma atitude impressionante, presas de uma profunda emoção mística, com os olhos rasos d’água, fitando a Bandeira que lentamente era arriada ao som daquela música estranha... Era um quadro digno de um grande pintor!

Lá fora, no caís, o povo ergue-se em silêncio, respeitoso e descoberto, acompanhando o movimento do Pavilhão Nacional, até vê-lo cair nos braços dos sinaleiros e ser por eles desenvergado e reverentemente dobrado.

Que era “aquilo”?! Que lindo “pano verde e amarelo, cheio de estrelas”, era aquele que, como a “Bandeira do Divino”, inspirava tanto respeito e veneration a essa gente da Marinha?!...

Muitos desses caboclos nunca dantes o haviam visto; sentiam-se, entretanto, atraídos e dominados por uma imperiosa reverência à nossa Flâmula. Era a Pátria que lhes falava à alma e ao coração!

Como os nossos índios de Porto Seguro, em abril de 1500, reunidos em torno da cruz alçada por Frei Henrique para a primeira missa dita no Brasil, esses nossos caboclos assistiam, profundamente comovidos e surpresos, ao arriar da Bandeira Nacional, com uma cerimônia cujo significado não podiam

compreender – ignorando toda a imensa beleza moral e a glória imorredoura da terra e de gente do Brasil!²⁰⁹

A analogia com os índios compele de tal modo esse tipo de imaginação social que vai contaminando todo o vocabulário construído para descrever o modo e existência das populações praianas e ribeirinhas em torno da atividade pesqueira.

Assim, os assentamentos de pescadores veem-se transfigurados em “tabas”, às quais é preciso levar a boa nova do saneamento e, em geral, da modernidade que eclodira nos centros urbanos, e da qual o verbo *sanear* era uma predicação básica.²¹⁰

A imagem do índio ancora-se de imediato na percepção do modo de vida dos pescadores como uma atividade marcada e delimitada pelo aspecto rudimentar do seu acervo tecnológico. Deste se admitia mesmo terem-no os praianos e ribeirinhos recebido dos próprios índios, reproduzindo-o sem notáveis modificações (leia-se: sem aperfeiçoamento), ao longo dos séculos.

Tal representação, no entanto, não era destituída de simpatia, como esta não estava ausente das descrições que nos legou o século da descoberta, através de seus cronistas. As ressonâncias são mesmo extraordinárias e podem ser ilustradas, ainda uma vez, com *A Missão do Cruzador “José Bonifácio”*. O que se descreve, a seguir, é a segunda visita dos pescadores dos arredores de Belém, desta vez acompanhados de suas famílias:

Como crianças grandes, vivazes e duma ingênua e impressionante simplicidade – como os nossos índios – tudo invadiam e tudo admiravam. Subiam pelos mastros acima, como velhos marinheiros; desciam até as caldeiras; andavam pelas cobertas, pela praça d’armas, pelos camarotes dos oficiais, pelo salão e câmara do Comandante, num alegre grasnar de aves marinhas, gostando de tudo quanto viam naquele lindo navio de guerra, parecendo admirar, especialmente, o reluzente brilho dos metais, os movimentos dos canhões, tudo enfim quanto lhes era mostrado pelos marinheiros. Curiosos e inteligentes, queriam detalhes, pediam para disparar os canhões, achavam tudo “grandioso”. A bússola do tijupá, “apontando sempre na mesma direção”, intrigava-os... Demos-lhes inteira liberdade. Tratamos-los fraternalmente, como mereciam, com bondade e com paciência, como era do nosso dever.²¹¹

Simpatia e, portanto, compaixão, inspirada por “uma gente simples, boa, inteligente, interessante e valente no mar”,²¹² porém submetida à escravidão

²⁰⁹ Villar, 1945:49, 41 e 42.

²¹⁰ “Levamos aos nossos praianos os exemplos práticos do valor e das possibilidades reais do saneamento de suas tabas pela fácil aplicação dos princípios da higiene” (Villar, 1945:136). [Grifo nosso].

²¹¹ Villar, 1945:39.

²¹² Villar, 1945:38.

213 Villar, 1945:48.
214 Cf. a dedicatória do seu livro *A pesca e os pescadores no Brasil*. (Debané, 1924).
215 Debané, 1924:161-162.
216 Villar, 1945:24.
217 Villar, 1945:24.
218 “Ao contrário do que poderíamos supor, a gente praiieira, em nosso país, não vive esparsa pela costa; concentra-se em povoações de maior ou menor importância, localizadas nas zonas de mais acentuada riqueza ictiológica, nas dobras em que o litoral se recurva e permite melhor abrigo para os barcos” (Villar, 1945:45).

pelos “donos das terras e águas, os senhores absolutos e sem peias”, que eram “o mandão político e o alienígena audacioso, que os exploram”.²¹³ Gente escravizada, também, por outros tipos de opressão, como aquelas do meio, da doença e da ignorância. E, pois, sob esse quádruplo jugo, perdidos, inutilizados para a causa maior e mais nobre – a defesa nacional.

É esse ponto de vista que dá sentido ao programa traçado pelo Almirante Gomes Pereira e mantido pelos civis que lhe sucederam na pasta da Marinha, de 1919 a 1923. Ponto de vista compartilhado pelo nacionalismo econômico de Nicolau José Debané, também ele simpático aos pescadores – “a classe social a quem mais amou o Cristo”.²¹⁴ O caráter missionário do empreendimento extravasa, pois, da esfera do poder governamental leigo, reinscrevendo-se, de forma explícita, no quadro fundador da evangelização, quando recomenda “favorecer nos centros de pescadores a instituição de obras religiosas do mar, que a Igreja organizará por meio de missões permanentes dirigidas pelos padres que se especializam em semelhantes cuidados, como os Salesianos ou os Redentoristas etc., do mesmo modo que organizou as missões de catequese dos índios”.²¹⁵

O foco da *missão* do “Cruzador do Bem”, entretanto, foi, antes de tudo e sobretudo, a bandeira da República, pois era preciso *converter* essas populações à comunhão nacional, destinando-lhes, no seio dela, um papel definido e relevante. Com esse objetivo, o que se visava era “reuni-los em colônias cooperativas; criar escolas; educá-los; fundar postos de saneamento; dar-lhes terras; dar-lhes, instrução profissional, amparo e liberdade”.²¹⁶

Tais requisitos, por sua vez, fariam de cada colônia de pesca, no litoral, ilhas, rios e lagoas, uma base capaz de servir, ao mesmo tempo, à “ação social, administrativa e militar do Governo da República”.²¹⁷

Convém recapitular, numa síntese comparativa, essas duas formas do povoamento – a *aglomeração muxuanga* e a *colônia de pesca*. Da aglomeração praiieira registra-se a morfologia ao mesmo tempo que se lhe postula um tropismo determinado por uma fonte de subsistência: o peixe.²¹⁸ Seus habitantes, supõe-se, estão, cada um e todos juntos, voltados para essa fonte, porém fracamente voltados uns para os outros, sem espírito gregário, como queria o discurso da época. Esse tipo de atribuição corresponde a uma crença firmemente arraigada no senso comum, formado a partir desse discurso.

A colônia de pesca é outra coisa. A começar pelo seu modo de existência no espaço. Neste sentido caracteriza-se como um *comptoir* onde se fazem registros de homens, aparelhos, embarcações e ocorrências, além de se manter uma contabilidade das safras e das cotas que cabem a cada associado. Recolhem-se aí determinadas taxas. A partir daí, controlam-se os períodos de defeso, a adequação dos equipamentos e, de um modo geral, o respeito às regras que submetem toda pescaria, no mar e nas águas interiores. A colônia deve coordenar toda a atividade da pesca na área de sua jurisdição, tarefa da qual faz parte a organização dos produtores por meio de processos cooperativos. Deve ocupar-se ao mesmo tempo “do regime das águas na costa, rios e lagoas do país”.²¹⁹ O Código da Pesca, aprovado em 1938, em seu capítulo segundo, caracteriza-a como associação de classe dos pescadores.²²⁰ Estabelece que a associação destes é compulsória,²²¹ e em capítulo especial determina seus deveres: observação do Código e da legislação pertinente; informação das infrações às autoridades; informação de quantidade, qualidade e proveniência do pescado; defesa e conservação de flora aquática e cumprimento do estatuto das colônias de pesca.²²²

Antes de ser um assentamento, a colônia de pesca é um reduto de poder, uma feitoria. Um ponto a partir do qual se impõe aos recortes do ecúmeno litorâneo e ribeirinho uma ordem, o enquadramento num sistema de circulação da nacionalidade, do qual são os vasos capilares.

A colônia de pesca é o dispositivo de controle social que a República Nova impõe aos sertões litorâneos com vistas à sua governabilidade, e, graças a ela, à sua utilidade para a riqueza e a defesa nacional. Através dela se dá curso à proposta que Oliveira Vianna já tinha formulado, em 1922, em seu *Pequenos estudos de psicologia social*, discutindo, a propósito do problema do Contestado, a questão da “Organização da Legalidade nos Sertões”.²²³ A colônia de pesca não é senão o recurso institucional que estende a legalidade àqueles que no Brasil viviam como pescadores.

Oliveira Vianna opunha o litoral ao sertão, como se opunha, no seu entender, a cidade ao campo. A cidade que tinha em mente, no entanto, corresponde ao ideal urbano do higienismo. Era uma cidade saneada. E opunha-se, neste sentido, como civilização, à barbárie do interior. Nada impedia que esse interior estivesse, geograficamente, no litoral. O *interior*, enquanto categoria,

²¹⁹ Cf. Villar, 1954:99-100. Esse Código corresponde a uma modificação das disposições atinentes à pesca tal como se encontravam no Código de Caça e Pesca de 1934 e, antes dele, da regulamentação de 1912.

²²⁰ Cf. Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938 (D.O. 21-10-38) *apud* Villar, 1942:637-661.

²²¹ *Idem*, Cap. II, art. 8º.

²²² *Idem*, Cap. III, art. 14.

²²³ Oliveira Vianna, 1922:139-172.

224 Oliveira Vianna, 1922:171.
225 Oliveira Vianna, 1922:169-170.

representava os espaços do ecúmeno aos quais a ordem jurídica não havia ainda chegado, ou dos quais se retirara, com a queda da Monarquia.

Para Oliveira Vianna, no entanto, a cidade, como forma social encarnada do saneamento, era, ela mesma, capaz de virtudes saneadoras. Por isso, a urbanização dos sertões constituía, do seu ponto de vista, o grande problema sem cuja resolução não se faria mais do que “trabalho instável e provisório, condenado sem remissão, à ineficiência e à inutilização”.²²⁴

Não devemos esquecer, diante desse juízo peremptório, a quantidade e qualidade das preocupações que o *sertão* vinha, repetidamente, despertar no *litoral*. As marcas de *Canudos* e do *Contestado* eram recentes e profundas. O litoral, isto é, a *cidade*, tinha aguda consciência de não controlar o sertão, quer dizer, o *campo*. Temia as irrupções da “rusticidade sertaneja”. Chocava-se com a incivilidade da vida sociopolítica do interior. O melhor sentimento que conseguia nutrir diante dela, no entanto, era a compaixão apostólica, com o seu corolário – o desejo irreprímível de levar a civilização aos *sertões*. E, neste sentido, o que poderia ser mais adequado senão urbanizá-los?

O litoral é a civilização, porque a civilização é a cidade, cujo desenvolvimento, no Brasil, encontra-se historicamente associado ao litoral. A crise do urbanismo no litoral, a que se referiam Monteiro Lobato e Getúlio Vargas, entre outros, era a consequência de ter o litoral voltado as costas à sua vocação histórica de conquista, controle, povoamento, valorização e defesa do território. Dessa forma, o saneamento restituiu ao litoral urbano sua missão verdadeiramente colonizadora, a fundação de povoações com o objetivo de que se transformem numa rede de centros urbanos, capaz de impor aos sertões o império da lei.

Oliveira Vianna é explícito a respeito, quando escreve, em 1922: “Essas, colônias são núcleos de futuras cidades, sede de futuros municípios e, desde o seu início, centros rudimentares de autoridade pública.”²²⁵

Estabelecer a autoridade pública equivale ao *saneamento* da política e da sociedade sertaneja. Implica em subordinar o caipira, tabaréu, matuto, ou o caboclo praiano, ao patrocínio sadio do governo. Miguel Couto reivindica para esse governo a qualidade de padrinho, quando prega a saúde e higiene das crianças pela educação. Esclarece que o termo deriva do baixo latim – *patrinus*, e conclui ser o governo “o segundo pai compulsório, o tutor natural de todas

as crianças pobres, e o curador oficial e guia de todas as crianças necessitadas ou não”.²²⁶

Não parece irrelevante nesse contexto, mencionar o significado que se atribui à *Missão do Cruzador “José Bonifácio”*, quando se lhe reconhece um caráter emancipador – “para a libertação dos pescadores escravizados a patrões estrangeiros e espoliadores”, com o objetivo de transformá-los, de acordo com a perspectiva do civismo urbano, em “homens sãos de espírito e de corpo, conscientes de seus direitos, instruídos de seus deveres e capazes de defendê-los e de cumpri-los com eficiência e bravura”.²²⁷ Em suma, como queria Léon Bourgeois – “*de[s] gens bien-portants, bien-pensants et bien-voulants*”.²²⁸

A referência a Miguel Couto pode parecer despropositada, uma vez que diz respeito ao recorte específico da população formado pelas crianças, com o fito de invocar para elas a tutela do Estado. Qual não será, porém, a surpresa do leitor quando se der conta da extensão do raciocínio analógico! A propósito dos pescadores, encontramos em Debané a mesma imagem já assinalada no texto de Frederico Villar – a de que são “crianças de idade madura”,²²⁹ que o Governo deve, paternalmente, proteger, disciplinar, instruir, encaminhar, atender – em suma: apadrinhar.

O saneamento legitima a tutela do Estado. Com a urbanização, as populações sertanejas entram no abrigo da legalidade e da ordem legítima, mediante a qual ficam destituídos os potentados locais e instauradas as condições de governabilidade, capazes de reduzir a renitente anarquia do meio rural. Ou, para retomar a fórmula taxativa de Oliveira Vianna: “[...] é a urbanização dos sertões do norte e do sul o meio único de limpá-los definitivamente do caudilho e do bandido”.²³⁰

A década de 1930 assistiu ao desencadeamento e aceleração desse processo. Um compatriota de Saint-Hilaire, também ele observador dos homens e das paisagens, viajante por fé de ofício (embora a contragosto), deparou-se com as evidências dele, em sua busca do sertão intocado. Lévi-Strauss adota a esse respeito um olhar de naturalista:

[...] podiam-se escutar as cidades como um botânico às plantas, reconhecendo pelo nome, pelo aspecto e pela estrutura de cada uma sua proveniência, de tal ou qual grande família de um reino acrescido pelo homem à natureza: o reino urbano.²³¹

226

Couto, 1938:47-48.

227

Os termos são do prefácio que o coronel Luiz Lobo escreve para o livro de Frederico Villar (1945), sob o título “Palavras de fé”. Cf. Bourgeois, 1914, v.1:61; também, Rosanvallon, 1990:131.

228

Debané, 1924:152.

229

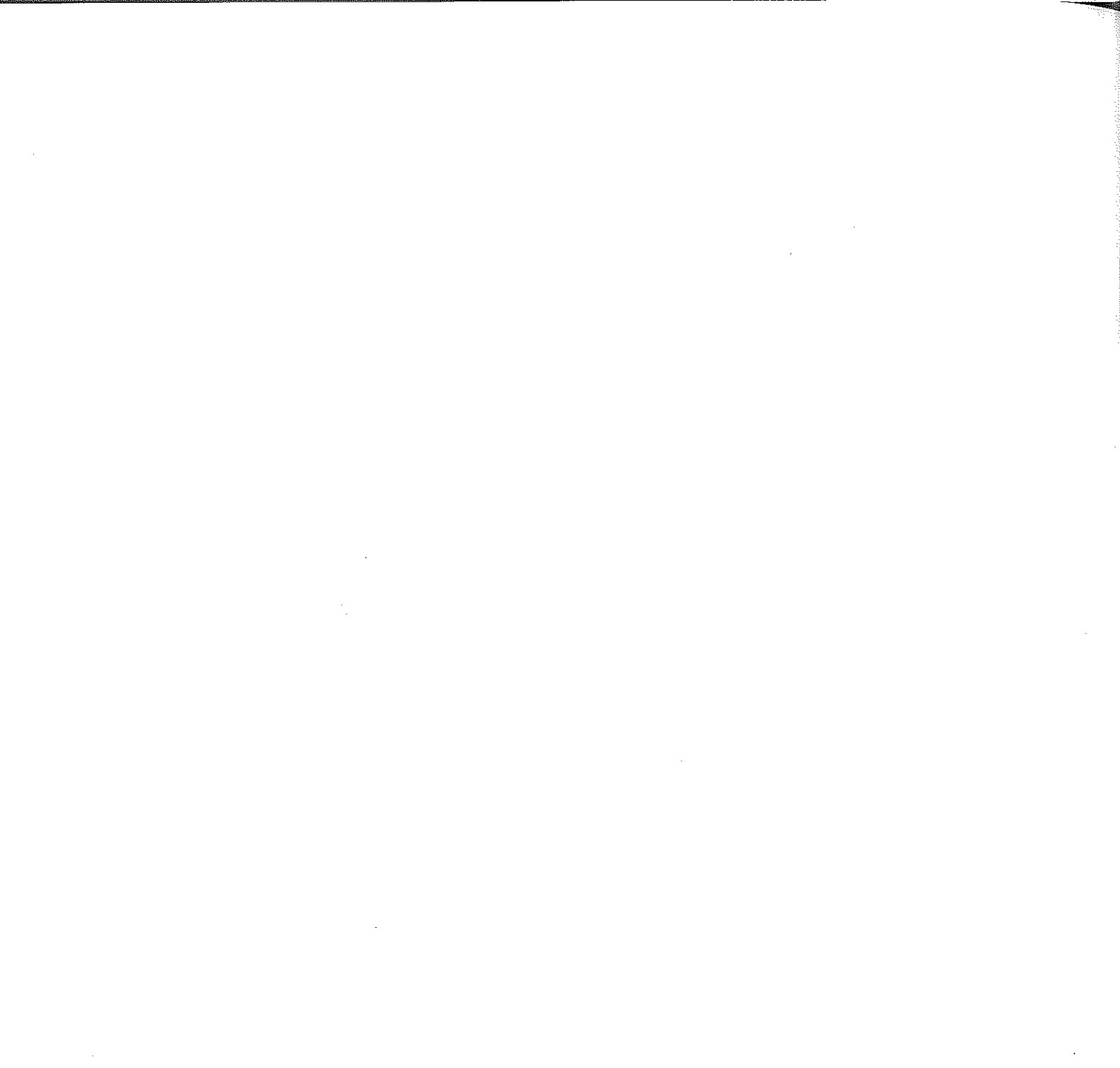
230

Oliveira Vianna, 1922:169. O argumento é límpido – “... cerrar de mais a mais a malha dos povoados, dos distritos policiais e das colônias militares existentes. Debaixo dessa trama administrativa o banditismo haveria forçosamente de languescer e desaparecer” (*idem, ibidem*).

231

Lévi-Strauss, 1955-108.

Mas o que significa, no Brasil, a revalorização e revitalização dos centros urbanos? Para uns a estrada real capaz de conduzir aos benefícios da moderna civilização. Para outros o começo de uma aventura não menos radical, porém, certamente mais dramática: a quase completa extinção da pesca praticada nas lagoas, salvo em um lugar que, embora sitiado, tem resistido, ao longo de todos esses anos, não sem perdas, ao assédio do *reino urbano*.



Zacarias sitiada

O advento do reino urbano na restinga de Maricá

Que criação augusta, a da cidade! Só por ela, Zé Fernandes, só por ela, pode o homem soberbamente afirmar a sua alma!...

.....
 – Aí tens tu, o fonógrafo!... Só o fonógrafo, Zé Fernandes, me faz verdadeiramente sentir a minha superioridade de ser pensante e me separa do bicho. Acredita, não há senão a cidade, Zé Fernandes, não há senão a cidade!

Eça de Queiroz

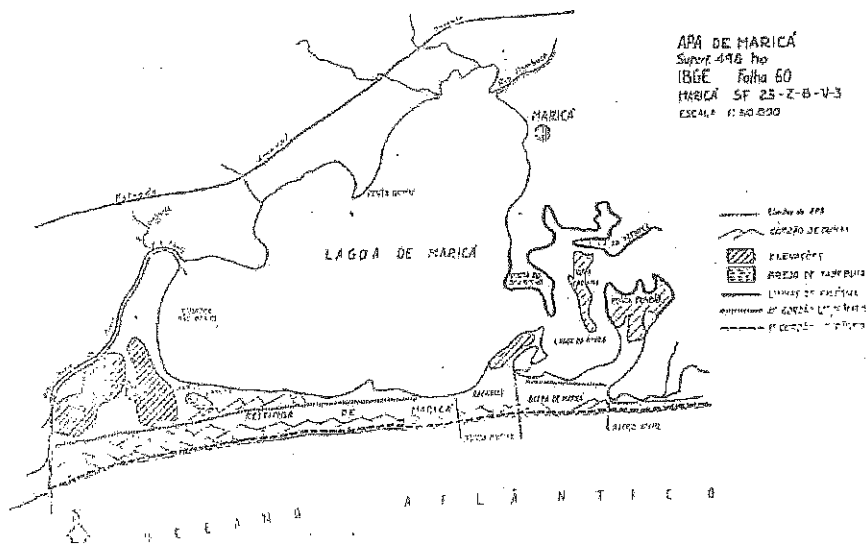
¹ Chama-se, na verdade, Praça Macedo Soares, em homenagem ao Conselheiro Antonio Joaquim de Macedo Soares, arrolado entre os “homens ilustres” ou “filhos preeminentes” de Maricá (Figueiredo, 1953:37-39; e Machado, 1977:95-96). Na praça existe um busto em granito e bronze desse vulto da história maricaense e nacional.

² Um folheto da Flumitur, empresa estatal de turismo, apresenta as seguintes cifras: população total estimada na época (1978) = 28.225 habitantes (10.857 na zona urbana e 17.368 na área rural), densidade demográfica (“relativamente baixa”) = 81,4 habitantes por Km² (área do município = 339Km²), 12.200 eleitores.

1. O advento do reino urbano ou a cidade como valor inquestionável

Em 1978, Maricá ficava a 50 minutos de Niterói e a hora e quarto da estação rodoviária do Rio de Janeiro. A estrada era de asfalto. Havia conexão regular com as duas cidades, embora mais espaçada do que hoje em dia. Quem empreendesse a viagem partindo de Niterói, tomaria um dos poucos ônibus da Viação Nossa Senhora do Amparo, por meio dos quais se mantinha a ligação cotidiana entre Maricá e a antiga capital fluminense.

No quilômetro 30 da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), o ônibus desviava-se em direção ao litoral, tomando uma estrada secundária em precário estado de conservação. Esta desembocava numa praça, cujo nome, até hoje, nem todos os habitantes da cidade conhecem, pois preferem referir-se a ela como “o centro”.¹ Lá se reunia quase todo o comércio, compreendendo lojas de roupas, casas de ferragem, farmácias, armazéns de secos e molhados, cafés, pastelarias, bares, armarinhos, açougues, padarias, enfim, esse tipo de negócios que vamos encontrar nos centros das cidades, só que numa escala proporcional a um município de cerca de 30 mil habitantes, dos quais apenas 1/3 na área urbana.²



Mapa de localização do município de Maricá na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ (com indicação da área de proteção ambiental de Maricá proposta e aprovada em 1985/86).

Subindo-se a rua principal, onde se encontravam agências de bancos, correios e telégrafos, posto telefônico e *bureau* de turismo, e que terminava em curva, à direita da mão, podia-se chegar à outra praça da cidade.³ Muito mais ampla do que a anterior, concentrava o edifício da prefeitura, onde funcionava também a Câmara Municipal, o prédio da Biblioteca Pública e a Escola Técnica de Comércio São Caetano.

Defronte à prefeitura, sediada numa construção do século XIX, a mais imponente da cidade, depois da Igreja Matriz, agrupava-se um pequeno comércio, em torno do mercado de peixe, cujas bancas se abrigavam sob um telheiro de duas águas, à sombra de árvores tão frondosas quanto as da praça. Podiam-se encontrar ali tabuleiros de frutas, de hortaliças (legumes, verduras e temperos verdes), mandioca, feijão, quando⁴ e milho. À porta de uma quitanda, viam-se rolos de esteiras, molhos de cabos de enxada, foice e machado, e amarrados de vassouras de piaçava. Junto à pilha de sacos de carvão, ao lado do tonel de querosene para vender a varejo, expunham-se abanicos de fogão a lenha e outros tipos de trançados, como cestos, balaios e peneiras. No interior, sacos cujas bocas deixavam afforar conteúdos de diversos tipos, a começar por uma variedade considerável de farinhas, mais ou menos granuladas, torradas umas,

³ Praça Medeiros Corrêa.

⁴ Uma espécie de ervilha proveniente das favas de um arbusto da família das leguminosas papilionáceas (*Cajanus indicus*, Spreng.). Chama-se também ervilha-de-angola ou ervilha-do-congo, feijão-de-árvore ou feijão guandu.

⁵ A Matriz está assentada sobre uma elevação de três metros que visava protegê-la das cheias, pois as águas da lagoa costumavam, na época das chuvas, invadir a cidade. Era, segundo Aires de Casal, – “o melhor templo da província depois de excetuarmos alguns da Metrópole” (1976:200).

⁶ Esporte Clube Maricá.

cruas outras, todas provenientes de sítios e fazendas das serras circunvizinhas – do Espraiado, do Calaboca, do Silvado, do Lagarto, da Cassorotiba e do Caxito. Havia caniços encostados a um canto; lampiões pendentes do teto; caixas de anzóis sobre o balcão; nas prateleiras, fumo de rolo, panelas de ferro e alumínio, trempes de fogão, talhas e moringas de barro, gamelas e alguidares, pratos e canecas de ágata. Dependurados em pregos e ganchos, lá estavam gaiolas, alçapões e estilingues; réstias de cebola, alho e... tamancos; cachos de bananas de diversas qualidades, entre as quais as mais prestigiosas eram a banana-ouro, a banana-d’água, acompanhamento indispensável de uma iguaria local – o “bagre com pirão de banana” –, e a banana-de-são-tomé, sobremesa apreciada, quando frita e comida com açúcar e canela.

Ao descer a rua, passando à mão esquerda, pelo outeiro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, orgulho local e ponto mais elevado da cidade,⁵ chegava-se, em poucos minutos à Praia de Araçatiba, na área urbana, margem nordeste da Lagoa de Maricá. Praia de águas paradas, em remanso, com uma faixa estreita de areia escura e limosa, característica das praias de sacos e baías. Ao longo do morro que recorta a enseada, podia-se ver a ruína da fábrica de gelo, a sede da Colônia de Pescadores de Maricá e, mais além, a Capela de São Pedro, dedicada aos pescadores e financiada por subscrição popular. Nessa época, encontravam-se, ainda, na Praia de Araçatiba, muitas canoas fundeadas, e já se tinha lançado a pedra fundamental do monumento dedicado ao venerável padre José de Anchieta, juntamente com São Pedro, patrono e protetor dos pescadores de Maricá.

Esse caminho, bordado de *flamboyants*, trazia, para dentro da cidade, uma aragem constante. Calçado com paralelepípedos, passava em frente ao clube de futebol⁶ e à nova prefeitura, ainda em construção, para transformar-se em caminho de terra batida, acompanhando a curvatura da praia, já à sombra das amendoeiras.

O ponto mais animado das cercanias do centro administrativo era a banca de peixe. Aí se vendiam, desde os diferentes tipos de bagre (branco, mandi, veludo), passando pelas tainhas, robalos, paratis e corvinas, até os acarás e as savelhas. O peixe, entretanto, vendia-se, também, na quitanda, embora aí sob a espécie do mulato-velho, que outra coisa não era senão bagre-chora, escalado e salgado, comido, no litoral ou na serra, ensopado com batata e toucinho. “Mulato-velho” talvez por causa da cor, entre o amarelo curtido e o ferrugem, uma espécie

de bacalhau da lagoa, exportado a grande distância, pelos pombeiros.⁷ Daí também a quantidade de cavalos e mulas de carga amarrados ao redor desse movimentado local. Só com dificuldade se distinguia comprador de vendedor.

As transações comerciais quase se obliteravam, ofuscadas pela conversação sem nenhuma pressa entre os parceiros de negócio. Muitos usavam o chapéu de palha do praiano, outros se identificavam como procedentes das serranias por causa do chapéu de feltro. Os fregueses pareciam, de um modo geral, conhecer-se pelo nome. Pessoas passavam pedalando suas bicicletas velhas e desengonçadas, das quais pendiam bolsas ou cestos de compras.

Ao caminhar pela calçada em frente à prefeitura, como se quisesse retornar ao centro, alcançava-se o bar da esquina (uma pastelaria), bastante concorrido no começo da manhã. Homens tomando cafezinho, em geral aos grupos, conversando. Um que outro freguês fazia seu desjejum de “café pingado” e pão com manteiga. Muitos deles à espera de que abrissem as repartições públicas ou o cartório que ficava ao lado. Alguns se entretinham lendo o jornal, comprado na banca, perto dali. Pelo passeio em frente, transitavam os poucos fiéis que tinham assistido ao ofício religioso das sete, na Matriz. À diferença da “praça do comércio”, no centro, o tráfego de automóveis era quase nenhum.

Mesmo aberta, a prefeitura tinha pouca informação para oferecer ao visitante. Não possuía mapas nem levantamentos estatísticos acessíveis. Não tinha arquivos que pudessem ser consultados. Não estava preparada para prestar esse tipo de assistência a quem carecesse de dados sobre o município.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo encontrava-se em reformas, e já não tinha mais em seu poder nem os livros das irmandades religiosas, nem outra documentação qualquer sobre Maricá. Até mesmo muitos de seus ex-votos tinham desaparecido. O que não tinha sido furtado fora transferido para a Cúria Metropolitana – “levado lá para baixo”, como se dizia. Porém, era possível comprar um livro sobre Maricá, de autoria do então vigário da paróquia,⁸ aquisição tanto mais útil quanto mais escassa, na época, a bibliografia sobre o município, composta, na verdade, de apenas três títulos – quatro, se incluirmos o opúsculo de Álvares de Castro.⁹ Era possível, também, conseguir informações sobre a festa da padroeira, bem como sobre as demais festividades religiosas do município. Constava a circulação de um “livro de ouro” através do qual se arrecadavam fundos e que, a cada ano, ficava em mãos de um notável local. As contribuições vinham até mesmo dos filhos da terra ausentes, os quais,

⁷ “Pombeiro de peixe é a denominação dada ao vendedor de peixe, a cavalo.” Recebe, também, a denominação de atravessador (ver, a propósito, Corrêa, 1936).
⁸ *Maricá meu amor*, do padre Paulo Batista Machado, uma espécie de breviário dos teres e haveres locais – acidentes geográficos, logradouros, festas, vultos célebres e visitantes ilustres, efemérides etc.
⁹ Além de *Maricá, meu amor* (Machado, 1977), *Notas para a história de Maricá* (Figueiredo, 1953), *Grandeza e decadência na vida rural de Maricá – Fazenda de São Bento* (idem, 1952) e *Descrição do município de Maricá* (Alvares de Castro, 1881), o mais são referências esparsas.

¹⁰ Cf. Bücher, 1907:41-42. Ver, também, a propósito, Vogel e Mello, 1989.

dizia-se, voltavam à cidade para os festejos de 15 de agosto, em homenagem à Nossa Senhora do Amparo.

Dos pescadores, no entanto, sabia-se o mesmo que na prefeitura, isto é, nada, ou quase nada. Não constavam os nomes dos assentamentos, nem sua exata localização. Sabia-se de sua existência e se imaginava, como diria mais tarde, com todas as letras, um vereador, que viviam “como os índios”.

A expressão “como os índios” é sempre, para o etnógrafo, uma espécie de provocação. Em primeiro lugar, porque envolve uma simplificação dos índios; em segundo, porque aplica essa caricatura a um outro grupo humano, sem qualquer cerimônia. No momento seguinte, entretanto, não pode deixar de considerá-la significativa, não mais da ignorância e do esquematismo da mente menos ilustrada, senão de um conhecimento de natureza peculiar e âmbito local, como costuma sê-lo, o senso comum.

“Como os índios” é, no dicionário do senso comum, uma locução cheia de implicações. A mais fundamental sendo talvez a do primitivismo, quer quanto à tecnologia disponível, quer quanto às condições de conforto da existência cotidiana, quer, finalmente, quanto ao seu aparato cognitivo, afetivo e moral. Mas, dito dessa forma, quase se é levado a esquecer os termos com que o próprio senso comum se exprime, quando fala desses primitivos, ou desse *Naturmensch* que aparece na obra de grandes tratadistas da ciência econômica e da sociologia como Bücher (1907) e Vierkandt (1896). Costuma-se representá-los como uma gente presa num emaranhado confuso de superstições e credences, vivendo com estoico fatalismo as precárias condições de existência, que um modo de vida incerto é capaz de extrair do ambiente, com poucos e rudimentares recursos e saberes técnicos. Neste sentido, caçadores, coletores e pescadores são, por excelência, *povos naturais*. E, como todo e qualquer *Naturvolk*, imediatistas, imprevidentes, “filhos do momento” que com seu “egoísmo ingênuo” seguem seus impulsos em vez de planejar o futuro.¹⁰ Como nossos índios...

Em tudo isso encontramos, sempre, a presença da natureza, com a qual esse homem rústico manteria laços de contiguidade e subordinação mais estreitos e estritos. Enquanto grupos sociais são vistos como totalidades fechadas sobre si mesmas, endogâmicas e impermeáveis, frutos da própria desconfiança com que encaram o outro – quer seja o aldeamento adjacente, quer a cidade vizinha.

Esta era, sem tirar nem pôr, a visão que tinha dos pescadores aquele vereador, para quem “não se misturavam, casando-se entre si” e olhando com

desconfiança não só para as pessoas provenientes da cidade, mas também para esta, sobretudo para as suas aspirações progressistas. Palavras significativas, se considerarmos que vinham do presidente da Câmara Municipal, que, com elas, tentava satisfazer, do modo que lhe era possível, a curiosidade do forasteiro.¹¹

Esgotadas, pois, as fontes mediatas de informação sobre o tema, não restaria melhor estratégia do que o encontro com esse universo social que teimava em ocultar-se por detrás dessa forma dirigida da ignorância que são os estereótipos. A alternativa mais simples para isso estava a poucos passos, do outro lado da rua, no mercado de peixe, pois onde há pescado haverá também pescadores, ou quem saiba encontrá-los.

A melhor conversa possível, no mercado, será, provavelmente, aquela que tenha como ponto de partida a própria mercadoria, centro do interesse de seus frequentadores. Conversar é, no mercado de peixe, antes de tudo, fazer e responder perguntas sobre o pescado e, eventualmente, envolver-se na apreciação de suas qualidades e características, em contendas sobre seu valor, relativo ou absoluto. E aí, a proveniência torna-se relevante.

A questão de fundo desse tipo de conversação entre “fregueses”, no entanto, é o fechamento ou não de um negócio. As perguntas servem ao comprador para informar sua tomada de decisão. E as respostas ao vendedor, para o pregão de sua mercadoria.

A justificativa para que o etnógrafo tome o tempo do mercador, entretanto, não é propriamente um negócio potencial, pois em algum momento lhe será necessário revelar seus propósitos. Assim, interessam-no menos os aspectos utilitários da barganha, do que aquilo que se pode alcançar por intermédio dela. O “negócio”, quando acontece em tais circunstâncias, não será propriamente uma operação comercial, mas uma espécie de retribuição daquilo que nesse intercurso é gratuito, ou seja, a informação, que em princípio não está à venda.¹²

A informação pode referir-se à procedência do peixe e, com isso, a um lugar e àqueles que povoam esse lugar, responsáveis pela presença de determinado peixe no mercado: o peixe, bagre-branco; a procedência, o “lago grande”; o lugar, Zacarias; o nativo, um velho pescador, que já não pescava mais. O resultado da entrevista, um convite para se hospedar num *rancho de pesca*, na praia “da Zacarias”, à beira da “lagoa de São José”. Além do convite, o itinerário a tomar, na manhã seguinte.

¹¹ Curiosidade que, por sua vez, não era nem genérica, nem tampouco inocente. Ditada, ao contrário, por uma demanda específica de um órgão do Estado à competência profissional do etnógrafo, encomendando-lhe um estudo sobre o artesanato e o folclore dos pescadores, isto é, sobre suas crenças, superstições e costumes, incluindo as técnicas do seu ofício.

¹² Ver, a propósito, Geertz, 1979.

A necessidade de passar a noite em Maricá colocaria o forasteiro diante da evidência de quão pouco se contava com ele ali. Havia apenas um hotel, e, além dele, uma *casa de pensão* desativada, disposta, no entanto, a receber um viajante de pernoite, quando houvesse premência. Não era um lugar acolhedor, apesar do belo casarão em que funcionava. Quartos úmidos, onde a calça das paredes esfarelando-se ia de par com os colchões de crina, a moringa d'água e uma única e surrada toalha de rosto. Esse conjunto, repetido em diferentes versões, dava ao aposento uma atmosfera peculiar, na qual se encontrassem, talvez, mais à vontade, os caixeiros-viajantes, espécie que em Maricá parecia ter-se extinguido. Isso, ao menos, deixava entrever o próprio fato de se desativar a pensão que pertencia a uma senhora de família tradicional na localidade.

Não havendo motivo para estender, além do necessário, uma noite desconfortável, não restava senão levantar-se o mais cedo possível, tomar café no bar da esquina, e sair em busca de uma condução para Zacarias. O ônibus que ia para Barra de Maricá, um povoado à beira de outra lagoa, fazia o trajeto. Era preciso, no entanto, saltar a determinada altura, passada a Ponte do Boqueirão, e, depois, tomar um caminho de terra, que entrava à direita, e, beirando o cômodo da lagoa, desembocava na Praia da Zacarias, como a chamavam seus moradores.

Vista panorâmica da Restinga de Maricá, do Morro da Ponta da Pedra, na direção Lê-Sueste.



Após ter deixado para trás a Igreja Matriz, avançando pela Rua Direita, em direção à restinga, o ônibus atravessava uma paisagem onde o casario rarefeito incrustava-se em abundantes verdes. Do lado direito iam-se costeando os morros da Ponta do Morrião e do Boqueirão. Atravessando um dos seus contrafortes, via-se, à direita, o “lago grande” de Maricá, e à esquerda a Lagoa

do Bacopari, com a Ilha da Cardoso¹³ em primeiro plano e por detrás dela, a Ponta da Preguiça e a Ponta do Fundão, com suas falésias de barro vermelho e crista de vegetação verde-escura. Em frente, a linha elevada do cômodo do mar ocultava a praia oceânica, com sua rebentação, geralmente bravia. No alto dele, renques de casuarinas identificavam os primeiros empreendimentos imobiliários para veranistas, à beira-mar.

Ao desembarcar, o viajante encontrava-se diante de uma profusão extraordinária de placas de loteamento, todas elas apontando na direção de Barra de Maricá, onde anunciavam lançamentos imobiliários. Voltando-lhes as costas e seguindo por uma elevação suave, a pé, no rumo do “lago grande”, chegava-se, logo depois, às primeiras casas do povoado.

2. Zacarias sitiada

Não é sempre que se revela, ao etnógrafo, malpostos os pés no campo, um drama social de grandes proporções. A antropologia desenvolveu mesmo uma série de passatempos úteis para a superação produtiva do período liminar, tão crítico e delicado para toda a trajetória e destino da etnografia.

Enquanto se espera, aproveita-se para colher dados de censo, tomar medidas, inventariar espaços e objetos, modo bizarro de se fazer presente, quando não se pode ou não se quer arriscar fazer demasiadas perguntas.¹⁴

Existem, no entanto, circunstâncias em que não há tempo para estudos e reservas. O que está em questão supera o jogo das aparências. Não permite eufemismos ou simulações. Exige, ao contrário, a mais decidida tomada de posição. Esses momentos em que as identidades se encarnam e as razões se explicitam permitem apreender, com nitidez, o conjunto dos atores e seus respectivos partidos diante de um acontecimento crucial, isto é, um *drama*, que envolve uma disputa em torno de valores axiomáticos, porém divergentes. A entrada do etnógrafo em campo pode, dessa maneira, tomar um atalho, reduzindo, drasticamente, sua liminaridade de neófito.

Para esta pesquisa, tal atalho se abriu em virtude de um processo de elevado conteúdo emocional e enorme densidade semântica.

¹³ Cardoso = savelha, ou seja, ilha da savelha, onde encontra-se a ponta da Cardoso, da savelha.

¹⁴ Ver, a propósito, Malinowski (1978:19) e Lévi-Strauss (1955:405-406), por exemplo.

2.1 A cena do trator

À direita de quem chegava, o assentamento de Zacarias era delimitado por um morro. Junto a este via-se trabalhar uma máquina de terraplanagem. As escaras nos flancos eram acentuadas pela cor vermelha do barro. A máquina subia e descia a encosta. No seu trabalho de desmonte ia cobrindo, com uma mistura de barro e saibro, um pedaço da restinga. Quando descia na direção da aldeia de pescadores, avançava ameaçadoramente sobre uma casa. Diante desta, uma mulher de meia-idade permanecia de pé, gritando e gesticulando. Suas palavras perdiam-se no fragor da máquina, que deixava cair sua pesada pá a poucos passos da soleira, onde a mulher tentava barrar-lhe o caminho. O motorista não se dava ares de tomar conhecimento do que acontecia. Ao distanciar-se novamente, deixava a casa envolta numa nuvem avermelhada, que, aos poucos, ia cobrindo as pitangueiras e tingindo as roupas do varal, para cúmulo da indignação da dona da casa. O *páthos* do confronto era elevado ao máximo pela desproporção desse embate solitário entre a fragilidade aparente da casa e da mulher e a ruidosa e ostensiva agressividade do trator.

A violência da cena contrastava singularmente com a exiguidade da plateia de um só espectador. A tensão entre os protagonistas era extrema, como se podia deduzir da exasperação de um e da fingida indiferença do outro. Apesar disso, o etnógrafo tentou pedir à mulher informações sobre o rancho de seu anfitrião. Só para dar-se conta, em seguida, da inutilidade do procedimento. Na cena não havia lugar para um *tertius*. Apenas dois partidos podiam existir. Ou aderiam-se a um deles, arrastado pelo impacto da primeira impressão, ou passava-se adiante.

O caminho seguia, agora, por sobre uma camada de areia fina e alva, deixando para trás o solo empoeirado do campo, onde se desenrolava a batalha entre a casa e a máquina. Desse modo chegava-se a uma praia, muito estreita e limpa, ao longo de um arco da lagoa, situado entre o morro, escalavrado pela lâmina do trator, e uma língua de terra baixa, recoberta por um tapete de gramíneas, terminando num taboal. Do lado esquerdo, as casas sucediam-se espaçadas e tais como tinham sido vistas e descritas pelos viajantes, isto é, incrustadas na vegetação. Ao seu redor, às vezes em cima delas, plantas erguiam uma espécie de biombo, de cuja trama participavam cercas vivas de cardos, agaves e dedos-de-moça; arbustos frutíferos, como as pitangueiras, os

araçás, pés de goiaba e limão-galego; pés de aroeira, carregados de cachos de bagas vermelhas; trepadeiras e latadas de maracujá; e árvores frondosas, como o bapebuçu (com sua copa povoada de gravatás, orquídeas, barbas-de-velho) e a amendoeira.

2.2 O visitante suspeito

Dois canoas voltavam da lagoa. A primeira tinha acabado de desembarcar a rede. Um de seus tripulantes, homem de estatura mediana, trajando calça escura de brim, arregaçada até os joelhos, e camisa de mescla, com as mangas dobradas à altura dos cotovelos, chapéu de palha na mão, à guisa de cumprimento, soube indicar o rancho procurado.

A segunda canoa terminara de aportar, nesse ínterim. Com dois tripulantes como a primeira, sendo um mais velho, beirando os 50 anos, e o outro um rapaz de mais ou menos 14. Enquanto os dois executavam as rotinas do desembarque, saiu, de dentro do rancho, o velho pescador da véspera, que, no mercado, tinha sido apresentado ao etnógrafo como Henrique.

Após uma troca inicial de saudações, “seu” Henrique tratara de apresentar, aos recém-chegados da lagoa, o recém-chegado da cidade. Referiu-se ao encontro do mercado, declinou procedência e qualificação do visitante e mencionou os motivos da presença deste, tal como lhe tinham sido expostos, no dia anterior. Ao pronunciar, no entanto, nomes e apelidos de seus confrades, pareceu despertar neles certo mal-estar. Um deles, de quem era parceiro o rapazola, manifestou seu desconforto de modo mais ostensivo. Questionou “seu” Henrique sobre se o mencionar nomes tinha sido apropriado, dadas as circunstâncias, e o fato de se tratar de um estranho, que não se sabia quem era, e que talvez “fosse gente da Companhia”.

“Seu” Henrique invocou, então, o nome da pessoa que tinha feito as apresentações, no mercado. Expressou sua própria confiança na veracidade dos motivos alegados pelo etnógrafo, voltando a enumerá-los. Diante disso, as apreensões pareceram aplacar-se. A conversa prosseguiu, em clima de cordialidade formal, por mais algum tempo. Depois o grupo se dispersou.

* * *

Após uma tarde sem incidentes notáveis, e um segundo encontro, mais desarmado, com os interlocutores da manhã, a noite trouxe consigo a primeira conversa séria e prolongada com Henrique. Mas, o que começara como conversa, foi-se transformando, aos poucos, numa narrativa. O que Henrique contou, movendo-se de forma agitada, enquanto preparava o espaço estreito do rancho para o pernoite, foi a história de uma traição.

2.3 A promessa quebrada

Há mais de 30 anos, num dia que acabou por tornar-se sombrio para a memória local, viera pela restinga, dos lados de São José do Imbassaí, um cavaleiro. Estava acompanhado de uma mulher, igualmente a cavalo. Ambos usavam trajes de montaria e alguns pretendem saber que a dama era loura, o que outros contestam. O certo é que foram chegando, pelo combro da lagoa. Vinham devagar, como quem está a passeio. Não se detiveram muito em Zacarias. Nem mesmo chegaram a apear-se. Do alto de seu cavalo, o homem, de cujo rosto corado os mais velhos diziam recordar-se bem, comunicou aos circunstantes que estava inspecionando sua propriedade, pois havia comprado aquelas terras, com a Fazenda de São Bento. Percebia-se nele um “sotaque” carregado. Sorridente, preocupara-se em tranquilizar os pescadores. Nada haveria de acontecer-lhes. Podiam continuar morando ali e prosseguir nos seus afazeres, como sempre. Elogiou a beleza do lugar e depois partiu, com sua companheira, pelo mesmo caminho por onde havia chegado. Muito tempo se passou, quase 35 anos, até que um dia apareceram uns homens dizendo que os pescadores deviam abandonar a Zacarias, porque não tinham direito à terra. Receberiam uma indenização pelas benfeitorias.

A pressão para que deixassem o lugar foi aumentando, até que, finalmente, em 1975, sob as ordens de oficiais de justiça e com apoio policial, peões da Companhia derrubaram a primeira casa. Era a casa de um sobrinho de Henrique, “Cóia”, que estava ausente, pescando. Sua mulher e os filhos, dois deles aleijados, foram obrigados a deixar a moradia às pressas e refugiar-se em casa de parentes. A casa veio abaixo, sob os olhares incrédulos e revoltados de todos. Como era possível que alguém, dono de tanta terra, quisesse justo aquele pedacinho em que viviam? Não podia fazer seu empreendimento em outro lugar, onde não morasse ninguém? O que era feito, então, da promessa,

da palavra? Como poderia tudo isso valer o mesmo que nada? Não tinham vivido ali os pais, os avós e os pais e avós destes? E, por acaso, não estavam enterrados ali os seus próprios umbigos, os dos filhos e dos netos? Mas não! De nada lhes tinha valido, nem a palavra do outro, e muito menos a própria. Por isso tinha sido necessário brigar com o “português”, e com um bocado de gente mais. Briga feia, não só com a Companhia, mas uns com os outros. A situação estava cada vez pior. Agora queriam obrigá-los a morar “naquelas casas lá de cima, que não têm nem porto!”

* * *

Em um dia, três cenas. Com unidade de tempo e lugar, em três atos, revelou-se ao etnógrafo o drama que constituía a aflição de Zacarias. No primeiro, o confronto aberto evidenciava a existência do conflito. No segundo, ficava patente o envolvimento da comunidade na contenda, que não se podia deduzir imediatamente do primeiro. Daí a sensibilidade exacerbada da fronteira social, expressa nas tensões da cerimônia de apresentação, seus delicados problemas de etiqueta, finalmente superados. No terceiro ato, uma história, um monólogo no qual se revelavam os motivos da situação dramática.

Mais forte do que a chama incerta da lamparina a iluminar esse solilóquio, arderam, noite adentro, as labaredas do ressentimento. Amargura, indignação, rancor, ódio. Em nenhuma das ocasiões subseqüentes, contando essa mesma história, ou fragmentos dela, o narrador voltaria a pronunciar-se de modo tão visceral. Quando Henrique já extinguiu o lume da “gambiarra” de querosene há muito tempo, nas suas palavras continuavam a crepitar as paixões do conflito, pouco a pouco amortecidas, como que abafadas pelo silêncio da madrugada.

3. O drama

Drama social é o conflito que, com extensão e intensidade variáveis, opõe pessoas ou grupos, no seio de uma totalidade. É um conflito em que as partes invocam, seja a lealdade a princípios diferentes, seja uma regra comum, de cuja violação uma delas é acusada pela outra, seja, ainda, o direito a posições de autoridade ou privilégio, estabelecidos na lei ou no costume.¹⁵

“As situações sociais”, escreve Max Gluckman, em um de seus mais famosos trabalhos, “constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo,

¹⁵ Cf. Turner, 1957:89-90.

- ¹⁶ Cf. Gluckman, 1987:228.
¹⁷ Ver, a propósito, "Prologue: from the ndembu to Broadway" de Edith Turner in Turner, 1985:1-15.
¹⁸ Turner, 1971.
¹⁹ Turner, 1957.
²¹ Cf. Turner, 1974:78-79.
²⁰ Turner, 1974.

pois são os eventos que observa".¹⁶ Quem, no entanto, deu a essa convicção básica da "escola de Manchester" sua expressão mais cabal foi Victor Turner. Em primeiro lugar, talvez, por ter assumido, com todas as suas possibilidades e conseqüências, a metáfora da dramaturgia para dar sentido à vida social registrada pelo etnógrafo. As raízes existenciais dessa preferência, que remontam à infância do autor, filho de uma grande atriz do teatro clássico inglês,¹⁷ manifestam-se nas inflexões da temática do antropólogo, desde sua atração pelos épicos da antiga literatura nórdica, em particular a saga islandesa,¹⁸ até sua abordagem da vida aldeã entre os *ndembu*¹⁹ e a análise que faz de personagens histórico-literários como Becket e Hidalgo.²⁰

Dentre suas importantes contribuições à compreensão do paradigma dramático, entretanto, destaca-se o modelo dos quatro estágios do drama social:

Na sua simplicidade, o drama consiste em um modelo de quatro estágios, procedendo da ruptura de alguma relação vista como crucial no grupo em questão, relação que lhe fornece não só o seu contexto [*setting*], mas também muitos de seus objetivos, através de uma fase de rápida ampliação da crise na direção da mais importante linha dicotômica de clivagem do grupo, para a aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito, no campo da ação. O estágio final é a expressão pública e simbólica da reconciliação ou do rompimento irremediável.²¹

Dramas sociais são, pois, *processos*, onde o que está em jogo é a continuidade do grupo. Com efeito, o agravamento da crise pode levar à sua secessão, em dois ou mais segmentos, doravante rivais. À descontinuidade no tempo, entretanto, pode acrescentar-se uma possível descontinuidade no espaço. Quando isso acontece, parte do grupo ou todas as suas frações veem-se privadas de seu assentamento ou até mesmo de seu território.

Como tantos outros redutos submetidos ao assédio, também Zacarias não conseguiu resistir incólume ao cerco da Companhia. A partir da demolição da casa de "Cóia", as pressões tinham aumentado progressivamente. A cena do trator era, neste sentido, emblemática. Não só da agressividade do conflito, mas também da desproporção das forças em contenda. O monólogo do ressentimento com que Henrique acolhera o etnógrafo, na solidão noturna do seu rancho de pesca, não omitiu esse fato doloroso.

Quando às investidas da Companhia pela violência acrescentou-se a insídia das promessas, alguns trocaram sua inscrição consuetudinária na Praia da

Zacarias por títulos de propriedade e casas de tijolo numa área próxima, a certa distância das margens da lagoa do Bacopari.

Houve, no entanto, os que fizeram pior. Deixaram para trás suas casas, familiares e confrades e aderiram à Companhia, passando a defendê-la e a trabalhar para ela. Abandonaram seu ofício de pescadores por um emprego de carteira assinada, como serventes, pedreiros, vigias ou até mesmo capatazes de obra. Assim, compreende-se melhor o tenso diálogo da apresentação. Diante do recém-chegado, estavam representantes de três gerações – um velho; dois homens maduros, pais de família; e um adolescente, filho de um deles. Em comum tinham, além do ofício, o fato de pertencerem ao segmento do povoado que não se deixara nem intimidar, nem seduzir, nem muito menos comprar. Faziam parte dos que sustentavam o combate com o inimigo que os mantinha sitiados. Daí, o afloramento da desconfiança e o aspecto reservado, por ocasião do primeiro encontro.

Desse ponto de vista, a história recente de Zacarias trouxera consigo o fracionamento do grupo, distinguindo “os que se renderam”, “os que se venderam”, e “os que lutaram”. Com a segmentação espacial havia-se pois instaurado uma oposição moral. Oposição rebatida no terreno sob a forma de dois assentamentos com o mesmo nome, mas não com o mesmo valor.

Na Zacarias das *casas novas* ou das *casas de cima*, como também eram chamadas, juntaram-se aqueles que tinham sido desertores ou trãnsfugas, e, desse modo, tinham favorecido o adversário. Omissos ou renegados, partilhavam a pecha de terem concorrido para rarefazer a massa dos que haviam optado pela resistência. E por mais que se tratasse de encontrar justificativas e atenuantes, sobretudo para “os que se renderam”, o fosso que separava os dois assentamentos era, em 1978, quase tão profundo e intransponível quanto o abismo existente entre a velha Zacarias e a Companhia.

As três cenas que marcaram o primeiro dia do etnógrafo no campo tinham-no conduzido ao âmago de um drama social. Cada uma delas representou, por assim dizer, um estágio do processo de apreensão desse drama. Para a antropologia da “escola de Manchester”, que nesse particular incorpora o viés da formação jurídica do seu fundador, dramas sociais são casos, isto é, envolvem, necessariamente, a disputa, o conflito entre partes antagônicas, a alocação de responsabilidades, bem como o conjunto de processos políticos, jurídico-legais e/ou rituais, que servem para encaminhá-los e ajuizá-los.

- ²² Cf. Hannerz, 1983:172.
²³ Cf. *idem, ibidem*.
²⁴ Gluckman, 1958 [1940].
²⁵ Geertz, 1965.
²⁶ Gluckman, 1961, in Guimarães, 1975:69.
²⁷ Ver, a propósito, Gluckman, 1967:XI-XX, e Van Velsen, 1967:129-149, por exemplo.

Quando se tem acesso a apenas um dos segmentos da ação social, pode-se transformá-lo em dispositivo didático através do qual se evidenciem, com muita clareza, “os elementos díspares que entram na construção de uma ordem social complexa, e geralmente opaca”.²² O *caso* surge, então, como documento etnográfico singular através do qual a vida em sociedade assume a forma sintética de um modelo holista.²³ A análise de uma *situação social* é, propriamente, isto. Vamos encontrar exemplos dela não só em textos clássicos de Max Gluckman, como a “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” (1940),²⁴ como também em alguns dos mais bem-sucedidos trabalhos de Clifford Geertz, como a *História social de uma cidade indonésia* (1965).²⁵

Quando, no entanto, afirma que “se pretendemos penetrar mais profundamente no processo real pelo qual pessoas e grupos convivem com um sistema social, sob uma cultura, temos que utilizar uma série de casos conexos ocorridos dentro da mesma área da vida social”,²⁶ Max Gluckman recomenda que se utilize um dispositivo metodológico, que é uma das marcas registradas de Manchester – o *extended-case method*.

A razão de se tomar não uma, senão toda uma série de ações dramáticas para observação, visa descobrir o perfil processual do grupo. Um *caso* não serve, pois, como no estrutural-funcionalismo, para ilustrar regras abstratas (*apt illustration*), mas para dar conta, juntamente com os demais casos da série, das variações e tendências da vida social como processo e continuidade, isto é, como sequência aberta, que não exclui a invenção, nem oculta a recorrência.²⁷

Em outras palavras, a situação social é uma conjuntura analisada como configuração tensa de vontades, propósitos e valores. O processo da vida social, em contrapartida, é, neste sentido, uma sucessão de conjunturas, de eventos dramáticos, que vão pontuando o fluxo quotidiano da existência, conferindo-lhe um determinado padrão. Cada conjuntura integra, relacionada às demais, o que se poderia chamar de um grupo de transformações, atualização efêmera de um conjunto de “semelhanças familiares”, para recordar Wittgenstein.

Um drama social leva à descoberta de muitas coisas. Muitas mais, no entanto, podem ser reveladas quando se tem, em vez de um só, toda uma série de episódios dramáticos. Através deles, a vida da sociedade estudada adquire um perfil processual, em que se delineiam não só os valores axiomáticos da cultura de um grupo, mas, também, os seus modos de atualização e hierarquização.

Com isso, as palavras de Clyde Mitchell, na abertura do seu *The Kalela Dance* (1956), adquirem um sentido metafórico, pois – “é somente quando esse trabalho tiver sido levado a bom termo que podemos voltar para a dança e apreciar plenamente o seu significado”.²⁸

Assim, também neste caso, cumpre ao etnógrafo abandonar, temporariamente, o drama em três atos, que presidiu sua entrada no campo, para se debruçar sobre a sequência de eventos que, desde o seu início, em 1975, definiram os contornos e rumos da crise em cujo epicentro se encontravam os pescadores de Zacarias.

3.1 – 1975

Maricá começou o ano tentando exorcizar o fantasma da mortandade de peixes, que, no último dia do carnaval de 1974, havia dizimado uma safra, a qual, de acordo com os pescadores, poderia ter sido a mais expressiva dos derradeiros cinco anos. Era vívida ainda a lembrança do mau cheiro e o quadro desolador da lagoa poluída.²⁹

Para evitar a repetição da catástrofe, decidiu-se abrir um canal de comunicação entre a lagoa e o mar, empreendimento do qual participaram o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). O objetivo era “sanear as águas e provocar a entrada de crias de pescado, sobretudo a larva do camarão”.

O evento suscitou toda uma recapitulação da importância que tinha a pesca para Maricá. Tratou-se de rememorar a notória piscosidade da lagoa que, entre tainhas, paratis, acarás, bagres, savelhas e traíras, além do camarão, chegara a produzir até quatro toneladas de pescado por dia. Reafirmaram-se exaustivamente o prestígio e a abundância desse crustáceo, “considerado o de melhor qualidade entre as espécies que abastecem o Grande Rio”.³⁰

O que se tinha conseguido evitar em janeiro, entretanto, acabou por acontecer em agosto. Ao final desse mês chegou à capital a notícia da grande mortandade.³¹ Os primeiros cálculos estimavam em cerca de 50 toneladas os peixes mortos, boiando na lagoa. Nos dias subsequentes, porém, essa cifra quadruplicou. O desastre vitimara uma quantidade assustadora das principais espécies que interessavam à pesca.

A Praia de Jacaroá, o Saco das Flores, a Ponta da Preguiça e do Boqueirão, além de São José do Imbassai foram as áreas mais atingidas. A correnteza,

²⁸ Cf. Mitchell, [1956] 1968:01.

²⁹ Ver, a propósito, *Jornal do Brasil*, 26/01/75.

³⁰ Cf. *Jornal do Brasil*, 26/01/75.

³¹ O fato deu-se por volta do dia 19 de agosto, sendo registrado, na imprensa do Rio, a partir do dia 22/09/75.

- ³³ Cf. *Jornal do Brasil*, 24/08/75.
³² Cf. *O Globo*, 28/08/75. Quando aconteciam nos meses de janeiro e fevereiro, as mortandades tinham ainda um impacto deletério sobre o turismo, pois, afugentando os veranistas, punham em crise o comércio da cidade.
³⁴ Ver, a propósito, as denúncias veiculadas pela imprensa (por exemplo, *O Globo*, 22/08/75). Constava, na época, que cinco toneladas de bagre haviam sido colocadas nos entrepostos dessas cidades.
³⁵ DNOS, Sudepe, Serla, Cedae, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Patrulha Rodoviária.
³⁶ Francisco Cecil Braga Salgado, Cf. *Jornal do Brasil*, 24/08/75.
³⁷ Em meio a tudo isso surge um quiproquó. De acordo com o jornal, os peixes estariam sendo encaminhados à Cibasdep (*O Globo*, 24/08/75). Dois dias depois, a Cibrazem vem a público, em outro veículo, negando a versão, com o argumento de que tal fugiria à sua área de atividades, pois não lhe cabia transformar peixes em adubo. (*Jornal do Brasil*, 26/08/75).
³⁸ Cf. *Jornal do Brasil*, 22/08/75.

no entanto, espalhava peixes mortos por toda a parte. O mau cheiro causava repulsa e temor nos assentamentos de pescadores progressivamente afetados.³²

A perplexidade diante do evento foi geral. Os pescadores não sabiam de onde tirar o sustento para as suas famílias. Impotente, o município considerava se decretava ou não o “estado de calamidade pública”. O Estado, impelido a pensar numa escala mais abrangente, “não sabe como vai impedir a morte das lagoas”.³³

O grande temor era a contaminação, seja das populações ribeirinhas, seja dos moradores de Niterói, São Gonçalo e dos subúrbios do Rio, onde os peixes mortos estariam sendo vendidos.³⁴ Pior ainda era a possibilidade de uma convulsão social, provocada pela iminência da fome. O tom sombrio das previsões levava ao exagero das cifras. Se em janeiro o segmento da população que vivia da pesca era estimado em 1/5 do total de habitantes do município, em agosto já se falava em cerca de 25%.

O prefeito tratou de mobilizar todo o aparato institucional do poder público para dar conta da situação.³⁵ As áreas atingidas foram interditadas, por determinação do coordenador da 4ª Região da Sudepe.³⁶ Reforçaram-se as barreiras rodoviárias para evitar a exportação criminosa dos peixes mortos.³⁷

Em apenas dois dias já se tinham retirado da lagoa e enterrado, graças à atividade de 60 garis, oito caminhões-basculantes e três pás mecânicas, mais ou menos 200 toneladas de pescado em decomposição. A magnitude do sinistro era atestado pelas fotografias nos jornais. Ao receio do contágio, acrescentou-se o medo do desespero dos famintos, e, diante, dele, o Executivo Municipal achou prudente decretar a calamidade pública.³⁸

A decretação da calamidade pública não fez senão reconhecer a crise. Com esse reconhecimento, porém, se desencadeava o que, nos termos de Gluckman, vem a ser um processo de alocação de responsabilidade.

A imprensa registrou os diversos atores desse processo, com suas respectivas posições. Desse modo, evidenciou-se como cada qual escolhia o seu culpado e tinha a sua própria teoria sobre a causa e a natureza dos fatos.

O prefeito fez críticas à falta de apoio e à insuficiência da ação sanitária da Secretaria de Saúde do Estado.

Alguns moradores atribuíram a catástrofe à empresa de ônibus Nossa Senhora do Amparo; mais precisamente ao óleo, que, de sua garagem, teria alcançado a lagoa.

Fiscais da Sudepe consideravam a ocorrência fruto de um provável envenenamento por *timbó*,³⁹ “deslocado para dentro d’água pelas obras de aterro da lagoa”.⁴⁰

O prefeito contestava essa versão, pois, segundo ele, não havia tais plantas no local das obras.

Um grupo de técnicos da Sudepe, do qual fazia parte um biólogo, atribuiu a mortandade à carência de oxigênio na água, “provocada, possivelmente, pela falta de comunicação entre a lagoa e o mar”. Sua teoria apoiava-se na comparação com a Lagoa Rodrigo de Freitas.⁴¹

A Feema não quis arriscar hipóteses. Preferiu anunciar estudos mais prolongados e futuros pareceres técnicos. Um engenheiro sanitarista pertencente aos seus quadros, no entanto, negou que a lagoa estivesse poluída, preferindo invocar, para a mortandade, “causas naturais”, como, por exemplo, bruscas mudanças de salinidade e temperatura, em virtude das condições meteorológicas.⁴²

Outro personagem, caracterizado como “comerciante autodidata”, via o longo período de fechamento da lagoa como a causa disso tudo.⁴³

Essa versão estava em consonância com a do prefeito, que defendia a abertura permanente dos canais de Itaipuaçu e Ponta Negra como solução para o problema das mortandades. Sua preferência manifesta, no entanto, era pela dragagem desses canais e não pelo canal temporário, rasgado na restinga, em Barra de Maricá. Com esse ponto de vista, apontava a paralisação das obras de desobstrução do canal de Ponta Negra – iniciadas em agosto de 1974 e interrompidas em janeiro do ano seguinte – como responsável pelo desastre.⁴⁴

Como a Serla estava incumbida dessas obras, a culpa era dela, e, através dela, do Estado. Este surgia, pois, aos olhos do chefe do Executivo Municipal, como o grande responsável, não só pela mortandade, mas também pelo desperdício de um capital turístico, na medida em que a dragagem, mantendo navegáveis os canais, tenderia a incrementar o tráfego de embarcações de vilegiatura.

Desnudava-se, dessa forma, a insatisfação com o que se poderia chamar de turismo frustrado. O que se enfatizava, nessa linha, era o paradoxo da situação privilegiada de Maricá, na Região dos Lagos, combinada com a insuficiência de recursos, que impedia dela extrair todo o proveito. Costumava-se atribuir a responsabilidade dessa situação ao Estado, pois, quem senão ele deveria suprir as demandas municipais de água, luz, vias de transporte e comunicação?

³⁹ Denominação genérica, de origem indígena, para designar certas espécies vegetais, cujo sumo, misturado às águas, é fatal para os peixes, por isso empregado como recurso técnico de pescaria.

⁴⁰ Cf. *Jornal do Brasil*, 22/08/75.

⁴¹ Cf. *idem, ibidem*.

⁴² Cf. *O Globo*, 22/08/75.

⁴³ Cf. *Jornal do Brasil*, 23/08/75.

⁴⁴ Cf. *idem, ibidem*. O prefeito era Odenir Francisco da Costa.

⁴⁵ Cf. *Jornal do Brasil*, 24/08/75.

⁴⁶ De acordo com *Terra Goitacá*, o *ururaú* “era um jacaré disforme que tragava bois inteiros”. *Apud* Backheuser, 1918:27.

⁴⁷ Além dos loteamentos, pontes e ilhas artificiais, o assoreamento deveu-se, em alguns casos (Jaconé e Saquarema), aos trechos aterrados pela via litorânea Niterói-Rio das Ostras. Acresce ainda que, na *Região dos Lagos*, de Jacarepaguá a Araruama, não havia infraestrutura de saneamento básico e o esgoto era lançado nas lagoas *in natura*.

⁴⁸ Afirmação do presidente da Feema, engenheiro Haroldo de Matos Lemos (Cf. *Jornal do Brasil*, 24/08/75).

⁴⁹ Respectivamente, Hugo de Matos, Eduardo Secades e Haroldo de Matos Lemos.

O Estado, por sua vez, revelou-se estupefato diante da extensão do problema. Para ele não se tratava apenas da perda de algumas centenas de toneladas de pescado. O drama de Maricá remetia à gravidade da situação “das mais de setenta lagoas” existentes no território fluminense.⁴⁵ Com exceção da Lagoa Rodrigo de Freitas, cuja recuperação já tinha seus parâmetros definidos, todas as demais estavam ameaçadas, seja em consequência da devastação produzida pelo homem, seja em virtude de fenômenos naturais.

Camorim e Marapendi, situadas ambas na baixada de Jacarepaguá, sem dragagem há pelo menos sete anos, apresentavam sinais evidentes de uma decadência acelerada. Do outro lado da baía, as lagoas de Piratininga e Itaipu pareciam em processo de extinção. Maricá vinha sendo assolada pelas mortandades com frequência cada vez maior; Jacané e Saquarema apresentavam já sinais evidentes da degradação de sua flora e fauna. Araruama estava visivelmente afetada pelo avanço dos loteamentos situados às suas margens. A Lagoa Feia sucumbia, com espantosa rapidez, aos efeitos do vinhoto, proveniente das usinas de açúcar da Baixada Campista. Juturnaíba, finalmente, o “lago medonho” (na língua geral), encontrava-se semimorta, pois a estagnação de suas águas, outrora povoadas de *ururaús*,⁴⁶ vinha sendo agravada pelo despejo das águas servidas do vizinho município de Silva Jardim.⁴⁷

No caso específico de Maricá, os estudos anunciados pela Feema levariam, pelo menos, dois anos para chegar ao “modelo matemático”, que seria seu resultado final. Enquanto isso, no entanto, era preciso fazer alguma coisa. E para fazer alguma coisa era necessário ter alguma teoria. Neste sentido, prevaleceu a visão da mortandade como um fenômeno cíclico. Sua profundidade histórica remontaria a pelo menos 1824.⁴⁸ A propósito, eram feitas comparações. Maricá, Camorim e Rodrigo de Freitas, todas com precária renovação de águas, apresentavam o fenômeno da mortandade de peixes. Já em Saquarema, onde havia mais contato com o mar, sua incidência era menor.

Nesse contexto, apenas o segmento social dos pescadores não se manifestou de forma corporada. Faltava-lhe, para isso, expressão institucional, pois a Colônia de Pesca Z-12, responsável pela região, estava acéfala havia mais de um ano.

A gravidade da conjuntura trouxe para Maricá uma comitiva do Executivo Estadual. Integravam-na, além do secretário de obras, os presidentes da Serla e da Feema.⁴⁹ Por determinação do primeiro adotou-se, como medida de

emergência, a abertura de uma ligação entre o mar e a lagoa, em Barra de Maricá. A Serla ficava encarregada de providenciar essa ligação, no lugar onde se costumavam abrir, antigamente, as barras sazonais.⁵⁰ Na mesma ocasião, a Sudepe decidiu criar um grupo de trabalho, formado por técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado, do Programa do Desenvolvimento da Pesca (PDP/FAO) e do Departamento de Recursos Animais.

Com máquinas pesadas e sob a orientação de topógrafos, começaram, no dia seguinte, os trabalhos de escavação e dragagem.⁵¹ Ato contínuo, formulou-se um plano de emergência para a recuperação de Maricá, do qual o primeiro passo era, precisamente, o rompimento do friso litorâneo, entre o mar e a lagoa, no local antes mencionado. O segundo foi a instalação de um laboratório que, após colher dados em seis pontos do sistema lagunar, tentaria estabelecer as causas da mortandade.⁵²

No dia 2 de setembro, a comunicação entre a lagoa e o oceano havia-se estabelecido. A ocasião propiciou toda uma série de esclarecimentos. A abertura periódica do canal era necessária para que os pescadores tivessem peixe de melhor qualidade. Em outros tempos, eles mesmos se encarregavam dessa abertura, em grandes mutirões. Atualmente existiam dois partidos – um favorável às barras provisórias, o outro a favor da fixação dos canais por meio de enrocamento.

A calamidade pública, entretanto, conseguiu trazer para Maricá o próprio governador do Estado.⁵³ A pauta da visita haveria de levá-lo, não só à “nova” estação de tratamento da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) e ao local da futura ponte do Boqueirão, mas também ao *canal da barra*. Lá recebeu, do interventor da Colônia Z-7 (Itaipu),⁵⁴ um memorial dos pescadores que, havia bastante tempo, passavam necessidade.

Pouco mais de uma semana depois dessa visita, as famílias dos pescadores foram bonificadas com a distribuição de alimentos. A responsabilidade da operação, bastante delicada, nas circunstâncias vigentes à época, coube à Fundação Leão XIII, sob o comando direto do seu presidente.⁵⁵

A crônica dessa distribuição merece ser transcrita do registro jornalístico. Alguns flagrantes, sobretudo, expressam, com perfeição, a carga dramática do evento:⁵⁶

⁵⁰ Cf. *Jornal do Brasil*, 26/08/75.

⁵¹ *Jornal do Brasil*, 27/08/75.

⁵² Os dados para coleta: nível de oxigênio; salinidade; temperatura e plâncton. Os pontos de coleta situavam-se nas lagoas de Maricá, da Barra, do Padre e de Guarapina. (Cf. *O Globo*, 28/08/75).

⁵³ Tratava-se do almirante Faria Lima, primeiro governador do novo estado, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

⁵⁴ Hildo Melo.

⁵⁵ José Beça.

⁵⁶ Os trechos foram extraídos de matéria assinada por Aguinaldo Silva e publicada no jornal *Movimento*, de 22/09/75.

⁵⁷ O *Jornal do Brasil*, de 15/09/75, faz referência à mesma cena.

Quando o caminhão parou em frente a sede do São Pedro Futebol Clube, em Barra de Maricá, Estado do Rio, a multidão, calculada em 300 pessoas, já estava à espera há algumas horas. Eram os pescadores da lagoa de Maricá, que há quase um mês enfrentam dificuldades – desde que os peixes mortos começaram a aflorar à superfície, e eles foram obrigados a suspender suas atividades, pois não se sabe que tipo de poluição está causando a mortandade. Reunidos ali, eles esperavam o caminhão da Fundação Leão XIII que distribuiria cerca de dezesseis toneladas de alimentos e lhes daria, durante um mês, uma mesa farta.

[. .]

“Era mesmo comida e da boa”, como comentou Lucia Ferreira, mulher do pescador Nério Coutinho, a primeira a receber sua quota de alimentos: armada de uma bolsa de papelão, cercada por quatro dos doze filhos que tem, ela se viu impotente diante dos 142 quilos de alimentos que lhe deram, e travou, ajudada pelas crianças, contra a volumosa carga, uma luta grotesca que se prolongou, aos arrastões, até a porta de sua casa humilde, numa viela distante da lagoa.

[. .]

Ao chegar em casa Lucia Ferreira, cercada pelos doze filhos – o marido estava em algum lugar, fazendo biscates –, abriu avidamente o saco plástico e retirou quatro quilos de sal, cinco de café, 14 de carne-seca, 14 de farinha, 14 de latas de um quilo de óleo vegetal, 21 quilos de açúcar, 28 de arroz, 28 de fubá, 28 de feijão e dez latas de leite em pó. Em prantos, deixou tudo espalhado pelo chão de casa, saiu, foi até o local onde se fazia a distribuição, tomou as mãos do Prefeito, beijou-as emocionada e soltou uma única frase – antes de retornar à casa, onde as crianças arrumavam os alimentos: “Deus lhe pague, doutor”.⁵⁷

[. .]

Diante do São Pedro Futebol Clube, o caminhão da Fundação Leão XIII está vazio, e até os veranistas, que se reuniram nas proximidades, à falta do que fazer, para acompanhar a distribuição de gêneros, já se dispersaram, após consumir o estoque de cerveja de um bar próximo. E só então José Beça, impressionado com a situação de “extrema penúria” em que encontrou os pescadores de Maricá, fez uma confidência aos repórteres que documentavam a distribuição

de alimentos: “meu medo é que a doação desses alimentos venha a gerar uma espécie de dependência”.

O prefeito aproveitou sua condição de herói do dia, para ressaltar um ângulo favorável da mortandade. As 250 toneladas de peixes mortos, com efeito, tinham mostrado não só a piscosidade da lagoa, mas também o caráter rudimentar das técnicas manipuladas na pesca artesanal voltada para a sua exploração.

Diante desse paradoxo, pôs-se a sonhar em voz alta:

Nossa lagoa, que tem 38 quilômetros quadrados de área, poderia, no futuro, ser um grande viveiro, se os problemas atuais forem equacionados e ela vier a ser explorada comercialmente, com técnicas mais sofisticadas.⁵⁸

Essa visão prospectiva do chefe do Executivo Municipal contrastava, fortemente, com a atuação dos pescadores, por meio da qual se revelava, no seio do drama social mais amplo, o recorte específico do drama de uma categoria profissional, que se via diante da possibilidade de extinção do seu modo de vida:

Nos últimos trinta dias, impossibilitados de pescar – e conseqüentemente de comer –, eles trataram de conservar o material necessário à profissão, pois ainda acham que a mortandade foi um fato isolado, uma espécie de maldição qualquer, que não se repetirá: remendaram as redes, puseram-nas ao sol para secar; passaram betume nos barcos, reforçaram os abrigos sob os quais estes ficam protegidos do insistente vento Sudoeste que sopra uma areia fina e cortante. E quando nada mais tinham a fazer, limitaram-se a ficar de cócoras, à beira da Lagoa, provavelmente a rezar, para que não mais aparecessem peixes mortos. Muitos deles não saíam das margens da lagoa, nem mesmo para apanhar os alimentos; mandaram as mulheres e os filhos.⁵⁹

A transformação da lagoa de Maricá num “grande viveiro”, a partir do qual seriam exportados para a região metropolitana peixes e crustáceos, a preços competitivos, gerando lucro e imposto, não era, porém, o único sonho do prefeito. Seus olhos estavam também voltados para a cidade grande, por causa dos veranistas. Maricá tinha, graças à beleza de suas praias, e à sua proximidade do Grande Rio, um enorme potencial turístico, que permanecia insuficientemente explorado. E, novamente, a culpa de tal situação cabia ao Estado, omissivo na sua função de provedor dos serviços de infraestrutura, indispensáveis ao cumprimento dessa vocação do município. Não era, pois, de estranhar-se a insistência com que perseguia recursos para construir, a curto

⁵⁸ Cf. *O Globo*, 14/09/75. O semanário *Movimento* (22/09/75) transcreve também essa declaração.

⁵⁹ Cf. *Movimento*, 22/09/75. Esse tipo de visão, que atribuía aos pescadores uma atitude místico-fatalista, não era partilhada por outros observadores – “o misticismo não tomou conta da Colônia Z-12. Eles não encaram a tragédia como um terrível castigo de Deus, o fato não tem raízes religiosas, mas materiais. E a poderosa entidade responsável pelo fenômeno não é divina. É inatingível pela fragilidade dos pescadores. Mas detectável”. (*Diário de Notícias*, 07/10/75).

⁶⁰ Cf. *Jornal do Brasil*, 22/04/75.

⁶¹ A autoria do plano urbanístico era do escritório C&S – Planejamento Urbano Ltda., do economista Eduardo Sobral e da arquiteta Maria Elísa Costa, filha do urbanista.

⁶² O parecer era assinado pelo diretor de planejamento da Fundrem, arquiteto Maurício Nogueira Batista.

prazo, a ponte do Boqueirão, já “reivindicada, desde 1847, pelo conde Modesto Leal”. Com ela estava em pauta a redução da distância da cidade de Maricá até as suas praias, em cerca de 20 quilômetros, um problema relacionado com o planejamento global da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).⁶⁰

Este sonho da província, no entanto, estava em via de se transformar em pesadelo, graças a um outro sonho acalentado na cidade grande. Tratava-se do projeto da Cidade de São Bento da Lagoa, ambicioso plano de urbanização para cerca de 90 mil habitantes (três vezes a população de Maricá, naquela época), a ser realizado numa área de 25 milhões de metros quadrados, entre o mar e a lagoa, no primeiro e terceiro distritos do município.

A responsabilidade financeira da iniciativa cabia a Lúcio Thomé Feteira, empresário português, radicado no Brasil e associado ao grupo Westinghouse. A concepção técnica do projeto tinha a chancela do professor Lúcio Costa, consagrado autor de alguns dos grandes projetos do urbanismo modernista, a começar pelo Plano Piloto de Brasília.⁶¹

Encomendado em 1971, o Plano Diretor de Urbanização da antiga Fazenda de São Bento da Lagoa tinha sido encaminhado para pareceres e aprovação, em meados de 1973. Após ter sido apreciado pela Companhia Fluminense de Desenvolvimento Urbano (Desurj) e pela Companhia de Turismo do Estado do Rio (Flumitur), e tendo sido enviado também à Prefeitura, esta última decidiu, em 1975, através de seu titular, submetê-lo à consideração da recém-criada Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem).

O prefeito sofreu críticas por isso, partindo, sobretudo, de uma facção da Câmara de Vereadores, que via nessa iniciativa uma abdicação das prerrogativas do Poder Municipal. Para justificar-se, alegou o peso da responsabilidade sobre o futuro de Maricá.

A Fundrem emitiu um parecer que ressaltava as “características ímpares de utilização” das áreas situadas entre o mar e a lagoa, classificando-as como:

Um bem escasso, cuja relação com o número de habitantes da Região Metropolitana tenderá sempre a reduzir-se, fato que representa razão suficiente para que se procure de todas as formas preservá-las como um bem comum para uso da população metropolitana e evitar que suas utilizações, visando apenas aos interesses locais, venham a desvirtuar esse objetivo e diminuir ainda mais seu potencial de utilização e interesse metropolitano.⁶²

Entretanto, a descoberta de tais qualidades, pela região metropolitana, devia-se a uma novela de televisão, que projetara o cenário de lagoas e restingas em escala nacional.⁶³ Para alguns órgãos de imprensa, esta subida ao estrelato televisivo foi a desgraça de Maricá. A avidez da procura despertou a cobiça dos especuladores. Estes começaram a multiplicar loteamentos, numa atividade febril. As areias da restinga começaram a ser retalhadas por uma urbanização predatória, que degradava os “valores ecológicos”, descaracterizava a paisagem e destruía a base econômica do município. A maioria dos empreendimentos imobiliários não tinha sequer fundamento legal, colocando no mercado “terrenos fantasmas”, talhados na “propriedade legítima do poder público”.⁶⁴

Apesar disso, as dragas revolviavam o fundo da lagoa, enquanto os tratores iam devastando os morros limítrofes para aterrar suas margens – “tudo em nome do progresso. Tudo com apoio das autoridades municipais”, as quais, astuciosamente, teriam evitado que, na sua visita, o governador descobrisse a frenética especulação das companhias loteadoras, e, com ela, as verdadeiras causas da grande mortandade.

Para o ponto de vista que se expressava desse modo, não parecia haver dúvida quanto à identificação dos culpados:

Na verdade, é a desenfreada especulação imobiliária o grande vilão da tragédia que atinge Maricá. Poucos reconhecem esse fato. Por ignorância ou por misteriosos interesses.⁶⁵

Assim, tratava-se de denunciar como fraudulentos os negócios das duas maiores empresas imobiliárias que atuavam na região: a Companhia Nacional de Loteamentos, “de propriedade do poderoso Robert ‘Francês’” e a Companhia Urbanizadora São Bento da Lagoa – “pertencente ao conhecido empresário internacional Lúcio Feteira”.

No mesmo átimo, com “essa invasão ilegal”, apontava-se o principal efeito dela sobre um segmento da sociedade de Maricá:

Ocupando, há mais de 150 anos, as terras que margeiam as lagoas – a comunidade pesqueira de Maricá está oprimida, ameaçada de expulsão (muitos já foram obrigados a abandonar suas casas) pelos poderes mágicos dos especuladores.⁶⁶

Em apoio a essa perspectiva, invocava-se a opinião dos próprios pescadores, representada por um de seus líderes, um homem de meia-idade, com 19 filhos

⁶³ A novela em questão era “Fogo sobre terra” (Janete Clair). Seu enredo girava em torno do destino de uma pequena cidade – *Divineia* – ameaçada pelas águas de uma barragem que devia trazer o progresso à região. A locação escolhida foi o povoado de Barra de Maricá e arredores. A praça do lugar é, até hoje, conhecida como *Divineia*.

⁶⁴ Cf. a edição de 05/10/75, do *Diário de Notícias*, matéria intitulada “Ou Maricá acaba com os loteamentos, ou os loteamentos acabam com sua Lagoa”.

⁶⁵ Ver, a propósito, o *Diário de Notícias*, 05/10/75. Este jornal pertencia ao grupo Macedo Soares que se opunha, no PSD fluminense, à liderança do almirante Ernani do Amaral Peixoto, genro do ex-presidente Getúlio Vargas, por sua vez, “compadre de Lúcio Thomé Feteira”, segundo se dizia.

⁶⁶ Cf. *Diário de Notícias*, 05/10/75.

⁶⁷ Cf. *Idem, ibidem*.

e 22 netos, chamado Antônio. Este se referia, explicitamente, à atividade das imobiliárias que, nos períodos de estiagem, se dedicavam à criação de “novos lotes nessas margens ressecadas pelo sol”. Criticava as dragas que revolviam o fundo da lagoa para alimentar os aterros das loteadoras.

Diante disso, manifestava, com toda clareza, sua preocupação. Nascido e criado à beira da lagoa, não conhecia outro meio de sustento que não a pesca em suas águas, à qual se dedicava “há mais de 30 anos”. O mar não constituía, para ele, uma alternativa, pois não poderia enfrentá-lo com sua frágil embarcação. Tornar-se embarcado, numa traineira, era igualmente impossível, pois estas “não aceitam a inofensiva concorrência e a companhia dos pescadores dedicados à pesca artesanal”.⁶⁷

O efeito dessas declarações não se fez esperar. No contexto em que foram publicadas, o prefeito era acusado de conivência com a exploração imobiliária. Por esse motivo parece ter resolvido interpelar o seu autor numa conversa que a imprensa qualificou de “reservada”, cujo teor, no entanto, reproduziu em detalhe, sob o título “O pescador e o prefeito no diálogo surrealista”:

– Estou decepcionado com você, Antônio. Como é que você fala uma coisa daquela aos repórteres? Diz que a colônia está passando fome?

– Mas, prefeito, eu disse só a verdade.

– E, ainda, me acusa de não estar fazendo nada para ajudar vocês?

– Prefeito, de que forma o senhor vai convencer os peixes a cair em nossas redes? Isso, eu quero saber.

– A lagoa vai voltar a ser como era, Antônio. Eu me preocupo com todos da comunidade. Consegui, até, alimento suficiente para vocês passarem três meses sem problemas. O governador destinou uma verba de 19 milhões para isso.

– Tá bom. Seu Odenir. Mas, essa comida não resolve o problema da gente. Depois que acabar, como é que vai ser. Nós vamos morrer de fome. O governador vai continuar alimentando os pescadores?

Gente das Areias

– Antônio, você está muito revoltado. O governo já está tomando todas as medidas para que a Lagoa volte a conhecer a velha piscosidade. A barra começa a ser aberta e isso vai solucionar a situação.

– Ah! Seu Odenir, não sei não. Acho que não vai adiantar coisa nenhuma. O Sr. já viu a cor das nossas redes? As águas mudaram de cor. Tá tudo vermelho. A gente acha que a culpa de tudo isso são essas máquinas que estão aterrando a Lagoa. Elas são uma maldição. Mataram os bagres, as tainhotas, os paratis, as saveilhas, os acarás. Querem acabar com a gente. O Sr. tem que dar um jeito nelas, prefeito!

– Antônio, as máquinas não têm nada a ver com isso. O progresso está chegando ao município, rapaz! Isso é bom para todo mundo. Maricá vai crescer e todos vão melhorar de vida, inclusive vocês. A questão é simples: a lagoa não é dragada há muitos anos e a ligação dela com o mar foi fechada. Agora, é abrir. Só isso, Antônio.

– Seu Odenir, o Sr. diz isso porque não é pescador. Não é pobre. Mora no conforto da cidade e ganha seu dinheiro sem precisar da lagoa. Se a fonte de seu ganha-pão secasse, o Sr. ia ficar tão revoltado quanto a gente. E não ia inventar uma porção de coisas para explicar essa morte doida dos peixes.

O prefeito continua tentando desviar os olhos de Antônio das máquinas para fenômenos puramente naturais. Mas a teimosia do pescador é irritante. E as indagações retornam ainda mais incisivas.

– Outra coisa, seu Odenir. A gente não está assustada só por causa dos peixes que morreram. Os homens das companhias querem expulsar todo mundo de suas terras. Querem fazer loteamentos numa coisa que não é deles. Não queremos sair. Isso que os homens querem fazer não tá direito, prefeito!

– Isso é boato, Antônio. Ninguém deseja expulsar ninguém. Se a terra pertence a vocês, as companhias não poderão chegar aqui e colocar todos para fora.

– Mas, seu prefeito, eles já tão expulsando. Em Guaratiba, as companhias construíram uma favela e jogaram os pescadores lá. E ficaram com as terras da gente. Não é boato não, seu Odenir. Vai olhar aquelas bandas para o senhor ver como as casas tão crescendo!

⁶⁸ Cf. *Diário de Notícias*, 09/10/75.
⁶⁹ “Política do significado” ou “luta pelo real” é, para Geertz, “a tentativa de impor ao mundo uma concepção particular de como as coisas são em sua essência e, portanto, como os homens devem agir [...]” (Geertz, 1978:211).

– Antônio, os pescadores não foram obrigados a sair. Eles concordaram em morar nesse conjunto habitacional. São casas de tijolo e não favelas, como você diz.

– Não tá certo, prefeito. Os pescadores são muito ingênuos. Foram enganados. Ninguém deixa sua terra para morar n’outro lugar. As casas não são grande coisa, seu Odenir. Ainda por cima, o pessoal tem de pagar para ficar por lá.⁶⁸

* * *

O adjetivo *surrealista* dificilmente se aplica a esse diálogo se lhe dermos a devida atenção. Podemos antes considerá-lo uma peça da retórica dos motivos que acompanha o drama social em questão. De modo algum estão dele ausentes considerações lógicas e morais. Trata-se “antes” de duas lógicas e de duas ordens distintas de valores que se defrontam nesse episódio de uma autêntica política do significado.⁶⁹

O prefeito e o pescador encarnam versões abertamente antagônicas, num clima de mútua acusação.

O prefeito advoga uma causa natural para o fenômeno da mortandade – o longo período sem barra oceânica. A abertura desta, graças à intervenção do governo, vai, segundo ele, restaurar a piscosidade da lagoa.

O pescador aponta uma causa social, responsabilizando os loteamentos, sob a forma das máquinas, pelo desastre. É cético quanto à volta da abundância de peixe. Fundamenta sua descrença em dois sintomas: a cor da água (vermelha) e a mortandade extemporânea (“morte doida”) dos peixes.

Para o prefeito, as máquinas não apenas são inocentes dessa desgraça, mas têm um papel francamente positivo, como portadoras do progresso, para Maricá.

Para o pescador são, ao contrário, emissárias de uma “maldição”; sinais inequívocos de que “querem acabar com a gente”. Neste sentido, não teme apenas pela existência dos peixes, mas, também, pela dos próprios pescadores, segundo ele, ameaçados de expulsão. Do seu ponto de vista, o discurso do prefeito revela apenas que ele não é um pescador pobre, mas um homem da cidade, cujo conforto vem de recursos outros que não os da lagoa. Quanto à expulsão, invoca o exemplo dos confrades de Guaratiba, levados a morar em “favelas”.

O prefeito rejeita não só essa qualificação, enfatizando expressões como “casas de tijolo” e “conjunto habitacional”, mas, também, a insinuação de que tal reassentamento teria sido compulsório.

O pescador, em contrapartida, admite a ingenuidade dos companheiros, e, com ela, a certeza de que tinham sido ludibriados através de um ardil. Por isso, continua a apontar dragas e tratores a todos que lhe perguntam pelos motivos da mortandade. E, ao fazê-lo, revela toda sua perplexidade, que vai mais além das águas da lagoa ou de suas margens:

“Além de matar os peixes”, diz, “eles devastam as nossas pastagens. E nossas vacas, carneiros e cavalos não tem o que comer. Sabe, as coisas para nós estão muito pretas. Não vejo um fiapo de esperança ou um raio de luz que indique uma saída. O que vamos fazer? Todos os companheiros me dirigem a mesma pergunta. E eu não sei o que dizer. A única coisa que podemos fazer é esperar. Mas esperar pelo quê?”⁷⁰

* * *

Os eventos consecutivos de um drama social, entretanto, jamais se fazem esperar, uma vez desencadeado o processo. Vários atores começaram, imediatamente, a se incorporar ao conflito. Um advogado,⁷¹ convencido da legitimidade dos direitos dos pescadores, impetrou uma ação para garantir sua salvaguarda. Alegou uma motivação altruísta. O editor de um jornal carioca⁷² veio a público para acusar o empresário.⁷³ Na matéria, este último surgia na sua qualidade de “português” (isto é, estrangeiro) e era rotulado de “aventureiro” e “mercenário”, visto ter negócios em várias partes do mundo. Seus investimentos no Brasil seriam, também, “estratégicos”, como bem podia comprovar a “compra da Fazenda da Prainha, na localidade de Mambucaba, perto da Usina Nuclear de Angra dos Reis”. Os amigos do empresário argumentaram que, na verdade, este buscava a realização do seu maior sonho – a Cidade de São Bento da Lagoa, fruto do seu espírito de “bandeirante” ou “milionário com tendências megalomaniacas”. Seus acusadores, entretanto, alegavam que, em virtude dos seus interesses na pecuária⁷⁴ do município, seus negócios imobiliários visavam ao crescimento de Maricá “independentemente do preço que a comunidade terá de pagar”.⁷⁵ Insinuavam que a própria Fundrem estaria temendo não ter o empresário recursos suficientes para assegurar o projeto, em razão da magnitude

⁷⁰ Cf. *Diário de Notícias*, 09/10/75.

⁷¹ Dr. Antonio Italessi.

⁷² Tratava-se do jornalista Hélio Fernandes de *A Tribuna da Imprensa*.

⁷³ Lúcio Thomé Feteira.

⁷⁴ Através da Sociedade de Exploração Agrícola e Industrial S.A. (SEAI), que mantinha fazendas de gado no quilômetro 18 da Rodovia Amaral Peixoto, no RJ.

⁷⁵ Cf. *Diário de Notícias*, 09/10/75.

- 76 Conforme consta no relatório da Fundrem, assinado pelo arquiteto Maurício Nogueira Batista.
 77 Cf. *Diário de Notícias*, 09/10/75.
 78 Ocorrida em 19/01/1976, quarta-feira.
 79 Isso corresponderia à produção de cerca de 1.000 pescadores da Colônia Z-12.
 80 Os trabalhos de abertura da barra foram iniciados no dia 09/08/76.
 81 Manoel José Rodrigues.
 82 Cf. *O Fluminense*, 13/08/76.

deste: nada mais, nada menos do que uma réplica da capital federal, em escala menor.⁷⁶

Em torno da barra travou-se, igualmente, acirrada polêmica. Foi invocada, por exemplo, a competência de “alguns sábios habitantes do município que conhecem todos os segredos escondidos na pródiga natureza local”, para arguir a inutilidade da ação do governo, na abertura da barra. Esta só seria eficaz, sob o comando dos “iniciados nos mistérios da região”. Destes últimos chegou-se a veicular um apelo: “*Por favor, deixem a barra em paz. Aquilo ali é providência do passado.*”⁷⁷

3.2 – 1976

Em pleno verão, desta vez, a lagoa de Maricá voltou a apresentar o fenômeno da mortandade de peixes.⁷⁸ Foram cinco toneladas. A Feema constatou, como causas, o baixo índice de oxigênio (2,5 mg/l; o normal seria 7 mg/l) e a temperatura demasiado elevada da água (29°C; o ideal seria 19°C). O prefeito manifestou seu temor de que viesse a se repetir a mortandade de 1975, o que não só afetaria a economia do município, como também o consumo do Grande Rio, para onde eram enviadas, diariamente, de três a quatro toneladas de pescado.⁷⁹

A Feema verificou a virtual obstrução dos canais de Ponta Negra e Itaipuaçu, apesar dos trabalhos de dragagem que vinham sendo realizados pela Serla. Seus técnicos já tinham observado anteriormente, além do acúmulo de terra e detritos no fundo da lagoa, grandes quantidades de vegetação em suas águas, com sérias consequências para o seu índice de oxigenação. Como medida de emergência, a Secretaria de Obras tratou de abrir, em Barra de Maricá, um canal com apenas quatro metros de largura.

Providência idêntica viria a ser tomada, novamente, em começos de abril. E repetida, ainda uma vez, no início de agosto.⁸⁰ Embora assustados com a perspectiva de outra grande mortandade, os pescadores manifestaram-se pessimistas quanto ao êxito dessa medida emergencial.

O capataz da Colônia Z-8, em Maricá,⁸¹ criticou a escolha do momento para rasgar a barra. O canal só poderia ter sido aberto com êxito antes da época da desova, nos meses de enchente. Essa oportunidade havia passado. As águas da lagoa estavam fracas. E o mar forte poderia fechar a barra, em apenas dois ou três dias.⁸²

Por detrás dessa afirmativa, evidenciavam-se os contornos de um drama precedente. Em junho, o volume d'água teria sido suficiente. Naquela oportunidade, porém, tinha-se aberto o Canal de Bambuí⁸³ e a água havia-se escoado pelo Canal de Ponta Negra. Daí o estado atual da lagoa, agravado ainda por dois outros fatores: a escassa entrada de peixes pela Ponta Negra e os efluentes, despejados no Rio Mombuca, pelos alambiques da localidade de Saúde, nas encostas da Serra do Silvado.

O prefeito, invocando sua condição de filho de uma família de pescadores, anunciou a impossibilidade do “ciclo da tainha”, na lagoa, porque a *barra* estava sendo aberta com atraso,⁸⁴ apesar dos seus reiterados avisos aos técnicos da Serla – “mas eles acham que mais ninguém entende de lagoas...”⁸⁵

Desperdiçada a ocasião, entretanto, e enquanto não se tivesse uma *barra permanente*, com enrocamento mar adentro, restava, como única solução, a dragagem dos canais de Itaipuaçu e Ponta Negra, para evitar a catástrofe.

O superintendente da Serla⁸⁶ expôs longamente aos jornalistas o relatório técnico consultivo internacional (OMS-ONU) para as obras de fixação de embocaduras e barras das lagoas.

Um velho pescador de Barra de Maricá, entretanto, lembrou que não se tratava apenas de um problema hidráulico ou sanitário. A *barra* tinha a ver, sobretudo, com a piscosidade da lagoa:

Onde se pescava até 120 quilos, hoje não dá nem pro remédio. Antes não era assim, de uns dez anos para cá acontece isso todos os anos. Não há peixes, nem camarões, mesmo a barra abrindo, como aconteceu no início de abril. Na minha época, a barra abria duas a três vezes por ano, mas agora é difícil abrir uma só vez.⁸⁷

O capataz da Colônia Z-8 não foi mais otimista quanto às obras capitaneadas pela Serla:

O canal que está sendo aberto só pode adiantar se fizer boa carreira com duração de pelo menos um mês, caso contrário não vai adiantar nada. A água é pouca e o mar não está manso. Acredito que pode haver nova mortandade; inclusive, sei que já estão morrendo bagres e savelhas, para os lados da praia de Jacarará.⁸⁸

Preocupavam-no, além disso, duas coisas mais. Primeiro, a cor da água, demasiado clara, depois da última mortandade, e, por isso, desfavorável para as *criações*.⁸⁹ Segundo, a pesca ilegal, sob as formas do *arrasto* com malha fina

⁸³ Canal que liga o “lago” do Padre à Lagoa de Guarapina.

⁸⁴ O período favorável cobre os meses de maio a agosto, os proverbiais meses sem erre (“r”).

⁸⁵ Cf. *O Fluminense*, 13/08/76.

⁸⁶ Engenheiro Eduardo Secades.

⁸⁷ Teófilo Gomes da Costa, 72 anos, (*O Fluminense*, 13/08/76).

⁸⁸ Manuel José Rodrigues; declaração a *O Fluminense*, 13/08/76.

⁸⁹ O capataz referiu-se, ainda, a um boato: “Alguém disse que botaram remédio”. (Cf. *O Fluminense*, 13/08/76).

⁹⁰ Orestino Pereira Costa, 49 anos.

⁹¹ Cf. *O Fluminense*, 13/08/76.

⁹² Nesse mesmo ano, outro acontecimento, a Revolução dos Cravos, trouxe para a região investidores portugueses, como por exemplo o incorporador J. Pimenta. Parte desse capital ingressou no mercado imobiliário, também em Maricá.

⁹³ Alguns deles em loteamentos resultantes do aterro das margens da lagoa. O prefeito tentou embargar aterros em Guaratiba. A Serla, no entanto, teria permitido a sua continuidade, até um mês antes. (Cf. *O Fluminense*, 13/08/76).

(3 a 5cm) que mata os filhotes; do *arrasto de porta*, que “tapa” os nichos das espécies; e do *cai-cai*, arrasto de camarão que mata as larvas. Como *fiscal da lagoa*, tinha-se visto, poucos dias antes, na contingência de apreender duas redes.

Um pescador de meia-idade,⁹⁰ no ofício desde os 13 anos, reclamou do que lhe parecia uma situação perversa. Enquanto ele pagava licença de pesca, os turistas não eram obrigados a fazer o mesmo – “eles chegam e têm mais direito que nós”, observou, para, em seguida, lamentar-se:

A tainha não entra por causa da barra; o forte era o camarão, mas não tem nenhum; nem dá pro consumo próprio. No tempo da guerra, a gente abastecia os soldados, que guardavam este litoral, apenas com camarão. A estrada da Barra foi feita pela companhia Feteira, há vinte anos, e hoje muitos estão tomando as terras a que temos direito: a gente não pode construir garagem [de barco] ao redor da lagoa [nos portos], porque eles não deixam. Nem adianta reclamar, porque não há ninguém para *puxar* por nós.⁹¹

Nessa mesma conjuntura, o turismo revelou-se como problema, não só para os pescadores. O prefeito, por exemplo, manifestou-se apreensivo com a ocupação da restinga. O número de pessoas construindo tinha aumentado muito, desde 1975, ano em que Divineia – cenário da novela “Fogo sobre terra” – tinha celebrizado Maricá, pela televisão, para todo o Brasil.⁹² Cerca de 30 projetos davam entrada na prefeitura, por mês, em busca de aprovação.⁹³ Em virtude disto, tornava-se necessária nova reformulação do Código de Planejamento Urbano e Obras e do Código de Posturas Municipais, embora tivessem, ambos, passado por uma recente reforma, com base no Código de 1948.

Essa preocupação com a restinga, no entanto, suscitava de imediato outra – a exiguidade dos recursos do município, de acordo com sua previsão orçamentária. A arrecadação municipal era muito pequena, apesar da recente atualização do cadastro de contribuintes. Por falta de indústrias, eram magros os frutos do ICM, recolhido pelas pequenas charqueadas e olarias. O turismo, por sua vez, grande fonte potencial de tributos, não se desenvolvia satisfatoriamente, por falta de infraestrutura hoteleira.

O raciocínio do prefeito estabelecia uma conexão entre a restinga, o turismo e o orçamento municipal. Como, no entanto, sonhar com os recursos provenientes do veraneio ou do turismo, se Maricá permanecia isolada, com

apenas um telefone de manivela, quase sempre com defeito, para 35.000 habitantes? O “sonho do aeródromo” já se tinha tornado realidade, graças a uma colaboração do Ministério da Aeronáutica com a Prefeitura.⁹⁴ Em conexão com este, existia o sonho de uma indústria (“não poluente”) de peças para aviões, da qual se esperavam 400 empregos diretos. Nesse contexto, a possível construção de três grandes hotéis, pela iniciativa particular, em convênio com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), surgia como um alento. Os três destinavam-se à realização de outro sonho: o de um turismo de alto nível, como indicava claramente sua localização – no centro de Maricá, em Ponta Negra e na Ponta do Boqueirão, respectivamente.

Enquanto isso, Barra de Maricá, a Divineia de “Fogo sobre Terra”, continuava sem luz, sem água e esgoto, e sem calçamento. “Se houvesse luz”, ponderava um pescador, “a gente podia instalar um frigorífico”, acrescentando, em seguida, “Mas não adiantaria, porque o peixe está acabando”.⁹⁵

Se a causa dos pescadores parecia, pois, perdida, outra causa vinha em plena ascensão. Com um investimento de 3 milhões de dólares,⁹⁶ a Cidade de São Bento da Lagoa destinava-se a receber cerca de 90 mil habitantes, numa extensa faixa junto ao litoral.⁹⁷

A Companhia São Bento Urbanização e Turismo Ltda., que tinha a seu cargo o projeto, associava capitais provenientes da Westinghouse norte-americana e de Lúcio Thomé Feteira, na razão de 55% e 45%, respectivamente.⁹⁸ Com eles pretendia-se garantir “a infra e superestrutura exigidas por uma cidade moderna, com casas e edifícios de até 22 pavimentos, tirando partido de praias, canais e morros”.⁹⁹

Ao final do ano, reacendeu-se a polêmica em torno desse projeto, como permitem vislumbrar seus ecos na imprensa. Através deles delineavam-se, claramente, os pontos e partidos do contencioso. O fato crítico era a constatação de que o ambicioso empreendimento imobiliário e urbanístico não se estabelecia num vazio demográfico. Implicava, ao contrário, a remoção compulsória de algumas dezenas de famílias de pescadores, da localidade de Zacarias. A desproporção de forças entre os litigantes era enorme:

Quando a Companhia chega com os seus tratores, derrubando muros e barracos, o pessoal não tem a quem apelar. Quem é que vai defender essa gente humilde da praia do Zacarias, que não tem para onde ir?¹⁰⁰

⁹⁴ Cf. *O Fluminense*, 13/08/76.

⁹⁵ Orestino Pereira Costa, 49 anos. (*O Fluminense*, 13/08/76). Além disso, a própria prefeitura empregava 1/3 de sua receita no único hospital do município.

⁹⁶ “[...] mais de um terço da poupança nacional depositada em caderneta”. (Cf. *Jornal do Brasil*, 12/09/76).

⁹⁷ Uma área “20% maior do que a do bairro de Copacabana, com somente 25% de sua população”. (Cf. *Jornal do Brasil*, 12/09/76).

⁹⁸ Estava prevista a cessão de parte das cotas deste último a outro acionista (um banco) ainda não identificado na ocasião.

⁹⁹ Cf. *Jornal do Brasil*, 12/09/76.

¹⁰⁰ As palavras eram de Timóteo Assunção, pescador de Barra de Maricá, registradas em matéria do jornalista Martinho Santa-fé, *O Fluminense*, 17/12/76.

- ¹⁰¹ Tratava-se do juiz auditor do Exército, Dr. Oswaldo Lima Rodrigues.
¹⁰² “É mentira quando Feteira diz que comprou as terras, muito menos o aforamento foi deferido.” (*O Fluminense*, 17/12/76).
¹⁰³ *O Fluminense*, 17/12/76.
¹⁰⁴ Cf. *O Fluminense*, 17/12/76.

Apesar de sua alegada fragilidade, revelava-se que “essa gente humilde” enfrentava a Companhia havia cerca de 25 anos, o que situava o início do conflito em 1951, aproximadamente. Revelava-se, ainda, que os pescadores não estavam sozinhos nessa luta, contando com o apoio de um jurista¹⁰¹ e do próprio prefeito. Ao primeiro, coube discutir os aspectos legais da titularidade da Companhia como proprietária das terras em questão. Seu parecer, contrário à ação de reintegração de posse solicitada pela Companhia, levou-o a sustar a ordem de despejo dos moradores de Zacarias.¹⁰²

O prefeito, por sua vez, assumiu uma posição desfavorável à estratégia de reassentamento com que a Companhia esperava liberar o espaço para seu projeto de grande cidade (“cidade olímpica”, como era conhecido). O argumento principal era a precariedade das casas que esta havia construído, com o intuito de deslocar os habitantes de Zacarias:

Elas não têm nenhuma infra-estrutura – água, banheiros, luz, esgotos etc. –, e basta soprar nas suas paredes que elas desabam. Como abrigar uma família composta por oito, nove ou 10 pessoas, em apenas um cubículo que eles chamam de “sala” e um quarto menor ainda?¹⁰³

Por isso, escudado no Código de Obras do Município e no resultado da inspeção realizada pela Secretaria de Saúde do Estado, determinou-se o embargo das habitações. A qualidade destas, no entanto, parecia justificar uma atitude de descrença com relação ao projeto da *Cidade de São Bento da Lagoa* como um todo. “Como fazer uma cidade projetada por Lúcio Costa e fazer uma favela daquelas para seus antigos moradores?”, pergunta o prefeito enfático, para em seguida referir-se às ameaças de morte que lhe teriam sido feitas, bem como à sua família.¹⁰⁴

Os pescadores, cuja proporção vai sendo inflacionada à medida que os acontecimentos vão-se tornando mais dramáticos, estavam, desde 1974, em pé de guerra com a Companhia. Os rumos que as coisas foram tomando, no decorrer de 1976, só contribuíram para agravar o conflito. Talvez por isso tratassem de recordar os eventos traumáticos do ano anterior, como no depoimento de uma mulher, cuja casa fora demolida na ocasião:

Tenho três filhos paralíticos, mas a Companhia diz que isso tudo é deles, inclusive a minha casa, sem nenhum comprovante. Eles vieram com a polícia e botaram ordem de despejo. Há 25 anos que moramos aqui, antes era um

barraco, depois de construída, a Companhia criou problemas. No dia do despejo, os pescadores se juntaram, e eles telefonaram para Niterói, pedindo um choque da P.M., que veio de metralhadora, demolindo tudo. Eles pegaram meus filhos nas cadeiras de roda e levaram pro hospital em Maricá, e eu e meu marido mandaram para a prefeitura, que, na mesma hora, mandou a gente acalmar que no outro dia estaria tudo resolvido. No dia seguinte o juiz mandou montar a casa toda.¹⁰⁵

Tais declarações não devem ser entendidas apenas como palavras de uma dona de casa e mãe de família em desespero, pela súbita privação do abrigo. Através delas expressava-se, também, a mulher de pescador, que sabia muito bem em que medida a atividade do marido dependia da localização às margens da lagoa, onde estavam os ancoradouros, varais de rede e ranchos das canoas.

3.3 – 1977

Em 31 de janeiro foi inaugurada, finalmente, a Ponte do Boqueirão.¹⁰⁶ O evento revestiu-se de todo o aparato político-institucional. Além do governador, com todo o secretariado, estiveram presentes o novo prefeito e seu antecessor; um deputado;¹⁰⁷ seis vereadores (todos da Arena) e o presidente da Fundrem.¹⁰⁸

O governador declarou-se preocupado com a “descaracterização das belas praias e paisagens, com o objetivo de ganhar dinheiro” e recomendou que “não se aprovassem projetos imobiliários sem a devida análise”.

O deputado elogiou o governo e a Fundrem, cuja ação estava transformando Maricá numa “área saneada e progressista” da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ressaltou, ainda, a importância da Ponte, que, ligando a cidade à restinga, promoveria, ao mesmo tempo, o incremento do comércio e a urbanização da área, segundo padrões modernos.

O presidente da Fundrem destacou a contribuição do Plano Diretor, elaborado em função da Ponte Rio–Niterói, na transformação de Maricá em grande centro turístico, graças à sua “posição privilegiada na Região Metropolitana”.¹⁰⁹

Nessa mesma época, os pescadores da Lagoa de Guarapina começaram a registrar mortandades diárias. Relacionaram o fenômeno com as obras de aterro de uma loteadora. Tomaram a decisão de denunciá-la à Serla. Após levantamento topográfico, esta decidiu interditar as “obras de expansão dos

¹⁰⁵ *In O Fluminense*, 17/12/76.

¹⁰⁶ O DNOS foi responsável pela construção, com recursos dos governos federal, estadual e municipal.

¹⁰⁸ Fernando Talma Sampaio.

¹⁰⁷ Luciano Rangei (Arena), Odenir Francisco da Costa e o deputado Flávio Palmier, respectivamente.

¹⁰⁹ Eram fatores dessa posição privilegiada a proximidade do núcleo metropolitano, o extenso litoral, a paisagem preservada e a baixa densidade demográfica. Citava ainda o aeródromo, a rodovia litorânea (RJ-110) e a *Cidade de São Bento da Lagoa*.

- ¹¹⁰ Conforme declarações do superintendente da Serla a *O Fluminense*, 19/02/77. Companhia Nacional de Loteamentos.
- ¹¹¹ O fotógrafo do jornal *O Fluminense* foi tragado por lama movediça nesta “praia”, tendo sido salvo pela oportuna intervenção do encarregado das obras.
- ¹¹² Cf. *Jornal do Brasil*, 10/11/77, e *O Fluminense*, 11/11/77.

terrenos”, pois tinha-se verificado que ultrapassavam os limites determinados pela planta que a prefeitura de Maricá aprovava, em 1974.¹¹⁰

O porta-voz da loteadora alegou que a Companhia¹¹¹ estivera empenhada no embelezamento da Lagoa de Guarapina, pela criação de uma “praia pública”, lá onde antes existia um pântano. Sua atuação teria sido, pois, meritória, trazendo para o local o progresso, graças ao turismo e à urbanização. Tais fatos lhe pareciam justificar o recurso impetrado contra a decisão da Serla.¹¹²

O prefeito, sem posição firmada, preferiu aguardar o relatório da Serla. Esta, por sua vez, declarou que a loteadora estivera destruindo a Lagoa de Guarapina, no seu afã de multiplicação dos terrenos.

Os pescadores, finalmente, acusaram os loteamentos de terem provocado a mortandade dos peixes. A múngua do pescado, argumentavam, trouxera consigo não só a fome, mas, para muitos, o definitivo abandono da pesca e a dependência crescente do trabalho na construção civil.

O centro das atenções e preocupações era, portanto, cada vez mais, a lagoa. Não uma qualquer das lagoas, senão o sistema lagunar, na sua totalidade. Em questão estava não apenas o colapso da pesca, mas a própria extinção do sistema lagunar da qual as mortandades eram signos precursores.

Quase no final do ano, a Serla abriu licitação para os estudos e o anteprojeto destinado à melhoria da circulação das águas das lagoas e de sua comunicação com o mar.¹¹³

Desse modo, parecia iniciar-se o processo de abandono dos paliativos e a sua substituição por soluções mais satisfatórias e definitivas para o regime das águas, em todo o sistema lagunar. E, com isso, a consultoria internacional PNUD-OMS começava a surtir os seus primeiros efeitos.

O parecer do consultor da missão PNUD-OMS, de 1976, distinguia-se tanto pela abrangência da compreensão do problema, quanto pelo pragmatismo da solução proposta para Maricá.

Quanto ao primeiro ponto, o plano partiu do reconhecimento da generalidade do problema, apontando suas variações, a começar pelas lagoas da Baixada de Jacarepaguá e Rodrigo de Freitas, passando por Piratininga e Itaipu, e terminando por Jaconé, Saquarema e Araruama. Quanto ao segundo, convinha ressaltar, antes de tudo, a decisão de levar em conta os investimentos já feitos, por mais discutíveis que fossem, do ponto de vista teórico. A solução

proposta adaptava-se, pois, estritamente, às condições contemporâneas do sistema.

Nessa perspectiva, tratava-se de dividir o conjunto de lagoas em dois subsistemas, assegurando, em ambos, as melhores condições possíveis de renovação das águas. O primeiro, formado pelas lagoas de Guarapina (6,5km²) e do Padre (2,7km²), com vertedouro em Ponta Negra, seria separado por eclusas do segundo, constituído pelas lagoas da Barra (9km²) e de Maricá (19,5km²). Ambos os subsistemas seriam dotados de canais submersos para melhor circulação das águas nas trocas hídricas lagoa-mar. O Canal de Ponta Negra seria alargado. Em Barra de Maricá, haveria um vertedouro permanente, com molhes de pedra, avançando até a cota de – 6m mar adentro.

Com essa proposta, pretendia-se, nas condições existentes, o melhor partido para assegurar a manutenção da vitalidade da lagoa. Por isso, não deixa de ser significativa a observação que introduzia as soluções projetadas, como que para enquadrá-las na teoria mais ampla:

Se o sistema lagunar de Maricá se encontrasse em seu estado natural, haveria que pensar muito seriamente na possibilidade de o dotar apenas com uma embocadura, a localizar próximo do seu “centro de gravidade” superficial, ou seja, na zona onde normalmente a barra de Maricá é aberta artificialmente.¹¹⁴

Como a realidade era outra, não restava senão corrigir os efeitos mais nefastos do projeto de fixação da embocadura em Ponta Negra, a começar pela abertura do canal submerso nas lagoas de Guarapina e do Padre, além dos estudos e projetos para o restante do sistema. Os recursos anunciados pela Serla, para esse fim, porém, só estariam disponíveis no ano seguinte.

3.4 – 1978

O Plano Diretor de Maricá, proposto pela Fundrem, foi, logo no começo do ano, foco de acesa polêmica. Esta se desencadeou em virtude de uma emenda, encaminhada pela Comissão de Justiça da Câmara Municipal e aprovada em plenário.

A emenda tinha por objetivo salvaguardar direitos adquiridos para a construção em lotes inferiores a 900m², limite mínimo estabelecido pelo Plano. A maioria dos loteamentos aprovados na restinga, entretanto, admitia 480m² como área mínima para cada lote. Naquele momento, porém, só restava –

¹¹⁴ Oliveira, 1976:45.

¹¹⁵ Esta subdividia-se em setores turístico-recreativo, residencial e misto, abrangendo cerca de 18km de extensão, entre Itaipuaçu e Ponta Negra.

¹¹⁶ Cf. declaração do prefeito Luciano Rangel ao *Jornal do Brasil*, 08/01/78.

¹¹⁷ Cf. *Idem, ibidem*.

¹¹⁸ Em 1814, Maricá foi desligada dos termos da cidade do Rio de Janeiro, Cabo Frio e Santo Antonio de Sá (mais tarde, Santana de Japuiba), e elevada, por alvará do príncipe regente, à condição de *vila* – Vila de Santa Maria de Maricá (26 de maio de 1814).

¹¹⁹ Tratava-se da ligação entre Maricá e Niterói, por Itaipuaçu, atravessando a Serra da Tiririca.

disponível para os novos projetos, subordinados à lei do Plano Diretor Urbano – 30% da restinga.

Era, no entanto, precisamente para esta que se voltavam os principais interesses políticos, preocupados com o caráter restritivo das normas do Plano para essa área. Três delas, em particular, deixaram a “classe política” em polvorosa: 1) a redução da taxa de ocupação de 50% para 30%; 2) a fixação do gabarito máximo para as construções, na quadra da praia, em apenas 1(um) pavimento; 3) o aumento em mais 17m, além dos 33m fixados pela Marinha, do limite da área *non aedificandi*, ao longo da costa.

O impacto dessas disposições foi diretamente proporcional aos problemas que suscitavam. Dos 84 mil lotes cadastrados, 60 mil estavam no que o Plano Diretor chamava “Zona Especial de Restinga”.¹¹⁵ Destes, apenas 10% apresentavam construções, muitas delas de até 3 (três) pavimentos, realizando sofisticados projetos arquitetônicos, para moradores de alta renda, invadindo, eventualmente, a faixa de marinha ampliada, proposta pela nova regulamentação.¹¹⁶

As emendas feitas ao Plano Diretor viriam, na opinião do prefeito, não só tranquilizar proprietários e incorporadores, como também estimular novas construções, o que, por sua vez, viria ao encontro dos interesses municipais, por causa do imposto resultante.

Essa perspectiva não era de modo algum desprezível para um município quase sem indústrias, cuja economia vinha-se limitando, cada vez mais, à agricultura, na medida em que apresentava uma queda de 60% na sua atividade pesqueira, durante os últimos cinco anos.¹¹⁷

Por ocasião de seus 164 anos,¹¹⁸ Maricá inventariou sua situação, encontrando-a eivada de insuficiências e problemas. A pouco mais de 30Km da capital, e a menos de 10Km da Estação Terrena de Comunicações Internacionais Via Satélite de Tanguá (Embratel), havia apenas um obsoleto telefone a manivela, inativo após as 22 horas! As vias de acesso às praias não eram pavimentadas; a estrada da Serra¹¹⁹ estava intransitável, e, excetuada a do Boqueirão, todas as demais pontes eram de madeira e estavam em ruínas. A rodovia que ligava Niterói à “Região dos Lagos” e, portanto, a Maricá, primava pelo mau estado de conservação. Todos esses fatores constituíam um desestímulo para o desenvolvimento do turismo, apesar de ser este, já naquela época, visto como a melhor alternativa para compensar as carências estruturais

da receita do município, agravadas pelo declínio da pesca artesanal. A melhor, para não dizer a sua única fonte de recursos, pois a extração de areia de suas praias oceânicas rendia muito pouco aos cofres públicos.¹²⁰

Às apreensões da “classe política”, seguiu-se a reação da sociedade civil organizada. Um memorial, com cerca de 1.000 assinaturas, foi entregue ao governador do Estado, pouco mais de uma semana após as comemorações do aniversário de Maricá. Continha protesto veemente contra a “desenfreada especulação imobiliária”, que aterrava as margens, fazendo surgir novos lotes e trazendo consigo o desequilíbrio ecológico da lagoa.¹²¹

Uma ação popular exigiu a paralisação das obras do canal que a Serla estava dragando entre a Lagoa de Guarapina e o mar, em Ponta Negra, denunciando a transformação de “alagados” em “dunas”, e destas em “loteamentos”.

Uma passeata ecológica, contra a ação das imobiliárias, finalmente realizou-se sob os auspícios da Associação dos Amigos das Margens da Lagoa, a primeira entidade do gênero a apresentar-se no campo do conflito.¹²²

Através de seus notáveis,¹²³ os moradores manifestaram sua preocupação com a vida das lagoas – “estas lagoas davam 10 toneladas de peixes e camarão por dia e hoje quase não se pesca mais”, declarava uma ecóloga, condenando, ao mesmo tempo, as obras de dragagem da Serla e o aterro das margens de Guarapina. As primeiras, por drenarem as águas do sistema lagunar, em vez de favorecer sua circulação; o último, por destruir os “alagados”, uma fonte de alimentos para peixes e aves da laguna.¹²⁴

Para prevenir o alastramento desses efeitos nefastos, os moradores propunham a transformação da Ilha da Cardosa e da Ponta do Fundão, ainda virgens de empreendimentos imobiliários, em reservas biológicas. Em vez do canal que a Serla estava dragando entre as lagoas do Padre e de Guarapina, solução exclusivamente voltada para a embocadura de Ponta Negra, vista como um erro, apontavam a antiga fórmula dos pescadores – a barra nativa e sazonal, que a estrada litorânea (RJ-110) ajudara a tornar inviável.

A questão, no entanto, estava longe de se esgotar nessas duas alternativas. Um pescador, falando da perspectiva do povoado de São José do Imbassaí, na extremidade ocidental do sistema, reivindicava a reabertura do Canal de São Bento, no Canto de Itaipuaçu, como medida de emergência para evitar o desaparecimento da lagoa:

¹²⁰ As areias serviam para a produção de filtros d'água e lentes de precisão, bem como para corte e limpeza de chapas de ferro e jateamento de placas de vidro.

¹²¹ Cf. *Jornal do Brasil*, 04/06/78. “Insistimos, Sr. Governador, que parece não haver dúvida de que as imobiliárias compactuam com as dragas para levar seus domínios até dentro d'água.”

¹²² Cf. *Idem, ibidem*. Na realidade, tratava-se das duas associações de moradores recém-constituídas: Ambarma – Associação dos Moradores da Barra de Maricá, – e Saplam – Sociedade dos Amigos das Praias e Lagos de Maricá.

¹²³ Ricardo Cravo Albim, Edmundo Almeida (vice-presidente da Saplam) e Sônia Lucia Pestana da Rocha (ecóloga).

¹²⁴ Cf. *Jornal do Brasil*, 04/06/78.

¹²⁵ Carlos Bartolomeu Figalo, mais conhecido por "Chumbinho". *O Globo*, 25/06/78.
¹²⁶ Ver, a propósito, Oliveira, 1976:57.
¹²⁷ Na noite de 26 para 27/07, começaram a morrer os peixes.
¹²⁸ Não havia sinal de peixes mortos entre a Lagoa da Barra e Ponta Negra (Cf. *Jornal do Brasil*, 28/07/78).
¹²⁹ Cf. *O Globo*, 30/07/78.
¹³⁰ Os termos são do despacho do Dr. Américo Luz, juiz da 5ª Vara Federal, acolhendo a argumentação dos advogados Edmundo de Almeida e Louis Piereck de Sá. (Cf. *O Globo*, 25/08/78; e *Jornal do Brasil*, 26/08/78).
¹³¹ Cf. *Jornal do Brasil*, 26/08/78, em matéria assinada por Mara Caballero.

Essa idéia de abrir o Canto de Itaipuaçu nem é nossa. É da própria natureza, já que a lagoa de Maricá sempre funcionou com o canal aberto dos dois lados. E, quando isso acontecia, era uma beleza. Havia muitos peixes, as águas eram claras e o [canal de] São Bento era navegável.¹²⁵

Tal alternativa, entretanto, era contraditada, não só pelos pescadores de outros pontos do sistema, como, ainda, pelo parecer técnico da missão PNUD-OMS, para o qual essa antiga fórmula contra a estagnação das águas devia ser considerada inócua, no contexto atual do sistema lagunar.¹²⁶

Nos últimos dias de julho, Maricá sofreu uma nova mortandade de peixes; a segunda do ano, de acordo com os pescadores.¹²⁷ As causas do fenômeno eram, como sempre, objeto de controvérsia. Para alguns, o vento sudoeste e a variação de temperatura provocada por ele eram os responsáveis pela mortandade. Outros aventavam a hipótese de que a dragagem da lagoa, e a conseqüente entrada de água fria pela Ponta Negra, tivesse a culpa das mais de 50 toneladas de peixes mortos, espalhados por alguns quilômetros da superfície do Lago Grande.¹²⁸ O prefeito recusava essa versão dos pescadores, ao mesmo tempo que mobilizava a Comlurb, a Cedae e a Defesa Civil, para dispor dos peixes mortos.¹²⁹

Um mês depois, apreciando a ação popular impetrada pelo vice-presidente da Saplam, um juiz federal determinou a suspensão de licenças para novos loteamentos e edificações, junto à lagoa, por considerar que aí estava ocorrendo "um verdadeiro massacre ecológico".¹³⁰

Por negligência e omissão, eram responsabilizados os governos federal, estadual e municipal, além de três companhias loteadoras. Na esfera municipal, o prefeito; na estadual, a Fundrem, a Feema e a Ceca; no âmbito federal, o IBDF, a Sudepe, o DNOS e a Embratur respondiam às acusações de culpa no "cataclisma ecológico". No domínio não governamental, figuravam como réus a Sociedade de Explorações Agrícolas e Industriais (Seia), isto é, Lúcio Thomé Feteira, além de Augusto B.F. do Valle, corretor, e J. Pimenta S.A.

O ato do poder judiciário implicava a imediata paralisação das obras da *Cidade de São Bento da Lagoa*, pois determinava a anulação de todos os atos administrativos emanados dos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, nos últimos cinco anos.¹³¹

Os jornais noticiaram uma concentração para festejar essa "vitória da ecologia". Quatro caravanas, partindo, respectivamente, do Rio de Janeiro, de

Macaé, de Búzios e de Campos, iriam juntar-se às comemorações que, numa praça de Maricá, culminariam em um ato público.¹³²

Todos esses eventos, seja lá qual fosse o seu caráter – tragédias ou festas – suscitaram, pois, intensamente, a reflexividade coletiva. Com as caravanas ecológicas, incorporou-se à dialética do conflito o ponto de vista daqueles que se poderiam chamar de veranistas esclarecidos, aos quais as associações de amigos e moradores deram voz, no debate público.

Preocupado não só com a repetida mortandade de peixes nas lagoas, mas, de um modo geral, com a descaracterização da fauna e da flora, pelos aterros, esse discurso, tal como o dos políticos, técnicos e pescadores, abordava a relação do mar com a lagoa e desta com os loteamentos:

Os peixes do mar entram na lagoa pra desovar, lutando contra a maré e voltando pouco depois para o mar. Com o fluxo e o refluxo das águas, o nível voltava naturalmente ao normal, encerrando o ciclo vital da lagoa. E a pescaria era maravilhosa.¹³³

Essa apreensão sistemática da lagoa não contemplava apenas sua *interface* com o oceano. Ocupava-se, igualmente, da relação das lagoas com a terra, isto é, com suas margens. Reconhecia sua vegetação peculiar e dissertava sobre a importância do húmus lacustre, “onde se criam siris e crustáceos que alimentam as garças e peixes”.

Não fosse pelo apareamento esdrúxulo de “siris e crustáceos”, acreditar-se-ia estar diante das palavras de um cientista natural. Quem falava assim, no entanto, era um advogado,¹³⁴ que se esmerava em esgrimir conhecimentos sobre a ecologia lagunar, com vistas à incriminação de loteadoras e órgãos públicos no desequilíbrio ambiental da região.

Além da presença desse novo protagonista, o que se verificava, com nitidez crescente, no final de 1978, era a própria fragmentação desse ator social até aqui designado como *os pescadores*. A posição destes não era, de modo algum, homogênea. Discrepâncias claras opunham os assentamentos pesqueiros do entorno da lagoa uns aos outros.

Quem via o problema do ponto de vista de Barra de Maricá imaginava uma solução diferente daquela favorecida em Ponta Negra. A primeira propunha a estratégia de fechar o canal da Ponte Preta (ou de Bambuí), para que as águas voltassem ao nível das cheias de antigamente, e, com isso, se tornasse possível,

¹³² Ruth Cristie, da Campanha Popular de Defesa do Meio Ambiente (CPDMA), era a coordenadora do evento. (Cf. *Jornal do Brasil*, 26/08/78).

¹³³ *Jornal do Brasil*, 26/08/78.

¹³⁴ Edmundo de Almeida, vice-presidente da Saplam, *Jornal do Brasil*, 26/08/78.

¹³⁵ *O Fluminense*, 07/11/78.

¹³⁶ "Aterro riscou cinco lagoas do mapa. É a geografia da fome", *O Fluminense*, 19/01/79.

¹³⁷ Cf. *Jornal do Brasil*, 08/04/78. O ofício litúrgico concelebrado pelo vigário, padre Paulo Batista Machado, e pelo padre Vicente Ferreira de Lima, de Niterói, foi iniciativa de uma das entidades ecológicas e contou com a participação de celebridades, entre as quais a cantora Carmem Costa, que assegurou o solo vocal do evento. Cf. *Idem, ibidem*.

¹³⁸ Com efeito, encerrada a missa, filhos de pescadores fizeram uma passeata em frente à igreja, carregando uma faixa de protesto. (Cf. *Jornal do Brasil*, 08/04/79).

outra vez, a abertura da barra sazonal. A segunda considerava a obstrução desses canais não só desnecessária, como lesiva aos interesses que representava. Com essa medida, argumentava-se, o problema seria transferido para a outra extremidade da lagoa, trazendo consigo, além do declínio da pesca, o fantasma do impaludismo. São José do Imbassai, no entanto, tinha uma terceira solução, que favorecia, de preferência, o Canal de Ponta Negra e a barra em Maricá, ou seja, a desobstrução do canal de São Bento.

O que unia os três pontos de vista era, pois, o reconhecimento do aspecto estratégico da comunicação com o mar para a regeneração, permanente ou periódica, das águas, no sistema lacustre. Onde e como se faria essa renovação, era uma questão política, também para cada um dos assentamentos pesqueiros. Como dizia o líder de um deles: "Isso é uma briga de foice no escuro."¹³⁵

* * *

Ao apagar das luzes de 1978, o drama social em torno da apropriação do complexo formado pela restinga e pelas lagoas estava em franca escalada. No mês de janeiro do ano seguinte, a imprensa anunciava a erradicação de nada mais, nada menos, do que cinco lagoas, para traçar o quadro sombrio de uma "geografia da fome" na região.¹³⁶ Em abril, por ocasião do encerramento da "Campanha da Fraternidade", uma missa na igreja de Nossa Senhora do Amparo, em Maricá, reuniu moradores e veranistas em torno da palavra de ordem – "Salvemos os nosso lagos". Durante o ofertório, foram pronunciadas acusações ao prefeito, supostamente mancomunado com a especulação imobiliária, ou, pelo menos, omissos diante do "desequilíbrio ecológico e paisagístico" provocado pelo indiscriminado aterro da orla do sistema lagunar.¹³⁷

As acusações parecem ter partido de um vereador opositor que, no mesmo átimo, e paradoxalmente, sugeriu a venda dos lotes de que a prefeitura era proprietária, às margens da lagoa, com vistas ao reaparelhamento do hospital da cidade.¹³⁸

O vigário lamentaria, logo a seguir, ter a missa parecido um ato contestatório, tomando a defesa do prefeito na questão da lagoa e dizendo-se surpreendido pelas preces através das quais tinham sido formuladas as críticas, não só ao Executivo Municipal, mas, também, e sobretudo, à especulação imobiliária, responsável pelos aterros e pelo despejo das famílias de pescadores.¹³⁹

Em maio, as denúncias já tinham assumido um tom profético: “Maricá: saem os peixes, vêm os prédios. Dentro de 10 anos o desastre”. Tudo isso, com abundante documentação fotográfica, contrapondo os aspectos idílicos de Maricá à profusão das placas dos loteamentos e à imagem de edifícios em construção.¹⁴⁰

Diante desta celeuma, o prefeito tratou de se defender das acusações, afirmando:

[...] os erros começam a ser corrigidos, mas não é fácil acertar o que vem sendo destruído há vários anos. O Município é pobre, vive praticamente do recebimento dos impostos predial e territorial e não posso impedir o progresso da terra. Se os veranistas falam contra as construções, não sabem que o lucro vem para a prefeitura que, assim, pode dar mais conforto aos seus moradores fixos.¹⁴¹

Ao introduzir, na dimensão discursiva do drama, esta última categoria – a dos *moradores fixos* –, o prefeito empreendia uma estratégia divisionista. Com ela, tratava de desqualificar as pretensões da população flutuante de veranistas, ou moradores de fim de semana. Como movimento da política do significado, isto equivalia a declarar os últimos *estrangeiros*, no momento em que esses adventícios acabavam de sofrer um sério revés, pois o juiz titular da 5ª Vara Federal suspendera a liminar concedida à Sociedade dos Amigos e Protetores das Lagoas de Maricá (Saplam).

Esta medida judicial abriu uma nova ofensiva dos empreendimentos imobiliários. Um prócer da Saplam chegou a denunciar “uma corrida ao cartório para regularizar a situação dos terrenos irregulares”. Na oportunidade, o Executivo Municipal foi, novamente, acusado de omissão. O assunto das obras da Serla no Canal de Ponta Negra voltou à baila, e, com ele, a questão da *abertura da barra*. A propósito, os pescadores tornaram a manifestar-se, defendendo a posição de que tal abertura só deveria ser realizada durante determinados períodos do ano, pois a manutenção de um canal permanente parecia-lhes responsável pelo desaparecimento dos peixes e do camarão, em virtude da queda do nível das águas.

Através de seus porta-vozes, a Saplam apontou a prática criminosa de aterrar os manguezais, para a construção de prédios de quatro ou cinco andares na “faixa nobre da restinga”. E tudo isso, como enfatizava um documento

¹⁴⁰ Ver, a propósito, matéria do *Jornal do Brasil* de 24/05/79, assinada por Osvaldo Luiz Ramos.

¹⁴¹ *Idem, ibidem.*

¹⁴² *Jornal do Brasil*, 24/05/79.

¹⁴³ Cf. *Idem, ibidem*.

¹⁴⁴ Edmar Reis, conforme o noticiário jornalístico.

¹⁴⁵ "Até mesmo o sobrinho de Cenira, Luis Carlos José, de 21 anos, levou tapas no rosto por tentar socorrer a tia, que estava no chão, desmaiada". (*O Fluminense*, 18/10/79).

elaborado pela Sociedade, "Justamente num município eminentemente rural, que depende da pesca e de casas de veranistas".

Essa exaltação do campo, tal como o concebiam os protagonistas de um turismo nutrido por ideais bucólicos, denunciava, escandalizado, o avanço da cidade. Avanço cujos signos precursores já começavam a se inscrever na paisagem, violando-a, sem qualquer respaldo legal:

Nem mesmo os 33 metros a partir da lagoa estão sendo respeitados, pois no final desta semana uma firma especializada começou a colocar o meio-fio dos loteamentos da Cidade de São Bento – ainda não aprovada pela prefeitura – chegando a 5 metros da água.¹⁴²

Tais denúncias, entretanto, não se detinham na violação física da paisagem, mediante o desrespeito aos limites estabelecidos em lei. Preocupavam-se, além disso, com a contaminação do lençol freático da restinga, pelas fossas sépticas, e, a partir desta, com o aparecimento de problemas de saúde pública.

Ao mesmo tempo, a Fundrem tratava de exortar a prefeitura no sentido de não permitir novas construções, antes da elaboração de um plano urbanístico especial para a área.¹⁴³

A Feema, por sua vez, recomendava que se transformasse a ponta do Fundão, na Lagoa da Barra, numa zona de preservação permanente, declarando-a área *non aedificandi*.

Quatro meses mais tarde, com o progressivo agravamento das tensões, o drama social chegou a um clímax. Numa sexta-feira, dia 12 de outubro, um oficial de justiça¹⁴⁴ comandou a demolição de uma casa à beira da lagoa. Valeu-se, para isso, não só de um mandado judicial e de um trator, mas também de um choque da Polícia Militar. Na casa, encontrava-se a mulher de um pescador com os oito filhos. O dono da casa estava, desde cedo, pescando na lagoa, de onde só voltaria ao cair da tarde. Sua mulher tentou opor-se ao despejo e, em consequência disso, foi atingida por uma bomba de gás lacrimogêneo, e depois espancada a socos e pontapés. O mesmo aconteceu a um rapaz, que tentou, igualmente, esboçar uma reação.¹⁴⁵ Os demais moradores da Praia de Zacarias, palco desse acontecimento, a tudo assistiram sob a mira das metralhadoras. As crianças tiveram de ser abrigadas às pressas em casa de parentes, na vizinhança. A mãe, no entanto, teve de ser levada para o hospital,

em Maricá, onde permaneceu, vítima de hipertensão arterial e lesões em todo o corpo, por vários dias.¹⁴⁶

Daí para a frente, os habitantes da Praia de Zacarias, cerca de 40 famílias de pescadores, passaram a viver sob um virtual estado de sítio. Não podiam construir, nem empreender melhorias nas suas casas. Estavam impedidos de erguer cercas e, quando tentavam fazê-lo, viam-nas serem derrubadas. Os homens relutavam em sair para a pescaria, temendo por suas mulheres, filhos e bens. As mulheres tiveram de desfazer-se da maior parte de sua criação de cabras, patos e galinhas, e abandonaram o hábito de colher frutos, apanhar lenha e buscar água nos poços da restinga. Todos evitavam, a qualquer custo, deixar sozinhas as casas, com medo do que encontrariam ao voltar. A cada tanto, um carro com gente da Sociedade de Exploração Agrícola e Industrial (Seai) patrulhava o povoado. O trânsito de caminhões e máquinas pesadas era constante. E, como se não bastasse, fazia parte das técnicas de cerco e intimidação negar ao povoado acesso à energia elétrica, cujas linhas de transmissão passavam a pouco mais de 200 metros dele.

Os moradores do povoado, entretanto, não se mantiveram passivos. Estavam revoltados demais com a truculência da intervenção. Sua capacidade de transigir atingira o limite. Decidiram-se, pois, a declarar guerra à *Companhia*.

Mas o que significava declarar guerra à *Companhia*? Não significaria contrapor-se à *Cidade de São Bento da Lagoa*, entretanto, fruto da inventiva empresarial de Lucio Thomé Feteira e da imaginação urbanística de Lúcio Costa? E, se assim fosse, não definiria a oposição entre *sitiantes* e *sitiados*, os grandes protagonistas de todo esse enredo? Como, no entanto, compreender o entrecho do drama, sem levar em conta o que estava em jogo para cada um desses atores, suas motivações, os valores axiomáticos pelos quais cada um deles se batia?

No caso da *Cidade de São Bento da Lagoa*, esses valores encontraram sua expressão mais cabal na “Memória” que acompanhava o Plano Diretor de Urbanização da antiga fazenda dos beneditinos. Por isso é preciso dedicar-se à leitura desse documento com toda a atenção.

4. Memória da cidade de São Bento da Lagoa

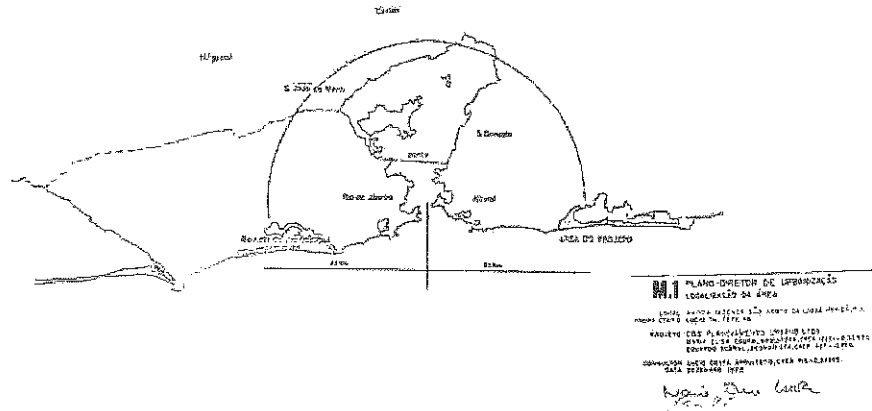
Seguindo de Niterói pelo litoral, rumo leste, observa-se de helicóptero ou da leitura das cartas geográficas de parcelamento da terra a presença monótona de loteamentos mesquinhos, a maioria não habitados e carentes de serviços

¹⁴⁶ Cf. *Idem, ibidem*.

públicos de qualquer significado, em sucessão ininterrupta, ao longo de mais de 20km de praias cuja beleza natural é, entretanto, por todos reconhecida e louvada.

São terras perdidas, pelo menos por nossa geração, seja para o lazer ou o residir condignos, glebas perdidas para o urbanismo de nosso tempo.

Mapa indicando a posição simétrica de Maricá com relação à Barra da Tijuca. (Fonte: Memória do Projeto Urbano da Cidade de São Bento da Lagoa.)



Subitamente, uma pausa, a um tempo natural e singular, se espria, longa de 8km, à beira do mar, numa espécie de arremate da lagoa de Maricá.

Oriunda de sesmaria concedida aos monges da Ordem de São Bento, manteve-se até o presente una e apenas ocupada pela flora natural de beira-mar; também do ponto de vista jurídico, uma continuou até o presente, assim, preservada pelo sonho lúcido de seu proprietário, o qual, faz 25 anos, aguarda o momento de aí fazer erguer uma cidade.

Olhada a carta do litoral do que se convencionou chamar, não sem razão, o Grande Rio, observa-se que os 900 hectares brutos da terra aqui referida estão em situação de equidistância com a Baixada de Jacarepaguá, em relação à entrada da barra da baía de Guanabara.

Avança, já agora em passos rápidos, a construção da Ponte Rio-Niterói; a ligação entre ambas as cidades se faz em 5 minutos, através de aerobarcos; fecha-se

dentro em pouco o anel rodoviário da cidade do Rio de Janeiro; Niterói começa a reestruturar sua rede viária, proporcionando assim acesso rápido às áreas que são adjacentes, sobretudo à rodovia turística litorânea, atualmente em fase de construção – trecho da BR 101 – que ligará as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Atualmente, a antiga Fazenda de São Bento da Lagoa, objeto do Plano Diretor que esta memória acompanha, se articula com Niterói através da rodovia Amaral Peixoto.

Altas continuam a ser as taxas de crescimento demográfico de nossa população, de migração para as cidades e do crescimento urbano endógeno. Sobretudo no Grande Rio, como na Grande São Paulo, uma classe média tende a ver seus diversos contingentes profissionais aumentados em volume ponderável.

A divulgação do que é a poluição em todas as suas formas, nas grandes cidades, começa a preocupar o público; a falta de espaços verdes ao pé das moradias onde possam as crianças brincar em segurança enquanto os pais devem dedicar-se a outros misteres, casas entaladas em terrenos insuficientes servindo de jardins de infância e de escolas reproduzem as mesmas condições insatisfatórias dos próprios blocos de apartamentos onde moram, sempre carentes de espaçamento adequado e de áreas verdes em condomínios, mesmo nos bairros de padrão econômico mais alto das grandes cidades, onde as crianças brincam e os pedestres circulam entre os carros estacionados nas próprias calçadas.

A geração que viveu e vive esta modalidade inóspita de viver bem sabe o ônus que tudo isto representa e preparada está para viver em núcleos suficientemente próximos dos grandes mercados de trabalho, sem ter que padecer os males do viver intramuros no atual perímetro metropolitano, desde que aí também lhe seja proporcionado o conforto dos serviços públicos e as áreas de animação gregária que não querem, muito justamente, perder.

A proximidade do Rio, as condições viárias acima mencionadas e a existência de um mercado com tais características levam à conclusão de haver soado a hora de dar início à concretização do sonho do proprietário da restinga de Maricá. Mormente porque trata-se de área de singular beleza que se presta, de forma muito aguda, por suas qualidades intrínsecas, à atividade urbanizadora de finalidade primordialmente residencial, compreendendo, entretanto, uma atividade local de prestação de serviços e de comércio, dada a extensão da área e, conseqüentemente, a população que poderá abrigar.

Dispondo de duas frentes igualmente belas, uma sobre o mar outra sobre a plácida e extensa lagoa, arrematada pelo contorno próximo e alto no horizonte da Serra do Morro Grande, não constituísse, fatalmente, a área em estudo, prolongamento natural da zona metropolitana do Grande Rio, bem poderia ter seu uso conferido ao lazer primordialmente turístico.

A gleba se compõe de duas partes distintas; o terço oeste é de forma triangular, limitado a noroeste por trecho do Canal da Costa e do Rio Bambu, a nordeste, pela Lagoa de Maricá e ao sul, pelo oceano; nesta área se encontram duas colinas em aclave suave, uma maior e mais alta, o Morro do Mololó, que atinge a cota 50 e outra, separada da primeira por um estreito vale perpendicular à praia, o Morro de São Bento, onde, em tempos idos, se erguia a Igreja de São Bento da Lagoa; os dois terços restantes são o que se pode chamar propriamente de restinga longa e delgada língua de terra, comprimida entre lagoa e mar; no extremo leste, duas pequenas elevações penetram na lagoa, como a anunciar o limite natural da gleba a ser urbanizada.

As duas partes, apesar de distintas, têm traço de união da maior relevância para quem pretenda implantar traçado urbanístico consistente com a topografia da área: partindo do primeiro terço da restinga propriamente dita em direção ao limite oeste da propriedade, abre-se extensa várzea de serena beleza, plana, larga de cerca de 200 metros, coberta de relva e emoldurada dos dois lados, em toda a sua extensão, por densa vegetação silvestre e praieira, de porte médio, a recobrir os taludes naturais de areia que a delimitam. Além da várzea, outro elemento assegura continuidade entre as duas partes da gleba: a linha da orla da lagoa, ao longo da restinga paralela ao mar e limitando o “triângulo” em curva serena em direção ao norte.

Força é reconhecer entretanto que as metrópoles tendem a crescer segundo uma espécie de lei de continuidade espacial; o perímetro urbano vai-se ampliando para os espaços mais vizinhos ou, por demolição e reconstrução, amplia-se em altura; conseqüentemente, há aqui que criar condições urbanísticas extremamente atraentes, capazes de atrair uma parcela de população ao salto de um intervalo que pode alcançar a ordem dos 25/30km de distância dos principais mercados de trabalho.

Com igual intuito de tornar convidativo tal deslocamento, pareceu também conveniente conceber traçado urbano definitivo e final, passível todavia

de comportar uma espécie de fase de transição, caracterizada pela oferta de setores residenciais capazes de funcionar, num primeiro tempo, como moradias de fim de semana, veraneio e férias, agenciadas porém urbanística e arquitetonicamente, de tal modo que esta presença não venha a comprometer, no futuro, a fisionomia definitivamente urbana que se pretende imprimir, paulatinamente; deste primeiro tempo, desabrocharia uma segunda etapa, quando os primeiros setores passariam a servir de residências permanentes e em tal número que permita o surgimento do comércio local e a implantação dos demais módulos já tipicamente urbanos.

Nossos trabalhos relativos à definição do programa e da respectiva estruturação urbanística concretizados no presente anteprojeto tiveram início em janeiro de 1971; a divulgação posterior de haver sido entregue à equipe liderada pelo arquiteto M. Roberto o estudo da nova rodovia de turismo da região dos Lagos levou-nos imediatamente a com ele entrar em contato com o intuito de evitar, em tempo útil, eventuais incompatibilidades recíprocas entre o traçado rodoviário e o projeto em estudo. Na reunião então havida, M. Roberto confiou-nos, com ampla liberdade, tanto a definição de uso da terra como o próprio traçado do trecho da estrada que atravessa a área em questão, solicitando apenas que o tráfego urbano ficasse segregado do tráfego rodoviário; foram-nos fornecidos igualmente naquela ocasião localização aproximada dos pontos de passagem da rodovia nos limites extremos da área. Tais recomendações foram incorporadas ao anteprojeto ora apresentado.

Ao projetar um núcleo urbano, uma cidade, há que implantar um ordenação espacial de percepção quase imediata para o pedestre e o automobilista; nada mais aflitivo que se estar à procura de um determinado imóvel, por exemplo em certos “grands ensembles”, dos arredores de Paris, onde pode-se ser levado a percorrer toda a trama de suas vias internas sem contudo chegar a perceber que espécie de ordem presidiu ao traçado; de igual modo, cômodo como efetivamente é quanto à orientação das pessoas – a rede viária ortogonal, com as inevitáveis esquinas, não só cria problemas praticamente insuperáveis de circulação, como também abdica do poder de criar sucessões e alternativas de espaços que sejam volumes abertos – definidos pelas edificações e pelas vias, destinados à fruição utilitária e visual do morador e do transeunte.

Definido e justificado o programa, mencionadas as principais dificuldades para implantá-lo, cabe agora sublinhar a linguagem gráfica das plantas mediante a discursiva, numa espécie de visita explicativa da cidade.

Seus pontos de acesso estão localizados em função do sistema rodoviário estadual existente e projetado; o primeiro, na ponta Norte do terreno, destina-se a quem chega pela rodovia Amaral Peixoto; o segundo, no extremo Oeste, será a entrada dos que chegarão utilizando a futura rodovia de turismo; o terceiro fica no extremo Leste da cidade e serve a quem vem da região dos Lagos e de Cabo Frio. A ligação viária principal entre o acesso Norte e a artéria principal da cidade será feita pelo vale entre os morros Mololó e São Bento; deste mesmo acesso Norte, desgarram-se mais duas vias, uma que acompanha o canal que limita a propriedade a Oeste e outra que acompanha a curva da lagoa, vindo por sua vez também ao encontro da artéria principal; neste ponto de encontro, centro de gravidade da área urbanizada, foram implantados o “centro da cidade” e a estação rodoviária.

Uma espécie de anel viário envolve, delimita e contém o centro comercial integrado por dois gêneros de edificações; um de partido marcadamente vertical sem limite de gabarito superior, destinados a escritórios, consultórios etc.; outro, de partido horizontal, com gabarito fixado em 3 pavimentos, servido por escadas rolantes ou rampas, destinado a “shopping centers”, qualquer que venha a ser sua natureza, isto é, tanto o prédio pode ser utilizado por uma só organização como pode ser subdividido em conjuntos e lojas, boutiques, agências de bancos, viagens, correios telégrafos, cartórios, restaurantes, lanchonetes, estabelecimentos de diversões e demais formas de prestação de serviços características de um centro de cidade.

É de notar que a área de estacionamento destinada a servir o centro comercial foi dimensionada com critério pois compreende não só os bordos do anel circundante bem como as áreas livres entre os blocos, tornando cômodo o deslocamento entre o ponto de estacionamento e o local das compras. É evidente que todas as áreas de estacionamento ao ar livre – aqui como nos demais pontos da cidade – serão obrigatoriamente arborizadas com espécies vegetais do tipo amendoeira, capazes de proporcionar sombra farta.

Por outra parte, sendo livre o gabarito dos edifícios verticais destinados a escritórios, é inescapável que os respectivos projetos devam prever garagens com área proporcional ao número de pavimentos.

A estação rodoviária está localizada ao sul do centro comercial e no bordo sul do eixo viário prevendo-se ligação subterrânea direta para pedestres com o centro, larga, bem iluminada e dispondo de galerias de lojas, cafés, cinemas, farmácias e demais estabelecimentos que funcionam também durante a noite.

Além de um centro comercial como o acima descrito, uma cidade deste porte requer a presença de outro gênero de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, de natureza diversa da dos normalmente encontrados no centro principal de comércio, os quais, por razões econômicas e urbanísticas, não convém misturar.

Nada se perde contudo em tê-los próximos um do outro, quando possível, para maior conveniência da população, trata-se do comércio em grosso, dos depósitos de qualquer natureza, das serrarias, das oficinas, das serralherias, ferragens, tintas, material de construção, etc. Estão localizados entre os dois morros, ao longo da via que liga o acesso norte à artéria principal da cidade por se tratar de área de menor valor comercial de vez que é a única em todo o terreno que não dispõe de vista para o mar ou para a lagoa.

Se o centro comercial principal deverá ser área densa, gregária e animada, pareceu entretanto conveniente criar deliberadamente em pontos estratégicos do terreno, outros locais de convergência de população dotados desta mesma característica gregária e animada, agora sob a forma de coexistência entre edifícios residenciais e hotéis, ambos de partido vertical e centros de diversão e comércio restrito de 1 a 2 pavimentos, com o intuito de proporcionar, à distância cômoda de qualquer núcleo residencial e tranqüilo, locais de convergência e encontro entre os que não são vizinhos, onde a vida urbana seja também animada e gregária; a pluralidade de tais locais é até então privilégio das grandes cidades. Tais pontos focais foram localizados, uns abertos para o mar, outros debruçados sobre a lagoa, bem como nas imediações dos pontos de acesso à cidade, estes com o intuito deliberado de anunciar de imediato e contrastar com a vizinhança externa, a qualidade de vida urbana que a cidade proporcionará.

Ponto singular do projeto, em escala aconchegada, é a praça aberta sobre a lagoa com capela – a nova São Bento da Lagoa – construída à beira d'água e avistada de longe, ao cruzar-se a ponte da entrada norte da cidade; ao fundo e integrado à sua grã tranquilã está o pequeno parque a ser tratado à moda de “Passeio Público”.

Junto ao acesso norte, vê-se o centro administrativo da cidade, em meio a parque que abrigaria também biblioteca e museu; para o centro hospitalar foi reservada área protegida pelo morro de São Bento, de fácil e rápido acesso para quem venha de qualquer ponto; o centro de esportes, situado em uma depressão do terreno de forma arredondada ao sul do morro do Mololó, comporta estádio de futebol e instalações para outros esportes, como sejam quadras de tênis, piscina olímpica, campos de volley e basquete, pistas de atletismo; para os esportes náuticos, foi reservada área generosa do bordo da lagoa, próxima a um dos núcleos de convergência. Convém lembrar que campos de jogos, a serem utilizados em regime de condomínio, poderão existir em todos os setores residenciais, de vez que tais áreas livres são suficientes para este tipo de uso, além de play-ground e estacionamento de veículos.

O interesse de edificar a cidade e partir de núcleos de fim de semana e veraneio, a par da vantagem econômica de ir ao encontro da diversificação de gosto e costumes nas formas de morar, contribuíram para levar os autores do projeto a uma solução eminentemente pluralística de gabaritos residenciais. Assim, distribuem-se pelo terreno segundo critérios adiante explicitados estruturas de 22, 12, 6, 2 e 1 pavimentos.

Havia necessidade de oferecer desde logo ao primeiro público – o “weekender”, o veranista – os predcados naturais mais óbvios do terreno, como a beira-mar, o bordo da lagoa e as encostas dos morros, como forma poderosa de atraí-lo, sem, entretanto, conferir-lhe monopólio de tais virtudes naturais.

Como esta natureza de moradia requer naturalmente as pequenas edificações e as casas, isto é, o gabarito mínimo, como a restinga é extensa e estreita e apresenta freqüentemente uma seção transversal ascendente do bordo da lagoa em direção ao meio da restinga, foi possível, mediante ordenação transversal igualmente ascendente de gabaritos e densidade crescente, oferecer aos que vierem instalar-se já na fase tipicamente urbana, frente a proximidade do mar ou da lagoa, quando não de ambos.

A par de tal estratégia e de tais interesses pragmáticos, o Plano Diretor ora apresentado revela intenção plástica: trata-se de não perder na escola urbana a escala “grande” da restinga; trata-se de afirmar a presença da bela várzea; trata-se, assegurada a densidade tipicamente urbana e rentável, de manter visível a própria restinga natural, em sua escala e definição geográfica de gleba com frente de mar e lagoa.

Conferiu-se às unidades de habitação mais altas e às de gabarito médio a responsabilidade de assegurar tais resultados, definindo, seja suas proporções e formas, seja as respectivas disposições no terreno.

Esguias são as primeiras, distribuídas estão pela várzea em grupos amplamente espaçados uns de outros, formados por três a cinco unidades contínuas e dispostas em quina, como também são encontradas nos pontos de convergência; arqueadas e longas de cento e cinqüenta metros são as unidades de habitação de gabarito médio, as quais, ora em formação de dorso contra dorso, ora em disposição alternada, criando trechos em muralha sinuosa, ora num bordo, ora noutra, acompanham e marcam o eixo viário.

Nas faixas de terra, quando existem, entre os blocos arqueados, e as orlas do mar e da lagoa, inclusive e sobretudo nas próprias orlas – guardadas pausas para uso público ou outras serventias – estão as edificações baixas. Assegurada a estruturação plástica do todo pelos conjuntos de massas verticais e pela seqüência ritmada dos longos edifícios arqueados, cabe às edificações mais baixas proporcionar o tom “menor”, de “câmera”, que a uma cidade não deve faltar: são os pequenos conjuntos de beira-mar e de beira-lagoa; as edificações escalonadas com terraços nas encostas dos morros, as casas no bordo do canal e da lagoa, os blocos de casas geminadas ou de apartamentos de dois pavimentos sobre pilotis, dispostos em “squares” privativos. Tais gêneros de edificações – desde que dotados do indispensável apuro arquitetônico – integrar-se-ão perfeitamente ao núcleo urbano final e mediante seu *uso inicial* para “week-end”, veraneio e férias, constituirão o ponto de apoio a partir do qual desenvolver-se-á a futura cidade.”

Rio de Janeiro, dezembro 1972.

* * *

147
148

Certeau, 1980:172.
Cf. *idem, ibidem*: 173. Ver, também, a propósito, Bachelard, quando afirma: “o conhecimento do real é uma luz que projeta sempre sombras em algum lugar” (Bachelard, 1972:13).

Uma evocação comparativa dos viajantes naturalistas do século XIX impõe-se de imediato. Como Saint-Hilaire, Charles Darwin, o príncipe de Wied-Neuwied, ou o empresário Luccock, também o viajante-urbanista do nosso século percorreu o território da restinga. Fê-lo, no entanto, graças aos meios mais sofisticados de sua época – por via aérea. Assumiu, desse modo, uma perspectiva peculiar e cheia de consequências, seja para a descrição da área, seja para a proposta de sua ocupação, isto é, para o projeto da cidade futura.

Essa perspectiva, prefigurada na representação medieval e renascentista, propunha um olhar celeste, que só o século XX conseguiu converter de ficção em realidade, transformando o homem em deus, ou semideus, na sua qualidade demiúrgica:

Ícaro pairando sobre as águas, ele pode ignorar as astúcias de Dédalo nos Labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em vidente. Põe-no a distância. Transforma em um texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitiçava e do qual se estava “possuído”. Permite ler, com olho solar e visão divina. Exaltação de uma pulsão scópica e gnóstica. Não ser senão esse ponto que vê, eis a ficção do saber.¹⁴⁷

Como todo saber, entretanto, também o do moderno urbanista alado não passa de um simulacro teórico, que se tornou possível, tanto pelo que é capaz de mostrar, quanto por aquilo que precisa esquecer ou desconhecer.¹⁴⁸

Quando olha *vê*, em primeiro lugar, o feio, as “glebas perdidas para o urbanismo”, em virtude da monotonia e mesquinhez do seu arranjo. Em seguida, *vê* um grande vazio – “uma pausa, a um tempo natural e singular”, que identifica como o belo. Beleza resultante, seja das qualidades naturais desse hiato territorial, seja de sua potencialidade como suporte de um urbanismo generoso, na sua escala e variedade.

O que providencialmente se deixa de ver, neste caso, são os assentamentos humanos existentes na restinga, que os antigos viajantes, no entanto, não tinham podido, nem desejado ignorar. Os méritos da preservação e unidade desse vazio, entretanto, são atribuídos ao “sonho lúcido” de um empresário. Sonho, porque não se concebe que o fundar cidades possa corresponder simplesmente a um cálculo, material e mesquinho, tendo, ao contrário, sempre, por base, uma aspiração de transcendência, um veio utópico profundo. Lúcido, no entanto, por causa de sua virtude de antecipar uma conjuntura do porvir,

e, com ela, a possibilidade, não só da realização provável do lucro, razão estritamente profissional do empreendimento.

O processo social, antecipado pela razão do empresário, encontra nas palavras do urbanista sua tradução autorizada. De acordo com ela, o crescimento demográfico das metrópoles é inexorável. Em consequência dele, no entanto, dá-se a expansão dos contingentes profissionais diversificados, que compõem a “classe média”. Ao mesmo tempo, o adensamento da aglomeração urbana, com seus inevitáveis reflexos sobre o sistema construído, faz com que a cidade não ofereça, cada vez mais, senão uma modalidade inóspita de viver a essa “classe média”. Esta, em contrapartida, concebe, com intensidade crescente, seja o risco da poluição, seja a limitação do espaço disponível para as suas crianças. Isto sem falar nos inconvenientes do trânsito e na insegurança que assola a metrópole. Encontra-se, pois, sequiosa, quer de oportunidades que lhe permitam recompor-se das tensões desse “viver intramuros”, quer de alternativas residenciais urbanas, expurgadas dos inconvenientes da cidade grande.

Feito o diagnóstico, falta uma estratégia para, burlando a lei de continuidade espacial do desenvolvimento urbano, convencer esse público a empreender, de forma intermitente, no começo, e de modo permanente, no futuro, um salto, por sobre a periferia imediata da metrópole, em direção ao cenário distante, ainda bucólico, da restinga de Maricá.

Essa estratégia é óbvia, ou assim parece ao planejador: é preciso “criar condições urbanísticas extremamente atraentes”. Ao discriminar tais condições, na linguagem técnica especializada, verifica-se que atendem à grande tríade do urbanismo modernista – legibilidade, fluxo e fruição, princípios axiomáticos segundo os quais devem ser articuladas forma e função. Por isso, tudo deve começar com o sistema viário, macroestrutura preferencial do tráfego motorizado, conectando espaços distintos numa hierarquia funcional. Eis, portanto, um primeiro fator capaz de tornar convidativo o deslocamento da metrópole para a franja pioneira urbana, além da contiguidade com a natureza, sedução particularmente irresistível para o veranista, isto é, para quem deseja tirar férias da metrópole, entre o mar e a lagoa.

Para os moradores permanentes, que, espera-se, virão no rastro dos “weekenders”, entretanto, não bastam os encantos da natureza. É preciso proporcionar-lhes outras alternativas, prazeres inerentes à própria forma urbana. Uma delas são os espaços de sociabilidade característicos desta, que podem

incluir eventuais citações do urbanismo da metrópole, como o pequeno parque, tratado “à moda de Passeio Público”, ao fundo da praça, com a nova capela de São Bento da Lagoa, espécimen simbólico remanescente da cidade colonial.

A par do centro de animação, porém, a cidade deve-se oferecer, permanentemente, como espetáculo. Dessa maneira, é preciso fazê-la expressar uma “intenção plástica”, em que o modo sinfônico das massas verticais e da cadência ritmada dos longos edifícios arqueados se opõe ao tom intimista de um urbanismo “de câmara”, com seus “*squares* privativos”.

A mudança da perspectiva revela-se, em comparação com o panorama descrito do outeiro de Nossa Senhora de Nazaré, radical. O naturalista francês olha a paisagem de um ponto situado dentro dela e vê a desproporção entre a criação divina e a obra do homem. O arquiteto-urbanista, ao invés, pratica um olhar de sobrevoo. Contempla a paisagem estando fora dela e tendo-a a seus pés. Também ele constata a presença do engenho humano amesquinhado. Está, no entanto, possuído pelo discurso utópico da cidade moderna. A humildade contrita da apreensão contemplativa cedeu lugar à audácia visionária do megaescultor, movido talvez pelo desejo de instaurar, entre o engenho divino e o estro humano, uma proporção menos desfavorável ao último. O certo é que, no seu discurso, há uma exaltação da cidade, desde sempre uma das mais prestigiosas realizações dos homens, e, como tal, símbolo por excelência do gênio e da pujança de sua iniciativa. Não por acaso a fundação de cidades foi, e, em muitos casos, continua sendo, o privilégio de homens santos, reis e heróis epônimos, enquanto portadora de um valor arquetípico das culturas que a conheceram, adotaram e desenvolveram.

Para o urbanismo racionalista, cujo representante, no caso de São Bento da Lagoa, não poderia ser mais ilustre, a boa forma urbana é resultado de uma tríplice operação da qual Michel de Certeau¹⁴⁹ afirma que consiste em:

- Produzir um espaço livre de toda e qualquer impureza física, mental ou política;
- substituir as resistências difusas e recalcitrantes da tradição por uma ordem sincrônica;
- criar um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade, à qual vão sendo, aos poucos, atribuídas funções e predicados que, anteriormente

dispersos, pertenciam a uma multiplicidade de sujeitos reais – indivíduos, associações e outros grupos.

Nesse grande prospecto para o advento do reino urbano, na restinga de Maricá, o urbanista “corrige” a situação perversa, na qual a natureza subjuga o homem, reduzindo a expressão do engenho humano à sua mais ínfima escala.

No seu jogo utópico, é a própria cidade, expurgada dos seus inconvenientes, isto é, saneada, que se transforma em panorama, apropriando-se do quadro natural, para convertê-lo em mais um de seus múltiplos atributos:

Trata-se de não perder na escala urbana a escala “grande” da restinga; trata-se de afirmar a presença da bela várzea; trata-se, assegurada densidade tipicamente urbana e rentável, de manter visível a própria restinga natural, em sua escala e definição geográfica de gleba com frente de mar e lagoa.¹⁵⁰

Lá onde o urbanista desejava materializar a sua miragem, esse sujeito universal e anônimo que é a *cidade-panorama*, existiam, no entanto, sujeitos reais, capazes de invocar uma posse antiga e de boa-fé do seu território. E foi justo a capacidade de resistência de uma dessas muitas “aglomerações muxuargas”, grandeza aparentemente desprezível para um olhar de sobrevoo, que conseguiu manter a *Cidade de São Bento da Lagoa* no domínio dos cenários oníricos. Este feito, por si só, merece que se conheça melhor o seu herói – a comunidade de pescadores da Praia da Zacarias, tal como a encontrou, em 1978, o etnógrafo, inconsciente, ainda, da dramática e intrincada situação social que o esperava, desde o primeiro dia, no campo.

Com esta finalidade, contamos revelar ao leitor, em contraposição ao modelo escriturário do urbanismo racionalista, “um domínio étnico, tornado visível, tangível e sensível” – um espaço configurado pelas práticas quotidianas, resultante de múltiplos programas de ação, em torno de valores próprios e irreduzíveis – um *lugar*, em suma.¹⁵¹

¹⁵⁰ Cf. “Memória da Cidade de São Bento da Lagoa”.

¹⁵¹ “Um lugar, neste sentido não-geográfico, é uma coisa criada, um domínio étnico tornado visível, tangível, sensível”. (Langer, 1980:100).

A aldeia dos irredutíveis

Casa, parentesco e patrimônio em Zacarias

A estória não quer ser história. A estória,
em rigor, deve ser *contra* a História
J. Guimarães Rosa

*Celebrant carminibus antiquiis, quod unum apud
illos memoriae et annalium genus est.* [Celebram em versos antigos,
único gênero de memórias e anais que têm.]
Tácito

1. Juca Tomás: apontamentos para um Memorial

Na Zacarias conta-se uma história cujo protagonista é Juca Tomás. É uma história dos tempos em que o tempo não era ainda, como hoje, escasso, e servia para o ócio, com a família ou com os amigos.

As narrativas pontilhavam essas horas de estar junto à toa, como faziam também passar a hora, nos serões, quando se teciam ou remendavam as redes. A história de Juca Tomás era uma dessas que se gostava de ouvir, em tais circunstâncias. Assim, não há entre os mais velhos quem não a conheça e conte aos mais novos, quando, por algum motivo, vem à baila o tempo antigo.

Como a atualidade vai, de acordo com a percepção local, tornando-se cada vez mais avara desses momentos, é possível que as crianças já não a conheçam mais, porém isto não é certo, como são incertos muitos dos seus detalhes. Imprecisões devidas às vicissitudes da memória servem, de resto, admiravelmente, para a transformação de histórias em *sagas*, como pode confirmar-se, uma vez mais, neste caso, em que as lacunas e incertezas relativas a datas, nomes, fatos e circunstâncias contribuem para dar às peripécias de Juca Tomás ares de uma história arquetípica.

O grau de elaboração das versões que dela se recolheram, ao longo de uma década e meia, apresentou consideráveis variações. Não só de um narrador para outro, mas, também, entre as versões sucessivas de um mesmo narrador, segundo o momento ou a capacidade de participação do auditório, com perguntas e comentários, capazes de estimular e desafiar suas recordações.

Numa versão mais simples, esta história é uma das primeiras, senão a primeira, que se conta ao recém-chegado. A linha geral é sempre a mesma; o que varia são os pormenores, por vezes suscitando dúvidas e polêmicas quanto a certas passagens do trecho. Para dirimi-las, será, em qualquer caso, necessário recorrer aos detentores de uma versão autorizada, a pessoas que, sendo mais velhas, conviveram com o herói da narrativa e, assim, foram também personagens desta. São poucos, hoje em dia. Quatro apenas. Todos eles homens já velhos, membros da mesma geração, irmãos ou primos em primeiro grau.

Sob a guarda desses anciãos, a história de Juca Tomás trata do passado. E, como “o passado é, também, ficção do presente”,¹ convém tomar conhecimento dela, atento à sua perspectiva do pretérito, para compreender suas implicações no presente dos pescadores da Praia de Zacarias.

* * *

Como filho de pescador, Juca Tomás começou a vida aprendendo o ofício do pai. Moço ainda, largou da pescaria para empregar-se num armazém. Na Praia do Neves, em São José do Imbassaí. Graças à sua função de caixeiro, pôde adquirir não só uma noção da rede de trocas, de que o estabelecimento fazia parte, mas ainda o manejo da atividade comercial, dos contatos às operações.

Adulto, vamos encontrá-lo dono de armazém, na localidade de Guaratiba. Vários fatores devem ter contribuído para isso. Em primeiro lugar, com certeza, o empréstimo que obteve do pai, Tomás Velho, como era chamado para diferenciá-lo do filho, pois tinha o mesmo prenome – José, sendo conhecidos, um e outro, como Juca.²

Além disso, no entanto, a vocação do jovem para os negócios deve ter-se beneficiado grandemente com a expansão econômica de Maricá, no decorrer da segunda metade do século passado. O certo é que nessa época – ninguém sabe precisamente quando – José Antonio Pinto de Marins, nativo da Zacarias, comerciava por conta própria. A escolha de Guaratiba para sede do seu negócio parece ter sido boa, pois o povoado não contava com nenhum estabelecimento

¹ Certeau, 1982:21.
² Tomás “Velho” tinha dois irmãos – Delfino, do qual não constam filhos; e Saturnino, pai de Benvindo, Luiz, Jacinto, Inês e Antonica. Os três Marins eram casados com três irmãs – “Chica”, Mariana e Rita, cuja família era de São José do Imbassaí. Juca Tomás tinha, por sua vez, dois irmãos – Simplicio e Maneco; e três irmãs – Arminha, Regina e “Lilica”.

- ³ Hilário, Tobias, Carmelita (“Milita”), Bibiana (“Bibi”), Ernestina, Leonor (“Chambinha”) e Elvira.
- ⁴ Valentim, Álvaro, José, Coriolano (“Neném”), Lincoln (“Lico”), Carlinda (“Liliana”), Otilia, Antenora (“Nora”), Nicolina e “Lulinha”.
- ⁵ Capitulino (“Moçozinho”), Permínio, Teodoro, Carlota (“Binha”), Julieta (“Julita”), Norávia, Lúcio e Rubens. De uma união desfeita, “Fininha” trouxera Donília – “a estranha”, segundo a referência dos irmãos.
- ⁶ Aristeu (“Aristi”).
- ⁷ Irineo (Henrique), Norival, Prelidiano (“Mucinho”), Valdelino (“Cornélio”), Maura (“Caçulê”).

desse tipo. Tinha, ainda, boa situação, a pouca distância de Barra de Maricá, com suas grandes pescarias, e perto da florescente lavoura de Frei João, lugar de pequenos sitiantes.

A prosperidade não se fez, portanto, esperar. Em pouco tempo, surgia um – para as condições locais – majestoso empório. Com três salas maiores, quatro quartos amplos, cozinha e corredor igualmente generosos, e mais uma saleta, todos se lhe referem como “a casa grande”, fazendo questão de acrescentar, para transmitir uma ideia de escala, que mais ou menos cinco mil telhas tinham sido necessárias para cobri-lo.

Era tão amplo, na verdade, que não lhe foi difícil abrigar, além de mercadorias em grande quantidade, a família de seu proprietário. Este se havia casado com Emília Rosa, como ele, nativa de Zacarias, com quem teve sete filhos, entre meninos e meninas.³

À medida que os negócios prosperaram, Juca Tomás foi assumindo responsabilidades adicionais no campo das relações familiares. Uma após outra, tomou ao seu encargo mais cinco mulheres. A primeira delas foi Maria, a “Maricota”, de Guaratiba, onde teve casa montada e dez filhos – cinco meninos e cinco meninas.⁴ Em seguida, veio Josefina – “Fininha”, da Barra de Maricá, mas com quem teve casa na Zacarias e que lhe deu oito filhos, dos quais cinco rapazes.⁵ Depois foi a vez de “Rôla”, da qual a história reteve apenas o apelido e que tinha casa em Guaratiba, mas de cuja união com Juca Tomás não resultou prole. A quarta foi “a moça de Ponta Negra”, com casa lá mesmo, e apenas um filho.⁶ A quinta, finalmente, a mais nova de todas, valeu a Juca Tomás um desentendimento familiar. Tratava-se de “Antonica”, também ela nativa da Zacarias. Além disso, sua parenta próxima, filha de um irmão de seu pai, casado com uma irmã de sua mãe e, portanto, sua prima-irmã, pelos dois lados. O fato de tê-la seduzido suscitou acerbas críticas por parte de Simplício, seu irmão mais velho. Somente a intervenção de Maneco Tomás, o mais jovem dos três, pôs fim à querela e permitiu que a união se concretizasse, sem consequências mais graves. Dela resultaram quatro filhos homens e uma mulher, todos eles nascidos e criados na Zacarias.⁷

Durante um certo tempo, dizem, Juca Tomás teve e manteve essas várias esposas. Criou e consolidou não apenas várias famílias ou vários ramos de uma família, mas também sua fama de provedor. Ter mulheres, qualquer um podia.

Tê-las “com responsabilidade”, no entanto, não era coisa simples. Requeria, além de abundantes provisões, presença e providência, em cada uma das casas.

“O velho tinha cavalo bom”, costuma-se dizer, ainda hoje, na Zacarias. Com efeito, para passar um dia com cada uma dessas mulheres, era preciso percorrer a restinga, de um povoado para outro, várias vezes por semana, com os jacás da montaria abarrotados de gêneros.

Além disso, no entanto, esse empreendedor, que era Juca Tomás, preocupou-se com a educação de sua prole. Esperava que esta soubesse, ao menos, ler, escrever e contar, como atestam seus esforços para conseguir professoras, às quais dava casa, comida e salário, em troca da instrução dos filhos.⁸

Diante do vulto e da complexidade desse empreendimento, na área do parentesco, surge uma questão – o que dava a Juca Tomás condições de atender a tantas solicitações e arcar com tamanha responsabilidade?

A resposta mais óbvia para essa pergunta seria – o armazém. Mas o que sabemos nós desse armazém? Os mais velhos gostam de descrevê-lo como um estabelecimento onde se podia encontrar toda sorte de mercadorias; dos secos e molhados aos tecidos. Assinalam os produtos que vinham das serras, como a banana, a farinha de mandioca, as madeiras de lei, os objetos de cestaria e as fibras de tucum. Recordam a rapadura, o açúcar mascavo, a aguardente e o café em grão, bem como as mantas de toucinho e carne salgada, dos engenhos ou fazendas estabelecidas nas várzeas. Enumeram frutas e legumes, milho, feijão, batatas e aipim, da pequena lavoura dos sítios, à meia encosta dos morros. Lembram-se ainda dos muitos artigos importados das vilas e cidades – objetos de cutelaria, recipientes de cerâmica, ferragens, linhas e cabos de corda, artigos têxteis; velas, lamparinas e lampiões; azeite doce e gordura de porco; sal, fósforos a granel, e assim por diante. Tudo isso era armazenado em caixas, surrões, sacos, barricas, potes e garrafas, que se guardavam, em sua maioria, no “quarto grande”, lugar da casa onde funcionava também a “balança de corda”, associados ambos à proverbial abastança do empório, nos seus tempos de fastígio.

De resto, é possível evocar a imagem dessa “casa grande”, recorrendo ao testemunho dos viajantes que, no século XIX, percorreram a região e descreveram algumas dessas *vendas*, situadas ao longo dos caminhos que iam da Vila Real da Praia Grande, atual Niterói, a Cabo Frio. Já naquela época, ressaltava a importância desses estabelecimentos, na morfologia e dinâmica

⁸ Desse modo veio para Zacarias Abigail, casada com Antonio Costa, que, ao separar-se dela, casou com “Julita”, filha de Juca Tomás com “Fininha”.

social da região. Cabia-lhes, e aos seus proprietários, não só acolher, *tant bien que mal*, os forasteiros, mas, ainda, alimentar toda uma rede de relações regulares entre a restinga, a várzea e a serra, interconectando sítios e fazendas com povoados, vilas e cidades, algumas delas, junto à Baía de Guanabara.

A “casa grande” de Juca Tomás seguiria esse padrão, como sugerem os depoimentos, segundo os quais “lá se comia, bebia e dormia”, valendo esta afirmativa não só para as pessoas da família, mas também para os forasteiros. E além disso, lá ainda se jogava e, nas ocasiões festivas, dançava-se ao som de sanfona, pandeiro, cavaquinho, rabeca e bandolim, todos juntos ou em diferentes associações, conforme a gala do evento.

A *venda* de Juca progrediu rapidamente e, durante um bom tempo, parece ter espelhado, na restinga, a prosperidade da região. No apogeu, os negócios tinham um volume tal que se tornou necessário manter cavalos e canoas de carga para escoar o intenso fluxo de mercadorias, articulado pela “casa grande”, que, a essa altura, tinha na restinga suas próprias roças e uma criação de porcos, cabras e aves de terreiro.

Ao falar dessa riqueza, seus descendentes costumam acrescentar que, em tais condições, “ele podia tapar o sol com a peneira”, numa referência à sua capacidade de prover suas – em vários sentidos – numerosas famílias.

Sucedem, no entanto, que estas não eram apenas unidades de consumo, o que certamente dificultaria sua manutenção. Cada uma delas funcionava, também, como um manancial de recursos materiais e humanos.

Assim, no momento adequado, Juca Tomás pôde contar com filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas, alguns deles seus genros ou noras, para guarnecer seus negócios. Conforme as preferências e inclinações de cada um, empregava-os no armazém, nas tropas e canoas de carga, ou, ainda, no artesanato doméstico e no cuidado com a *criação*.

A grande maioria, porém, era absorvida pela pesca nas lagoas, com suas atividades derivadas. As mulheres e crianças fiando, tecendo e entralhando redes. Os homens, trabalhando na pescaria, com ganhos consideráveis para Juca Tomás, segundo as oportunidades e as estações mais propícias. Nenhum deles recebia quinhão. Era-lhes destinada apenas a safra dos sábados, e somente a partir de determinada idade, quando tinham casamento em vista. No mais, tinham direito à retirada de pequenas quantias, para suas despesas miúdas.

Nas quadras ruins, entretanto, o armazém via-se obrigado a injetar recursos nas unidades domésticas, sob a responsabilidade de Juca Tomás, sem qualquer contrapartida. Por vezes, estas passavam muito tempo apenas consumindo e, com isso, os estoques baixavam rapidamente. Quando a situação perdurava, era necessário obter, a curto prazo, capital de giro para manter o armazém em funcionamento, permitindo-lhe honrar os compromissos assumidos não só com a família, mas com boa parte de sua clientela, para que esta pudesse enfrentar o tempo das vacas magras.

Em tais ocasiões, Juca mobilizava recursos com a venda das redes e tarrafas de sua propriedade, lá onde a pesca se mantinha ativa, como em Saquarema, por exemplo. O montante apurado era convertido em gêneros, graças aos quais se podia, embora a título precário, fazer face à penúria. Parte desses recursos, porém, destinava-se, desde logo, à aquisição do necessário para o fabrico de novas redes e tarrafas,⁹ prevendo uma possível reversão da conjuntura. Filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas, genros e noras e, a partir de certo momento, netos e netas, voltavam então a fiar, tecer e entralhar, até que a pescaria se recompusesse. Quando isso acontecia, começava para a “casa grande” outro ciclo de fartura, até que nova escassez obrigasse a repetir toda a operação.

A história desses movimentos cíclicos não pode, infelizmente, reconstituir-se, a não ser de modo vago. Não seria possível, portanto, estabelecer uma relação comprovada entre um período de declínio da pesca e o momento em que teve início a decadência do empório.

É certo, no entanto, que, já no começo da década de 1920, o armazém da “casa grande” funcionava de “porta às avessas”. Continuava a comerciar, porém “pelos fundos”, onde a porta se abria e fechava a cada transação. Asilado no interior da casa, o comércio reduzia-se a contatos furtivos com sua clientela de outrora. Com isso, seguiu o caminho inexorável da agonia. Foi minguando, seja na quantidade e diversidade do estoque, seja na sua dimensão como centro local de sociabilidade para as populações adjacentes. Desse modo, veio arrastando-se, ainda por um bom tempo. Tempo que coincidiu com o declínio do próprio Juca Tomás, transformado numa sombra do homem alto, forte e cheio de vitalidade de outrora, famoso por sua disposição incansável para organizar festas, ou levar as pessoas aos folguedos, nos povoados vizinhos.¹⁰

Com mais ou menos 80 anos, Juca pressentiu a proximidade do fim. Realizou, então, um último esforço na ordenação dos seus negócios terrenos.

⁹ Carretéis de linha de algodão e suprimentos de fibra de tucum, por exemplo.

¹⁰ Assim conta “Vivinha” (95 anos), filha de Arminda, uma irmã de Juca Tomás, casada com Manuel Luis da Costa.



Alcina fazendo rede.

Convocou à “casa grande de Guaratiba” alguns membros de sua parentela. Serviu-se dessa reunião para uma espécie de *ato notarial*, comunicando à pequena assembleia suas disposições finais sobre o patrimônio que estava em via de legar aos seus herdeiros.

Fizeram-se presentes à cerimônia Hilário, Tobias e Carmelita (“Milita”); Assis e Erotides Marques (“Joca”); além de João Gomes, Irineo (Henrique) e Capitulino (“Moçoquinho”).

Hilário era o primogênito de Juca Tomás com Emília Rosa, de cujo matrimônio eram filhos, também, Tobias e “Milita”. “Moçoquinho” era o primogênito da união com Josefina. Henrique, por sua vez, era o mais velho do casamento com “Antonica”. Assis e “Joca” eram casados com “Chambinha” (Leonor) e Ernestina, igualmente filhas de Emília Rosa, e, portanto, irmãs de Hilário, Tobias e “Milita”. Tanto Assis quanto Erotides eram filhos de um irmão de Juca – Maneco Tomás, sendo pois, não só genros, mas também sobrinhos do velho. Casado com “Bibi” (Bibiana), filha deste com Emília Rosa, João Gomes era, como “Joca” e Assis, genro de Juca Tomás.

Como, no entanto, as ausências podem ser tão significativas quanto as presenças, é prudente indicá-las de imediato. Da reunião, não fazia parte nenhum dos filhos de “Maricota”, que tinha deixado Maricá, levada pelo seu mais velho, indo morar em Niterói, para onde a tinham seguido, um após outro, os demais filhos, deixando a casa de Guaratiba para trás. É de assinalar, ainda, a falta de Aristeu (“Aristi”), filho de Juca Tomás com “a moça de Ponta Negra”, a qual como “Rôla” não se encontrava mais “no poder do velho”.

Quanto aos presentes, verifica-se que eram, entre si, ou irmãos, ou primos, ou cunhados e concunhados. Representavam três ramos distintos dos descendentes de Juca Tomás, além de um ramo colateral dos Marins, o do seu irmão mais novo, Maneco. Chama logo a atenção o predomínio dos filhos de Emília Rosa, seja diretamente, com Hilário, Tobias e “Milita”, seja por representação, como no caso de “Chambinha”, Ernestina e “Bibi”. Todos estes eram, por oposição a “Moçoquinho” e Henrique, *irmãos de casa*, categoria usada para distinguir os diferentes grupos de irmãos uterinos que compunham a descendência de Juca Tomás.

In articulo mortis, este último manifestou, diante dessas pessoas, a sua vontade quanto à destinação do patrimônio, que, apesar da prolongada decadência do armazém, não era pequeno. Com ele, no entanto, era preciso

aquinhoar as numerosas famílias que deixava. E foi este o propósito do *codicilo* que Juca Tomás ditou aos participantes do ato.

Para Hilário, ficava a “casa grande”, com o que restava do seu comércio, e mais canoas, redes, remos, cavalos e “criação”, além do encargo de *testamenteiro*. Cabia-lhe, pois, a sucessão no núcleo fundador do patrimônio, que seu pai havia constituído com o auxílio de Tomás Velho, padrinho de Hilário, sendo este, igualmente, penhor de sua aliança com Emília Rosa, essa primeira nora e comadre, a quem devolveu a quantia destinada por Juca Tomás ao pagamento do empréstimo feito pelo pai, quando quis abrir o armazém de Guaratiba.

Para “Fininha”, deixava a casa onde esta vivia com os filhos, na Zacarias, bem como canoa, remos e redes de pesca. “Moçoquinho”, que a representava e os irmãos, tinha sido, durante muito tempo, o braço direito do empório, seu principal caixeiro. Por isso, recebera a ajuda do pai, sendo, à época, comerciante no seu povoado natal. Na divisão, foi contemplado, ainda, com um cavalo.

“Antonica”, que tinha vindo da Zacarias para cuidar de Juca Tomás, quando este já estava bastante enfermo, e era representada por Henrique, teria direito não só à casa em que morava, mas também à *pescaria* (canoa, remos e “quatro peças de rede de gancho”), capaz de assegurar-lhe e aos filhos o necessário sustento.

Tobias e “Milita”, que eram solteiros e moravam com o pai, teriam uma casa na Zacarias. Para Assis Marques, que, junto com seu irmão Erotides, tinha comércio nesse mesmo povoado, ficava uma canoa, contribuição ao provimento das filhas.

A progênie de Maria, embora sem representação no evento, foi contemplada com a casa adquirida por Juca Tomás aos herdeiros do falecido Juvenal, na Zacarias. Nessa casa morava “Lilina”, a única do matrimônio com “Maricota” que permanecera em Maricá. E que tinha ido viver na Zacarias, quando, separada do seu primeiro marido, do qual tinha três filhos, engravidara de outro homem. Para seu neto Alcino, filho do casamento desfeito dessa “Lilina” com Leopoldo, e que tinha sido criado na “casa grande”, o velho deixava uma tarrafa.

Finalmente, os recursos apurados com a venda de um de seus cavalos seriam destinados a saldar um débito com um negociante da *Vila* – Jacinto Caetano, o mesmo que, de solitário atravessador de aves e ovos, viria a transformar-se num bem sucedido empresário de transportes, dono da Viação Nossa Senhora do Amparo, em Maricá.

Essa declaração testamentária foi seguida de uma exortação, em que Juca Tomás encareceu, aos presentes, o valor da conciliação, recomendando-lhes que permanecessem unidos. Assim, pretendia cuidar desse outro legado seu, que era o patronímico *Marins*, recebido de Tomás Velho, e que estava em via de devolver à descendência deste, notavelmente acrescido, pouco depois de ter formulado sua vontade derradeira.

Num dia 22 de agosto, de um ano que pode ter sido o de 1936, Juca Tomás faleceu na “casa grande”. O féretro foi conduzido numa canoa guarnecida por Sizenando (“Baque”) e Alcebiades (“Ginho”), filhos de Simplício, irmão mais velho de Juca. Na sua esteira, seguiu um longo cortejo fúnebre. As embarcações, para “mais de cem canoas”, que se haviam juntado ao longo do caminho, aportaram no Saco da Lama. De lá, o ataúde foi carregado em procissão até a igreja. Na matriz de Nossa Senhora do Amparo, realizaram-se os ritos de encomenda. Depois, Juca Tomás foi enterrado no cemitério de Maricá.

Após dias de recolhimento e jejum, a enlutada casa dos *Marins* sofreria o primeiro grande abalo consecutivo à morte de seu herói epônimo. Contam os filhos de “Antonica” que Hilário, escudado na condição de primogênito e sob a alegação de que “morto não fala”, tomara o partido de silenciar a vontade manifesta do pai no que dizia respeito à partilha dos bens dos quais era *inventariante*.

Decidira, por exemplo, que a canoa, os remos e a rede de gancho, destinados a “Antonica”, ficariam com seu primo e cunhado Erotides Marques, o “Joca”. Isso prejudicava os herdeiros de “Antonica”, sobretudo o primogênito Henrique, que o falecimento de Juca Tomás transformara em arrimo de família. Do mesmo modo, ficaram sem rede e canoa os filhos de Josefina. E “Moçozinho”... não teve o seu cavalo!

As partes lesadas não quiseram empenhar-se num conflito. Não “fizeram questão”, desistindo, pois, de sua parte na herança. Assim, prevaleceu a palavra de Hilário e, com ela, sua estratégia: consolidar a aliança com os filhos de Maneco Tomás, homem de confiança de seu pai, na Zacarias.

O preço desses recursos adicionais – bens de capital e bens simbólicos – foram as tensões que passaram a existir no relacionamento de Hilário – seus primos e cunhados – com os irmãos, filhos de Josefina, ou de “Antonica”. Em contrapartida, reforçava-se a posição da progênie de Emília Rosa, na Zacarias.

Curiosamente, essas disposições do primogênito de Emília tiveram, também elas, um aspecto testamentário. Seu autor pouco sobreviveu ao pai. Sua morte pôs em movimento Tobias e “Milita” que liquidaram o armazém e fecharam, definitivamente, as portas da “casa grande”, para viver na Zacarias. Levaram consigo os filhos de Hilário e “Quéssa”, criados no armazém, desde o incêndio ateadado por sua mão e que lhes custara a casa (que fora de “Maricota”) e motivara a separação do casal, além da volta de Hilário à casa paterna.

Assim, quando sua prole veio buscar amparo na aldeia de seus avós Juca Tomás e Emília Rosa, pôde contar com as irmãs uterinas do pai, casadas com primos-irmãos deste, filhos de um tio-avô que, além de irmão uterino do avô paterno, tinha sido seu grande aliado na Zacarias. Não lhes foi difícil, portanto, encontrar acolhida e condições de sobrevivência no lugar.

Além da descendência de “Fininha” e “Antonica”, sediadas na localidade, desde o início, foram para a Zacarias não apenas os filhos e netos de Emília Rosa. Antes da chegada de Tobias e “Milita” com os sobrinhos, já morava no povoado uma filha de Juca Tomás e “Maricota”, chamada Carlinda. “Lilina” (Carlinda) chegara a morar com seus filhos na “casa grande”, quando Juca Tomás ainda era vivo, pois a casa de “Maricota”, à qual teria tido direito, sucumbira ao desatino de “Quéssa”. Talvez fosse esse o motivo pelo qual Juca Tomás lhe destinara a casa adquirida ao espólio de Juvenal, para ressarcir os filhos de “Maricota”. A presença de “Lilina”, no povoado, terminou por atrair Benjamin (“Beco”), um de seus filhos, através do qual a linhagem de “Maricota” deitaria também suas raízes na Praia de Zacarias.

Pode-se dizer que o destino sorriu, ainda uma vez, embora *postmortem*, ao empreendedor Juca Tomás. Com habilidade e diligência, este fora, em vida, tramando uma família extensa, administrando tensões e fomentando lealdades. Seu patrimônio diluiu-se com sua morte. A “casa grande” de Guaratiba foi desmanchada. Com o material, quatro outras casas puderam ser construídas. E ainda sobraram telhas!

Também na Zacarias tinha existido uma “casa grande”, onde Juca pousava, quando de suas permanências no povoado. Lá as crianças tinham aula; apresentavam-se os “teatros de bonecos” e as *troupes* de saltimbancos; e era onde se realizavam as festas, com música, dança, comida e bebida. Também ela veio abaixo; e seus materiais, dispersos, incorporaram-se a outras construções.

¹¹ Turner, 1985:74. "An Antropological Approach of the Icelandic Saga", originalmente in Beidelman, 1971.

¹² *Formas Simples*, 1976:60-82.

¹³ Cf. *Idem, ibidem*:61.

¹⁴ *Idem, ibidem*:62.

¹⁵ Cf. Turner, 1985:83.

Coisa bem diversa sucedeu, no entanto, ao patronímico. Dispersos pelas aldeias da restinga, os Marins envolveram, uns com os outros, os povoados de Zacarias, Barra de Maricá, Guaratiba e Ponta Negra. Em vez de se diluírem, rarefazendo-se, criaram um centro de gravidade na Zacarias, onde se tornaram tão disseminados, que não se cansam de repetir ao forasteiro – “aqui, tudo é uma família só”.

2. Zacarias: “Um lugar bom para conviver”

Pode parecer forçado, pouco modesto até, usar, a propósito da história de Juca Tomás, o termo *saga*. E, no entanto, essa palavra se impôs, desde o início. Evocada, talvez, pelo tratamento que Victor Turner deu à *Islendinga Saga*, representando-a como uma sequência de dramas sociais, iguais àqueles que, entre os *ndembu* de Zâmbia, tinham sido a sua principal fonte de dados micro-históricos, encadeando eventos ao longo de um determinado tempo.¹¹

Ao considerar a saga como *forma simples*, Jolles¹² adverte para a utilização reducionista da categoria *saga*, na qual esta se contrapõe ao dado histórico, como a fantasia à realidade.¹³ De sua parte, prefere dar-lhe um sentido positivo, excluindo a ideia, seja de “uma representação de acontecimentos [...]” a que faltasse o aval da História, seja de “uma criação livre da imaginação popular ligada a acontecimentos importantes da história [...]”. Com a palavra, prefere designar, um “produto acabado e tangível, que tem coerência e validade internas”.¹⁴

Turner lembra o hábito de se apontar, na *saga*, para uma vida singular, com os seus mistérios, dilemas e destino, mas acredita que essa ênfase deva ser “complementada por um estudo das posições sociais ocupadas pelos indivíduos nas estruturas de parentesco, territorial e política, e nos papéis por eles desempenhados no que os antropólogos chamam de ‘contextos de ação’[...]”.¹⁵

Este preceito vem ao encontro do que o próprio Jolles já propusera, em 1930, quando tratara de compreender o fenômeno específico da saga islandesa, enquanto paradigma de um gênero narrativo:

Se pensarmos em termos de “história”, poder-se-á ter a impressão de que as *sçgur* realizam, de fato, o histórico ou a crônica de uma família; se procurarmos, porém, entendê-las sem preconceito, elas mostram a história existente apenas

como evento na história de uma família – e de uma família que escreve a história.¹⁶

Diante disso, revela-se pertinente a compreensão de Victor Turner para quem “as Sagas se lêem como registros e diários etnográficos, excepcionalmente bem fornidos, escritos por um estro literário incomparável”.¹⁷ No entanto, será que se poderia dizer o mesmo da história de Juca Tomás?

É certo que o relato da vida e peripécias desse personagem não encontrou, até hoje, alguém capaz de dar-lhe uma forma acabada, em prosa ou verso. Não conseguiu, pois, superar, até o momento, o estágio das atualizações orais. Estas, no entanto, não excluem certos cuidados com o ornamento literário, o andamento e a modulação emocional da narrativa. Podem ser mais curtas ou mais extensas, segundo a economia dos detalhes. Às vezes têm uma tonalidade jocosa, mas podem aparecer, igualmente, no registro grave do drama, em que ressurgem as paixões das velhas feridas e dos rancores persistentes.

Em determinadas circunstâncias, sobrepõe-se às demais uma veia de puro memorialismo, exercício lúdico da lembrança, para fins contemplativos, tanto dos que viram, quanto dos que apenas ouviram dizer. Assim, é dado aos últimos conhecer a natureza de suas relações atuais, tal como emergem dessa história comum.

Quanto ao enredo, não constitui nenhum exagero adotar, com todas as letras, o que afirma Jolles dos heróis da *Islendinga Saga*:

As relações entre os diversos personagens dessa saga são, em primeiro lugar, relações entre pai e filho, entre avô e neto, entre irmãos, entre irmão e irmã, entre marido e mulher.¹⁸

No caso dos Marins, seria necessário acrescentar, ainda, entre tios e sobrinhos, e, sobretudo, entre primos, os quais podem vir a ser marido e mulher, cunhados e cunhadas, e, no caso dos homens, eventualmente, companheiros de pescaria.

Além disso, no entanto, a história de Juca Tomás permite falar da História. Graças ao seu modo de ligar a trajetória do personagem principal às vicissitudes locais e regionais, faz como a *saga*, que “relata em termos de personalidades, a história de uma sociedade”.¹⁹ Alcança na verdade, até a época dos viajantes naturalistas, alguns dos quais, como Darwin, Luccock e Saint-Hilaire,

¹⁶ Jolles, 1976:68.
¹⁷ Cf. Turner, 1985:91.
¹⁸ Jolles, 1976:68.
¹⁹ Cf. Turner, 1985:90.

²⁰ Cf. Jolles, 1976:76.
²¹ Cf. Jolles, 1976:74.

atravessaram a região, quando Tomás Velho e seus irmãos já viviam à beira da Lagoa de Maricá.

A história de Juca Tomás é a história da sociedade dos povoados da lagoa, do ponto de vista de Zacarias. E, assim, permite vislumbrar todo um modo de vida, ordenando-o segundo determinados valores; em primeiro lugar, a própria noção de família, base da sua construção interna, como o é, também, da *Islendinga Saga*.

“Nascida da disposição mental vinculada à família, ao clã, aos laços de sangue, ela construiu todo um universo a partir de uma árvore genealógica[...].”²⁰ Exatamente o que acontece com a *saga* de Juca Tomás, também ela marcada pelos conflitos em torno da “soberania”, das mulheres e do patrimônio. Basta considerar os seus vários dramas, a começar por aquele que resultou da sucessão de Juca Tomás.

Hilário, testamenteiro infiel, vale-se de uma dessas “unidades elementares em que a *saga* se cristaliza”,²¹ isto é, de um ato verbal – “morto não fala” – para anular o ato verbal precedente de Juca Tomás, sua repartição equânime da herança. Com isso, fere a noção de família, pois gera no seio desta o ódio, o rancor e, se não a vingança, pelo menos o desejo desta, manifestado na crença de que Hilário tivera morte pronta e ruim por causa dessa traição.

O conflito de Juca Tomás com seu irmão Simplício também se dá em torno de um motivo clássico da *saga* – o rapto de uma mulher, neste caso, “Antonica”. Consta que Juca a teria levado para a “casa-grande”, ao seu serviço. Lá começara a seduzi-la, segundo parece, ensinando-lhe a pilar café...

Quando, no entanto, “Antonica” apareceu na Zacarias grávida de Henrique, Simplício fez duras críticas ao irmão, tomando o partido do sogro Saturnino e fazendo coro às ameaças indignadas deste, comportamento que levou Maneco Tomás a intervir na briga, em favor de Juca. Esta atitude de Maneco, por sua vez, ilustra a primazia da solidariedade interna do grupo de *siblings*, enquanto Simplício opta pela aliança de parentesco com seus afins, que são, no evento, seus tios e sogros, primos e cunhados.

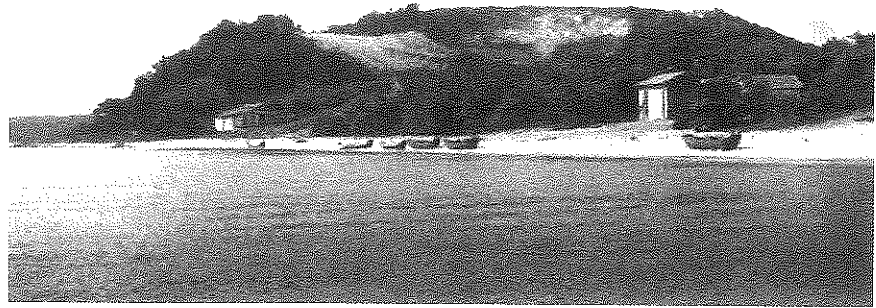
Juca Tomás foi pressionado para assumir *responsabilidade* em relação à “Antonica”. Chegou-se a falar em dar parte do acontecido às autoridades. Diante disso, a crise aprofundou-se, ameaçando Juca expulsar a família de Saturnino da casa onde vivia, sob a alegação de que era propriedade sua. Maneco tratou, então, de ponderar com o irmão mais velho Simplício que, não sendo o pai

da moça, não lhe cabia meter-se no assunto. Deveria, ao contrário, esperar, confiando na capacidade de Juca Tomás para encontrar uma solução adequada, nos termos do costume.

Não faltam, assim, à *saga* de Juca Tomás, nem as querelas em torno do patrimônio e das mulheres, nem as do adultério, nem tampouco o sangue derramado, ou misturado de forma problemática, nas relações incestuosas. Bastaria, neste sentido, recordar as acusações veladas que pesavam sobre a ligação de Tobias e “Milita”, irmãos que viviam “como marido e mulher”, embora não tivessem como filhos senão os sobrinhos. Dizer que “não mantinham relações sexuais” soa como a busca de uma atenuante, para uma situação, por si mesma, ambígua.

A própria questão da “soberania” não está ausente. Quando Hilário alega ter sido perfilhado por Juca Tomás, invoca sua legitimidade como primogênito, como que atribuindo aos demais a condição de bastardia. E, desse modo, emerge o tema do adultério, pecha que pesa sobre todas as uniões, menos aquela com Emília Rosa. Assim, o que se procura estabelecer é uma diferenciação de direitos entre a casa dos Marins de Emília e as demais casas de Marins. Operação que, por sua vez, repousava sobre o desconhecimento da prática de Juca Tomás, quando em vida; isto é, do seu esforço para proporcionar às diversas ramificações de sua estirpe igual atendimento. Disposição manifesta no gesto verbal justo de Juca Tomás, ao deixar, para cada uma de suas linhagens, um quinhão completo de *casa, canoas, remos e redes*, visando garantir sua autonomia e posição de mútua equivalência. Quando Hilário nega uma parte desse quinhão aos seus irmãos, filhos de “Antonica”, não apenas se arroga uma soberania sobre o patrimônio do pai, mas também obriga esses irmãos a, por sua vez, aceitarem subordinar-se a outro irmão, seu aliado — “Moçozinho”, primogênito de Josefina, junto com ele, principal caixeiro do armazém de Guaratiba e depois, como ele, dono de comércio e pescarias, no seu povoado natal.

Se é verdade, no entanto, que as *sagas* têm na família o seu princípio construtivo principal, não é menos verdade que as famílias, em torno das quais gira o seu entrecho, são sempre grupos cuja singularidade deriva não só dos laços de sangue, mas também de uma inscrição própria no espaço.



Se, como Jolles, considerarmos os personagens da saga islandesa não como “noruegueses expatriados”, nem tampouco como “islandeses”, mas como “gente que habita tal colina ou tal enseada, não formando nem um império, nem uma nação, nem um Estado [...]”,²² veremos que o mesmo se poderá dizer desses pescadores que vivem no entorno da Lagoa de Maricá. E embora os Marins não estejam apenas na Zacarias, e não sejam a única família do assentamento, pode-se dizer que constituem o seu mais denso núcleo de parentesco, transformando-o, desse modo, no centro de gravidade dessa gente das areias.

A *saga* de Juca Tomás mostra como tudo isso aconteceu a partir da política de casamentos de seu protagonista. Ao reconstruir a genealogia deste, vai associando cada casa, ou família, a um *lugar*, configurando-se, pois, como narrativa de espaço, graças à qual se define o que será, a partir dela, o *teatro de ações* dos Marins, em particular, Zacarias, povoado ao qual originariamente pertenciam e que passou a lhes pertencer, até os dias atuais, como sítio apropriado. “Zacarias? Zacarias? Era o nome cristão de um índio que morava aqui. Assim contavam os antigos”, conforme explicou “Vivinha” (95 anos), moradora da aldeia.²³

* * *

Zacarias é o nome de uma praia às margens da Lagoa de São José – o Lago Grande, numa enseada que se estende da Ponta da Pedra à Ponta do Capim, uma língua de areia rasa, suavemente arqueada laguna adentro, onde forma

²²

Cf. Jolles, 1976:68.

²³

Para o papel fundacional das narrativas de espaço, ver Certeau, 1980:218-221.

duas coroas submersas. E Zacarias chama-se, também, a aldeia dos pescadores que vivem nesse lugar, a maioria deles portadora do sobrenome Marins.

De acordo com a topografia local, o povoado faz parte dos assentamentos da lagoa situados do “lado do mar”. Desse modo, opõe-se, junto com Barra de Maricá, Guaratiba, Guarapina, Cordeirinho²⁴ e Ponta Negra, aos povoados das margens opostas – como Araçatiba, Porto de Fora, Saco das Flores, Saco da Lama, Jacaroá e Caju, entre outros, também estes pertencentes à lagoa, mas na “parte da terra firme”, ou “do seco”, como reza outra expressão corrente.

São José do Imbassaí, no canto noroeste do Lago Grande, junto à desembocadura do Rio São José, tem uma posição ambígua. A classificação dá o assentamento como pertencente à “banda do mar”. Suas características, no entanto, tendem a aproximá-lo dos povoados “do seco”.

Os povoados da lagoa, em conjunto, distinguem-se dos núcleos da várzea ou da serra, habitados pelos “lavradores”, em face dos quais os “pescadores” se consideram “gente da vila”, em oposição à “gente do mato”, que, conforme observam, entre divertidos e condescendentes, não sabe mover-se com desembaraço, além de desconhecer o “almoço de peixe” cotidiano.

²⁴ Os pescadores dizem “cordeirinho” (ou “caldeirinho”), derivando o nome do cordeiro – ou cardo de praia, no que provavelmente estão corretos, pois este ocorre em profusão no local.



Vista panorâmica de Zacarias, do Morro da Ponta da Pedra, na direção do Oeste.

²⁵ Trata-se da chamada “barra arqueológica” do sistema Maricá. Ver a propósito Feema-RJ, 1986.

²⁶ A expressão *lagoa antiga* remete à periodização de Lejeune de Oliveira, que assim designava o sistema lagunar de Maricá antes da abertura do Canal de Ponta Negra. Covos e juquiás eram as principais armadilhas usadas.

²⁷

Dizer *povoados da lagoa*, no entanto, é vago, mesmo acrescidos da especificação das “bandas” do mar e da terra firme. Não existe a *lagoa* no singular, mas um conjunto de lagunas, formando um sistema. Por isso, cada aldeia tem particularidades derivadas de sua localização.

O fato de encontrar-se a Zacarias no recanto sudeste do Lago Grande tem, pois, implicações precisas. A primeira delas é seu alinhamento com os demais povoados da restinga. Sua posição nesse conjunto, porém, é singular, sendo o único dos assentamentos da restinga situado à beira daquele que é tido e havido como o *grande criadouro* do sistema.

Houve um tempo em que a comunicação das águas da lagoa com o mar se fazia através de uma *barra*, rompendo-se o cordão litorâneo entre o Lago Grande e o oceano, na altura da atual enseada de Zacarias.²⁵ O sangradouro que, historicamente, abriam os pescadores, por sua vez, seccionava a restinga, entre o mar e a lagoa, junto ao povoado de Barra de Maricá, que dele tirava nome e proveito. Desse sangradouro, a *lagoa antiga* obtinha seu peculiar equilíbrio hidrobiológico.²⁶

São José do Imbassai e Ponta Negra ocupavam as extremidades do sistema. Dificilmente, no primeiro caso, e quase nunca no segundo, as *barras sazonais* beneficiavam esses assentamentos. Tendiam, antes, a favorecer Barra de Maricá, Guaratiba e Zacarias. Desses três, Zacarias era, sem dúvida, o mais bem aquinhado em matéria de frutos mediatos, pois encontrava-se às margens do “viveiro”, por excelência, desse sistema lagunar.

Ponta Negra, em contrapartida, esteve sempre, mercê do antigo regime das águas, fadada a um tipo menos prestigioso de pesca. Menos prestigioso quanto ao produto, que se limitava a espécies de menor valor, como acarás, bagres e traíras, e também quanto à própria *arte*, limitada, quase sempre, ao emprego de armadilhas, nas águas salobras dos taboais e brejos da Lagoa de Guarapina.²⁷

As águas de São José do Imbassai apresentavam, igualmente, uma salinidade mais reduzida. Nesse ponto, não diferiam daquelas encontradas no Saco do Mombuca, no Saco das Flores, no Saco da Lama, na Praia de Jacaroá ou no Caju.

Não era apenas a baixa salinidade que caracterizava essas águas. Os rios e córregos, que deságuam nesses lugares, contribuíam para criar condições favoráveis ao desenvolvimento, em larga escala, de uma flora aquática peculiar. Além disso, a inundação periódica de extensas faixas marginais, bem como os

sedimentos de origem aluvional influíam também na composição de nutrientes dessas “águas mais doces”. A própria fauna, que se desenvolvia nos *brejos* participava, certamente, dessa configuração hidrobiológica.²⁸

Nessas circunstâncias, as *barras sazonais*, quando se realizavam de forma adequada, tinham a capacidade de “limpar” a lagoa, pois vertiam no mar, de uma só vez, os sedimentos e a flora aquática, que prosperava durante os períodos de cheia. A água do mar que entrava na lagoa não chegava, entretanto, com a mesma rapidez e em igual quantidade, a todos os pontos do sistema.

Enquanto modo predominante de comunicação da lagoa com o oceano, as barras sazonais levavam a uma repartição desigual de recursos hidrobiológicos. Esta, por sua vez, tendia a influenciar a estratégia de apropriação que cada um dos povoados desenvolvia com relação ao sistema lacustre.

O Canal de Ponta Negra representou, portanto, e literalmente, um divisor de águas na história desses assentamentos de pescadores. Alterou de forma radical os seus destinos, tanto por causa do lugar onde foi construído, quanto pelo seu caráter de *barra permanente*.

O fato de ter sido aberto em Ponta Negra subverteu a posição relativa dos povoados pesqueiros. Ponta Negra, cujos habitantes eram, muitas vezes, caracterizados como “fazedores de esteiras e cestos”, por causa de sua míngua pescaria, seja na Lagoa de Guarapina, seja nas águas do Rio Doce, transformou-se no mais favorecido desses povoados. Tem a melhor, quando não a única, safra de camarão e, com maior facilidade, captura as espécies nobres que vêm do mar, embora sua arte pesqueira não tenha, ainda, ultrapassado os rudimentos do ofício, na opinião dos que detêm a fama de grandes pescadores.

Alguns destes, em contrapartida, como os de Zacarias, Porto de Fora, Barra e Guaratiba, viram o declínio constante de suas safras, desde a abertura do canal. As águas, que costumavam atingi-los em primeiro lugar, lhes chegam, agora, quando chegam, por último. Ao mesmo tempo, os taboais começaram a expandir-se. A areia das praias que margeiam a lagoa já não é branca. Foi escurecendo com o tempo, em virtude do avanço dos sedimentos limosos. Aos poucos, essas areias pardacentas foram-se cobrindo de vegetação rasteira. A pequena laguna do Bacopari, entre o Lago Grande e a Lagoa da Barra, veio-se transformando, lentamente, num banhado.

Esses fatos só fazem comprovar a pertinência da *lagoa* como referencial comum para todos os assentamentos de pescadores localizados em seus

²⁸ A propósito, consultar Lejeune de Oliveira, 1955.

²⁹ Cf. Martins, 1986: sobretudo Anexos II e III.

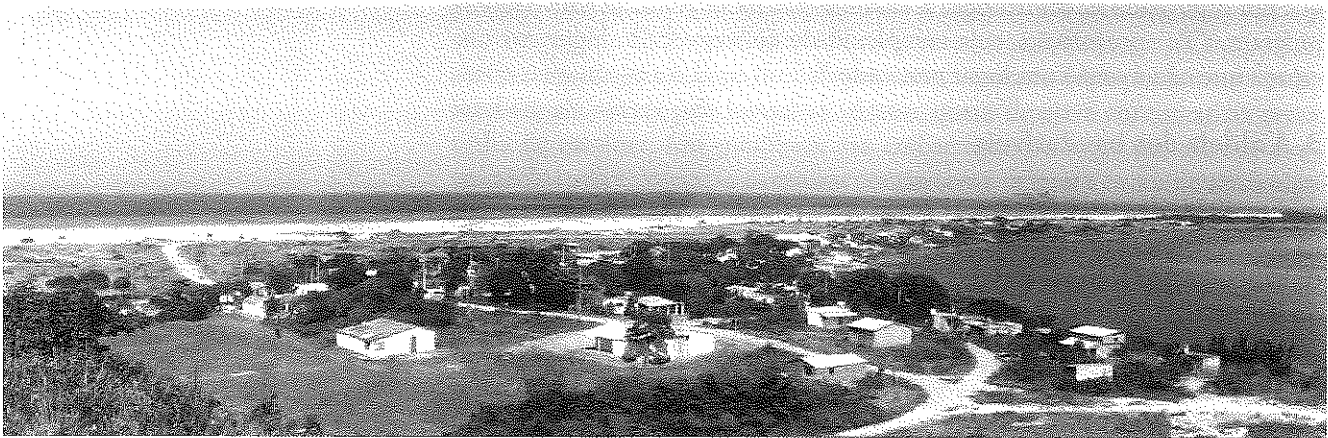
arredores. A lagoa tende a uni-los, na medida em que lhes dá a base de seu sustento. Tende, no entanto, a separá-los, enquanto localidades. Todos se apropriam da lagoa. Cada um a seu modo, porém. São esses programas diferenciais que a transformam num espaço apreendido e manejado, segundo distintas perspectivas. E são esses diferentes pontos de vista que geram alianças e conflitos, motivando as simpatias e antipatias entre os povoados; entre “zacarieiros”, “barrenses”, “guaratibeiros” e “pontanegreiros”, por exemplo, para nos limitarmos aos pescadores das aldeias da restinga.

Outra implicação do Canal de Ponta Negra foi o próprio advento e expansão do reino urbano na restinga de Maricá. Com o projeto da *barra permanente* estava associado o empreendimento de uma rodovia litorânea – a RJ-110, possível desde que não se abrissem *barras sazonais* no cordão da costa. Desse modo, surgiram condições favoráveis ao parcelamento da terra, no município.

De 1950 a 1955, esse processo teve o seu primeiro grande pique, contabilizando um total de 21 loteamentos, correspondentes à superfície de 28,8 milhões de metros quadrados. Entre 1970 e 1975 surgiram mais 30 loteamentos, com uma área total de 28,4 milhões de metros quadrados. De 1976 a 1980 foram 35 os novos loteamentos, cobrindo uma área de 10,6 milhões de metros quadrados.²⁹

Estas cifras, no entanto, não incluem os 9 milhões de metros quadrados, cujo parcelamento se daria com a *Cidade de São Bento da Lagoa*. Esse maior e mais arrojado dos loteamentos distinguia-se dos demais não só em termos de

Vista panorâmica de Zacarias, do Morro da Ponta da Pedra, na direção do Oeste.



escala, mas também, e sobretudo, quanto à sua estratégia global. Se os outros tinham optado por colocar no mercado pequenos lotes, sua proposta era vender uma cidade inteira. Mas a ambição do projeto acabou por inviabilizá-lo, na medida em que despertou interesses e apreensões proporcionais ao seu escopo. Destas, por sua vez, nasceram as pressões e contrapressões que caracterizaram a luta surda, ou declarada, por uma das áreas mais nobres da restinga.

E na voragem dos acontecimentos que marcaram, e continuam a marcar, a disputa de loteadores, políticos e “movimentos sociais”, em torno desse projeto, os habitantes de Zacarias viram-se, a partir de 1975, irremediavelmente envolvidos.

Assim se podem compreender melhor as palavras com que um pescador do povoado resumia sua situação, no decorrer do fatídico ano da grande mortandade: “Nós tá d’um jeito ruim... A coisa tanto aperta pela terra, como aperta pelo mar. É a Vidrera³⁰ tocando nós de casa e a mortandade dos peixe....”³¹

Zacarias estava, de fato, submetida a um cerco. As agruras provocadas por ele transformaram a vida do assentamento, afetando também os Marins, como de resto toda a sociedade local. Alguns desertaram. Outros simplesmente traíram seus companheiros aliando-se à “Vidrera”. Uma parte considerável, porém, decidiu-se pela resistência, pois considerava o “lugar bom para se conviver”.

Assim, parece razoável supor que essa expressão, devidamente esclarecida, possa revelar o que manteve os moradores de Zacarias irredutíveis durante todos esses anos. Para esclarecê-la, no entanto, será preciso animar esses lugares, que são o povoado e, dentro dele, a casa e o *rancho de pesca*, descrevendo os programas de apropriação, cuja complexidade converte cada lugar em um espaço que não é senão um lugar praticado.³²

3. A aldeia dos irredutíveis

Em 1978, Zacarias contava 41 casas. Esse número tinha sido bem maior, há pouco tempo. Haviam deixado de existir as casas do Boqueirão. O mesmo tinha acontecido com as casas da Praia do Serafim,³³ situada entre o Boqueirão e a Zacarias. A própria Zacarias vira muitas de suas casas serem demolidas, voluntariamente ou à força. Na época, falava-se em 40 famílias que, dessa forma, haviam deixado, recentemente, a aldeia.

³⁰ Referência à Covibra – Companhia Vidreira do Brasil, da qual era sócio majoritário Lúcio Thomé Feteira.

³¹ In Amorim, s/d: 30-31. (doc. mimeo).

³² Cf. Certeau, 1980:208.

³³ Em 1978, a Praia do Serafim servia de vertedouro de lixo à Prefeitura de Maricá.

³⁴ Há mapas em que o nome Zacarias indica, apenas, o assentamento resultante da recente relocação promovida pela Seai. No lugar da antiga Zacarias, não há registro de ocupação, nem denominação, como se correspondesse a um anônimo vazio demográfico.

³⁵ Trata-se da Seai – Sociedade de Empreendimentos Agrícolas e Indústrias, de Lúcio Thomé Feteira, um dos três maiores empreendimentos do gênero no Município.

Algumas destas mudaram-se para outros povoados da lagoa, ou mesmo para fora do município. A maioria, porém, tinha passado a morar perto dali, num lugar chamado Vila dos Pescadores ou Bairro Zacarias. Os que permaneceram na Praia da Zacarias, entretanto, jamais usavam qualquer uma dessas denominações para referir-se ao novo assentamento. Diziam sempre – “as casas novas”, ou, “as casas de cima”, ou ainda, “as casas da Companhia”. Desse modo, evitavam legitimar tanto o uso do nome, quanto a identidade dos seus habitantes como *pescadores*. Lutavam, pois, para não perder a própria identidade, que esse simulacro ameaçava usurpar, às vezes, com êxito.³⁴

Existiam, pois, duas Zacarias. Uma assinalava o relativo sucesso do assédio, a outra o também relativo sucesso da resistência. Os aspectos dessa oposição, no entanto, eram, sobretudo, de ordem moral. Os dois assentamentos, ligados por laços de parentesco e um passado comum, na mesma localidade, encontravam-se profundamente separados por um juízo de valor. Na Zacarias das “casas novas”, viviam desertores e réprobos; vencidos ou “vendidos” à *imobiliária*,³⁵ habitando uma fantasmagoria, fruto de uma dupla traição. A Zacarias das “casas de baixo”, certa da própria autenticidade e legitimidade, exercia um silencioso repúdio aos seus antigos confrades.

As duas Zacarias, porém, não se opunham apenas em termos morais. Eram radicalmente distintas quanto à forma, seja do assentamento como um todo, seja das respectivas casas.

As “casas da Companhia” formavam um quarteirão, internamente dividido por ruas não pavimentadas, dispostas na ortogonal. Os lotes seguiam todos o mesmo padrão. O “bairro” ficava situado entre uma estrada que a Companhia abria na restinga e o Lago do Bacopari, mas separada deste por outra estrada, também ela aberta pela loteadora. Assim, quem desejava continuar na pesca tinha de escolher. Ou encalhava sua embarcação no meio das taboas, atravessando lama e vegetação densa, ou continuava a manter a canoa no seu antigo povoado, percorrendo uma certa distância a pé, com remos, redes e cestos. Isto sem falar no constrangimento que agora marcava a convivência entre os dois grupos. Uma terceira alternativa era pescar na Lagoa da Barra, mas esta trazia consigo o incômodo das tensões, que tradicionalmente opunham os “zacarieiros” aos “barrenses”. Parte dos moradores das “casas novas”, entretanto, já trabalhava na construção do que viria a ser, mais tarde, um condomínio de

prédios de apartamentos, cercado de casuarinas, sobre um aterro entre o mar e a lagoa, no antigo “brejo da costa”.

As casas da velha Zacarias, por vezes chamadas “casas de baixo”, no contexto da oposição às “casas de cima”, formavam um arco ao longo da margem da lagoa, mais denso junto à Ponta da Pedra, rarefazendo-se, aos poucos, na direção da Ponta do Capim. Ligavam-se umas às outras por intermédio de dois grandes caminhos – o “da parte de cima” do povoado e o “da beirada”. O de cima cortava a restinga; o de baixo seguia pela praia da lagoa. Além destes, que permitiam alcançar toda e qualquer uma das casas, uma rede de caminhos menores cobria o povoado. Levavam da “parte de cima” à “beirada”; conduziam a diversos pontos da restinga; ou, simplesmente, interconectavam determinados grupos de casas.

Algumas dessas casas eram, na verdade, *ranchos de pesca*. Três deles de pau a pique e cobertos de telhas pertenciam, nessa época, a pescadores com o sobrenome Marins. Os demais não seriam propriamente *ranchos*, pois não passavam de coberturas de palha, sem paredes. Quem abrigava sua embarcação numa delas costumava dizer que tinha posto a canoa “embaixo do mato”.

A figura do *lote* não existia no povoado. O casario distribuía-se em terrenos esparsos. Estes não tinham a delimitação inequívoca de um lote. A noção de onde terminava o terreno de uma casa e começava o de outra não era clara. Guardavam certa distância, como se fugissem do contato direto, estabelecido pelas fronteiras delineadas. Entre eles, existiam faixas de utilização eventual, como servidões, por exemplo. As cercas serviam não para consolidar uma linha divisória, mas para abrigar as casas do vento, ou afastar os animais que pastavam na restinga. Eram cercas vivas, de arbustos e cactáceas, espinescentes ou urticantes. Havia também árvores, algumas bastante frondosas, que sombreavam casas e terreiros.

As “casas novas” eram todas iguais. Construídas em alvenaria, com duas águas e cobertura de telha francesa, seguiam uma planta estereotipada, ocupando todas o mesmo lugar, no módulo territorial. Eram de chão batido. Suas fundações pareciam muito frágeis, mas tinham escritura passada em cartório, e logo teriam também luz elétrica. Faltava-lhes, no entanto, qualquer tipo de abrigo vegetal, o que contribuía para dar ao conjunto um aspecto inóspito. E, quanto a chamá-lo Vila dos Pescadores, tratava-se quase de uma ironia. A suposta *vila* fazia, na verdade, parte de um loteamento maior.³⁶

³⁶ O Bairro do Zacarias, com uma área de 52.500m² (Cf. Martins, 1986: 159-152. Tabela dos loteamentos registrados entre 1970 e junho de 1983 em Maricá).

³⁷ Com 36.000m² de área parcelada. (Cf. *idem, ibidem*).

³⁸ Lamego, por exemplo, limita-se a reproduzir Saint-Hilaire, quando manifesta a preocupação de retratar a vida social das restingas com base na moradia dos seus habitantes. (Cf. Lamego, 1974:222ss).

Embora muitas das famílias assentadas fossem de pescadores, havia também casas ocupadas pelos peões de obra que trabalhavam na construção do Condomínio Barra Europa.³⁷ Além disso, faltavam ranchos de pesca e portos, feições incontornáveis da morfologia de uma vila de pescadores.

Esses e outros fatores contribuíam para fundamentar o julgamento negativo da velha Zacarias com relação à sua homônima das “casas novas”. Segundo ele, faltavam às últimas, assim como ao seu conjunto em geral, certos requisitos indispensáveis à estética de um morar adequado. Neste sentido, o “bairro”, formado pelas “casas da Companhia”, não era “um bom lugar para se conviver”. A compreensão desse juízo, no entanto, exige um conhecimento mais refinado do que eram, e de certa forma continuam sendo, os valores inerentes, seja à localização, seja à moradia dos pescadores da lagoa. Com essa finalidade se poderá considerar a função habitacional tal como ela se estruturava no antigo povoado.

3.1 A casa em Zacarias

As descrições mais antigas das casas de pescadores da baixada litorânea fluminense remontam aos viajantes estrangeiros do século XIX. Não se referem especificamente a Zacarias, o que não as torna menos significativas, pelo simples fato de terem servido, no século XX, para plasmar um estereótipo.³⁸

Alguns traços desse estereótipo merecem um olhar mais atento. As casas são percebidas como construções dispersas na restinga. Vistas de perto, são, em geral, baixas, caiadas de branco, e, quanto ao estado de conservação, tendem a aproximar-se de ruínas. São casas pobres, a começar pelo seu porte acanhado. Pobres, também, pela sua fragilidade, construídas que são de taipa e, na sua maioria, cobertas de palha, com chão de terra batida. Pobres, ainda, quanto às suas cercanias imediatas, ou seja, esse espaço que, segundo determinado ponto de vista, é um complemento da casa, e que o olhar procura com os nomes de jardim, horta e pomar. A decepção dos viajantes transparece, neste sentido, sem rodeios. Para eles o que ressalta é a ausência de cultivo, ou, no máximo, formas demasiado mesquinhas deste para merecer o epíteto de jardim, horta ou pomar.

Pobres, finalmente, do ponto de vista do conforto. Todas as descrições destacam a quase inexistência de mobiliário no interior dessas casas. Referem-se à forma sumária dos trajés, e à exiguidade da utensilagem em geral. Observam,

no entanto, como característica marcante, a existência de uma área que serve de abrigo às redes e embarcações. Desse modo, registram a preeminência da atividade pesqueira entre os habitantes, mas, novamente, para estabelecer uma comparação. Veem na pesca uma ocupação menos sofisticada em confronto com a agricultura.

No cômputo final, chega-se a uma ideia de simplicidade. Casas pobres, gente pobre, tecnologia pobre. A simplicidade, na pobreza, surge como rusticidade, sinônimo de um modo de vida, em tudo e por tudo, tosco. Como não vê os signos da excelência, tal como está condicionado a pensá-los, nem na moradia, nem na economia, o viajante e, a partir dele, o geólogo-geógrafo, só enxerga, nesse contexto, o acanhamento, o abandono, a falta de diligência, que, para ele, são sintomas inequívocos da incultura. Neste sentido, estabelece, de imediato, uma equação, com a qual fulmina os habitantes da restinga: casas pobres, vida social pobre. Do despojamento material, deduz a indignação das formas associativas. Onde vê habitações dispersas, supõe famílias isoladas. Quando olha para a pesca, descobre o individualismo dos pescadores, dedicados a uma atividade solitária, manejando instrumentos rústicos que, juntamente com as rotinas dessa espécie de *art figé* da tecnologia ameríndia, os mantêm prisioneiros de um modo de vida anacrônico.

Uma coisa é esse olhar do viajante antigo, naturalista ou homem de negócios, mas sempre de passagem. Outra, bem distinta, a perspectiva do etnógrafo. Também ele um estrangeiro. À diferença de seus antecessores, no entanto, é, como diria Simmel, o estrangeiro que chega hoje para ficar amanhã.³⁹ O olhar que tem para os fatos que se oferecem à sua capacidade de observador é modificado pela permanência do contato com o mundo novo que o cerca. Isso não significa que não tenha lugares-comuns a orientá-lo, metáforas familiares, expectativas consolidadas. Significa, porém, não as levar a sério e, se possível, tentar desmenti-las, uma a uma.

Ao descrever a casa, não poderá fazer como os escritores de “apostos simples”, dos quais Bachelard afirma que, “tendo pouco a descrever no aposento modesto, [...] quase não se detêm nele”.⁴⁰ Terá, ao contrário, de esforçar-se para não se deixar seduzir por essas evidências primeiras, cuja função, no pensamento, consiste em restaurar a ilusão da similitude, o império do significado habitual, a negação da diferença.

³⁹ Cf. Simmel, 1939; vol. III: 273-279.
⁴⁰ Bachelard, 1978:200.

⁴¹ *Idem, ibidem*: 201.
⁴² Simmel, 1939, vol.II:287.
⁴³ Cf. Heller, 1961:23.

⁴⁴ Os verdes e azuis afastam malefícios, segundo uma convicção que se incorporou à arquitetura vernacular brasileira, nas suas distintas versões.

Seu ponto de partida tem de ser, necessariamente, a convicção da complexidade peculiar do objeto que tem diante de si. Sobretudo quando se trata da casa, ou seja, de “um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”.⁴¹ Sua premissa deve ser aquela tão bem expressa por Georg Simmel, quando afirma que “a casa significa o pensamento da própria sociedade, localizado”.⁴²

Para que essa direttriz cumpra seu papel, no entanto, será necessário, antes de tudo, levar a sério pensamentos e práticas dessa sociedade, por mais singelos que possam afigurar-se ao olhar ingênuo, inconsciente do seu *habitus*. Sem isso, se estará condenado a não ver nas formas construídas dessa sociedade senão o arremedo empobrecido dos seus habituais padrões de conforto e beleza, nunca uma “poética do espaço”, integralmente justificada por cânones que lhe são próprios.

O etnógrafo obriga-se, pois, a acrescentar à sua descrição da casa do outro uma dimensão que o olhar passageiro lhe subtrai, embora a reconheça, perfeitamente, na sua morada familiar. Não se trata de um esforço de idealização romântica, do qual nunca resultou senão um viés costumbrista, como o que se consagrou nas versões mais ou menos alambicadas do nosso caboclisto.

Não se trata, tampouco, de descrever um tipo de *abrigo*, mas de ver, na instalação que se descreve, um sentido mais amplo e fundamental. Pois, como totens, pirâmides, acrópoles e catedrais, também a morada do pescador é fruto de um substrato de crenças metafísicas sobre a natureza do mundo, tal como o concebem seus habitantes.⁴³

Se, no entanto, o etnógrafo buscasse o povoado de Zacarias, naquele ano de 1978, em demanda de um conjunto harmônico de arquitetura vernacular, talvez retrocedesse imediatamente sob o impacto da frustração. Poderia ser levado até a concordar, em determinados pontos, com a descrição dos viajantes.

O casario apresentava, já naquela época, uma heterogeneidade, que só fez crescer com o tempo. Era muito diversificado no aspecto, nos materiais e na dimensão das casas. Algumas delas eram caiadas de branco e conservavam as esquadrias em tons de verde e azul, proverbiais na representação de nossa casa sertaneja.⁴⁴ Outras permaneciam sem reboco, deixando à mostra tijolos comuns às construções igualmente comuns das áreas habitacionais de baixa renda, características das favelas, invasões e loteamentos periféricos da grande cidade. Nelas aparecia, de resto, toda a gama de materiais construtivos ao alcance

dos pobres. Havia casas com telha de amianto, telha francesa, telha canal e, até mesmo, com cobertura de palha. Em muitas se encontravam basculantes e esquadrias pré-fabricadas, já supondo o uso de vidraças. Outros elementos modernos, como pisos, madeiramento aparelhado, vasos e cubas de porcelana, também apareciam com certa frequência.

No interior de algumas delas, já se encontravam fogões a gás e televisores movidos a bateria, pois nenhuma tinha, ainda, acesso à eletricidade. As poucas geladeiras existentes eram a querosene. O ferro de passar e engomar continuava sendo de ferro, com seu pesado corpo recheado de carvões em brasa. No mobiliário, conviviam peças rústicas de madeira de lei (bancos, banquetas, mesas, baús e guarda-comidas) e exemplares do *kitsch* modernista, feitos de fórmica, com pés-de-palito e, sendo para sentar-se, estofados de curvim. Tudo isso continuava, em muitos casos, coexistindo com o chão batido e o fogão a lenha, cuja fuligem escurecia o espaço da cozinha. A existência de equipamentos sanitários era pouco comum, seja no corpo da casa, seja sob a forma separada de *casinha*. Eram raras as habitações servidas por uma caixa-d'água, a qual, por sua vez, pressupunha ter-se uma bomba elevatória manual, o que nem sempre era o caso. Isso dava margem ao singular procedimento de encher o reservatório aos baldes, com a água proveniente dos poços. Dentro de casa, a água era armazenada em talhas e potes de barro, às vezes utilizados também com a finalidade de aparar a chuva, que escorria pelo telhado.

Como a mobília, também a utensilagem doméstica era sumária. O pouco que havia, por mais usado que fosse, era cuidadosamente conservado. Esses cuidados se tornavam visíveis nos quintais, onde as panelas areadas luziam em fileira, sobre os jiraus, junto da *cozinha de fora*. Esta costumava ficar a pouca distância da casa, ou encostada nela, sob um abrigo de folha de flandres e protegida, na direção dos ventos predominantes, por uma espécie de biombo de plantas e arbustos. O emprego do fogão a gás, na *cozinha de dentro*, era excepcional, quase sempre ditado pelas condições meteorológicas – vento, chuva ou frio, às vezes, as três coisas juntas. O gás era caro, em termos comparativos. Por isso, só se gastava em caso de necessidade, ou para operações culinárias rápidas. No mais das vezes, utilizava-se a *cozinha de fora* com seu fogão a lenha, combustível que existia em certa abundância e não era preciso comprar.

As casas de taipa formavam um conjunto à parte nesse sistema construído, embora não estivessem segregadas das outras no espaço. Estavam, por assim

dizer, disseminadas no todo, destacando-se em virtude de seu aspecto. Guardavam um ar de solidez e modesta distinção diante das demais. Suas paredes eram de *sopapo*, técnica construtiva que se chama, também, taipa de mão. Baixas, diferenciavam-se pela cobertura de duas águas, com pesadas telhas de calha.

Eram casas antigas, pois, já nessa época, não se usava mais edificar valendo-se da técnica, da forma e dos materiais característicos, para além da variedade local, da “casinha de caboclo” dos sertões brasileiros.

Apesar disso, a memória do processo de construção permanecia vívida. Talvez pelo empenho que se punha em conservar os exemplares existentes. Podia-se ver um que outro reparo envolvendo diferentes partes da habitação; em geral uma parede, às vezes o telhado, mais raramente, um acréscimo, feito de acordo com a velha técnica.

Tudo muito simples para o leigo, mas, no entanto, não era um tipo de construção capaz de dispensar “ciência”. Existiam mesmo reconhecidos especialistas nessa engenharia, que demandava, antes de tudo, noções precisas de botânica aplicada à edificação. Desse conhecimento dependia toda a estrutura da casa, e, portanto, sua capacidade de resistir ao tempo e às intempéries.

O primeiro, e o mais fundamental instrumento dessa *res aedificatoria* nativa, será, pois, a classificação das madeiras, cujo critério básico é a resistência dos materiais. Neste sentido, dividem-se em *paus do ar* e *paus do chão*. Os últimos, empregados nos alicerces, forneciam os *esteios* e o *pau-de-prumo* da casa. Precisavam ser de madeira forte. Enterrados no solo, deviam resistir à umidade, sem apodrecer. Além disso, não podiam “selar”, deformando-se sob o peso da cobertura, assentada no *frechal*. O camará-escuro, o pau-brasil, o pau-ferro, o bapé-buçú, a braúna, o camboatá-de-folha-miúda, o ubatá, o pequiá e a aroeira-do-sertão preenchiam esses requisitos. Preferidas, no entanto, eram aquelas que, como o bapé-buçú, apresentavam raízes pivotantes. Servia também a madeira boa que vinha ter à praia do mar, como o cedro e o pinho-de-riga. Das demais, algumas eram “do brejo”, outras “da terra firme”, outras, ainda, “da restinga”, como o próprio bapé-buçú, cujo porte supera a estatura arbustiva dos cambuízeiros e das pitangueiras.

O camará-branco, o arco-de-pipa e a capororoca-da-restinga são privilegiados como *paus do ar*, para a confecção de caibros, travessas e ripas de

cumeeira, pois, embora mais leves, resistem à seladura e não “bicham” facilmente, garantindo a inclinação e a durabilidade do telhado.

Em qualquer um desses casos, entretanto, não contava apenas a *raça de madeira*, mas, também, o momento de sua extração. O escuro de maio⁴⁵ era a época certa, pois neste período o lenho está *fechado*, pelo efeito da lua e do frio seco. Fora dessa quadra, os poros da madeira encontram-se mais *abertos*, suscetíveis, portanto, ao caruncho, ao cupim e ao mangangá. Os lugares de onde se obtinham esses *paus*, além da restinga, eram as matas: do Morro da Zacarias, da Ponta do Morrião, do Canto de São Bento, do Saco da Lama e do Saco das Flores. Independentemente de época, porém, e fosse qual fosse sua procedência, madeira inferior continuava inferior.

Para completar a estrutura da casa, transformando-a num gradeado, usavam-se ripas de bambu, lascado em quatro, ou em varas inteiriças. A amarração fazia-se com vários tipos de liana, como o cipó-una, o una-barbante, o (a) “marra-cerca” e o cipó-de-Santana (ou cipó-de-São-João), conhecido por suas flores cor de fogo. Cada parede era, assim, formada por um esqueleto quadriculado, com vãos de quatro dedos de alto e largo.

Feitas essas grades, após o assentamento da estrutura do telhado, a casa estava pronta para ser barreada. A argila vermelha, extraída das falésias do Boqueirão e do Morrião, era transportada em sucessivas viagens de canoa. Não podia ser empregada tal e qual, sendo necessário peneirá-la antes. E, ao barro puro, misturava-se areia, para dar-lhe maior plasticidade.

A operação de “embarrear” ocupava oito homens: dois na *masseira*; dois no *tacho*, carreando água; e quatro *barreando*. Um era o dono da casa, os demais seus companheiros, parentes alguns deles, que tinham atendido à sua convocação para o *ajutório*.⁴⁶ Em geral isso não demandava mais de um dia, pois, na sua forma mínima, a edificação compunha-se apenas de sala e quarto. A partir desses cerca de 20m² iniciais, podia ser ampliada, no futuro, de acordo com as necessidades.

Barreava-se por dentro e por fora, arremessando-se punhados de massa contra o gradeado, até fazê-lo desaparecer sob a camada de argila. Esta, em seguida, era alisada. Depois de secar, recebia caiação.

As ocasiões de barrear decorriam num clima alegre. Os companheiros tratavam-se jocosamente, tanto mais quanto melhor descia a cachaça, por conta do anfitrião, alvo preferido das brincadeiras. O trabalho era acompanhado

⁴⁵ Corresponde aos quartos de lua minguante e nova.

⁴⁶ Extrair a madeira e transportar o barro eram trabalhos contratados e, portanto, pagos. O “ajutório” prestava-se graciosamente.

47 Bucher, 1899.
48 “Beco” e Marco cantarolaram para o etnógrafo uma dessas cantigas, cujo mote lembravam ser “Macaco olha o seu rabo”. Usa-se, também, “consertar” e “escalar”, para as técnicas de limpar os peixes com vistas à sua utilização culinária. Na primeira modalidade, abre-se o peixe pelo ventre, na segunda, “pelas costas”, quando se livra a espinha, visando fritá-lo ou salgá-lo.
50 O emprego das cascas de *murici* (*Byrsonima cericea* Dc.) ou aroeira (*Schinus terebinthifolius radi*) em decocção é comum, no litoral, para impermeabilizar e dar resistência às redes.

de cantoria ritmada, seguindo o movimento das diferentes tarefas. Enquanto isso, a dona da casa, com suas companheiras, tratava de preparar a comida que se serviria ao final, já com o evento transformado em pura festa. Ainda *Rhythmus*, porém não mais *Arbeit*, para registrar a dissociação do famoso par proposto por Carl Bucher.⁴⁷

De chão batido, coberta em telha-vã, abrindo-se para o exterior através de portas e rótulas de madeira, com tramela, essa casa recebia, assim, os seus primeiros convivas, e, ao mesmo tempo, coautores. Era uma espécie de exercício inaugural de sociabilidade, em que eram celebrados os laços que, no povoado, tinham contribuído, decisivamente, para a sua existência.

Doravante, serviria de lugar próprio a um núcleo doméstico. Para este se converteria no ponto de partida das estratégias através das quais passaria a apropriar-se do espaço onde tinha acabado de deitar raízes. É isso vale não só para as casas de pau a pique, mas para qualquer uma das casas construídas e inauguradas na Zacarias, embora não se ouçam mais as cantigas de outrora.⁴⁸

Fossem ou não de taipa, estivessem onde estivessem, as *casas*, não mais construções apenas, e sim unidades domésticas, desenvolviam práticas de apropriação do espaço, que eram mais ou menos as mesmas para todas elas. Esses *programas*, pois assim se pode verdadeiramente chamá-los, merecem registro por aquilo que podem nos ensinar sobre as *zonas de relevância* que a cosmografia local distingue.

Nos arredores imediatos da casa, encontram-se o varal de redes e o varal de roupas, perpendicular à lagoa o primeiro, em paralelo com ela o segundo, pois se o vento seca redes e roupas, mais facilmente embarça as primeiras do que as últimas. Além da *cozinha de fora*, há, em locais à sombra, lugares para lavar a louça e a roupa. Junto do primeiro costuma-se “tratar o peixe”.⁴⁹ A alguma distância, pode haver um galinheiro, bem como uma edícula sumária, onde se guardam ou armazenam coisas potencialmente úteis – lenha, enxada, foice, machado, pedaços de canos de plástico, isopor e raiz de tabebuia, telhas, pás de remo, e assim por diante. Por vezes existe, também, um banheiro “só para tomar banho”. Mais adiante, o poço e o lugar da bomba d’água. Quem possuía rede de pesca tinha ainda um lugar para o tacho de ferro ou cobre, que, assentado sobre uma espécie de trempe de pedra e tijolo, servia, a cada tanto, para tingi-la.⁵⁰



Quarto de rede.

Todas as casas têm um canteiro. Ali se cultivam ervas às quais se confia o paladar e a saúde de seus habitantes.⁵¹ Nem todos os recursos aromáticos e medicinais, entretanto, concentravam-se nessa “horta”. Para além dela, o pomar também oferecia elementos importantes da mesa e das mezinhas da família.⁵² De hábito, não se limpava toda a área em volta da casa, quando de sua construção. Uma parcela da restinga permanecia, tal e qual, incorporada ao terreno, pois também daí retiravam-se ingredientes da fitoterapia e culinária domésticas.⁵³

Tudo isso requer cuidados permanentes. É preciso regar o canteiro, protegê-lo do sol inclemente, que tende a calcinar o solo arenoso, e dos animais domésticos, sobretudo das aves de terreiro. O próprio pomar não dispensa atenções, pois é preciso mantê-lo livre de erva-de-passarinho, barba-de-velho, bromélias e outras espécies das epífitas, tão profusamente representadas na restinga.

O *terreiro*, como um todo, usa conservar-se livre das ervas daninhas e varrido. Nos seus confins, delimitam-no cercas vivas. Algumas nada mais são do que partes da restinga cooptadas pelo morador. Outras compreendem espécies exóticas, de cultivo adventício, como é o caso do “dedo-de-moça”.⁵⁴ Esta euforbiácea, cuja secreção leitosa e urticante afasta o gado, serve, também, na medida em que se emaranha e adensa, para proteger casa e terreiro de olhares indiscretos, propiciando ao grupo doméstico uma zona de intimidade.

A ambiência desse recinto é fortemente marcada pelas mulheres e crianças. Para as primeiras, é o espaço de seus afazeres e responsabilidades: cozinhar, cuidar da roupa, atender filhos e marido, tomar conta da “criação” e da “horta”, confeccionar esteiras, tecer ou remendar redes e tarrafas. Esta última é até mesmo uma de suas ocupações principais, seu tributo mais significativo à atividade dos homens.

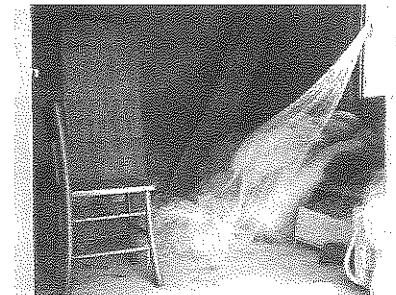
Toda casa tem seu *quarto de redes*. Às vezes é um anexo, desse tipo que se conhece como “puxada”. Outras vezes é uma pequena construção à parte. Não se trata, entretanto, de um aposento feminino. São os homens que trabalham aí, fazendo e conservando seus petrechos de pesca, entre eles, redes e tarrafas. Serve, também, como lugar onde o dono da casa recebe a visita de seus amigos e companheiros, e onde são ventilados assuntos pertinentes à esfera masculina da vida social. Jocosamente, costuma denominar-se “escritório”, para indicar que nele predominam os temas relacionados com o trabalho do pescador. É um

⁵¹ Temperos: alfavaca, pimenta (malagueta ou pimenta-de-cheiro), coentro, salsa, cebolinha; e chás: de erva-doce, boldo, saião, erva-cidreira, capim-limão etc.

⁵² São mais comuns o limão-galego, o maracujá, a goiabeira, o cajueiro, a pitangueira, a laranja-da-terra, as touceiras de cana-de-açúcar e o bapé-buçu, com seus frutos amarelos e adstringentes.

⁵³ Os cardos, os gravatás e os cambui-zeiros, por exemplo.

⁵⁴ *Euphorbia tirucalli*, Lin. mais conhecidas como coroa-de-cristo, ou árvore-de-São-Sebastião – localmente “dedo-de-moça”.



Quarto de rede (interior).

⁵⁵ Sobre esta autêntica *casa dos homens*, veja-se a descrição que faz Oliveira (1966:87-88) da *caçara*, nas praias do Ceará.

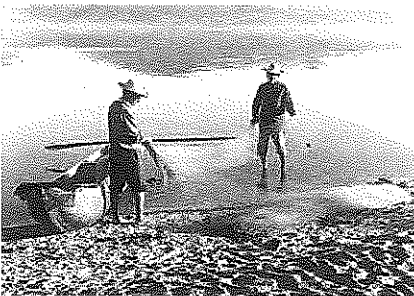
espaço diminuto, onde cabem, no máximo, uma ou duas pessoas mais; talvez uma terceira, porém, na melhor das hipóteses, à janela, pelo lado de fora. Os meninos da casa rondam esse lugar, atraídos não só pelos objetos e atividades que aí se desenvolvem, mas também pelas conversas e histórias dos maiores – seus pais, tios, avós, irmãos e primos mais velhos, ou amigos de algum deles.

Até certa idade, meninos e meninas são criados dentro dos limites desse terreiro. Ele é seu espaço principal de socialização e folguedo. Quando o deixam, por algum tempo, é sob a guarda de um adulto. Em companhia da mãe, por exemplo, quando, no fim de tarde, vai esperar o marido na beira da lagoa, para recebê-lo de volta da pescaria. Às vezes, nas incursões à restinga, em busca de lenha ou para colher pitangas, camboim, coco-iri e saborear o fruto doce do cardo, o que acontece, sobretudo, de outubro a dezembro.

A esse jardim rústico não faltam, apesar do seu discreto resguardo, nem as cores, nem tampouco as entradas e saídas. Além do caminho que conduz à porta principal, há diversos outros, pelos quais se vai, seja à lagoa ou à *beirada*, como também se diz, seja à restinga; e, adiante, ao “brejo da costa”, chegando-se, finalmente, à praia oceânica, ou *costeira*.

A *beirada* compreende, além da faixa de areia que constitui a praia da lagoa, suas adjacências imediatas. Nessa área encontram-se os ranchos, poços, portos e viveiros. Os *ranchos* são o lugar por excelência dos homens, quando voltados para as fainas da pesca. Têm sua animação ditada pelos ritmos dessa atividade. Não costumam, pois, ser habitados, de modo permanente, embora essa possibilidade não esteja excluída. Na época das grandes pescarias, serviam para abrigar os companheiros que vinham de fora participar de tais empreendimentos. Ainda hoje acontece de aí se acomodarem aqueles que, tangidos de suas aldeias pela escassez, vêm pescar no Lago Grande.⁵⁵

Os *poços* da beirada, dos quais apenas um subiste ainda, distribuíam-se, em 1978, ao longo de toda a praia do povoado. Eram, em geral, feitos, utilizados e conservados pelas mulheres. Antes da aurora e do pôr-do-sol, elas buscavam ali seus suprimentos de água do dia e da noite. A autoria do poço dava direitos superiores aos dos demais usuários. Ninguém estava proibido de tirar água do poço alheio. Obrigava-se, no entanto, a respeitá-lo, mantendo-o limpo e coberto e contribuindo para consertar estragos eventuais. Esses poços eram caixotes quadrangulares, sem fundo e com uma tampa de tábua. Eram rasos e a água que brotava dentro deles variava de nível, de acordo com as cheias e vazantes



Pescadores na beirada.

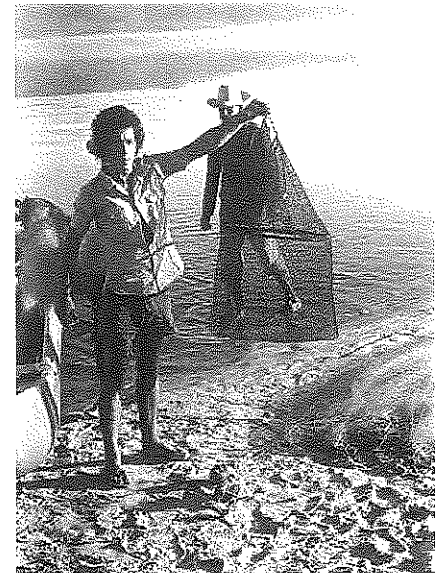
da lagoa, quando a *barra* estava aberta. Água boa, de resto, que precisava ser colhida com cuidado para evitar o revolvimento do fundo, onde se formava, com o tempo, uma fina camada de lodo. Por isso, era necessário, periodicamente, limpá-los ou reassentá-los. Esta, desde sempre, fora uma preocupação dos moradores, que cuidavam de não tomar banho ou limpar peixes e utensílios de cozinha junto aos poços. A crescente movimentação de terras, motivada pelo avanço dos loteamentos, não contribuiu para melhorar sua qualidade.

Os *portos* são o atracadouro das canoas. Não pressupõem qualquer dispositivo técnico. São apenas pontos onde os pescadores realizam suas operações de embarque e desembarque. Nem por isso deixam de ser localizados e reconhecidos com precisão. Podem ser enumerados em sequência, a começar pelo de Pedro “Cearenço”, junto à Ponta do Capim, e terminando com o de Antonio Costa, no Canto da Pedra. Há uns mais antigos que outros. Alguns pertenceram a pescadores já falecidos e estão vagos, mas ainda trazem o nome do seu derradeiro dono. E, conforme demonstram certos casos, existe um direito de sucessão de pai para filho nesses portos.

Os *viveiros* não existem mais. Em 1978, entretanto, eles ainda eram frequentes na lagoa, e neles o peixe se mantinha vivo dentro da água, numa espécie de rede grossa a que um arco de cipó-pau dava o aspecto de um balão-charuto. Aí era conservado, principalmente, o bagre-veludo, visando mantê-lo fresco, para a cozinha ou a banca de peixe.

A *beirada* é o lugar público por excelência do assentamento. Sua área de maior visibilidade e, portanto, local efetivo de todo comportamento social conspícuo. Os meninos desenvolviam aí sua aprendizagem lúdica dos rudimentos da pesca. As mulheres esperavam os maridos, ou filhos, no fim da tarde, ou quando uma mudança brusca nas condições meteorológicas as fazia temerosas da sorte destes. O hábito de se banhar na lagoa não existia, nem mesmo no caso das crianças. Só os anos 1980 trariam consigo esta “inovação”; e com ela o uso das roupas de banho, até então apanágio dos “turistas”. Como grande ponto de encontro do povoado, a beirada ensejava os ritos e etiquetas da sociabilidade, de um modo geral, mas, sobretudo, as chegadas e partidas de familiares e conhecidos.

A leste da aldeia, estendia-se a *restinga*, cortada longitudinalmente pela depressão alagadiça, entre o cômodo da lagoa e o cômodo do mar, mais elevado este último. Nesse *brejo da costa* também existiam poços. Sua água era adequada,



Viveiro de peixe.

- ⁵⁶ Arbusto da família das mirtáceas, muito comum na restinga.
⁵⁷ *Myrtus alba*, Piso (?).
⁵⁸ *Myrtus rubra*, Piso (?).
⁵⁹ *Eugenia crenata*, Vel. Também chamado de cambuí-da-restinga ou comandaíba.
⁶⁰ *Ficus tomentella*, (Miq.; ?).
⁶¹ *Psidium littorale* Raddi; *Eugenia uniflora*, Lin.
⁶² *Anona classiflora*, Mart.
⁶³ *Styrax leprosum*, Hk. e Arn.

tanto para beber, quanto para lavar roupa, o que, no entanto, não se fazia junto deles. A mulheres frequentavam-nos, duas ou três vezes por semana, com esse fim, ou quotidianamente, quando a *barra* estava aberta, época em que os *poços da beirada*, por assim dizer, “secavam”. Encontravam-se aí com suas amigas e parentas para o trabalho, entremeados de “conversas de comadre”. Essa presença feminina atraía, também, os homens.

Os encontros furtivos, porventura resultantes dessa frequentação, ocorriam, em horas mortas, nas clareiras da restinga, que, por isso mesmo, eram visadas pelo *voyeurisme* local. Ademais, havia muitos outros motivos para ir-se à restinga. Nela se podia obter boa lenha para o fogão e madeiramento para a casa. As plantas úteis e os frutos saborosos eram outros atrativos constantes.

No auge da primavera, tempo de floração e frutificação, bandos álares de mulheres, meninos e meninas aproveitavam as manhãs ou os fins de tarde para sair à coleta de camboim (ou cambuí).⁵⁶ Deste, existem três variedades distintas. O cambuí-amarelo tem frutos comestíveis, e suas folhas adstringentes são empregadas na medicina doméstica.⁵⁷ Os frutos do cambuí-roxo são igualmente saborosos.⁵⁸ Sua casca é usada para curtimento, e a madeira dá bons esteios. O cambuí-de-cachorro fornece, além de folhas aromáticas adstringentes e frutos comestíveis, lenha.⁵⁹ Os frutos desses arbustos são apreciados, ainda, sob a forma de infusão, para temperar a cachaça. Os do bapé-buçu, oblongos e amarelos, são menos apetezados, por causa da cica, mas servem para a fabricação do visgo, usado nas varas de pegar passarinho pelos meninos.⁶⁰ Da casca do murici e da aroeira, obtém-se uma tinta vermelha, de tonalidade escura, que, como já vimos, era usada para tingir as redes de pesca, tornando-as mais resistentes e duráveis.

Se os frutinhas vermelhos da aroeira chamam os passarinhos, o araçá e a pitanga⁶¹ atraem todo mundo, sendo muito cobiçados, não só para “comer no pé”, mas, também, para a confecção de doces e refrescos caseiros. As folhas da pitangueira dão excelente chá contra febre. Seus galhos, bem torneados, com ganchadas de variados ângulos, fornecem os *compassos* para recortar as boias. Sua madeira dura, sem farpas, presta-se para a fabricação das *agulhas* de tecer redes. As *boias* são feitas das raízes do ariticum,⁶² que, por muito leves, constituem a “cortiça” usada nas redes de pesca. O arbusto conhecido como “carne-de-vaca”⁶³ fornece, também, matéria-prima para o equipamento de pesca. Embora de qualidade inferior, serve para a confecção de pás de remo.



Henrique examinando e comentando plantas da restinga.

Das proximidades da Ponta do Capim, parte um caminho que corta a restinga da lagoa ao litoral marítimo. Os pescadores chamam-no “o caminho do barco”. Foi aberto em 1917, para escoar a carga de um navio naufragado, cuja carcaça ainda hoje pode ser vista, com maré baixa e águas claras. Percorrendo-o, a caminho da *costeira*, encontra-se uma vegetação agreste, onde predominam, entre outras, as cactáceas, como a jumbeba,⁶⁴ cujos espinhos são de utilidade no reparo das boias de “cortiça” e cujo visgo ajuda a “puxar” os furúnculos. Além da jumbeba, no entanto, há diversas outras espécies de “caldos”, como quer a prosódia local; entre eles o “cardo-naná”,⁶⁵ o “cardo-bosta”⁶⁶ e o “cardo-da-restinga” (ou “caldeirinho”). De todos se pode extrair uma secreção viscosa com a qual se cobrem as varas de passarinhar, mas que é útil, igualmente, para colar a “cortiça” das boias, reforçando a costura de espinhos de jumbeba, tornando-as, de novo, capazes de cumprir suas funções de flutuantes, nas redes.

Ao longo do caminho, encontram-se os gravatás,⁶⁷ os cactos,⁶⁸ as clúseas e o cipó-imbé.⁶⁹ Antes de transpor o cômodo do mar, mas já perto do seu ápice, há numerosos coqueiros anões, também chamados guriri,⁷⁰ ou “coco-iri”, do qual se diz que é bom para fortalecer as crianças, que, além de chupar-lhe a “fruta”, comem a “massa” que há dentro dele, depois de quebrá-lo. Também as “frutinhas” do “gravatá-gancho”⁷¹ divertem o paladar das mulheres e crianças, sendo desprezadas pelos homens. Às crianças ensina-se distinguir e evitar a todo preço, nessa variedade de pequenas bagas e “frutas”, o “arrebenta-cavalo”, uma solanácea, cujos frutos amarelo-alaranjados, embora úteis no tratamento de abscessos bucais e dor de dente, podem ser letais quando ingeridos.⁷²

Descendo o cômodo, na direção do mar, a vegetação espinescente rareia e cede lugar a uma espécie de tapete de rizomas, onde ressaltam flores brancas, amarelas, laranja-avermelhadas e belas campânulas roxas, mas que abriga também os insidiosos e dolorosos “carrapichos”.⁷³

A *costeira* era um lugar menos frequentado que a *beirada*, e continua a sê-lo, ainda nos dias de hoje, apesar da expansão dos hábitos dos veranistas. O banho de mar era uma eventualidade rara e, em geral, limitada aos homens, quando, em pequenos grupos, atreviam-se a enfrentar a rebentação. No tempo propício, as crianças acompanhavam os adultos, homens ou mulheres na coleta de tatuís⁷⁴ e sernambis,⁷⁵ muito apreciados como petiscos, servindo o primeiro também para isca.

⁶⁴ *Cereus variabilis*, Pfeiff. Também chamado de “cardo-da-restinga”.

⁶⁵ *Cereus triangularis*, Huw.

⁶⁶ *Cereus macrogonus*, Salm-Dyck.

⁶⁷ *Aechmea nudicaulis*, *Aechmea lingulata*, *Bromelia antiacantha*, p.ex.

⁶⁸ *Pilosocereus*; *arrabida*; *cereus fernambucensis*, p.ex.

⁶⁹ *Phylodendron imbe*, Schott.

⁷⁰ *Alagoptera arenaria*.

⁷¹ *Bromelia karatas*.

⁷² Utiliza-se, apenas, para bochechar.

⁷³ Pequenas bolas de espinhos duros provenientes de *Acycarpha spathulata* (inflorescência) e dos frutos de uma pequena touceira de capim (*Cenchrus echinatus*). Cf. Joly, 1970:86.

⁷⁴ *Eremita brasiliensis*.

⁷⁵ *Donax hanleyanus*.



A *costeira*.

- ⁷⁶ Sobre os pescadores imigrantes da Póvoa de Varzim (Portugal), no litoral fluminense, consultar Bernardes & Soeiro de Brito (1959/vol.I); Ramos (1965); Soeiro de Brito (1960). Sobre a tradição pesqueira dos povoeiros, veja-se Graça (1932).
⁷⁷ *Bignoniacea*.
⁷⁸ Cf. Maciel, 1984:296.
⁸⁰ A propósito, ver Maciel (1984:285).
⁷⁹ Cf. Kneip (1984); Kneip & Pallestrini (1984).
⁸¹ Cf. Araújo & Henriques, 1984:166.
⁸² *Idem, ibidem*: 167.

Nas épocas de *barra* aberta, os homens iam para a *costeira* pescar de linha e tarrafear. Depois de marés muito fortes, era possível colher os peixes aprisionados no lagamar que se formava em certos trechos da praia. Durante o ano inteiro coletava-se toda espécie de coisas trazidas pelas ondas, como tábuas, caixotes, pedaços de boia e salva-vidas; fragmentos de isopor, galhos e troncos de árvores; garrafas de plástico e latas.

Ia-se à *costeira*, também, para apreciar o espetáculo da ressaca e, por vezes, em tempos mais antigos, o drama de algum barco de poveiros em apuros no mar grosso, junto às ilhas Maricás.⁷⁶

Tempo houve em que se costumava, vez por outra, tomar uma canoa e ir, não já ao *brejo da costa*, mas à região palustre, que os pescadores chamavam de *pântano*, nas cercanias da Lagoa Brava, para os lados de Itaipuaçu. Lá ia buscar-se o suprimento de taboa para a confecção de esteiras, e tabebuia,⁷⁷ também usada para fabricar boias de rede, embora fossem mais pesadas e de manejo mais difícil. A tabebuia era boa ainda para o fabrico de janelas, tamanços e colheres de pau. Mas, esses recursos vegetais não eram os únicos atrativos do “pântano”. Lá era possível surpreender jacarés, pacas, lontras, capivaras. Nos arredores do banhado, havia tatus, cachorros-do-mato. Esses bichos eram presas eventuais dos que o frequentavam, inclusive dos pescadores de Zacarias.

Toda essa riqueza do cordão litorâneo seria, já na segunda metade do século XX, um arremedo do que havia sido outrora. Ainda em meados do século XVII, o que os viajantes viam, do mar, era “uma floresta densa e contínua, chegando até a praia”.⁷⁸ A extraordinária variedade da fauna que a restinga abrigou no passado é atestada pelo testemunho arqueológico dos sambaquis⁷⁹ e pelos naturalistas mais sensíveis a esse aspecto, como Wied-Neuwied, para o caso de Maricá.⁸⁰

Embora desfalcada, desde a segunda metade do século XVII, em virtude dos efeitos da ocupação e exploração humana, a pujança da flora das restingas pode ser reconhecida ainda em nossos dias. Não é a mesma de outrora, pois as “avenidas” e “clareiras” que se abriram para os mais diversos fins, entre eles a pecuária, a carvoaria, a indústria e o loteamento, deixaram consideráveis lacunas em seu quadro botânico. Este continua, no entanto, impressionante, com suas 643 categorias classificatórias (*taxons*), “pertencentes a 360 gêneros abrangidos por 104 famílias”.⁸¹ E, na *matrix* de similaridade florística, a restinga de Maricá ocupava, ainda em 1984, depois do litoral norte fluminense, de Cabo Frio e de Araruama, uma posição significativa.⁸²

Nesse universo variado e complexo, os nativos de Zacarias distinguem espécimens, dos quais uma parte lhes serve com diversa utilidade; não só na vida prática, mas, também, para deleite estético. O recorte, que se tratou de expor acima, surpreende pela extensão e precisão alcançadas. Um estudo etnobotânico, que não se intenta fazer aqui, poderia revelar, em detalhe, essa sofisticada taxonomia. O conhecimento naturalístico teria muito a lucrar com tal esforço, sobretudo para uma associação mais eficiente com as variáveis relevantes da vida ativa dos assentamentos humanos na sua relação com o meio ambiente.

As classificações científicas só de raro em raro têm sido fruto da cooperação de sistematas acadêmicos com seus colegas nativos, que, no entanto, existem, e cujas proezas não são, para os antropólogos, nenhuma novidade, pelo menos desde a fecunda colaboração entre Harold Concklin, Ernest Mayr e especialistas *hanunóo*, no empreendimento de classificação da avifauna da Ilha Mindoro, nas Filipinas. Antes de serem o apanágio dos homens de ciência, os dispositivos classificatórios, encarregados de estabelecer uma ordem no universo natural, constituem uma prerrogativa dos próprios grupos sociais que vivem em estreita cooperação com ele.⁸³ As denominações locais das espécies integram um sistema cujos critérios derivam, em grande parte, do que é ou deixa de ser considerado socialmente relevante no seu contexto de aplicação. Neste sentido, as remissões à nomenclatura científica têm de ser cuidadosas, ou contentar-se, como no nosso caso, com uma função meramente indicativa, para ilustrar o leitor, por assim dizer.⁸⁴

Ao dar nome às espécies vegetais e animais que povoam o mundo, tal como ele existe para o seu modo de vida, os habitantes de Zacarias qualificam-nas como partícipes de sua existência social. São *suas* plantas e *seus* bichos. E, como tais, não os (re)conhecem como seres, ou grupos de seres, isolados. Compreendem-nos como conjuntos mais complexos de populações associadas entre si, e segundo uma distribuição espacial onde ressaltam certos gradientes e rupturas. O modo de apropriação desses recursos tem como referência básica a *casa*. O acesso a eles deve, pois, partir desta, no duplo sentido do termo. Para apropriar-se deles, é preciso pertencer ao povoado; isto é, morar em uma de suas casas. Além disso, é a casa quem dita a essa apropriação sua lógica. Em primeiro lugar, porque dela partem, efetivamente, as operações que transformam potencialidades em recursos. Mais ainda, no entanto, porque a

⁸³ Sobre essa "ciência do concreto", continuam válidas as observações de Claude Lévi-Strauss (1962).

⁸⁴ De qualquer modo, podem ser consultados, a propósito, Dansereau (1948), Sampaio (1946), Silva & Sommer (1984), entre outros.

obtenção destes se subordina, em última instância, às exigências da reprodução do grupo doméstico. Uma casa em Zacarias implica, pois, o direito, as condições práticas e a necessidade de ter acesso à *beirada* e à *costeira*, ao *brejo* e à *restinga*, ao *mar* e à *lagoa*, tipificando-os como zonas de relevância da função *habitar*.

3.2 Família e grupo doméstico

A diversidade do casario em Zacarias admite recortes distintos, alguns dos quais já foram indicados. O das *casas antigas* é particularmente importante. Dele fazem parte todas as casas referidas sempre que se está falando do assentamento, com um sentido de profundidade temporal. Há, nesse conjunto, um aspecto desconcertante para o etnógrafo. Algumas dessas casas antigas existem, atualmente, na tridimensionalidade do sistema construído. São visíveis e tangíveis. Outras, no entanto, embora mencionadas de forma constante, existem apenas no espaço da memória. Falam delas como se ainda as tivessem diante dos olhos. E, de certa forma, isto é verdade, ainda que esse olhar seja apenas o do espírito que sabe, porque recorda. E, evocando formas desfeitas, supõe (re)afirmar direitos, (res)sentimentos, relações, pessoas, épocas e episódios. Para o etnógrafo, nem sempre é fácil distinguir, com base nas indicações narrativas, a qual desses dois subtipos das casas antigas pertence aquela que aparece na conversa.



Casa antiga 01

Casa antiga 02.



a esta, talvez pudéssemos defini-la, chamando as edificações, que a possuem, *casas emblemáticas*. Designação que, no entanto, requer um esclarecimento adicional. Por isso, convém dizer, desde logo, que tais casas são emblemáticas para o desenvolvimento do ciclo doméstico em Zacarias, pois têm o condão de representá-lo, de forma exemplar, no tempo e no espaço.

O processo do qual resultam as *casas antigas* e do qual se afirma que recapitula e cristaliza a trajetória do grupo doméstico pode ser reduzido, para efeitos didáticos, a um esquema geral.

No momento de sua fundação, a casa destina-se a abrigar um casal. Por isso, de início, assume aquela estrutura mínima de dois cômodos, a que já se fez referência. A etapa seguinte é ditada pela expectativa de ampliação desse núcleo, com a chegada dos filhos. O passo preliminar para a acomodação de um novo membro consiste em construir uma *varanda*.⁸⁵ Com ela criam-se as condições para acrescentar um terceiro cômodo aos dois já existentes. Desse modo, a *cozinha de dentro*, que funcionava na *sala*, é deslocada para os fundos, ou para um dos lados da edificação. Assim, a casa expande-se, não só com o nascimento dos filhos, mas, também, quando, mais tarde, se torna necessário separar os meninos das meninas. O tamanho da habitação adapta-se, portanto, às dimensões da unidade familiar, embora não fosse esta a única variável. Casais sem filhos podem ter casas com mais de dois cômodos, desde que possuam recursos para isso. Uma casa maior e de espaço mais diversificado não é construída apenas em virtude da funcionalidade das relações domésticas. Ela é, para além destas, um valor social.

A partir do momento em que os filhos se tornam casadouros, abre-se uma nova etapa na vida do grupo doméstico. Ao se casarem, o filho ou a filha, mais frequentemente o primeiro, passam a morar numa *casa colada*, ou *apregada*. Esta consiste, em geral, no acréscimo, “parede com parede”, de um novo cômodo, que tem, no entanto, acesso independente. À medida que esse novo casal venha, por sua vez, a ter filhos, mudar-se-á para uma *casa separada*. Esta costuma ser construída, adotando-se o padrão mínimo, nas proximidades da casa paterna. E, com o tempo, tenderá, como esta, a expandir-se, ao sabor das vicissitudes do grupo doméstico, que se desenvolve sob seu teto. Quando a continuidade e a contiguidade se associam dessa maneira, o que nem sempre acontece, pode surgir no terreno, à volta de uma casa matriz, uma circunscrição. Uma

⁸⁵ Trata-se de um espaço intermediário, coberto, situado entre o corpo original da casa (sala e quarto) e o terceiro cômodo.

⁸⁶ Cf. Aghassian *et alii*, 1978:64-65.

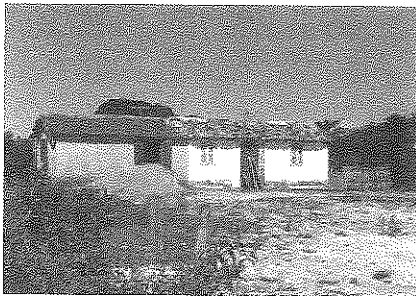
espécie de *compound*, no qual passam a conviver os membros de pelo menos três gerações.⁸⁶

Se, no entanto, uma casa chega a crescer, sem uma correspondente expansão da unidade conjugal, ainda que por meio da adoção, permanece só, em meio ao seu terreiro. Com a progressão do ciclo da vida dos seus ocupantes, casados ou celibatários, tenderá a esvaziar-se, sobretudo com o encerramento das atividades laborais de seus moradores. Tudo nela vai minguando, a começar pelo movimento e pelos recursos, compreendendo não só os bens necessários à subsistência, mas as próprias relações sociais, que dão à velhice o necessário respaldo. O próprio espaço da casa parece reduzir-se com a progressiva limitação do uso. Aos poucos, toda a vida vai-se concentrando na *cozinha de dentro*, como que buscando o calor do fogo para combater a monotonia e o silêncio dos ritos de comensalidade, cada vez mais parcos e solitários.

Por isso, é necessário, a todo custo, evitar que uma casa permaneça estéril. É preciso ter filhos e filhas para ter genros, noras e netos. Quem os possui não terá de preocupar-se, na velhice, com o desamparo, que potencia a decrepitude, tornando-a menos suportável.

Nada ilustra melhor esse fato do que a história de “Mucinho” e “Nêga”. Os dois habitavam uma casa em que todos os filhos que lhes nasciam “não vingavam”. Desesperados, resolveram consultar uma rezadeira. Esta receitou, para o mal, um remédio amargo. Tinham de reunir toda a sua coragem, abandonar a casa, com tudo que havia dentro dela, e construir outra. Só lhes seria permitido aproveitar, da velha moradia, as telhas e o madeiramento da cumeeira. Assim fizeram, com grande dificuldade, pois os recursos não lhes sobravam. Preferiram trocar a casa malsinada pela esperança de vir a ter uma família. Foram bem-sucedidos, afinal, e, embora recordem o sofrimento e trabalho que isto lhes trouxe, acham que valeu a pena e se orgulham de tê-lo conseguido.

O ideal da família numerosa, encarnado pelo próprio Juca Tomás, realiza-se mais plenamente nesses *compounds*. Na Zacarias, há vários deles. São sempre estruturas em processo, diferentes hoje, quando comparados aos de 1978. Como distintos são uns dos outros, dentro do mesmo corte temporal. Funcionam, entretanto, de modo similar. Cada um tem sua própria articulação quanto ao parentesco. Não existem, neste sentido, regras estritas. Nenhum filho, seja



Um exemplo de casa apregada.

homem ou mulher, primogênito ou caçula, é obrigado a morar junto da casa paterna quando contrai matrimônio.

Em qualquer caso, porém, esse agrupamento tem certos aspectos de funcionalidade. Com ele surgem laços significativos para efeitos de produção e reprodução do grupo. Certas atividades são partilhadas, entre elas a pesca e o atendimento das crianças e dos velhos. Existem, ainda, determinados recursos dos quais todos se beneficiam, entre eles, sobretudo, o pescado. Decisões relativas à pauta de consumo obedecem, igualmente, ao interesse mais amplo. Tudo isso não exclui, para cada família conjugal, uma esfera de relativa autonomia.

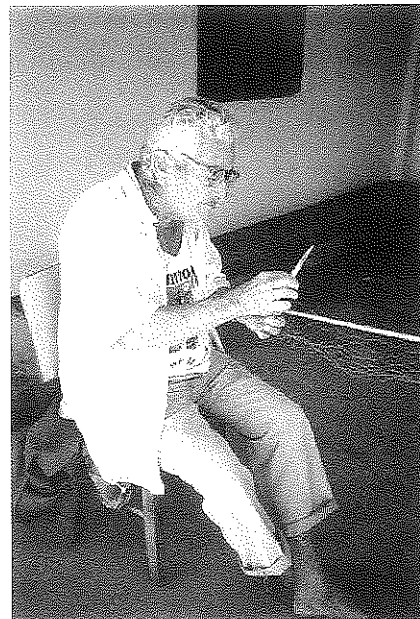
Inicialmente restrita, essa autonomia vai crescendo, à medida que se passa da casa paterna à *casa apregada* e desta à *casa separada*. Isso não significa, porém, que as obrigações se extingam, pois a liberalidade paterna traduz-se em dádivas que geram dívidas. E as dívidas reforçam os laços morais, que são a própria garantia do seu pagamento. Bem-sucedido é, pois, aquele que consegue reverter sua posição, tornando-se, por sua vez, credor, para formar seu próprio *compound* com as casas dos filhos, ou irmãos, ou cunhados, ou genros, agrupadas em torno da sua.

Dádivas e dívidas suscitam, muitas vezes, questões de interpretação em torno de direitos e deveres. Graças a elas, o sistema de relações e de prestações movimenta-se e se reproduz. Mas é também por causa delas que surge o conflito, antimatéria de sua coesão.

Vimos o conflito estalar na sucessão de Juca Tomás, envolvendo redes, canoas e animais de montaria. Além disso, no entanto, esse processo sucessório deu margem a outra disputa, só que, desta vez, em torno de outra vertente dos bens patrimoniais, configurada na habitação. Esse pomo de discórdia foi a “casa de Lilina”.

3.2.1 A casa de Lilina

Chamá-la “casa de Lilina” equivale, desde logo, a uma tática. Na realidade essa casa pertencia ao seu pai, que a tinha comprado dos herdeiros de Juvenal. Com isso, Juca Tomás tratara de saldar uma obrigação para com “Maricota” e seus filhos, pois, como recordará o leitor, a casa que lhes pertencia havia sido incendiada por “Quéssa”, mulher de seu primogênito Hilário.



“Mucinho” (Prelidiano José de Marins) fazendo tarrafa.

⁸⁷ Esse tipo de *affaire* é chamado de “frescura”, na Zacarias.

⁸⁸ O termo designa os nascidos no vizinho município de Saquarema.

A separação de “Lilina”, que se viu em dificuldades, fê-lo conceder-lhe o direito de morar nessa casa. Com a morte do velho, entretanto, os irmãos de “Lilina” tentaram invocar seus direitos à herança comum, tratando de convencê-la a se mudar para as *casas novas*. “Lilina” fez pé firme. Recusou-se a deixar o povoado. Ao título de propriedade oferecido pela *Companhia*, e cobiçado pelos irmãos, preferiu a permanência no lugar ao qual se afeiçoara, em virtude, talvez, do seu romance velado com o primo Erotides.⁸⁷

“Lilina” permaneceu na casa, até sua morte, no início dos anos 1980. Com esta o problema sucessório transferiu-se para a outra geração. Seus irmãos já haviam desistido da parte que lhes cabia no imóvel. A casa, no entanto, não passou para seus filhos, em que pese estes a terem reivindicado. Ficou na posse de sua neta Belinda, filha de Benjamim, o qual apoiou suas pretensões contra as dos seus próprios irmãos. Estes foram à justiça e tiveram ganho de causa. A questão só veio a resolver-se quando “Carlinhos”, irmão de Belinda, adquiriu a parte dos demais herdeiros, graças aos recursos de sua mulher, dona de um hotel em Barra de Maricá.

Essa operação, por sua vez, beneficiou Benjamin e Ruth, permitindo-lhes ampliar o seu *compound* à sombra da casa de “Lilina”. Tal expansão tendeu a se fazer, porém, às expensas de outro recorte patrimonial.

O caso do *rancho* de Henrique e da casa de Brígida, em face do expansionismo de seus vizinhos, permitirá alcançar uma compreensão mais abrangente desse tipo de processo.

3.2.2 O patrimônio de Henrique e Brígida

Henrique, ou “Poeira”, como também era conhecido, descendia de Juca Tomás, sendo o primogênito deste com “Antonica”. Depois de ter namorado sua prima “Neneca”, filha de “Lilina”, sua tia paterna, casou-se com Brígida, uma descendente de saquaremistas.⁸⁸

Esse matrimônio não foi bem-sucedido. Henrique e Brígida não tiveram filhos. Henrique não quis adotá-los, tampouco. Além disso, brigavam muito, o que os levou a se separarem, em algum momento, no início dos anos 1960. Desde então, “Poeira” passara a viver no seu *rancho de pesca*. Brígida continuou habitando a casa de ambos e a depender do ex-cônjuge para seu sustento.

Manteve-se, por isso, de algum modo, ligada a ele, cozinhando, lavando e consertando redes e tarrafas.

O arranjo que resultou de sua separação tem, do ponto de vista etnográfico, a virtude de ressaltar e demonstrar a complementaridade de casa e rancho, na estrutura da função habitacional, em Zacarias.

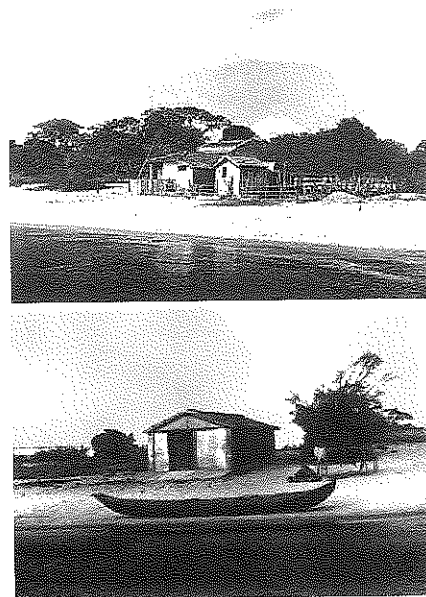
O *rancho*, como polo da atividade masculina, remete à pesca. Com suas redes, canoas, remos e demais petrechos, constitui a base de operações a partir da qual se dá a apropriação dos recursos da lagoa. Possuir um rancho não é condição *sine qua non* para se pescar. É, no entanto, um signo inequívoco de sucesso na atividade pesqueira, e, como tal, confere prestígio. Só tem rancho quem é proprietário de uma *pescaria*, isto é, de um equipamento completo de captura. Este, por sua vez, garante ao seu dono uma superior capacidade de provimento da casa, ou seja, de sustentar uma família numerosa.

A *casa*, em contrapartida, representa o domínio da atividade feminina, à qual se acrescenta, ainda, a cooperação dos filhos menores e das filhas solteiras, envolvendo desde as tarefas domésticas propriamente ditas até a feitura de redes, cestos e esteiras, sem falar na criação miúda de patos, galinhas, porcos e cabras. Esta última representa a contribuição fundamental das mulheres ao abastecimento da casa, sobretudo em épocas de escassez, “quando o peixe rareia”, ou nos períodos de defeso, após a abertura de uma *barra*: “Mulher é que vende a criação – ovo, frango... Ela é que cuida; ela é que resolve. A gente é quem dá sustento [ração]. Ela é quem deita [põe para chocar], cria.”⁸⁹

A Henrique e Brígida, no entanto, faltou sempre a prole. Velhos e separados, essa deficiência começou a ter reflexos sobre seu patrimônio. Sem ter para quem deixar suas pescarias, Henrique viu-se obrigado a vendê-las. Passou-as, a preço simbólico. “Beco” (Benjamin), seu sobrinho e último companheiro nas fainas da pesca, comprou uma delas. A outra foi adquirida por “Carlinhos”, filho deste.

Desde antes, porém, o cerco vinha-se apertando. A *casa* em que morava Brígida sofria, há tempo, o avanço do *terreno* de “Cóia”, filho de Hilário e “Quéssa”, e, portanto, sobrinho de Henrique. O *rancho* deste estava, igualmente, sob assédio. Zélia, irmã de “Cóia”, começou a construir a sua casa nos fundos do terreno ocupado pelo rancho, tratando em seguida de cercá-la, o que transformou a concessão numa conquista. O *terreno* de “Beco”, por seu lado, começara a se expandir na direção da casa de “Lilina”, envolvendo não só o

⁸⁹ Henrique (Irineu José de Marins), 4/8/1978.



Ranchos de pesca.

rancho de “Poeira”, como também a casa de Napoleão (“Nizinho”), únicos obstáculos à almejada continuidade territorial de seu grupo doméstico.

Como tal, permite ilustrar, adequadamente, a mútua dependência de *família* e *patrimônio*, mostrando que ao recuo daquela, sob o influxo da fatalidade genealógica, corresponde, também, a redução deste.

Um exemplo do que pode acontecer aos celibatários permitirá clarear, ainda mais, a compreensão desse processo.

3.2.3 “Néia” e “Miolo”, os solteirões

Enéas Marques é filho do falecido Erotides, o “Joca”, e irmão mais velho de “Miéca” (Ênio). Ambos moravam com os pais. Ao casar-se, no entanto, o caçula acabou mudando para uma casa separada, no mesmo terreno.

Esta casa foi construída em mutirão por “Miéca” e pelos irmãos de “Ita” (Dorcelina), sua mulher, cuja família é de Guaratiba. Primeiro fizeram-se dois cômodos (“só paredes e porta”). O piso era na areia. Após quatro ou cinco dias, entraram para morar. Dois anos depois, foram construídos a cozinha e o banheiro. Antes usavam o “mato” e a *cozinha de fora*. Outros dois anos mais, e mais dois quartos vieram acrescentar-se à edificação. Com a chegada da luz,⁹⁰ instalaram uma bomba elétrica. Antes disso utilizavam uma bomba manual. Dois anos mais e fizeram um alpendre na frente da casa, construído pelo filho “Naldo”, com o material comprado por sua mãe. Nessa época, “Ita” trabalhava como doméstica para nada menos do que três *casas de veranistas*, em Barra de Maricá. Além disso, aplicava injeções, fazia curativos e cortava o cabelo dos homens. “Naldo” dava-lhe, ainda, parte do seu salário. Os outros filhos, que se preparavam para o matrimônio, não contribuían mais para a renda familiar. “Miéca” continuava a trabalhar na sua *pescaria*, auferindo, no entanto, apenas o equivalente à metade dos ganhos da mulher.

Nesse ínterim, “Néia” ficou sozinho na casa dos pais, que tinham falecido. Por um breve período, havia-se dedicado à pesca, não tendo nunca sido dono de pescaria. Com o tempo, passou a viver, exclusivamente, da confecção de redés e tarrafas, por encomenda. A casa servia-lhe apenas para “dormir e tomar banho”. De resto, esta se encontrava, com exceção do seu quarto, ocupada pelos móveis velhos, redés, bicicletas, e outros “bagulhos” pertencentes à família de “Ita” e “Miéca”.

Assim, foi, aos poucos, absorvido pelo grupo doméstico do irmão e da cunhada. Faz suas refeições na casa deles. Tira água do poço do irmão e sua roupa é a cunhada quem lava. Ao mesmo tempo, veio sofrendo um progressivo isolamento, motivado, talvez, pelas suas “manias” de solteirão a caminho da velhice.

Essas “manias”, no entanto, podem ter, ainda, outra interpretação, como reações compreensíveis de quem vê seu patrimônio estiolar-se aos poucos, para ser incorporado pelo outro varão de Erotides Marques. Restam-lhe, apenas, a casa, embora de forma precária, e o bandolim de “Joca”, do qual herdou, ao que parece, o talento de cantador, único legado intangível pelo expansionismo do *compound* de seu irmão caçula.

* * *

Homero Hilário de Marins, aliás “Miolo”, é filho de Hilário e “Quéssa” (Adelaide), e, portanto, irmão de “Cóia” (Ari José de Marins) e Zélia.⁹¹ Após a morte do pai, foi criado na Zacarias. Inicialmente por Tobias e “Milita”, depois por sua tia “Bibi” (Bibiana), filha de Juca Tomás e Emília Rosa, casada, sem filhos, com o caixeiro João Gomes.

“Miolo” sempre foi pescador. Tinha sua própria *pescaria*, exercendo o ofício com notória excelência. Permaneceu, no entanto, solteiro, morando na casa construída para sua tia “Bibi”, e que lhe coube, após a morte dela.

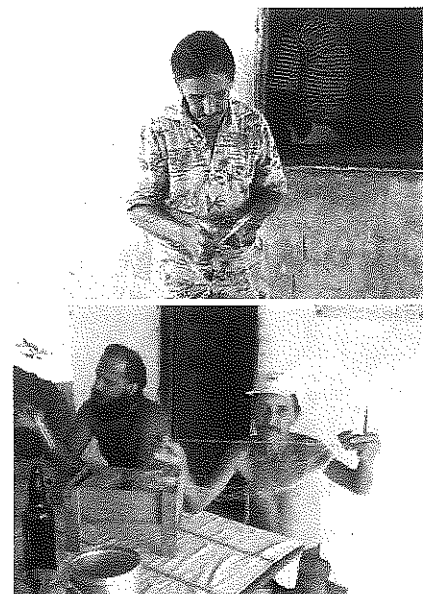
Depois de vender sua pescaria, continuou ainda, durante algum tempo, a pescar com um dos filhos de Ari Luiz da Costa, “Bigurriho” (Selmo da Rocha Costa). Quando parou em definitivo, ficou doente e deprimido, por muito tempo, recuperando-se depois.

Nesse ínterim, Luiz, filho de “Cóia”, retomou o *terreno* vizinho ao de “Miolo”, que tinha sido de seu pai, e onde este tivera uma casa, derrubada, por injunção da *Companhia*. “Miolo” aproximou-se da família do sobrinho, sobretudo após a morte de seu irmão.

Homem de bom porte físico, conhecido por sua afabilidade e gênio folgazão, mas, além disso, um instrutor muito paciente e didático, “Miolo” dedicou-se a aprimorar Luiz nas habilidades da pesca.

Apesar de ter encontrado, pois, um sentido para a vida, exercendo com dedicação o seu papel de tio, a necessidade de garantir recursos para a velhice levou-o a tomar uma decisão polêmica. Permitiu que uma família de *veranistas*,

⁹¹ E também de “Zezém” (Aristeu), “Dinho” (Prentásio) e “Sassaco” (Adailton).



Os irmão Marques “Néia” (acima) e “Miéca”.

anteriormente seus hóspedes, construíse uma casa em seu terreno. Desse modo, acabou por transformar-se numa espécie de caseiro em sua própria casa. Foi muito criticado por isso. E um dos argumentos invocados era que, em virtude de sua decisão, tinha surgido, na Zacarias, um enclave de “gente de fora”. Os que assim ponderam, parecem ter em mente, e com razão, as inevitáveis complicações futuras da sucessão ao patrimônio desse Marins celibatário.

As respectivas situações de “Néia” e “Miolo” ilustram dois tipos possíveis de evolução do patrimônio. Para evidenciá-los, basta retomar a dinâmica dos dois casos.

Em ambos, ocorre o acréscimo das edificações. O casamento de “Miéca” fez surgir, ao lado da casa paterna, outra moradia, para a nova família. A nova geração tendeu, por sua vez, a continuar o processo de multiplicação das edificações.

O ponto de partida para isto foi o matrimônio de um dos filhos do casal. Matrimônio em tudo e por tudo exemplar, no âmbito de Zacarias, seja quanto à forma, seja quanto aos efeitos.

Com relação ao primeiro ponto, poderia ser caracterizado pelo rapto da noiva. A palavra *rapto* como tal, entretanto, não é empregada nesse contexto. Fala-se, ao invés, de *arrasto*. A expressão vem da imagem que se utiliza quando, ao falar de uma moça casadoura, se diz – “Qualquer dia o gavião vem e arrasta ela...”, numa alusão, para efeitos locais, clara, ao procedimento.

De acordo com ele, um par de namorados que deseja casar-se combina a fuga da moça. O rapaz vai então buscá-la, na calada da noite, em casa dos seus ainda inadvertidos afins, levando-a para casa de parentes, em geral, dos próprios pais.

Desse modo aconteceu no caso do filho de “Miéca” e “Ita”, que trouxe a namorada de Guaratiba para debaixo do teto paterno. Certificando-se de que a moça não vinha constringida, os pais acolheram os noivos. Assim demonstra o fato de lhes terem destinado a própria cama como tálamo nupcial.

O etnógrafo soube da história na manhã seguinte, bem cedo, quando “Néia” apareceu para comunicar-lhe a novidade. Mais tarde, teve a sorte de testemunhar o momento em que a mãe do noivo, estendendo à sua recém-nora uma vassoura, disse, voltada para o filho – “De hoje em diante, não cozinhe mais para você, não lavo mais sua roupa e não cuido mais das suas coisas”. Poucos dias após, apareceu o pai da moça, perguntando por ela. Recebido por

“Miéca”, no portão, certificou-se da presença da filha. Um pouco de palavras, em tom cordial, e em seguida partiu rumo à Vila, para tratar dos papéis.

As consequências desse casamento foram igualmente exemplares e previsíveis. Os recém-casados foram morar numa *casa apregada*. E a partir do momento em que começaram a acalantar o projeto de um filho, tomaram as iniciativas necessárias à construção de uma *casa separada*.

Em comparação com esta, a evolução do caso de “Miolo” revela-se francamente anômala. O patrimônio de “Joca” mantém-se, acresce e adensa, pela multiplicação de famílias e casas. Outro é o prognóstico sobre o legado de Bibiana, do qual “Miolo” era titular, de vez que adotado pela irmã do pai.

A segunda casa construída no terreno não resulta do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, isto é, de uma agregação pelo parentesco (*status*). É, ao contrário, fruto da incorporação de estranhos, em virtude de um *contrato verbal* entre as partes.

Esse acordo, entretanto, carece de aquiescência dos demais ramos dos Marins, que se sentem privados do que lhes parece uma justa pretensão sucessória, questionando o fato de ter “Miolo” disposto, como se fosse individual, de um direito coletivo sobre um patrimônio que Juca Tomás deixara aos seus descendentes.

Esses críticos de “Miolo” não deixavam de ter razão. Sabiam que a descontinuidade genealógica podia abrir caminho à descontinuidade patrimonial; em particular, no que dizia respeito ao controle exercido pelo grupo sobre o território do seu assentamento.

E esta não se configura apenas como uma questão econômica, isto é, do valor material do patrimônio. Coloca, para além desta, um problema de natureza mais ampla, social. Para convencer-se disto, basta considerar a possível evolução do processo sucessório desta nova casa. Na melhor das hipóteses, passará às mãos de um descendente, já conhecido no lugar, também ele uma espécie de estrangeiro de dentro. Na pior das hipóteses, entretanto, a divisão da herança poderá levar à venda da casa, e à conseqüente vinda de novos estranhos.

A coresidência de “Néia” com seu irmão contornou, portanto, um problema, ao passo que a posição mais independente de “Miolo” criou um. No primeiro caso, a coresidência com familiares permite crescer e conservar o patrimônio; no segundo, a coresidência com forasteiros traz consigo a possibilidade de sua divisão e diminuição.

3.3 À sombra de uma casa antiga

Em tudo isso vai-se revelando e impondo, aos poucos, uma dupla dimensão da *casa*. Ela existe, em primeiro lugar, sob a espécie do patrimônio *stricto sensu*. Significa, neste caso, o conjunto de bens materiais, agrupados em torno da edificação que surge como a matriz de um determinado grupo doméstico.

Em segundo lugar, no entanto, designa as pessoas que constituem esse grupo, o qual se nutre e se reproduz, graças a uma determinada forma de manejo desse patrimônio.

O significado *casa* não apenas engloba os dois significados, como ainda os articula entre si, enquanto associação de *corpos* e *bens*. Quando uma casa consegue realizar plenamente essa complementaridade de *patrimônio* e *descendência*, costuma adquirir uma inércia. Começa a crescer, a multiplicar-se. Ao fazê-lo, vai absorvendo outras casas que não souberam ou não puderam imitá-la.

Essa inércia dá ao *compound* um princípio dinâmico. Fá-lo expandir-se. Seu avanço, porém, desperta sentimentos ambíguos. Suas vítimas veem-no com reservas, senão com ressentimento. Não raro este se converte em acusações. E o conflito segue ao pé.

Ao mesmo tempo, o ímpeto expansionista é percebido como uma decorrência inelutável do próprio ideal da fertilidade, cultivado por todos. E, desse modo, as eventuais resistências ficam enfraquecidas.

Assim, enquanto uns crescem, outros fenecem. O destino de cada grupo doméstico, porém, é a resultante de pelo menos três variáveis: cacife, sorte e habilidade. Seu êxito depende, pois, do quinhão recebido em herança, das vicissitudes de sua história, bem como de sua melhor ou pior participação no jogo, isto é, das estratégias que usa para aumentar seu próprio cacife.

A própria *saga* de Juca Tomás permite exemplificar esse ponto. O “ato notarial” de que resultou o “testamento” de José Antonio Pinto de Marins é significativo, antes de mais nada, pela sua concepção inequívoca do patrimônio *stricto sensu*. Este abrange, não só a casa enquanto edificação, mas também canoas, redes e remos, isto é, a *pescaria*.

Ao destinar *casa* e *pescaria* a cada um dos ramos de sua descendência, Juca Tomás lhes atribuiu seus respectivos quinhões. Deu, a cada um deles, os bens imprescindíveis à vida e reprodução social.

A ideia da continuidade, o ânimo de perdurar, ocupara um lugar privilegiado nas preocupações derradeiras do patriarca. A prova disso está no que poderia ser o coroamento e a síntese da expressão final de sua vontade: a recomendação aos seus de que não brigassem entre si.

De que valeriam, com efeito, casas, canoas, redes, remos... sem a correspondente força para resguardá-los e, se possível, multiplicá-los? Um patrimônio não pode subsistir se não há quem o defenda, como observa Germaine Tillion, em sua análise da sociedade mediterrânea.⁹²

Para haver guardiães é preciso, no entanto, que haja descendência. E descendência é prole, que se faz, por sua vez, com alianças. Uma *casa* é, sobretudo, fecundidade. Fecundidade e política, como o próprio Juca Tomás se encarregara de demonstrar, não excluindo, pois, nem o casamento, nem a disputa, mas supondo ambos como parte de suas estratégias de ampliação.

Já se afirmou que a aliança matrimonial dos homens transforma um inimigo ou rival em parceiro, mantido a distância, como um perigoso envenenador.⁹³ No *testamento* de Juca Tomás encontram-se, igualmente, a dádiva e o veneno, pois, afora os bens, deixa aos seus descendentes uma rede de relações, atuais e potenciais. Com ela, transmite-lhes a dupla virtualidade da aliança e do conflito. Deixa coisas, mas acrescenta-lhes os homens, que hão de tomar conta delas. Estes, no entanto, podem, muito bem, entrar em competição, e é mesmo provável que o façam, seguindo ditames inerentes ao sistema de relações.

Expansão e florescimento de uns, recuo e esterilidade de outros. Os próprios Marins são o melhor exemplo disso. Surgiram, no momento inaugural de sua futura pujança, do casamento de três irmãos que viviam na Zacarias – Delfino, Saturnino e José Tomás Velho – com três irmãs – “Ochica”, Mariana e Rita, da Praia dos Neves, em São José do Imbassaí. Dois desses matrimônios redundaram em prole, enquanto o terceiro permaneceu infecundo. Assim, o ramo de Delfino veio a extinguir-se, à medida que os de Saturnino e José Tomás prosperavam, numa nova geração.

Um membro desta, entretanto, investiu na fecundidade e na política mais que os outros. Foi precisamente Juca Tomás, que desposou várias mulheres, com as quais teve casa e filhos. Acrescentou, pois, ao patrimônio dos Marins, bens e descendência, multiplicando seu próprio cacife, em face dos irmãos e dos primos.

⁹² Cf. Tillion, [1966] 1967:92.
⁹³ Cf. Heusch, 1978:208.

Dois fatos merecem, neste sentido, atenção particular. O primeiro deles é o casamento com “Antonica”, filha de seus tios Saturnino e Mariana, e, portanto, sua prima-irmã. Nisso, aliás, não fez senão seguir o exemplo do seu irmão mais velho, Simplício, que se casara com Inês, irmã de “Antonica”. Como na geração anterior, um par de irmãos casado com um par de irmãs. À diferença daquela, no entanto, temos agora a unir os cônjuges, não só o matrimônio, ou seja, o parentesco por afinidade, mas, também, os laços consanguíneos próximos, entre primos-irmãos.

O segundo fato importante surge quando Juca Tomás compra a casa de seu tio Delfino, que não deixara herdeiros. Nela estabeleceu Josefina (“Fininha”) com os filhos. Essa compra resolvera dois problemas de uma só vez. Um deles de política, no seio da família, desfazendo a contiguidade das casas de “Fininha” e “Antonica”, inoportuna, pois as duas hostilizavam-se constantemente. O outro de ordem patrimonial. A casa de seu tio Delfino era patrimônio dos Marins da geração ascendente, recuperado para esses mesmos Marins como quinhão de uma geração descendente, embora colateral.

O valor dessa casa, entretanto, não se reduzia à sua condição de ativo patrimonial. Além disso, pesava sobre ela o fato de ser uma das casas mais antigas do povoado. Delfino parece ter sido um homem próspero, pois chegara a ter dois escravos. E sua casa remontava à primeira metade do século XIX, já existindo, ao que tudo indica, quando Darwin percorreu a restinga de Maricá.

Em 1978, era habitada por Alcina, viúva de Lúcio José Marins, filho de Juca Tomás com Josefina. O corpo original da casa sofrera acréscimos, mas continuava reconhecível, atestando sua antiguidade.

Antiga era também a casa de “Lilina”. Henrique costumava apontar o copiar da casa, segundo ele, talhado a canivete, por Juvenal, quando este iniciara sua construção. Considerando seus acréscimos, um após o outro, o velho pescador recordava a ocasião em que haviam sido feitos. De acordo com seus cálculos, a edificação tinha-se originado há quase um século. No ano de 1978, “Lilina” ainda era viva, e a casa continuava a mesma dos tempos em que tinha sido comprada por Juca Tomás.

Estas não eram, porém, as únicas *casas antigas* da Praia da Zacarias, na época. Havia ainda a de “Néia”, que pertencera a Erotides Marques, filho de um Marins (Manuel Marques Marins), “Maneco Tomás”, casado com Ernestina Emília Rosa, filha de Emília Rosa com Juca Tomás, outro Marins. Havia a

de “Miolo”, Marins pelo seu pai Hilário, e que fora de “Lilica” (Regina), irmã de Juca Tomás, e de cujas mãos havia passado para Tobias e “Milita”, que a deixaram para “Bibi”, como eles, irmã de Hilário, e, portanto, tia de “Miolo”.

Máximo José de Marins, aliás “Inácio”, filho de Simplício e Inês, prima-irmã deste, habitava, também, uma casa antiga. Antigas eram igualmente as casas de “Candinha”, irmã de “Inácio”; de “Baque” (Sizenando), também ele filho de Simplício; de Alcebiades (“Ginho”), irmão de “Baque”, casado com Carlinda, sua prima-irmã, filha de Juca Tomás com “Fininha”; e de Sildo Breve Marins, neto de Arminda, que era irmã de Juca Tomás.

Todas essas casas eram referidas e, sempre que possível, indicadas ao etnógrafo, que podia, portanto, acompanhar, com os próprios olhos, cada passagem da leitura do espaço construído, quando este era invocado como testemunho.

Além delas, havia casas cuja ancestralidade se expressava até mesmo em seu modo de existência, que era, a propriamente falar, espectral. Os mais velhos falavam delas. Apontavam lugares no espaço e descreviam as construções. Falavam, naturalmente, do destino de cada uma. Quem as havia construído, quem as tinha habitado. Recapitulavam trajetórias, sucessões, vicissitudes. Conheciam, caso a caso, não só o motivo de seu desaparecimento, como, ainda, a destinação dos seus restos.⁹⁴

Neste sentido, destacavam sempre os materiais que, oriundos de sua demolição, tinham sido incorporados por outras casas. Talvez, por isso, preferissem o termo *desmanchar*. Com efeito, mais do que destruídas, as casas eram desfeitas, reduzindo-se aos seus componentes. Estes, por sua vez, eram reaproveitados, de acordo com os quinhões estabelecidos em cada processo sucessório. Uma casa podia, então, transformar-se em várias outras, ou em partes destas. A nova edificação, entretanto, incorporava, com os materiais, a memória da proveniência deles, apossando-se, *pars pro toto*, da antiga vivenda e do vínculo genealógico nela fundado.

Era como se não fosse possível falar das famílias sem falar das casas, e vice-versa, já que, para além de si próprias, as casas corporificam e abrangem um patrimônio mais amplo. Este, por sua vez, se reproduz no tempo e no espaço, como atesta o progressivo desdobramento das edificações.

Desse modo surgem, como já se disse, os *compounds* – agrupamentos domésticos em cujo recinto territorial residem, num determinado momento,

⁹⁴ Cf. Vogel & Mello, 1984.

várias famílias conjugais, resultantes da expansão de uma família. Um casal convive aí com filhos casados, eles mesmos já com prole. Algum filho ou irmão celibatário pode, igualmente, fazer parte desse grupo; ou algum sobrinho ou afilhado, casado ou não.

Num mesmo recinto encontram-se, pois, de acordo com o desenvolvimento do ciclo doméstico, pais e filhos, irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, tios e sobrinhos, sogro e sogra, com genros e noras. Todos eles têm parte no trabalho de aquisição, consolidação e expansão do patrimônio, e, portanto, o direito de desfrutá-lo. As decisões de consumo não podem, por isso mesmo, restringir-se à esfera dos indivíduos ou das famílias conjugais, sendo, ao contrário, em grande parte, o resultado de um processo de alocação e realocação de recursos que envolve o grupo doméstico na sua totalidade.

A economia desse grupo dedica-se, pois, “a reproduzir e fazer frutificar essas duas formas distintas, porém complementares da casa: *os bens e os corpos*”.⁹⁵ Assim, se a *casa* compreende o *patrimônio*, isto é, um conjunto de bens materiais e simbólicos, compreende, ao mesmo tempo, o *corpo*, individual e coletivo, graças a cujo desenvolvimento o grupo adquire pertinência, no tempo e no espaço.

A *casa* tem, neste sentido amplo, uma dupla dimensão. É o lugar próprio do grupo, seu patrimônio, e é o próprio grupo, enquanto princípio coletivo de gestão desse patrimônio. A articulação dos seus membros gera sua duração, pela fecundidade, e seu espaço, pelos movimentos que executa, no quotidiano, para apropriar-se do meio onde vive. Corresidência e gestão coletiva são, portanto, seus princípios estruturais.

A associação da família com o patrimônio é não só inequívoca como necessária. Isto não significa, porém, que esses grupos domésticos ampliados, ou *compounds*, se comportem como mônadas. Vemos, ao contrário, que a despeito de sua relativa autarquia e autonomia, encontram-se inseridos numa complexa rede de parentesco. E é no seio desta que cada família traça sua política de alianças.

Para alcançar as peculiaridades dessa *política*, no entanto, é preciso ter em mente, uma vez mais, a história dos Marins. Ao considerá-la sob esse aspecto, vê-se que o casamento de três irmãos com três irmãs deu origem a uma geração de primos paralelos. O casamento entre primos-irmãos já se registra aí, em dois casos, o de Simplício e o de Juca Tomás, que se casaram com duas irmãs, suas

primas paralelas. A quantidade de primos-irmãos multiplicou-se, a partir dessa segunda geração. E, na terceira, o casamento entre primos paralelos continua frequente, acrescido, agora, em grande número, dos matrimônios entre primos em segundo grau.

Cada grupo de corresidentes surge, pois, como fruto dessa política de alianças que confere ao recorte dos *primos* um valor privilegiado como universo das escolhas matrimoniais. À divisibilidade do patrimônio pela herança, opõe-se, dessa forma, uma estratégia de reagrupamento dos bens, pela refusão das linhas de descendência e/ou recuperação, por compra, do patrimônio alienado ou ameaçado de alienação, como aconteceu com a casa de Delfino, por exemplo.

Nem todos são igualmente bem-sucedidos no desenvolvimento dessa estratégia. Alguns porque não se casam. Outros porque se casam, mas não têm filhos, ou perdem-nos, em virtude do matrimônio, para outras famílias de outros assentamentos.

A maioria, entretanto, casa-se, não só no próprio povoado, mas dentro da grade genealógica dos Marins, tratando, dessa maneira, de maximizar um cacifê material e simbólico, gerado, mantido e multiplicado no seio dessa família.

Não é sempre que se consegue a mesma combinação feliz de patrimônio e fecundidade que foi a marca registrada de Juca Tomás. Nesse jogo existem perdedores e ganhadores. Talvez seja mesmo necessário que um ramo dos Marins se estiole, para que outro possa frutificar. Isso não impede, porém, que o patrimônio mais amplo do grupo seja acrescido.

Basta olhar mais de perto a sociedade constituída por esses *compounds*. Vê-se, então, que é feita, não só de pais e filhos; avós e netos; sogros, genros e noras; tios e sobrinhos; irmãos e irmãs; mas ainda, e sobretudo, por uma série infundável de primos, passíveis de se associarem, de múltiplas formas, pelos laços do parentesco.

Esses primos, em vários graus, podem ser esposos, cunhados e concunhados; compadres e comadres; sobrinhos dos mesmos tios e tios dos mesmos sobrinhos; avós dos mesmos netos e netos dos mesmos avós.

O povoado desenvolveu-se, pois, à sombra de uma *casa antiga* – a casa dos Marins, com seu patrimônio. Mas o que vem a ser esse patrimônio senão o lugar chamado *Zacarias*, ao qual se associa o patrimônio comum e sua consagração, na *saga de Juca Tomás*? E não são, por acaso, este patronímico e esta *saga* fontes de pretensões legítimas, de alianças e conflitos? E não é, portanto, o legado

⁹⁶ Essa categoria remonta ao seu famoso estudo monográfico sobre os Mérouges, família camponesa dos Pireneus franceses, no século XIX. Le Play (1994) [1857]. Ver também, a propósito, Barreto, R. & Willem, E. (1940:61-66). Flandrin, J.-L. (1976: cap. II); Goody, J. *et alii* (1978:84-85).

que Juca Tomás soube representar de forma superlativa que dá a esse grupo sua configuração sociológica peculiar?

Diante dela, no entanto, como não evocar Le Play, fazendo referência à categoria tipológica da *família-tronco*?⁹⁶ Não seriam esses Marins a florescência de uma de suas possíveis atualizações? Nessa direção levam-nos alguns dos seus aspectos notáveis:

- o reconhecimento de um princípio de coresidência, que preside a formação dos *compounds*;
- a estreita associação entre família e patrimônio, encontrando-se este centrado na *casa*, sobretudo quando é *antiga*;
- uma economia que vincula casa e trabalho, conferindo-lhe uma certa autarquia e autonomia;
- senão a indivisibilidade do patrimônio, a tendência a mantê-lo e recompô-lo, absorvendo, sempre que possível, os quinhões ancestrais ou colaterais, que a esterilidade genealógica ameaça de alienação;
- finalmente, o fato de serem os direitos, as obrigações e os quinhões derivados do grupo doméstico, enquanto princípio de gestão coletiva desse patrimônio, transformando-o em núcleo e fonte de uma ordem consuetudinária.

Cada *casa* compreenderia, neste sentido, não só um determinado cacife, mas uma dinâmica que visa conservá-lo, multiplicá-lo e redistribuí-lo, aumentado, aos descendentes. Além disso, teria de contar com a sorte; e não apenas com esta, mas, também, com a habilidade daqueles que a encabeçam, responsáveis pelo delineamento de suas estratégias de multiplicação de corpos e bens.

Quanto aos primeiros, contam, sobretudo, os movimentos no tabuleiro da genealogia. E o que se verifica, nesse caso, é o predomínio não só do casamento entre nativos do povoado, como também a preferência pela aliança com primos. Aliança tanto mais forte quanto mais próximos os aliados.

Talvez advenha daí a inclinação para considerar o grupo, em seu conjunto, como uma *sociedade de primos*, à maneira do que já se fez para as populações ribeirinhas do Mediterrâneo europeu.⁹⁷ Nesse rumo apontam fatos tais como:

- a constatada endogamia familiar, com base na frequência dos casamentos entre primos, em graus muito próximos;
- a endogamia territorial, com cerca de 70% das uniões entre nativos do lugar;⁹⁸
- a tendência a evitar, o mais possível, qualquer diminuição do patrimônio;
- por fim, o predomínio da administração sobre a posse do patrimônio, como se o titular deste fosse, apenas, uma espécie *de fidei comisso*.

Em síntese, temos então aí um sistema de relações de parentesco que favorece a fusão das linhas colaterais através de suas estratégias de aliança matrimonial e, por intermédio dessa fusão, ou do resgate por compra, favorece também sucessivos reagrupamentos do patrimônio.

Não é de somenos importância a constatação de que se tratava, na maioria dessas alianças pelo casamento, de casos interditos pela ordem legal. O direito canônico, por exemplo, proibia, não só o casamento em linha reta, até o infinito, mas, também, na linha lateral, até o terceiro grau inclusive. Isto é, primos-irmãos estavam impedidos de contrair matrimônio; primos em segundo grau, da mesma forma.

O parentesco por afinidade, na Zacarias, entretanto, desconsiderava tais proibições. Incorria, além disso, em vínculos nos quais se verificava multiplicidade de impedimento, como no caso de se casarem dois irmãos com duas irmãs, e dois primos com duas primas, ou, ainda, quando os pais de uma das partes são primos entre si, sendo também primos os que se pretendem casar.⁹⁹

O Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, com o qual a República instaura o estatuto do casamento civil, não acompanhou as disposições da legislação canônica quanto aos impedimentos. Foi muito menos restritivo, proibindo, apenas, por parentesco, o casamento entre ascendentes e descendentes, e entre irmãos. Só impedia, portanto, o matrimônio entre aqueles graus aos quais a Igreja Católica não concedia dispensa, em caso algum.¹⁰⁰

⁹⁷ Tillion [1966]1967.
⁹⁸ Em 1985, dos 37 matrimônios estabelecidos na Zacarias, 25 eram de pessoas nascidas e criadas ali mesmo.
⁹⁹ Cf. *Concilium Plenarium Brasiliense*, 1939:218 (art.9), 220, 223 e 225.
¹⁰⁰ Cf. Macedo Soares, 1909:21.

¹⁰¹ Cf. *Concilium Plenarium Brasiliense*, 1939:255.

As causas canônicas em função das quais o casamento entre graus colaterais próximos era permitido compreendiam, entre outras, a *angustia loci*. Esta, em sua forma absoluta ou relativa, ocorria quando:

no lugar de origem ou ainda de domicílio, [...] o parentesco da mulher está propagado de tal sorte, que lhe não é possível encontrar outrem (de igual condição quanto à geração, família e costumes) com quem se case, senão consanguíneo ou afim, e lhe é por demais penoso abandonar a pátria.¹⁰¹

Com esse argumento, e com a nova ordem jurídica republicana, tornou-se possível não só resolver a angústia do desterro, mas dar cobertura legal a uma política de casamentos, preocupada, desde antes, com questões de patrimônio, pois não é provável que as estratégias matrimoniais vigentes fossem ditadas, exclusivamente, pelo isolamento. Os matrimônios contraídos entre nativos de Zacarias e gente de outros assentamentos, localizados nos arredores, parecem infirmar esta hipótese.

Vê-se, ao contrário, que a família enquanto princípio de gestão coletiva do patrimônio toma corpo na sua extensão máxima – a dos Marins – quando se defronta, por assim dizer, com o estrangeiro. Este constitui uma ameaça, sempre que o celibato, o matrimônio estéril, ou a decisão individual abrem a possibilidade de alienação de bens até então mantidos no seio da família.

Em seu aspecto mais abrangente, esse patrimônio é o próprio povoado. A equação entre a *casa dos Marins* e o assentamento da Praia da Zacarias revela-se, sem deixar margem a dúvidas, na oposição dos Marins à Companhia, quando esta tenta deslocá-los do lugar. É nesse momento que Zacarias surge como *aldeia de irredutíveis*, isto é, *locus* próprio daqueles que não admitem a redução de seu patrimônio.

E não é precisamente isso que a *Companhia* intenta, quando pressiona os pescadores, seja pela intimidação pura e simples, seja pela sedução, no sentido de abandonarem suas casas e o lugar em troca de um título de propriedade na “Vila dos Pescadores”?

Compreende-se, então, melhor do que nunca, a hierarquia moral estabelecida entre “os que *se renderam*, os que *se venderam*, e os que *lutaram*”. O que estes últimos reprovam nos anteriores é, num caso, a passividade, e no outro, a aliança com o estrangeiro (“gente de fora”). Tanto uma quanto a outra abrem claros no tecido da sociedade de primos.

Para “os que *se venderam*” vale o princípio de que não existe quantidade social e politicamente neutra no seio de uma comunidade. “Os que *se venderam*”, no entanto, são vistos como traidores, pois trocaram sua afiliação e posição no povoado como se fossem bens possuídos a título individual, isto é, mercadorias passíveis de uma troca vantajosa.

Seja como for, em qualquer dos casos, tal comportamento é duplamente ameaçador, pois ao mesmo tempo que avilta os valores fundamentais do grupo, cria perigosas lacunas no plano da morfologia social. Lacunas territoriais, demográficas e genealógicas.

Os claros abertos no espaço do assentamento são enclaves da Companhia. Constituem, pois, uma ameaça ao patrimônio dos Marins, em sua dimensão física. Subtraem-lhe terrenos e casas. E tornam-se virtuais cabeças-de-ponte para uma futura ocupação por esse temível adversário.

Ao mesmo tempo, esgarçam a rede de parentesco, não somente porque a cisão de que resultam semeia a discórdia, mas porque rarefazem a massa da parentela, roubando-lhe parte considerável de suas forças e alternativas de aliança. Com isso, fica afetada a densidade demográfica, genealógica e moral do grupo, que perde capacidade de retaliação e vê posta em dúvida a sua legitimidade como sede da *casa antiga* dos Marins.

4. “A luta do Tostão contra o Milhão”

Já no final dos anos 1950, o conflito entre Zacarias e o empreendimento imobiliário era declarado. Os problemas vinham de antes. O relatório de Lejeune de Oliveira registrava, desde 1955, a expulsão de pescadores de seus tradicionais assentamentos.¹⁰²

Duas décadas mais foram necessárias, entretanto, para que os moradores da Praia de Zacarias recorressem a uma ação coletiva, no campo da ordem legal. Houve processos isolados, como o de Lúcio José de Marins e de Assis Marques, anteriores a essa época. Só em 1979, porém, um grupo de 37 pessoas, entre homens e mulheres, impetrou um *mandato proibitório* contra a Seai – Sociedade de Explorações Agrícolas e Industriais S.A., solicitando garantias contra a turbação e/ou esbulho possessório, que julgavam iminentes, dada a ação da Companhia, cujo sócio majoritário era Lucio Thomé Feteira.

¹⁰² A propósito, ver Oliveira, 1955:214.

¹⁰³ As irmãs Dilce e Cenira tiveram suas casas postas abaixo por injunção da Companhia, em episódios marcados pela violência, amplamente divulgados pelos jornais.
¹⁰⁴ Cf. fl. 5 do *mandado proibitório* de 10 de maio de 1979. Os fatos em causa foram confirmados pelo perito do Juízo, na fl. 26 do seu relatório de 25/5/1980.
¹⁰⁵ *Contestação* fl. 3. (10/8/1979).

Dos impetrantes, 18 têm o sobrenome *Marins*, 8 assinam da *Costa*, 2 *Marques*, os demais: *Correia* (1), *Baptista* (1), *da Rocha* (1), *da Rosa* (1), *dos Anjos* (2), *Cordeiro* (1), *do Amparo* (1) e *Gonçalves* (1). Os dois *Marques* são, na verdade, *Marins*, descendentes de Maneco Tomás, por seu filho Erotides (“Joca”). *Correia* é *Marins* por parte de mãe, sendo filho de “Lilinha”. *Cordeiro* é casada com um *Marins*, primogênito de Juca Tomás com “Antonica”. *Baptista* é nome de casada de uma *Marins*, neta de “Antonica”, através de seu filho Prelidiano (“Mucinho”). Os *da Costa* são ligados aos *Marins* por laços de afinidade, em vários casos.

O sobrenome *do Amparo* é de Altina, casada com João Pedro da Costa. Suas filhas “Nêga” e “Lioca” contraíram matrimônio com dois *Marins*: “Nêga” com “Mucinho”, filho de Juca Tomás e “Antonica”; e “Lioca” com “Baque”, filho de Simplício e Inês, que era prima de Simplício e filha de Saturnino, o qual era, por sua vez, irmão de Tomás Velho. A outra filha de Saturnino – “Jona” (Ângela) – era casada com “Sarico” (Agrípio Luis da Costa), filho de Manuel Luís da Costa e Arminda, sendo esta irmã de Juca Tomás, uma *Marins*, portanto.

O da Rocha pertence a Oscarino, filho de Norávia, irmã de Lúcio, sendo, pois, filha de Juca Tomás com “Fininha”. Oscarino, entretanto, é casado com Dilma, que é irmã de “Píu” (o *caput* da ação judicial), e, também, de “Tuguesa” (Dilce), mulher de “Cóia”, o qual era filho de Hilário e “Quéssa”; de Cenira;¹⁰³ de Ari; de Damião, casado com Lídia, filha de “Beco” (*Correia*), e neta de “Lilina”; e de “Gracinha”, casada com Francisco (*Gonçalves*) – um “nordestino”.

Esses 37 alegam sua condição de pescadores ou famílias de pescadores, ameaçadas “na tranquilidade da sua posse, exercida *animus domini*, há muitos anos” pelo projeto de urbanização da Cidade de São Bento da Lagoa:

A ameaça se concretiza pela colocação de tratores na derrubada de elevações próximas, abertura de caminhos entre as casas ali construídas, em evidente tentativa de esbulhá-los de sua posse.¹⁰⁴

O arrazoado qualifica as ações da Seai de “arroubos megalômanos”, acusando-a de, com a expulsão intentada, impossibilitar o exercício profissional dos impetrantes.

A *Contestação* da impetrada afirma poder documentar sua propriedade, “mediante títulos que, sem solução de continuidade, vão até o século XVII, ainda ao tempo de D. João VI (*sic*)”.¹⁰⁵ Quanto aos habitantes, alega ter-se

ocupado dos aspectos sociais e humanos dos “verdadeiros pescadores que trabalhavam em Zacarias”, oferecendo-lhes 46 casas (“construídas com todos os requisitos”) com títulos de propriedade (“inteiramente de graça”), na “Vila dos Pescadores”.¹⁰⁶ Ao mesmo tempo, afirma uma distinção entre “antigos arrendatários ou moradores” e pessoas que considera *intrusas* na propriedade, preocupadas com impedir a “legítima urbanização” da área, em prejuízo não só dos interesses da Seai, “mas de todo o Município de Maricá”.¹⁰⁷

Quanto à posse invocada pelos Autores da ação, desqualifica-a, em termos contudentes:

São alegações desacompanhadas de um simples documento [...] proclamam-se os Autores possuidores de lotes de terra. Que lotes? Que medidas? Que confrontações? Tudo vago como o infinito.

Aludem a uma entidade imaginária que intitulam “Colônia de Pesca Artesanal da Praia de Zacarias”. Qual a sua personalidade jurídica? Dir-se-ia um disco voador querendo Interdito Proibitório para aterrissar em terreno particular e alheio.¹⁰⁸

Outro argumento de peso invoca, em apoio do que chama “a posse consciente e responsável sobre toda área da Fazenda [de São Bento da Lagoa]”, o fato de ter a *Companhia* investido, “sem interrupção”, “vultosíssimos capitais” em obras voltadas para o *saneamento*, o *urbanismo* e o *progresso* da região.¹⁰⁹

Finalmente, apela-se para o próprio projeto da Cidade de São Bento da Lagoa, bem como para a legitimidade de seu principal mentor, avalista da excelência dessa

grande obra que dará ao Município de Maricá o privilégio de um recanto primoroso, talvez uma *Miami em miniatura*, concebido pela exímia arquiteta – urbanista Maria Elisa Costa sob a supervisão do professor Lúcio Costa. [Grifo nosso]¹¹⁰

Os laudos periciais que representam, respectivamente, o Juízo e a Ré, parecem coincidir neste ponto, tanto quanto nos demais. De acordo com a perspectiva de seus autores, ambos engenheiros,¹¹¹ a situação que se configura é a seguinte:

- os pescadores não possuem quaisquer títulos capazes de lhes assegurar seja a posse, seja a propriedade dos seus terrenos;

¹⁰⁶ 34 pescadores, com as respectivas famílias, ter-se-iam mudado para lá, segundo a *Contestação*.

¹⁰⁷ Cf. fl. 5, da *Contestação*.

¹⁰⁸ Cf. fls. 2 e 3 da *Contestação*.

¹⁰⁹ São estas as categorias explícitas utilizadas na *Contestação*. (fl. 4).

¹¹⁰ Cf. fl. 4 da *Contestação* (grifo nosso).

¹¹¹ Sérgio Antonio Abunahman (CREA n° 1445-D/RJ) e Adolfo Almeida de Aguiar (Crea n° 4022-D/RJ). Os laudos são datados de 25/5/1980 e 3/6/1980.

¹¹² A perícia estabelece que a área em questão, Zacarias, não pertence à Seai, mas ao seu sócio majoritário.

¹¹³ Cf. laudo do perito da Ré, na fl. 3.

- não podem sequer reivindicar as benfeitorias, feitas sem autorização do legítimo proprietário Lucio Thomé Feteira;¹¹²
- o projeto da Cidade de São Bento da Lagoa abrange a área de Zacarias, e sua execução implica, necessariamente, a retirada dos imóveis;
- as “rústicas casas” deveriam ceder lugar a um hotel de luxo, fruto do espírito de empreendimento de “um homem com muita fé, humano e corajoso”, que se dispusera a investir em “região tão adversa”;
- os moradores dessas casas só teriam a ganhar com isso, obtendo, de uma só vez, lotes urbanizados, casas de alvenaria, escritura quitada e luz elétrica, tudo que não tinham e deveriam, em sã consciência, prezar. E a uma distância de 500 metros dali.

Diante disso, a “persistência de não quererem mudar-se para melhor situação como legítimos proprietários de suas casas e terras” não pode parecer aos olhos do perito senão o capricho de alguns, tanto mais irracional quando contrastado com a atitude dos sensatos:

É bem verdade que muitos aceitaram e hoje vivem felizes [na Vila dos Pescadores], no entanto outros, ou por equívoco, ou porque se acham enganados, estão impedindo o progresso e a melhoria das condições de vida dos seus filhos, dando-lhes outras opções de trabalho.¹¹³

Esta última parte do argumento é, talvez, a mais insidiosa. Acusa de retrógrados todos aqueles que não aceitam deslocar-se para as *casas novas*. Ao mesmo tempo, pretende caracterizá-los como insolidários para com sua própria descendência, comprometendo, desse modo, o futuro de seus sucessores. Finalmente, semeia a cizânia, jogando os contemporâneos uns contra os outros. Sua maior arma, neste sentido, é o *progresso* como *télos* abrangente e inquestionável, encarnado, para todos os efeitos, pela *cidade* e por tudo que com ela se relaciona, tal como estabelecera o Plano Diretor dessa futura “Miami” fluminense.

Reivindica, pois, o próprio viés racionalista inerente ao planejamento urbano, segundo os cânones do modernismo. E nisso está em perfeita sintonia com sua época, marcada pela conjuntura do autoritarismo modernizador, em

que o saber tecnocrático aparecia associado às convicções desenvolvimentistas, cujos olhos se voltavam para o primeiro mundo, com os pés firmemente plantados num regime progressista ditatorial.¹¹⁴

Tudo o que se opõe a essas convicções adquire, *ipso facto*, o caráter de insensatez. Com efeito, como pode alguém se opor à melhoria das condições de vida, preferindo permanecer na estagnação e no subdesenvolvimento?!

4.1 *Provocação e aliciamento: um pasquim*

Na época do processo judicial, começou a circular, entre os moradores do povoado, um pasquim.¹¹⁵ O texto provocava indignação. Era tido como prova irrefutável da conspiração contra o povoado. “Néia”, o rapsodo local, encarregou-se de fazê-lo chegar às mãos do etnógrafo.

“Zacarias Subdesenvolvida”:

I

Hoje vamos falar em verso
Deste lugar tão atrasado
Vocês têm que parar e pensar
Neste lugar abandonado.

II

Se não fosse esta questão
Vocês não estariam pescando
Pescaria seria esporte
Vocês estariam trabalhando.

III

Pescadores coitadinhos
Não podem nem se aposentar
Trabalham até morrer
Sem poder descansar.

¹¹⁴ Ver, a propósito, Vogel & Mello, 1983 e 1983a.

¹¹⁵ A propósito dessa forma de expressão popular, grandemente difundida em nosso litoral, consultar o estudo pioneiro de uma autêntica “sociologia da comunicação”, realizado em 1947 no litoral paulista por Gioconda Mussolini (1950).

IV

Eu conheço muitos velhinhos
Que não podem mais trabalhar
Se tivessem o INPS
Já podiam se aposentar.

V

Não vão atrás do FUNRURAL
Porque vocês nem chegarão a ver
Só se aposenta com 70 anos
Se aposenta para morrer.

VI

Pra que tanta questão
Se a coisa vai melhorar
Vindo esta linda cidade
Temos em que trabalhar.

VII

Concordem com a companhia
Que tudo vai mudar
Zacarias será cidade
E vocês terão onde trabalhar.

VIII

Melhorarão pros seus filhos
Que terão em que trabalhar
Pagarão o INPS
E poderão se aposentar.

IX

Eu não estou brincando
Estou falando a verdade
Será para o bem de todos
Esta nova cidade.

X

O canalzinho vai ser feito
Começará na valinha
Entrará navios da Petrobrás
Logo, dará para suas canoinhas.

XI

As casas serão normais
Não parecerão com as Casas Sendas
Os terrenos serão pequenos
Não serão uma fazenda.

XII

A Zacarias está cercada
Parece sítios à venda
O medo do TRATOR
Fez de Zacarias uma fazenda.

* * *

As 12 quadras do panfleto compõem uma espécie de *evocatio*. Constituem, por assim dizer, a voz da Cidade de São Bento da Lagoa, através da qual esta profere o seu discurso aliciador.

Começa caracterizando Zacarias como um lugar atrasado e abandonado. Em seguida, define o processo judicial como um obstáculo ao advento de uma vida melhor – “senão fosse esta questão...”. Opõe o trabalho urbano à pescaria, propondo a redução da última à condição de esporte. Desse modo, propala o ideal das profissões cidadinas, cujo complemento é o lazer, do qual, por sua vez, a pesca constitui uma forma estereotipada.

Às ocupações urbanas associam-se os benefícios da previdência social, sobretudo a aposentadoria. O INPS surge como algo superior diante do Funrural, que só garante aos seus associados uma jubilação *in articulo mortis*.

Se, no entanto, uma “linda cidade” viesse a substituir a aldeia rústica, às margens da lagoa, haveria oportunidades de trabalho com os direitos inerentes a elas. Bastaria pôr-se de acordo com a Companhia para que tudo melhorasse, não só no presente, graças ao INPS, mas também para as gerações vindouras.

- ¹¹⁶ Cf. Canetti, 1983:21-22.
¹¹⁷ Para a compreensão desse tipo de procedimento, veja-se Dumézil, 1985.
¹¹⁸ Cf. Canetti, 1983: 21-22.

A urbanização apresenta-se como bem de todos. E, o que a torna ainda mais atraente é que, sem prejuízo algum, os pescadores obterão, além de casas novas, normais, dentro do padrão urbano, o *canal* prometido, para restabelecer um acesso fácil à lagoa.

Como estavam as coisas, isto é, com o processo em curso e a “guerra” contra a Cidade, o povoado permaneceria em estado de sítio, atemorizado diante do Trator, como se não passasse de um estabelecimento rural, isolado do mundo exterior e refratário às suas benéficas inovações.

O aspecto crucial desse pasquim, entretanto, residia, justamente, na sua intenção. Suas insinuações, promessas e propostas visavam minar a coesão da comunidade sitiada, somando, ao assédio do exterior, o ataque *de dentro*, sempre mais perigoso, por atingir o grupo no seu sentimento de solidariedade e significância. Dirigia-se ao “pequeno traidor” que, segundo Canetti, habita todo indivíduo pertencente a uma determinada massa.¹¹⁶

Quanto a este, o documento apócrifo acena-lhe com uma inserção significativa e desejável na nova ordem urbana. Procura convencê-lo da irracionalidade dos que teimam em não aceitá-la. Instiga-o contra seus confrades, cuja renitência o impede de gozar os benefícios de uma nova condição, expondo-o, ao mesmo tempo, aos incômodos do conflito, em particular, ao medo. Oferece-lhe, portanto, bons motivos para denunciar suas antigas lealdades, que surgem como grilhões a retê-lo no passado, sem emprego, sem escritura, sem luz, sem aposentadoria. Em uma palavra: sem futuro.

“Zacarias subdesenvolvida” tinha, neste sentido, o propósito de alimentar uma cisão no campo dos significados, opiniões, valores e crenças comuns aos pescadores do povoado. Sua missão era incentivar o abandono da ordem consuetudinária e o conseqüente ingresso na ordem legal, com os seus corolários – a carteira de trabalho; a casa própria; os serviços urbanos; o amparo estatal, na doença e na velhice; as condições sanitárias adequadas à civilização; em suma, um lugar digno, nos quadros do progresso nacional.

Assim, o documento pode ser caracterizado, sem impropriedade, como uma *evocação*, pois trata de suscitar a ação do inimigo intramuros, atraindo-o para fora, para a causa do conquistador, com o compromisso da generosidade dos deuses deste.¹¹⁷

Como em geral, nesses casos, também na Zacarias muita gente “deu ouvidos às tentações do inimigo”.¹¹⁸ Deixando-se subornar por suas dádivas e promessas,

“Moçoquinho”, “Cornélio” e Antonio Costa foram exemplos dessa figura do “pequeno traidor”, pois não só concordaram em trocar suas casas (antigas) por outras (novas), da Companhia, como ainda passaram a trabalhar para esta.¹¹⁹

Do ponto de vista da Cidade de São Bento da Lagoa, são apenas homens razoáveis que souberam, no devido tempo, curvar-se a argumentos judiciosos. São, além disso, aliados importantes, em virtude das suas raízes no povoado, o que tende a sugerir o caráter objetivo, não passional e consciente da sua escolha.

Os que se tinham decidido pela *luta*, entretanto, viram-na como apostasia, atribuindo-lhe algo de “imoral”, na medida em que contrariava a “sua convicção clara e transparente”.¹²⁰ Para eles, os três personagens eram, pois, execráveis. Tinham renegado os próprios vínculos que conferiam plausibilidade às reivindicações dos *irredutíveis*.

Por isso, encarniçavam-se contra eles, mais do que contra aqueles que se tinham simplesmente rendido aos assaltos de um adversário demasiado poderoso. Havia mesmo uma certa condescendência para com estes últimos, como que reconhecendo a fatalidade de sua defecção. Eram vistos como gente de poucos recursos, sequer capazes de conservar as próprias casas.¹²¹ Muito menos de conseguir coisa melhor do que o oferecido pela Companhia. Os moradores do Boqueirão, por exemplo, eram credores dessa circunstância atenuante. E o mesmo valia para os confrades da própria Zacarias que não tinham conseguido resistir às pressões. Eram *vencidos*, uma situação sem dúvida desconfortável, mas não ignóbil como a dos que se tinham *vendido*, sobretudo aqueles que eram dos Marins, seja por nascimento, seja por matrimônio.

“Moçoquinho”, “Cornélio” e Antonio Costa são figuras ilustrativas dessa situação. Os dois primeiros eram filhos de Juca Tomás, com “Fininha” e “Antonica”, respectivamente. O último era *de fora*, mas tinha-se casado com uma moça do lugar – “Julita”, irmã uterina de “Moçoquinho”; mas também irmã de “Cornélio”, por parte de pai.

Desse ponto de vista, a “traição” dos três é ainda menos compreensível e perdoável. Serve, ao contrário, para ilustrar e enfatizar o caráter abjeto do seu comportamento.¹²² Noutra perspectiva, entretanto, este só faz corroborar o que de resto já se esperava desses personagens.

De “Moçoquinho”, caixeiro do pai na *casa grande*, dizem que tinha fama de “rapinar”, desde aquela época. Em Zacarias, teve armazém e canoas de pesca. Vários irmãos e primos trabalhavam para ele, que parece ter sido um patrão

¹¹⁹ “Moçoquinho” chegou mesmo a representá-la, guardando em seu poder as chaves das casas da “Vila dos Pescadores”.

¹²⁰ Cf. Canetti, 1983: 21-22.

¹²¹ Argumento invocado por “Mucinho” para justificar a atitude de seu irmão “Cornélio”.

¹²² A abjeção é atribuída, de modo geral, pelos que “lutaram” aos que “se venderam”.

¹²³ “Trabalhei 16 anos na pescaria de Moçoquinho! Ah, entreguem! Ah, pomba! Não me dava nada!” (Henrique, 23/2/1987).

¹²⁴ Cf. Perito do Juízo: “Casa de Carlinda Maria do Amparo”. Esta casa não pertence à Açã. É a casa mais antiga da área, com mais de 100 anos segundo declarações prestadas ao perito. É feita de taipa, telhas francesas, piso cimentado, caiação azul interna e branca externa. Sala, dois quartos, varanda interna, cozinha. Não tem banheiro. Terreno cercado. Área: 54,94 m². (fl.15).

implacável, a despeito dos laços de parentesco.¹²³ O próprio “Moçoquinho”, no entanto, não tinha jamais pescado. Quando chegou a hora, testemunhou a favor da Companhia.

Valdelino José de Marins, aliás, “Cornélio”, tampouco se dedicava à pesca. Conhecia bem as madeiras e a técnica construtiva. Sua vida familiar era um desastre, como sugere, maliciosamente, seu apelido. Bebia muito e tinha um comportamento considerado inconveniente. Também ele testemunhou contra seus confrades, embora fosse, como eles, autor do *mandato proibitório*.

Antonio Costa tinha vindo para Zacarias como marido de Abigail, a professora contratada por Juca Tomás. Acabou, no entanto, por deixá-la, passando a viver com a *caçulê* de “Fininha” – Julieta (“Julita”). Nem por isso deixou de testemunhar em benefício da Companhia, demolindo, como “Cornélio” e “Moçoquinho”, a própria casa para morar na “Vila dos Pescadores”.

Mais do que em seu aspecto numérico, essas *traições* tiveram um peso moral. Afetaram não só a densidade do grupo, mas abalaram, ainda, os sentimentos deste, no que se refere à sua experiência da solidariedade dos homens e do sentido dos valores, nos quais se apoiava seu modo de vida.

Cabe, então, perguntar-se quais as razões invocadas para *lutar*, não só contra os argumentos da Companhia, mas contra a tentação da modernidade urbana. Razões tão estranhas, diante desse valor inquestionável, que parecem, à razão jurídica e técnica, como que emanadas da tripulação alienígena de “um disco voador”!

4.2 A razão dos irredutíveis

Quando examinamos os argumentos que se opõem às pretensões de Lúcio Thomé Feteira e seus prepostos, vemos que são de natureza peculiar. Com efeito, o que invocam os habitantes de Zacarias em favor da legitimidade da sua presença e permanência no local?

O primeiro argumento, imediato, sempre que o problema é levantado, são as *casas antigas*. São elas que lhes permitem demonstrar uma posse mansa, continuada e convicta – *animus domini* ou *uti domini* – do lugar, ancorando-os no tempo e no espaço. A idade das construções, atestada pelos próprios peritos para algumas delas,¹²⁴ fornece um fundamento palpável aos direitos reivindicados.

Em segundo lugar, a exegese nativa invoca a consciência de sua boa-fé¹²⁵ na posse em questão, graças à memória que têm das pretéritas relações com a Fazenda de São Bento.

Esta fazenda remontava, em suas origens, à sesmaria concedida pelo Governo Rodrigo de Miranda Henriques aos beneditinos, em 31 de outubro de 1635. Desde então, não fizera mais que crescer, sendo, já no final do século XVIII, uma das maiores da região, embora o relatório de Miguel Antunes Ferreira ao Marquês do Lavradio (1778) omita sua existência, em virtude, talvez, das rixas entre aquele senhor de engenho e os frades.¹²⁶

Meio século depois vamos encontrá-la a caminho do apogeu sob a administração de frei João de S. José Paiva, ou frei João Carapeba, como se tornou conhecido. Na segunda metade do século XIX, tem participação destacada na grandeza rural de Maricá, que chegou a contar “quatro boas dezenas de fazendas”,¹²⁷ a maioria de café.¹²⁸

Durante sua época áurea, a Fazenda de São Bento possuía capela; engenho; senzalas, habitadas por algumas dezenas de escravos;¹²⁹ roças e pastagens. Contava, além disso, com algumas boas vivendas e, em seus currais, arrebanhava cerca de nove mil cabeças de gado. Seus hortos de aclimação eram famosos, incluindo canela, cravo-da-índia, pimenta-do-reino e da Jamaica, noz moscada, baunilha, chá e sene, além de outras essências preciosas, exóticas e nacionais.¹³⁰

A vida parece ter sido farta, durante todo esse período no grande estabelecimento rural, que compreendia 1.750 alqueires geométricos, os quais, incluindo brejos e lagoas, abrangiam toda a faixa litorânea de Maricá, do Alto Moirão, em Itaipuaçu, até Ponta Negra, antiga Mariatiba, ao longo de uma extensão de 36 quilômetros de praia.¹³¹

Habitavam-no centenas de agregados e foreiros, muitos deles sitiantes tradicionais (“que à mesma Fazenda pagavam seus arrendamentos”);¹³² outros comerciantes, de armazém montado; outros, ainda, pescadores, no mar ou na lagoa.

Com a morte de frei João, começou a decadência. A responsabilidade desta pode, em alguma medida, ser imputada à inépcia dos administradores que lhe sucederam. O fator principal, no entanto, foi antes a crise da agricultura fluminense, motivada, sobretudo, pela abolição da escravatura, cujos efeitos a Proclamação da República tratou de agravar.

¹²⁵ *Bona fides est illaesa conscientia putantis rem suam esse.* (A boa-fé é a convicção sincera de quem crê que uma coisa lhe pertence). Cf. Fabreguettes, 1914:237.

¹²⁶ Cf. Figueiredo, 1952:41. O relatório faz referência, apenas, à existência de cinco engenhos reais.

¹²⁷ Figueiredo, *idem*:47.

¹²⁸ Havia ainda 13 engenhos de açúcar e aguardente.

¹²⁹ Cf. Figueiredo, 1952:62. Em 1833 já trabalhavam na fazenda 41 escravos.

¹³⁰ Cf. Figueiredo, *idem*:63.

¹³¹ Cf. Figueiredo, *idem*:62.

¹³² Figueiredo, *idem, ibidem*.

¹³³ O *formal de partilha* está datado de 27/4/1936, quatro meses antes da morte de Juca Tomás, portanto.

¹³⁴ As informações sobre a cadeia sucessória constam da escritura de compra e venda da Fazenda de São Bento lavrada no cartório de São Gonçalo em 8/11/1943.

Antes disso, porém, a Fazenda passou para Dona Jordina Maria da Conceição, que obteve o *domínio útil* desta, em 1881, por aforamento, da Abadia de Nossa Senhora de Mont’ Serrat do Rio de Janeiro.

Em 1903, esse *domínio* foi adquirido pelo coronel Joaquim Mariano Álvares de Castro Junior e Izabel França Álvarez de Castro, sua mulher. Estes lograram transformar o *domínio útil* em *domínio pleno*, poucos anos depois, em 27 de setembro de 1909. Com isso, os Álvares de Castro, que já possuíam a Fazenda do Flamengo e a Fazenda do Rio Fundo, tornaram-se os maiores proprietários de terras em Maricá.

Esse quinhão veio ter às mãos de seu herdeiro, o doutor Joaquim Mariano de Azevedo e Castro, pelo *formal de partilha dos bens paternos*, em 1936, ou seja, mais ou menos na mesma época em que Juca Tomás falecia, na casa grande de Guaratiba.¹³³

Pouco tempo mais permaneceu a Fazenda de São Bento da Lagoa em poder desse herdeiro da aristocracia rural fluminense. Em 18 de novembro de 1943, era vendida à Companhia Vidreira do Brasil (Covibra), estabelecida no município de São Gonçalo. Entre seus representantes na transação, como sócio majoritário, encontramos, finalmente, Lúcio Thomé Feteira, a quem, pouco depois, caberia a Fazenda como parte da massa falida dessa empresa, que durante esses anos extraíra, dos antigos domínios do Mosteiro de São Bento, madeira para seus altos-fornos.¹³⁴

De todos os elos dessa sucessão, há registro na memória dos pescadores da Praia da Zacarias. As reminiscências da relação com a Fazenda recuam ao tempo dos beneditinos, tempo de muitas histórias, entre as quais destacamos a que se segue, apoiada em narrativas ouvidas de vários moradores antigos do lugar.

Os mais velhos contavam isso. Quando queriam fazer uma casa, para um filho, ou uma filha, que estivessem casando, eles iam lá na Fazenda, em três ou quatro. Botavam roupa de domingo. Iam de chapéu, embaixo do sol forte, pela subida do caminho-das-tropas, esse que sai ali da Ponta do Capim. Cada um levava o seu bastão; para ajudar na caminhada. Às vezes, era preciso espantar algum bicho ou matar uma cobra. Na Fazenda, os padres vinham perguntar – “Por que vocês vêm com esses paus?” Aí o pessoal explicava. Os padres, então, mandavam entrar, mas sem o bordão! Diziam para deixar encostado na parede, do lado de fora. Depois, davam o descanso; comida, água... coisa assim. Queriam saber como iam as coisas. A conversa adiantava.

No fim, o pessoal chegava e perguntava se podia fazer uma casinha para o filho, ou a filha morar. Eles, então, falavam que podia, mas que tinha que dar alguma coisa que fosse, um almoço de peixe cada tanto. O pessoal prometia dar. Então voltava para cá mas ficava indo lá, levar a pescaria do sábado, para os padres. Era só isso a obrigação dos pescadores. Juca Tomás, já não! Como tinha comércio, pagava algum dinheiro aos padres; igual a todo mundo que tinha venda na terra deles.

Com Jordina continuou a mesma coisa. De primeiro ela morava lá com o padre. Depois ficou tudo para ela, no mesmo sistema. Ela foi amigada com o Castro, parece, depois da morte do padre. E foi ela que passou a Fazenda para ele, mais tarde. No tempo do Castro, o pessoal continuava indo lá pedir licença para fazer as suas casas. Ele deixava, mas dizia sempre que tinha que dar alguma coisa para ele, porque ele pagava os impostos por aquilo tudo. O pessoal, então, concordava. Não pagavam com dinheiro, que ninguém tinha, quase nunca, mas levavam peixe. E assim foi indo...

Contam que certa vez o filho do Castro, o Joaquinzinho, veio pela restinga e não pôde passar, porque encontrou o pique para a abertura das águas. Genoíno, que era da Barra, então, atravessou ele de canoa. Do outro lado, o Joaquinzinho perguntou: “Quanto é o seu trabalho?” O Genoíno respondeu: “Seu Joaquim, o meu trabalho não custa nada. É meu dever; dever nosso, atravessar.” O filho do Castro ficou satisfeito, falou: “Pois de hoje em diante, se precisar de alguma coisa é só mandar dizer lá na Fazenda.”

Tempos depois, um tal de Hilário-padeiro, morador da Barra, procurou Genoíno, porque queria fazer uma casa. Genoíno, então, escreveu uma mensagem e disse a Hilário: “Vai lá no Convento e entrega essa carta, mas espera a resposta e me traz ela.” Hilário fez tudo conforme o combinado e trouxe mensagem de volta. Genoíno leu e falou que ele podia fazer a casa...

Por volta de 1939, a Vidreira começou a andar por aqui.¹³⁵ Depois o Joaquinzinho veio e disse que ia vender para eles, mas que não tinha problema. Ele falou que a gente podia ficar, porque a Companhia só tinha interesse em cortar lenha para a fábrica dela. Isso já era na época da guerra. Depois o Feteira apareceu com a companheira dele, a cavalo... E disse que era o novo dono. Mais adiante veio uma turma – o Queiroga, português, capataz da Companhia; Nilton, empregado do Feteira; o doutor Francisco, advogado

¹³⁵ Em 1942, chegou a correr um arrendamento da Fazenda a Joaquim Martins (“português, solteiro, maior, industrial”), que cedeu os seus direitos à *Covibra*, por ocasião da venda efetuada em 1943.

¹³⁶ Depoimento de Preliidiano José de Marins (“Mucinho”) e Alcebiades José de Marins (“Ginho”), em 19/9/1992 e 2/10/1992, respectivamente. (G/N).
¹³⁷ Declareuil, 1928:201.
¹³⁸ Girard, 1901:263.
¹³⁹ Cf. Girard, 1901:263-264.
¹⁴⁰ Cf. Girard, *idem*: 264.
¹⁴¹ *Affectio, animus possedendi, ou animus* (simplesmente). Cf. Declareuil, 1928: 203.
¹⁴² Ver, a propósito, Declareuil, *idem, ibidem*.
¹⁴³ Ver, a propósito, Declareuil, *idem, ibidem*.

deles; o presidente da Colônia [de pescadores], Francisco Sabino; e o “Chico” Nogueira, que era fiscal da prefeitura.

Eles pararam na casa de comércio de “Moçozinho”. Falaram com ele. Disseram que ninguém precisava ter medo. Só iam abrir uma estrada, acompanhando o combro da lagoa, sem mexer com os pescadores. Henrique, “Inácio”, Domingos e Evaristo estavam lá e ouviram a conversa. Mas, depois, veio o trator com o Queiroga na frente, comandando o traçado. Aí começaram os problemas ...¹³⁶

4.3 O animus domini: excursus *sobre a teoria da posse*

Quando a natureza e as características da propriedade foram claramente definidas, adverte-se que o uso constante da coisa e as vantagens que dele resultam se encontram frequentemente separadas do título: então as legislações duplicam sua teoria da propriedade reforçando-a com outra sobre a posse.¹³⁷

O acordo sobre essa teoria, tal como se encontra nos juristas, determina que se deve chamar *posse* ao “exercício de um direito manifestado por atos materiais, por sinais exteriores”.¹³⁸ Os “sinais exteriores”, aos quais se alude, por sua vez, envolvem um fato material – o *corpus* –, e um elemento intencional, “que nos habituamos a chamar o *animus domini*”, sendo este, ou “a intenção de se comportar como proprietário”, ou, apenas, “a intenção de possuir” o *corpus*, a coisa corpórea suscetível de propriedade.¹³⁹

Se a existência do elemento material é prescindível para configurar a posse, o *animus*, quer como atitude, quer como intenção, determina a natureza desta. Surge, pois, como fato gerador de consequências jurídicas,¹⁴⁰ na medida em que confere um grau à relação com a coisa possuída, tornando-a, com isso, mais ou menos profunda,¹⁴¹ e permitindo que daí sejam extraídas as correspondentes implicações para o direito (*ius possessiones*).

Além disso, há, na maioria das vezes, uma relação estreita entre esse *animus* e a *causa da posse*, ou seja, com a origem desta, com o modo pelo qual teve começo. Este é sempre considerado um indício seguro, pois, *nemo causam possessionis sibi mutare potest*, isto é, ninguém pode mudar deliberadamente a causa de sua posse.¹⁴² Portanto, essa *causa*, uma vez conhecida, permitirá dizer da boa ou má-fé do possuidor, determinando, desse modo, os principais efeitos da posse que este exerce sobre a coisa em questão.¹⁴³

De resto, a importância concedida às manifestações do *animus* na jurisprudência era enorme.¹⁴⁴ Tão grande que não se era obrigado a prová-lo, cabendo ao adversário demonstrar que ele ou não existia, ou era diferente do alegado. Sua perda importava, pois, tanto quanto a do *corpus*, na perda pura e simples da posse.¹⁴⁵

Não é, pois, de se admirar que, no centro de todas as disputas travadas em torno da posse de um bem, esteja sempre o *animus domini* afirmado ou negado. É em torno da existência e qualidade da *intenção* que se travam as batalhas judiciais, quando o uso constante da coisa e o seu título se encontram nas mãos de atores diferentes, com projetos distintos para essa mesma coisa.¹⁴⁶

4.3.1 A “Questão”

Dos primeiros embates jurídicos ocorridos entre os pescadores e a Companhia, já na década de 1950, ao processo de 1979, o que está em jogo são as casas e terrenos localizados numa “área secular e legitimamente possuída pela família Marins” e “pleitada pela Companhia Vidreira do Brasil”.¹⁴⁷

Afirmam os pescadores, em todas essas ocasiões, a posse antiga, mansa, continuada e de boa-fé dos imóveis por eles ocupados na Praia de Zacarias. Apoiados no *factum possessionis*, reivindicam o direito por ele gerado e solicitam a proteção deste pelos *interdicta* que resguardam o possuidor, “na sua exclusiva qualidade de possuidor”.¹⁴⁸

A Companhia pretende reduzir tudo a um mero conjunto de alegações, arguindo o fato de virem “desacompanhadas de um simples documento” e em nome de “uma entidade imaginária”, à qual faltaria personalidade jurídica.¹⁴⁹

A tais “alegações” pretende opor a propriedade e posse da área “mediante títulos”, numa cadeia sucessória ininterrupta, desde os tempos coloniais! Invoca, ainda, os investimentos em obras públicas, a conservação da terra, da flora e da fauna, o reflorestamento com eucaliptos, além de outras benfeitorias (v.g. a ponte sobre o Canal da Costa) para provar o exercício de uma “posse consciente e responsável sobre *toda* a área da Fazenda”.¹⁵⁰

A argumentação dos peritos vai pelo mesmo caminho, destacando, também, a “ausência de títulos competentes” e referindo-se aos capitais investidos. Não se admira, pois, que seus laudos concluam desfavoravelmente aos pescadores. Surpreende, no entanto, a ironia de se pronunciarem, ambos, tomando o ponto

¹⁴⁴ Jurisconsultos como Niebuhr, Savigny (1870), Von Ihering (1882), entre outros, ocuparam-se do assunto, às vezes de forma polêmica.

¹⁴⁵ Cf. Declareuil, 1928:201-203.

¹⁴⁶ O *Direito das Coisas*, de Lafayette Rodrigues Pereira, constituiu, para o Brasil, o marco de referência fundamental no campo do direito patrimonial (ou dos direitos reais). Pereira, 1977[1877].

¹⁴⁷ Cf. Resposta à *Contestação da Ré*, 03/09/1979. fl. 3.

¹⁴⁸ Girard, 1901:264.

¹⁴⁹ Cf. *Contestação da Ré*, 10/8/1979, fl. 2 e 3. Trata-se, no caso, da “Colônia de Pesca Artesanal da Praia de Zacarias”

¹⁵⁰ Cf. *Contestação da Ré*, 10/8/1979, fl. 3 e 4 (G/N).

¹⁵¹ O advogado era o doutor Oswaldo Lima Rodrigues. Atuou por quase 12 anos contra as pretensões de Lúcio Thomé Feteira, na Zacarias. (G/N).

¹⁵² Saint-Hilaire, 1974:169. (G/N).

¹⁵³ Cf. Lamego, 1974:226.

de vista de uma entidade, esta sim, destituída de existência real – a Cidade de São Bento da Lagoa, à qual atribuem o condão de proporcionar, como fatora do progresso, uma vida melhor não só aos moradores do povoado, mas a todos os habitantes do município.

Desde o início, os pescadores não tiveram como subestimar a dificuldade de sua posição. O advogado que procuraram para representá-los em juízo disse-lhes algo que não puderam esquecer, em momento algum, e que, talvez por isso, repetissem a todo instante – “Aceito a causa de vocês, mas vamos ter que lutar, e vai ser *a luta do tostão contra o milhão*”.¹⁵¹

Perceberam, com efeito, ter contra si não só a Companhia e os que se tinham *vendido*, mas ainda o Executivo e o Legislativo Municipal; o juiz, o delegado e até a Polícia Militar. Todos pareciam ter-se conjurado contra eles, no comum esforço de desqualificar a sua posse.

Uma tal investida, porém, era tanto mais de temer-se, quanto vinha apoiada numa bateria de lugares-comuns, que, engendrados a partir das opiniões de viajantes-naturalistas, tinham encontrado seu caminho para dentro de um recorte significativo do pensamento social brasileiro, após os anos 1930, sobretudo.

Saint-Hilaire manifestara, em sua *Viagem pelo Distrito Federal dos diamantes e litoral do Brasil*, uma opinião sobre os povoadores da faixa litorânea fluminense. Opinião destinada a fazer escola:

[...] os que povoaram as costas estéreis de Cabo Frio não podiam ser senão desertores ou criminosos banidos da pátria, e que não tinham coragem para ir além do primeiro asilo que se lhes apresentasse na rota.¹⁵²

Lamego, nosso geólogo-geógrafo, acolheu esse argumento, canonizando-o na dissertação “Muxungo e Mocorongo”, para reforçá-lo e ampliá-lo em obras posteriores. Do seu ponto de vista, os *muxungos* são trãnsfugas que “atolaram”, capturados por uma paisagem avassaladora e pelo exercício fácil de uma ocupação incapaz de sustentar “formas superiores de sociabilidade”.¹⁵³

No início da década de 1950, um membro notável do Diretório Municipal de Geografia de Maricá, Eduardo Rodrigues de Figueiredo, retomava, referindo-se aos foreiros existentes no município, estereótipos análogos:

São colonos, os sitiantes propriamente ditos, sem o domínio útil que lhes possa garantir a eficiência do trabalho. Aliás, são eles que se colocam nessa posição

tão pouco estável,¹⁵⁴ posto que são amantes da aventura. Não procuram o futuro da prole, nem a segurança do seu destino. Só diligenciam gozar a vida a seu jeito, devido à falta de educação social e econômica [...].¹⁵⁵

Desse modo, acolhem-se as teorias de Alberto Torres sobre a “plebe rural”, formada por esses “itinerantes de *saco e botija*”, provenientes do “transborde das senzalas”, fugitivos da servidão.¹⁵⁶

Tais caracterizações, no entanto, constituem, se as observarmos com atenção, argumentos para desqualificar a *posse*, na medida em que estigmatizam o seu elemento *intencional*. Ao defini-los como trânsfugas da sociedade; ao afirmar que *não migraram* para o lugar em que se encontram, mas que nele *encalharam*, o que se sustenta, na verdade, é que os sitiantes (lavradores ou pescadores) não estão ali por ânimo de permanecer, mas por *des-ânimo* de progredir. A causa de sua posse fica, assim, diminuída, com inevitáveis reflexos para sua legitimidade.

E como se não bastasse, encontram-se, por toda parte, inclusive no processo judicial de 1979, alusões aos aspectos desfavoráveis da paisagem, representada como adversa, inóspita, estéril e insalubre, retornando-se, pois, constantemente, à imagem do *deserto*.

Ao desqualificar a paisagem da restinga, entretanto, o que se faz é pôr em dúvida que alguém possa ter a intenção (*animus*) de ali se fixar. Considera-se, ao invés, que lhe falte energia, vontade e disposição (*animus*) para seguir adiante. Desse modo, o ato de se estabelecer nesse lugar perde seu caráter de *escolha*. E, não sendo fruto do exercício de uma liberdade, a relação de pertinência entre o homem e o lugar adquire o aspecto fortuito e ambíguo das associações espúrias, promovidas pelo *constrangimento*. Mas que reivindicações legítimas poderiam fundar-se na coerção, fosse ela social, ou ambiental, ou, como neste caso, uma combinação de ambas? Não seriam demasiado mesquinhos a causa, a intenção e o próprio objeto da posse para sustentar a posição dos que invocavam esse direito, ainda mais quando o seu exercício implicaria num obstáculo ao progresso? E tudo isso *sem títulos*, sem documentação escriturária, não constituiria verdadeiramente uma causa indefensável?

Contra esse tipo de objeção, no entanto, que recursos mobilizam os pescadores de Zacarias? Em primeiro lugar, alinham o testemunho das *casas antigas*, capaz de estabelecer a persistência da sua posse, dando-lhe uma profundidade temporal, a qual nem os peritos técnicos, cuja inclinação desfavorável ficou óbvia, puderam furtrar-se.

¹⁵⁴ No texto, a palavra que aparece é “ins-tável”, numa evidente falta de sentido. “Estável” parece, pois, ser a expressão correta no contexto da frase.

¹⁵⁵ Figueiredo, 1952:76.

¹⁵⁶ Cf. Figueiredo, 1952:76; e Alberto Torres *apud* Figueiredo, *idem*, *ibidem*.

¹⁵⁷ De acordo com a narrativa, os beneditinos asseguravam-se de não estar sendo coagidos ao atendimento dos solicitantes. A referência ao bordão que ficava do lado de fora ilustra isso.

¹⁵⁸ “Narrar” vem do latim *narrare* (“contar”), análogo ao latim *gnārus* (“sabedor”, “familiarizado com”, “versado em”), ambos derivados do radical indo-europeu *gnā* (“saber”), donde a vasta família de palavras que derivam do latim *cognoscere*, incluindo a própria “cognição”, “nome” e “pro-nome” e do grego *gignóskein*, onde *gnósis*, e o particípio passado do inglês antigo *gecnawan* onde o inglês moderno *know*. (Turner, 1980:167).

¹⁵⁹ Turner, 1980:167.

¹⁶⁰ *Forma dat esse rei* – Nos atos a forma dá vida aos atos. (Cf. Fabreguettes, 1914:235).
¹⁶¹ Mauss, 1972:149.

Um segundo argumento é sustentado por aquelas que se poderiam chamar *narrativas vindicatórias*. A começar pela *saga* de Juca Tomás e, mais especificamente, pelos relatos referentes ao “tempo dos padres”, e pelo encontro de Genoíno com “Joaquinzinho”, acrescido de suas consequências. Essas histórias são *formas* através das quais se afirma a origem da posse e o seu *animus*. Graças a elas pode ajuizar-se da mansidão,¹⁵⁷ continuidade e boa-fé da mesma. São, pois, documentos falados, *narrados*, em que importa considerar o termo na sua derivação etimológica.¹⁵⁸ Nesse sentido, “a narrativa é, ao que parece, sobretudo um termo apropriado para a atividade reflexiva que busca ‘conhecer’ (até mesmo no seu aspecto ritual, ter *gnósis* sobre) eventos antecedentes e o significado desses eventos”.¹⁵⁹

Com tais narrativas tem-se, portanto, ainda que latente ou incipiente, um modo de cristalizar a memória da relação com a Fazenda de São Bento. Os episódios relatados por elas surgem aí como verdadeiros *atos jurídicos*, com base nos quais tal relação se formaliza. Aos olhos de uma compreensão mais profunda do direito, a ausência de documentos escritos não os desqualifica como tais, pois, em todos esses casos, registra-se o caráter solene do engajamento da vontade, num acordo livre entre partes que se reconhecem mutuamente.¹⁶⁰

Uma delas solicita à outra que esta lhe conceda talhar para si um objeto de uso e domínio, isto é, um *corpus* sobre o qual exercerá posse, *animus* ou *uti domini*. Esta última aceita a primeira como contraparte, na medida em que concorda em receber o pedido, pronunciando-se a respeito e estabelecendo as responsabilidades às quais ficará sujeita a relação.

O que as histórias relatam não são, nessa perspectiva, episódios idiossincrásicos, mas *procedimentos* que, ou resultam do uso, ou têm como efeito estabelecê-lo. Que não se tenham mantido protocolos escritos desses encontros e de suas resoluções, pouco importa,

[...] pois nem tudo pode ser expresso, donde a enorme superioridade dos direitos consuetudinários sobre os direitos escritos; os casos estabelecem precedente. Ora, a noção de precedente e costume é fundamental em direito.¹⁶¹

Por esse motivo, recorda Marcel Mauss, dificilmente poderão o direito consuetudinário e o direito escrito opor-se, em toda linha – “em todos os direitos existe sempre um direito consuetudinário”, acrescenta, referindo-se à

impossibilidade de que “uma simples ficção”, da qual se pretenda derivar todos os direitos, possa abolir tudo o que o costume engendrou e lhe preexiste.¹⁶²

A própria formalização escriturária que, ao longo do tempo, estabelece a Fazenda de São Bento, aliás, constitui um excelente exemplo do que se está discutindo. Ao passar por *escritura*, das mãos dos *padres* para as de Jordina; desta para os Álvares de Castro; e, finalmente, da propriedade (!) destes para a da Covibra (leia-se – Lúcio Thomé Feteira), foram sempre ressalvadas as servidões, locações, casas e benfeitorias de “terceiros”.¹⁶³

Com suas histórias, os pescadores da Zacarias não fazem mais do que fundamentar a pretensão de serem incluídos no rol desses *terceiros*, para fazer jus à proteção e amparo dos direitos destes, que veem como seus. De resto, cabe observar que boa parte de tais direitos carecia, igualmente, de fundamentação escriturária. Os próprios beneditinos, aliás, não possuíam documentação incontroversa sobre a totalidade da Fazenda, como bem prova a acirrada disputa que mantiveram, em 1811, com *terceiros*, por eles qualificados de *intrusos*, a respeito de terras incorporadas sem outro título além de alegadas, mas não comprovadas, operações de compra e venda de sesmarias.¹⁶⁴

Nesse contexto, a *questão* que os pescadores de Zacarias abriram contra Lúcio Thomé Feteira adquire pleno significado. Basta seguir as indicações de Mauss para alcançar esse entendimento.

No *Manual de Etnografia*, em que os alunos compilaram as lições do mestre, encontra-se a seguinte afirmativa:

[...] o que define um grupo de homens não é nem a sua religião, nem as suas técnicas, nem nada que não seja o seu direito.¹⁶⁵

Em que momento, porém, o direito define os homens, senão quando se torna consciente? E quando se torna consciente, no sentido mais preciso do termo, a não ser por ocasião de um qualquer desafio à sua vigência e compreensão? Vale dizer, pois, que é na *disputa* que se conhecem os objetos e as regras, isto é, no preciso momento em que se trata de compor partes litigantes em torno de algum objeto.

No *drama* social cria-se aguda consciência, não só de um direito, de uma justa pretensão, violada (ou em via de sê-lo), mas também do direito, quer dizer, do mecanismo de composição do conflito, com suas estratégias possíveis, dentro de um quadro de normas.

¹⁶² Cf. Mauss, 1972:150.

¹⁶³ Cf. Escritura de Compra e Venda entre a Companhia Vidreira do Brasil (Covibra) e o Doutor Joaquim Mariano de Azevedo e Castro, fl. 1, 4, 6 e 7. São Gonçalo, RJ, 18/11/1943.

¹⁶⁴ Sobre a confusa e controversa titularidade de diversas partes da Fazenda, pode-se consultar Figueiredo, 1953:66-67.

¹⁶⁵ Mauss, 1972:147.

- ¹⁶⁶ Mauss, 1972:151.
¹⁶⁷ Mauss, 1972:148.
¹⁶⁸ Mauss, 1972:148.

A luta do tostão contra o milhão é um desses casos em que pretensões discrepantes esgrimem razões divergentes, polarizando o campo argumentativo. A Companhia invoca as formas escriturárias contra os pescadores, que se reportam a atos ou a ritos verbais, atribuindo-lhes um horizonte jurídico. A *ordem legal* contende com a *ordem* costumeira, obrigada, nesse momento, a recordar-se de si mesma, através de objetos ancestrais e narrativas do “tempo antigo”.

Mais uma vez revela-se apropriada a percepção de Mauss, quando observa: “O costume apresenta sempre um caráter um pouco difuso: não toma conhecimento de si próprio senão a propósito de casos precisos”.¹⁶⁶

A antropologia social inglesa soube tirar de uma compreensão análoga, que lhe veio de Gluckman, seu “jurista”, todo o proveito. Com base nela elaborou o *extended-case method*, marca registrada de Manchester, e que alcançou, nos trabalhos de Victor Turner sobre os dramas sociais, uma de suas mais notáveis e bem-sucedidas expressões.

Por isso, convém assinalar, ainda, outra convergência da perspectiva de Mauss com a “escola inglesa”, na medida em que chama a atenção para o “caráter de intimidade e comunidade profundamente sentido”¹⁶⁷ do direito. Análogo é o ponto de vista dos ingleses, desde Radcliffe-Brown e Max Gluckman. Eles também não separam a *lógica* da disputa judicial em torno de regras que se pretendem quebradas, do *sentimento*, que, necessariamente, acompanha contendas. Sustentam mesmo, com Turner, que é no contexto dramático de sua atualização que essas *regras* haurem sua potência afetiva, sem a qual normas e procedimentos não passariam de valores e ritualismos vazios, incapazes de suscitar a adesão da comunidade.

Não é, pois, despropositado o privilégio concedido pelo observador, que parte desse ponto de vista, aos dispositivos consuetudinários ou jurídicos de composição dos conflitos. Essa convicção poderia, uma vez mais, ser apontada no próprio Mauss, quando afirma que “o fenômeno de direito é o fenômeno específico de uma sociedade”.¹⁶⁸

Se é certo que o direito define a comunidade, não será menos certo admitir que a comunidade se define no momento em que reivindica seu direito. Pode ser que, em tais circunstâncias, seja não só compreensível como necessário inventar-lhe um nome – Colônia de Pesca Artesanal da Praia de Zacarias, por exemplo.

Trata-se, com efeito, de uma “entidade imaginária”. Não, como quer o advogado da Ré, porque lhe falte personalidade jurídica, mas, no sentido positivo, porque através dela o grupo se imagina e reconhece como tal. Também a Cidade de São Bento da Lagoa é, neste sentido, imaginária, apesar de sua existência no plano do direito escrito, pois, o que faz, senão juntar no mesmo significante toda uma série de interesses comuns, do saneamento, da urbanização, do capital, do poder local e do valor que sobrepassa a todos – o progresso?

Quanto à validade dos atos narrados pelos pescadores, o próprio direito aconselha, prudencialmente, em um de seus adágios, que *In stipulationibus id tempus spectatur quo contrahimus*, querendo com isso dizer que “para decidir da validade de uma convenção, preciso é transportar-se ao tempo em que ela foi contratada”.¹⁶⁹

As etiquetas coligidas pelas *narrativas vindicatórias* exigem exatamente esse olhar retrospectivo, para que se possa avaliar seu peso e consequência. O fato de serem enunciados verbais não lhes diminui a pertinência em face da forma escriturária dos títulos lavrados em cartório. Nisso não fazem mais do que reproduzir uma característica da norma costumeira, pois esta, embora funcione com perfeita consciência, ressent-se, em geral, de uma “formulação relativamente imperfeita, porque não foi procurada intencionalmente”.¹⁷⁰

Diante disso, não há como desconhecer o fato de pertencerem tais narrativas, propriamente, ao dispositivo mais amplo de uma memória cultural. São formas de recordação, muitas delas organizadas em torno de pontos fixos, constituídos com base em certas datas. A escolha das últimas dá estabilidade ao horizonte temporal dessa memória, permitindo a reconstrução do passado, sem deslocá-lo.

Que se trata de *formas* está fora de dúvida, em que pese a singeleza da elaboração. Existem meios, gêneros e portadores dessa memória formalizada. Os especialistas, encarregados de gerá-la e preservá-la, por menor que seja a institucionalização do seu papel, trazem-na diante da comunidade, explicitando o elenco dos temas relevantes propostos à consciência e reflexividade coletivas.

Com isso, no entanto, essas *formas* contribuem de modo decisivo para circunscrever aqueles aos quais se referem e que são, ao mesmo tempo, os que as contam e os que as ouvem contar. Como pedra angular da memória cultural de Zacarias, ajudam a singularizar o povoado, dando-lhe, entre os demais, sua

¹⁶⁹ Fabreguettes, 1914:235.
¹⁷⁰ Mauss, 1972:151.

¹⁷¹ Ver, a propósito desse aspecto da tradição oral, Vansina, 1973:154 e 156.

¹⁷² Henrique, 3/8/1978.

¹⁷³ Trata-se do doutor Francisco de Oliveira (OAB-730), e de seu assistente, o doutor Alcy Demillecamps (OAB-921), que assim se pronunciaram na fl. 3 da Contestação datada de 10/8/1979.

¹⁷⁴ Contestação da Ré, fl. 3.

identidade inconfundível, estabelecendo, pois, o seu ponto de vista original dentro do sistema.

Os grandes *tropos* dessa *ars narrandi*, que o drama social suscita e mobiliza, não são muitos, e todos bastante bem delineados. As narrativas da história local giram, de um modo ou outro, em torno da *genealogia* (casa/família), do *lugar* (restinga/lagoa) e da *luta* (“do tostão contra o milhão”).

O relevante no tratamento desses temas não é a referência histórica, nem suas eventuais intenções didáticas ou estéticas, ou mesmo seu caráter de registro de uma existência pessoal, mas o seu propósito comum de estabelecer e defender direitos. Direitos esses que acabam por identificar-se com os de uma família que, dessa maneira, reivindica e protege seu patrimônio e privilégio na Zacarias.¹⁷¹

Não são, entretanto, meras peças de convicção intelectual, mas dispositivos de recordação, em que a lembrança do *fato* é evocada em associação com o *sentimento*, que assume, por vezes, a tonalidade da mais profunda e ressentida revolta.

Revolta contra a Companhia, em primeiro lugar; identificada de imediato com Lúcio Thomé Feteira; de pronto associado, por sua vez, com sua condição de estrangeiro. Encerrando uma de suas muitas diatribes, a propósito do tema, Henrique resumia sua indignação, exclamando: “*Brasileiro, filho da terra, que vem morando [aqui] pelo princípio do mundo! Com tanta raia de terra por aí*”.¹⁷²

A acusação de estrangeiro, implícita nessas palavras, é significativa, sobretudo quando contraposta ao argumento invocado, um ano depois, pelo advogado da Companhia, que qualifica os pescadores, também implicitamente, de *alienígenas*, ao comparar as suas pretensões de posse às de “um disco voador”.¹⁷³

Como segundo alvo do sentimento de revolta dos atores da *questão*, e de todos que estão por trás deles, estavam, e continuam a estar, “os que se venderam”. Não é difícil compreender o porquê. Quem aceitava as condições de Feteira era réu de dupla apostasia. Primeiro, por se desfazer de um *corpus*, sobre o qual não lhe cabiam direitos exclusivos (as *casas antigas*); em segundo lugar, por abrir mão do elemento intencional que fundamentava não só a sua posse, mas, por implicação, a dos demais.

As conseqüências desse ato não podiam ser subestimadas, como logo se comprovou. Graças a ele a Companhia pôde, para efeitos de argumentação, distinguir “antigos arrendatários ou moradores, pescadores profissionais”,¹⁷⁴ daqueles que, segundo ela, pretendiam, “sem qualquer título, intrusar a

propriedade e impedir-lhe a legítima urbanização”.¹⁷⁵ Desse modo, passava a pesar sobre os últimos a suspeição de um *animus nocendi*, disposição de prejudicar outrem, argumento que, uma vez acolhido, poderia lançar dúvidas sobre a legítima continuidade de sua posse, caracterizando seu exercício como um abuso.

O decorrer do tempo não arrefeceu as paixões desencadeadas pela *questão*. Permitiu, no entanto, que os direitos fossem reiterados sob novas formas; algumas delas no contexto de grandes ritos calendários. Assim, em 1983, o bloco carnavalesco dos moradores da Zacarias foi para a rua com um samba cuja letra e música eram da lavra de “Nizinho” (Napoleão José de Marins), filho de “Inácio” (Máximo José de Marins), neto de Saturnino, e, portanto, sobrinho-neto de Juca Tomás:

¹⁷⁵ Cf. *idem, ibidem*.

Nosso lugar

I

Na Praia da Zacarias,
Onde meu avô veio morar,
Foi aqui que eu nasci,
Foi aqui que eu me criei,
E é aqui que eu vou ficar.

II

Veio uns moços lá de fora
Querendo a terra tomar
Foi assim que reunimos
E começamos a brigar.

III

Briga um tostão contra um milhão
Como é que podemos ganhar
A mentira se acabou
A verdade é que chegou
E nós ficamos no lugar.

4.3.2 Os umbigos enterrados

Com essa modinha de carnaval, Zacarias fez-se representar durante a folia de 1983 não só na Vila, mas também em vários dos povoados vizinhos. Poder-se-ia concebê-la como uma resposta ao pasquim “Zacarias Subdesenvolvida”, na qual o ponto de vista dos moradores se explicita com clareza e concisão. Talvez, por isso, tenha esse ar de simplicidade. E, no entanto, por detrás da forma singela, a interpretação encontrará, certamente, uma trama densa e sofisticada de motivos, em virtude dos quais os habitantes da Praia da Zacarias creem fundado o seu direito de nela permanecerem.

A primeira estrofe reivindica para os moradores de Zacarias a condição de *nativos*, derivando-a da escolha ancestral, do nascimento propriamente dito e do fato de aí terem sido socializados. É a conjunção dos três, no entanto, que faz da Praia de Zacarias o “nosso lugar”. Ficam, desse modo, definidos os requisitos mediante os quais alguém pode incluir-se nesse *nós* e, assim, pretender a continuidade na posse do lugar.

Na segunda estrofe, os *nativos* se contrapõem aos *estrangeiros* (“moços lá de fora”), cuja ameaça de tomar-lhes a terra reconhecem como o móvel de sua união, graças à qual se dispuseram a lutar pela conservação de seu patrimônio.

A terceira estrofe parte de um paradoxo – como pode o tostão vencer o milhão – para, em seguida, declarar o fim da “mentira” e a vitória da “verdade”. Mas, de que mentira e de que verdade se trata aqui?

A “mentira” consiste em qualificá-los de intrusos, assimilando-os, por metáfora, a *seres alienígenas*, nascidos alhures, filhos de outro lugar. A “verdade” é, manifestamente, o contrário. E isto provam não só as *casas antigas*, mas também a consciência de uma relação visceral, cuja expressão simbólica está vinculada ao nascimento de cada um. Os zacarieiros não afirmam, apenas, que nasceram em Zacarias, mas, ainda, que tem seus *umbigos enterrados* ali, junto de suas casas. Reivindicam, pois, uma relação de substância com o seu território. Ao enterrar os umbigos dos recém-nascidos, não se limitam a repetir uma superstição, mas enunciam, por intermédio de um rito, a convicção de pertencer e a disposição de continuar pertencendo a um torrão natal comum.

Além disso, no entanto, a “verdade” dos zacarieiros repousa, ainda, na memória que conservam do *tempo antigo*. Graças a ela, surgem aos próprios olhos como os legítimos moradores da gleba em questão. Veem-se, nessa

perspectiva, como aqueles que foram, desde sempre (“pelo princípio do mundo”), os sitiantes e colonos da restinga.

Convém, pois, voltar à relação da Praia de Zacarias com a Fazenda de São Bento. Ao requerer o direito de se estabelecerem nesse lugar, os que o pleitearam fizeram-no enquanto *pescadores*, segundo a conveniência de seu ofício. E nessa qualidade é que se lhes concedeu a posse, segundo as conveniências da Fazenda, numa convenção de interesses, como era comum existirem nas grandes propriedades rurais.¹⁷⁶

Verdade é, pois, sua condição de pescadores. Esta constitui mesmo a razão que conduz à causa da posse. E isso não é de somenos importância, porque toda *causa* no sentido jurídico tem origem na motivação dos contratantes, a qual, por sua vez, é sempre sociológica.¹⁷⁷ A escolha de Zacarias não pode, portanto, ser considerada sem que se leve em conta o fato de ter sido *feita por pescadores e concedida* a pescadores. Sua localização às margens da lagoa não é da ordem das contingências fortuitas. É, ao contrário, um nexos motivado, fruto da associação significativa entre *casa e trabalho*; entre *família e pescaria*; uma polaridade complementar em torno da qual gravita todo um modo de vida.

A ideia de *lugar* é uma recorrência insistente. Todo o discurso social desencadeado pelo *drama* de Zacarias está eivado dessa palavra, que é, ademais, comum na linguagem ordinária. E por ser um termo familiar, talvez não se lhe dê a devida importância.

As informações etnográficas precedentes, entretanto, facilmente nos convencem da densidade semântica do vocábulo. Apoiados nessas múltiplas indicações, vemos que é possível apreender a Praia de Zacarias como um *lugar*, no sentido forte da expressão. *Lugar* que não é, apenas, a circunscrição geodésica do povoado, sua extensão territorial *stricto sensu*, mas, como o entende Susanne Langer: “uma coisa criada, um domínio étnico tornado visível, tangível, sensível”.¹⁷⁸

Uma visão análoga encontra-se na conceituação de Michel de Certeau, embora com palavras trocadas, pois, para ele, o termo *lugar* refere-se, apenas, à “ordem (seja ela qual for) segundo a qual elementos são distribuídos de acordo com relações de coexistência”. As virtudes da “coisa criada” estão, para ele, no *espaço*, enquanto “feito produzido pelas operações que o orientam, circunstanciam, temporalizam e levam a funcionar como unidade polivalente de programas conflitantes ou de proximidades contratuais”.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Não há como compreender esses contratos sem levar em conta o tempo que lhes deu origem, quer dizer, as formas de articulação entre os diversos direitos relativos à posse e uso da terra, vigentes no empreendimento colonial português.

¹⁷⁷ Sobre as razões ou motivos da *causa* dos contratos, consultar, p.ex.; Girard, 1901:451 (notas 1 e 2).

¹⁷⁸ Langer, 1980:100.

¹⁷⁹ Certeau, 1980:208.

¹⁸⁰ *Colo* (is, ui, cultum, ere). Cf. Magne, 1961:124.

¹⁸¹ Cretella Júnior & Cintra, G. V., 1950:207. O *Dicionário Oxford* registra: 1) *to live in, inhabit, to have ones habitations, live*; 2) *to live, dwell in*; 3) *to till, cultivate, farm (land), to grow, cultivate (fruit, crops), to keep, breed (animals) etc.* 4) *to look after*

Melhor, no entanto, será ater-se à categoria nativa – *lugar* –, compreendendo-a não apenas como a designação de um recorte topográfico, mas como a expressão de uma topologia, que, em conexão com os sentimentos, adquire feições de *topofilia* – *lugar* praticado, *lugar* estimado.

Desse ponto de vista, a Praia de Zacarias é um *lugar*, justamente porque tem sua própria orientação, circunstância e temporalidade. Graças aos seus programas de ação, fundados na ordem consuetudinária, não só tem características peculiares (orientação e circunstância), mas contém o *tempo*, seja na qualidade do tempo histórico (das *casas antigas* e do quadro genealógico das gerações), seja sob a forma do tempo sociológico da existência quotidiana – os trabalhos e os dias dos seus habitantes.

Vimos, no entanto, que estes são *pescadores*. E assim está dado o programa axial do seu modo de apropriação do entorno, recortando-o de acordo com determinadas zonas de relevância. Estas incluem: o *mar*, a *costeira*, a *restinga*, o *brejo*, a *beirada* e, para além desta, a *lagoa*.

O sistema, como um todo, porém, encontra-se orientado para esta última. A existência do povoado não se dá simplesmente às margens do Lago Grande. Zacarias vive, não só *junto à lagoa*, mas *da lagoa*. Por isso, pode-se dizer que os pescadores não estão *perto* dela, mas que *são com* ela, e que, separados dela, deixariam de ser o que são.

Esse fato se atesta, de modo inequívoco, na “Zacarias Subdesenvolvida”, quando se propõe que os moradores do povoado passem a *viver da cidade* (de São Bento), reduzindo a lagoa (*v.g.* a pesca) a mero passatempo. Com isso, entretanto, subestimam-se, gravemente, os vínculos em virtude dos quais o povoado logrou persistir, até hoje, contra todas as adversidades. Talvez porque a categoria *morador* também não tenha sido tomada em sua acepção mais abrangente e profunda.

A etimologia, entretanto, permite restituir à noção sua riqueza semântica original. O verbo latino é *colo*.¹⁸⁰ Significa habitar (morar), cultivar, honrar, tratar (cuidar de), proteger, defender e querer bem.¹⁸¹ São esses, portanto, os parâmetros que permitem reconhecer alguém como sendo *morador* de um determinado lugar. Ou, para dizê-lo com outra palavra ainda mais explícita, um *in-cola*, isto é, aquele

que mora num chão que lhe é próprio, e disso toma uma consciência abrangente, ali cultivando as presenças elementares que o sustentam na vida e o prolongam além dela – sua casa, sua gente, seus deuses.¹⁸²

¹⁸² Mourão, 1984:6.

Ora, em torno de “casa” e “gente” desencadeou-se todo o drama social que envolveu os moradores da Praia de Zacarias, a partir de meados dos anos 1970. Abdicar das *casas antigas* e mudar-se para as *casas novas* era moral e praticamente inaceitável. Na prática, porque inviabilizava a estratégia de reprodução do grupo doméstico, configurada nos *compounds*. Estes não podiam existir na “Vila dos Pescadores”, como demonstram inúmeras tentativas frustradas neste sentido. Do ponto de vista moral, porque equivalia a abrir mão de um *lugar* onde os Marins se tinham aquerenciado, considerando-o “bom para conviver”.

O que, no entanto, determinava esse convívio, atualizando uma possibilidade específica da articulação entre a *casa* e a *lagoa*, senão a identidade de pescador? Não era a continuidade desta que se propunha na transmissão patrimonial de Juca Tomás aos seu descendentes? Não estava ela configurada na concepção do patrimônio que recusa separar, de um lado a *casa*, do outro a *pescaria* (canoas, redes e remos)?

O pescador é *ín-cola* não só porque tem uma vivenda à beira da lagoa, mas porque se dedica ao cultivo desta última, reunindo, na sua condição, o *habito* ao *diligo*; a moradia ao cuidado, à estima, ao bem querer, a uma afinidade eletiva, enfim.

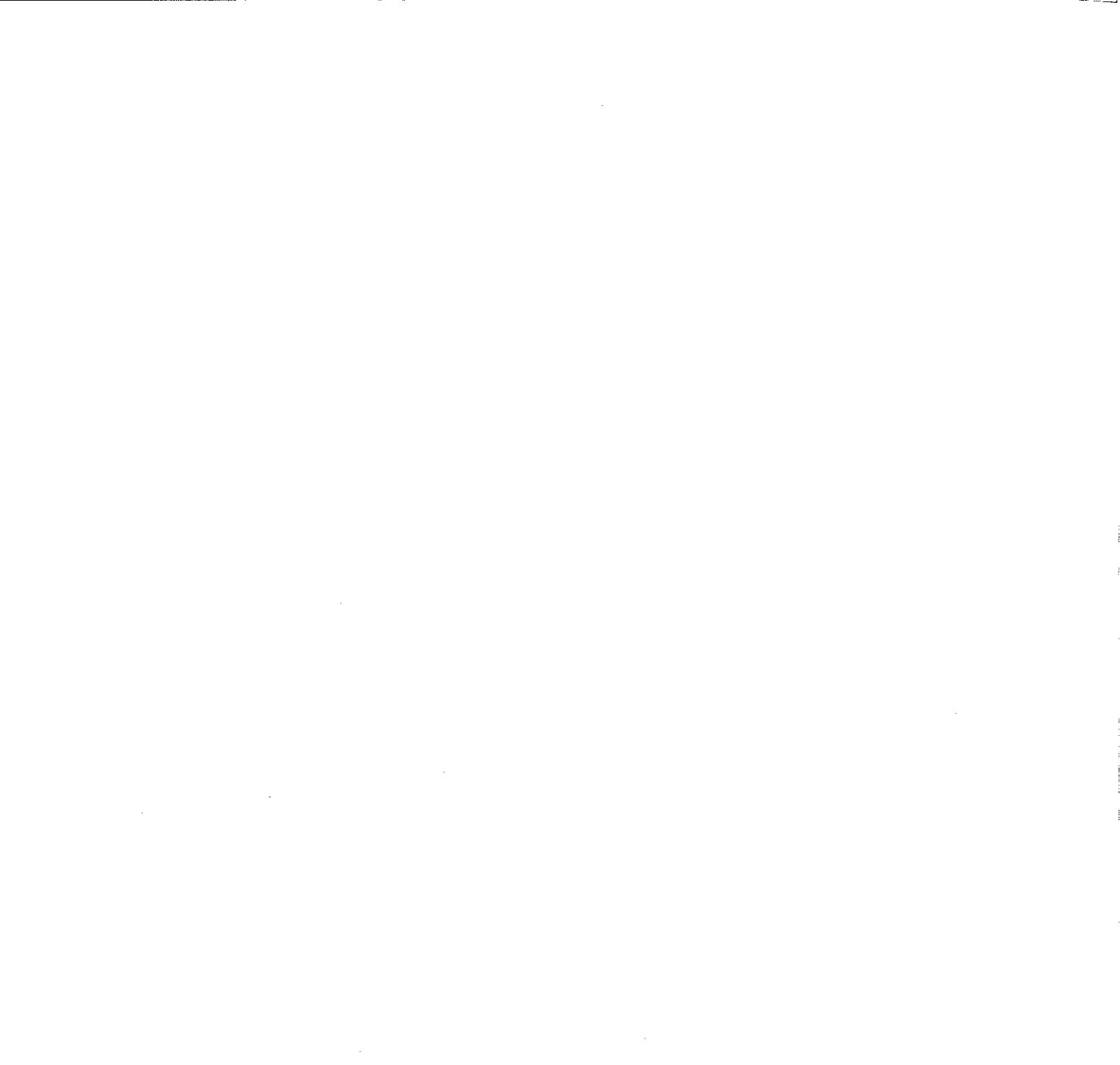
No *habito e diligo* desses pescadores, entretanto, está a *razão dos irredutíveis*, o seu *logos*, por assim dizer. Razão através da qual se revelaram muito menos imprevidentes, desapegados, individualistas, isolados e rústicos do que supunha a vá filosofia do urbanismo progressista.

Também os arautos da cidade, o empresário, o arquiteto, o sanitarista, o administrador e o político, pretendiam oferecer a futuros moradores da restinga todo um modo de vida, com seu *habito e diligo*. Dele faziam parte, igualmente, a ambiência lacustre e a pesca. Só que *lagoa e pescaria* tinham, aí, outro valor. Eram *paisagem e lazer* (ócio). Dispositivos para o esquecimento dos trabalhos e dos dias, e, assim, marcas indeléveis desse outro emissário do reino urbano – o *veranista*.

Uma tal transformação, entretanto, seria o decreto de morte da identidade de pescador, que com o tempo subsistiria apenas, e de forma algo irônica, no

topônimo “Vila dos Pescadores”, habitada, esta sim, por trãnsfugas do antigo modo de vida.

Os Marins da Zacarias não estavam, pois, iludidos a respeito das dimensões e implicações do duplo infortúnio que os atingira em 1975. “A coisa tanto aberta pela terra, como aberta pelo mar”, diziam, referindo-se às demolições e à grande mortandade, que pareciam ter-se conjurado, no cerco ao assentamento.



6

A lavoura do pescador

A pesca no Lago Grande de Maricá

O homem a princípio não pensou em sua própria multiplicação de forma isolada das demais criaturas. Seu desejo de multiplicar-se estende-se a tudo que o cerca.

Elias Canetti

Descripsit sedes varie Natura profundi; Nec cunctos una voluit consistere pisces. [A Natureza variou o fundo das águas; E não quis que todos os peixes se mantivessem no mesmo lugar.]

Ovídio

1. Escassez e abundância: a sorte do pescador

Entre os municípios da baixada litorânea, Maricá é aquele cuja imagem se associa de forma mais explícita à pesca lagunar. Embora esta se pratique igualmente no Rio de Janeiro, Niterói, Saquarema, Araruama e Campos dos Goytacazes, em nenhum desses lugares alcançou a mesma reputação. Talvez porque não achasse neles rival à altura para a abundância e qualidade dos frutos de suas lagoas.

Em meados dos anos 1940, Alberto Ribeiro Lamego destacou, reiteradas vezes, a relevância ímpar da produção pesqueira na economia do município.¹ Assinalou o cultivo da cana-de-açúcar nos aluviões, ao pé das serras, mas afirmou a preeminência do peixe. Os números invocados para fundamentar seu juízo, são, com efeito, impressionantes:

Na Maricá, [*escreve, tecendo uma comparação com Saquarema, Araruama, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia*] embora com menor número de pescadores, os resultados impressionam pelo vulto que atingiram, visto que, nesse mesmo ano [1940] saíram da sua colônia de pesca para o Entrepósito nada menos que 3.415.650 quilos de pescado, correspondente a Cr\$ 1.931.312,00. Para se ter uma idéia desta produção, saiba que uma tal tonelagem representa mais de

¹ Lamego, 1945 e 1974 [1946].

um quarto do total de pescado recebido das 26 colônias de pesca fluminenses e cariocas”.²

Diante da evidência de que os 200 pescadores de Maricá produziam o equivalente a 1/3 do total das pescarias, na costa fluminense, as quais mobilizavam nada menos de 9.000 homens, exclama: “Foi a restinga que, aprisionando a laguna piscosa e criando um meio hostil e inadaptável à cultura, treinou esses gigantes do mar nas praias da Maricá”.³

A pujança da pescaria na região é atestada, também, por Figueiredo, que lhe acrescenta uma dimensão histórica, em confronto com a ruína das rendas agrícolas, no final do século passado. Com referência à Fazenda de São Bento, que parece ter partilhado o destino das demais grandes propriedades rurais do município, assinala a sua decadência, para destacar, em seguida, que a esta sobreviveram apenas as “atividades adstritas a seus numerosos sitiantes que exploravam a pesca, lavoura branca, o fabrico de esteiras e o carvão vegetal”.⁴

Desde os últimos anos do século XIX, o pescado fresco,⁵ exportado pela ferrovia ou pelos “pombeiros” da estrada do Baldeador, constituía a primeira renda do município, consolidando a fama deste como “zona eminentemente piscosa”.⁶ Renda e fama estas que não fizeram senão crescer, até 1952, quando se manifestaram os primeiros sinais de declínio.⁷

A pesquisa de campo realizada sob a orientação de Lejeune de Oliveira, no final da década de 1940, corrobora essas informações. O limnologista acrescenta-lhes, no entanto, uma dimensão comparativa de amplo espectro, quando insere os dados de Maricá numa escala mundial de produtividade das lagoas. E, nesse caso, as discrepâncias são ainda mais flagrantes. Maricá produzia 3.416 toneladas de pescado anuais, isto é, cerca de 10 toneladas por dia, precisamente 740 quilos de pescado (peixe + camarão) por hectare/ano.⁸ O contraste era enorme, levando-se em conta que, na Europa, a um lago de grande produção correspondiam pouco mais de 45 quilos por hectare/ano.⁹

Graças à sua longa permanência na região, Lejeune de Oliveira pôde aperceber-se da rápida mudança desse quadro, a partir de 1951. Tanto mais drástica aos seus olhos, quanto maior o contraste com a anterior fartura, que também pudera constatar *in loco*: quatro a cinco caminhões de camarão por dia (até cerca de 30 t), em 1951, contra nem um só, no ano seguinte. Em

² Lamego, 1945:46.

³ Lamego, 1974:58.

⁴ Figueiredo, 1952:63.

⁵ Até então só se exportava o peixe salgado, através dos portos de Guaxindiba (Itaboraí) e Praia Grande (São Domingos – Niterói).

⁶ No final dos anos 1970, o etnógrafo pôde ainda ver “pombeiros” a cavalo, em Itaboraí, tocando seus berrantes para anunciar a chegada do peixe (tainha e bagre-chora) vindo de Maricá. O termo “pombeiro”, do *kimbundo*, designava especificamente os vendedores de peixe ou aves, que percorriam, a cavalo, o sertão carioca e fluminense (Cf. Corrêa, 1936: 64).

⁷ Figueiredo, 1953:27.

⁸ Oliveira, 1955:185.

⁹ A informação é de Naumann (1931: 576), de acordo com o qual o produto de um “lago fraco” corresponde a menos de 15kg, a de um “lago médio” de 15-30kg, e a de um “lago bom”, de 30-45kg por hectare/ano.

¹⁰ A grande pesca (do camarão) já tinha desaparecido completamente de Maricá quando Lejeune e sua equipe publicaram os resultados da pesquisa. (Oliveira et alii; 1955:213).

¹¹ Cf. Oliveira, 1955:214.

¹² "BRASÃO DE ARMAS DE MARICÁ: sendo prefeito José Carlos de Castro Varella, por deliberação nº 290, de 2 de setembro de 1964, foi criado o Brasão de Armas de Maricá, assim constituído: escudo cortado ao meio em três quârtéis, sendo o primeiro em azul com uma cruz alta com três degraus; o segundo em vermelho com uma banda em prata, carregada de três estrelas azuis; o terceiro, em azul, com o contorno do município em prata, carregado de duas lagoas da primeira cor, acompanhado de um peixe em ouro, preto na ponta. Uma coroa de cinco torres em prata encima o conjunto. À direita e à esquerda, respectivamente, um feixe de folhas de bananeira e um galho de laranjeira frutado, tudo na sua cor. Listal de prata com os dizeres '1814 - Maricá - 1889'. No centro do brasão, uma coroa de prata compõe o conjunto." (Machado, 1977:139-140)

¹³ "Na língua grega é com as primeiras letras das palavras que formam a frase - *Jesus Cristo, filho de Deus, Salvador* - que se escreve 'peixe'. Iota - *ri [khi]* - *teta - upsilon* - *sigma*. 'Iktys'. O peixe ficara para sempre como símbolo do cristianismo". "De fato, ele representa papel importante na vida de Jesus e de seus Apóstolos, nas suas Maravilhas, nas Pescas Miraculosas, na multiplicação dos peixes nas redes daqueles humildes trabalhadores do Mar e quando da sua salvação nas águas agitadas no lago, com o barco açoutado por terrível tormenta[...]" (Villar, 1942: 14).

¹⁴ Ver Corbin, 1989.

1954, a decadência da pesca em Maricá parecia-lhe um fato incontestável, preocupando-o seriamente e levando-o a propor um conjunto de intervenções com vistas à restauração da passada prosperidade pesqueira. A solução proposta, no entanto, permaneceu no papel. E o declínio foi-se acentuando com o tempo.¹⁰ À escassez do peixe somaram-se as expulsões, o avanço dos loteamentos e, com ele, a destruição de grandes porções da restinga.¹¹

Em 1964, a contribuição do pescado para a receita municipal já era uma sombra do que fora em outros tempos. Nesse ano, o município adotou o seu atual escudo de armas. Nele figuram, entretanto, em posição destacada, as praias oceânicas, as lagoas... e um peixe!¹²

Mais do que as passadas glórias pesqueiras, esse conjunto representava um ícone paisagístico intentado, conscientemente ou não, para atrair turistas, pois o que se perdera com a arrecadação tributária sobre o pescado prometia recuperar-se com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) das casas de veraneio.

A trajetória simbólica do peixe não deixa de ser eloquente, quando se considera o seu significado na cosmologia cristã, na qual aparece em estreita associação com a pesca, com os pescadores e com a salvação. Esse lembrete seria, talvez, extemporâneo, não fosse o fato de se encontrar na abertura do *Manual do patrão de pesca*, organizado pelo cap. Frederico Villar, com a intenção de instruir e formar, técnica e moralmente, os pescadores, convertendo-os em reserva da Marinha nacional.¹³

Antes de pertencer ao maravilhamento moderno com a paisagem marinha, excitando o imaginário cidadão,¹⁴ que floresce em torno das residências de vilegiatura, o peixe ocupou um lugar central no maravilhoso cristão. Era o símbolo de uma vida nova. Esta, no entanto, nada tinha a ver com a fruição das paisagens terrenas, salvo se fossem capazes de evocar os desígnios de uma espécie de sobrenatureza, com seus mistérios e prodígios.

Para o turista, que busca o veraneio nas praias marítimas ou às margens da lagoa, o peixe fresco acrescenta o requinte do consumo de lazer, do qual fazem parte o panorama e a figura pitoresca do pescador. Também este, preza o "almoço de peixe". Sua visão da paisagem, no entanto, é diferente, pois nela vê a complexa articulação de plantas, animais e homens, que aprende a conhecer e da qual se vale, para viabilizar sua existência cotidiana. Essa *comunidade-de-vida* é, igualmente, o foco de interesse do limnologista, que lhe dá o nome

de biocenose.¹⁵ À diferença dele, no entanto, o pescador acredita num quarto parceiro, além dos homens, dos animais e das plantas. Reconhece a atuação do sobrenatural como um dado relevante na vida dessa grande *comunidade-de-seres*. Por isso, crê na abundância do peixe, não só como um fenômeno hidrobiológico, ou como resultado das práticas humanas, mas também como o resultado eventual da intervenção do numinoso. Em Maricá, de um modo geral, e, particularmente, na Zacarias, circulam inúmeras histórias a respeito. Através delas torna-se possível compreender melhor essa dialética da penúria e da fartura profundamente inscrita na sorte de seus pescadores.

1.1 O senhor das pescas

Maricá vangloria-se da sua relação com um dos mais prestigiosos vultos da história brasileira. Na *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, o jesuíta Simão de Vasconcelos narra os feitos praticados pelo evangelizador canarino, nas paragens do atual município. Os maricaenses fazem questão de recordá-las, pois, desse modo, o seu torrão pode compartilhar da imortalidade do Apóstolo do Brasil.

Conta Simão de Vasconcelos que, no Ano do Senhor de 1584, Anchieta viera a Maricá em companhia do Irmão Pedro Leitão e de alguns índios e domésticos do Colégio dos Jesuítas na aldeia de São Barnabé, em São Gonçalo. O grupo fora enviado para refazer a despensa de peixes do estabelecimento. Anchieta juntara-se a ele com o fito de cumprir um retiro espiritual e pregar o Evangelho entre os habitantes da região.

A pescaria foi, de início, malsucedida. Repetidos lanços permaneceram estéreis, embora se tentassem lugares diferentes. Frustrados todos os intentos, resolveram os companheiros apelar para o auxílio do padre José, do qual sabiam que tinha ascendência sobre os animais, como há pouco demonstrara o seu prodigioso encontro com as onças, durante o pernoite em Itaipuaçu.¹⁶

Este acedeu e se pôs a orientá-los, com tamanha felicidade que

[...] por traça e ajuda de José colheram os ministros da pesca tão grande quantidade de peixe, de diversas sortes, que pareceu a todos mais milagre que caso natural e foi de tal maneira que encheu as praias e, por mais que salgavam para conservá-lo muitos serventes, ficava parte dele inútil, sem que pudessem aproveitá-lo.¹⁷

¹⁵ Cf. Thienemann, 1956:15 ss., 21 ss., 35ss., 61ss. O autor reproduz o conceito estabelecido por Moebius, em 1886: "com *biocenose*, de *bios*, a vida, e *koinoein*, ter algo em comum, quer dizer comunidade-de-vida, designo a totalidade dos influxos do *habitat* (espaço de moradia), pelos quais são determinadas as características e o número de indivíduos de uma espécie que aí se desenvolveu. Definição abandonada pelo próprio Moebius em 1893". Thienemann mostra, ao invés, que a ciência moderna acolheu o conceito tal como expresso na etimologia: *bioceno*-se, termo criado por Moebius, como "socialização de organismos num determinado lugar do espaço vital" (Thienemann, 1956:36-37).

¹⁶ Ver, a propósito, Vasconcelos, 1943:73-74.

¹⁷ Cf. Vasconcelos, 1943 [1672]: L.4 Cap. XII, pág.74.

- ¹⁸ Cf. Sainte-Foy, 1878:149ss.
¹⁹ Vasconcelos, 1943 [1672]: L.4, Cap.XII, pág.74. (G/N).
²⁰ Cf. Vasconcelos, 1943 [1672]: L.4, Cap.XII.

A autoridade de Anchieta em matéria de pesca é registrada, também, por Sainte-Foy,¹⁸ tendo-a ele exercido em numerosas ocasiões, no Rio de Janeiro, na Bahia e no Espírito Santo. Enfim, onde quer que faltassem os peixes, o padre José era convocado, seja para abençoar a pescaria, seja para indicar aos pescadores melhor pesqueiro. Seu renome era imenso entre os índios, que não se cansavam de louvar sua arte “[...] porque ele lhes mostrava os postos, em que haviam de lançar as redes, e lhes dizia dantes a casta de peixe, que haviam de tomar, *como se os tivera em viveiro*”.¹⁹

Graças a esse dom que o tornava capaz de localizar os cardumes onde nem o mais experiente dos pescadores os suspeitara, o pe. Anchieta recebeu dos índios um cognome: “Senhor das Pescas”.²⁰

1.2 A pesca miraculosa

Prelidiano José de Marins, “Mucinho”, como é chamado na Zacarias, sabe, igualmente, a história de uma pescaria extraordinária.

O fato aconteceu a dois pescadores do povoado, em data que já vai longe, de modo que não há certeza sobre a identidade dos protagonistas.

Estavam a pescar no Lago Grande. Conquanto se aplicassem na técnica do ofício, sendo ambos experientes, nada conseguiam. Lanço após lanço, as redes voltavam vazias.

Na margem, um desconhecido observava os seus vãos esforços. Após um tempo, fez sinal aos companheiros para que se aproximassem, sendo por eles atendido. Disse-lhes, então, que fizessem o lanço da beirada para o meio, pois desse modo obteriam boa safra.

Como tal instrução fosse de todo contrária às regras da arte, resolveram não lhe dar ouvidos e continuaram a proceder como antes. Suas tentativas, no entanto, permaneceram infrutíferas. O desconhecido tornou, então, a acenar-lhes. Quando chegaram ao alcance da voz, ouviram-no dizer-lhes: “Por que vocês não fazem como eu disse? Façam o cerco da *beirada* para o *meio*. Vocês vão colher muito peixe”.

Como já não tivessem mais nada a perder, fizeram conforme lhes havia indicado. E qual não foi a surpresa, quando resolveram *cobrar* a rede, ao encontrá-la tão cheia de peixes que quase não os podiam colher!

Tiveram, então, um vislumbre. O desconhecido não podia ser pessoa comum. Como poderia ser comum o homem capaz de lhes proporcionar tamanha pescaria, em tão flagrante contradição com técnicas mais do que comprovadas? De súbito, ficaram convencidos da identidade sobrenatural do conselheiro misterioso e resolveram ir no seu enalço. Viram-no, entretanto, afastar-se, já bem distante, pela restinga, na direção de Ponta Negra.

Não tornaram a vê-lo depois disso. Tampouco puderam esquecer o magnífico *lanço* daquele dia. E quando nele pensavam, voltava-lhes sempre à memória a enigmática afirmativa do desconhecido: “Eu já fui um grande pescador dessa lagoa aqui”. Permaneceu firme na Zacarias, até os dias atuais, a crença de que outro não era esse desconhecido, senão o próprio São Pedro, pescador emérito e patrono do ofício.

* * *

Na Zacarias, como de resto em parte alguma, as intervenções do sobrenatural não assumem sempre um aspecto benéfico. Todo maravilhoso tem seu lado sombrio. E também este tem, de vez em quando, o condão de manifestar-se aos homens. E tais manifestações são igualmente espantosas, merecendo, pois, registro e recordação.

Dois casos acontecidos a moradores do povoado ilustram essa irrupção do prodígio maléfico no contexto da pescaria.

1.3 O pescador sinistro

Embora tivesse deixado de pescar, dedicando-se inteiramente ao armazém, Juca Tomás conservara o gosto pelo manejo da tarrafa. Quando os negócios o permitiam e a maré se mostrava propícia, divertia-se tarrafeando nas poças do lagamar, para colher as tainhas que aí costumavam ficar aprisionadas.

Em uma dessas ocasiões, viu, a certa distância, outro pescador. Notou que este trazia o chapéu de palha enfiado na testa, e, como ele, estava a tarrafejar. Resolveu, então, afastar-se para evitar que o *lanço* do outro lhe afugentasse a presa.

Ao aprestar-se para o arremesso, no entanto, foi surpreendido pela antecipação do *lanço* do outro pescador, que se aproximara sem ser notado. Esse fato se repetiu outras vezes, até que Juca Tomás resolveu distanciar-se

ainda mais. A passos largos cortou pela restinga, até um ponto longínquo. E retomou sua atividade.

Mais uma vez, porém, o outro fez seu lanço primeiro, frustrando, de novo, a tentativa de Juca. Já não havia como ignorar a estranheza do fato. Ninguém podia aproximar-se tão rápida e sorrateiramente, sendo um humano comum. Por isso, Juca Tomás suspeitou estar diante do “canhoto”. Apesar de sua comprovada coragem, resolveu, então, que era melhor abandonar a faina e o local. Recolheu sua tarrafa e tomou o caminho do povoado. À noite, na Zacarias, contou a história aos primos, filhos e sobrinhos, reunidos para a costumeira parolagem, na casa de seu irmão Maneco. Estes mesmos que haveriam de contá-la, depois, ao etnógrafo. História que lhe serviu não apenas como ilustração desses opostos, que eram a costeira e a restinga, lugares ermos e propícios às aparições, sobretudo nas horas mortas, e a beirada, lugar por excelência dos encontros cotidianos, mas também para suas reflexões sobre sorte e azar nessa sociedade de pescadores.

1.4 A pescaria desafortunada

Henrique e Marco, compadres e companheiros de pescaria, saíram para a lagoa. O dia inteiro não mataram um peixe sequer. À tardinha, junto da Ponta Grossa, prepararam mais um *lanço*. Tudo segundo a melhor técnica. A localização do cardume, a aproximação cuidadosa, o cerco apertado, o *lanço* perfeito.

Quando começaram a recolher as redes, estas vinham cheias. Na hora de embarcar o peixe, entretanto, não havia nenhum. Desconcertados, resolveram tentar outra vez. Ainda, desta feita, tudo se repetiu com grande eficiência, pois ambos eram mestres consumados do ofício. De repente, quando já se preparavam para deitar a mão ao que parecia uma excelente safra, viram evolir-se, do lugar onde os peixes fervilhavam, um bando de pássaros. E as redes subiram, novamente, vazias...

Nesse ponto, “compadre” Marco manifestou seu estranhamento diante do acontecido. Não lhe parecia boa coisa tudo aquilo. Sugeriu ao companheiro que retornassem. Mais cético, como de costume, Henrique, que estava na direção da pescaria, insistiu e propôs uma última tentativa.

Outra vez localizaram o cardume sem maiores dificuldades, bastando-lhes, para isto, seguir o *urro* dos peixes. Quando chegaram ao local e iam recomençar o procedimento, ouviram um ruído, como se caíssem n'água, junto deles, grandes pedregulhos, causando marolas que ameaçaram desequilibrar a canoa. Dos peixes, nem sinal. Haviam desaparecido por completo, como se nunca tivessem estado ali. De onde poderiam vir aquelas pedras, se estavam longe das falésias do Morrião? Em silêncio decidiram-se pela volta.

Henrique foi sempre lacônico sobre os acontecimentos daquele fim de tarde, contrariando sua costumeira loquacidade. Marco, no entanto, relatou todo o sucedido aos demais. Naquela noite, nos ranchos e casas do povoado, não se falou de outra coisa.

* * *

Todas essas narrativas tratam da oposição entre escassez e abundância, tão bem expressa na diferença entre a *pescaria miraculosa* e a *pescaria desafortunada*; entre as redes vazias e a rede repleta, a ponto de romper-se, sob o lastro do pescado. Não há pescador que não as tenha experimentado, mais de uma vez, no seu dia a dia.

Outro tema comum às quatro histórias, e a muitas mais desse gênero, é o da competência frustrada. Para uns, que, no entanto, são “ministros” da pesca, leia-se pescadores experientes, não há peixe, ou porque não o conseguem vislumbrar, ou porque se lhes escapa, sem uma explicação plausível.

Há, no entanto, aqueles que não só conhecem o paradeiro dos cardumes, mas, ainda, parecem comandá-los, dispondo deles “como se os tivessem em viveiro”. Têm uma espécie de *dom* que substitui ou potencia o conhecimento do ofício. O mais completo domínio da *arte* não pode prescindir dele, nem pode opor-se, eficazmente, à sua ausência manifesta, ou à sua presença, segundo o modo do infortúnio.

Todo pescador sabe que há dias ruins, quadras ruins, tempos de penúria. Por mais e melhor que se pratiquem as pescarias, os esforços permanecem vãos. Nada lhe é, pois, mais estranho do que a ilusão edênica, quando é levado a considerar, reflexivamente, o seu modo de vida que, todo ele, repousa sobre as vicissitudes da pesca lagunar.

Talvez, por isso, os mais qualificados pescadores da Zacarias tenham-se mantido, em geral, céticos diante da periodização que identifica

²¹ Maio, junho, julho e agosto, no litoral fluminense.

²² Trata-se dos biguás, ave da família dos Carbonídeos (*Carbo vígua*), essencialmente aquáticas, vivendo da pesca (Cf. Von Ihering, 1968:150).

²³ Foi, por exemplo, o caso de Joviano, filho natural de Tomás “Velho”, baleado por “Chumbinho” Gama a mando “dos padres” (leia-se, da Fazenda de São Bento), como lembra “Ginho”.

o ciclo anterior à abertura do Canal de Ponta Negra (1951) como “era da abundância” do sistema, à qual teria sucedido, desde então, uma “era da incerteza”, marcada pelas agruras da escassez e do empobrecimento.

A experiência da penúria, no entanto, existe desde antes do Canal de Ponta Negra. Em 1913, a pesca tinha-se tornado tão importante na antiga fazenda dos beneditinos, já sob a égide dos Castro, que chegara a mobilizar um total de nove *arrastões*, somando 60 peças de rede, cada uma das quais com 15 braças, e mais 200 de cabo.

O efeito dessa gigantesca pescaria sobre o Lago Grande foi devastador. De acordo com “Ginho” e “Baque”, que têm uma lembrança mais nítida desse tempo, a lagoa transformou-se em *água pura*. “Isto aqui não tinha vida”, resumem, recordando ainda que as proporções do desastre foram de tal ordem, que os seus vizinhos da Barra de Maricá tiveram de ir pescar na Lagoa Rodrigo de Freitas, “onde fica hoje o Leblon”.

Esse período de vacas magras durou quatro anos, mais ou menos. As coisas só começaram a melhorar, depois de se ter rasgado, com muito êxito, uma *barra*, no dia 14 de agosto de 1917.

Depois disso, entretanto, a situação inverteu-se radicalmente. A abertura da *barra* coincidira com o final da migração da tainha.²¹ Dois a três meses após, colhia-se muito mais do que os entrepostos podiam absorver. Não havia quem comprasse o peixe, por mais que se reduzisse o preço. Sobrava tanta tainha que os imbiuás²² se fartaram.

Durante os anos de escassez, as relações de Zacarias com a Fazenda de São Bento passaram por momentos de grande tensão. Os pescadores decidiram cortar as redes dos *arrastões*, afrontando o poderoso vizinho, com o qual estavam dispostos a coexistir, sem, no entanto, reconhecer-lhe direitos exclusivos sobre a lagoa. Embora não tenham ocorrido mortes, houve tiros e feridos,²³ além de muitos ressentimentos por parte dos zacarieiros, que só viriam a se aplacar, lentamente, com as alegrias da fartura, a euforia de abrir *barras* e as renovadas colheitas de bons frutos.

Nos tempos da *lagoa moderna*, houve uma catástrofe de iguais proporções – a “grande mortandade” de 1975. Enéas Marques, o “Néia”, que tinha herdado de seu pai, Erotides Marques (o “Joca”), genro de Juca Tomás, juntamente com um bandolim, o talento para registrar, em forma poética, os memoráveis do povoado, recitava a pedido os versos, cuja transcrição respeita a grafia original do autor:

A Grande Mortandade

I

Quarta-feira de manhã
Que grande fato se deu
Da enorme mortandade
Que na Lagoa apareceu.

II

Matou bagre e cará
E também matou cirí
Da água ruim que veio
Tocada de Bambuí

III

Quando chegou nese dia
O pove ce admirou
De ver a quantidade de peiche
Que na lagoa enfequicionou

IV

O povo de Zacaria
Despertava pela amanhã
A limpar suas beirada
Que parecia um detran

V

O povo ficou triste
que a fratura ce acabou
Mais a coiza teve tão feia
Que lontra até panhou

VI

Trouxeram o bicho para terra
Foi uma grande admiración

Mais ele era tão brabo
Que não pode botar a mão

VII

Quando chegaram perto
Fizeram aquela façanha
Um disseram que é foca
Outro disseram que era ariranha

VIII

Até chegou um e disse
Que o bicho era paca
Dali se reunirão
Mandaram buscar as faca

IX

Agora daqui por diante
Não sei como vai ficar
Mandaram buscar um médico
Para a água esaminar

X

Se foçe da água quente
Todo mundo aí disia
Mais eu sei que agora
Tão sedo não tem pescaria

XI

O peiche até este dois dias
Não tem muita catinga
Mais depois que ficar podre
Pareçe mas é mitiga

XII

A lagoa do Zacaria
Parece até petrólho
Com a catinga que vem
Chega até arder o olho

XIII

Mandaram buscar um caminhão
Para poder botá o licho
Depois que ficar podre
Aí que vai dá bicho

XIV

Quatro dia depois
Passarão seis vasculhante
Se na barra tivesse peiche
Pra tirá naquele istante

XV

Depois que ele chegarão
O peiche não encontrou mais
Aí elhe resolveram
Obrigado voltar par tráz

XVI

O pobre desta vez
Vai ficar sem 1 tostão
Não pode compar camiza
Não pode compar calção

XVII

A mortandade que deu
Foi um grande dejazeiro
Dali só pode melhora
Se caso chover primeiro

XVIII

Um diz uma coiza
Ficaram a cim na balança
Foi proibido do médico
para não dar peiche as criança

XIX

Agora, dali por diante,
Está uma disavencia
No que pode melhora
É a grande porvidência

Apesar de tudo, imagina-se, pois, a possibilidade de que as coisas venham a melhorar. Isso dependerá de certas condições, sendo uma delas, mas não a única, a chuva – “se caso chover primeiro”. São condições, no entanto, sobre as quais não se tem domínio. Por isso, não ocorre senão recordar aquele quarto parceiro, nos assuntos da pescaria.

Tudo isso ganha sua verdadeira dimensão quando se considera, no seu contexto, a Zacarias conflagrada de meados dos anos 1970. Havia uma profunda acrimônia contra o destino, e um igualmente profundo desânimo, que mantinha todos no liminar da desistência. Desistência da luta contra a Companhia e desistência mais radical do ofício de pescador. Nos *ranchos*, ao cair da tarde, os *companheiros* em recesso, à beira da lagoa pútrida, destilavam fel e desalento. Entre as vítimas prediletas do seu azedume figurava a própria profissão.

Nessa época, circulou uma versão da pescaria de São Pedro, no lago de Tiberíades. O etnógrafo escutou-a, pela primeira vez, da boca de “compadre” Marco, no *rancho* de Henrique.

1.5 A pescaria de São Pedro

São Pedro encontrava-se pescando com seus companheiros numa lagoa. Jogavam suas redes, lança após lança, mas não vinha peixe nenhum. Já estavam para desistir, quando viram que alguém se aproximava para lhes falar. Escutaram-no dizer-lhes que fizessem o *lanço* a partir da margem. Acontece que o peixe, cercado dessa maneira, foge, e vai ocultar-se nas águas mais profundas.

Depois de muita insistência, resolveram, no entanto, seguir o aconselhado. Foram felizes desta vez. As redes vieram carregadas e eles encheram o barco até quase afundá-lo de tanto peso. São Pedro percebeu, então, que, para fazer um milagre desses, só Jesus Cristo. E chegando em terra largou a pescaria e foi atrás dele.

* * *

A história de “compadre” Marco e a da pesca miraculosa daqueles zacarieiros, cujos nomes ficaram obliterados, são, obviamente, variantes do mesmo tema que se encontra, também, na hagiografia de Anchieta.

“Compadre” Marco, entretanto, acrescentou à sua narrativa algo que não aparece nas outras. Concluiu-a com uma moral: “Se essa vida fosse boa, São Pedro não tinha largado a pescaria para tomar conta da chave da porta do céu”.

Essa avaliação cáustica não era só de “compadre” Marco. Os infortúnios tinham acirrado a descrença de todos. Em virtude disso as agruras do ofício eram mais ressentidas. E pescar aparecia como um mister complexo, cheio de dificuldades e de resultado incerto:

Na pescaria tudo é ingrato, muito dificultoso. Num é só matá o peixe. Isso qualqué criancinha dessas faz. Tem que tê as coisas na conformidade: o companheiro, o barco, as rede, entendimento do que é a pescaria e a sorte...²⁴

Estamos, pois, longe, muito longe da idealização romântica e cidadina da vida do praiano, das pitorescas choupanas, onde nunca falta um bom peixe; fresco e saboroso, como a própria existência, simples e sadia, daquela gente. Longe, também, ficam, diante disso, as ilusões sobre as prodigalidades e facilidades desse viver aprazível, entre a lagoa e o mar. A sorte do pescador é bem distinta, na vida real, do que imaginam os estereótipos. Neste sentido, o bucolismo nada deve às representações depreciativas. Em ambos fica obliterado o principal: a arte da pesca.

Assim, está mal colocada a questão da escassez e da abundância. Ora se postula uma idade de ouro da lagoa, uma piscosidade histórica e superlativa. Em apoio a esta tese são mobilizadas tanto as informações hagiográficas quanto as mensurações científicas e as estatísticas de produção. Lendas e números causam tamanho impacto que pouca atenção se dá ao pescador. Este parece, antes de tudo, o feliz beneficiário da generosidade do meio natural.

²⁴ *Apud* Amorim, *s/d*:41. Esse depoimento foi registrado pela autora na mesma ocasião em que os técnicos do Pescart inspecionavam, na área, os efeitos da grande mortandade de 1975, conforme relatou ao etnógrafo.

Por isso, não é de admirar-se que, com suas técnicas “rudimentares”, seus conhecimentos “empíricos”, suas “rotinas seculares” (“herdadas dos índios”), tenha sido capaz de arrancar das águas frutos em tal profusão. Não é mérito seu, mas da fertilidade da lagoa. Ora se argumenta, partindo da pobreza dos pescadores. Estes surgem, então, como incapazes de atingir maior conforto. Tem ao seu alcance a possibilidade da fartura, mas vivem na escassez, porque não souberam desenvolver as formas tecnológicas e sociais adequadas a uma exploração “racional” dessa fonte de riqueza.

Em ambos os casos, subestima-se não só o homem, visto como um mero predador, mas também a pesca artesanal, rebaixada, com a caça e a coleta, à categoria de “atividade de subsistência”, em que se subtrai à natureza o que esta produz, sem nada acrescentar-lhe em troca. Não surpreende, pois, que os modos de vida estruturados em torno da caça, da coleta e da pesca tenham sido representados, sempre, pela ausência de *cultivo*, no sentido material, social, intelectual e moral do termo.

Os viajantes que atravessaram a restinga, costeando o seu “deserto de lagoas e pântanos”, tiveram contato com os assentamentos de pescadores. Com olhos de europeus polidos, observaram logo que aí não se fazia mais do que pescar e viver pobremente. Deram por falta do requinte no morar e no vestir. Mas o que sobretudo lhes chamou a atenção foi a inexistência de quaisquer áreas cultivadas: jardins, hortas, campos lavrados e pastagens.

Como bons observadores, constataram, além disso, a piscosidade da lagoa. O que lhes escapou porém, no todo, ou em grande medida, foi a participação dos próprios pescadores nessa fertilidade das lagunas. Saint-Hilaire foi quem chegou mais perto de se dar conta dela. Como os demais, também ele notou que o sistema era submetido a periódicos *sangramentos*. Seus comentários a respeito foram suscitados pelo caso de outra laguna (Saquarema), mas poderiam servir, igualmente, para Maricá:

[...] os habitantes de Saquarema rasgam de tempos em tempos um canal que estabelece comunicação entre o lago e o mar, trabalho que exige poucas forças, pois que o solo é constituído de areia. Os peixes entram no lago com as águas do mar, e estas, transportando mais areia, logo fecham o canal. Quando se tem pescado todo o peixe que havia entrado no lago, rasga-se novo canal e o lago de novo se enche.²⁵

De acordo com esse ponto de vista, a abertura da *barra* oceânica transforma a lagoa numa espécie de arapuca. Os peixes que nela caem convertem-se em presa do pescador. Quando essa abundância se esgota, em virtude do extrativismo pesqueiro, sobrevém a escassez, e, com ela, a necessidade de recomeçar o processo.

Tal interpretação viria ao encontro da própria denominação desse artifício, que é conhecido como *barra de emergência*. A ideia de emergência, no entanto, pode induzir um entendimento precário do fenômeno, reduzindo-o à condição de eventualidade supletiva, destinada seja a remediar os efeitos das inundações seja a refazer os estoques para a *despesca*.

No último caso, o vício está em considerar a pesca lacustre por analogia com a caça e a coleta. Esse ponto de vista tem a seu favor a sedução das evidências primeiras. De certo modo, a pesca tem muito em comum com a caça e a coleta. Talvez por isso soe estranho quando os zacarieiros se referem à sua atividade, incorporando-lhe um aspecto de cultivo.

Com efeito, inúmeras vezes esses pescadores, interrogados a respeito do seu ofício, resolveram caracterizá-lo, também eles, de modo analógico. Diziam, a propósito: “a lagoa é a lavoura do pescador”.

Diante disso, cabia ao etnógrafo tomar uma posição. Poderia interpretar a metáfora como se esta significasse, apenas, que o trabalho do pescador se dava na lagoa, como o do agricultor se realizava nos campos. O que para uns é, como meio de vida, a agricultura, seria, para outros, a pesca. Dessa maneira teria chegado a pouco mais que um truísmo, segundo o qual se estariam distinguindo, apenas, os lugares próprios de cada atividade.

Sua outra escolha seria acreditar num aspecto mais estrito da metáfora. Teria de admitir, então, um sentido mais profundo, em que a analogia não se estabelecesse somente entre os respectivos domínios de suas atividades, mas entre essas atividades, elas mesmas.

Se este fosse o seu partido, no entanto, teria de perguntar-se em que medida pescar na lagoa envolve, de algum modo, cultivá-la. Para isso, entretanto, seria necessário considerar o ofício da pesca lacustre e ver o que, nele, permitiria caracterizá-lo como uma espécie de lavoura. Teria, em suma, de investigar a arte da pesca tal como se encontrava nos sistemas lagunares da baixada litorânea fluminense, e se encontra, ainda hoje, no povoado às margens do Lago Grande, que é protagonista do nosso estudo.

²⁶ A opinião é da socióloga Stella Amorim (s/d: 19 e 44).

²⁷ Cf. Guimarães, 1987:132.

²⁹ O trabalho de Amorim foi realizado no âmbito de projeto desenvolvido por pesquisadores do Museu Nacional e da UnB e foi objeto de relatório para o CNPq (1983), conforme esclarecimento prestado ao etnógrafo.

²⁸ Guimarães, *idem*: *ibidem*.

2. A arte da pesca

Em 1975, Zacarias já era tido como o último reduto da pesca lagunar em Maricá.²⁶ Com isso não se queria dizer que outros assentamentos do sistema não abrigassem mais pescadores, cuja faina se desenvolvesse na lagoa. Esta era a situação também constatada pela equipe do Pescart, na mesma época. O que se afirmava era que, nesse povoado, a tradição da pesca lacustre continuava organizada e viva, constituindo a atividade mais relevante de seus moradores, uma espécie de espinha dorsal do seu modo de vida.

Desde então, tal afirmativa vem sendo repetida, não só pelos pesquisadores, mas também por todos aqueles que, nos assentamentos vizinhos, são inquiridos sobre a situação da pesca lagunar. Nem mesmo em Barra de Maricá, cuja rivalidade com Zacarias é notória, deixava-se de reconhecer a preeminência desta última no que tange à pescaria.

Entre os pesquisadores, porém, esse reconhecimento continuou, eventualmente, associado aos velhos estereótipos, levando alguns deles a repetirem todo o elenco de chavões, inclusive a ausência de “requintes técnicos”, a ideia da herança primitiva dos procedimentos de captura, a subordinação aos caprichos da natureza ou do talento individual, para concluir, como sempre, pela baixa produtividade dos pescadores, isto é, pela sua incapacidade de “implementar a produção recolhida”.²⁷

Ao mesmo tempo, não lhes causa qualquer embaraço mencionar, *en passant*, e como se fosse uma coisa menor, o fato de que nesse gênero de pesca se verifique

uma certa especialização do instrumental e do procedimento empregado, sendo usadas redes ou armadilhas próprias para cada espécie a capturar. Esta especialização depende do conhecimento do hábito das espécies, do ambiente por elas preferido, da época mais apropriada para tal captura etc.²⁸

Uma tal ingenuidade quanto à apreciação da pesca artesanal praticada pelos zacarieiros, entretanto, já não se encontra na etnografia realizada por Stella Amorim, que estudou o povoado, em 1975.²⁹

O trabalho de campo, desenvolvido segundo métodos antropológicos, facilmente nos convenceria da impropriedade dos estereótipos, que teimam em ocultar toda a complexidade e refinamento técnico e naturalístico das

formas, aparentemente simples, que se associam e complementam nas pescarias lacustres.

E isto vale não só para as formas materiais, mas também para as formas de conhecimento inerentes ao manejo destas, bem como para a transmissão desse saber, a qual não se reduz, em todo caso, à atuação de vagos “mecanismos informais”. Dos utensílios à socialização, a pesca lagunar revela, ao contrário, uma economia e engenhosidade surpreendentes.

Estas não existem, no entanto, segundo uma distribuição homogênea. Há pescarias mais ou menos sofisticadas. Todas elas fazem parte do mister do pescador, sendo por ele aprendidas, ao longo de um processo, que se inicia na puberdade, entre os nove e os 14 anos, e se estende até a idade adulta.

2.1 O domínio da pescaria

Nem todos os meninos do povoado de Zacarias estão destinados a adquirir, plenamente, a maestria na arte da pesca. De uma introdução aos domínios dessa arte, no entanto, nenhum deles escapa.

Antes de sair em pescaria, o que só lhe é permitido quando já “tem corpo”,³⁰ o menino precisa saber remar. Terá aprendido esse manejo, brincando na *beirada*, com um artefato tosco, talhado em alguma tábua sem serventia; eventualmente, com o que resta de um velho remo.

As águas da *beirada* são a primeira escola, em que os pais, tios, primos e irmãos mais velhos se revelam, de um modo geral, mestres carinhosos e divertidos. A socialização que aí se desenvolve, entre folguedos, surpreende pela delicadeza, quando se pensa no rude ofício para o qual se pretende preparar os rapazes.

Os ensinamentos da *beirada* não se limitam à condução do remo. Toda uma série de coisas relevantes são apreendidas aí. Entre elas, a maneira de se portar dentro de uma embarcação. As canoas, escavadas em troncos de madeira de lei, são extremamente sensíveis a todo e qualquer movimento de seus ocupantes. Adernam com facilidade, ameaçando girar sobre o próprio eixo, o que tornaria o naufrágio inevitável. Por isso, é preciso desenvolver toda uma gama de técnicas corporais, antes de aventurar-se na lagoa. Tem-se de aprender a embarcar e desembarcar, usando o contrapeso do parceiro; a ficar em pé ou sentado, dentro dela; a deslocar-se da popa para a proa e vice-versa, sem perder o equilíbrio.

³⁰ O porte físico é uma exigência da faina pesqueira. Com 13, 14 anos, o rapaz, em geral, já *tem corpo* para sair na pescaria, embora muitos já possuam este requisito antes dessa idade. A propósito, ver também Lima, 1978.

³¹ "O ronco do peixe é outro fato curioso, só quem vive num contato íntimo pode reconhecer o ruído, entre outros que se pode ouvir, quando se está num lago, rio ou igarapé. Certos peixes fazem ruídos característicos quando vêm à superfície, quer para buscar oxigênio ou para pegar alimentos (frutas, insetos, folhas). O som característico que produzem nessa hora alerta o pescador para a existência de grande ou pequena quantidade desse peixe e/ou dos que o acompanham. O pescador com toda sua gama de conhecimento distingue inclusive espécie e qualidade do peixe, a partir dos sinais dados pela natureza." (Furtado, 1993: 211).

Essa cinética, entretanto, não se adquire prestando atenção apenas à canoa. Requer que se observe o movimento das águas e dos ventos, para neutralizar, com o corpo, os eventuais efeitos destes sobre a estabilidade da embarcação. Além disso, o próprio repouso precisa ser exercido, pois, uma vez ou outra, o pescador vê-se obrigado a dormir na canoa. E isto a criança não sabe fazer sem uma orientação prévia. Despertar, no barco, é, neste sentido, um momento crítico. O menino pode assustar-se, e, assim, pôr em risco a si mesmo e ao *companheiro*. Por isso, costuma-se acordá-lo lentamente, com muito cuidado, para evitar sobressaltos.

A educação dos sentidos não é menos importante no preparo do futuro pescador. Este vai precisar, seguramente, de todos eles. A audição identificará o ruído dos cardumes (o *urro*), a batida dos remos, o salto e a corrida do peixe.³¹ O tato lhe dirá outras tantas coisas, além de ajudá-lo a lidar com os seus instrumentos, sob a luz incerta da madrugada e do anoitecer; e a sentir o comportamento deles, sob o influxo da correnteza ou do pescado. Servir-lhe-á também numa das mais sutis operações da faina, que consiste em identificar a natureza do fundo (areia, lodo, cascalho), tateando-o com a *vara* ou o *remo grande*, permitindo-lhe descobrir acidentes significativos (pedras, galhos) e, em função disso, localizar pesqueiros. Graças ao olfato terá, na lagoa, informações relevantes para determinar o comportamento do tempo bem como o estado das águas, em diferentes lugares.

Cenas da atividade pesqueira na beirada.



O olhar é, no entanto, para ele, como para o caçador e o coletor, o mais importante dos sentidos. Na *beirada*, ainda jovem, começa a adestrar sua visão, na companhia de um veterano. Uma das coisas que aprende a ver é a pescaria dos que se encontram no *lago*, passando a reconhecer, de longe, os propósitos e as operações de quem está pescando; a prever, por vezes, o resultado de um *lanço*, ou antecipar o êxito de um *cerco*.

A esse olhar não basta a acuidade. Esta de nada serve sem a atenção. Não se trata, pois, de um “olhar sem mais; sem reduplicação nem encarecimento”, como na feliz expressão de Ortega y Gasset, quando fala da caça. Esse olhar não só precisa reconhecer, mas descobrir, isto é, apreender de relance o aparecimento da presa, que quase nunca se pode antecipar com segurança e precisão. Além de sua capacidade de perscrutar, o olhar do pescador tem de ser um olhar alerta, abrangendo as rotinas, sem, no entanto, tornar-se prisioneiro delas.

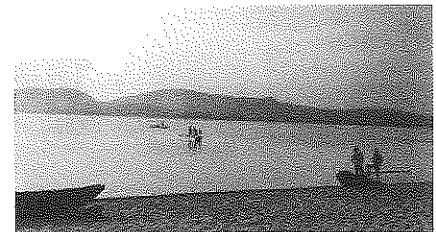
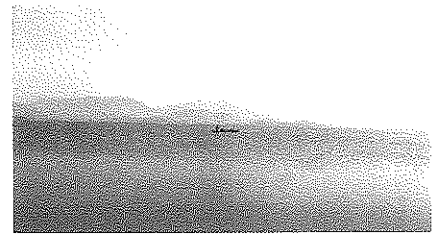
Essa atividade de espreita vai-se refinando a partir do momento em que ele ganha sua primeira tarrafa. A *primeira tarrafa* é, por todos os motivos, um presente de enorme significado. É ela que transforma o observador em pescador, oferecendo-lhe a possibilidade e a paixão da captura.

Pode ter sido confeccionada pelo pai, pela mãe, ou mesmo por um dos avós. Tem dimensões reduzidas, mas sempre proporcionadas ao usuário, no momento em que lhe é destinada. Sua entrega é cercada de uma etiqueta, que lhe confere certo ar de solenidade.³²

Junto com o objeto, seu novo proprietário adquire muito mais do que lhe é dado perceber de imediato. Assume, antes de mais nada, a obrigação de conservá-lo e consertá-lo, quando necessário, o que aprofunda seu conhecimento do artefato. Ao mesmo tempo, obriga-o a apropriar-se das técnicas de remendo de redes. Impõe-lhe a inspeção quotidiana do equipamento, verificando o estado das *malhas* e dos *tensos*, as laçadas dos *crecscntes*, o lastro do *rufó* e o *olho* da tarrafa.

Para se desincumbir dessas tarefas, terá de socorrer-se com os mais velhos, em geral com aqueles que já não pescam mais, e cuja atividade se encontra resumida justo à confecção de tarrafas. Com eles, aprende o manejo e a fabricação de *agulhas*, *moldes* e, mais raramente, *fios*, com a ajuda de *fibras* e *fusos*. No tempo das tarrafas de tucum, esta última operação constituía uma parte fundamental do fabrico. Os mais antigos sabem descrevê-la, ainda, com

³² O próprio etnógrafo recebeu duas tarrafas em tais condições. Uma delas foi a última tarrafa de Henrique, confeccionada por Brígida, sua mulher. A outra, anos depois, de Prelidiano José de Marins, “Mucinho”, num gesto público, como penhor de reconhecimento e amizade.



Cenas de pesca observadas a distância.

riqueza de detalhes, embora tenha caído em desuso com a expansão dos fios industrializados de algodão e *nylon*.

Desse modo, a tarrafa marca o início, o meio e o fim da carreira do pescador. No começo, como instrumento e ensino; depois, como forma de obtenção do pescado; finalmente, como único produto que dá sustento ao homem, cujo corpo já não lhe permite participar das fainas pesqueiras, na lagoa.

Compreende-se, então, que os pescadores digam: “Uma tarrafa é uma vida”. Assim, referem-se não só à sua condição de artefato de manejo individual, que capacita seu dono a obter, por si só, o seu sustento, mas também ao seu significado, como objeto emblemático da pesca e da vida do pescador.

Não é difícil convencer-se de uma tal implicação simbólica. Acreditamos descobri-la, por exemplo, no legado do próprio Juca Tomás, quando destina a um neto, criado sob sua guarda, na *casa grande* de Guaratiba, sua derradeira tarrafa, única insígnia pessoal remanescente da sua condição de pescador. Esse fato poderia passar despercebido por causa da relativa insignificância deste bem, em contraste com as *casas* e as *pescarias* (canoas, redes e remos), deixadas aos demais herdeiros. A última tarrafa de Juca Tomás, entretanto, não era apenas um objeto material que pudesse ser comparado com outros, em termos pecuniários. Com ele não se transmite simplesmente um artefato, mas um valor. E este valor é uma vida, vinculada a uma identidade. Receber de herança uma tarrafa é um convite para tornar-se pescador, assumindo uma condição e um destino ancestrais.

A importância da tarrafa, porém, não se mede apenas pelo que os pescadores dizem a respeito, mas também pela sua maneira de tratar esse instrumento. Os cuidados com ele são constantes. Quando ainda feito de fibra vegetal, era necessário pô-lo a seco, dependurado no copiar, ou à sombra de árvores frondosas, como o bapé-buçu. De tanto em tanto, tinha de ser mergulhado numa decocção de casca de aroeira ou murici, para evitar o apodrecimento do fio, prolongando sua vida útil. Mesmo nos tempos atuais, as tarrafas de *nylon* não dispensam as atenções do dono. Quando este é jovem, tem por isso de ouvir, muitas vezes, as admoestações dos mais velhos: “Vai pendurar sua tarrafa, menino!”, “já lavou a tarrafa?”, “já correu as malhas?”, “não se esqueça de recolher a tarrafa!”, “está levando sua tarrafa?” – expressões comuns, nos fins de tarde, ou de manhãzinha, ao sair para a pescaria ou ao voltar dela.

Depois de servir-lhe em suas empreitadas individuais, muitas delas solitárias, na *costeira* ou nas águas rasas do Lago Grande, a tarrafa seguirá com ele para o *meio* da lagoa. Isso, no entanto, só acontece quando se incorpora, plenamente, ao mister da pesca. Para tanto, tem de encontrar um *companheiro*, um pescador mais velho, que lhe proponha parceria, embora, de início, como aprendiz.

Ser chamado para pescar é quase uma adoção. Não basta que alguém queira aprender e alguém se disponha a ensinar para transformá-los em *companheiros*. Os pais não entregariam o filho à responsabilidade de qualquer um, pois a relação, tanto quanto a atividade, não exclui riscos. Daí a importância de se encontrarem, no futuro mentor do filho, o cuidado, a competência e a idoneidade moral.

Também o pescador que se dispõe a tomar um aprendiz não o faz sem maiores ponderações. Pesa sua responsabilidade, considerando os atributos do futuro pupilo. Leva em conta não só as aptidões deste, mas também sua disposição de aprender, sua índole e procedência familiar.

Essa escolha é de tal modo delicada que, na maioria dos casos, recai sobre um membro da família. Grande parte dos zacarieiros aprendeu e continua a aprender com o pai, o irmão, o primo mais velho, o tio ou o padrinho.

Se os *companheiros* não estiverem unidos desde o início por algum laço mais forte de substância, este há de se estabelecer, fatalmente, no exercício do mister. *Companheiros* unem-se progressivamente em virtude das peripécias da pescaria; das longas horas que passam juntos, no mesmo barco, enfrentando dificuldades, partilhando angústias e frutos; do esforço continuado para se adaptarem um ao outro, no manejo harmonioso da pescaria, enfim.

Em *terra*, é a camaradagem – a conversa no rancho, ou no *quarto de redes*; o auxílio; as cantorias, bailes e farras; o galhofar e beber junto. Na *lagoa* não chegam a ser como os saldunes gálios que faziam juramento de amizade eterna e marchavam para o combate acorrentados um ao outro, para que nem a morte os separasse. Seus vínculos são profundos, no entanto.³³ Os *companheiros* devem retornar da faina diária, senão com a safra, pelo menos com a pescaria, e um com o outro. Trazer de volta, vivo ou morto, o *companheiro* é uma questão de honra, um mandamento do pescador, do qual este não se liberta senão quando todos os recursos tiverem sido esgotados.

Uma vez aceito, o rapaz começa a acompanhar seu parceiro nas pescarias. Estas, doravante, irão ditar os ritmos de seu cotidiano.

33

A propósito, consultar também Amorim (s/d:58), que corrobora esse ponto de vista.

34

Ao mesmo tempo, ouve-se, com frequência a ponderação: “Se todo mundo tivesse canoa, redes e remos, como podia haver pescaria? Quem ia ser companheiro?”

Ao raiar do dia, os *companheiros* deixam a *beirada*, lagoa adentro, em sua embarcação. Na canoa, encontram-se dispostos, entre a popa e o *banco*, os petrechos da pescaria. Estes compreendem uma tarrafa; a rede de caçeia; o *capitão* (grande boia de cabaça ou isopor); uma ou duas varas compridas, de bambu; um *gancho* de madeira resistente; um ou dois *viveiros* e o pequeno cesto, contendo faca, *agulhas-de-rede* e fio sobressalente; fósforos e cigarros. Nos dias atuais, levam comida (um *lanche*), antigamente só carregavam consigo duas garrafas, uma d’água, a outra de café; eventualmente, com frio e tempo ruim, uma terceira, de cachaça.

Um dos *companheiros* vai à popa, com o *remo grande*, enquanto o outro vai no *banco*, com o remo menor. Ao primeiro cabe a condução da pescaria, como um todo. Por isso, o *popeiro* é, inicialmente, sempre o mais velho. Quem está aprendendo, pesca de *banco*. Do ponto de vista da rede, são, respectivamente, o *corticeiro* e o *chumbereiro* – quando fazem o *lanço*, quem está no *banco* vai soltando o lastro (o “chumbo”), enquanto aquele que está na *popa* vai safando as boias (a “cortiça”). A decisão do *lanço* e o seu comando cabem ao *corticeiro*, tendo o *chumbereiro* como braço direito.

Entre os pares, que é como se concebem e tratam os *companheiros*, não deixa, pois, de haver hierarquia e especialização funcional. Isto afeta o procedimento, mas não o produto, de vez que, nos quinhões, mantém-se a paridade.

Em toda *pescaria de companheiros*, há sempre três quinhões – um é *da rede*, outro do *chumbereiro*, o último do *corticeiro*. São partes rigorosamente iguais. Se calha de o *popeiro* ser também dono da rede, terá duas partes. Se cada um dos dois tiver um *pedaço* da rede, o quinhão desta é dividido ao meio.

A *pescaria* pode, no entanto, pertencer a um terceiro, ao qual tocará, pois, um terço da safra. Quando, entretanto, o equipamento pertence ao pai, ou ao irmão mais velho, arrimo de família, os *companheiros* podem ser obrigados a entregar todo o peixe apurado ao proprietário, pelo qual são sustentados. Só de casamento marcado passavam a ter quinhão – a safra do sábado, por exemplo, para fazer o enxoval ou iniciar a construção da moradia. Casados, no entanto, tinham direito à parte regular. Em alguns casos, essa dependência pode adiar a aquisição de um equipamento de pesca próprio, sonho de todo pescador.³⁴ Por isso surgem, às vezes, tensões e ressentimentos entre parentes próximos, associados na pescaria, como testemunham as relações entre os irmãos Henrique e “Moçozinho”.



Em todo esse aprendizado há momentos marcantes. Nenhum deles, porém, se compara à primeira saída com o *remo de mestre*, como é também chamado o *remo grande*, que costuma medir entre 20 e 22 palmos. Quem o conduz é o *popeiro*, a quem serve para impulsionar e dirigir a embarcação. Além disso, pode-se dizer que é, também, a insígnia de mando, característica de sua posição na pescaria.

O dia em que o novato se aventura, pela primeira vez, com o *remo de mestre*, é um grande dia. Marca o primeiro comando do jovem pescador, sob o olhar crítico, ainda que benevolente, do seu sênior. Não é este o único que acompanha o evento, porém. Da *beirada*, outros olhares experientes analisam as manobras do iniciante, avaliando sua destreza e correção.

Se tudo sai a contento, o recém-mestre e seu mentor podem ostentar, satisfeitos, a safra do dia. O jovem tentará ocultar seu orgulho, dando-se ares de natural descaso, diante dos comentários e da jocosidade das perguntas com que o recebem na *beirada*. A verdade é que, como dizia um veterano, ao recordar sua própria estréia com o *remo grande*, “a gente nunca esquece esse dia”.³⁵

Daí por diante, tende a desenvolver-se uma carreira profissional. Após o estágio como *corticeiro*, a capacidade de desempenhar-se como *mestre* abre a possibilidade de vir o pescador a ter sua própria pescaria. Poderá, então, ampliar,

³⁵ A observação é de Ari Luis da Costa.

progressivamente, o seu prestígio e patrimônio. Também sua experiência crescerá com os anos, incrementando, além de sua capacidade de captura, o seu conhecimento da lagoa. Assim, terá consolidado o domínio de sua arte e poderá, “a sorte ajudando”, fundar, desenvolver e multiplicar o seu próprio grupo doméstico.

Para alguns, no entanto, o aprendizado reserva um grau ainda mais elevado de excelência no ofício da pesca. Estes conseguem acrescentar à sua reputação de profissionais amadurecidos a fama de cultores daquele que pode ser considerado o supremo requinte da pescaria, no Lago Grande: a *pesca de galho*.

2.2 A pesca de galho

A primeira abordagem das pescarias miraculosas ou desafortunadas tentou ocupar-se da questão da abundância e da escassez. Não soube, no entanto, encontrar um desfecho satisfatório à sua formulação, pois, na verdade, o que está em jogo, nessas narrativas, é outro problema.

Todas elas têm como tema central o levantamento da presa, primeiro passo de qualquer pescaria. Nas pescas miraculosas os peixes teimam, de início, em ocultar-se, sendo localizados pela inesperada intervenção do numinoso, sob a forma de um “santo homem”. De modo inexplicável, este sabe onde encontrá-los, o que lhe permite comandar a captura, executada pelos companheiros.

Nas pescarias desafortunadas, levantar o pescado não é problema para os versados na arte. Misteriosamente, entretanto, os peixes se ocultam, no final, permanecendo inútil a maestria técnica do *lanço*.

Assim, o que está em foco não é a fartura ou a penúria dos frutos, mas a incerteza, enquanto traço distintivo e fatalidade do ofício.

De acordo com essa perspectiva, entretanto, vemos que a abordagem inicial não era de todo equivocada. A ideia da escassez tem um papel importante nesse contexto, pois, no seu conjunto, as narrativas tendem a nos convencer de que, em todas as épocas, o peixe é, relativamente, escasso. Isto não significa, porém, que não exista, mas que sabe se ocultar, fugindo aos ardis consagrados de captura. Não se afirma uma suposta inelasticidade da oferta. O número dos peixes na lagoa não foi sempre igual. Houve quadras de maior fertilidade, em comparação com outras, mais avaras. O que se afirma é a contingência da safra, a indeterminação dos resultados da técnica. Em outras palavras, mesmo

na *lagoa antiga*, com sua decantada piscosidade, a pesca não conseguia se furtar ao império da sorte.

No ensaio *Sobre a Caça*, Ortega y Gasset considera esse mesmo problema no contexto específico da arte cinegética:

[...] caçar não é, sem mais nem menos, dar pancadas a torto e a direito para matar animais ou deitar-lhes mão. A caçada é uma série de operações técnicas e para que uma atividade venha a converter-se em técnica é preciso que não seja o mesmo operar de um modo ou de outro. A técnica supõe que alcançar um certo propósito é difícil e improvável; para compensar sua dificuldade e improbabilidade há que fatigar-se inventando um procedimento especial de rendimento suficiente. Pois bem, considerem-se um por um os atos diversos que integram a caçada, a começar pelo último – matar ou capturar a peça – e continuando a recuar até a sua operação inicial: ver-se-á que todos eles supõem a escassez das presas.³⁶

O mesmo se poderia dizer, sem tirar nem pôr, sobre a pesca e a pescaria. A sorte do pescador é, neste sentido, análoga à do caçador. Um e outro são obrigados a tentá-la, no lampejo de um instante e na incerteza do sucesso. Por isso, suas respectivas operações são designadas por uma mesma palavra, que denota a imprevisibilidade do êxito. A haliêutica, a exemplo da cinegética, tem sua culminação no *lanço*, cujo resultado permanece, até o último instante, em aberto.

A máxima engenhosidade, em ambos os ofícios, caracteriza aqueles que não se conformam com a extensão do reino da incerteza. Decidem conquistá-lo, talhando, no seu território, domínios de previsibilidade. Tal é o propósito das coutadas de caça e também da instituição dos períodos de defeso. No caso da pesca lacustre, cujo exercício exemplar, em Maricá, se limita hoje à Zacarias, esse tipo de produção da certeza encontra-se na *pesca de galho*.

A *pesca de parcel*,³⁷ como também é chamada, começa com uma excursão solitária à restinga, ou ao que resta das matas adjacentes. Aquele que a empreende tem em mente um propósito definido. Seu objetivo é encontrar um *galho*, que precisa ter uma forma adequada, apresentando suficiente e cerrada ramificação. Dada a sua finalidade, não é qualquer madeira que serve. Precisa ser resistente à água. Não pode ser demasiado pesada, tampouco deve ser *veleira*, isto é, leve e sujeita à flutuação. Por isso, costumam preferir-se árvores

³⁶

Ortega y Gasset, 1986:50.

³⁷

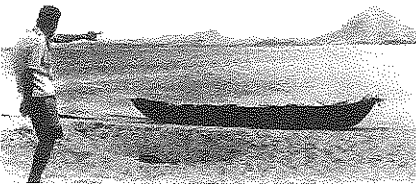
O termo é mais próprio da pesca marítima. Henrique, no entanto, aplicava-o, por analogia, à *pesca de galho* na lagoa – dizia *pesca de parcé*.

³⁸ Exemplos da série de marcas estabelecidas por “Miolo” (Homero Hilário de Marins); os pescadores chamam-nas de *marcas de encruzo*.

³⁹ Craca ou caracas: *Balanus amphitrite niveaeus*. (Cf. Lejeune de Oliveira). Crustacea – Cirripedia; subordem *Balanomorpha*; família *Balanidae*; gênero *Balanus* (E. da Costa, 1778).



Pesca de galho.



Henrique indicando pontos de referência para as marcas de encruzo.

como o ingá, a ranhosa, o cambuim-de-cachorro, o jamelão, a pitangueira, o jacarezinho-sem-espinho e a jabuticaba, “que tem os galhos bem juntinhos”.

Escolhido e cortado, põe-se o galho a secar, na *beirada*, junto do *rancho*, ou do *porto*. Com o tempo, as folhas vão caindo; a madeira vai-se curando, devagar.

Depois, num dia claro, quando a vista alcança mais longe, o dono trata de embarcá-lo, fazendo-se ao largo com ele. Segue desacompanhado, pois o que vai fazer não se destina a nenhum outro olhar.

Essa jornada solitária termina num ponto qualquer do Lago Grande. Durante todo o trajeto a canoa singrou, sob o impulso do *remo-de-mestre*, numa das raras ocasiões em que este é manejado de pé.

A determinação do local obedece a dois critérios. Um deles é restritivo: o galho não deve ser depositado nas áreas de maior turbulência, formadas por correntezas e canais. O outro é eletivo e obedece ao reconhecimento de certas características do fundo. O ponto exato, no entanto, é o resultado do entrecruzamento de duas linhas imaginárias, por meio do qual se constitui a *marca*.

Para estabelecer uma *marca*, são escolhidos quatro acidentes, diametralmente opostos, dois a dois – “baixa de Inoã, pela Ponta da Barreira, com a baixa do Norte, por cima da Ponta do Eucalipto”; ou ainda, “baixa de Ponta Negra, saindo do Serafim, com a janela de comadre Ika, saindo da cumeira da frente”.³⁸

Essas linhas se cortam na pessoa do próprio autor da *marca*, que fica sendo o único a poder encontrá-la outra vez. Há quem fique bispando a operação, desde a *beirada*. Isso não adianta, porém. Seria necessário que estivesse na mesma posição do inventor da *marca* para que fosse capaz de localizá-la de modo certo.

Daí por diante, o *galho* descansa, por um bom tempo (de dois a três meses), no fundo da lagoa. Começa, então, a transformar-se. Aos poucos, a madeira vai inchando, recoberta por uma fina camada de limo. Cracas,³⁹ em número cada vez maior, vão aderindo a esse substrato.

Ao redor do galho vão-se agrupando os peixes. As tainhas circulam à meia-água, atraídas pela efervescência dos balanídeos, que se abrem enquanto filtram os nutrientes em suspensão. Os pescadores dizem que “elas gostam desse chiado”.

Ao rés do chão, reúnem-se caranguejinhos, pequenos caramujos, acarás e bagres. Estes últimos vêm-se agasalhar aí, pois “gostam do fundo”, onde o lodo os mantém graças aos seus atrativos, sobretudo as unhas-de-velho e as minhocas, ambas muito apreciadas como alimento.

Durante todos esses meses, o pescador vai inspecionando o galho. Para isso costuma levantá-lo com o gancho de madeira. Examina se as caracas já se fixaram nele. Avalia a qualidade do limo, que pode ser verde ou preto. Com o remo vai tateando o fundo nas imediações do galho para verificar a existência e extensão da *buracaria* que os peixes vão, aos poucos, fazendo por ali.

Assim, surge um *lugar* nesse ponto da lagoa. Uma área do fundo onde os peixes, com seus movimentos, em busca de comida e abrigo, eliminaram a camada de lodo, transformando-o numa espécie de chão batido, cujo epicentro é o galho.

Quando, ao aproximar-se, o pescador nota o ressolho do peixe na *comidia*,⁴⁰ sabe que está diante de um pesqueiro que o galho fez surgir, mas que é mais extenso do que ele, configurando, finalmente, um *lugar*.⁴¹

Há toda uma representação do que se passa aí. Henrique, por exemplo, que era exímio nessa técnica, divertia-se descrevendo os acontecimentos, como se os tivesse observado num aquário:

O peixe anda, come... como nós. E procura casa! Sai, depois volta outra vez. E fica por ali, conversando com a namorada. Ele também tem mulher debaixo do galho! Tem filhos... Fica sossegado. Bota ova, o bagre e o acará. Agora, o bagre fica na buracaria que o acará faz, igual caburé. Ele gosta muito de um prato feito! Com uns três meses, mais ou menos, em volta do galho, tem bagre, acará, robalo, tainha e tainhota. O parati não gosta; prefere pedra, cascalho. Vai atrás do lixo da beirada – é bicho de luxo. Obarana e corvina não chegam no galho. Nem o bagre-chora. Ele gosta de andar à toa, igualzinho à savelha. Não tem moradia; vive espalhado, correndo. É peixe andez. Se cria na lagoa, mas é do mar. Já o bagre-veludo é da lagoa. Pode viver no mar, mas passa mal. Come uma sardinha... uma manjuba, mas não se dá bem não. Prefere mais a lagoa, porque acha sempre um marisco-unha-de-velho para comer, ou uma minhoca. Ele fica preto na lagoa. O bagre-mandi, amarelinho como um canário, também não se apruma no mar, porque é da lagoa. É peixe que não tem valor; tem muito sebo. Peixe filho-da-puta! O robalo é criação do mar. Entra na lagoa e dá produção. Chega a ter de oito a 20 quilos! Gosta de ficar junto do galho, mas, se tiver como sair para o mar, ele sai. Não é em qualquer

⁴⁰ Trata-se da turbulência (*comidia*) provocada pelos peixes em busca de alimento. De acordo com os pescadores, o peixe quando chega no galho “dá demonstração”.

⁴¹ Um *lugar* abrange uma área circular de cerca de 25 metros de diâmetro.

42 23/02/1986.
43 18/01/1987.

galho que dá robalo; tem de escolher o lugar. A mesma coisa é o camburipeba. A tainhota, quanto mais galho junto, mais ela gosta. Ela chega no galho por cima, curiosa. O bagre fica no pé do galho, cavando. Quando você bota ele na canoa, ele vomita – minhoca, unha-de-velho, fresquinhozinho! O acará também cavuca. Ele vem de cabeça e puxa de rabo, pra trás. Assim vai fazendo uma furna, fuçando, igual porco. Explorando, a gente vê.⁴²

Homero Hilário de Marins, aliás “Miolo”, que, no apogeu, tinha uma centena de galhos na lagoa, é didático nas suas explicações. Graças a isso ficou estabelecida, com nitidez, a diferença entre o *galho* e o *lugar*. Sua visão deste se aproxima da apresentada por Henrique. Para descrevê-lo, enfatiza a metáfora da casa:

No galho, o peixe tem conforto, encontra tudo que precisa, pertinho. Fica agasalhado na sua sala, varanda ou quarto. Anda pelo terreiro. Encontra comida fácil. Convive com os companheiros; cria os filhos.

Se os peixes se reúnem e reproduzem ao abrigo dos galhos, não é de se admirar que estes se multipliquem na lagoa, como assinala o próprio “Miolo”, fazendo as contas:

Só eu botei pra mais de cem galhos nessa lagoa. “Bengo” botou quase esse tanto. Quando pesquei com Ari, ele pôs uns sessenta, pelo menos. Isso para não falar de tio Henrique, “Beco”, Marco, “Cóia”. E sem contar com o falecido Teófilo de Oliveira, do Porto de Fora, que foi o maior de todos os pescadores de galho. Então, você calcula como não deve ser esse fundo, todo cheio de galharia, que algumas nem ninguém mais sabe onde, porque o dono já morreu.⁴³

Dessa perspectiva, o espelho da lagoa cobre um fundo juncado de galhos. Cada um é o centro de um arroteamento, de uma clareira aberta em terreno inculto, e com uma população mais ou menos densamente assentada, em contraste com os troços nômades e os andarilhos solitários que povoam as águas intersticiais e as grandes estradas da correnteza. Estes últimos são andejes e estão como que aprisionados na lagoa, enquanto os primeiros se aquerenciaram nela, cativados pelo artifício humano. Como se no primeiro caso houvesse uma escolha, enquanto no segundo prevalecesse uma fatalidade.

O artifício humano, entretanto, remete, para além de si mesmo, a uma habilidade e àquele que a detém. Como em tantos casos, também aqui, a competência, o saber, ou qualquer outra tradução que lhe queiramos dar, não

está ao dispor de todos. Advém, ao contrário, de um dom. Por isso, nem todo mundo sabe pescar de galho. Tem gente que não alcança o domínio dessa técnica, por mais que se esforce. Destes se diz, e eles mesmos dizem, que “têm a cabeça fraca”. E não vai nisso, ao que parece, nenhum desdouro, pois o fato não costuma ser silenciado. Ao contrário, sempre que fala da *pescada de galho*, o pescador declara-se, ou não, versado no seu exercício e, seja qual for o caso, sabe indicar os que merecem, ou não, ser considerados como tais.

Quem, no entanto, alcança o conhecimento necessário, tem razão para orgulhar-se dele. Sua assimilação demora sempre algum tempo, às vezes bastante tempo. Mas não há tempo que seja, por si mesmo, suficiente para garantir a maestria da técnica, vedada, em definitivo, a alguns.

A técnica da pesca de galho reside, antes de tudo, na capacidade de estabelecer *marcas* no quadro de um sistema de memória. Este se vale da própria paisagem, tal como ela se apresenta, num ângulo de 360 graus. Nesse vasto panorama, são inúmeros os pontos de referência passíveis de cruzamento, dois a dois. É demasiado improvável que duas pessoas operem aí o mesmo recorte para o seu eixo de coordenadas. Como se não bastasse, essa diversidade de referenciais se torna ainda mais complexa, quando se inclui a variável da *linha de chegada*, pois é necessário cruzar as *marcas de direção* com a *marca de chegada*, dizem os pescadores. Cada cruzamento se efetua em função do itinerário. Para retornar a ele, é preciso repetir o trajeto, com toda a atenção, até o momento em que a *marca* salta, por assim dizer, da paisagem. Essa revelação só acontece para aquele que fez a *marca*, pois só ele sabe a associação de tempo e espaço que presidiu a sua escolha.

É nisto que reside toda a possibilidade do *segredo das marcas*.⁴⁴ Cada uma delas constitui uma charada, cujo conceito não se revela. Quando morre, o pescador pode, portanto, levar para o túmulo toda a sua abstrata e pessoal semiologia da paisagem lacustre.

Um sistema de marcas, porém, não representa apenas um recurso mnemotécnico associado à vigência secreta de uma estética individual. Sua concepção e utilização envolvem, ainda, um aspecto ético e consuetudinário. A competência na formulação da *marca de encruzo* estabelece uma *autoria*. E esta dá direitos, mas não garante pretensões de exclusividade absoluta. Como o segredo mais zelosamente guardado, assim também a *marca* pode ser descoberta. Não por alguma habilidade racional, mas por acaso. O remo do pescador,

⁴⁴ Não podemos senão discordar inteiramente de Kottak sobre este ponto, (1983:95-100), para quem as *marcas* não passam de mistificação, em boa-fé, de fatores “mais importantes” do sucesso na pesca, como por exemplo, comportamento e valores empresariais (p. 96). Os dados de Zacarias desautorizam tal interpretação no caso da *pescada de galho*. Nela as *marcas* não funcionam como dispositivos de ocultamento de uma motivação capitalista, sendo ao invés, o produto e o privilégio de um *saber*.

⁴⁵ O autor da *marca*, ao contrário, dispõe do *galho*, por exemplo, quando o desloca, ao fim da pescaria, para um lugar ligeiramente excêntrico com relação ao ponto original, seguindo um critério só dele conhecido. Com isso, reafirma seu *animus domini*.

⁴⁶ A mesma observação foi feita, também, por Amorim (s/d:71).

quando vai calado, pode bater num galho. Às vezes, é apenas o peixe, que, ao chocar-se com ele, trai a existência do *lugar*.

Diante disso, o que faz o pescador? Provavelmente o mesmo que qualquer um faria no lugar dele, quando se confrontasse com uma circunstância, ainda que, casualmente, afortunada. Prepara-se para o reconhecimento do seu achado. Explora o lugar, passando uma linha, com a qual espera descobrir o *galho*.

Após tê-lo descoberto, procede segundo o manual: cerca o galho com um “lance redondo”; suspende-o com o *gancho*, deslocando-o para a periferia; depois, tarrafeia seguidamente no ponto em que o galho se encontrava; *corre e cobra* o produto do *lance redondo*; por fim, distribui a safra entre *paneiros* e *viveiros*, e toma o caminho de volta; não sem antes ter depositado o *galho*, outra vez, no sítio original.

A *marca* não é uma constatação de localidade *expostfacto*, mas uma criação, e, como tal, condiciona a existência do fato, sendo ela quem determina o ponto onde se encontra o *galho*, e não o inverso. É nisso que se funda a convicção e o reconhecimento da *autoria* de um *parcel*.

Toda *marca* representa, neste sentido, uma *poiesis* e um *animus*, sendo orgulho e zelo do seu autor. Os direitos desse ato de desbravamento são socialmente reconhecidos. Quem acha um *galho* sabe que este não lhe pertence. Entretanto, não é obrigado a curvar-se a qualquer exclusividade dos frutos desse *galho/lugar*. Não lhe ocorreria, porém, dispor dele, deslocando-o à vontade ou interferindo nele de outro modo.⁴⁵ Essa renúncia se configura, de resto, imediatamente; pois, quando o pescador deixa para trás a gleba (o)culta, não tem a menor certeza de poder frequentá-la outra vez, a não ser pela improvável renovação da mesma feliz casualidade.

Assim, quem pesca em *galho* alheio não comete transgressão. Apesar disso, não escapa da jocosidade, que costuma sancionar tal procedimento. Trata de se defender dela, alegando que “estava atrás do peixe, e não do *galho*”, e que o deixou no mesmo lugar.⁴⁶ Desse modo, entretanto, reafirma, em público, o reconhecimento do *galho* como lugar cativo.

Quem possui *marcas*, isto é, *galhos* na lagoa, não se vangloria apenas do conjunto mais ou menos extenso de lugares cativos. Conta, além disso, a vantagem de manter em cada um deles toda uma população de peixes, “como se os tivesse em viveiro”.

Ao falar deles, o pescador assume uma atitude peculiar. Recai nos diminutivos. Demonstra, ao mesmo tempo, atenção, familiaridade e simpatia, como se, por instantes, suspendesse o ânimo de predador para exercer apenas a curiosidade desinteressada da contemplação. Henrique, por exemplo, chegava nessas ocasiões a transfigurar-se. Aliava extraordinário domínio da arte da espreita a notáveis dotes histriônicos, numa complexa e divertida pantomima, sabendo representar todos e cada um dos seres que seu conhecimento discernia nesse microcosmo da vida lagunar.

Em sua mímese, esse mundo submerso aparecia humanizado. Falava dos seus habitantes como se os conhecesse e compreendesse de longa data. Não os imitava apenas. Punha na mímica do bagre, do acará, da tainhota, da unha-de-velho e da craca indisfarçável conteúdo afetivo. Transmitia, ao mesmo tempo, formas e sentimentos.

Ao sabor da narrativa, o *galho* ia, cada vez mais, carregando-se de significado, até se transformar em muito mais do que um simples objeto imerso nas águas da lagoa. A narrativa despertava nele todo um conjunto de virtualidades conferindo-lhe sua magia:

A partir do momento em que um objeto comparece numa descrição, podemos dizer que ele se carrega de uma força especial, torna-se como o pólo de um campo magnético, o nó de uma rede de correlações invisíveis. [...] Podemos dizer que numa narrativa um objeto é sempre um objeto mágico.⁴⁷

Assim, também, o *galho*, nas palavras e movimentos de Henrique, ia adquirindo uma densidade expressiva. Representava tão cabalmente a si mesmo que passava a apontar para outras coisas, situadas em domínios diferentes, mas passíveis de serem pensadas a partir de sua imagem.⁴⁸

O *galho*, convertido numa espécie de enteléquia, surge, por exemplo, como símbolo do processo de reprodução genealógica. Esse aspecto metafórico é explícito, quando se afirma, na Zacarias, que Juca Tomás tinha posto quatro *galhos* no povoado, como gostam, até hoje, de assinalar os seus descendentes.

O povoado, e cada um dos seus *compounds*, imagina-se por analogia com o *galho*, que é também um “lugar bom para conviver”, onde se pode assentar a “família”, alimentando e multiplicando a prole.

Numa relação inversa, porém, o que faz perdurar a família numerosa, isto é, o seu agrupamento residencial, torna o peixe vulnerável, sujeitando-o

⁴⁷ Calvino, 1990:47.

⁴⁸ “Tudo que sucede é símbolo, e, na medida em que representa cabalmente a si mesmo, aponta para o restante” (Goethe, *apud* Frenzel, 1978:36).

⁴⁹ Amorim, s/d:76.

de forma mais constante à eventualidade da captura. Se os filhos espalhados enfraquecem a grei dos pescadores, o ajuntamento convival dos peixes contribui para rarefazer periodicamente os habitantes do *galho*.

Entre os dois polos, no entanto, não há oposição pura e simples. Há, pelo contrário, uma espécie peculiar de nexo positivo. A *pescada de galho* proporciona aos zacarieiros, não só o alimento, mas também a satisfação de uma curiosa cumplicidade, como se tudo não passasse de um jogo, do qual presa e predador pudessem sair reconciliados. Ou, como se pode ler no trabalho de Stella Amorim:

O aspecto lúdico manifesto na procura do peixe, no ato de imaginar a espécie e a quantidade que será colhida, assim, como a crença de que os seres serão capturados de boa vontade e sem passar por sofrimentos, proporcionam gratificações emotivas encontradas no trabalho. De alguma maneira o pescador procura demonstrar que se relaciona com os peixes, como se falasse sua “linguagem”, cujo entendimento integra a “arte” da pescaria. Assim sendo, quando diz que o peixe gosta do galho para se alimentar, que a pescaria de aperto leva o peixe a morrer com raiva, lutando para sobreviver confere ao peixe uma entidade dotada de gostos e sentimentos que são seus mas que acredita que o peixe tem.⁴⁹

Assinalar sentimentos e preferências é, no entanto, insuficiente para dar conta do processo. A antropomorfização vai mais longe, quando “vê” o *galho* como uma reprodução da *casa*, na lagoa, e constata que os peixes crescem ao abrigo dele, como os rebentos de uma família à sombra do copiar paterno. Concede, pois, a esses habitantes assentados no *lugar* um traço estrutural do seu próprio modo de vida – a domesticidade.

Esse ponto de vista não exclui, em momento algum, a consciência da participação humana no estabelecimento de tal domesticidade. Vimos, ao contrário, que a existência do *galho* a supõe, na medida em que é inseparável da noção de *autoria* desse artifício.

Quem põe *galho* na lagoa fá-lo, de certo modo, na intenção dos peixes, isto é, para juntá-los, levando-os a deitar raízes, a fim de melhor se multiplicarem. Acostuma-os e afeiçoa-os a determinados locais, de cuja configuração se tornam copartícipes.

O *galho* serve para reunir, sob um teto comum, agregando-os, segundo um modelo familiar, seres que, de outro modo, permaneceriam sem paradeiro. É um

dispositivo que os leva a permanecerem *sponte sua* em lugar certo e sabido. Não é, pois, uma armadilha destinada a fixar por constrangimento. Funciona, ao contrário, graças à espécie de tropismo que exerce sobre os peixes, congregando-os por gosto e conveniência numa espécie de aldeia submersa e submissa.

Não há, neste sentido, na expressão da palavra, um *cativeiro*. O *galho* não captura o peixe, como a estacada, a rede de arrastão, a *rede de troia*, a *rede de caceia*, o tribombó, o juquiá e o covó. Sua ação consiste antes em atraí-los e seduzi-los. Por isso, pode-se dizer que é, não só um *lugar cativo*, mas um dispositivo cativante.

Graças a ele o peixe se domestica, permanecendo docilmente à disposição de quem o cativou. Este, concebido e executado o projeto do *galho*, passa a frequentá-lo. Visita-o, de tanto em tanto. No começo, para certificar-se do desenvolvimento do *lugar*, familiarizando-se com sua *marca* e com os habitantes desta. Após certo tempo, volta no intuito de pescar. Em tais ocasiões, vem com o *companheiro*, pois se a invenção da *marca* é, sempre, uma aventura solitária, a *pescaria* não o pode ser, jamais.

A condução da *pescaria de galho* cabe, necessariamente, ao *dono da marca*. Só este tem a capacidade de, olhando para as serras, morros, árvores, casas e baixadas, ao redor, desvendar o fundo e, assim, tornar acessíveis, como num passe de mágica, os frutos da gleba invisível.

A *pescaria de galho*, entretanto, não se distingue apenas por essa forma refinada de rastreamento. É toda ela caracterizada pela delicadeza das operações, tanto quanto pela dos instrumentos.

A rede, por exemplo, é confeccionada com *linha dez*,⁵⁰ muito fina, portanto. Igualmente finos são os discos da raiz do araticum, que lhe servem de boias. No seu entrelhecimento, não se encontram peças de chumbo; fariam muito ruído, ao bater contra o bordo da canoa, por ocasião do *lance redondo*. Em lugar delas, há pequenos sacos de areia, em forma de meia-lua, tingidos de preto, numa decocção de casca de murici. Assim, a rede pode deslizar para dentro d'água, "sem espantar os peixes".

O deslocamento do *galho* exige força, e também cuidado. É necessário levantá-lo "pelo pé" para evitar que se danifique. O encarregado dessa operação é o *chumbreiro*, que tem de mantê-lo erguido, junto ao bordo esquerdo da canoa, até que esta atinja o ponto em que será temporariamente depositado. E

50

Fio de algodão industrializado vendido em carretéis e cujas marcas preferidas são Corrente e Âncora.

⁵¹ Salseiro, (bras.): desordem, confusão, motim.

⁵² Só o que pode inviabilizar esse resultado são certas vicissitudes climáticas. O tempo ventoso, por exemplo, ajusta-se mal a essa pesca, porque os galhos se movem, espantando os peixes. Com frio os peixes não chegam aos galhos (Cf. Amorim, *s/d*:71 e 73).

isso deverá ser feito com suavidade, para que os ramos não se quebrem sob o impacto, e este não venha a “assustar os peixes”.

A parte que requer maior perícia, no entanto, é o uso da tarrafa. Essa tarefa cabe ainda ao *chumbereiro*, que tem de executá-la de pé, junto ao *banco*. Isto exige uma dose considerável de habilidade. É preciso ser experiente para tarrafejar nessas circunstâncias. Os movimentos devem ser eficientes, mas não podem ser bruscos. Devem aliar força, destreza, precisão e equilíbrio. O *popreiro* “aguenta a canoa com o remo grande”, apoiado no fundo. O *chumbereiro* arremessa, cuidando de balançar o menos possível a embarcação. Em seguida, tem de puxar a tarrafa lentamente, porque a *chumbada* tem de acompanhar as depressões do fundo, colhendo, na passagem, os peixes abrigados na *buracaria*.

Aqueles que conseguem se livrar da tarrafa, fogem em todas as direções. Acabam, pois, emalhados, ou são colhidos, quando se aperta o cerco, no *colo* da rede, que o *chumbereiro* vai estreitando com a vara de bambu.

Por melhor que se execute toda essa operação, uma parte dos peixes consegue, em distintos momentos, escapar. As tainhas e os paratis, por exemplo, podem saltar por cima da rede, ou aproveitar-se das brechas abertas, quando porventura o peso da safra submerge a *cortiça*. Já os bagres e os acarás podem, eventualmente, sair ilesos, nos recôncavos e furnas da *buracaria* que o chumbo não varre.

Esse alvoroço agita as águas como se estivessem em ebulição. A propósito, Henrique gostava de dizer: “Eles fazem ‘saceiro’⁵¹ mas voltam para o lugar”. Para isso, entretanto, é preciso recolocar o *galho* onde se encontrava, ou de acordo com uma variante dessa técnica, deslocá-lo um pouco, readaptando, em silêncio, suas coordenadas. Depois, é esperar. Voltam as viagens de inspeção. Cumprido o pouso, o *galho* encontrar-se-á repovoado, pronto para suportar uma nova safra.

Não é difícil prever os resultados de tal manejo. Para o autor e dono de muitas *marcas*, a pescaria tende a transformar-se num empreendimento de razoável previsibilidade. Passa a ser a repetição, mais ou menos sistemática, de um circuito de *lugares*, que vai sendo percorrido com a certeza de não se voltar de mãos vazias, desde que haja bom tempo.⁵²

Além dessa redução da incerteza, a *pescaria de galho* conta com outro atrativo. É uma espécie de jogo, em que o talento e a perícia surgem articulados a uma parilha de valores – o peixe capturado vivo e de bom grado.

O primeiro é de natureza estética. O peixe que se retira vivo da água, isto é, aquele que não morreu, antes, por asfixia ou “esmagamento”, tem *força* e paladar incomparáveis. Tem mesmo um sabor especial. É mais gostoso, mais forte, mais saudável e mais alimentício, na opinião dos pescadores.

O segundo aspecto é de caráter ético. Na *pesca de estacada* (ou aperto), na rede de troia e no arrastão, “o peixe morre obrigado”, “com raiva”, “lutando para se salvar”. Na *pesca de galho*, bem como na *pescaria de rede solta*, ao contrário, “ele morre sem sofrimento”, e, por isso, brinda o seu captor com suas melhores qualidades.⁵³

É como se houvesse entre a presa e o predador uma espécie de acordo tácito. Na *ameijoada*, bota-se a rede e só é emalhado o peixe que quer sê-lo. Na *pesca de parcel*, coloca-se o *galho*, e os peixes vêm habitá-lo. Cultivam os seus arredores e apegam-se ao *lugar*. E, com isso, como que aceitam a contrapartida de um tributo periódico ao senhor da *marca*.

Também este não se mostra indiferente à circunscrição da qual pode considerar-se fundador, pois, como observa Aldo van Eyck, “não se pode ser sensível à forma construída, se não se é sensível aos seus usuários e construtores”.⁵⁴ O pescador toma, pois, interesse na existência, comportamento e prosperidade das “famílias” de peixes que aí se reúnem. Passa a vê-los, por analogia, com o seu próprio modo de vida e reprodução, associando, finalmente, a multiplicação genealógica de sua própria família com a dos peixes, também eles ligados entre si por laços de parentesco e afinidade.⁵⁵

Se, no entanto, em vez de considerarmos a relação de cada pescador com o(s) seu(s) *lugar(es)*, levarmos em conta o Lago Grande como um todo, torna-se impossível contornar o fato de que, com um sem número desses pesqueiros, os pescadores participam ativa e significativamente da comunidade de vida da lagoa ou, para usar um termo caro aos limnologistas, de sua *biocenose*.

Em Zacarias, a *pesca de galho* é a técnica preferida entre todas.⁵⁶ E isso não tem a ver apenas com o seu caráter lúdico, nem responde a meras considerações utilitárias, ou ao fato de que, como toda arte, reconhecida enquanto tal, estabeleça parâmetros de excelência.

“Botar um galho” é mais do que simplesmente pescar com maestria e previsibilidade.⁵⁷ Com essa técnica, os zacarieiros não adquiriram apenas mais um recurso para a panóplia do pescador. De certa forma, a *pesca de galho* está para Zacarias como o chá para os ingleses, ou o futebol para os brasileiros.

⁵³ Também Amorim (s/d:73-74) registra esse tipo de representação.

⁵⁴ Van Eyck, 1975:189.

⁵⁵ A propósito, consultar Pereira, 1991; e, mais extensamente, Silva, 1988:80 a 136.

⁵⁶ Cf. também Amorim, s/d:71.

⁵⁷ Essa previsibilidade refere-se não só às espécies colhidas, como também ao prognóstico da safra.

Em todos os assentamentos da lagoa, a referência aos zaqueiros inclui o domínio da *pesca de galho* como característica destacada.

Eles não a inventaram, mas conseguiram dominá-la e desenvolvê-la a ponto de incorporá-la à própria identidade.⁵⁸ Em Maricá, falar dessa pescaria é falar dos zaqueiros. Estes a consideram como sendo a quintessência do seu ofício, sua grande arte, por assim dizer, e, como tal, o exato oposto das pescarias em que prevalece a “força bruta” e que, a despeito dos seus resultados imediatos, são desprezadas.

Entre os habitantes de Zacarias esse menosprezo é zelosamente cultivado, como testemunham as narrativas sobre o tempo passado, tão importantes na socialização dos futuros pescadores. Muitas delas referem-se a conflitos travados pelos mais velhos contra as grandes pescarias de arrastão. Não que se desconhecesse sua produtividade imediata, e a conseqüente chance de ganhar mais dinheiro em menos tempo. O que a crítica condena nessa técnica é a sua deficiência, a um só tempo, estética e ética. Vê nela “uma pescaria sem arte”, na qual o equipamento é tudo e o homem quase nada, podendo mesmo ser substituído, com vantagem, por uma junta de bois! E, o que é ainda pior, uma pescaria predatória, verdadeira negação da *lavoura do pescador*, pois, ao varrer o fundo, destrói o que esta cultivou.

Não é, pois, verdade que as técnicas de “aperto” e “varrer o chão” tenham permanecido de uso limitado por desinteresse pelo excedente. O argumento é outro. A adoção geral dos *arrastos* tenderia a reduzir, drasticamente, a participação das unidades domésticas na atividade produtiva que, já em 1918, mobilizava em torno de 400 embarcações: “Quantos arrastos você acha que poderia haver aqui?”, perguntava, a propósito, um pescador.

Por causa desse entendimento, o uso dos arrastões envolvia conflitos. Com eles os pescadores artesanais, se não obtiveram a limitação desses dispositivos à costa oceânica, conseguiram, pelo menos, confiná-los a certas áreas do sistema, como São José do Imbassá e a própria Barra de Maricá.

Essa polaridade valorativa verifica-se na própria carreira do pescador de Zacarias. A trajetória de Luiz é, neste sentido, um ótimo exemplo. Ele é um dos netos de Hilário e “Quessa”. Começou a pescar com “Cóia”, de quem era o primogênito. Com o tempo teve outros *companheiros* e adquiriu sua própria pescaria. Casou-se e foi morar junto ao seu tio “Miolo” numa casa, construída no lugar da que era de seu pai, e que a *Companhia* tinha derrubado, nos anos 1960. Entre tio e sobrinho estabeleceram-se, então, relações mais próximas. Graças a elas, “Miolo”, em via de retirar-se do ofício, ensinou a *pesca de galho*

a Luiz. Em 1990, com 35 anos feitos, e pelo menos 20 de pescaria, no Lago Grande, este podia, finalmente, dizer, com justificado orgulho, que “já estava no entendimento das *marcas*” e “tinha começado a *botar galho* na lagoa”.

Com essa afirmativa, declarava-se completo no seu ofício, que dominava, agora, do lança de tarrafa à *pescaria de parcel*; respectivamente, o alfa e o ômega da profissão.

Desse momento em diante, o pescador já não será mais o mesmo. A capacidade de ter e manter *galhos*, em diferentes pontos do Lago Grande, confere-lhe uma distinção entre os pares, inserindo-o no grupo dos cultores dessa grande arte da pesca lagunar.

As implicações dessa mudança, porém, não se limitam a uma questão de prestígio social. Quem pesca de *galho* pode, se não lhe faltar diligência, furtar-se ao império das necessidades e das contingências. Ganha autonomia perante o meio, na medida em que o adapta aos seus próprios desígnios, com o artifício da *marca*. Por intermédio dele, estabelece uma espécie de parceria com os demais atores dessa *Lebensgemeinschaft* que é a lagoa.⁵⁹ Assim, passa a fazer parte desta. Pertencente, embora, a um dos seus três domínios, sua atuação, associada à dos peixes, vegetais e outros organismos, influi, de maneira direta e decisiva, nas demais áreas dessa totalidade. É um ser da *margem*, que, no entanto, ajuda a (con)formar o *fundo*, colonizando-o a partir da *superfície*.⁶⁰ Para isso, no entanto, se vale, ao mesmo tempo, de sua aptidão como geômetra e agrimensurador do espelho d'água e dos seus dotes de observador da vida lacustre, que precisa ser conhecida para ser cultivada.

Pescar de *galho* significa, na acepção própria, incluir-se o pescador na lagoa. Ao fazê-lo, porém, tende a afastar-se, mais e mais, do caçador e do coletor, cujos ofícios são, em princípio, aparentados ao seu. Transforma-se no amanhador, cujos campos permanecem guardados sob a vasta lâmina d'água. E é por isso que reconhece na lagoa sua *lavoura*.

Apesar disso, toda uma geração de zacarieiros, não importa quais tenham sido os seus mestres, apresenta, na sua formação, uma lacuna, que nenhum talento ou ensino pode já suprir. Se lhes sobra maestria no exercício da grande arte que é a *pescaria de galho*, falta-lhes, no entanto, inteiramente, a experiência da *grande pesca*. Muito poucos podem dizer que se lembram dos memoráveis *gancheios* e *arrastos* de camarão da Maricá de outrora. Muito menos, ainda, são os que participaram deles. E a maioria dos zacarieiros só os conhece de

⁵⁹ O termo significa comunidade-de-vida, e, como conceito, ocupa um lugar importante no discurso da limnologia. (Cf. Thienemann, 1956:15-20).

⁶⁰ Cf., a propósito, Kieerekooper, 1944:163 a 213, especialmente.

ouvir falar. Os mais jovens não têm senão uma pálida ideia do que foram esses “tempos de fartura”. Se ainda chegaram a ver uma dessas redes (de *gancheio* ou de *arrasto*), foi como peça de museu, na casa de algum ancião do povoado. Devem ter ouvido contar muita coisa a respeito dessa pescaria. Os mais velhos costumam recordá-la, de quando em vez. Em tais ocasiões, lembram as *sociedades* que se formavam para a captura e venda do camarão. As conversas adquirem, então, um matiz nostálgico, não raro para desandar na lamentação da grandeza perdida.

Seja qual for, no entanto, o rumo dessas reminiscências, todas acabam, cedo ou tarde, tratando do mesmo tópico. Este lugar-comum obrigatório refere-se a um parceiro sem o qual o camarão não voltará jamais a existir e os *galhos* não poderão ser tão densamente povoados, como costumavam sê-lo antigamente. À vida na lagoa não basta o concurso de margem, fundo e superfície. Ela precisa do mar.



O conúbio das águas

Vida e morte de uma identidade social?

O homem é um trânsfuga da Natureza. Escapou-se dela e começou a fazer história, que é esforçar-se para realizar o imaginário, o inverossímil, talvez o impossível.

Ortega y Gasset

1. A barra nativa

Em 1813, o comerciante inglês John Luccock empreendeu a primeira de suas “Viagens para Oriente do Rio de Janeiro”,¹ a qual, como as demais, iria levá-lo à região de Maricá.

Ao seguir o tradicional caminho que acompanhava a “pancada do mar”, deparou-se com uma cena digna de figurar nos seus apontamentos sobre o “grande lago de Americá”:

De uma feita, cheguei à barra, conforme lhe chamam, ali por perto da maré rasa e momento em que as águas se retiravam com grande fúria. Estava uma canoa à espera, para ajudar quem quisesse atravessar, mas o canoeiro recusou-se a passar-nos e a nossos cavalos antes que a maré virasse. Isto nos forneceu a oportunidade de observar a corrente; media então cerca de setenta jardas de largo, tendo derruído o banco de areia até a profundidade de quinze pés; as margens do canal eram quase a prumo, mas desbarrancavam-se a todo instante, pelo ímpeto e erosão das águas a seu pé.²

Tais circunstâncias impediram a travessia dos viajantes, que tiveram de pernoitar nos arredores, consolados por um farto e saboroso jantar de pescado fresco. Na manhã seguinte, a comitiva tratou de renovar seus esforços para transpor o canal. Devido à hora, no entanto, foi de novo frustrada no seu intento, por causa da vazante. Luccock e seus companheiros puderam assistir, então, a outra cena destinada a causar-lhes grande impacto:

Oito cavalos se achavam no momento bem no meio da caudal, que ampliara sua largura para duzentas jardas; as equipagens de duas canoas estavam fazendo

¹ Luccock, 1975, cap. X.

² Luccock, 1975, p. 202: jarda = 0,9144m.
pé = 0,3048m.

tudo para ajudá-los a resistir à correnteza, mas assim mesmo estavam sendo arrastados, dando-os os espectadores por perdidos; conseguiram no entanto, tomar pé, antes de atingirem o rodamoimho que se formava no encontro das águas com o oceano³

A importância da descrição de Luccock reside no fato de ser ele o único que, ao falar da *abertura da barra*, confere ao acontecimento a magnitude que as demais referências, sem exceção, omitem.

Simão de Vasconcelos, no século XVII, já caracterizava Maricá como “uma alagoa” que, de tanto em tanto, tinha de ser aberta, para que suas águas excedentes se despejassem no mar.⁴ Monsenhor Pizarro,⁵ contemporâneo de Luccock, registrou, igualmente, tal informação. Em meados do século XIX, vamos encontrá-la, também, dicionarizada por Milliet de Saint-Adolphe, no verbete sobre a lagoa de Maricá.⁶

Somente Luccock e Saint-Hilaire, no entanto, relacionam essa comunicação das águas lagunares e oceânicas com a piscosidade da lagoa, no caso de Maricá e Saquarema, respectivamente. Por coincidência, ambos mencionam, ainda, uma informação, segundo a qual os lugares onde se costumavam abrir essas *barras* teriam sido outrora entradas permanentes de portos naturais.⁷

Ninguém sabe precisar o tempo em que essas *barras* teriam existido de forma permanente. Não há quem as pretenda ter visto; sequer conhecido alguém que as pretendesse ter visto. A informação, no entanto, encontra-se amplamente difundida, seja por uma tradição oral de grande fôlego, seja pelas virtudes especulativas de um saber local capaz de sua própria geognose.

Certo é que, com base nela, os povoados da restinga estiveram sempre de acordo em denominar *barra nativa* o canal que punha em contato, periodicamente, a lagoa e o mar. *Barra nativa* porque ali fora, alguma vez, passagem perene, para depois se abrir ao sabor das conjunturas, e, finalmente, ser aberta de acordo com os desígnios humanos.

Novamente, não sabemos quando teve início tal procedimento, nem quais foram os motivos originais para sua adoção. Consta que Lejeune de Oliveira sustentava, para seus alunos e colaboradores, que já os índios abriam a *barra* da lagoa de Maricá. E, segundo ele, faziam-no com vistas à entrada do peixe.⁸ Suas fontes relativas ao assunto permaneceram desconhecidas. Sabe-se, no entanto, que realizou seu trabalho de campo em estreita cooperação com os

³ Luccock, 1975, p. 203.

⁴ Vasconcelos, 1943, II, p. 73.

⁵ Pizarro e Araújo, 1948, VII, p. 103.

⁶ Saint-Adolphe, 1845.

⁷ “[...] um local que dizem já ter sido a entrada de um porto” (LUCCOCK, 1975, p. 202); “Dizem que outrora se podia entrar com embarcações do oceano no lago” (Saint-Hilaire, 1974, p. 144).

⁸ Agradecemos a comunicação pessoal do Dr. Fontana, pesquisador do Museu Nacional/UFRJ, colega e ex-aluno do professor Lejeune de Oliveira.

⁹ Agradecemos comunicação pessoal da Dra. Ana Timóteo, do Museu Nacional/UFRJ.

¹⁰ Sr. Francisco Sabino da Costa.

¹¹ Vazão, velocidade, desnível etc. (Cf. Oliveira, 1955, p. 184).

pescadores,⁹ os quais lhe teriam manifestado, repetidamente, a convicção da existência dessas *barras* “desde o princípio do mundo”.

Esta expressão é recorrente. No modo de falar dos zacarieiros aplica-se não só à *barra*, mas também a outros fatos, todos eles situados numa dimensão temporal que escapa ao controle da memória, como é o caso do próprio povoamento da restinga.

Se, pois, é impossível determinar as circunstâncias da primeira *barra*, perdida na bruma dos começos, o mesmo não ocorre com a última. Esta teve data certa e mereceu uma descrição capaz de restituir a escala e importância desse tipo de evento. Também ela se deveu a um naturalista, que, no entanto, à diferença dos anteriores, era já um pesquisador e profissional do ramo especializado da limnologia.

2. A última barra

Em 7 de maio de 1951, a lagoa de Maricá tinha, após um março e um abril de muita chuva, atingido, novamente, seu nível máximo. Diante disso, tomou-se a decisão de abri-la, rasgando o cordão litorâneo no lugar da *barra* nativa.

Ao cair da noite, já se encontravam reunidos, no local, cerca de 800 homens, provenientes dos diversos assentamentos de pescadores da lagoa.

Por volta das 21 horas chegou à *barra de emergência*, o chefe da Colônia de Pesca.¹⁰ Vinha do Rio de Janeiro, para onde fora convocado, no correr do dia, pelo DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Sua missão era impedir a abertura, pois, com ela prejudicar-se-ia a tomada de dados hidrológicos em Ponta Negra,¹¹ cujo canal estava para ser rompido, no dia seguinte.

Os pescadores responderam a essa demanda com uma enfática recusa, em meio ao que Lejeune de Oliveira qualifica de uma enorme agitação. Não queriam admitir, de modo algum, que, no presente ou no futuro, a laguna de Maricá escoasse através da laguna de Guarapina.

Com ímpeto incontido, começaram os trabalhos uma hora antes da meia-noite. Eram ao todo 500 homens, com pás, enxadas e picaretas. Muitos comerciantes haviam acorrido, nesse ínterim. Seu interesse voltava-se para o camarão. A título de incentivo, tinham aportado nada mais, nada menos do

que 1.500 garrafas da melhor aguardente, com a qual se assegurava a energia e alegria da faina.

Durante toda a madrugada tratou-se de remover areias, até que, ao romper da aurora, a lagoa começou a verter suas águas no oceano. Desse momento em diante, a barra permaneceu aberta durante 28 dias, fechando-se, afinal, em 4 de junho.

“Foi a última vez que entrou água do mar em Maricá por esta barra”, assevera o limnologista, que acompanhou todo esse processo e de cuja observação atenta resultou o mais completo conjunto de informações sobre os efeitos de uma abertura de barra que possuímos até hoje:

Com a entrada de água do mar, entrou também formidavelmente o camarão *Penaeus brasiliensis*, a tainha *Mugil lisa* sendo que esta ficou uns 5 meses na lagoa: até Novembro de 1951; do mesmo modo entraram em grandes quantidades os paratis *Mugil curema* e as tainhas *Mugil platanus*, que são as de corso, e o corso passava em Maio por Maricá. [...] Durante o mês de Maio em que havia sempre comunicação da lagoa com o mar, com o sangradouro aberto, pescou-se muito o faqueco *Carangops amblyorhynchus*, tendo ele acabado assim que o mar fechou o sangradouro com areia, em Junho de 1951. Outros peixes que entraram foram: os pampos, e pampos galhudos: *Trachinotus falcatus*, e as guaibiras *Oligoplites saurus*, em quantidade média, pouco menor que a de tainha. Os peixes do gênero *Oxylabrax* existiram em quantidade muito grande sendo eles o *Oxylabrax undecimalis* (o robalo), os *Oxylabrax parallelus* (a cangurupeba), e o *Oxylabrax euciferus* (as pebas). Também quando a lagoa mantinha-se aberta havia peixes da família *Eucinostomidae*, entre eles os carapicus verdadeiros – *Eucinostomus harengulus*, e são de época de sangradouro aberto as pescas de caratingas – *Diapterus brasilianus*, de canhanhas – *Archosaurus unimaculatus*, as de salemas – *Anisotremus virginicus*, mas em quantidades bem menores a dos outros peixes, assim também, como em quantidade ainda menor as corvinas marisqueiras *Micropogon opercularis*, e as corvinas de linha *Micropogon undulatus* [...] Em muito grande quantidade havia a *Brevoortia tyrannus* (a savelha), mas esta entra em águas muito rasas [...], mas ela é uma qualidade de sardinha sem saída no mercado [...]. Estes foram os peixes que entravam na “lagoa antiga”, e pela última vez entraram em grande massa em Maricá, em 1951.¹²

Nos meses subsequentes houve abundância de todas essas espécies. Os robalos, que tinham entrado miudinhos, eram pescados com 8 a 10 quilos,

¹² Oliveira, 1955, p. 184-185.

- ¹³ Cf. Oliveira, 1955, p. 205.
¹⁴ Cf. Oliveira, 1955, p. 197.
¹⁵ Cf. Oliveira: 1955, p. 204.
¹⁶ Cf. Oliveira, 1955, p. 204.
¹⁷ Cf. Oliveira, 1955, p. 210.
¹⁸ Cf. Oliveira, 1955, p. 185 e 212.

cada um. O camarão desenvolveu-se com espantosa rapidez, podendo colher-se já no mês de julho, numa safra ininterrupta e de excelente qualidade, até outubro e novembro.

Esta foi, no entanto, a derradeira fulguração da *grande pesca* e, de modo geral, da piscosidade desse sistema. No mesmo dia em que se abriu a *barra*, foi inaugurado também o Canal de Ponta Negra. E com ele mudou, em pouco tempo, todo esse quadro de fartura.

Dois anos apenas, depois desse 8 de maio de 1951, o balanço hidrobiológico das várias lagunas já apresentava sinais inequívocos de desequilíbrio e declínio. A lagoa tinha muitos acarás, bagres, robalos e outras espécies de peixe de água quase doce, ou doce, como a traíra.¹³ As cracas, ostras, unhas-de-velho eram lembradas, apenas, por suas carapaças sem vida. Subsistia, ainda, o caramujinho-arroz (*Lymnea sp.*). Do camarão, entretanto, nem sinal.

As taboas (*Typha dominguensis*), em contrapartida, estendiam seu domínio ao longo das margens, sobretudo no Canto de São José do Imbassaí e nos Brejos do Capim e de Itaipuaçu.¹⁴ Na laguna da Barra, com suas águas grossas e viscosas, de um verde carregado, proliferava o *lixo do camarão* (*Enteromorpha* – alga verde em forma de tubinho, onde se criava o camarão miúdo).¹⁵ Mas, a associação desse *lixo* com as cracas, camarões, siris (*Callinectes sapidus*), unhas-de-velho e com o caramujinho-arroz, tão exuberante nos meses que se seguiam à *abertura da barra*, em águas poli-halinas, estava desfeita.

A laguna do Padre estava mais rasa do que nunca; seus espriados tinham crescido e a *Ruppia* tomara conta de suas águas tornando impossível o trânsito de botes a motor, e chegando mesmo a dificultar as travessias em canoa. Abrigava jacarés de até 10 quilos, e de seu fundo, tocado com o remo, desprendia-se gás sulfídrico.¹⁶

O Canal do Cordeirinho convertera-se num gigantesco filtro, “onde as *Typha*, *Acrosticum*, *Graminae*, *Cyperaceae*, *Ruppia* e numerosas plantas aquáticas, inextricavelmente emaranhadas, formavam uma espécie de peneira”.¹⁷ Os poucos peixes do mar que transpunham o canal de Ponta Negra representavam uma fauna de extraordinária resistência às mudanças de salinidade. As savelhas, por exemplo, continuavam a entrar pelo Canal de Guarapina, já então muito assoreado, por habitarem a camada mais superficial das águas.¹⁸

De um modo geral, o aspecto hidroquímico do sistema tendia para um regime oligo-halino.¹⁹ De 1953 até dezembro de 1954, a entrada da água do mar por Ponta Negra foi mínima, ocorrendo somente nas marés altas de equinócio e sizígia.²⁰

O tempo da *grande pesca* tinha, pois, ficado para trás. Já não havia mais as *redes de camarão*, vendidas, por inúteis. Com elas se fora também o antigo equilíbrio. Em dezembro de 1954, as tensões entre os pescadores de Maricá²¹ e de Guarapina chegaram a um ponto crítico. Enquanto a pesca dos primeiros “não dava nem para o molho”, os últimos tinham, no peixe do mar e da lagoa, uma dupla fonte de renda.

Se tal situação beneficiava os de Guarapina, era ressentida pelos demais como iníqua. Os pescadores de Guaratiba, Barra de Maricá e, sobretudo, os zacarieiros consideravam que toda a vida no sistema lagunar dependia do Lago Grande. Não se cansavam de repetir que era ele o *grande criadouro* da lagoa. Desse modo, reivindicavam sua preeminência, fundamentando, ao mesmo tempo, a própria revolta contra o Canal de Ponta Negra. Percebiam-no como o causador de sua desgraça. Dele não podiam esperar a *criação* marítima que a *barra nativa* costumava trazer-lhes. E, como se não bastasse, com vento sudoeste e trovoadas, levava o pouco peixe criado no Lago Grande a sair por Ponta Negra. Assim, os favorecidos eram, outra vez, os guarapinos, que punham suas redes diretamente no Canal, capturando o pescado na entrada e na saída.

Vinte anos depois, por ocasião da *grande mortandade* (1975), tudo continuava na mesma, ou pior ainda. A *barra nativa* transformara-se numa obsessão. E, com ela, tinha-se aprofundado a velha rivalidade com os pontanegreiros. Tão forte, agora, que se optou por excluí-los da distribuição de alimentos. Ilesos dos efeitos da *mortandade*, é como se tivessem deixado de partilhar o destino comum dos povoados da lagoa.

As dissensões, entretanto, não ficaram por aí. Aceito o fato consumado da existência de um *sangradouro* permanente, as polêmicas passaram a travar-se em torno de várias alternativas, todas elas destinadas à recuperação da *barra nativa*.

Uma dessas alternativas consistia em fechar-se o canal da Ponte Preta, junto ao povoado de Guaratiba, para melhor represar as águas, com vistas a uma *abertura de barra*. O procedimento, entretanto, embora já conhecido na *lagoa antiga*, provocou tensões, quando usado no início dos anos 1980. Tão graves de resto, que representantes da Barra e de Guaratiba julgaram

¹⁹ Cf. Oliveira, 1955, p. 212.

²⁰ Cf. Oliveira, 1955, p. 214.

²¹ Cf. Oliveira, 1955, p. 210-211.

²² Ver adiante a íntegra do documento.
²³ Cf. Oliveira, 1955, p. 215.

necessário estabelecer, com a mediação do prefeito, um “Protocolo de Intenções, Cumulado com Termo de Compromisso”, para evitar agressões e mortes.²²

Nenhuma dúvida, pois, que o Canal de Ponta Negra tinha-se tornado para Maricá, juntamente com os loteamentos, uma espécie de pomo da discórdia. É bem verdade que, retrospectivamente, podia-se dizer dele, como o fez repetidamente Lejeune de Oliveira, tinha cumprido sua finalidade de sanear a lagoa.²³ Neste sentido, era um grande êxito de que podiam orgulhar-se sanitaristas e engenheiros do DNOS. A malária desaparecera de Maricá. Isto, porém, eram confortos de enforcado.

3. No limiar da lagoa

Durante os primeiros anos de pesquisa, a tenda do etnógrafo foi um rancho de pesca às margens do Lago Grande. O rancho pertencia a Irineo José de Marins, cujo *nome de casa* era Henrique, e que, ao longo dos seus 68 anos de vida, tivera vários apelidos, dos quais o último, vigente naquele então, era “Poeira”.

Quase tudo nesse espaço, desde a sua localização, era liminar, inclusive o seu proprietário. Henrique era um chefe de família que não tinha família (descendentes); um homem casado que não vivia em casa com sua mulher; e um pescador que tinha deixado de pescar, mas que continuava a viver como se pescasse, pois, tudo no rancho, dos objetos às rotinas, girava em torno da pescaria.

Nessa época, todo o povoado ocupava-se, obsessivamente, de um grande tema: a briga com a *Companhia*. Embora Henrique não se mantivesse alheio ao drama, seu rancho, literalmente voltado para a pesca e para a lagoa, proporcionava-lhe um certo afastamento da comunidade de aflição, na qual os demais estavam imersos.

Esse espaço recluso, ainda e sempre subordinado aos ritmos da pescaria, proporcionou ao etnógrafo todo o seu ciclo de socialização na arte da pesca. Durante boa parte dos dias e noites passados ali, entre canoas, remos, redes e outros apetrechos, foi iniciado nas técnicas, no conhecimento naturalístico e na cosmovisão, que se articulavam a propósito da pesca artesanal, nesse ambiente lacustre.

Os modos desse ensinamento eram variados. Compreendiam longas discussões e digressões sobre os mais diversos temas – ventos, marés, luas; peixes e plantas; canoas, redes; instrumentos e técnicas de confecção; portos e pescarias; topônimos e pontos de referência; ambientes e paisagens; o mapa do céu; o mar e a lagoa; as estações do ano e assim por diante.

Tais rudimentos de corografia, ergologia, tecnologia, meteorologia, ictiologia e, até, de cosmografia, que Henrique dominava com desenvoltura, surgiam entretecidos por essas narrativas que costumam acompanhar as, de outro modo tediosas, tarefas manuais, incontornáveis, no cotidiano de qualquer pescador.

Além dessas aulas, conversações e contares, no entanto, o etnógrafo assistiu, durante esse período, a algumas *cenas*, também elas carregadas de informação. E com a vantagem de vir esta pautada por toda uma gama de tonalidades afetivas, o que lhe conferia uma vivacidade lúdica, tornando-a atraente e inesquecível.

A uma dessas encenações deveu-se, também, o primeiro contato do etnógrafo com a *barra nativa* e, através dele, a apreensão instantânea e indelével de sua importância e significado.

3.1 O *Tangolangomango*

Num começo de noite do mês de agosto do ano de 1981, o rancho de pesca transformara-se numa espécie de palco. Sob a luz vacilante de uma lamparina, que Henrique, não sem ironia, chamava de gambiarra, encontravam-se reunidos, além do etnógrafo e de seu anfitrião, Benjamin e seu filho Wilson, de retorno da pescaria, “compadre” Marco e Aristóteles.

Este último, companheiro de grandes farras, no passado, vinha de uma intervenção cirúrgica da qual falavam, afora sua fraqueza e palidez, as manchas de mercurocromo, mal ocultas pela camisa. Chegara pela mão da filha, que, atendendo aos seus pedidos, havia concordado em trazê-lo do Rio de Janeiro para uma visita ao amigo “Poeira”.

A ocasião era, pois, especial. Agradavelmente surpreendido, Henrique tratou de acomodá-lo o melhor que pôde. Com indisfarçável alegria, começou a recordar fatos e feitos do tempo em que tinham andado juntos. Lembrou as tropelias e jogatinas fartamente regadas à cachaça.

Como se com isso tivesse pronunciado uma deixa, surgiu, não se sabe de onde, uma garrafa de aguardente. Todos, com exceção do filho de “Beco”, encheram os seus copos, inclusive Aristóteles, que, no entanto, não bebeu.

Acesos os espíritos, a conversação tomou impulso, saltando de um tema para outro. Aristóteles de início quase não falava. Aos poucos, foi-se deixando envolver pelo entusiasmo da parolagem, conduzida com vivacidade por Henrique.

Este andava pelo rancho, evocando, com graça, uma após outra, cenas do passado. Festas, bailes, bebedeiras e brigas, nas quais tinham estado com outros companheiros. Como um autêntico comediante, entretinha sua plateia, provocando nela a curiosidade, o espanto e, sobretudo, o riso. “Compadre” Marco e Benjamin associavam-se à pantomima, vez por outra, contando “causos”, em que Henrique aparecia, frequentemente, como protagonista.

O papel principal cabia, porém, aos bons velhos tempos, que “Poeira”, como um ator consumado, conseguira trazer de volta, conjurando-os com gestos e palavras para que o convalescente pudesse desfrutá-los uma vez mais.

O ponto alto desse encantamento do passado surgiu de repente. E com tanta força, que todos se viram, de um momento para outro, arrebatados e convertidos em *dramatis personae* da narrativa.

De pé, no meio do aposento, apoiando-se no tampo de sua mesa trôpega com uma das mãos, Henrique retomara o fio das reminiscências. A luz da gambiarra projetava sua sombra na parede. Com isso, a silhueta encurvada do velho pescador adquiria proporções adequadas ao *pathos* da cena que estava para iniciar-se.

Como se o tivesse ensaiado dias a fio, “Poeira” tirou da penumbra o seu chapéu de palha e um instrumento, que se revelou uma pequena enxada, muito gasta pelo uso.

De frente para a plateia, golpeava o chão com ela. As batidas ritmavam seu discurso conclamando a audiência.

Aquela enxadinha, afirmava, estivera presente em memoráveis *aberturas de barra*. E a de hoje seria mais uma delas! Que se movessem todos com disposição! O pessoal da Barra, de Guaratiba, da Praia Grande, de São José, do Caju e do Porto de Fora, do Saco das Flores, do Saco da Lama e de Guarapina já estava todo reunido! A cachaça era boa e muita. Havia banana e farinha da serra.

Gente das Areias

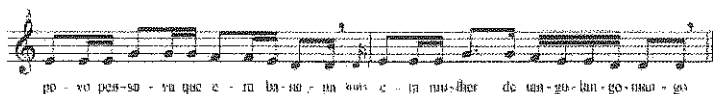
Ninguém ficaria de barriga vazia. As turmas já tinham começado a cavar. Ao trabalho, pois!

I

Tangolangomango
Matou sua mulher
Botou no cesto,
E mandou vender.

II

O povo pensava
Que era banana,
Mas era a mulher
De Tangolangomango.



(Transcrição de Dil Fonseca)

Mesmerizada pelo falsete de “Poeira”, a assistência incorporou-se à cantoria, repetindo os dois últimos versos de cada estrofe. “Compadre” Marco e “Beco” aderiram à turma imaginária, comandada por Henrique. Com afinco, manejavam ferramentas invisíveis, numa coreografia divertida, cantando em uníssono.

Nesse ínterim, assomara à porta do rancho “Bengo”, atraído pelo coro, que se projetava no silêncio da noite por todo o povoado. Farejando pândega, trouxera consigo uma garrafa de cachaça com cambuim, a bebida predileta dos zacarieiros.

Num relance, o recém-chegado compreendeu o que se passava. Sem esperar convite tratou de se juntar à “turma”. E logo estava cavoucando e cantando como os outros.

A partir daí, a representação foi num crescendo. Entre rodadas de pinga, a “turma” trabalhava freneticamente. A cantoria foi ganhando ritmo e volume, sendo por vezes interrompida por brados e exclamações, dirigidos a outros grupos, supostamente empenhados na mesma tarefa, ao longo do canal, que parecia alargar-se a olhos vistos.

“Vamos lá macacada! Essa *barra* tem que *tomar carreira*! Tem que aprofundar mais! Tem que chegar na *cabeça grande*! A turna do *sangradouro* já está chegando! Vamos lá! Bota areia pra cima! Alguém bota cana pro pessoal! Tem muito “nego” encostado aí, só bebendo! Assim não dá! Desse jeito essa *barra* não corre hoje! Olha o *risco*! Cuidado prá não entortar!”

Toda essa faina era escandida e impulsionada pelo responsório, que prosseguia a plenos pulmões:

Tangolangomango
Matou sua mulher...

A “outra” turma retrucava:

Botou no cesto
E mandou vender...

E a terceira:

O povo pensava
Que era banana...

Voltava à primeira:

Mas era a mulher
De tangolangomango...

Quando, finalmente, se deu por concluída a operação e a *barra* “tomou carreira”, os trabalhos foram suspensos. Retomou-se a conversa. “Poeira” fez o elogio de Aristóteles – “Isso é que era companheiro bom!”, repetia.

Aristóteles, porém, estava visivelmente cansado e emocionado. Na sua mão, o copo de cachaça continuava cheio. Em seguida a filha chegou para levá-lo de volta. Os outros aproveitaram a ocasião e tomaram o rumo de suas casas. Após a partida do amigo, Henrique ainda conversou um pouco, mas parecia tristonho. Sabia que este fora, provavelmente, o seu último encontro com o velho companheiro.

4. Pequeno *Organon* para uma abertura de barra

Embora vívida, a dramatização da *abertura de barra*, no rancho de Henrique, permanecera, sob muitos aspectos, obscura aos olhos do etnógrafo. A representação do evento remetia, para além de si mesma, a uma realidade invisível, que todos ali, com exceção do etnógrafo e do filho de “Beco”, podiam imaginar, por tê-la visto, nos tempos em que as *barras* não eram, ainda, coisa do passado.

“Poeira” tratou de suprir essa deficiência o melhor que pôde na manhã seguinte. Foi com seu hóspede até o local das *barras nativas*. De pé, no alto do cômodo que separa a Lagoa da Barra do oceano, estendeu-se sobre o assunto, numa preleção detalhada, na qual as palavras se esclareciam por meio de indicações gestuais e desenhos, traçados na areia da duna com uma vareta.

Foi essa explicação que desvendou, para o etnógrafo, a face invisível do acontecimento teatralizado na véspera. Forneceu-lhe um protótipo para a compreensão de todas as aberturas de *barra*. Com base nele, foi-lhe possível, então, elaborar uma espécie de memorial descritivo desse procedimento, passo a passo; um *Organon da abertura de barra*, por assim dizer.

4.1 *Da conjuntura*

Em primeiro lugar, tudo depende da *maré de chuva*, que não é senão o resultado das precipitações nas diversas bacias hidrográficas, que desembocam no sistema. O período das chuvas vai, grosso modo, de outubro/novembro a março/abril, com piques nos meses do verão. O período seco vai de maio a setembro. Isso não exclui descargas extemporâneas, capazes também de encher a lagoa.

As cheias vão alterando o nível e a composição das águas. Estas se vão tornando salobras, quase doces, em certos lugares. Vão cobrindo os espraçados, galgando as margens, e inundando os baixios. Alagam as terras de pasto e lavoura. E, a partir de determinado momento, começam a encher as ruas da Vila.

A essa altura, a pesca já se tornou dificultosa. O instrumental, adaptado à menor profundidade da lagoa, já não funciona mais a contento. As cracas, nos galhos e nas pedras, estão mortas, apodrecidas. As vorazes traíras aparecem por toda a parte. Os camarões, os robalos, as tainhas e os paratis já não se

²⁴ Assim denominam os pescadores, não só a galharia, arrastada pelas águas dos rios, como também a exuberante vegetação subaquática, que se expande nesse período do ciclo lagunar.

²⁵ Em Zacarias, costuma-se apontar uma amendoeira, na beirada do Lago Grande, como sendo o marco de tolerância das cheias. Essa medida correspondia ao que era razoável, leia-se: suportável, no âmbito do sistema, para pescadores, agricultores e habitantes da Vila.

encontram mais. As redes saem da água pesadas, não pelo peixe, mas por causa da “sujeira”.²⁴

Nas várzeas, as fazendas e sítios começam a ter problemas com o gado e as plantações. O escoamento da produção fica difícil, porque as estradas se inundam, nas partes mais baixas.

O pessoal da Vila começa a reclamar. Não só dos mosquitos, que se multiplicaram assustadoramente, mas do fato de que não se possa mais “ir à missa sem molhar os pés”. Os negócios vão estancando e, entre os comerciantes, surge o temor pelos seus estoques, ameaçados pelo avanço da enchente.

Nessas circunstâncias é que se pode e deve cogitar da *abertura de uma barra*.²⁵

4.2 *Da decisão e convocatória*

A resolução de abrir uma *barra* não dependia apenas do nível das águas da lagoa. Este era uma das variáveis a serem consideradas, mas não a única. De igual valor para a decisão seria a *maré de lua*. Com a lagoa no seu nível máximo, procurava-se fazer coincidir a *barra* com a lua nova ou cheia, quando as marés têm sua maior amplitude. Se fosse possível aproximá-la do equinócio, melhor ainda.

Mesmo em torno dessas poucas variáveis, o acordo não é, nem simples, nem fácil. Também aqui são tantas as sentenças quantas as cabeças. As diferentes posições no sistema fazem variar interesses e perspectivas, e o conflito é uma virtualidade constante.

Por esse motivo, as *aberturas de barra* eram decididas com a interveniência do poder público. A participação deste estava regulamentada, nas posturas municipais, desde começos do século XVIII, pelo menos. Essas posturas previam, ainda, a existência de um *fiscal da barra*, designado pela municipalidade, com a função de se ocupar de tudo que dissesse respeito ao assunto.

Além da palavra final sobre a abertura, cabia ao poder público a prerrogativa de expedir a convocatória dos pescadores. Em virtude disso, estes eram obrigados a participar e todos os assentamentos tinham de se fazer presentes, havendo listas nominais, para fins de controle. As ausências tinham de ser justificadas.

4.3 Dos riscadores

Decidida a oportunidade e convocados os participantes, entravam em cena os *riscadores* ou *mestres de marca*. Estes eram, invariavelmente, de Barra de Maricá, e respondiam pelo traçado da *barra*, de acordo com um saber, que, não sendo esotérico, passava, no entanto, de pai para filho, dentro de algumas poucas famílias às quais conferia autoridade e prestígio. Ainda hoje são lembrados os nomes de Manoel Gerônimo, João Ferreira e Hilário Costa, membros de uma geração de *riscadores* famosos. Teófilo, Hernandez e Ito são nomes mencionados, quando se pergunta pela última geração de *mestres de marca* da Barra de Maricá.²⁶

A responsabilidade do *riscador* é tão grande, quanto complexa a sua função. A *barra* tem de *tomar carreira* e permanecer aberta durante pelo menos 20 dias. Daí para mais, sendo o ideal em torno de um mês. *Barras* de 40 dias a um mês e meio, como a de 1917, eram excepcionais.

Para chegar ao *risco* mais adequado, o *mestre* tem de levar em conta, além da época e das *marés*, a direção dos ventos e das correntes marítimas junto à costa. Tem, ainda, de levar em consideração os prognósticos relativos ao tempo, a possibilidade de eventuais mudanças, prenunciadas na temperatura e cor da água, bem como na formação das nuvens.

Com base em tudo isso tem de escolher o ponto exato de ruptura do cordão arenoso e, finalmente, determinar e demarcar o *risco da barra*. Daí por diante, compete-lhe a supervisão dos trabalhos.

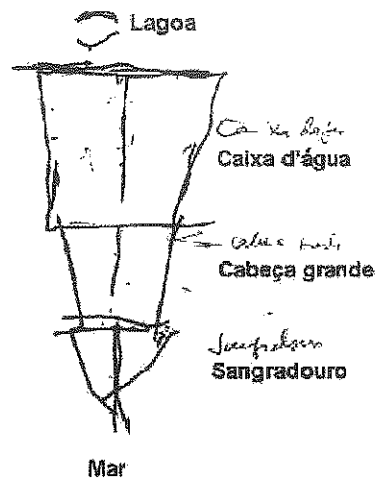
4.4 Da abertura propriamente dita

O *risco da barra* configura um triângulo, cuja base está na beirada da lagoa e cujo ápice encontra-se voltado para o mar, sobre a *costeira*. Esse triângulo é dividido em três secções: a *caixa d'água*, junto à lagoa; a *cabeça grande*, no meio; e o *sangradouro*, junto ao mar.

O trabalho é executado por três turmas e consiste na escavação dessas três secções, até que o chão de cada uma delas alcance o nível do mar e da lagoa. Isto é feito mantendo-se, entre um e outro desses *cômodos*, diques, relativamente estreitos, de areia – os *bancos*.

Concluída essa tarefa, os *bancos* são rompidos, um após o outro. Primeiro, corta-se aquele que separa a *caixa d'água* da lagoa. Quando esta tiver inundado

²⁶ A propósito, convém enfatizar que não se tratava, no caso, de um saber iniciático. Era antes um conhecimento especializado, dotado de razoável grau de sofisticação, o que contribuía para mantê-lo restrito, sem que por isso tivesse um caráter secreto, no sentido forte do termo. Mais que segredo, abrir as barras nativas era algo que "tinha ciência".



Risco da Barra.

o *cômodo* inteiro, rompe-se a comunicação com a *cabeça grande*. Por fim, corta-se o banco de areia que separa esta do *sangradouro*.

Do resto encarrega-se a própria força da lagoa, que escava o cordão litorâneo, até começar a verter-se, com ímpeto, no mar. Desse ponto em diante, a *barra* toma *carreira* e vaza, ininterruptamente, durante três dias e três noites. Depois, prevalecem as marés. Na preamar, as águas do oceano rolam lagoa adentro, formando uma turbulência à qual os pescadores dão o nome de *cavaleiros* e que aprofunda, ainda mais, o canal. Na baixa-mar, a lagoa volta a correr para o oceano.

Nesse regime, a lagoa deve permanecer de 20 a 30 dias, para cumprir sua função. Em seguida, costuma fechar-se, graças ao dinamismo construtivo do mar.

4.5 Dos cuidados com a barra aberta

Durante todo o tempo em que a *barra* permanecer aberta, devem ser respeitadas determinadas interdições. Não é permitido tarrafejar, nem no canal, nem tampouco na *boca da barra*. Do mesmo modo, ficam suspensas todas as pescarias. Tolera-se, no entanto, o lanço de tarrafa na *beirada*. Até mesmo o trânsito de canoas fica restrito a algumas poucas travessias, como a do Boqueirão, por exemplo. Resta, pois, a alternativa da *pesca de linha*, na *costeira*, já observada por Luccock, que a descreve numa bela passagem:

Barra em processo de abertura.



[...] chamou-nos a atenção um grupo de matutos morenos e semi-nus que estavam a pescar na praia. Suas longas linhas, trançadas, conforme se costuma no Brasil, com fibras de aloés, a cujos fios chamam de tucum, semelhavam por certos aspectos, embora não na cor, as nossas “cordas de chicote” sendo tão fortes quanto estas. À extremidade havia dois cordéis menores, com pouco mais de uma jarda, cada qual com seu anzol; acima deste, um pedaço de chumbo de perto de duas libras servia de lastro; a outra extremidade da linha achava-se amarrada ao pé descalço do pescador. No momento de usá-la, este começa por enrodilhá-la na areia, virando-a de modo a que possa correr com facilidade, enrola-a acima do lastro, ao redor do polegar da mão direita e, tendo-a volteado por cima da cabeça até que adquira o impulso de que ele for capaz, arremessa-a n’água, a distância pasmosa, geralmente para além da rebentação.²⁷

Junto à *barra* deve manter-se uma vigília permanente. Chega-se até a construir um abrigo temporário com essa finalidade.²⁸ O objetivo é impedir qualquer transgressão das regras. Além disso, no entanto, trata-se de vigiar o comportamento da própria *barra*. Assim, por exemplo, é preciso evitar, a qualquer custo, que a *boca* desta venha a *entortar*.²⁹ Com esse fim, mantém-se pronta uma *porta* – espécie de grande tapagem feita com tábuas, caso seja necessário o bloqueio da correnteza, quando esta ameaça assorear o canal.

Durante as três primeiras noites, alimentam-se fogueiras, no alto do cômodo, para alertar os barcos pesqueiros, que, segundo se afirma, correm o risco de ser tragados pelo rodadoiro ou encalhar nos baixios que este forma, mar adentro.³⁰

4.6 Do que acontece na lagoa após o fechamento da barra

O tempo durante o qual uma *barra* fica aberta depende, em grande parte, do mar. Enquanto as águas deste correm do sul,³¹ não se acumula areia na desembocadura do canal. Basta, no entanto, que a direção mude, com alguma força, para lés-nordeste (LNE), e o assoreamento será fatal. Em poucas horas, recompõe-se o cordão litorâneo, interrompendo a comunicação entre o mar e a lagoa.

A partir desse momento, trata-se de remover a tapagem do canal da Ponte Preta, em Guaratiba, para que as águas recém-saneadas corram na direção de Ponta Negra, irrigando o Lago do Padre e, através do Canal do Cordeirinho, a Lagoa de Guarapina.

²⁷ Luccock, 1975, p. 202-203.

²⁸ Nesse abrigo ficam, igualmente, guardadas as ferramentas (pás, enxadas) para uma eventual intervenção de emergência. O vento de lé-sueste (LSE) constitui uma das eventualidades capazes de levar a isso.

²⁹ Esse torvelinho alcançava cerca de 1km de diâmetro e formava, o que os pescadores chamam de uma *coroa*, como é possível constatar, também, no relatório de Lejeune de Oliveira (1955, p. 181).

³¹ A orientação propícia é SSE, quando a correnteza carrega a areia na direção de Ponta Negra.



Tarrafeando na costeira, durante o período de barra aberta.

Fica então decretado o período de *defeso*, com duração de 90 dias. Ao longo dele, é terminantemente proibida a pesca do camarão. As demais pescarias ficam liberadas, e a vida no entorno das lagoas retoma seu curso normal.

No caso de uma *barra* bem-sucedida, esse período traz consigo uma expectativa crescente. Vive-se na antecipação dos frutos da *grande pesca*. Velhos, mulheres e jovens ocupam-se, a maior parte do tempo, tecendo redes de camarão. Tarefa árdua, que requer empenho, atenção e acuidade visual redobradas.

Apesar do prospecto positivo, esse período não deixa de ter seus problemas. Os efeitos da *barra* não se distribuem de modo homogêneo por todo o sistema. Assim, por exemplo, o camarão do Lago Grande já está crescendo, quando nas lagoas restantes não terminou, ainda, de criar-se.

Outro fator de distribuição desigual pode ser a própria *barra*. Aberta no *canto de cima*, significa fartura de camarão na Barra, em Guaratiba e no Caju. Quando se abre no *canto de baixo*, o camarão surge em abundância no Bacopari, na Zacarias e no Canto de São Bento. Em qualquer dos dois casos, jamais será encontrado no canto de São José do Imbassai.

Cessado, finalmente, o *defeso*, começava, na *lagoa antiga*, a pesca do camarão. Este, no entanto, era uma mercadoria complexa. Tinha de chegar à banca de peixe o mais fresco possível. A grande demanda estava em Niterói e, sobretudo, no Rio de Janeiro, sendo o consumo local e microrregional, irrisório. O sucesso de seu comércio exigia, portanto, presteza na captação e redistribuição de grandes quantidades, todos os dias.

Daí derivava a complexidade sociológica da *grande pesca*. Nem todos tinham redes de camarão. E mesmo se as tivessem, uma dupla de *companheiros* de modo algum seria autossuficiente. Para exportar seu produto, precisaria transportá-lo, rapidamente. Isto, no entanto, exigia meios, além de suas posses, donde a necessidade de se associarem a outros, igualmente dependentes desse recurso. Assim, tendiam a formar-se as *grandes sociedades*, cujos membros promoviam, em conjunto, a colocação das safras diárias, no mercado. Isso requeria que o camarão fosse levado, pontualmente, à *praia da noite*, em Jacaraó, ou, em caso de pescaria noturna, à *praia do dia*, em Araçatiba. Lá encontrava-se, à espera, o caminhão (ou mais de um, se necessário). Um ou dois “associados” encarregavam-se de acompanhar o carregamento até seu

destino. De volta, traziam a quantia apurada que, após dedução do frete, os “sócios” rateavam entre si.³²

4.7 Das restrições à abertura de barra

Podem-se abrir, durante o ano, uma ou mais *barras*. Houve anos em que se abriram três, e até quatro, de acordo com os índices pluviométricos. Em alguns desses casos, a *barra* era, verdadeiramente, uma medida de emergência.

Em geral, no entanto, uma *abertura de barra* deve ser concebida de modo a coincidir com a desova do camarão e com a *corrida da tainha*.

Os meses de janeiro a abril, até o início de maio, são os mais favoráveis, embora também possam abrir-se *barras* em agosto ou setembro. Durante os meses de junho e julho, devem ser evitadas, para impedir a saída da *criação*. Jamais se abrem *barras* em outubro, pois seria trabalho inútil, já que “não entra nada, durante esse mês”, segundo afirmam os pescadores.

5. O conúbio das águas

O pequeno *Organon* com que se procurou dar conta da *abertura de barra* carece de uma dimensão que, no entanto, existia na pantomima de Henrique e na aula que se lhe seguiu, poucas horas depois. Sem ela, o evento ficaria reduzido ao seu aspecto técnico-utilitário, e, assim, perder-se-ia, de forma irremediável, a compreensão plena do seu significado.

No discurso de Henrique, o *mar* não é somente o mar, nem a *lagoa* apenas uma lagoa. E, também, a *abertura da barra* é mais do que a simples comunicação da laguna com o oceano.

O mar é o *pai*. A lagoa é a *mãe*. Quando uma *barra* “toma carreira”, é a *mãe* que se abre ao *pai*. E depois disso, “eles namoram, ficam regulando – uma hora ela sai, outra hora ele entra”. E, assim, tanto ela “vai buscar a *criação* lá fora”, quanto ele “vai botando a *criação* pra dentro”. E ela vai ficando “cheia de vida”. Para a *criação* vingar, entretanto, “ela precisa ficar descansando, cumprindo resguardo”.

³² Em tais quadras, não se ganhava apenas dinheiro. Também a *grande arte* prosperava, pois, além do camarão, que vinha com a “maré do mar”, tinham entrado, ainda, as tainhotas, os bagres, os paratis e os robalos, que gostam de remontar a corrente, sendo, pois, atraídos pela “maré da lagoa”.

Foto aérea da barra aberta.



Por meio de insinuações, a um tempo jocosas e benevolentes, Henrique dava a entender que tudo se passava como numa cópula. Falava da *barra* com uma espécie de cumplicidade brincalhona, assumindo ares de velha alcoviteira.

Dessa perspectiva, também a dramatização adquire sentido pleno: o que se fazia e festejava ali não era uma obra de engenharia hidráulica, mas, propriamente falando, o acasalamento do mar com a lagoa – o conúbio das águas.

A satisfação que este “casamento” proporciona, apenas com ser encenado ou narrado, dá uma ideia do seu valor para os pescadores. Com a *barra*, a lagoa transformava-se, não só em nutriz de farta *criação*, como ainda, e graças a esta, numa generosa fonte de alimento para os pescadores. “Essa barra aqui, já criou para mais de trezentas famílias, só com a tarrafa!”, recordava Ginho.

5.1 A fisiocracia agreste e seu grande rito

Em Maricá havia duas grandes festas. Uma delas, a da padroeira – Nossa Senhora do Amparo, existe ainda e não parece ter perdido sua importância e brilho. Todos os anos, na mesma data, há missas, procissões, quermesses. Muitos filhos da terra voltam para participar das comemorações e rever familiares e amigos. O foco dessa celebração é o centro da Vila, em torno da Igreja Matriz.

Em contraste com ela, a outra grande festa era móvel e podia acontecer mais de uma vez por ano. Era celebrada, sempre, no mesmo local da restinga, aquele onde, sob o nome de *abertura de barra*, costumava realizar-se o consórcio do mar e da lagoa.

O grande festejo da *abertura de barra*, no entanto, não existe mais. Desde a inauguração do Canal de Ponta Negra, em 8 de maio de 1951, as *barras nativas* escassearam. Em mais de 40 anos, houve apenas quatro, sendo que a de 1975 não passou de uma farsa. E as outras, de qualquer modo, não foram mais do que pálidos reflexos das aberturas de *barra*, praticadas outrora, em Maricá.

A memória destas, entretanto, permanecia vívida, e um olhar advertido podia, ainda, reconhecer na de 1983, as grandes linhas do que havia sido para toda a região, uma espécie de *evento humano paradigmático*: um acontecimento com virtudes interpretativas; uma leitura nativa do sistema nativo de relações; uma história que os nativos contam para si mesmos e sobre si mesmos.³³

Para entender o que está em jogo nessa história, ou, como prefere Geertz, *story*, é preciso recapitular o *drama social* que envolvia a *abertura de barra*, nas suas linhas mestras.

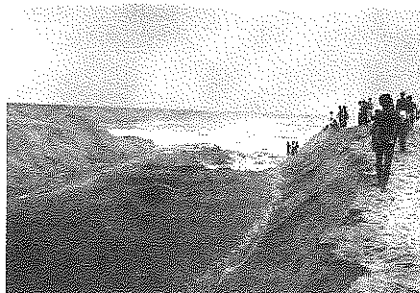
Tão logo se espalhava a notícia da iminência de uma *barra*, as pessoas acorriam, vindas de toda parte. Primeiro, os próprios pescadores, protagonistas principais e grandes interessados no acontecimento, na medida em que este visava promover a fecundidade da lagoa.

A eles reuniam-se, um após outro, os demais segmentos da sociedade local. Os fazendeiros, que traziam consigo, além da aguardente, ferramentas para facilitar o trabalho. Das serras, vinham os pequenos sitiantes e granjeiros. Aportavam carregamentos de banana e de mandioca, para “dar sustança” aos homens. Além disso, vislumbravam, no período de defeso, uma oportunidade para a venda de sua pequena produção.

Os homens de negócio da Vila queriam não só participar das festividades, como também estimar seus lucros futuros. Os políticos aproveitavam a ocasião para encontrar seus correligionários e cabos eleitorais, dos diversos distritos e povoados. Acresce que a primeira receita do município era proveniente do pescado, sobretudo do camarão, sendo, pois, a fertilidade da lagoa o grande cuidado da administração municipal.

Afora prefeito e vereadores, compareciam outras notabilidades da Vila, tais como o juiz, o promotor, o delegado e o tabelião. O pároco costumava

³³ Cf. Geertz, 1973, p. 448 e 450.



Fotos da abertura da barra nativa.

³⁴ Um pequeno caixão foi lançado à *barra* para que suas águas o conduzissem ao fundo do mar.

³⁵ O etnógrafo, em 1983, durante uma abertura de *barra*, ouviu “Mucinho” dizer aos netos: “A *barra* está engatinhando ainda. Daqui mais um pouco ela vai *tomar carreira*. Quando a gente voltar, ela vai tá *correndo*. Os cavaleiros vão ajudar, cavucando”.

ser chamado para abençoar a *barra*. Em 1983, chegou-se a convocar uma mãe de santo, que devia “encomendá-la” à benevolência de Iemanjá. Nesse mesmo ano, fez-se, também, a título de protesto, o funeral simbólico de um vereador que se manifestara contrário ao empreendimento.³⁴

Todos, e cada um dos presentes, eram movidos não só pelos interesses peculiares à sua categoria, mas, também, por uma perspectiva comum mais ampla. Bem sucedida a *barra*, podia-se prever, num prazo relativamente curto, a reativação da economia do município. Com a pesca restituída à sua tradicional grandeza, o dinheiro voltaria a circular, estimulando os negócios e incrementando o conforto da vida quotidiana.

A relação desse evento com a fecundidade da lagoa era inequívoca. Para convencer-se disso, bastaria recordar que a capela existente na localidade de Barra de Maricá foi, não por acaso, erigida sob o orago de Nossa Senhora da Conceição, símbolo cristão da fertilidade.

Independentemente disso, porém, a *barra* era coisa de se ver. Quem não tivesse assistido à abertura, vinha gozar o espetáculo, assim que lhe fosse possível. As mulheres iam vê-la com as crianças. As mais velhas levavam cadeiras, para apreciá-la com mais vagar e comodidade. As crianças ficavam brincando na beira do canal, cujas margens gostavam de desbarrancar. Sua maior alegria, no entanto, eram os *cavaleiros* que não se cansavam de ver, numa espécie de divertido encantamento.

Os mais velhos conferiam à oportunidade um teor pedagógico. Ensinavam as crianças a ver.³⁵ Mostravam-lhes a *criação*, que entrava pela *barra*, fazendo-as descobrir as “bolas” formadas pelas larvas do camarão. Apontavam os alevinos, distinguindo cada espécie, pelo seu formato e desempenho natatório. Dessa maneira, iam-nas cativando para a pesca, o que era um modo eficaz de recrutá-las para a intensa atividade que estava por iniciar-se.

Assim todos iam, cada um à sua maneira, engajando-se nesse processo, cujo fim era, desde o começo, a fecundação da lagoa; em particular desse seu ventre que é o Lago Grande.

O evento revelava-se, nessas circunstâncias, como um *fato social total*. Não havia nada, nem ninguém, a quem não afetasse. Todos os segmentos sociais, dos povoados e regiões do município, tinham a ver com ele, de um modo ou de outro. E a *abertura da barra* era a ocasião mais propícia ao

mútuo reconhecimento dessa diversidade, cujos atores se diferenciavam e complementavam, ao mesmo tempo.

Nas aberturas de *barra* dava-se, pois, a confluência de identidades numa arena pública *sui generis*, da qual se podia dizer que constituía, verdadeiramente, uma integral do sistema de relações sociais. Era este, finalmente, para além da fertilização das águas, o grande significado das aberturas de *barra* para Maricá.

A *barra* de 1983 foi, entre as observadas pelo etnógrafo, a que melhor ilustrou todo esse processo, revelando-o na sua dinâmica e complexidade próprias.

Primeiro, foi-se configurando, progressivamente, a partir do mês de agosto, a crise. Chuvas intensas e continuadas aumentaram a descarga da bacia hidrográfica nas lagoas. O nível destas se elevou, em menos de três meses, a ponto de causar problemas. Nas águas cada vez mais turvas, o peixe desapareceu, com a mesma velocidade com que se expandiu a vegetação da *beirada*, em virtude do predomínio de um regime hipo-halino. Enquanto isso, na lagoa, aumentava a matéria em suspensão. Os pescadores diziam que estava suja, não só por isso, mas também pela quantidade de barro, galhos e folhas, que, depositados no fundo, dificultavam, ainda mais, a já escassa e penosa pescaria.

A escassez do peixe empobreceu a mesa do pescador, tanto quanto seu bolso. O dinheiro começou a rarear nos povoados. Com isso, as famílias tiveram de consumir suas reservas, a começar pela “criação de terreiro”, para grande desgosto das mulheres. Os homens, por sua vez, tiveram de sair para pescar em outras lagoas, ou fazer “biscates”, expondo-se a situações de conflito e desconforto.

Do lado da terra firme, os brejos avançaram, alagando lavouras e estradas, dificultando a comunicação com a sede, bem como a dos povoados entre si, com óbvias repercussões sobre o escoamento da produção e o afluxo dos turistas. As águas começaram a invadir loteamentos e casas de veraneio, na medida em que iam ocupando sua antiga faixa de expansão. Logo começou a surgir o fantasma das moléstias e o medo de uma mortandade iminente.

Essas perspectivas catastróficas foram criando condições favoráveis ao consenso em torno da necessidade de se abrir a *barra*. Isto, porém, não se deu sem conflito.

Convencidos de que se deveria abrir uma *barra*, os pescadores da Barra de Maricá e do Lago Grande resolveram colocar uma tapagem no canal da Ponte Preta, em Guaratiba. Desse modo, pretendiam represar as águas da lagoa,

36 Ver a propósito, nota 34.

evitando que saíssem em Ponta Negra. O objetivo de se elevar, assim, o nível da água, era conferir o máximo de ímpeto à vazão da *barra*, para que esta pudesse, efetivamente, cumprir o seu papel. Isto é, *puxar* de dentro da lagoa, não só a água suja e salobra, mas, junto com esta, o lodo, o barro, a galharia e as folhas em decomposição, sancando-a.

Essa estratégia, bem-sucedida, manteria a *barra* aberta por muito tempo; semanas, talvez. Isto era tudo o que não se desejava em Guaratiba, cujos negócios seriam fatalmente prejudicados com a prolongada interrupção do tráfego pela estrada costeira, acesso mais fácil ao lugar.

Por esse motivo, concebeu-se o plano de romper a tapagem da Ponte Preta, executado, segundo consta, por instigação e sob a liderança de um vereador oriundo de Guaratiba, onde sua família tinha negócios.³⁶

Tensos como estavam os ânimos, esse fato desencadeou o conflito, que evoluiu de forma ameaçadora. Houve represálias e denúncias, ampliando, a curto prazo, o campo da disputa.

Com a mediação do prefeito, como “autoridade moderadora”, firmou-se, então, o seguinte Protocolo de Intenções Cumulado com Termo de Compromisso:

Aos 4 (quatro) dias de setembro de 1983, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Maricá, compareceram os legítimos representantes das comunidades de pescadores de Guaratiba e Barra de Maricá, e resolveram, através deste protocolo de intenções, compromissarem-se ao respeito mútuo que tem por objetivo a conservação da paz social nas regiões cujas lideranças assinam o presente, pelo seguinte:

CONSIDERANDOS:

CONSIDERANDO que as partes são legítimos integrantes das regiões citadas, cujo objetivo comum é preservar, cada qual, as condições de pesca nas lagoas locais, para a própria sobrevivência recíproca;

CONSIDERANDO que cada região se escasseia de peixes a cada ano, por razões diversas;

CONSIDERANDO que estudos técnicos, feitos por autoridades competentes chegaram à conclusão que para atender aos anseios daquelas populações

de pescadores, torna-se necessário o aumento do espelho d'água da lagoa, razão pela qual resolveram fechar a passagem da água da lagoa por sob a ponte conhecida como "PONTE PRETA", na localidade de Guaratiba, para possibilitar a abertura da Barra, que é um canal provisório que permite a saída das águas da lagoa para o mar e a entrada das águas do mar para a lagoa, dando a esta piscosidade necessária à sobrevivência dos pescadores;

CONSIDERANDO que as respectivas comunidades estão se sentindo prejudicadas reciprocamente e, por tais razões, os ânimos pessoais estão gerando incompatibilidades que podem resultar em consequências sociais que gerem riscos de vida, cujos resultados nefastos nenhuma das comunidades pretende, nem mesmo as autoridades constituídas do município;

CONSIDERANDO que os desentendimentos que surgiram, refletiram no mundo político, social e até mesmo no da segurança pública, como há semanas vem-se verificando pelas manchetes dos jornais, o que prejudica substancialmente o município, sob todos os aspectos;

CONSIDERANDO que não há o menor interesse do Poder Executivo Municipal em tomar atitudes de força, com consequências desastrosas;

CONSIDERANDO que o estado do Rio de Janeiro, através de seu órgão específico, a Serla, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Maricá já investiram nas lagoas imensos recursos materiais e financeiros, que ante a divergência de opiniões daquelas comunidades pesqueiras só têm resultado em prejuízo.

RESOLVEM:

DO OBJETO: O presente tem por objetivo o respeito mútuo entre as comunidades dos pescadores daquelas regiões, que gera o seguinte compromisso.

DO COMPROMISSO:

1. A liderança da comunidade pesqueira de Guaratiba compromete-se a permitir o fechamento da barragem no local conhecido como PONTE PRETA, entre os dias 1 e 5 de novembro próximo vindouro, podendo oscilar, entre as necessidades que as condições meteorológicas ditarão, entre os dias 20 de

Além do prefeito Édio Muniz, e dos representantes das partes, assinam o Protocolo o presidente da Câmara de Vereadores e o vereador Gilson, de Guaratiba.

outubro e 15 de novembro, para permitir o represamento das águas das lagoas de Araçatiba até a Ponte Preta, até que o volume d'água acumulado permita a abertura da Barra, pelo processo material ou mecânico, unindo-a com o mar;

2. A liderança da comunidade pesqueira da Barra de Maricá compromete-se em não tomar atitudes de cortes nas estradas públicas, nem quaisquer outras que venham a prejudicar não só a comunidade pesqueira de Guaratiba, como também toda a população que usa tais estradas, como passagem para seus comércios ou casas de lazer e veraneio;

3. Ambas as comunidades comprometem-se, no exercício de suas atividades pesqueiras, nas lagoas, a respeitarem-se reciprocamente circulando pelas mesmas com suas canoas e barcos, sem rixas e/ou discussões, objetivando a Paz;

4. Ambas as comunidades comprometem-se a não aceitar lideranças estranhas aos objetivos, a não ser as dos próprios pescadores;

5. Ambas as comunidades comprometem-se a respeitar e zelar pelo patrimônio público, seja ele uma estrada, pontes ou outros quaisquer que gerem prejuízos aos órgãos municipais, estaduais ou federais;

CONDIÇÕES FINAIS:

A barragem de represamento das águas será desfeita de comum acordo entre as partes, respeitada a autoridade moderadora, se no tempo previsto para que se atinjam os objetivos do presente, as condições meteorológicas não permitirem que se atinjam aqueles, prejudicando substancialmente as outras lagoas que por não-recepção de águas naturais ou do mar tiverem diminuídas sua piscosidade a ponto de dificultar a sobrevivência dos pescadores daquelas regiões;

As comunidades que não cumprirem os termos deste, por via de consequência rescindem o presente, permitindo que as autoridades tomem as medidas necessárias à solução do problema.

E, por estarem de acordo, assinam o presente³⁷.

Graças a esse mecanismo de pacificação, a crise foi contornada, não sem percalços. E, assim, a *barra* pôde ser aberta. Não admira, porém, que o

procedimento se houvesse cercado de precauções religiosas, como demonstra o concurso do padre e da mãe de santo, bem como o clima geral de preocupação com uma possível interveniência do azar. Em virtude dela, foi escoraçado o fogueteiro, que ameaçava precipitar-se nas comemorações, e admoestadas algumas pessoas que resolveram cantar *pontos de macumba*, na boa intenção de favorecer a *abertura* pela convocação dos orixás. Nesse contexto, deu-se, também, o funeral simbólico do vereador identificado como “inimigo da *barra*”.

Quando, finalmente, a maré baixou e a *barra* “tomou carreira”, os guaratibeiros e os pescadores de Barra de Maricá travaram, por sobre o canal, uma sonora guerra de insultos, obscenidades e provocações. As mesmas coisas ditas no seco, sem a torrente impetuosa que separava os contendores, teriam, com certeza, degenerado em batalha campal, com vítimas, quiçá mortes.

Com isso, a *barra* de 1983 prestou ao etnógrafo um serviço valioso, revelando-lhe, de forma bastante crua, o potencial conflitivo desse tipo de evento, traço que a atualidade parecia ter conservado dos tempos antigos.

Existem provas suficientes em favor dessa hipótese, na legislação do século passado. No *Código de Posturas* organizado pela Câmara Municipal de Maricá, em 1879, aprovado pelo Governo da Província do Rio de Janeiro,³⁸ há cinco artigos dedicados à abertura das lagoas: o primeiro estabelece que caberá à Câmara determinar a referida abertura;³⁹ o segundo declara obrigados a trabalhar nela “todos os pescadores, e todos os moradores das margens das lagoas, ou que do seu esvaziamento tiram imediata utilidade em suas roças e pastagens”, sob pena de multa ou prisão; o terceiro e o quarto definem o papel do fiscal da lagoa; o quinto, por fim, regulamenta a pescaria com a *barra* aberta.⁴⁰

Abertura de barra era, pois, não só um evento público, mas um evento cuja condução cabia ao poder público. Representante deste era o *fiscal*, cuja nomeação correspondia à Câmara do município;⁴¹ e que tinha extensos poderes, não apenas sobre a *barra*, mas também sobre a *pescaria*, durante sua vigência e para além dela.⁴²

Não se veja, porém, nisso tudo, uma idiosincrasia de Maricá. Circunstâncias semelhantes parecem ter prevalecido em toda a faixa litorânea do estado do Rio de Janeiro, lá onde lagunas ou sistemas lagunares alimentaram, em algum momento, comunidades dedicadas à pesca.

³⁸ Ver Lei nº 2.414, in *Collecção de Leis...*, 1879, p. 70-93.

³⁹ Cf. tb. Lei nº 3.054 (12/12/1888); art. 5º, in *Collecção de Leis...*; vol. I, p. 339.

⁴⁰ Trata-se dos artigos 41 a 45, inclusive. (Cf. *Collecção de Leis...*, 1879, p. 79 e 80).

⁴¹ Cf. Lei nº 3.054 (12/12/1888), art. 11º, in *Collecção de Leis ...*, Vol. I, p. 339.

⁴² Cf. Lei nº 2.414 (1879), arts. 43; 44 e 49, sobretudo in . *Collecção de Leis ...*, 1879.

⁴³ *Apud* Martins, 1868, p. 248-249.
⁴⁴ Ver, a propósito, in Carrino (1993) a controvérsia jurídico-sociológica entre Eugen Ehrlich e Hans Kelsen sobre essa dimensão do direito.

Isto, ao menos, é o que nos permitem deduzir documentos de razoável profundidade histórica, como o seguinte Sumário Relativo à Infração de Postura, datado de 1755:

Juiz, o senado da câmara. – Infração de postura.

Réu, Manoel da Silva Barbosa; por pescar na lagoa Quipary dentro do tempo proibido, estando ela aberta.

O réu veio a juízo e disse que estava pronto a pagar os 68000 rs. da multa, contanto que fossem também condenados a gente do capitão-mor Pedro Velho; a do capitão-mor, que era então de S. Salvador, Felix Alves; o filho do juiz almotacé Plácido da Silva, de nome Amaro; Manoel Rodrigues, filho de Julião Rodrigues Freire, com sua rede; e rede de Francisco Xavier Pereira, emendada com a de Manoel Nunes. Como também havia pescado na mesma lagoa, no dito tempo, o alcaide-mor Antonio da Silva Pessanha; o seminarista Felipe Gonçalves d'Oliveira, que agora morava nos quintais de Pedro Dias Gonçalves (é na rua de S. Benedito onde está agora a casa de José Jacinto), com sua rede emendada com a da gente do padre Leandro da Rocha, que foram os que abriram a dita lagoa sem licença; e por ser o dito seminarista um galinho, depois que veio do Rio de Janeiro, e já foi à presença do almotacé por bulir com a negra de Salvador Martins. O que tudo ouvido e examinado, mandou-se lavrar termo desta denúncia, o que o mesmo réu assignou, e foi absolvido; mandando-se logo passar mandado executivo contra os denunciados.⁴³

Esses acontecimentos, registrados em Quipari, lagoa da planície campista, no norte fluminense, atestam a generalidade alcançada, há séculos, por um tipo de manejo das lagoas. Ao mesmo tempo, revelam a generalidade de um padrão de relações e conflitos que têm a ver com esse manejo.

Por isso, não é descabido admitir que tais fatos possam ter-se verificado nas demais lagoas, ao norte e ao sul da Guanabara, onde prevaleciam procedimentos análogos para operar a conjunção entre as lagoas e o mar.

Os Códigos de Posturas, que, localmente, legislavam sobre a pesca lacustre e, em particular, sobre as *aberturas de barra*, das quais esta dependia, parecem, neste sentido, ter acolhido e consagrado um direito vivo.⁴⁴ Não eram, pois, uma invenção do Estado, mas fruto da intervenção deste, enquanto órgão da

sociedade, com o objetivo de regular a composição de interesses e conflitos, segundo normas consuetudinárias.

Para além do potencial conflitivo inerente à promoção das *barras nativas*, entretanto, essa dimensão jurídica, presente também nos fatos de 1983, remeteu o etnógrafo a outro aspecto relevante desse fenômeno.

As *aberturas de barra* dependem, como há de recordar-se o leitor, da ocorrência de uma conjuntura favorável de luas, chuvas, marés, ventos e correntes marinhas. Quando esta se dá, torna-se possível não só rasgar o cordão litorâneo, com o auxílio do mar e da lagoa, mas assegurar que a comunicação estabelecida dure o tempo necessário para gerar os efeitos desejados.

Aos *riscadores* era reconhecida a prerrogativa da formulação dos prognósticos, a preeminência na tomada de decisões e o privilégio de determinar o traçado da *abertura*, na “lagoa antiga”. Em 1983, a presença de um corpo técnico, formado por *engenheiros de barra*, no comando dos meios mecânicos, na *abertura*, acrescentou ao contexto outro fator de confusão e conflito.⁴⁵

Os *riscadores*, também chamados de “mestres da barra”, ressentiram-se com essa presença, não porque fossem contra a participação do poder público, à qual estavam acostumados, mas porque os *engenheiros de barra* representavam, desde 1951, um ponto de vista sobre o manejo das lagoas, baseado nas premissas do higienismo, com as quais não podiam concordar, inteiramente. Sua posição contava, neste caso, com o apoio dos demais assentamentos pesqueiros, que, a despeito de suas tradicionais rivalidades, reconheciam aos *riscadores* de Barra de Maricá indisputada competência na matéria.⁴⁶

O sucesso de uma *barra nativa*, entretanto, não se mede, apenas, pelas suas virtudes como dispositivo hidráulico. Depende, igualmente, do tempo. Não só do lapso durante o qual permanece aberta, mas da época em que se abre. Não adianta, por exemplo, rasgá-la antes, ou depois, da “corrida do camarão”, ou da “corrida da tainha”.

Fora de época, portanto, pouco se deve esperar desse procedimento, que servirá, no máximo, para remediar as enchentes, ou limpar a lagoa; não, porém, para fertilizá-la, adequadamente.

Com isso, chega-se ao ponto crucial desta parte do argumento. A *barra* está, inextricavelmente, relacionada à economia da pesca lagunar, como base de um modo de vida comum, outrora, a todos os povoados da restinga, hoje reduzido, praticamente, à Praia da Zacarias.

⁴⁵ Tratava-se do grupo de engenheiros da Serla, órgão da Soma – Secretaria Estadual de Obras e Meio Ambiente, designado para os trabalhos em Maricá.

⁴⁶ Conforme foi reiterado ao etnógrafo em diversas ocasiões pelos pescadores de Zacarias e demais povoados da região, que lhes atribuem, tanto o conhecimento do mar quanto da lagoa, considerando essa competência derivada da posição que ocupam no sistema lagunar.

⁴⁷ Cf. Spengler, 1972, p. 443-446; Denis, 1974: cap.III; Cachero, 1975, p. 901-902, e Schumpeter, 1964, vol.1, p. 265-316.

⁴⁸ Cf. "Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola", in Quesnay, 1978, p. 105-139, nota 11.

⁴⁹ A propósito dessa visão do processo de disseminação (*spread*); consultar o estimulante artigo de Marston Bates in Thomas & Others, 1956, p. 788-804.

As *aberturas de barra*, tanto quanto a *pesca de galho*, fundamentaram, nesse distrito dos "lagos espelhantes", como em outras partes do litoral fluminense, uma espécie de *fisiocracia agreste*.

O termo *fisiocracia* evoca a escola do pensamento econômico que, na França do século XVIII, se desenvolveu sob a égide de Cantillon, Quesnay, Gournay, Mercier de la Rivière ... e Dupont de Nemours, que lhe deu o nome, definindo-a como "ciência da ordem natural".⁴⁷

A escola, ou seita dos fisiocratas, como preferiam chamá-la seus críticos, sustentava que a verdadeira e única riqueza era fruto da multiplicação de matéria e energia. É que, conseqüentemente, "a terra é a única fonte de riquezas e que é a agricultura que as multiplica".⁴⁸ Justificava tal convicção arguindo que, nesta atividade, o homem encontrava-se consorciado à natureza, e, portanto, às virtualidades positivas inerentes a ela, como ordenamento e reflexo da sabedoria e benevolência divinas.

Incidentalmente, a *fisiocracia* agregava ao domínio mais vasto da agricultura também os pescadores. O termo *fisiocracia*, entretanto, surgiu, para nós, em virtude do próprio manejo ao qual os pescadores de Maricá, e, portanto, também da Zacarias, costumavam submeter suas lagoas.

A prática da *estagnação controlada*, como estratégia para o incremento da produtividade é, neste caso, relevante. A comunicação da lagoa com o mar é uma virtualidade positiva da natureza local. É isto graças à sua complementaridade frutífera nos ciclos das formas de vida, que transitam entre uma e outro.

Os pescadores conhecem as evidências desta cooperação e, representando-a, no modelo orgânico do *conúbio* entre Laguna e Oceano, tratam de favorecê-la. E, embora subordinados a condições mais amplas, participam ativamente dela, com o seu engenhoso dispositivo da *abertura de barra*.

As *barras nativas* associavam-nos, portanto, à promoção, não apenas do número, mas também da qualidade e diversidade das formas de vida, nas águas renovadas da lagoa.⁴⁹ E não somente em virtude das *barras* propriamente ditas, mas, além disso, pelo que estas podiam proporcionar ao estro do pescador, como, por exemplo, no caso da *pesca de galho*, que não é senão um modo de reunir variedade e número, em lugar certo e sabido, ao alcance do pescador.

Este, por sua vez, revela-se, desta maneira, como cultivador de um agro-oculto. Como aqua-cultor, no entanto, tem todo o direito de zelar pela lagoa, porque nesta se encontra, *quod erat demonstrandum*, sua lavoura.

Tudo isso resulta, finalmente, de uma *teoria* que os pescadores têm sobre o sistema lagunar. Dizemos teoria por várias razões. Em primeiro lugar, talvez, pelo mesmo motivo que levou Marcel Griaule a usar o termo *metafísica*, a propósito do pensamento africano – “*cela fait dresser l'oreille, cela irrite ou intéresse, enfin cela agite les esprits*”.⁵⁰ Em segundo lugar, porque estamos, realmente, diante de uma estratégia cognitiva. Em virtude dela, a lagoa surge como um recurso, passível de apropriação e destinação social – natureza transida de humanidade.

Quanto ao qualificativo *agreste*, não implica qualquer demérito. Com isso não queremos dizer que sejam ruins os seus frutos, ou que tenha germinado sem cultivo, mas apenas que pertence ao campo e aos seus habitantes; no caso, aos pescadores e ao sistema lagunar.

Os viajantes do século XIX estiveram longe de se dar conta de tudo isso. Da mesma forma, os engenheiros e médicos sanitaristas do século XX. Estes não viram, na *barra nativa*, mais do que um dispositivo rústico e penoso, mal-adaptado às suas funções saneadoras. Na autossuficiência de sua fé higienista, pretendiam uma verdadeira reforma da natureza, a serviço da reforma da sociedade brasileira, que se implementou, sobretudo, de 1930 em diante.

Para isso, preferiram o modelo mecânico dos vasos comunicantes. Optaram por uma *barra permanente*, aberta na rocha viva, em Ponta Negra. Realizava-se, desse modo, o ideal do fluxo contínuo e, com ele, uma situação mais estável da salinidade e do nível das lagoas. O Canal de Ponta Negra foi, ou pretendeu ser, o fim do equilíbrio instável e cíclico da estagnação controlada, o banimento das febres palustres, a expansão das terras cultiváveis e habitáveis.

O Canal de Ponta Negra devia significar, no entanto, antes de tudo, o fim das *barras nativas*, supérfluas ou inviáveis, a partir dele. Foi, certamente, uma escolha trágica, pois, com o impaludismo desapareceu, também, o grande rito de sementeira da Lagoa de Maricá e, com ele, essa associação entre sapiência e prudência – *sophia* – capaz de enfeixar, nas *aberturas de barra*, “ao mesmo tempo, o moral, o prático, o técnico, a vida inteira”.⁵¹

Dessa perspectiva, a *barra* surge, não apenas como uma *tekhné*, fazendo aparecer o que é preciso, quando se precisa e da maneira adequada, mas, como uma realidade, isto é, como algo que radica, profundamente, na vida dessas comunidades pesqueiras.

⁵⁰ Cf. Griaule, 1952, p. 153. “[...] Isso faz aguçar os ouvidos, irrita ou interessa, enfim, agita os espíritos”.

⁵¹ Cf. Griaule, 1952, p. 153.



O leito do Canal de Ponta Negra talhado na rocha.

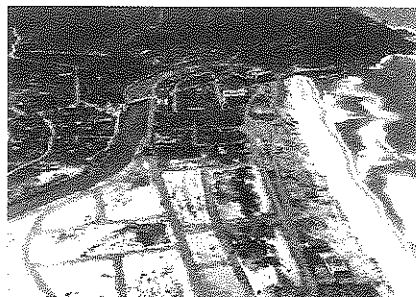


Foto aérea do Canal de Ponta Negra.

E, assim, torna-se possível, também, entrever o sentido e o valor da cena, que foi o ponto alto da visita de Aristóteles ao *rancho* de Henrique.

À primeira vista, a escolha da *abertura da barra* como tema central e culminante desse encontro poderia parecer fortuita. Por que esta e não outra, no meio de tantas reminiscências possíveis?

A resposta não é simples, tampouco demasiado complicada. Poder-se-ia começar recordando que Aristóteles gostava de assistir às *aberturas de barra*. Era famoso por isso. Jamais pensava em "pegar no pesado". Ficava só apreciando. Jogava cartas, tomava cachaça e mexia com os amigos, vendo-os esfalfarem-se. Por nada nesse mundo perderia uma ocasião dessas, em que havia comida farta, bebida à vontade, cantorias e brincadeiras, e até, a sorte ajudando, algum encontro furtivo.

Para além desse tipo de preferência pessoal, entretanto, a escolha de Henrique parece ter obedecido a uma razão mais profunda. Diante do companheiro desenganado, não lhe ocorreu nada melhor do que reviver o grande evento de promoção e celebração da vida, do qual tantas vezes tinham participado juntos.

Esse modo de ver as coisas poderia levantar suspeitas. Não seria ele o resultado de um devaneio benevolente, um excesso interpretativo, uma falsificação do contexto etnográfico, ainda que de boa-fé?

Tal objeção tende, no entanto, a subestimar o outro, supondo-o privado de qualquer talento especulativo, incapaz de uma compreensão mais refinada da existência. Diante dela, o melhor remédio é invocar o discurso do nativo, cujo ponto de vista pode revelar-se bem menos rústico do que se estaria disposto a conceder-lhe, de início. Um bom exemplo das surpresas que nos aguardam nesses casos pode encontrar-se na resposta de "Nizinho", quando, perguntado pela barra, responde:

"A barra? A barra é desde o princípio. Desde que existiu Zacarias, existiu a barra. Então era tudo conforme, de antigo. Era tudo por causa dessa barra. No mesmo lugar; sempre aberta no mesmo lugar. [...] Naquela época não tinha a barra de Ponta Negra, o canal que existe hoje em dia; e que uns querem tapar e outros querem abrir – aquela confusão! Aqui, era só essa barra. E o pescador vivia por essa barra".⁵²

A crer nas palavras desse sobrinho-neto de Juca Tomás, quem diz *barra* diz *vida*, referindo-se com isso não só à vida da lagoa, mas também à dos

pescadores, e, para além desta, à própria existência do povoado, em termos históricos e sociológicos.

E assim sendo, a *abertura de barra*, encenada por Henrique em homenagem a Aristóteles, revela-se, portanto, como uma espécie de síntese dramática do modo de vida que tinha dado forma e sentido às suas respectivas presenças no mundo.



Conclusão

O sonho do etnógrafo

Our long voyage of discovery is over and our bark has
drooped her weary sails in port at least.

Sir James G. Frazer

(Nossa longa viagem de descobrimento terminou e nosso
barco arriou suas castigadas velas no porto, finalmente).

Sólo el que ha muerto es nuestro, sólo es nuestro lo que
perdimos. Ilión fue, pero Ilión perdura en el hexámetro que la
plañe. [...] No hay, otros paraísos que los paraísos perdidos.

Jorge Luis Borges

(Só o que morreu é nosso, só é nosso o que perdemos. Ílion
foi, mas Ílion perdura no hexâmetro que a carpe. [...]) Não há
outros paraísos a não ser os paraísos perdidos).

Em fins de 1986 sucedeu ao etnógrafo, repetidas vezes, visitar Zacarias, em sonhos. De todas essas incursões oníricas, somente uma não se dissipou, como as demais, durante o retorno à vigília. Tratou, pois, de fixá-la na memória, contando e recontando-a a vários interlocutores, pelo menos três dos quais haviam sido, também, personagens do sonho.

* * *

Vinha o etnógrafo pelo caminho de sempre; o mesmo que o tinha levado ao *rancho de pesca* habitado por Henrique, logo da primeira vez, em 1978.

Percorrendo a areia branca da praia da lagoa, num clima desanuviado, divisou ao longe, diante da porta principal do rancho, um grupo de velhos conhecidos, seus habituais companheiros de conversa e troca no povoado.

Lá estava “Henrique”, encurvado como um anzol, com seu indefectível chapéu de palha. Junto dele “Beco”, seu último companheiro de pescaria e copo; o galante, folgazão e articulado “Bengo”, com seu boné de curvim;

“Baque”, sempre prudente e razoável, com sua fala mansa e “Mucinho”, o bem informado e judicioso mediador de contendas.

Ao se aproximar deles, viu-se, de súbito, envolvido por uma atmosfera estranha. Inquietante seria o termo apropriado. Não só porque lhe faltasse a costumeira jocosidade, já nos cumprimentos, ou por causa das portas e janelas fechadas do rancho, mas porque imperava uma inusitada e severa solenidade.

O etnógrafo quis tratá-los com a informalidade a que o tinham habituado tantas e tantas ocasiões de prosa descontraída e cálida camaradagem, chamando-os pelos seus vocativos comuns.

Eles, no entanto, incorporaram-se e formais responderam: “Henrique’ não! Irineo José de Marins. ‘Beco’ não! Benjamin Francisco Correia. ‘Bengo’ não! Antonio Breve de Marins. ‘Baque’ não! Sizenando José de Marins. ‘Mucinho’ não! Prelidiano José de Marins”.

Diante da surpresa e do desconforto do interlocutor, trataram de explicarlhe, com ar grave, porém não destituído de afabilidade: “É que eles não querem mais que nós sejamos chamados pelos nossos nomes de casa, nem pelos nossos apelidos. Agora temos de usar, somente, os nomes de cartório”.

É, como se quisesse desconcertar ainda mais o etnógrafo, Irineo José de Marins julgou necessário completar a explicação, acrescentando, com um sorriso enigmático: “Eles também conhecem a barra. A barra é um *phármakon*”.

* * *

De imediato se distingue neste sonho uma tópica. O seu primeiro elemento é o que poderíamos chamar de a “questão dos nomes”, com suas múltiplas e significativas implicações.

O grupo reunido na estiva de cimento, às portas do rancho, compunha-se integralmente de pescadores aparentados entre si. “Henrique” e “Mucinho” eram irmãos uterinos. “Baque” era filho de um irmão do pai destes, sendo, portanto seu primo-irmão. “Beco”, por sua vez, era sobrinho dos dois primeiros, filho de uma irmã por parte de pai, donde o sobrenome diferente (Correia). Era, ao mesmo tempo, parente do terceiro, sendo filho de uma filha do irmão do pai deste. Finalmente “Bengo”, o caso mais complicado, pois, embora sobrinho dos três primeiros, pelo lado materno, usava o sobrenome Marins, adotado pelo seu pai, que, desse modo, tratara de vincular-se, com laços redobrados, à mais importante família da Zacarias. Além disso, “Bengo” era primo de “Beco”, de vez que suas respectivas mães eram primas-irmãs.

¹ A propósito, ver Lima (1978), por exemplo.

Tudo resultaria ainda mais intrincado, se lhe acrescentássemos os múltiplos nexos por afinidade, o que longe de afetar a conclusão, só faria reforçá-la: o grupo pertencia ao mesmo tronco familiar, que, por sua vez, era largamente predominante no assentamento. Assim, valiam os cinco pelos Marins, como estes valiam pela comunidade de Zacarias.

Ora, é por demais conhecido o sistema de nomeação que impera nos povoados pesqueiros do litoral fluminense.¹ O uso consagra aí a atribuição de dois nomes, sem prejuízo dos eventuais apelidos, mas, à diferença destes, invariáveis no tempo. Dessa maneira, alguém que no registro civil se chama Irineo José de Marins, é conhecido, entre os seus, como Henrique.

É este o seu nome de casa, sua marca de identificação social para os parentes, para os membros da comunidade local e para os conhecidos mais próximos, como, entre outros, o próprio etnógrafo.

O nome de cartório só aparece, na vida dessas pessoas, de raro em raro, nas certidões ou documentos públicos – nascimento, casamento, carteira profissional, contrato, processo judicial, inventário ou óbito.

Se “eles” exigem o uso permanente e exclusivo do nome de cartório, isto representa, no plano da metáfora, não só a inserção compulsória na vertente formal e legal da sociedade mais ampla, mas, paralelamente, um estranhamento com relação ao plano substantivo e costumeiro do grupo local. Ou, para dizê-lo de forma mais contundente, à proscrição de uma identidade nascida e nutrida no contexto deste último. Impõe-se-lhes, em suma, que deixem de ser Henrique, Mucinho, Baque, Beco e Bengo, pescadores da Zacarias, para serem, doravante, Irineo, Prelidiano, Sizenando, Benjamin e Antonio, cidadãos da República Federativa do Brasil. Assunto grave, como se vê.

É como se retornasse, transformada, a cena inaugural da presença do etnógrafo na Zacarias, quando Henrique, para surpresa e desagrado dos companheiros, fizera questão de apresentá-los ao estranho, declinando seus apelidos e nomes de casa. Agora, o mesmo Henrique submetia o amigo e conhecido de muitos anos a um rito de enquadramento cerimonioso, restabelecendo a distância social, que tanto custara ao etnógrafo vencer, para científicá-lo de um tabu, imposto a todos, na Zacarias, por um agente externo.

O segundo elemento da tópica proposta em sonho é a *barra*. Tema mais do que plausível entre pescadores e, na Zacarias, ponto obrigatório das agendas de conversação, sobretudo entre os homens.

O tópico surge em dois enunciados. O primeiro, “*Eles* também conhecem a barra”, reafirma a existência da identidade antagônica, circunscrita nesta aparentemente vaga e mal determinada terceira pessoa do plural.

Para o etnógrafo, nada há de obscuro, no entanto, nesse “eles”. “Eles” são os políticos e notáveis “da Vila”, a “Companhia” e, de um modo geral, os empreendimentos imobiliários. São, além destes, os órgãos públicos envolvidos com a problemática local, como a Serla, a Feema, a Fundrem, a Sudepe, a Fiperj, a Soma, o Dnos, e, por detrás deles, os governos estadual e federal.

“Eles” refere-se, ainda, aos veranistas, e, mais amplamente, aos “turistas”, cuja multiplicação, no correr dos anos, converteu-os num ator social conspícuo e relevante.

Nem todos os gatos deste saco, entretanto, são igualmente pardos. Sua coloração moral varia ao longo de um espectro, cujos polos têm-se mantido estáveis, há décadas.

Num extremo encontra-se a Companhia e, por detrás dela, o fantasma da Cidade de São Bento da Lagoa. Aí está o arqui-inimigo xifópago, predador do povoado, tanto mais temível quanto lhe cabe representar, metonimicamente, todos os loteamentos, e, no horizonte destes, a grande metrópole tentacular.

No extremo oposto, situa-se uma categoria de veranistas esclarecidos, composta, em grande parte, de profissionais liberais requintados, bem como de personalidades do mundo artístico e cultural – acadêmicos ilustres, astros da televisão, grandes estrelas musicais, jornalistas famosos, enfim, todo um elenco de celebridades.

Muitos deles haviam sido pioneiros e desbravadores desse paraíso lagunar, onde chegaram impelidos por ideais bucólicos, intimamente associados ao seu elegante desencanto da vida urbana.

Com essa postura, foram, desde o início, aliados dos pescadores, que corporificavam seus próprios sonhos de uma vida simples, em contato com a natureza e a “comunidade”, visão romântica de que muitas vezes se beneficiaram, por acaso ou manipulação, os habitantes dos povoados da restinga, entre eles os zacarieiros.

Com suas convicções preservacionistas, é fácil imaginar o horror dessa gente ao encontrar nos “lagos espelhantes” as mesmas e ominosas evidências da agressão à natureza. As grandes mortandades da Lagoa Rodrigo de Freitas,

2

O termo rústico tem, nesse contexto, uma conotação positiva. Designa a singeleza, o despojamento e a proximidade do mundo natural, de homens, objetos ou práticas, articulados num modo de vida, cujo valor só se revela aos olhos dos verdadeiramente refinados.

em pleno coração da metrópole, repetidas em Maricá, suscitaram um clamor diretamente proporcional ao prestígio das vozes desses veranistas notáveis.

Sofisticados admiradores da tradição, não por acaso, podem ser encontrados como partes, lado a lado com os pescadores, nos litígios que estes opuseram à conspiração geral contra seus interesses e conveniências.

Ameaçados no refúgio de sua segunda residência, esses trânsfugas do progresso trataram, desde a primeira hora, de interceder perante os órgãos públicos com capacidade de decisão e/ou composição do conflito, em favor da causa dos pescadores.

Seus interesses práticos e posições ideológicas eram, porém, ironicamente difíceis de conciliar. Muitos deles habitavam casas construídas, ainda que por inadvertência, na antiga franja de inundação das lagoas. Desse ponto de vista, situavam-se, *bon gré, mal gré*, do lado do Canal de Ponta Negra, graças ao qual suas glebas tinham existência permanente.

Ao mesmo tempo, não podiam reconciliar-se com a grande expansão turística ao sabor da qual a megalópole começara a envolver, de forma avassaladora, a paisagem rústica,² onde tinham ido buscar refúgio precisamente contra os valores e rigores do ambiente urbano; da mesma forma como, outrora, tinham buscado, à sombra da metrópole, proteção contra a vida provinciana e seus valores.

Dizer “eles também conhecem a barra” é de todo pertinente nesse contexto. Não só porque as barras nativas eram fenômenos recorrentes, pelo menos até determinada época, mas também porque eram conhecidas e incontornáveis nas suas condições e efeitos.

O governo municipal, a Companhia e, de um modo geral, as imobiliárias e, com elas, todos os demais interessados no turismo, inclusive os veranistas e os visitantes de fim de semana, e, obviamente, os assentamentos da orla da lagoa, sem falar na própria “Vila”, sofriam, de modo variado, suas influências.

As barras afetavam a pesca, o consumo, o comércio, os impostos, o transporte, o turismo e o veraneio, o estado sanitário da região e, eventualmente, as habitações demasiado próximas do espelho lacustre.

Seu influxo era sensível, quer por presença – barra aberta (ou em via de se abrir) –; quer por ausência – barra que não se abre, quando necessário (ou longo período sem *abertura de barra*).

O enunciado “eles também conhecem a barra”, no entanto, contém, ainda, outra alusão significativa. Se alguém mais, além dos pescadores, tinha fundadas pretensões ao conhecimento da barra, este alguém era o higienista, sob a espécie do médico, do engenheiro ou de qualquer outro agente auxiliar da cruzada patriótica em favor da reforma da natureza física e humana do país.

O Higienismo desdenhou da barra nativa. Preferiu confiar seus desígnios a um grande engenho. Por isso concebeu a barra permanente, materializada no canal de Ponta Negra, prescrição que julgava a única indicada para os males oriundos do antigo regime das águas, na região de Maricá.

São estes, em síntese, os significados que a frase “eles também conhecem a barra” condensa. Seu complemento é uma predicação: “A barra é um *phármakon*”, sentença de aspecto oracular, pela economia e obscuridade da fórmula.

A decifração desse enigma, no entanto, requer o conhecimento das circunstâncias nas quais se deu a cena onírica, bem como as implicações do termo exótico, que, em sonhos, o etnógrafo pôs na boca desse ancião semiletrado que era Henrique.

Quanto às primeiras, convém ter em mente que, à época, estava recém-concluído o quarto e último censo de Zacarias. O grande quadro genealógico do povoado encontrava-se em fase final de montagem. Apesar dessas realizações, predominava no espírito do sonhador um mal-estar.

Várias causas poderiam explicar esse desassossego. A sensação de ter-se deixado atrair por um desvio, ao se embrenhar no virtualmente inesgotável emaranhado das relações de parentesco, com suas miudezas e mesquinhas, por exemplo. Desvio cujo efeito tinha sido o de afastar o etnógrafo do rancho, distanciando-o de Henrique, cada vez mais alquebrado e vulnerável aos achaques da velhice.

Além de uma companhia mutuamente apreciada, perdeu-se, assim, o contato cotidiano com o núcleo temático da investigação etnográfica. A tríade pesca, lagoa e barra, com seus ritmos e temporalidades peculiares, viu-se, pois, ofuscada por outra, constituída pelo *grupo doméstico*, pela *casa* e pelo *parentesco*.

O sentimento de desconforto que perpassa o sonho, após o instante inicial de leveza, não deixa de ser, também, fruto da consciência cada vez mais nítida da necessidade de voltar, o quanto antes, ao solo essencial da pesquisa, abrindo outra vez as portas do rancho, de par em par, para a lagoa.

Manifestava-se, desse modo, a urgência de se enfrentar, uma vez mais, sua grande pergunta, finalmente articulada: seriam capazes de sobreviver as lagoas, os pescadores e seu modo de vida ao fim das barras nativas e ao correlato império do canal permanente, rasgado nos rochedos da Ponta Negra?

O ar bizarro da palavra *phármakon* no contexto do sonho, por sua vez, garante seu potencial simbólico. A realização deste, entretanto, exige uma referência ao sonhador, pois é a ele que se endereça a mensagem. Mensagem peculiar, de resto, sendo seu destinatário e emissor uma e a mesma pessoa.

O enigma resolver-se-á, portanto, à medida que se nos revelem os significados que o nome grego φάρμακον era capaz de associar na imaginação do etnógrafo.

Este conhecia o termo como referindo-se a todo e qualquer produto resultante da mistura de substâncias e dotado de virtudes próprias, por meio das quais é capaz de curar ou lesar.

Conhecia, ainda, a aplicação do termo no caso da mistura de pigmentos para obter matizes. Matizes portadores, também eles, da mesma e contraditória virtualidade de benefício e malefício. A propósito, sabia, igualmente, que o caráter salutar ou letal do *phármakon*, dependia, não só de suas propriedades, mas, também, da medida que dele se administra.

Sabia, por fim, que o princípio ativo de qualquer *phármakon*, droga ou matiz, afetava, do mesmo modo e ao mesmo tempo, corpo e espírito, servindo, ora como remédio, ora como veneno.

Neste sentido, o *phármakon* era uma espécie de filtro mágico. Não apenas contra a morte, mas, também, contra o esquecimento, irmão da morte e do sono, e, como eles, implacável solvente das identidades individuais e sociais dos homens, seres feitos de tempo, como mais de uma vez advertiu Jorge Luis Borges.

Ao considerar o sonho sob este ângulo, descobrimos, cifrada embora, nas palavras atribuídas a Henrique, a formulação definitiva da tese que o etnógrafo decidira sustentar.

Caracterizar a barra como *phármakon*, mais do que uma analogia rebuscada, era uma derivação plausível do próprio discurso dos pescadores sobre o fenômeno. Não afirmavam eles, nos momentos críticos das cheias e das mortandades, que a abertura da barra era necessária para “sanar” ou “curar” a lagoa? Não sustentavam com obstinação que o Canal de Ponta Negra era responsável pela progressiva redução e desaparecimento das espécies?

Não atribuíam ao canal permanente a transformação da Lagoa Brava em brejo insalubre, e a evolução dos lagos do Padre e do Bacopari neste mesmo sentido? Não viam por detrás dele o empreendimento imobiliário, aterrando margens, abrindo claros na restinga, ocupando a faixa inundável do perímetro lacustre, isto é, criando cada vez mais óbices para a vida, no ambiente lagunar, e consolidando interesses capazes de se sobrepor aos valores locais? Não alcançavam, com lucidez, o formidável obstáculo constituído por esse tipo de ocupação para as eventuais aberturas da barra nativa, no futuro?

Em contrapartida, não professavam a crença, para muitos inabalável, nas virtudes desta última? Não celebravam sua extraordinária capacidade de fertilização da Lagoa, restabelecendo, a cada vez, o equilíbrio adequado à multiplicação e maturação das espécies, no seio de um grande criadouro, onde podiam cultivá-las, “como se as tivessem em viveiro”?

A barra nativa surgia, desse ponto de vista, como uma prescrição para as lagoas. Quando as águas destas alcançavam determinado nível, era este o remédio conhecido, comprovado e preferido pelos pescadores.

A receita aviada pelos engenheiros sanitaristas para o mesmo problema tinha sido também uma barra, só que permanente, pois assim imaginavam erradicar o mal de forma definitiva, em vez de remediá-lo periodicamente.

Duas barras, dois artefatos radicalmente distintos entre si, quanto ao local, à natureza e à duração. Um é móvel, nos limites do *lido* natural do sistema lagunar, em Barra de Maricá. É sazonalmente escavado na areia, seguindo um projeto adequado à conjuntura. O outro é fixo, esculpido na rocha viva da extremidade do complexo lacustre, por onde a natureza vedava qualquer vazão. Pretendia-se, pois, perene, em face da volubilidade dos ciclos naturais, que mantinham de sobreaviso sua rival nativa.

Se esta última aparece no singular é por artifício literário. Na realidade era múltipla. Ocorria de acordo com as circunstâncias, mais de uma vez por ano, em geral. Tinha lugar e desenho variáveis, ditados pelo sutil sistema de correspondências entre o mar e a lagoa. Não aspirava à perenidade, sendo, ao contrário, um evento e, como tal, inscrita no tempo.

Sua eficácia como remédio para a lagoa dependia deste. Sob esse aspecto, havia barras e barras. As mais efêmeras, que o mar tapava em poucos dias, eram incapazes de “curar” a lagoa.

Para isso, eram necessárias duas a três semanas, eventualmente um pouco mais. Não muito mais, porém. Barras demasiado longas resultavam em prejuízo, pois além de impedir a pesca por um período excessivo, não contribuía para a multiplicação dos peixes e do camarão. O efeito benéfico das barras dependia, portanto, da justa medida de sua duração.

Neste sentido, a proporção adequada de uma barra era função de seu projeto, o qual, por sua vez, dependia de se ter, sobre a evolução das circunstâncias, o prognóstico mais seguro. Esse cálculo, no entanto, envolvia responsabilidades. Estas, por fim, recaíam essencialmente sobre os de Barra de Maricá, e, no seio desse povoado, sobre os “riscadores” ou “mestres da barra”.

Era deles o saber legitimado. Porque estavam no lugar da barra tinham o privilégio de conhecê-la melhor do que ninguém, donde lhes vinha, por sua vez, a prerrogativa e o ônus de prescrever data, hora, lugar e *risco*. Sua participação, entretanto, não cessava aí. Cabia-lhes, ainda, supervisionar a escavação do molde esboçado no cordão litorâneo, ditando-lhe, inclusive, o ritmo.

Este poder, sazonalmente reafirmado, conferia-lhes, perante os povoados da restinga, uma posição peculiar. Uma espécie de excelência, motivo, talvez, de sua notória arrogância, tantas vezes glosada pelos vizinhos de Guaratiba e Zacarias.

Muitas vezes ocorreu ao etnógrafo pensar nesses “riscadores” como uma espécie de casta sacerdotal. Apesar da flagrante impropriedade técnica da expressão, não conseguiu jamais descartá-la de todo. Talvez porque lhe parecesse, menos que um conceito, uma boa metáfora para designar a identidade social do grupo formado pelos “mestres da barra”.

De fato, era impossível deixar de reconhecê-los como diferentes. Essa diferença manifestava-se abertamente no seu comportamento. Eram tidos e havidos como jactanciosos, dados às querelas e provocações. Não enjeitavam briga. Tal era, aliás, a fama dos moradores de Barra de Maricá, em geral.

Henrique referia-se a eles como “uma raça de gente danada” e Néia dizia que eram “uma gente curiosa”. O primeiro com a palavra “raça” e o segundo com o adjetivo “curiosa” ressaltavam essa distinção. Ambos atribuíam-na, de resto, ao *ethos*, isto é, a um certo estilo emocional e moral dos habitantes de Barra de Maricá.

As palavras sempre repetidas a propósito desses vizinhos polêmicos eram orgulho, soberba, presunção e vaidade. Costumava-se dizer, também, que não gostavam de misturar-se. E que, indo alguém viver entre eles, acabava, fatalmente, por bandear-se para o seu lado, como ilustravam alguns casos notórios entre os zacarieiros.

Apesar das censuras que sofriam por causa desses seus ares de superioridade, nos demais povoados da restinga, estes se viam, no entanto, obrigados a lhes reconhecerem pelo menos duas virtudes. A primeira, fortuita, advinha-lhes do fato de morarem no lugar das barras nativas. A segunda, até certo ponto consequência da anterior, era sua proficiência na arte de abri-las sempre que necessário e possível.

É certo que nem todos os homens da Barra eram “riscadores”. Constituíam, entretanto, a massa crítica necessária ao desabrochar e amadurecer da vocação e habilidade destes últimos, cultivada e transmitida, com frequência, no seio de uma mesma família.

Se havia, pois, algo com que todos concordavam era que sem os “mestres de barra” o conúbio das águas tornava-se sujeito a reveses e contratempos, quando não se convertia num embuste, fruto da charlatanice alheia. Neste sentido, eram especialistas autorizados, que tinham não só o direito, mas o dever de se pronunciarem sobre a matéria. Em se tratando de barras nativas, a precedência em manifestar-se cabia-lhes, forçosamente.

E, com isso, talvez se pudesse explicar porque, na mente do etnógrafo, a palavra *casta* ocorresse sempre qualificada pelo adjetivo *sacerdotal*. Implícita na recorrência deste, finalmente, estava a ideia de que as *aberturas de barra* não deviam ser consideradas, apenas, como uma operação técnica, mas, como um *rito*, cujos oficiantes eram membros dessa confraria de “mestres riscadores”.

Não só como artefato, mas também como rito, a barra nativa pode ser assimilada ao *phármakon*. Basta não esquecer que este era, além de remédio para o corpo, medicina para o espírito.

Como todo e qualquer rito, a *abertura de barra* não perseguia apenas uma função instrumental; no caso, a de depurar as águas da lagoa, renovando-as e restaurando nelas a variedade e abundância da vida. Para além disso, revestia-se de um propósito comunicativo e metafísico. Visava dizer e mostrar. Resta saber o que e a quem.

As barras nativas eram, no consenso geral dos que haviam tido ocasião de assistir a alguma de suas aberturas, um grande espetáculo. Haviam impressionado o viajante John Luccock tanto quanto, mais de um século depois, o cientista Lejeune de Oliveira. O próprio etnógrafo não ficou imune ao impacto do evento, quando lhe tocou a vez. E não se poderia dizer que foi o único, pois, em torno de si, pôde notar um clima de intensa e admirada exaltação. Em meio deste, teve sua curiosidade despertada pelas descrições da *barra*, todas elas antropomórficas, como se a barra fosse um ser vivo e autônomo, digno das atenções e preocupações de todos.

Movia, coletivamente, não só as ações e os ânimos, mas também a imaginação. Dava margem à reflexão e ao comentário. Instigava as comparações, pois havia barras que serviam de referencial às demais.

Verificava-se mesmo uma espécie de obsessão comparativa. Fácil de compreender no caso desses homens que extraíam seu sustento das lagoas. Sua maior ansiedade, com relação ao porvir, era a sempre incerta fartura e variedade do pescado.

De acordo com os prognósticos autorizados por elas, as barras podiam, seja converter a ansiedade em expectativa, seja revertê-la em frustração. Ora representavam a experiência comum da ansiedade superada, ora o retorno redobrado das antecipações de escassez. Com elas revelava-se, então, o *fas* e o *nefas* da pesca lacustre, e, por implicação, a própria vida e bem-estar, não só dos pescadores, mas, até certo ponto, de toda a região.

Assim, compreende-se o caráter prescritivo da congregação dos povoados pesqueiros, quando se tratava de abrir uma barra. Não atender à convocatória era uma vergonha, como se disse ao etnógrafo, logo da primeira vez em que pôs os pés em Zacarias. A presença era tanto uma questão de honra, quanto um ditame da lei, triplamente sancionada pelo opróbrio, pela condução compulsória e pela multa.

A obrigação moral e legal configurava a comunidade dos pescadores de Maricá, submetendo-os coletivamente à periódica reafirmação dessa espécie de pacto originário.

Para garantir a propriedade dessa formulação, tirando-lhe o caráter de conjectura etno-histórica, basta recorrer às representações sobre a barra nativa, sempre que ocorria ao etnógrafo perguntar pela sua origem.

Nessas ocasiões, os pescadores argumentavam, entre surpresos e impacientes, diante do que lhes parecia uma indagação tola e despropositada, dada a obviedade da resposta: A barra, diziam, existia desde o princípio dos tempos, sempre naquele mesmo lugar.

À questão sobre a possível autoria da barra arquetípica reagiam da mesma forma, atribuindo-a, sem hesitação, à Providência, que, segundo eles, não faziam senão imitar, repetindo o gesto do Criador. Não será despropositado, neste sentido, recordar que Lejeune de Oliveira difundia, entre seus alunos e colaboradores, a versão de que a barra era “coisa dos índios”, remontando, dessa maneira, aos tempos primevos da ocupação litorânea.

Quão distinta revela-se, a partir dessa perspectiva, a barra permanente de Ponta Negra! Aberto à dinâmica, em 1951, o Canal é não só um monumento da engenharia sanitária e, portanto, da doutrina higienista, mas, além disso, o grande evento da história contemporânea do sistema lagunar de Maricá. Com ele passa a distinguir-se a lagoa antiga da lagoa moderna. É, pois, um evento memorável, mas de modo algum comemorado.

Ao contrário das barras nativas, o Canal de Ponta Negra é um dispositivo rígido, com pretensões não apenas à permanência, mas, por meio desta, ao equacionamento definitivo do problema, cuja solução buscava.

Com efeito, sua ação depurativa parece inquestionável, visto o desaparecimento das enchentes periódicas e das febres palustres que costumavam acompanhá-las.

Perdeu-se, em primeiro lugar, a perpetuação sazonal e festiva do gesto demiúrgico. Os pescadores mantinham o sistema em regime de estagnação controlada. Com as barras nativas inscreviam as lagoas num tempo cíclico, sobre o qual, desse modo, exerciam controle. Sob esse ângulo, a barra permanente equivale à inserção do sistema de lagoas no tempo linear histórico, separando, de vez, o *antes* e o *depois*.

Da mesma forma, perdeu-se todo o aspecto expressivo que a conjunção das águas do mar com as águas da lagoa tinha, antes da sua banalização pelo Canal de Ponta Negra.

As aberturas da barra nativa eram, para os pescadores sobretudo, mais do que a implementação de um dispositivo técnico com fins instrumentais. Significavam tanto um esforço para exorcizar o passado, com suas experiências de penúria, quanto o empenho de projetar positivamente o futuro imediato

³ O termo incorporou-se, originalmente, à linguagem médica, no âmbito da teoria dos humores, para designar moléstias primárias, quer dizer, afecções não resultantes de causas externas ao organismo, mas de falhas intrínsecas e constitucionais do mesmo, resultantes de sua própria estrutura e dinâmica. (THOMAS, 1979, p.113).

⁴ Ver, a propósito, Harrison, 1955, p. 150-162, oportunamente citada por Turner, 1967, p.102.

do seu modo de vida, transformando tensões e angústias numa antecipação alentadora.

Se o Canal de Ponta Negra é fruto do empenho de reformar o meio natural, curvando-o aos desígnios de uma sociedade progressista, as barras sazonais constituem, ao contrário, uma submissão sem servilismo ao império da Natureza. Não deixam, por isso, de ser uma liberdade, que se toma com relação a esta última, imprimindo aos seus determinismos intenção e finalidade construtivas.

A reiteração ritual da forma prototípica, esculpida, *ab initio* ou *in illo tempore*, pela Providência ou pelo íncola, surge, desse modo, como o zelo de repetir a natureza, naquele momento particularmente feliz, quando, convertida a enseada aberta em laguna, viu-se esta transformada em fértil criadouro, graças à oportuna e periódica comunicação com o mar.

A barra nativa revela-se, pois, como programa de ação e, ao mesmo tempo, como artefato, graças ao qual se garante um determinado ciclo de vida nas águas, condição para que, também nos povoados pesqueiros, um certo modo de viver e reproduzir-se seja mantido.

Desse ponto de vista, as *aberturas de barra* configuram-se como arte útil, ou seja, o que já se denominou *tekhné*. Toda arte útil, no entanto, envolve um processo de aprendizagem. Aprendizagem peculiar, porque ensina não só com palavras, mas, também, e talvez principalmente, por meio de atos, isto é, do que se vê fazer e trata de imitar e comprovar, fazendo.

Como técnica e artefato, as barras nativas eram remédio adequado, tanto para a lagoa, quanto para os povoados pesqueiros. No primeiro caso, porque se opunham de modo eficaz à idiopatia³ do sistema lagunar, com sua fatal e previsível deterioração em brejo. No segundo, porque eram capazes de prevenir os efeitos desagregadores dessa evolução degenerativa sobre o gênero de vida estruturado em torno da pesca.

Nas *aberturas de barra*, porém, o programa de ação encarna-se numa forma cultural complexa, que, além da utilidade dos seus efeitos funcionais sobre o sistema lagunar, estabelece, igualmente, com aqueles que dela participam, uma relação pedagógica. E, nisto, revela, outra vez, seu caráter ritual.

Os ritos, sustentava Jane Harrison, envolvem seus atores triplamente: pelo que fazem, pelo que dizem ou se lhes diz, e pelo que lhes é dado à vista.⁴ Por isso afirmamos, anteriormente, que, além de fazer e dizer, mostram e demonstram.

E aí reside, até prova em contrário, o aspecto crucial do seu ensinamento; sua força persuasiva, por assim dizer.

Uma *abertura de barra* é um espetáculo. É algo de se ver e algo para ser visto. Permite testemunhar *in loco* o encontro das águas, constatando com os próprios olhos o incremento da vida que este propicia. Mais que isso, no entanto – concede antever e celebrar a plenitude futura, não só da lagoa, mas também da pesca, *ergo* da existência dos pescadores, de suas famílias e povoados.

Surge, pois, como uma espécie de *theatrum rerum naturalium*, acrescido e inseparável do correspondente *theatrum rei publicae* de Maricá, proporcionando o engajamento de seus protagonistas mais relevantes, entre eles os pescadores. Além de inseminar a lagoa, torna visível, audível e palpável a própria comunidade, congregando-a ritualmente na busca comum da vida, que, como dizia Hocart, não significa apenas vida para os contemporâneos (“para nós”) e seus pósteros (“nossa progênie”), mas também um estado superior ao da mera sobrevivência, uma espécie de plenitude da vida.⁵

A barra pode, então, caracterizar-se como *phármakon*. Exercendo sua magia sobre a lagoa e seus habitantes, revela-se igualmente eficaz no plano social, infundindo alento aos homens e convertendo-os, de bom grado, à servidão periódica que lhes impunha.

Dessa perspectiva, ressalta a dimensão expressiva dos ritos de *abertura de barra*. Com efeito, o que estes comunicam aos participantes, e, mais que a todos, aos pescadores, é a existência de uma relação necessária. Proclamam o que de algum modo já se sabe, mas nunca é demais lembrar, ou seja, que os pescadores são parte do sistema, que são *com* a lagoa e que esta é *com* eles.

Para além disso, postula, ainda, outra relação, igualmente necessária e de caráter mítico: o nexa da barra com os tempos primordiais e, através deles, com o gesto demiúrgico. Afirma que ambos, homens e lagoas, não podem ser, de modo adequado e pleno, senão *com* a Providência

Aos pescadores, por fim, cabia, na hora azada, conduzir a liturgia da união prescritiva do mar com a lagoa. O que de modo algum os caracterizava como donos do rito, no sentido mais amplo. Como outros rituais não políticos, também as barras tinham sua política, envolvendo uma pluralidade de atores e pontos de vista. A decisão sobre o momento e o modo precisos de abrir a barra podiam ser prerrogativas dos “mestres”, não assim as determinações gerais do processo.

⁵ Cf. Hocart, 1952, p. 51; 1935, p. 11 ss., e, também, 1954, p. 86ss.

⁵ Cf. Eliade, 1958:XIII.
⁷ Cf. Schuhl, 1947, p. 57.

O sistema lagunar define-se então como patrimônio comum, afeto, portanto, em larga medida, a um processo de gestão coletiva, no qual os diversos pontos de vista se confrontam e dialogam, para se incorporarem, em maior ou menor grau, à decisão final.

Para além das eventuais dissensões, entretanto, o que permanece como base intangível é a convicção profunda de “sacerdotes” (mestres riscadores) e “fiéis” (pescadores), quando reconhecem a *abertura da barra* como um procedimento, conforme a Lei instituída pelo demiurgo.

Como casa, canoas, redes e remos condicionam a plenitude da família apenas quando se juntam, assim também o ofício da pesca só poderia alcançar a plenitude juntando-se o mar, a barra e a lagoa.

Repetir o gesto da Providência tem, neste caso, como em tantos outros, assinalados pelos estudos antropológicos, o sentido de reconduzir cosmo e sociedade ao seu estado primordial de pureza, potência e eficácia, restaurando-lhes a plenitude de suas possibilidades.⁶

Prevalece, desse modo, a disposição de aliar-se com a Natureza, explorando as virtualidades positivas de seus desígnios. Escolha análoga à dos fisiocratas, também eles inabaláveis em sua fé na existência de uma ordem natural, superior às distintas normas e artifícios do engenho humano.⁷

Para a nossa “fisiocracia agreste”, é esta a grande lição das barras nativas, único dispositivo verdadeiramente capaz de proporcionar ao modo de vida dos pescadores sua projeção utópica mais estimulante, plausível e segura; sua razão mais forte para acreditar na possibilidade de uma vida melhor, no melhor dos lugares.

Diante disso, cabe, então, perguntar-se o que poderia significar a ausência definitiva das barras sazonais do mundo dos eventos, bem como sua obstinada persistência no mundo da narrativa.

Quando as barras nativas deixam de abrir-se, o empobrecimento do sistema, enquanto totalidade original, é inevitável. A vida na lagoa tende a reduzir-se, em quantidade e qualidade, o mesmo acontecendo com a vida ao redor dela.

A laguna ela mesma, enquanto paisagem, começa a revelar sinais inequívocos de perda de vitalidade. Seu processo de envelhecimento acelera-se a olhos vistos. Onde havia praias alvacentas, viceja o emaranhado da vegetação rasteira. Nos desvãos das angras, sacos e enseadas, expandem-se os taboais. Onde havia areia, há lodo; onde havia transparência, turvação.

Assim, a lagoa caminha, a passos largos, para sua idade senil como pântano. A mortandade de peixes, tal como aconteceu em 1975, e vem acontecendo quase todos os anos desde então, é signo precursor de sua morte prematura.

Da mesma forma, empobrece a pesca lagunar. Empobrecem os que persistem nela e ela própria se empobrece enquanto atividade, diminuindo a posição de seus praticantes na hierarquia das ocupações.

A grande pesca do camarão há muito que não passa de uma lembrança agridoce. A grande arte da *pesca de galho* transformou-se num renitente simulacro do que foi outrora. Pois, uma e outra, dependiam do rito sazonal de sementeira, promovido graças às *aberturas de barra*.

Do ponto de vista mais amplo, porém, a maior perda foi a do próprio rito com sua espetacular e, portanto, memorável encenação. Sem ele, o antigo modo de vida implementado pela pesca lacustre perdeu sua principal peça de convicção. Na ausência da forma cultural prescrita (*eidós*), não consegue mais proporcionar como antes, nem a contemplação de uma ordem cósmica e social, nem a densidade emocional inerente à sua atualização (*ethos*).

Essa afirmativa exige, para que seja compreendida na plenitude de suas implicações, recordar que o modo de vida do pescador lacustre corresponde, antes de tudo, a uma *escolha*.

Sim, pois, em princípio, nada impediria que os habitantes da restinga tivessem adotado a pesca marítima como eixo principal de sua forma de sobrevivência. O mar lhes era, e continua a ser, diretamente acessível. Caso tivesse sido esta sua opção, outro seria seu modo de vida, muito mais próximo da caça e da coleta, pois no mar, como na floresta, não há fronteiras, e a incerteza da captura de populações naturais é uma constante. O mar é “arriscado”, dizem, aludindo não somente ao inesperado que ronda a faina e a vida do pescador.

A escolha da pesca lacustre, ao invés, equivale à adoção de uma forma de cultivo, baseada, essencialmente, na função sacramental de fertilização das lagoas, cumprida pelas barras sazonais. Com elas, configura-se não apenas um rito, mas todo um ciclo, inaugurado e marcado por ele.

Nos períodos de barra aberta, e, depois, durante o pousio da lagoa, os pescadores cumprem um resguardo, à espera dos frutos diferidos (por imprevisíveis) do seu investimento – entenda-se: a barra que abriram ou ajudaram a abrir.

Por um bom tempo, os homens se veem condenados ao ócio, na beirada da lagoa ou em casa, tecendo redes, com as mulheres e filhos. Não há peixe no cardápio doméstico, senão de raro em raro, e a criação de terreiro tende a consumir-se, aos poucos.

Ao final, porém, podem vislumbrar, com razoável grau de certeza, o retorno à pesca, com suas visitas periódicas aos “galhos” amplamente povoados, ao almoço de peixe, ao cotidiano acostumado.

Desse modo, restaura-se, por fim, a identidade do pescador, e, com ele, o prestígio, as satisfações e os prazeres derivados dessa paixão.

Extinto como prática do mundo real, o rito continua, entretanto, a frequentá-lo. É constantemente evocado nas conversas, sendo mesmo objeto de reiterados relatos. Às vezes, quer parecer que sua presença no universo discursivo sofreu um incremento, embora não se possa ter certeza disso.

Certa, no entanto, é a importância do tópico, a cuja discussão todos acabavam fatalmente por serem introduzidos, no qual porém se exercitavam, com maior frequência e paixão, aqueles que tinham podido participar, ainda que como espectadores, de uma *abertura de barra*.

Entre os homens, sobretudo, este é um grande tema, sempre capaz de suscitar atenção, polêmica e memórias. Em torno dele criou-se mesmo uma espécie de nostalgia. Nesse clima, a barra adquire um teor francamente simbólico, transformando-se numa projeção retrospectiva. Converte-se no emblema de um contexto idílico, sendo evocada e desejada como um deus perdido, capaz de restituir aos pescadores a vida simples do passado, “com preceito e conforto”, como diria “Néia”.

Assim, talvez, possam compreender-se melhor os motivos que levaram Henrique a brindar o enfermo Aristóteles com sua graciosa pantomima da *abertura de barra*. Com ela, conjurou poderosas e prazerosas recordações de uma idade de ouro não só da pesca lacustre, mas também desses tempos áureos de que ambos haviam compartilhado na juventude e maturidade. Quer o soubesse, quer não, Henrique tinha, naquele momento, utilizado a barra para despertar no amigo a vida que teimava em se extinguir. Como um *phármakon*, portanto.

Outro fato notável, na ordem do discurso, era que a ausência das barras nativas evocava, invariavelmente, por associação, o Canal de Ponta Negra, e, com ele, outra perspectiva do sistema.

Para a visão prospectiva dos agentes da modernidade, a compreensão desse sistema era distinta. Seu propósito foi sempre o de tornar a região acessível à metrópole, como indicam claramente os projetos do Empresário e do Urbanista.

As barras sazonais revelavam-se, desse ponto de vista, como um estorvo. Eram tidas como uma espécie de superstição, fruto da crença infundada na sua eficácia para o manejo do ecossistema lagunar. Podiam (e deviam), pois, substituir-se, com vantagem, pelo canal permanente. Dupla vantagem, de resto, porque desse modo se tornariam perenes os efeitos do intercurso com o mar e se evitaria romper periodicamente o cordão litorâneo, dificultando o fluxo turístico.

Esse ponto de vista nem retificava, nem ratificava a compreensão nativa. Desqualificava-a simplesmente, na medida em que reduzia as barras sazonais a sobrevivências incômodas de um tempo e modo de vida peremptos.

Aferrar-se às *aberturas de barra* configura, assim, uma resistência irracional ao advento de uma nova ordem, comprometida com um modo de vida ética e esteticamente distinto.

E nisto, têm razão ambas as partes. Tanto o espírito progressista, traduzido na Cidade de São Bento da Lagoa, quanto o fundamentalismo da tradição, entrincheirado em Zacarias, seu último reduto.

Embora com perspectivas diametralmente opostas, os protagonistas chegaram, pois, a um mesmo ponto. A questão crucial, o que está verdadeiramente em jogo no drama que se desenrola em Maricá e, particularmente, em Zacarias, é o *acesso aos lugares*. Acesso de quem e a quais lugares, eis a questão!

O problema surge de duas maneiras. Seu primeiro avatar é a ocupação da restinga, fundamental tanto para o empreendimento imobiliário, quanto para os povoados pesqueiros, principalmente no caso das margens. Para o urbanismo, estas oferecem um valor de mercado diretamente proporcional ao seu valor de ambiência. Para os povoados, significam, ao mesmo tempo, prerrogativa e necessidade do seu modo de vida.

Em Zacarias, manteve-se uma estrita vigilância sobre o acesso ao lugar. Os zacarieiros poderiam tê-lo vendido à Companhia, como alguns efetivamente o fizeram, embora comprometendo apenas o que detinham de forma imediata, isto é, suas casas. O lugar, como um todo, entretanto, defendeu-se com surpreendente êxito contra as pretensões do urbanismo e do mercado. Conseguiu barrar o empreendimento capitalista da cidade. Manteve a distância

o grande turismo e, de modo amplo, os veranistas. Logrou, portanto, afirmar sua autonomia como patrimônio adscriptício e legado histórico, base e garantia da posição dos zacarieiros, no sistema.

Outros povoados foram menos bem-sucedidos. Tiveram de conviver, por bem ou por mal, com a multiplicação das residências de vilegiatura. Foram sendo ocupados por elas, além de se verem, progressivamente, envolvidos pelos loteamentos circunvizinhos.

O segundo avatar do problema está ligado à lagoa e, por consequência, à forma pela qual esta se comunica com o mar. O canal permanente de Ponta Negra tornou acessíveis amplas faixas ao longo das margens. As imobiliárias trataram de se apropriar delas, parcelando-as, para vendê-las aos veranistas. O principal caminho de acesso a esse novo tipo de assentamento da restinga foi transformado em estrada litorânea, também ela permanente. O *lido* da Barra continua desocupado. A estrada, porém, tornou-o inacessível às *aberturas de barra*. Estas tornaram-se inviáveis, seja pela ocupação do perímetro lacustre, seja pela estrutura perene do caminho litorâneo.

Finalmente, o próprio acesso à lagoa. Já previsto, aliás, por Lejeune de Oliveira, quando projetava um cenário do qual faziam parte, juntamente com os caniços envernizados, as “lanchinhas a motor esmaltadas, niqueladas e impecavelmente coloridas” dos pescadores de fim de semana.

Diante disso, é inevitável pensar nas incompatibilidades dessa projeção com cenário da pesca lagunar, suas *redes de espera*, seus “galhos”, “viveiros”, períodos de pousio (com a barra aberta ou recém-fechada) e todos os demais cuidados que faziam parte da “lavoura do pescador”.

Se todas essas reflexões derivaram do sonho, conduzindo etnógrafo e leitor para os mais diversos tópicos do argumento, torna-se necessário volver ao discurso onírico para, finalmente, resumir e interpretar seu enunciado mais abrangente.

Neste sentido, convém recordar que os protagonistas do sonho são, além do próprio sonhador, os pescadores de Zacarias, aos quais se opõe um inicialmente obscuro “eles”.

Esse sujeito, indeterminado só na aparência, é essencial para a interpretação do sonho. Com efeito, através dele o plano onírico detecta no universo dos pescadores, metonimicamente representado pelos zacarieiros, uma dupla heteronomia.

“Eles” designa, em primeiro lugar, uma instância externa de poder, que se manifesta proibindo. Ao proscrever *nomes de casa* e apelidos, põe fora da lei o modo autóctone de referência. Expropria a casa do seu poder de nomear. Tira da família e do grupo local a liberdade (aqui no antigo sentido de prerrogativa) de identificar social e moralmente seus membros, pois tem horror ao nimbo da equívocidade e por isso invoca o direito exclusivo de registro e enquadramento dos indivíduos, atribuindo-lhes “nomes de cartório”.

Essa instância que o “eles” circunscreve, arroga-se, ainda, à tecnologia da barra, reificada no Canal de Ponta Negra, concebido para controlar, definitivamente, a lagoa.

Para “eles”, as casas antigas, a posse velha, os umbigos enterrados, o casamento por rapto e a sociedade de primos, a confiança cega nas barras sazonais, os heróis epônimos, os pasquins, as cantigas, as artes e costumes do passado, tudo isso não são senão superstições, que, eliminadas, abrirão caminho à modernidade. Mas o que serão, propriamente falando, as superstições e, em particular, *estas* superstições?

Seriam, porventura, as velhas crenças, os rituais bizarros, os dispositivos tornados supérfluos pela marcha da civilização, como sustentava *Sir James George Frazer*, e, como efetivamente parece sugerir a etimologia, quando assimila *superstitio* a sobrevivência?

Talvez não. *Superstes* pode referir-se a uma virtualidade positiva do verbo *superstare*,⁸ designando não restos do passado – “fragmentos de civilizações mortas encravados numa civilização viva”, como afirmava Tylor,⁹ mas a persistência, para além dos desafios e dificuldade, da lógica, das convicções e das predileções – do *habito et diligo* dos “irredutíveis”.

Se assim fosse, estaríamos diante da interpretação de Demeunier, para quem a superstição era o antídoto mais eficaz contra o despotismo.

Lévi-Strauss, que oportunamente recuperou esse ponto de vista, interpreta-o, reconhecendo as superstições, referidas por Jean Nicolas Demeunier, as quais abrangeriam:

[...] essa multidão de pequenas pertinências, de miúdas solidariedades que preservam o indivíduo de ser triturado pela sociedade global, e a esta de se pulverizar em átomos intercambiáveis e anônimos; que integram cada qual num gênero de vida, num solo, numa tradição, numa forma de crença e

⁸ Cf. Benveniste, 1969, vol. II, p. 273-279.
⁹ *Apud* Belmont, 1979, p. 55.

¹⁰ Lévi-Strauss (1983, p. 380), comentando *L'Esprit des usages et des coutumes des différentes peuples*, obra em 3 vols. De Jean Nicolas Demeunier, Londres, 1776.

¹¹ Von Villanova, Arnold in Birven, Henri. *Goethesoffenes geheimniss*. Origo Verlag, Zurich, 1952, p. 44.

incredulidade, os quais não só se equilibram uns aos outros como os poderes separados de Montesquieu, mas constituem outras tantas contra-forças capazes de se erguerem, em conjunto, contra os abusos do poder público.¹⁰

Com essa perspectiva, não há porque admirar-se da recorrência da barra no discurso nativo. As barras nativas, que não mais existem, transformaram-se numa bandeira, que se levanta para reafirmar e reivindicar a ordem de coisas da lagoa antiga. Talvez para mitigar as aflições da identidade social do pescador, que, sem elas, viu-se condenada a uma existência cada vez mais parca, quase uma fantasmagoria. Ou, numa interpretação mais ousada, para invocar uma potência, à qual, ainda hoje, se pede força e alento.

Antigamente a barra era prescrita e aberta. Hoje prega-se, mas não se realiza.

E isto termina por conduzir-nos à conclusão do pe. Antônio Vieira, no Sermão da Sexagésima: “Porque hoje pregam-se palavras e pensamentos; antigamente pregavam-se palavras e obras. Palavras sem obras são tiro sem bala, atroam, mas não ferem”.

O mesmo acontece com as barras, que se receitam como meio de salvação: desejam-se, propõem-se, mas não se abrem e, portanto, não se veem. Existem, todavia, os que as viram, que são também os que as contam. Dentro em breve, existirão apenas aqueles que as ouviram contar. E mais adiante, nem estes. Aos poucos, começam a surgir as primeiras vozes da dúvida, já propondo alternativas mais modernas – barras permanentes com enrocamento e eclusas, por exemplo. Ainda no mesmo lugar, porém não já da mesma maneira, numa espécie de compromisso sincrético.

Assim, vai enfraquecendo, passo a passo, a tradição da barra sazonal, e, com ela, fenece a antiga devoção em torno dos esponsais das águas do mar com as águas da lagoa. Com esse *chymicus coitus*, que engendrava o modo superior de existência da lagoa, no entanto, tenderá a desaparecer a “lavoura do pescador”, segundo o princípio alquímico de Villanova – *Qui mecum oritur, mecum moritur*; o que nasce comigo, morre comigo.¹¹

O sonho do etnógrafo revela, por fim, seu caráter mais recôndito. Condensa, na sua forma simples e enigmática, os dilemas e inquietações do sonhador, ao mesmo tempo que o cura de todos eles, proporcionando-lhe o cumprimento de seu dever e prova – a interpretação. Com ela imagina ter resgatado suas dívidas. Não só para com o próprio ofício, mas para com aqueles de cuja causa se tornou

Gente das Areias

o involuntário, porém convicto intercessor. Sonhar foi, para o etnógrafo, o meio de encontrar seu próprio *phármakon*. E, com ele, seu direito ao descanso.

Referências

- ACHESON, James M.
Anthropology of Fishing. *Annual Review of Anthropology*. 10. 1981, p. 275-316.
- AGHASSIAN, Pierre et alii.
Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa: Edições 70, 1978, 181 p.
- AIRES DE CASAL, Pe. Manuel.
Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1976, 342 p.
- ALLIEZ, Eric (org.).
Contratempo. Ensaio sobre algumas Metamorfoses do Capital. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, 262 p.
- ÁLVARES DE CASTRO, Joaquim Mariano.
Descrição do Município de Maricá. Memória enviada ao Dr. Ramiz Galvão da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1º de maio de 1881, pelo Presidente da Câmara Municipal de Maricá. Maricá: Biblioteca Nacional - C.E. 502 I-31. 18, 37, 1881, 8 p. (dat).
- ALVES, Aluísio.
As metamorfoses do Jeca Tatu. A construção da identidade nacional na leitura de Monteiro Lobato. Brasília: Seminário Temático FLACSO/UnB, 1991, 57 p. (dat.).
- ALVES, Rubem.
Filosofia da ciência. Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1984, 210 p.
- AMARAL, Afrânio do.
Maximiliano, Príncipe de Wied, Ensaio Bio-Bibliográfico. Boletim do Museu Nacional. Vol. VII, Nº 3. Rio de Janeiro: UFRJ. MN. 1931, p. 187-210.
- AMORIM, Maria Estela Faria de.
Ideologia e alimentação. Representações sobre a prática cotidiana em uma população pesqueira fluminense. Rio de Janeiro: UFRJ. IFCS. Deptº. de Ciências Sociais, (Rel. CNPq). s/d, 81 p. (dat.).
- ARAÚJO, D. S. D. de & HENRIQUES, R. F. B.
Análise florística das Restingas do Estado do Rio de Janeiro. In: Lacerda et alii, 1984, p. 158-193.
- AZEVEDO, Fernando de (org.).
As ciências no Brasil. São Paulo: Melhoramentos. sd/, 2 Vol.
- BACHELARD, Gaston.
La formation de l'esprit scientifique. Paris: J. Vrin, 1972, 256 p.
- BACHELARD, Gaston.
A poética do espaço. In: Bachelard. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 181-354. (Col. Os Pensadores).
- BACHELARD, Gaston.
A chama de uma vela. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 112 p.

Gente das Areias

BACKHEUSER, Everardo.

A faixa litorânea do Brasil meridional. Hoje e Ontem. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1918, 209 p.

BACKHEUSER, Everardo.

Da Trilha ao Trilho. Contribuição para o estudo da conquista antro-po-geográfica da baixada e maciço fluminense. Contribuição ao IX Congresso Brasileiro de Geografia. set./1940. Florianópolis: Ed. do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, 1940, p. 102-127.

BACKHEUSER, Everardo.

Breve Notícia sobre a Geologia do Distrito Federal e seus Sambaquis. Rio de Janeiro: IBGE, 1946, 60 p.

BARBOSA, Rui.

A Questão Social e Política no Brasil. São Paulo/ Rio de Janeiro: LTM/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983, 69 p. Conferência pronunciada no Teatro Lírico do Rio de Janeiro a 20 de março de 1919.

BAROJA, Julio Caro.

The City and the Country Reflections on some ancient commonplaces. In: Pitt-Rivers, 1963, p. 27-41.

BARRETO, R. & WILLEMS, E.

Leituras sociológicas. São Paulo: Edições da Revista de Sociologia, 1940, 214 p. (Série Ciências Sociais. Vol. I).

BATES, Marston.

Man as an Agent in the Spread of Organisms. In: Thomas Jr., 1971, p. 788-804.

BATES, Marston.

A floresta e o mar. Uma análise da economia na natureza e na ecologia do homem. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965, 234 p. (Biblioteca de Cultura Popular II. Seção de História Natural. Brasil e Portugal).

BATESON, Gregory.

La Ceremonie du Naven. Les problèmes posés par la description sous trois rapports d'une tribu de Nouvelle-Guinée. Paris: Les Editions de Minuit, 1971, 311 p.

BEIDELMAN, T.O. (org.).

The translation of culture. Tavistock & London: Tavistock Publications, 1971.

BELMONT, Nicole.

"Superstition et religion populaire dans les sociétés occidentales". In: Izard & Smith, 1979, p. 53-70.

BENJAMIN, Walter.

"O Narrador". In: Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 57-74. (Col. Os Pensadores).

BENVENISTE, Émile.

Le vocabulaire des institutions indo-européennes. Paris. Les Éditions de Minuit, 1969, 2 vols.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti & SOEIRO DE BRITTO, Raquel.

1959. Pescadores da Ponta do Caju. Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Vol I. Lisboa.

- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti.
Pescadores da Ponta do Caju. Aspectos da Contribuição de Portugueses e Espanhóis para o Desenvolvimento da pesca na Guanabara. Separata da Revista Brasileira de Geografia. ano XX, nº 2. Abril-Jun./1958. Rio de Janeiro: IBGE.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti.
Planície Litorânea e Zona Canaveira no Estado do Rio de Janeiro. Guia da excursão nº 5, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. 1975, Rio de Janeiro: IBGE/ CNG. 243 p.
- BIRULÉS, Fina.
"Introducción". In: Danto, 1989, p. 9-27.
- BIRVEN, Henri.
"Goethes offenes Geheimnis". Zürich, Origo Verlag, 1952.
- BOLO, José de Oliveira.
Determinismo antropogeográfico. (o meio e a raça). Lisboa: s/e, 1936, 191 p.
- BOURDIEU, Pierre.
Célibat et condition paysanne. Études Rurales. Nº 5-6. Avril-Septembre, 1962, p. 32-135.
- BOURDIEU, Pierre.
A economia das trocas simbólicas. Sérgio Miceli (Org.). São Paulo: Perspectiva, 1987, 367 p.
- BOURGEOIS, Léon.
La Politique de la Prévoyance Sociale. Paris: Bibliothèque Charpentier, Eugène Fasquelle Ed. 2 V: I. La Doctrine et la Méthode; II. L'Action, 1914.
- BRAGA, Saturnino.
Saneamento da lagoa de Maricá. Rio de Janeiro: Ministério da Viação. Deptº Nacional de Obras e Saneamento, 1947, 61 p. Memória nº 62.
- BRIGGS, Asa.
"O Conceito de Lugar". In: A Humanização do Meio Ambiente. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 74-95.
- BRITO, Nara & LIMA, Nísia Trindade.
Saúde e Nação. A Proposta do Saneamento Rural: Um Estudo da Revista Saúde (1918-1919). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 1991, 34 p. (Estudos de História e Saúde).
- BRITO, Saturnino de.
Saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas. In: Obras Completas de Saturnino de Brito. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1944, Vol. 15, p. 1-91.
- BÜCHER, Carl.
Industrial evolution. New York: Henry Holt and Co., 1907, 393 p.
- BÜCHER, Carl.
Trabajo y ritmo. [Arbeit und Rhythmus]. Madrid: Daniel Jorro, 1914 [1899].
- BUCKLE, Henry Thomas.
História da Civilização na Inglaterra. São Paulo: Typ. da Casa Eclética, 1900 [1857]. 1ª Vol, 282 p.

BURKE, Peter.

Les fles anthropologiques et le territoire de l'historien. In: Philosophie et Histoire. Paris: Ed. du Centre Georges Pompidou, 1987, p. 49-65.

CACHERO, L.A. Martínez.

"Fisiocracia". In: Diccionario de Ciencias Sociales. Vol. 1. Madrid: UNESCO, 1975, Instituto de Estudios Políticos.

CALABRESI, Guido & BOBBITT, Philip.

Tragic choices. The conflicts society confronts in the allocation of tragically scarce resources. New York/ London: W.W. Norton & Co., 1978, 252 p.

CALVINO, Ítalo.

Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CAMPOS, André Luiz Vieira de.

A República do Picapau Amarelo. Uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo: Martins Fontes, 1986, 173 p.

CANETTI, Elias.

Massa e poder. Brasília/ São Paulo: Ed. Universidade de Brasília/ Melhoramentos, 1983, 531 p.

CARDOSO, Ruth, C.L. (org.).

A Aventura antropológica. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 156 p.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel & LACOMBE, Fábio Penna.

Existência e psicanálise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, 68 p.

CARONE, Edgard.

A Primeira República. (1889-1930) Texto e Contexto. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, 391 p. (Col. Corpo e Alma do Brasil. Vol. XXIX).

CARPENTIER, Alejo.

Los pasos perdidos. Buenos Aires: Shapire Editor, 1975, 276 p.

CARRINO, Agostino.

Eugen Ehrlich e Hans Kelsen: Una Controvérsia sulla Sociologia del Diritto. WP, nº 79. Barcelona: Institut de Ciéncias Polítiques i Socials, 1993, 52 p.

CARVALHO, Sérgio Luís.

Cidades medievais portuguesas. Lisboa: Horizonte, 1989.

CASAGRANDE, J. (ed.).

In the company of man. Twenty Portraits of Anthropological Informants. New York: Harper & Hall Publishers, 1964 [1960]. 540 p.

CASSIRER, Ernst.

"La idea de metamorfosis y la 'morfología 'idealista'". In: El Problema del Conocimiento IV. En la filosofía y en la ciencia modernas. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 171-185.

CASTRO FARIA, Luiz de.

Populações Meridionais do Brasil. Ponto de Partida para uma leitura de Oliveira Viana. Boletim do Museu Nacional, nº 29, set. 1978. Rio de Janeiro: UFRJ. MN, 1978, 25 p.

CASTRO FARIA, Luis de.

Antropologia. Espetáculo e Excelência. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1993.

- CERTEAU, Michel de.
L'Invention du Quotidien. 1/ Arts de Faire. Paris: Union Générale d'Édition, 1980, 375 p. (Coll. 10/18).
- CERTEAU, Michel de.
A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, 345 p.
- CLIFFORD, James.
"Power and Dialogue in Ethnography. Marcel Griaules Initiation". In: Stocking Jr. (Ed.) 1983, p. 121-156.
- CORBIN, Alain.
O território do vazio: A praia e o Imaginário Ocidental. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, 385 p.
- CORR A LIMA, B. & MAYERHOFER RISSIN, M.
Plano Urbanístico da Restinga de Maricá. Rio de Janeiro: FUNDREM, 1979, 2 Vol.
- CORR A, Magalhães.
O sertão carioca. Rio de Janeiro: IBGE, 1936, 308 p.
- COSTA LIMA, Luiz de França.
O Controle do Imaginário Razão e Imaginário no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984, 267 p.
- COUTO, Miguel.
No Brasil só há um Problema Nacional – A Educação do Povo. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1933, 268 p.
- CURTIUS, L.
Johan Joachim Winckelmann. (1717-1768). Bad Godesberg: Internationes, 1968, 63 p.
- DANSEREAU, Pierre.
Distribuição de Zonas e Sucessão na Restinga do Rio de Janeiro. Boletim Geográfico. Ano I. n.º. Março, 1948. Rio de Janeiro. IBGE. CNG. p. 1431-1443.
- DANTO, Arthur C.
Historia y Narración. Ensayos de Filosofía Analítica de la Historia. Barcelona: Paidós, 1989, 155 p.
- DARWIN, Charles.
Viagem de um naturalista ao redor do mundo. Rio de Janeiro: Sedegra. s/d, 2 Vol. 561 p.
- DAY, J.H. et alii.
The St. Lucia System. Transactions of the Royal Society of South África. (34). 1952, p. 129-141.
- DE CARLI, Gileno.
A Evolução do Problema Canavieiro Fluminense. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942.
- DEBANÉ, Nicolau José.
A Pesca e os Pescadores no Brasil: no ponto de vista econômico e social. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ Imprensa Nacional, 1924, 198 p.
- DECLAREUIL, J.
Roma y la Organización del Derecho. Barcelona: Cervantes, 1928, 493 p.

Gente das *Areias*

DEFFONTAINES, Pierre.

Geografia Humana do Brasil. Separata da Revista Brasileira de Geografia. ano I, nº 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: IBGE - CNG, 1940.

DEMOLINS, Edmond.

Les Grandes Routes des Peuples. Essai de Géographie Sociale. Comment la route crée le type social. Vol. I. Paris: Librairie de Paris. Firmin-Didot et Cie, 1901, 463 p.

DENIS, Henri.

História do Pensamento Económico. Lisboa: Horizonte. 782 p.

DESURJ - Cia. Fluminense de Desenvolvimento Urbano.

Rodovia Niterói-Rio das Ostras. Relatório mensal, nº 4. Dez. Rio de Janeiro: DESURJ, 1973.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna.

L'Ecosystème Lagunaire Iguape-Cananéia (Brésil). Une étude de cas. Mémoire sous la direction d'Ignacy Sachs. Paris: Secrétariat d'Etat au Universités. École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1976, 158 p.

DUMÉZIL, Georges.

Mitra-Várana. Essai sur deux représentations indo-européennes de la souveraineté. Paris: Gallimard, 1948.

DUMÉZIL, Georges.

L'Oubli de l'Homme et l'Honneur des Dieux. Esquisses de Mythologie. Paris: Gallimard, 1985, 338 p.

DUMÉZIL, Georges.

"Entrevista a 'Le Monde'" (Christian Descamps 20-09-81). In: Civilizações. Entrevistas do "Le Monde". São Paulo: Ática, 1989 [1981]. p. 87-94.

DUMONT, Louis.

Une Science en Devenir. L'Arc. Marcel Mauss. Paris: nº 48. 1972, p. 8-21.

DUQUE-ESTRADA, Denise Maria.

Zacarias: mudança e movimento social numa comunidade pesqueira. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1992, 100 p. (Dissertação Mestrado Sociologia).

ECO, Umberto.

Pós-Escrito a "O Nome da Rosa". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 66 p.

ELIADE, Mircea.

Rites and Symbols of Initiation. The mysteries of birth and rebirth. New York. Harper, 1958, 175 p.

EPSTEIN, A.L. (Ed.).

The Craft of Social Anthropology. London: Tavistock Publications, 1967, 276 p.

ERIBON, Didier.

Entretien avec Georges Dumézil. Paris: Folio, 1981.

EVANS-PRITCHARD, E.E.

Essai sur le don. L'Arc. Marcel Mauss. Paris: nº 48, 1972[1952], p. 28-31.

EVANS-PRITCHARD, E.E.

Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978[1951], 316 p.

- FABREGUETTES, M.P.
A Lógica Judiciária. A arte de julgar. São Paulo: C. Teixeira & Cia, 1914, 579 p.
- FEEMA - RJ.
Proposta para Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Maricá. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio-Ambiente, 1986. (s.n.p.).
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.).
Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos. São Paulo: Global, 1987, 402 p.
- FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues de.
Grandeza e decadência na vida rural de Maricá. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, nº 4, 1951. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 41-78.
- FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues de.
Notas para a História de Maricá. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, nº 5, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. CNG (Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro). 77 p.
- FLANDRIN, Jean Louis.
Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société. Paris: Hachette, 1976, 287 p.
- FORMAN, Shepard.
The Raft Fishermen. Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy. Bloomington: Indiana University Press, 1970, 158 p.
- FORTES, Meyer.
"Introduction". In: Goody, J. (Ed). Developmental Cycle in Domestic Groups. Cambridge: Cambridge University Press, 1958, p. 1-14. (Cambridge Papers in Social Anthropology Nº 1).
- FOUCAULT, Michel.
Microfísica do Poder. (org. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979, 296 p.
- FRADE, Maria de Cascia Nascimento (coord.).
Guia do Folclore Fluminense. Rio de Janeiro: SEEC-RJ. INEPAC. Divisão de Folclore/ Ed. Presença, 1985, 253 p.
- FREEDMAN, Maurice.
Antropologia Social e Cultural. Amadora: Bertrand, 1978, 2 Vol.
- FRENZEL, Elizabeth.
Stoff - Motiv - und Symbolforschung. Stuttgart: Metzler, 1978, 114 p.
- FRIEDENTHAL, Richard.
Goethe. Sein Leben und seine Zeit. München: DTV, 1968, 2 Vol, 770 p.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves.
Pescadores do rio Amazonas. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Pará. CNPq/ Museu Goeldi, 1993, 486 p. (Col. Eduardo Galvão).
- GEERTZ, Clifford.
The Social History of an Indonesian Town. Apud Hannerz, 1983.
- GEERTZ, Clifford.
1973 -. The Interpretation of Cultures. New York: Basic Books Inc., 1965, 470 p.

Gente das Areias

GEERTZ, Clifford.

Form and Variation in Balinese Village Structure. In: Potter, Jack M., Diaz, May N. & Foster, George M. (ed.). Peasant Society: A Reader. Boston: Little, Brown & Co., 1977, p. 255-278.

GEERTZ, Clifford.

A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 323 p.

GEERTZ, Clifford.

Suq: the bazaar economy in Sefrou. In: Geertz, C; Geertz, H; Rosen, L (Orgs). Meaning and Order in Moroccan Society. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho.

Estudos Rurais da Baixada Fluminense. (1951-1953). Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1956, 213 p.

GIASSON, Mário.

Anthropologie maritime. Compte-rendu. Anthropologie et Sociétés. Vol. 9, n^o 3. Québec, 1985, p. 272.

GILLES, Didier.

"Estratégias Urbanas". In: Alliez (org.), 1988. p. 19-22.

GIRARD, Paul Frédéric.

Manuel Élémentaire de Droit Romain. Paris: Arthur Rousseau Editeur, 1901, 1107 p.

GLUCKMAN, Max.

Ethnographic Data in British Anthropology. Sociological Review. Vol. 9, n^o 1. [Trad. brasileira in Guimarães, 1975, p. 63-76].

GLUCKMAN, Max.

Gossip and Scandal. Current Anthropology. vol 4, n^o 3, June 1963, p. 307-316.

GLUCKMAN, Max.

Politics, law and ritual in tribal society. Oxford: Blackwell, 1965, 337 p.

GLUCKMAN, Max.

1967 -. "Introduction". In: Epstein, 1967, p. xi-xx.

GLUCKMAN, Max.

1987[1940]. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna" ["Analysis of a Social Situation in Modern Zululand"]. In: Feldman-Bianco, 1987, p. 227-344. [Originalmente publicado In Bantu Studies e republicado In African Studies (1942); como Rhodes-Livingstone Paper, n^o 28 (1958)]

GNACCARINI, José Cesar.

O Rapto das Donzelas. Tempo Social. Vol. 1, n^o 1, 1^o sem. São Paulo: USP-FFLCH - Dept^o. de Sociologia, 1989, p. 149-168.

GÓES, Hildebrando de Araújo.

Saneamento da Baixada Fluminense. Relatório apresentado pelo Engenheiro-Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1934, 537 p.

GÓES, Hildebrando de Araújo.

O Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Publicação da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939, 68 p., II.

- GOODE, William, J.
The family. N. Jersey: Englewood Cliffs, 1964.
- GOODY, Jack; THIRSK, Ivan & THOMPSON, E.P.
Family and Inheritance. Rural Society Western Europe 1200-1800. London/ New York/
Melbourne: Cambridge University Press, 1978, 421 p.
- GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos
Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA.
Complexo Lagunar de Maricá – Geologia. Relatório Final. Rio de Janeiro: Aerofoto
Cruzeiro S.A. 1978a.
- GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos
Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA.
Complexo Lagunar de Maricá – Hidrologia. Relatório Referência, nº 3. Rio de Janeiro:
Aerofoto Cruzeiro S.A. 1978.
- GRAÇA, A. Santos.
O Poveiro. Usos, Costumes, Tradições, Lendas . Póvoa do Varzim: Ed. do Autor, 1932,
239 p.
- GRASSET, Bernard.
Remarques sur l'Action. Suivis de quelques réflexions sur le besoin de créer et les divers
créations de l'esprit . Paris: Gallimard, 1928, 76 p.
- GRAVES, Robert von Ranke.
The White Goddess. A historical Grammar of poetic myth . London: Faber & Faber,
1961, 511 p.
- GRIAULE, Marcel et alii.
La Connaissance de l'Homme au XXème Siècle. Neuchatel: Éditions de La Baconnière,
1952, 367 p. Rencontres Internationales de Genève, 1951.
- GRIAULE, Marcel.
Les Grands Explorateurs. Apud Clifford, 1983.
- GRIAULE, Marcel.
La Connaissance de l'Homme Noir. In: Griaule et alii, 1952. p. 11-24.
- GRIAULE, Marcel.
Dieu d'Eau. Entretiens avec Ogotemméli . Paris: Fayard, 1966[1948]. 222 p.
- GUERREIRO FILHO, Camilo.
Legislação básica da pesca. Rio de Janeiro: Ademir Eugênio Lopes, 1976. Vol. III, 178 p.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto.
A redução sociológica. Introdução ao estudo da razão sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro:
Tempo Brasileiro, 1965, 268 p.
- GULLERME, A.
Le temps de l'eau. La cité, l'eau et les techniques. Vallon, Seyssel: Editions du Champ,
1983. (Coll. Milieux).
- GUIMARÃES, Alba Zaluar.
Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, 263 p.
- GUIMARÃES, Edna Maia Machado.
Impacto da urbanização sobre comunidades pesqueiras artesanais do Município de Mari-

Gente das Areias

- cá/RJ. Rio de Janeiro: UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1987, 149 p.
 (Dissertação Mestrado Geografia).
- HANNERZ, Ulf.
 Explorer la Ville. Éléments d'anthropologie sociale. Paris: Les Éditions de Minuit,
 1983[1980], 419 p.
- HARTT, Charles Frederick.
 Geologia e Geografia Física do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941[1870], 649
 p. (Col. Brasileira, Vol. 200).
- HEIDEGGER, Martin.
 Gesamtausgabe. II Abteilung: Vorlesungen 1923-44. Band 55. Heraklit. Der Anfang des
 abendländischen Denkens. Logik. Heraklits. Lehre vom Logos. Frankfurt a.M.: Vittorio
 Klostermann. 1979.
- HEIDEGGER, Martin.
 Sein und Zeit. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986, 445 p.
- HELLER, Erich.
 The Desinherited Mind. Edinburg: Penguin Books, 1961.
- HEUSCH, Luc de.
 Introdução a uma ritologia geral. In: Morin, Edgard & Piattelli-Palmarini, Massimo, et alii,
 (orgs.). A Unidade do Homem. São Paulo: Cultrix, 1978, Vol. III, p. 202-236.
- HOCART, Arthur M.
 Les progrès de l' homme. Paris, Payot, 1935, 358 p.
- HOCART, Arthur M.
 The Life-Giving Myth and Other Essays. s.l. Methuen & Co. 1952, 252 p.
- HOCART, Arthur M.
 Social Origins. s.l. Watts & Co. 1954, 153 p.
- HOMANS, G.
 English Villagers of the Thirteenth Century. Cambridge, Mass: Harvard University Press,
 1941.
- HONORATO, Cezar Teixeira.
 O Novo Estado no Estado Novo. Análise da Interventoria Amaral Peixoto no Estado do
 Rio de Janeiro. Niterói: UFF, CEG, ICHF, 1987, 259 p. (Dissertação Mestrado História).
- HUMBOLDT, Alexander von.
 Cosmos. Ensayo de una descripción física del mundo. Buenos Aires: Glem, 1944[1844-
 57], 604 p.
- IZARD, Michel & SMITH, Pierre.
 La fonction symbolique. Essais d' anthropologie. Paris. Gallimard, 1979, 347 p.
- JAMES, William.
 Principles of Psychology. New York: s/e. 1890, 2 V.
- JENKS, C. & BAIRD, G. (orgs.).
 El Significado en Arquitectura. Madrid: H. Blume, 1975[1969], 323 p.

- JOLLES, André.
Formas Simples. Legenda, Saga, Adivinha, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste. São Paulo: Cultrix, 1976, 222 p.
- JOLY, Aylthon Brandão.
Conheça a Vegetação Brasileira. São Paulo: EDUSP/ Polígono, 1970, 181 p.
- KLEEREKOPER, Herman.
Introdução ao Estudo da Limnologia. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1944, Serviço de Informação Agrícola. 329 p.
- KNEBEL, Hans-Joachim.
Sociología del Turismo. Barcelona: Hispano-Europea, 1974, 201 p.
- KNEIP, Lina M. & PALLESTRINI, Luciana.
"Restinga do Estado do Rio de Janeiro (Niterói a Cabo Frio); 8 mil anos de ocupação humana". in Lacerda et alii, 1984, p. 139-146.
- KNEIP, Lina M. (Coord.).
"Ocupação Humana". in Lacerda et alii, 1984, p. 137-155.
- KNEIP, Lina M. (Coord.).
Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba - Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/Niterói: Ed. UFRJ/ EDUFF, 1987, 257 p.
- KNEIP, Lina M.; PALLESTRINI, Luciana & CUNHA, Fausto L. de Souza (orgs.).
Pesquisas Arqueológicas no Litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Itaipu - Cia. de Desenvolvimento Territorial, 1981. 174 p.
- KOTTAK, Conrad Phillip.
Kinship and Class in Brazil. Ethnology. Vol. VI, nº 4, Oct; 1967; p. 427-443.
- KOTTAK, Conrad Phillip.
Ecology, Behavior and the Spirit of Fishermen. in Margolis & Carter (eds.). 1979, p. 180-209.
- KOTTAK, Conrad Phillip.
Assault on Paradise. Social Change in a Brazilian Village. New York: Random House, 1983, 314 p.
- KREBS, Norbert.
Geografia Humana. Barcelona/ Buenos Aires: Labor, 1931[1920], 227 p. (Biblioteca de Iniciación Cultural).
- LACAZ, Carlos da Silva.
Vultos da Medicina Brasileira. São Paulo: Hélicon, 1963, 100 p.
- LACERDA, L.D. de; ARAÚJO, D.S.D. de; CERQUEIRA, R. & TUREQ, B. (orgs.).
Restingas. Origem, estrutura, processos. Anais do Simpósio sobre Restingas Brasileiras, realizado na UFF. 10-14/dez./1984. Niterói: CEUFF, 1984, 477 p.
- LAMEGO F°, Alberto Ribeiro.
A Planície do Solar e da Senzala. Rio de Janeiro: Católica, 1934, 193 p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro.
Restingas na Costa do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Dept°. Nacional da Produção Mineral. Divisão de Geologia e Mineralogia, 1940, 63 p. Boletim Nº 96.

Gente das Arceias

LAMEGO, Alberto Ribeiro.

Ciclo Evolutivo das Lagunas Fluminenses. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Dept^o. Nacional da Produção Mineral. Divisão de Geologia e Mineralogia, 1945, 48 p. Boletim, nº 118.

LAMEGO, Alberto Ribeiro.

O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1945a, 204 p. (Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação, nº 1 da Série A "Livros").

LAMEGO, Alberto Ribeiro.

O Homem e a Restinga. Rio de Janeiro: Lidador, 1974[1946], 307 p.

LANGER, Susanne K.

Sentimento e Forma. Uma Teoria da Arte Desenvolvida a partir de Filosofia em Nova Chave. São Paulo: Perspectiva, 1980, 439 p.

LE BON, Gustave.

L'Homme et les Sociétés. Leurs Origines et leur Histoire Vol. II, IIème Partie: Les Sociétés, 1881. Leurs origines et leur développement. (s.l.): J. Rothschild, Éditeur.

LE PLAY, Frédéric.

Les Mélouga. Une famille pyrénéenne au XIX siècle. Postface d'Alain Chenu. La famille-souche. Questions de méthode. Col. Essays et Recherches. Paris: Nathan, 1994 [1875], 240 p.

LEITE, Dante Moreira.

O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1976[1954], 339 p.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes.

O Foco Narrativo. (ou A polêmica em torno da ilusão). São Paulo: Ática, 1994, 96 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

Tristes Tropiques. Paris: Plon, 1955, 462 p. (Coll. Terre Humaine).

LÉVI-STRAUSS, Claude.

La Pensée Sauvage. Paris: Plon, 1962.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

Minhas Palavras. São Paulo: Brasiliense, 1968, 268 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

A propos de "Lévi-Strauss dans le XVIIIème siècle". Cahiers pour l'analyse, nº 8. Paris, 1972, p. 89-90.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

Le Regard Éloigné. Paris: Plon, 1983, 398 p.

LIMA, Roberto Kant de.

Pescadores de Itaipu. A pescaria da taíinha e a produção ritual da identidade social. Rio de Janeiro: UFRJ. MN. PPGAS, 1978, 284 p. (Dissertação Mestrado Antropologia Social).

LOBATO, Monteiro.

Obras Completas. São Paulo: Brasiliense, 1948.

LUCCOCK, John.

Notas sobre o Rio de Janeiro. e partes meridionais do Brasil. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1975[1820], 435 p. (Col. Reconquista do Brasil, Vol. 21).

- LUKÁCS, Georg.
“Narrar ou descrever?”. In: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 [1936], p. 43-94.
- LYNN SMITH, T.
Estrutura do Grupo de Localidade no Brasil. *Sociologia*. Vol. IX, nº 1. São Paulo, 1947[1944], p. 22-38.
- M. ROBERTO ARQUITETOS.
Estrada Niterói-Rio das Ostras. Projeto – 5ª. Etapa. Rio de Janeiro: DER-RJ, s/d.
- MACEDO SOARES, Oscar de.
Casamento Civil. Decreto nº 181 de 24/01/1890, comentado por O. de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Garnier, 1909[1890], 207 p.
- MACHADO, Paulo Batista (Pe.).
Maricá, meu Amor. Rio de Janeiro: Apex, 1977, 150 p.
- MACIEL, Norma Crud.
“A fauna da restinga do Estado do Rio de Janeiro: passado, presente e futuro”. Proposta de preservação. In: *Lacerda et alii*, 1984, p. 285-304.
- MALDONADO, Simone Carneiro.
Pescadores do Mar. São Paulo: Ática, 1986, 77 p. (Série Princípios).
- MALINOWSKI, Bronislaw K.
Crimen y Costumbre en la Sociedad Salvaje. Barcelona: Ariel, 1973[1926], 156 p.
- MALINOWSKI, Bronislaw K.
The Argonauts of Western Pacific. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: Routledge & Kegan Paul. Trad. bras. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Col. Os Pensadores, Ed. Abril. São Paulo, 1978[1922].
- MANDATO, Mario de.
La Primitività nell Abitáre Umano. Studi i Ricerche. Prefazione di P.W. Schmidt. Torino: Fratelli Boca, 1933, 112 p.
- MANDATO, Mario de.
“Villagi a lestre della regione pontina, isola di primitività nel bacino mediterraneo”. In: *Mandato*, 1933a, p. 60-90.
- MANN, Thomas.
As Confissões de Félix Krull. São Paulo: Hemus, 1954, 879 p.
- MARANHÃO, Túlio Pérsio.
Náutica e Classificação Ictiológica em Icarai, Ceará: Um Estudo em Antropologia Cognitiva. Brasília: UnB. Deptº. de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1975, 166 p. (Dissertação Mestrado Antropologia Social).
- MARGOLIS, Maxine L. & CARTER, William (eds.).
Brazil. Anthropological Perspectives. Essays in Honor of Charles Wagley. New York: Columbia University Press, 1979, 443 p.
- MARTINIÈRE, Guy.
Aspects de la Cooperation Franco-brésilienne. Transplantation culturelle et stratégie de la modernité. Paris: Presses Universitaires de Grenoble/ Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1982, 224 p.

Gente das Areias

MARTINS, Angela Maria Moreira.

O parcelamento da terra no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1986, 160 p. (Dissertação Mestrado Geografia).

MARTINS, Fernando José.

História de Descobrimento e Povoação da Cidade de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Typografia de Quirino & Irmão, 1868, 275 p.

MATTA, Roberto Augusto da.

Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981, 246 p.

MAUSS, Marcel.

Manual de Etnografia. Lisboa: Pórtico, 1972[1947], 279 p.

MELLO, Marco Antonio da S. & RODRIGUES, Paulo.

A Técnica e o folclore dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SEE-C-RJ. INEPAC, DIV. DE FOLCLORE, (Relatório de pesquisa), 1978, 72 p.

MELLO, Marco Antonio da Silva.

A Itaipu dos Companheiros. Rio de Janeiro: UFRJ. MN. PPGAS, 1977, 25 p. (Trabalho apresentado em Curso de Mestrado ministrado pelo Prof. Dr. Roberto Augusto da Matta).

MELLO, Marco Antonio da Silva.

Praia de Zacarias: contribuição à etnografia e história ambiental do Litoral Fluminense - Maricá/RJ, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELLO, Marco Antonio da Silva.

Praia de Zacarias: contribuição à etnografia e história ambiental do Litoral Fluminense, Maricá/RJ. São Paulo: FFLCH - USP. Tese de Doutorado em Antropologia, 1995, 429 p.

MELLO-LEITÃO, C. de.

História das Expedições Científicas no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941, 360 p. (Col. Brasileira, Vol. 209).

MIDDLETON, J.

Lugbara Religion. Ritual and Authority among an East African People. Oxford: Oxford University Press, 1960.

MINISTÉRIO da Agricultura. SUDEPE. PESCART - RJ.

Plano de Assistência à Pesca Artesanal. Niterói: PESCART - RJ, 1975.

MITCHELL, Clyde.

The Kalela Dance. Manchester: Manchester University Press, 1968[1956], 52 p. Rhodes-Livingstone Papers, nº 27.

MONBEIG, Pierre.

Ensaio de Geografia Humana Brasileira. (s/l). Livraria Martins Editora, 1940, 289 p.

MONBEIG, Pierre.

Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957, 241 p.

- MOOG, Vianna.
Uma Interpretação da Literatura Brasileira. Um arquipélago cultural. Brasília: INL/ Antares, 1983, 53 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert.
Geografia. Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1987, 138 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert.
Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. Trabalho apresentado no XVº Encontro Anual da ANPOCS, GT Pensamento Social no Brasil. Out./1991. Caxambu: ANPOCS, 1991, 18 p.
- MOURÃO, Gerardo Mello.
A cultura e a cultura brasileira. Caderno Cinza. ano I, Nº I. Rio de Janeiro: Cadernos Rio Arte, 1984, p. 5-12.
- MUEHE, Dieter.
Lagoa de Araruama: Geomorfologia e Sedimentação. Cadernos de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- MUSSOLINI, Gioconda.
Os 'Pasquins' do Litoral Norte de São Paulo e suas Peculiaridades na Ilha de São Sebastião. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Vol. CXXXIV. São Paulo: Departamento de Cultura, 1950[1948], p. 5-68.
- NAUMANN, Einar.
Limnologische Terminologie. Vol. 9, 1931 (s/l): (xerox).
- NEVES, Guilherme Santos.
Variações sobre o tangolomango. Revista Brasileira de Folclore. Ano XIV, Nº. 41. Rio de Janeiro: MEC. FUNARTE, 1976, p. 13-35.
- NOGUEIRA, Oracy.
"Prefácio". In: Queiroz, 1987, p. 11-20.
- NUNES, Edson de Oliveira (org.).
A Aventura Sociológica. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 331 p.
- ODUM, Eugène P.
Fundamentos da Ecologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1959, 602 p.
- OLIVEIRA VIANNA, F.J.
Pequenos Estudos de Psicologia Social. São Paulo: Edição da "Revista do Brasil"/ Monteiro Lobato & Cia., Editores, 1922, 206 p.
- OLIVEIRA, Ildeberto da Mota.
Sistemas Lagunares no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relatório do Projeto PNUD/OMS BRA-2040, mimeo, 1976, 96 p.
- OLIVEIRA, Lejeune de & KRAU, Luiza.
Observações biogeográficas durante a abertura da Barra da Lagoa de Saquarema. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1955, p. 435-456. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 53, fasc. 2, 3 e 4.
- OLIVEIRA, Lejeune de; NASCIMENTO, Ruben; KRAU, Luiza & MIRANDA, Arnaldo.
Observações biogeográficas e hidrobiológicas sobre a lagoa de Maricá. Rio de Janeiro:

Gente das Areias

- Instituto Oswaldo Cruz, 1955a, p. 171-227. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, T. 53, fasc. 2, 3 e 4.
- OLIVEIRA, Lygia Estevão.
Cajuí. Socialização em uma Comunidade Praiana. Recife: Imprensa Universitária, 1966, 201 p.
- ORTEGA Y GASSET, José.
Meditación de la Técnica. Vicissitudes de las Ciencias. Bronca en la Física. Madrid: Revista de Occidente, 1975, 147 p.
- ORTEGA Y GASSET, José.
Sobre a Caça e os Touros. Vizeu: Edições Cotovia, 1986, 177 p.
- PARAIN, Charles.
La Méditerranée. Les Hommes et leurs travaux. Paris: Gallimard, 1936, 255 p. (Coll. Géographie Humaine, Vol. 8).
- PEIXOTO, Afrânio.
Clima e Saúde. Introdução biogeográfica à civilização brasileira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975[1938], 144 p. (Col. Brasileira. Vol. 129).
- PENNA, Belizário.
Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1918, 173 p.
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa.
"Muxungo". in Tipos e Aspectos do Brasil. 9ª ed. rev. e at. Rio de Janeiro: IBGE, Fund. Inst. Bras. de Geografia e Estatística, 1970, p. 230-232. Publ. original: RBG A. 9 Nº 4.
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa.
"A Geografia no Brasil". in Fernando de Azevedo (org.). As Ciências no Brasil. São Paulo: Melhoramentos. Vol. 1, s/d, p. 315-412.
- PEREIRA, Lafayette Rodrigues.
Direito das Coisas. Edição Histórica. Rio de Janeiro, Rio, 1977[1877], 408 p.
- PEREIRA, Marcelo Menezes de Britto.
Análise perceptiva do sistema de classificação e identificação de peixes entre os integrantes da comunidade de Zacarias (Maricá/RJ): uma comparação com a taxonomia científica. Rio de Janeiro: UFRJ. Instituto de Biologia. Deptº. de Zoologia, 1991, 92 p. (Monografia de Bacharelado).
- PEREIRA, Miguel da Silva.
À Margem da Medicina. Edição póstuma,. Rio de Janeiro: Castro Mendonça & Cia. 351 p. Discurso por ocasião do regresso do Dr. Aloysio de Castro da República Argentina, 1922, p. 194 "... O Brasil é ainda um imenso hospital". Out. 1916, Faculdade de Medicina.
- PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte.
Os Companheiros. Trabalho na Pesca de Itaipu. Rio de Janeiro: UFRJ. MN. PPGAS, 1977, 152 p. (Dissertação Mestrado Antropologia Social).
- PETERS, F.E.
Termos Filosóficos Gregos. Um Léxico histórico. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1977, 37 p.
- PIERSON, Donald & TEIXEIRA, Carlos Borges.
"Survey" de Icapara. Sociologia. Vol. IX, nº 1. São Paulo, 1947, p. 3-21.

- PITT-RIVERS, Julian (ed.).
Mediterranean Countrymen. La Hague: Mouton, 1963.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo (Mons.).
Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/
Instituto Nacional do Livro/ Imprensa Nacional, 1945[1951], 11 Vol.
- QUEIROZ, Renato da Silva.
Um Mito Bem Brasileiro. – Estudo Antropológico sobre o Saci. São Paulo: Polis, 1987, 138 p.
- QUESNAY, François.
Quadro Econômico. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1978[1758], 403 p.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R.
The Andaman Islanders. New York: Free Press, 1964[1922], 512 p.
- RAMOS, Alcida Rita.
Portuguese Fishermen in Rio de Janeiro. A case on Luso-Brazilian communion?. Wisconsin:
Universidade de Wisconsin, 1965, 121 p. (Dissertação Mestrado Antropologia).
- RAPOSO FONTENELLE, L.F.
A Dinâmica dos Grupos Domésticos no Arraial do Cabo. Rio de Janeiro: SSR, 1960, 42
p. (Estudos Nº 2).
- RIBEIRO, Adalberto.
A Rede Rodoviária Fluminense. Separata da Revista do Serviço Público. out., 1942, Rio
de Janeiro: Imprensa Nacional.
- RODRIGUES, Anaugusta.
Muxungos e mocorongos. Boletim da Comissão Fluminense de Folclore. ano IV, nº VI,
ag. Niterói: Comissão Fluminense de Folclore, 1972, p. 12-14.
- ROMERO, Sílvio.
História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Garnier, 1988, 2 T.
- ROMERO, Sílvio.
Provocações e Debates. Contribuições para o Estudo do Brasil Social. Porto: Chardron,
1910, 416 p.
- ROMERO, Sílvio.
“Que é um caipira”? In: Provocações e Debates. Porto: Chardron, 1910a, p. 205-210.
- ROQUETTE-PINTO, E.
“O Brasil e a Anthropogeographia”. In: Roquette-Pinto, 1927[1912], p. 47-79.
- ROQUETTE-PINTO, E.
Seixos Rolados. Rio de Janeiro: Estudos Brasileiros, 1927, 336 p.
- ROSANVALLON, Pierre.
L'État en France. De 1789 à nos jours. Paris: Seuil, 1990, 378 p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de.
Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. 1822. São Paulo/ Belo
Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1974, 125 p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de.
Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/
Itatiaia, 1974a[1833], 233 p.

Gente das Areias

- SAINTE-FOY, Charles.
Vida do Venerável P. José de Anchieta da Companhia de Jesus. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1974, 233 p.
- SAMPAIO, A.J. de.
Nomes vulgares de plantas do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro. Boletim do Museu Nacional. Nova Série, nº 4, 15-01-46. Rio de Janeiro: UFRJ. MN, 1946, 149 p. (Edição revista e ampliada do Vol. XIII, nº 1-2, de 1938).
- SAMPAIO, Theodoro & TESCHAUER, Carlos.
Os Naturalistas Viajantes dos séculos XVIII e XIX e a Etnografia Indígena. Salvador: Progresso, 1955, 305 p.
- SANTOS FILHO, Lycurgo.
Pequena História da Medicina Brasileira. São Paulo: EDUSP/DESA, 1966, 150 p. (Col. Buriti, Vol. 19).
- SAVIGNY, Frédéric Charles de.
Traité de la Possession en Droit Romain. Paris: Durand & Pedone Lauriel, 1870, 767 p.
- SCHMIDT, Carlos Borges.
Lavoura Caiçara. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1958, 78 p. Documentário da Vida Rural, nº 14.
- SCHUHL, Pierre Maxime.
Machinisme et Philosophie. Paris. PUF, 1947, 131 p.
- SCHUMPETER, Joseph A.
História da Análise Econômica. Rio de Janeiro: USAID, Vol. 1, 1964, 472 p.
- SCHUTZ, Alfred.
El Problema de la Realidad Social. Maurice Natanson, (comp.), 3ª. parte: Símbolo, Realidad y Sociedad. Buenos Aires: Amorrortu, 1974, p. 195-318.
- SCHWARCZ, Lília Moritz.
O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993, 287 p.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.).
Estado Novo, um Auto-Retrato. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, 623 p. (Col. "Temas Brasileiros", Vol. 24).
- SILVA, Gláucia Oliveira da.
Tudo que tem na Terra tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre Trabalhadores da Pesca em Piratininga - RJ. Rio de Janeiro: UFRJ. MN. PPGAS, 1988, 206 p. (Dissertação Mestrado Antropologia Social).
- SILVA, J.G. da & SOMMER, G.V.
"A vegetação da restinga na Barra de Maricá-RJ". In: Lacerda et alii, 1984, p. 217-225.
- SILVA, Jorge.
Pequena Corografia do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Livraria e Papelaria Dias Vasconcelos, 1945[1926], 191 p.
- SILVA, Moacir.
Kilômetro Zero. Caminhos Antigos. Estradas Modernas. Rodovias Cariocas. Rio de Janeiro: Irradiação Rodoviária, 1934, 390 p.

- SIMMEL, Georg.
 “La Aventura”. in *Cultura Femenina y otros ensayos*. Madrid: Revista de Occidente, 1934, 329 p.
- SIMMEL, Georg.
 Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939, 2 Vol.
- SIMMEL, Georg.
 El Individuo y la Libertad. Ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Península, 1986, 285 p.
- SIMMEL, Georg.
 “Filosofia del Paisaje”. In: Simmel, 1986, p. 175-186.
- SIMMEL, Georg.
 La Tragédie de la Culture. et autres essais. Int. Vladimir Jankélévitch. Paris/ Marseille: Rivages, 1988, 253 p.
- SOARES, Maria Thereza Mello.
 Muxuango e Mocorongo. Boletim Fluminense do Folclore, 1970, 2 (3) 4-5, ago.
- SOEIRO DE BRITO, Raquel.
 Agricultura e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro. (Estudo comparativo). Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960, 96 p. (Col. Estudos. Ensaios e Documentos, Vol. 71).
- SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur.
 A agonia das lagoas do Norte Fluminense. Ciência e Cultura. nº 37 (10), out. São Paulo, 1985, p. 1627-1638.
- SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur.
 Mário de Andrade e (m) Campos de Goitacazes. Cartas de Mário de Andrade a Alberto Lamego – 1935-1938. Niterói. EdUFF, 1992, 170 p.
- SPENGLER, Joseph J.
 “Physiocratic Thought”. In: VVAA. International Encyclopedia of the Social Sciences. New York: The Macmillan Co & Free Press, Vol. 4, 1972, p. 443-446.
- STEERS, J.A. (ed.).
 Introduction to Coastline Development. London/ Basingstoke: MacMilan, 1971, 229 p.
- STOCKING JR. George W. (ed.).
 Observers Observed. Essays on Ethnographic Fieldwork. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983, 242 p. (History of Anthropology, Vol. 1).
- SUBIRATS, Eduardo.
 Paisagens da Solidão. Ensaios sobre Filosofia e Cultura. São Paulo: Duas Cidades, 1986, 153 p.
- TEIXEIRA, Marlene P.V. & SOARES, William G.
 Integração de Maricá à Área Metropolitana do Rio de Janeiro. Boletim Carioca de Geografia. Ano XXIV (1973/74/75). Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional do Rio de Janeiro, 1979, p. 79-96.
- THIENEMANN, August Friedrich.
 Leben und Umwelt. Vom Gesamthaushalt der Natur. Hamburg: Rowohlt, 1956, 153 p. (Rowohlts Deutsche Enzyklopädie, Vol. 22).

- THOMAS, Lewis.
The Medusa and the Snail. More Notes of A Biology Watcher. New York. The Viking Press, 1979, 175 p.
- THOMAS JR. William L. (Ed.).
Man's Role in Changing the Face of the Earth. Chicago: The University of Chicago Press, 1971[1956], 1193 p.
- TILLION, Germaine.
La Condición de la Mujer en el Área Mediterránea. Barcelona: Ediciones Península, 1977, 211 p. Trad. de Le Harem et les Cousins. Paris: Seuil, 1966.
- TOMÁS, María Cátedra & ARCE, Ricardo Sanmartín.
Vaqueros y pescadores. Dos modos de vida. Prólogo de Carmelo Lisón Tolosana. Madrid: Akal, 1979, 185 p.
- TURNER, Edith L. B.
"Prologue: From the Ndembu to Broadway". In: Turner, 1985, p. 1-15.
- TURNER, Victor W.
Schism and Continuity in an African Society. A Study of Ndembu Village Life. Manchester: Manchester University Press, 1957, 348 p.
- TURNER, Victor W.
The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual. Ithaca: Cornell University Press, 1967, 405 p.
- TURNER, Victor W.
The Ritual Process: Structure and Anti-Structure. Chicago: Aldine, 1969.
- TURNER, Victor W.
"An Anthropological Approach to the Icelandic Saga". In: Beidelman, 1971.
- TURNER, Victor W.
Dramas, Fields and Metaphors. Symbolic Action in Human Society. Ithaca/ London: Cornell University Press, 1974, 309 p.
- TURNER, Victor W.
Social dramas and stories about them. Critical Inquiry. vol 7, nº 1, Autumm, 1980.
- TURNER, Victor W.
On the Edge of the Bush. Anthropology as Experience. Ed. Edith L.B. Turner. Tucson: The University of Arizona Press, 1985, 328 p.
- VALVERDE, Orlando & MESQUITA, Miriam G.C.
Reconhecimento Geográfico em Araruama e Saquarema. Separata do Boletim Baiano de Geografia. ano 1, nº 3. Salvador, 1960, 19 p.
- VAN EYCK, Aldo.
"Un milagro de moderación". In: Jenks & Baird, 1975, p. 189-213.
- VAN VELSEN, J.
"The Extended-Case Method and Situational Analysis". In: Epstein, 1967, p. 129-149.
- VANSINA, Jan.
Oral Tradition. A study in historical methodology. England: Penguin Books, 1973, 226 p.

- VARGAS, Getúlio.
A Nova Política do Brasil I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, 254 p.
- VARGAS, Getúlio.
A Nova Política do Brasil II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938a, 200 p.
- VARGAS, Getúlio.
A Nova Política do Brasil III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938b, 306 p.
- VASCONCELOS, Simão de.
Vida do Venerável Padre José de Anchieta. Porto: Lello & Irmãos, Eds, 1943[1672], 2 Vol.
- VILLAR, Frederico, Cap. de Mar e Guerra.
Regulamento das Pescarias Nacionais. Um apelo ao patriotismo do Governo e do Congresso Nacional. (s/l). Montreux, 1911, 116 p.
- VILLAR, Frederico, Cap. de Mar e Guerra.
Manual do Patrão de Pesca. Rio de Janeiro: Confederação Geral dos Pescadores do Brasil/Imprensa Nacional, 1942, 687 p.
- VILLAR, Frederico, Cap. de Mar e Guerra.
A Missão do Cruzador "José Bonifácio". Os Pescadores na Defesa Nacional - A Nacionalização da Pesca e a Organização dos seus Serviços (1919) - Subsídios para a História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1945, 235 p. (Biblioteca Militar Vol. LXXXV).
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva.
Quando a Rua vira Casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/ IBAM/ Ed. Projeto, 1983, 152 p.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva.
Lições da Rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. Arquitetura Revista. Vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ. FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1983a, p. 67-79.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva.
Sistemas Construídos e Memória Social: uma Arqueologia Urbana? Revista de Arqueologia. 2(2), jul.-dez. Belém: CNPq/ Museu Goeldi, 1984, p. 46-50.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva.
O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade. Fórum Educacional. Vol. 13, nº 1-2, 1ª-2ª trim., fev.-maio. Rio de Janeiro: FGV, 1989, p. 3-25.
- VON IHERING, Rudolph.
Études Complémentaires de l'Esprit du Droit Romain. Vol. II. Fondements des Interdits Possessoires. Critique de la Théorie de Savigny. Paris: A. Mareseq, 1882[1945], 207 p.
- VON MARTIUS, Carl Friedrich Phillip.
"Como se deve escrever a História do Brasil". In: Von Martius, 1982-1945, p. 85-107.
- VON MARTIUS, Carl Friedrich Phillip.
O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1982, 107 p. (Col. Reconquista do Brasil, Vol. 58).
- VVAA.
Consilium Plenarium Brasiliense. Petrópolis: Vozes, 1939, 426 p.
- WAPPAEUS, J.E.
A Geografia Physica do Brazil. (refundida). Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1884, 470 p.

Gente das *Aréias*

- WARD, F.O.
Circulation ou stagnation?. (s.l.): Lib. Universelle de Rozez, 1852.
- WHITE, Hayden.
O Valor da Narratividade na Representação da Realidade. Cadernos de Letras da UFF. N° 3. Niterói: UFF. Instituto de Letras, 1991, 33 p.
- WHITE, Hayden.
Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994, 310 p.
- WHITEHEAD, A.N.
Aventuras de las ideas. Barcelona: José Janés, 1947, 375 p.
- WHITEHEAD, A.N.
Science and the Modern World. New York: The New American Library, Mentor Books, 1959[1925].
- WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de.
Viagem ao Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940[1820-21], 511 p. (Col. Brasileira, Grande Formato, Vol. 1).
- WILLEMS, Emilio (& MUSSOLINI, Gioconda).
Búzios Island. A Caçara Community in Southern Brazil. Locust Valley, New York: J.J. Augustin Publisher, 1952, 117 p.
- WOLFF, Kurt H. (ed.).
The Sociology of Georg Simmel. New York: Free Press, 1964, 445 p.
- WOORTMANN, K. & WOORTMANN, E.
Fuga a Três Vozes. Trabalho apresentado no XVIº Encontro Anual da ANPOCS, GT. Família e Sociedade. 1992. Caxambu: ANPOCS, 1992, 53 p.
- ZNANIECKI, Florian.
The Method of Sociology. New York: Farrar & Rinehart, Inc, 1934, 338 p.

Dicionários

- BEAUREPAIRE-Rohan.
Dicionário de Vocábulo Brasileiros. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956 [1889].
- CRETELLA JR., José & CINTRA, Geraldo de Ulhoa.
Dicionário Latino-Português. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1950.
- VON IHERING, Rodolpho.
Dicionário dos Animais do Brasil. Brasília/ São Paulo: Ed. Universidade de Brasília/ Melhoramentos, 1968.
- OLIVEIRA, Cênrio de.
Dicionário Cartográfico. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de.
Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil. Paris: J.P. Ailland, Ed. 2 t, 1845.

- FREIRE, Laudelino.
Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1954, 5 Vol.
- CORR A, M. Pio.
Dicionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 6 Vol, 1931.
- SOUZA, Bernardino José de.
Dicionário da Terra e da Gente do Brasil. 5 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional. (Col. Brasileira, Série Grande Formato, nº 19. [1ª ed. 1927 - Onomástica Geral da Geografia Brasileira], 1961 [1927].
- MAGNE, Augusto (Pe.).
Dicionário Etimológico da Língua Latina. Famílias de palavras e derivações vernáculas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ INL, 1952/53/61, 4 Vol.

Periódicos

Correio de Maricá
03/02 a 10/02/1985

Diário de Notícias
05/10/75; 07/10/75; 09/10/75

Jornal do Brasil
26/01/75; 22/04/75; 22/08/75; 23/08/75; 24/08/75; 26/08/75; 27/08/75; 15/09/75; 12/09/76;
10/11/77; 08/01/78; 08/04/78; 04/06/78; 28/07/78; 26/08/78; 08/04/79; 24/05/79;

Movimento
22/09/75

O Fluminense
13/08/76; 17/12/76; 19/02/77; 11/11/77; 07/11/78; 19/01/79; 18/10/79

O Globo
22/08/75; 24/08/75; 28/08/75; 14/09/75; 25/06/78; 30/07/78; 25/08/78

Leis e Decretos

- LEGISLAÇÃO PROVINCIAL DO RIO DE JANEIRO DE 1835 a 1850, seguida de um Repertório da mesma Legislação organizado por Luis Honório Vieira Souto. Parte I - Leis e Decretos. Nictheroy: Typ. Fluminense, 1860.
- COLLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS, ACTOS e DECISÕES DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO - 1854 a 1859. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1879.
- COLLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS, ACTOS e DECISÕES DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1888, Vol. I

Título: Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro - Maricá, RJ - 1975 a 1995
Autores: Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel

Série Universidade, 4
Edição: 2ª ed. rev. e aum.
Editor responsável: Aníbal Bragança

Equipe de realização

Coordenadores de produção: Mariana Simões e Márcio Oliveira
Edição de texto e revisão: Graça Carvalho
Revisão de provas: Armenio Zarro
Editoração eletrônica: José Luiz Stalleiken Martins
Projeto gráfico e capa: Majoi Ainá Vogel
Fotos: Todas as fotografias deste livro são de Marco Antonio da Silva Mello, com exceção das seguintes:
Página 21: Jefferson S. Martins - Professor da UFF e ambientalista
Páginas 31 e 34: Ênio Marques "Miéca"
Página 42: Benjamin Francisco Correa "Beco"
Páginas 88, 343, 346 e 357: Aeroclube de Maricá/Acervo Fundrem

Formato: 22x20cm
Tipologia: Adobe Garamond Pro 11/13
Papel: Pólen Soft 80g/m² (miolo)
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Número de páginas: 420
Tiragem: 500 exemplares

Este livro foi impresso e acabado na Globalprint Editora Gráfica Ltda
Rua Sara Kubitschek, 472, Darcy Vargas, Contagem, MG
CEP 32372-200 - Brasil, em janeiro de 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

M527 Mello, Marco Antonio da Silva.
Gente das areias : história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro : Maricá, RJ – 1975 a 1995 / Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel. – 2. ed.
rev. e aum. – Niterói : Eduff, 2017. – 420 p. : il. ; 20 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-228-1210-3
BISAC SOC002010 SOCIAL SCIENCE / Anthropology / Cultural & Social

1. Antropologia – Maricá (RJ). 2. Pescadores – Maricá (RJ) – Condições sociais. I. Vogel, Arno. II. Título.

CDD 305.80098153

que encontraram. É também um capítulo que resulta mais útil para os pesquisadores que desejam intentar empreendimentos similares. O Capítulo 2, “A longa agonia”, analisa o que poderíamos chamar a “história ecológica” do sistema lacustre da costa marítima e estabelece os parâmetros da crise ambiental que afetou Maricá. O capítulo seguinte, “Natureza e sociedade”, situa o problema desta região dentro das políticas de saneamento e de preservação ambiental do Brasil. Em “Zacarias sitiada” descreve-se o processo de urbanização na restinga de Maricá e as consequências de tal processo sobre o contexto social e físico da situação analisada. Em “A aldeia dos Irredutíveis” se apresenta uma detalhada análise social de Zacarias, enquanto “A lavoura do pescador” analisa com igual grau de detalhe e precisão a atividade pesqueira. “O conúbio das águas” descreve e analisa a construção da identidade social da população local. A “Conclusão”, finalmente, fecha o círculo e discute o papel do etnógrafo.

Não quero soar exagerado, mas esta é uma etnografia altamente recomendável para todas as pessoas interessadas na análise ecológica e na integração desta em seus quadros contextuais mais amplos. Foi uma tarefa muito difícil e impecavelmente realizada, graças em boa parte à destreza literária de seus antropólogos-autores, e este é um livro destinado a converter-se em um clássico da antropologia brasileira, latino-americana e também mundial. E isto me orgulha como antropólogo ecológico e como colega e amigo dos autores.

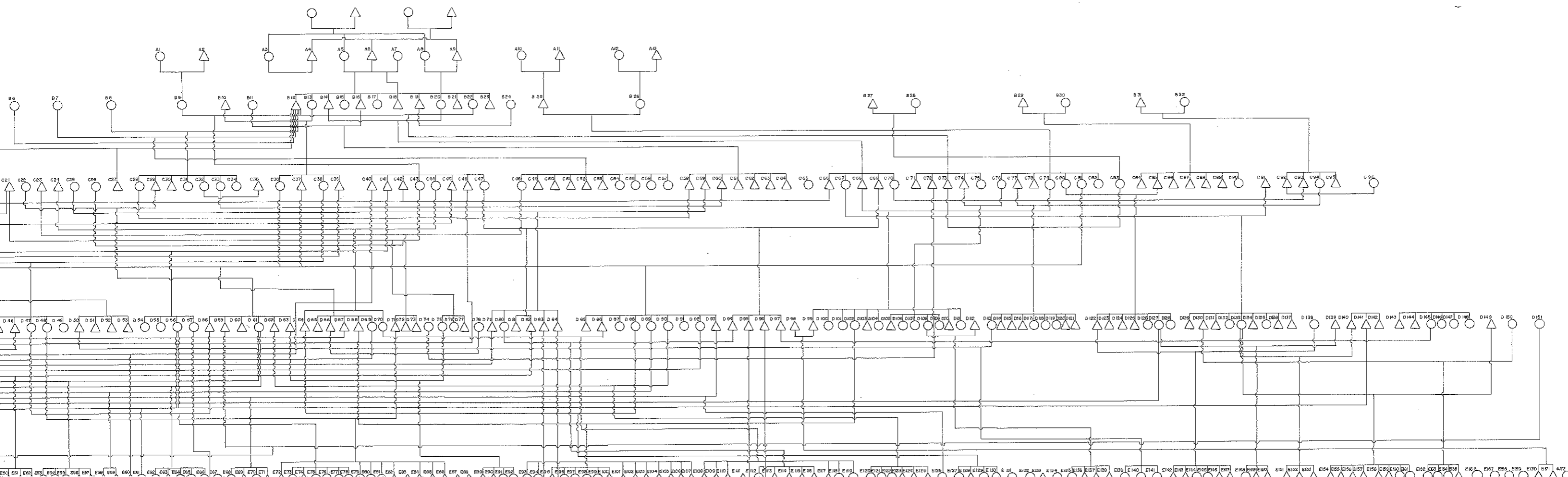
Dr. Leopoldo José Bartolomé

(15/6/2013)

Professor emérito – Universidad Nacional
de Misiones, Argentina

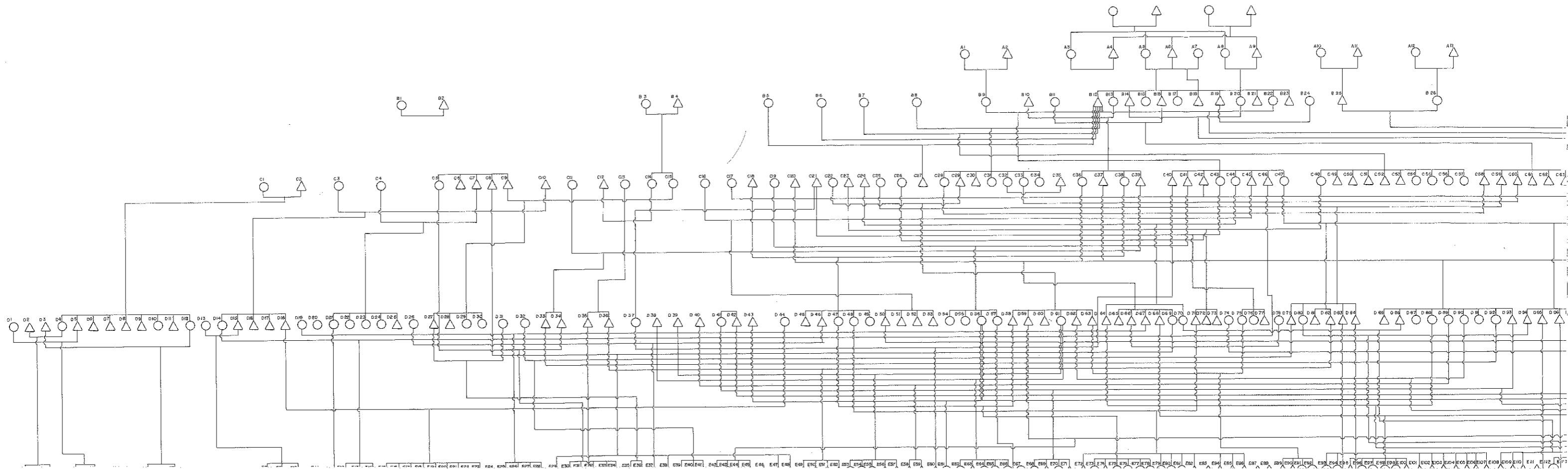
Quadro Genealógico do Povoado de Zacarias-Maricá/RJ

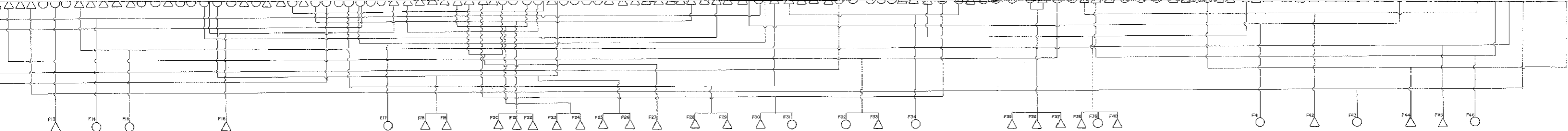
colhidos ao longo de quatro censos, incorporando ainda as retificações e acréscimos feitos durante a elaboração do texto etnográfico, para atender às lacunas e inconsistências verificadas. aqueles aos quais foi reconhecido o direito de pertinência ao lugar. Seus nomes aparecem ordenados numericamente, segundo as gerações sucessivas (A1, A2, A3...; B1, B2, B3 etc.). estabelecendo entre eles as relações de parentesco pertinentes. De resto, convém lembrar que os mapas genealógicos não pretendem, como diria Umberto Eco, fazer concorrência ao cartório do ca distinta. No caso deles, extensão e profundidade são tributárias dos relatos ouvidos no campo, isto é, da memória oral, necessariamente condicionada pela perspectiva do narrador.



Quadro Genealógico do Povoado de Zacarias-Maricá/RJ

Este diagrama de parentesco resultou da consolidação dos dados colhidos ao longo de quatro censos, incorporando ainda as retificações e acréscimos feitos durante a elaboração do texto etno. O ponto crucial é que nele estão consignados todos aqueles aos quais foi reconhecido o direito de pertinência ao lugar. Seus nomes aparecem ordenados numericamente, segundo as famílias. Isto permite localizar no diagrama cada um dos indivíduos, estabelecendo entre eles as relações de parentesco pertinentes. De resto, convém lembrar que os mapas genealógicos não pretendem registrar o registro civil, até porque se fundamentam numa lógica distinta. No caso deles, extensão e profundidade são tributárias dos relatos ouvidos no campo, isto é, da memória oral, necessária





POVOADO DE ZACARIAS: LISTAGEM NOMINAL DA GENEALOGIA DE PARENTESCO

Brígida Cordeiro	D 24 - Ana	D 60 - Homero Hilário José de Marins "Míolo"	D 94 - Araújo José de Marins	D 130 - Antonio	E 14 - Rosélia	E 50 - "Edinho"	E 86 - Valdenir	E 122 - Luciene	E 158 - Anípio	F 21 - Vitor
"Didigo"	D 25 - Jorge	D 61 - Zélia	D 95 - Arino	D 131 - "Manengo"	E 15 - Ademir	E 51 - "Dedé"	E 87 - Wilton Viana	E 123 - Lucitênio	E 159 - Anísio	F 22 - Romulo
Filismino Ferreira de Costa	D 26 - "Marianinha"	D 62 - Ari Hilário José de Marins "Cóia"	D 96 - Alverino José de Marins "Tico"	D 132 - Irene	E 16 - Adenir	E 52 - "Naldo"	E 88 - José Carlos	E 124 - Lucitênio	E 160 - Alice	F 23 - Welinton
"Chaguinha"	D 27 - Gessi	D 63 - Aristeu "Zezem"	D 97 - Almerino José de Marins "Badinho"	D 133 - "Neza"	E 17 - Alcir "Chico"	E 53 - Percília	E 89 - Aroldo	E 125 - Luiz	E 161 - "Caca"	F 24 - Wilton
Euclides	D 28 - Gelson	D 64 - Oscarino	D 98 - Vera	D 134 - "Chico"	E 18 - Jorge	E 54 - Márcia	E 90 - Acácio	E 126 - Divina	E 162 - "Rizinha"	F 25 - Vivian
Eugenio	D 29 - Isabel	D 65 - Sildo	D 99 - Silvio José de Marins	D 135 - Marilza	E 19 - Sebastião	E 55 - Rosa	E 91 - Arami	E 127 - Tânia	E 163 - Simone	F 26 - Viviane
Turibio	D 30 - Glória	D 66 - "Bengo"	D 100 - Amparo	D 136 - Altamiro	E 20 - Valter	E 56 - Gutemberg	E 92 - Arati	E 128 - Arildo	E 164 - Silvia	F 27 - Wagner
Cândida	D 31 - Maria	D 67 - "Ozinho"	D 101 - "Liliu"	D 137 - Alício	E 21 - Vanderley	E 57 - Luiz	E 93 - Adélia	E 129 - Clélio	E 165 - Washington	F 28 - Higor
Lucas Luiz Cândido da Costa	D 32 - Odiléia	D 68 - "Micheca"	D 102 - Juila	D 138 - Francisca	E 22 - Erotides	E 58 - Robson	E 94 - Enilce	E 130 - Rita	E 166 - Cláudia	F 29 - Tiago
Pedro Cerêncio	D 33 - Roberto	D 69 - "Dedeza"	D 103 - Sirésio José de Marins	D 139 - Dalmo	E 23 - Jurema	E 59 - Rafael	E 95 - Esmael	E 131 - Arilda	E 167 - Rosilene	F 30 - Rodrigo
Samuel Cerêncio	D 34 - Alfredo "Doca"	D 70 - Luzia	D 104 - Jurati	D 140 - Valdemar	E 24 - "Dete"	E 60 - Joao	E 96 - Cristina	E 132 - "Nicinha"	E 168 - Regina	F 31 - Roberta
Nair Cerêncio	D 35 - "Chico"	D 71 - Benjamim Francisco Correa "Beco"	D 105 - Manuel	D 141 - "Canário"	E 25 - "Micado"	E 61 - Dilcélia	E 97 - Cláudia	E 133 - "Formiga"	E 169 - Mara	F 32 - Amanda
João Cerêncio	D 36 - "Ita"	D 72 - Alcino Francisco Correa	D 106 - Denilda	D 142 - "Didi"	E 26 - Valdeli	E 62 - Luciana	E 98 - Silvia	E 134 - Rosângela	E 170 - Emerson	F 33 - Davi
Irene	D 37 - Nair	D 73 - "Longa"	D 107 - Vanilda	D 143 - "Chichico"	E 27 - Alomi	E 63 - Cassio	E 99 - Rosana	E 135 - Rinele	E 171 - Anderson	F 34 - Alexandra
Aucelma	D 38 - Derli	D 74 - "Nedina"	D 108 - "Lilinha"	D 144 - "Mito"	E 28 - "Gutinha"	E 64 - Lucrécia	E 100 - Cláudio	E 136 - Cristiano	E 172 - Lúcia	F 35 - Abraão
Laureano	D 39 - Antonio	D 75 - Ilka	D 109 - Amparo	D 145 - Nilsa	E 29 - Carivaldo	E 65 - Márcia	E 101 - Jorge	E 137 - John Nair		(adotado pela pescaria de "Bengo" e a de Ari)
Sérgio	D 40 - Francisco	D 76 - Esmenia	D 110 - Jaime José de Marins	D 146 - Marlene	E 30 - Cezar	E 66 - Lenilza	E 102 - Marcelo	E 138 - Eric	H 1 - Otávio	
Níbia	D 41 - Nilda	D 77 - Têlio	D 111 - Ciléia	D 147 - Marli	E 31 - Silvio	E 67 - "Leninha"	E 103 - Evaldo	E 139 - Dayse	F 2 - Otacílio	F 36 - Alex "Lequinho"
Dionísio	D 42 - Vanilda da Costa "Dico"	D 78 - Romilda	D 112 - Elésio	D 148 - Andrea	E 32 - Celso	E 68 - Déia	E 104 - Romero	E 140 - Denise	F 3 - Monica	F 37 - Carlos Augusto
André	D 43 - Euzaman	D 79 - Genésio	D 113 - Floriana "Minga"	D 149 - Vadi	E 33 - Nilson	E 69 - Valcir	E 105 - Rogério	E 141 - Daniela	F 4 - Washington	F 38 - Flávio
Carlos	D 44 - Iracema	D 80 - Adeli	D 114 - Osvaldo	D 150 - Ilza	E 34 - Nilsa	E 70 - Valcélia	E 106 - Amarildo	E 142 - Arnaldo	F 5 - Claudia	F 39 - Luana
Paulo	D 45 - "Pachico"	D 81 - Eneias Marques "Neia"	D 115 - Alarico	D 151 - ?	E 35 - Eliane	E 71 - Almir	E 107 - Emilton "Garrincha"	E 143 - "Ico"	F 6 - Bete	F 40 - Junior
Lenir	D 46 - "Chadunga"	D 82 - Enio Marques "Miéca"	D 116 - Adailton		E 36 - Marcos	E 72 - Valmir	E 108 - Sérgio "Nica"	E 144 - Nanci	F 7 - Luzia	F 41 - Juliana
Elenir	D 47 - Adelia	D 83 - Damião	D 117 - Sebastiana		E 37 - Gessi	E 73 - Lidia	E 109 - Silvio	E 145 - Valdeci	F 8 - Claudio	F 42 - Leonardo
Antonio	D 48 - Ruth	D 84 - Denerval	D 118 - Luciana		E 38 - Otacílio	E 74 - Celino	E 110 - Selmo	E 146 - "Dedeco"	F 9 - Paulo	F 43 - Rayane
Cléia	D 49 - Angela	D 85 - Damião	D 119 - Madalena		E 39 - Alexander	E 75 - Arceni "Ni"	E 111 - João	E 147 - Adriano	F 10 - Alexandra	F 44 - Natan
Zélia	D 50 - Napoleão "Nizinho"	D 86 - Ari Luiz da Costa	D 120 - Sebastião		E 40 - Anderson	E 76 - Gadil	E 112 - Sueli	E 148 - Dalva	F 11 - Alexandre	F 45 - Rodrigo
Jacira	D 51 - Nilton	D 87 - Cenira Maria da Costa	D 121 - Floriano		E 41 - Angélica	E 77 - Celi	E 113 - Ronaldo	E 149 - Iva	F 12 - Patrícia	F 46 - Jonata
"Minho"	D 52 - Nilson dos Anjos	D 88 - Dilma	D 122 - Jorge		E 42 - Arinete	E 78 - "Beca"	E 114 - Roland	E 150 - Arlindo	F 13 - Yuri	
Jorge	D 53 - Nilce	D 89 - "Gracinha"	D 123 - Valdir		E 43 - Anete	E 79 - Nildéia "Déia"	E 115 - Ricardo	E 151 - Boêmio	F 14 - Nair	
"Tagino"	D 54 - Lucinéia	D 90 - "Tuguesa"	D 124 - Francisco		E 44 - Adeni	E 80 - Isaura	E 116 - Roberto	E 152 - "Luruga"	F 15 - Priscila	
Hermes	D 55 - Encida	D 91 - Solimar	D 125 - Sebastião		E 45 - Anísio	E 81 - Benice	E 117 - Cezar	E 153 - Bocácio	F 16 - Vinicius	
Ednéia	D 56 - Iara	D 92 - Conceição	D 126 - Nazaré		E 46 - Anísio	E 82 - Juarez	E 118 - Selma	E 154 - Valmir	F 17 - Reginaldo	
Nila	D 57 - Ilma	D 93 - Valmir Luis da Costa "Piu"	D 127 - Carmelinda da Costa Vieira		E 47 - Amilton "Binha"	E 83 - Carlos "Vanderli"	E 119 - Célia	E 155 - "Dico"	F 18 - Alan	
Amélia	D 58 - Adailton Hilário José de Marins "Sassico"		D 128 - Zilda		E 48 - Osvaldo	E 84 - "Carlinhos"	E 120 - Edilce	E 156 - "Chite"	F 19 - André	
Alda	D 59 - Preutásio Hilário José de Marins "Dinho"		D 129 - Laerte		E 49 - "Maninha"	E 85 - Vilson	E 121 - Luceni	E 157 - "Bebejo"	F 20 - Everton	
Neuza					E 1 - Fabrício					
					E 2 - Fábio					
					E 3 - Dione					
					E 4 - Diogo					
					E 5 - "Nete"					
					E 6 - Paulo					
					E 7 - Vitor					
					E 8 - Sueli					
					E 9 - Roseli					
					E 10 - Alexandre					
					E 11 - "Tico"					
					E 12 - Joair					
					E 13 - Rosângela					

POVOADO DE ZACARIAS: LISTAGEM NOMINAL DA GENEALOGIA DE PARENTESCO

A 1 - Carlota	B 21 - Luiz	C 18 - José Maria ('compadre' Marco)	C 52 - Coriolano	C 83 - Brígida Cordeiro	D 24 - Ana	D 60 - Homero Hilário José de Marins "Miolo"	D 94 - Araújo José de Marins	D 130 - Antonio
A 2 - Geremias	B 22 - Antonia Maria do Amparo "Antonica"	C 19 - Alcina	C 53 - Lincon "Lico"	C 84 - "Didigo"	D 25 - Jorge	D 61 - Zélia	D 95 - Arino	D 131 - "Manengo"
A 3 - "Ochica"	B 23 - Jacinto	C 20 - Iris Breve de Marins	C 54 - Orlia	C 85 - Filismino Ferreira de Costa	D 26 - "Marianinha"	D 62 - Ari Hilário José de Marins "Cóia"	D 96 - Alverino José de Marins "Tico"	D 132 - Irene
A 4 - Delfino	B 24 - "Zolina" (de Juvenal)	C 21 - Antonio Costa	C 55 - Antenora "Nora"	C 86 - "Chaguinha"	D 27 - Gessi	D 63 - Aristeu "Zeze"	D 97 - Almerino José de Marins "Badinho"	D 133 - "Neza"
A 5 - Rita	B 25 - João Pedro da Costa (pescador/lavrador - Boqueirão)	C 22 - Adelaide Genuína do Amparo "Quessa"	C 56 - Nicolina	C 87 - Euclides	D 28 - Gelson	D 64 - Oscarino	D 98 - Vera	D 134 - "Chico"
A 6 - José Tomas	B 26 - Altina Maria do Amparo "Anjinha"	C 23 - Leopoldo Francisco Correia	C 57 - "Lulinha"	C 88 - Eugenio	D 29 - Isabel	D 65 - Sildo	D 99 - Silvio José de Marins	D 135 - Marilza
A 7 - ?	B 27 - Sebastião Cordeiro (Araçatiba)	C 24 - Ogênio	C 58 - Erotides Marques "Joca"	C 89 - Turibio	D 30 - Glória	D 66 - "Bengo"	D 100 - Amparo	D 136 - Altamiro
A 8 - Mariana de Jesus	B 28 - Alzira Maria da Conceição (Saquarema)	C 25 - Pedrina	C 59 - Durval Marques "Dinga"	C 90 - Cândida	D 31 - Maria	D 67 - "Ozinho"	D 101 - "Lilitu"	D 137 - Alicio
A 9 - Saturnino Marins	B 29 - Luca (Boqueirão)	C 26 - Almira Rosa de Marins "Mimita"	C 60 - Assis Marques	C 91 - Lucas Luiz Cândido da Costa	D 32 - Odiléia	D 68 - "Micheca"	D 102 - Julia	D 138 - Francisca
A 10 - Rita	B 30 - Isaltina (Boqueirão)	C 27 - Aristeu "Aristi"	C 61 - Vade	C 92 - Pedro Cerêncio	D 33 - Roberto	D 69 - "Dedeza"	D 103 - Sirésio José de Marins	D 139 - Dalmo
A 11 - Lotério da Costa	B 31 - José Cerêncio (Boqueirão - 'Porto de Fora')	C 28 - Ernestina Emilia Rosa	C 62 - "Faer"	C 93 - Samuel Cerêncio	D 34 - Alfredo "Doca"	D 70 - Luzia	D 104 - Jurati	D 140 - Valdemar
A 12 - Maria	B 32 - Teresa (Boqueirão - 'Porto de Fora')	C 29 - Hilário José de Marins	C 63 - Dalécio	C 94 - Nair Cerêncio	D 35 - "Chico"	D 71 - Benjamim Francisco Correia "Beco"	D 105 - Manuel	D 141 - "Canáro"
A 13 - Manuel do Amparo		C 30 - Tobias	C 64 - "Idinho"	C 95 - João Cerêncio	D 36 - "Ita"	D 106 - Denilda	D 107 - Vanilda	D 142 - "Didi"
B 1 - Estácia		C 31 - "Milita"	C 65 - "Neneca"	C 96 - Irene	D 37 - Nair	D 107 - Vanilda	D 108 - "Lilinha"	D 143 - "Chichico"
B 2 - Jacinto Moura "Antão"		C 32 - Bibiana "Bibi"	C 66 - Inácio José de Marins "Máximo"		D 38 - Derli	D 108 - "Lilinha"	D 109 - Amparo	D 144 - "Mito"
B 3 - Joaquina Teresa		C 33 - Leonor "Chambinha"	C 67 - Candida "Candinha"	D 1 - Aucelma	D 39 - Antonio	D 109 - Amparo	D 110 - Jaime José de Marins	D 145 - Nilsa
B 4 - Nilo Moura		C 34 - Elvira	C 68 - Sizenando José de Marins (1916) "Baque"	D 2 - Laureano	D 40 - Francisco	D 110 - Jaime José de Marins	D 111 - Ciléia	D 146 - Marlene
B 5 - "Moça de Ponta Negra"		C 35 - João Gomes	C 69 - Alcebiades José de Marins "Ginho"	D 3 - Sérgio	D 41 - Nilda	D 111 - Ciléia	D 112 - Elésio	D 147 - Marli
B 6 - "Rôla"	C 1 - Maria	C 36 - Amélia	C 70 - Maura	D 4 - Nibia	D 42 - Vanilda da Costa "Dico"	D 112 - Elésio	D 113 - Floriana "Minga"	D 148 - Andrea
B 7 - "Maricota"	C 2 - Euclides	C 37 - Agripio Luiz da Costa "Sarico"	C 71 - Norival	D 5 - Dionísio	D 43 - Euzaman	D 113 - Floriana "Minga"	D 114 - Osvaldo	D 149 - Vadi
B 8 - Emilia Rosa	C 3 - Noemia	C 38 - "Vivinha"	C 72 - Cornélio	D 6 - André	D 44 - Iracema	D 114 - Osvaldo	D 115 - Alarico	D 150 - Ilza
B 9 - Josefina "Fininha"	C 4 - Ilda	C 39 - "Quiquinho"	C 73 - Irineo José de Marins (Henrique) "Poeira" (1910 - 1992)	D 7 - Carlos	D 45 - "Pachico"	D 115 - Alarico	D 116 - Adailton	D 151 - ?
B 10 - Manuel Luis da Costa	C 5 - Helena	C 40 - "Moçoquinho"	C 74 - Preldiano José de Marins "Mucinho" (1916)	D 8 - Paulo	D 46 - "Chadunga"	D 116 - Adailton	D 117 - Sebastiana	E 1 - Fabrício
B 11 - "Matriquita"	C 6 - Henrique	C 41 - Lúcio	C 75 - Maura "Caçule"	D 9 - Lenir	D 47 - Adelia	D 117 - Sebastiana	D 118 - Luciana	E 2 - Fábio
B 12 - José Antonio Pinto de Marins "Juca Tomás"	C 7 - Basílio	C 42 - Teodoro José de Marins	C 76 - Antonia "Nega"	D 10 - Elenir	D 48 - Ruth	D 118 - Luciana	D 119 - Madalena	E 3 - Dione
B 13 - Arminda	C 8 - "Chica"	C 43 - Julita Carlota da Rocha Marins	C 77 - João Manuel da Costa	D 11 - Antonio	D 49 - Angela	D 119 - Madalena	D 120 - Sebastião	E 4 - Diogo
B 14 - Simplicio José de Marins (1926 - 1958)	C 9 - Gessé (dono do Armazém visitado em 1975)	C 44 - Noravia	C 78 - Abelardo	D 12 - Cléia	D 50 - Napoleão "Nizinho"	D 120 - Sebastião	D 121 - Floriano	E 5 - "Nete"
B 15 - Regina	C 10 - Artur	C 45 - Permínio	C 79 - Altina Maria Altina da Costa "Lioca"	D 13 - Zélia	D 51 - Nilton	D 121 - Floriano	D 122 - Jorge	E 6 - Paulo
B 16 - Manuel Marques Marins "Maneco Tomás"	C 11 - "Tudinha"	C 46 - Rubem José de Marins	C 80 - Francisca Maria da Costa Carma	D 14 - Jacira	D 52 - Nilson dos Anjos	D 122 - Jorge	D 123 - Valdir	E 7 - Vitor
B 17 - "Lilica"	C 12 - Irineu	C 47 - Carlota Josefina da Rocha Marins "Binha"	C 81 - Angela Maria da Costa "Jona"	D 15 - "Minho"	D 53 - Nilce	D 123 - Valdir	D 124 - Francisco	E 8 - Sueli
B 18 - Joviano	C 13 - Abigail	C 48 - Carlinda Maria do Amparo "Lilina"	C 82 - Regina	D 16 - Jorge	D 54 - Lucinéia	D 124 - Francisco	D 125 - Sebastião	E 9 - Roseli
B 19 - Benvindo	C 14 - Nair	C 49 - Valentim		D 17 - "Tagino"	D 55 - Eneida	D 125 - Sebastião	D 126 - Nazaré	E 10 - Alexandre
B 20 - Inês Maria do Amparo (Inês Rosa de Jesus)	C 15 - Cormana	C 50 - Álvaro		D 18 - Hermes	D 56 - Iara	D 126 - Nazaré	D 127 - Carmelinda da Costa Vieira	E 11 - "Tico"
	C 16 - "Lulu"	C 51 - José		D 19 - Ednéia	D 57 - Ilma	D 127 - Carmelinda da Costa Vieira	D 128 - Zilda	E 12 - Joair
	C 17 - Orlia Rosa Marins			D 20 - Nila	D 58 - Adailton Hilário José de Marins "Sassáco"	D 128 - Zilda	D 129 - Laerte	E 13 - Rosangela



A pesquisa sobre a pesca lacustre em Maricá (RJ) gravitou ao redor de um *drama social*, cujo epicentro era o que os habitantes do povoado de Zacarias chamavam "a luta do tostão contra o milhão". O resultado final tornou-se um clássico moderno da antropologia brasileira que a Eduff tem a satisfação de recolocar ao alcance dos pesquisadores e de todos que se interessam pelos processos sociais em que a preservação da cultura e da economia das comunidades se defronta com interesses do chamado progresso e da especulação imobiliária.

